



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de Maio de 2009)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

Volume II/II

ANO LXIV – SUP. AO Nº 78 – TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 4 a 29 de maio de 2009)

A – Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 8

B – Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 59

C – Secretaria de Comissões 92

1.2 – Atas de Comissões Permanentes (Senado Federal)

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009..... 227

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009..... 251

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, E OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009..... 300

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009.. 325

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009.. 343

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO; COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, A REALIZAR- SE EM 29 DE ABRIL DE 2009. 364

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009. 413

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009..... 427

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2009..... 452

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2009..... 477

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009. 500

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2009..... 531

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2009. 551

1.2.2.2 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009..... 591

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009. 594

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009. 610

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009. 643

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009..... 671

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009. 720

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009. 740

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009..... 743

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009..... 761

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009..... 782

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009..... 798

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009..... 828

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009. 829

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2009. 829

ATA DA 12ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009. 830

1.2.4.1 – Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009. 836

ATA DA 2ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009. 843

VOLUME II

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009. 849

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª

LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009. 859

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009. 897

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009. 910

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009. 959

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2009. 1002

1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ATA DA 8ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009. 1012

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009. 1056

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009. 1059

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MAIO DE 2009. 1107

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MAIO DE 2009. 1124

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MAIO DE 2009. 1135

1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.....	1162
ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009.....	1212
ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009.....	1226
ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009.....	1254

1.3 – Atas de Comissões Mistas Permanentes (Congresso Nacional)

1.3.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DE INSTALAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009.....	1274
ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009.....	1279
ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009.....	1283
ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009.....	1292
ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009.....	1302
ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.....	1315
ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.....	1335

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e onze minutos do dia 07 de abril de 2009, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das senhoras senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Katia Abreu, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica a designação dos Senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Leomar Quintanilha, José Agripino, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti como membros titulares da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e como suplentes os Senadores Tião Viana, Pedro Simon, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Fernando Collor. O Presidente convida os Embaixadores Orlando Galvêas Oliveira e Francisco Carlos Soares Luz para compor a Mesa. O Presidente faz a inversão da pauta e dá início à sua apreciação. **Item 2: Mensagem nº 46, de 2009**, do Senhor Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, e com o Art. 39 da Lei Nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.*” O Presidente concede a palavra ao Senador **Renato Casagrande** para fazer a leitura do seu relatório. **Item 1: Mensagem nº 44, de 2009**, do Senhor Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, e*

com o Art. 39 da Lei Nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Camarões.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Geraldo Mesquita Junior** para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos embaixadores **Francisco Carlos Soares Luz e Orlando Galvêas Oliveira** para fazerem suas exposições. Os senadores **Eduardo Suplicy e João Pedro** fazem uso da palavra. O Presidente submete à apreciação da Comissão o Requerimento Nº 10, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores **Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho**, que “*Requerem a nossa designação para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como membros da Comissão e da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para acompanhamento da execução de retirada dos habitantes não-indígenas da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no período de 20 a 30 de abril do corrente ano, processo determinado pelo Supremo Tribunal Federal*”. Aprovado. O Presidente comunica a realização de Audiências Públicas, nos dias 16 e 30 de abril do corrente, para discutir o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e dezoito minutos. A Reunião é reaberta às onze horas e quarenta e dois minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação dos embaixadores. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada no Dia 07 de Abril de 2009, Às 10 Horas e 11 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto

à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovado. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Já antecipei o aprovado.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo os seguintes senadores para comporem a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira: como titulares, Senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Leomar Quintanilha, José Agripino, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti; como senadores suplentes, Senadores Tião Viana, Pedro Simon, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Fernando Collor.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. Convido para compor a Mesa os Embaixadores Orlando Galvêas Oliveira, indicado para a República de Camarões, e o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, indicado para a República Unida da Tanzânia.

Vamos iniciar pelo Item 2, que é a Mensagem nº 46, de 2009, que “submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o art. 39, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia”. O Relator é o Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixadores Francisco Carlos Soares Luz e Sr. Embaixador Orlando Galvêas Oliveira.

Esta Casa, Sr. Presidente, é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia. A Constituição atribui competência privativa do Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o *curriculum vitae*, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Francisco Carlos Soares Luz é filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, tendo nascido em Poços de Caldas. Mineiro como V. Exa., Sr. Presidente, mas tem um capixaba hoje, na Mesa, também, lá da divisa com Minas Gerais, mas é capixaba. Nasceu em 11 de março de 1962. Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília,

ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se o Terceiro Secretário no ano seguinte. Entre as funções desempenhadas na administração pública, destaca-se a de Coordenador Executivo do Departamento de Comunicações e Documentação. No exterior, exerceu, entre outros, o cargo de Primeiro Secretário em Washington, Conselheiro e Ministro Conselheiro em Maputo e Encarregado de Negócio em Harare e Maputo.

De acordo com o Informe, preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à Mensagem Presidencial, as relações diplomáticas entre Brasil e Tanzânia foram estabelecidas em 1970, com a criação da primeira representação brasileira junto à capital daquela República. Em 1991, por motivos financeiros, a missão foi desativada, sendo reaberta em 2005, sob a égide da política externa de vertente africanista, reinaugurada do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. O relacionamento entre Brasil e Tanzânia tem crescido nos últimos anos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação Presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. O Voto é favorável, Sr. Presidente, sugestão de Voto favorável aos demais membros da importância de nossa atuação diplomática, de fato, no continente africano, e, com certeza, o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz dará todo o apoio, para que a gente possa estreitar as relações entre Brasil/Tanzânia. Era este o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador Renato Casagrande. É importante essa reabertura da Embaixada Brasileira. O que preocupa sempre, quando se abre uma nova Embaixada, é que não devemos fechar, porque fechar uma Embaixada realmente é sempre desagradável, como aconteceu com essa em 1991, sendo reaberta, 14 anos depois.

Vamos passar ao Item 1, cujo Relator é o nosso vice-Presidente, o Senador Geraldo Mesquita. Trata-se da Mensagem nº 44, de 2009, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Camarões”. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita, vice-Presidente desta Comissão, a quem concedo a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Diplomatas, trata-se da indicação que faz o Sr. Presidente da República do Sr. Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Camarões. O Embaixador Orlando é conterrâneo dos Senadores Augusto Botelho e Renato Casagrande.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer de público a gentileza e o profissionalismo com que o Embaixador Orlando recebeu uma delegação de senadores desta Comissão, em visita a países do Caribe, no ano passado, estivemos há pouco tempo em Barbados... Enfim...

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum* do interessado, cujos dados, alguns extraímos para a feitura desse relatório.

O Embaixador Orlando é nascido na cidade de Divisa, Espírito Santo, graduado pela Universidade Federal do Espírito Santo em 1965. Ingressou na carreira diplomática dois anos após, como Terceiro Secretário. Foi promovido a Segundo Secretário em 1970; a Primeiro Secretário, em 1978; a Conselheiro, em 1981; a Ministro de Segunda Classe, em 1992, sempre por merecimento. Os cargos exercidos foram muitos, missões também. Exerceu a Secretaria-Geral para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, em 1967, Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais em 1969; Embaixada em Viena, em 1970; Embaixada em Helsinque, em 1972; em Atenas, em 1973; Divisão da Europa I, em 1977; Embaixada em Ancara, em 1978; Departamento da Europa, em 1979; Embaixada em Beirute, em 1981; Divisão da Europa, em 1982; Divisão de Passaporte, Divisão de Material, Embaixada em Jacarta, Departamento da Ásia e Oceania, Divisão da Ásia e Oceania, Departamento da Ásia, como chefe substituto, Embaixada em Ottawa, Embaixada em Pretória, Embaixada em Windhoek e Embaixada em Bridgetown, em 2002.

Consta, ainda, além do *curriculum* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério, sobre a República de Camarões, situada na África Ocidental. "A economia de Camarões baseia-se na agricultura, que também é a principal fonte de empregos do país e responsável por 20% do Produto Interno Bruto Nacional, na pesca, na exploração do petróleo e no setor industrial, bem mais diversificado que o de seus

vizinhos e responsável por 1/5 do PIB. Seu mercado exportador centra-se no cacau, no algodão, no café, frutas tropicais, óleo cru, alumínio, madeiras e petróleo. A base de exportações de Camarões é das mais amplas dos países da África Central. A política externa é considerada discreta pela Chancelaria brasileira, tendo tido como pontos altos a representação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, no biênio 2002/2003, período no qual manteve posição de equilíbrio entre França e Estados Unidos, durante o conflito no Iraque, e a presidência da Organização da União Africana, no período de 1996/1997, quando procurou mediar os conflitos da República Centro-Africana e no Chade. A República de Camarões é membro da Comunidade dos Estados da África Central e da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, organismos de integração econômica e foros regionais importantes da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica. Tem como aliados e parceiros de cooperação extra, a África, a União Européia, o Reino Unido, a Alemanha e a República Popular da China, países com os quais tem intensificado o seu relacionamento econômico. Atualmente, a única empresa brasileira em Camarões é a Andrade Gutierrez. A pauta de exportações brasileiras para aquele país é diversificado, tendo obtido a parte africana, no último ano, déficit na balança comercial bilateral da importância de 130 milhões".

Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aqui aduzir outras considerações, a não ser a afirmação de que o nosso Parecer é francamente favorável à indicação e aprovação do nome do Embaixador Orlando Galvêas para nos representar junto à República de Camarões. É o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Declaro aberto o processo de votação e concedo a palavra ao Embaixador Orlando Galvêas Oliveira, para fazer a sua exposição. O prazo normal que nós utilizamos é de dez minutos, mas pode usar o tempo que for necessário.

SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA: Muito obrigado. Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Exmo. Sr. Senador Geraldo Mesquita, Exmos. Sras. e Srs. Senadores.

"O Cameroon é chamado de "África em miniatura", uma vez que apresenta praticamente todos os climas e relevos encontrados no continente africano. Com uma população de 17 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 34 habitantes por quilômetro quadrado, apresenta verdadeiro mosaico demográfico, com mais de 240 etnias, línguas e

identidades culturais. Adota o parlamentarismo como sistema de governo, com um Presidente forte, que, segundo reforma constitucional de 2008, pode candidatar-se a eleições sucessivas. Desde 1992, o cargo de Primeiro-Ministro é exercido por um representante da parcela anglófona da população, como forma de acalmar as tensões existentes entre as comunidades de língua inglesa e francesa. Dos 250 partidos políticos, o principal é o *Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais*, do Presidente Paul Biya, com 80% das cadeiras na Assembléia Nacional. O Cameroun tem gozado de estabilidade política. O Produto Interno Bruto do Cameroun, usada a paridade do poder de compra, é de 40 bilhões de dólares, um dos mais altos da África Subsaariana, e a renda per capita de 2200 dólares. A economia é das mais estáveis e diversificadas da região.

Entre seus problemas mais sérios, podem se mencionar um serviço público super dimensionado, altos impostos, oscilações no fornecimento de energia, deficiências dos meios de transportes. Desde 1990, porém, o Governo vem trabalhando com o FMI e com o Banco Mundial, em programas de saneamento da economia, aumento da eficiência na agricultura, comércio e fortalecimento do setor bancário, cuja supervisão, depois de grave crise no setor, nos anos 90, está a cargo do Banco dos Estados da África Central.

O Cameroun é autossuficiente em petróleo e gás natural, de que têm reservas significativas. Possui, também, importantes reservas de minério de ferro, cobalto, níquel, titânio, bauxita e madeiras tropicais. Possui a segunda melhor disponibilidade de recursos hídricos da África Subsaariana. Em 2007, o total do comércio exterior do Cameroun, nos dois sentidos, chegou a 7,6 bilhões de dólares, registrando um saldo positivo de cerca de 2 bilhões de dólares. Compreende, principalmente, óleo cru, derivados de petróleo, algodão, café, cacau, alumínio, madeiras e frutas tropicais, as exportações. As importações somaram um total de 2,6 bilhões e foram constituídas, sobretudo, de maquinaria, equipamento elétrico e de transporte, alimentos e combustíveis.

Enquanto a França continua a ser o mais importante parceiro econômico e comercial do Cameroun, verifica-se uma expansão do comércio com os países do extremo Oriente. O comércio com os países vizinhos é modesto pela coincidência na produção da maioria dos bens, problemas de infraestrutura, sobretudo, de transporte e concorrência dos países asiáticos.

O Cameroun tem tido papel de certa relevância no cenário internacional, como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2002 e 2003, e no regional, como Presidente da Organização da Uni-

dade Africana, nos anos 1996 e 1997. É membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, organismo de integração econômica e foro importante de cooperação política, onde representa 50% do PIB do conjunto dos seis membros. Como herança do passado colonial, é membro da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica. As relações com a França continuam preponderantes na vida política, econômica, comercial e cultural. As relações com os Estados Unidos ganharam certo impulso após 2003, com a visita do Presidente Biya a Washington. O relacionamento com a China experimenta extraordinário desenvolvimento, como a troca de visitas no mais alto nível e importante cooperação nas áreas de saúde, educação e telecomunicações. O relacionamento com a Nigéria constitui um ponto focal da política externa cameronesa, dadas a porosidade da fronteira, a suspeita de que interesses nigerianos possam estar insuflando tendências separatistas das duas províncias anglófonas do oeste do país e na disputa da Península de Bacaci, rica em petróleo, que a Nigéria, por força da Corte Internacional de Justiça, devolveu ao Cameroun, em agosto de 2008.

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960. Em 1965, enviou missão a Yaoundé quando foi assinado o acordo comercial. Em 1972, o Chanceler Mário Gibson Barbosa, em visita ao país, assinou um acordo de cooperação técnica e um acordo de cooperação cultural. Em 1982, foi criada a Embaixada do Brasil em Yaoundé e, em 1984, a Embaixada do Cameroun em Brasília. Em 1999, porém, por razões orçamentárias, a Embaixada do Brasil em Yaoundé foi desativada, mas, em janeiro de 2005, com a visita a Yaoundé, do Chanceler Celso Amorim, e, em abril, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi concluído o processo de sua reabertura. Por ocasião da visita presidencial, foram assinados quatro acordos e dois protocolos de intenções, nos campos da agricultura, educação e esportes. Em agosto seguinte, realizou-se a Segunda Reunião da Comissão Mista em Brasília.

O comércio bilateral Brasil/Cameroun tem demonstrado grande vitalidade. Em 2001, chegava apenas a 13 milhões de dólares. Em 2008, somente sete anos depois, totalizou 133 milhões de dólares, um crescimento de dez vezes. Seu desequilíbrio, entretanto, é preocupante, uma vez que as exportações cameronesas para o Brasil somaram apenas 3 milhões de dólares, nesse mesmo período. A pauta de exportações brasileiras é bastante diversificada e demonstra que os produtos brasileiros, em geral manufaturados, são competitivos naquele mercado. As exportações brasileiras de equipamentos de tecnologia tenderão a crescer, na medida em que se expandir e aprofundar

a cooperação bilateral nas várias áreas, já objeto de consulta e negociação entre os dois países. No setor de serviços, valeria ressaltar a participação das construtoras Andrade Gutierrez, que construiu o Aeroporto de Yaoundé, e da Mendes Júnior na construção de estradas. A Odebrecht demonstrou igualmente interesse no mercado cameronês e estará, ainda no mês de abril corrente, enviando equipe técnica ao Cameroon.

O progresso no campo comercial, na cooperação cultural, técnica e educacional, dado o lastro histórico do relacionamento com os antigos colonizadores, só se faz mediante enorme esforço de divulgação e cooperação bilateral nas várias áreas. Esse trabalho, ainda que em suas etapas iniciais, já começa a produzir frutos, como o quadro jurídico bilateral, que já toma corpo, criando as instituições essenciais para o relacionamento e o esforço de definição de prioridades, como se verifica nos dez atos já em vigor e nos 28 projetos de atos e de cooperação, propostos em estudo pelos dois Governos. Já visitaram o Brasil os Ministros do Equipamento, em duas ocasiões, dos Transportes e das Minas e Energia, em demonstração de inequívoco interesse, da parte cameronesa, na viabilidade da cooperação bilateral. Na prática, cada uma dessas áreas poderia constituir importante avenida de prestação de serviços e fornecimento de equipamento para as várias indústrias já existentes no país, como produção de cimento, energia hidroelétrica, pesquisa e produção de petróleo, sobretudo em águas profundas, e produção de etanol, em que o Brasil tem grande experiência e tradição.

Como atestam os trabalhos da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil/Cameroon, desperta grande interesse, igualmente, à possibilidade de cooperação nas áreas de saúde, com ênfase em HIV/AIDS e malária, e de agricultura, especialmente cacau e algodão. Nas áreas de saúde e agricultura, já se obteve algum progresso, com programas específicos na primeira para o treinamento de técnicos para o combate da malária, e, na segunda, para a formação de recursos humanos e transferência de tecnologia para cacauicultura. Não existe, ainda, porém, projeto de cooperação na área da AIDS, com uma prevalência de 6,9% no país, área em que o Brasil tem um dos programas mais bem sucedidos em todo o mundo.

Vale ressaltar que toda a cooperação entre o Brasil e Cameroon estará intimamente ligada à nossa capacidade de prestação de assistência técnica, para a qual a capacidade de comunicação em português será essencial. Nesse sentido, está sendo proposta a reativação do leitorado de português junto à Universidade de Yaoundé I. A parte cameronesa propôs a realização da visita do Presidente ao Brasil ainda

este ano, concomitante com a realização da Terceira Reunião da Comissão Mista. As datas, porém, ainda não foram marcadas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado ao Embaixador Orlando Galvêas Oliveira. Nós vamos, antes, portanto, de passar a palavra aos senadores que desejam fazer os questionamentos, passar a palavra ao Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, indicado para a República Unida da Tanzânia, para fazer a sua exposição.

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores, muito bom dia.

Eu pretendia, para aproveitar a exiguidade do tempo, me concentrar em alguns poucos assuntos da pauta. Eu não vou entrar nos temas que já estão na informação básica. Eu preferia só introduzir a importância da Tanzânia no contexto africano e o seu ativismo multilateral, as relações com o Brasil e alguns projetos que estão em desenvolvimento.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de falar um pouco da minha experiência na África. Eu cheguei à África do Sul em 2001. Então, já completo, agora em junho, oito anos de África, servi três anos e meio em Pretória, quatro anos e meio em Maputo, com período de uma encarregatura no Zimbábue, no auge da crise, fiquei três meses como encarregado de negócios. Tenho também algumas experiências de missões em Madagascar, Tanzânia, Quênia, Suazilândia e Zâmbia.

É um continente que realmente me estimula, eu fiquei muito honrado com a nomeação para ser o Embaixador na República Unida da Tanzânia, que é um país que eu sempre acompanhei, eu era o Desk da Tanzânia, antes da reabertura. Todo o processo eu acompanhei, eu acompanhei o processo de reabertura. Como disse o Senador Azeredo, o fechamento foi um processo traumático. A primeira fase desse nosso relacionamento, apesar de ter sido criada em 70, ela foi aberta só em 1979 e fechada em 1991. O único tema que ficou na primeira fase foi uma dívida de 278 milhões de dólares, que, ainda hoje, não foi paga, e, como nós fechamos a Embaixada, nós não tínhamos interlocução. Então, é um assunto pendente, que vem sendo negociado. Talvez na parte dos debates, eu poderia desenvolver um pouco mais essa questão da dívida.

De 2005 para cá, com a reabertura da Embaixada, foi uma fase de instalação que demorou bastante tempo, a Embaixada funcionou um ano num hotel, isso levou tempo. O grande evento do período foi a reunião da Comissão Mista, em agosto do ano passado, onde

se definiu o mapa do caminho para o relacionamento a seguir, que é o que eu pretendo seguir, que já está tudo definido na Ata da Comissão Mista e é o que eu pretendo seguir. Basicamente é o seguinte: cooperação técnica, projetos na área de agricultura e pecuária, saúde, HIV/AIDS. Como o Embaixador Galvêas mencionou, é um problema geral na África. A Tanzânia é o quinto país com o maior número de casos, são 1 milhão e 400 mil pessoas infectadas, e o Brasil, como todos sabem, tem uma das melhores experiências do mundo nessa área, e eu acredito que... Uma missão vai agora, no dia 27 de abril, para começar a desenvolver essa cooperação. Na área de educação, programa de bolsas, o problema da língua vai ter que ser, da mesma maneira, solucionado, com o fortalecimento do curso de português da Universidade de Dar-Es-Salaam, eu acredito que isso é uma coisa factível. Portugal não está presente; então, o Brasil é o representante da língua portuguesa. Eu acho que devemos fazer alguma coisa neste sentido. Na área de esportes, eu acho que o maior feito do atual Embaixador foi ter conseguido um técnico de futebol para a seleção, que conseguiu levar o time da Tanzânia, depois de 27 anos, à primeira classificação na Copa Africana das Nações. Então, existe uma boa vontade por causa desse técnico ... Quer dizer, o pessoal subestima o futebol como instrumento de política externa, e eu acredito que é o grande fato do nosso relacionamento no momento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Qual é o técnico?

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: Márcio Máximo, ele era Presidente da Associação de Técnicos do Rio de Janeiro, é botafoguense.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Obrigado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então é bom, é muito bom. Tem mais botafoguenses aqui, tem uma bancada de botafoguenses.

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: Bom, a cooperação técnica, mais ou menos, encerra-se aí, quatro acordos foram assinados, dois já estão aprovados, e a cooperação deve começar a ser implementada agora, a partir de abril.

Na área comercial, o comércio é muito aquém do potencial da Tanzânia. A Tanzânia tem um PIB nominal, mais ou menos, do mesmo nível dos Camarões, 40 bilhões de dólares, uma produção de gás crescente, e a PETROBRAS acaba de se instalar. Eles conseguiram dois blocos de águas profundas na Bacia da Ilha de Máfia, um pouco acima de Zanzibar, e conseguiu, agora, um terceiro bloco na Bacia do Rovuma, na fronteira com Moçambique. O escritório vai ter 15 funcionários e é uma prospecção de alto risco, mas de alto benefício.

Quer dizer, no meio da atual crise, eu acredito que a decisão da PETROBRAS de abrir esse escritório demonstra o otimismo com que eles veem as perspectivas de encontrar petróleo na Tanzânia.

Projetos de infraestrutura. Não há nenhuma companhia de prestação de serviço de construção civil pesada na Tanzânia, tendo em vista a experiência da ECISA, que gerou a dívida. Ela construiu a estrada entre Morogoro e Dodoma, a capital oficial do país, e não recebeu. Quer dizer, com isso, praticamente, as nossas construtoras ficaram afastadas. Mas existem três grandes projetos que podem chamar a atenção das empresas, que são os portos de águas profundas de Mtwara e Quíloa e a Hidrelétrica de Mtera-Kidatu, no Rio Rufiji, que é uma obra de 2,100 bilhões. Mas o projeto que se apresenta, no momento, mais interessante é o projeto de etanol, que vem sendo tocado por uma empresa sueca, que se chama SEKAB, que é o maior importador de etanol brasileiro para a Europa. O objetivo deles é desenvolver projetos médios de etanol na Tanzânia e em Moçambique, que vão chegar, na fase inicial, a 8 bilhões de dólares e, em 2050, a 80 bilhões, e que geraria um mercado de exportação de equipamentos de usinas de etanol, produzidas pela Dedini, Uni-Systems e qualquer outra empresa brasileira nesse setor, da ordem de 2,500 milhões até 2014. Então, o comércio pode ser alavancado de uma maneira muito elevada, levando-se em conta o etanol. Isso ajudaria a criar um mercado mundial para o etanol, o que eu acredito que é o desejo do Brasil, porque o Brasil, como único produtor, não vai conseguir transformar o etanol numa *commodity*. É preciso utilizar alguns países e o potencial da Tanzânia e de Moçambique é inegável. Esses estudos foram feitos por essa empresa, eles estão aqui no Brasil hoje, eles estiveram ontem no Itamaraty; hoje, foram para São Paulo se encontrar com a UNICA e as principais empresas do setor. Então, eu acredito que o futuro do relacionamento estará no etanol. E eu espero que isso vá adiante, e uma das minhas áreas prioritárias para levar adiante será esse projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Francisco Carlos Soares Luz. Está aberta, portanto, a participação dos Srs. Senadores que queiram fazer alguma indagação ou comentário aos dois Embaixadores, um para a República de Camarões, e o Embaixador Francisco, para a República Unida da Tanzânia. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero desejar a ambos os embaixadores, Francisco Carlos Soares Luz, que vai à Tanzânia,

e o Orlando Galvêas de Oliveira, aos Camarões, o melhor sucesso.

Percebo que tem havido, nestes últimos seis anos, sobretudo, um incremento bastante significativo das relações entre o Brasil e ambos os países da África e, portanto, com uma perspectiva ainda de melhora. Pelas palavras de ambos, o fato de o Brasil estar melhorando as relações, com a presença do Ministro Celso Amorim e com a presença do Presidente da República nos países da África, tem estimulado muito o crescimento das relações. Isso também acontece no âmbito das experiências de programas sociais.

Ambos os embaixadores estiveram na África do Sul, onde tem havido um movimento bastante grande, assim como na Namíbia. O senhor que esteve na Namíbia... Tanto na África do Sul quanto na Namíbia se instituíram, especialmente depois do ano 2004, a coalizão na África do Sul para South African Coalition For a Basic Income Grant e *The Namibian Coalition For a Basic Income Grant*. Na Namíbia, em Otjiviero/Omitara, a 100 quilômetros de Windhoek, em janeiro de 2008, iniciou-se uma experiência pioneira do pagamento a cerca de mil habitantes deste lugar, de uma renda básica de 100 dólares da Namíbia, mensais, 12 dólares norte-americanos, por mês, aos seus mil habitantes, igual para todos. Isto vem sendo acompanhado como que um laboratório experimental para a Namíbia e para outros países da África; dentre outros, o Bispo Zephania Kameeta, da Igreja Luterana, que é uma liderança das igrejas importantes na África, amigo do Bispo Desmond Tutu, dentre outros, que é um entusiasta também da proposta. Então, isto vem sendo, há cada seis meses, bem examinado, no que diz respeito aos seus efeitos, e, até agora, os efeitos têm sido positivos, no sentido da melhoria da autoestima, da nutrição das crianças, da diminuição da pobreza absoluta e diversos outros itens. Como eu tenho tratado muito desse assunto, inclusive no meu relacionamento com os países da África, eu quero me colocar à disposição tanto de quando estiverem na Tanzânia quanto em Camarões para desenvolver a interação do Brasil com estes países e com respeito a este assunto.

Quero informar, Sr. Presidente, que, na última semana, eu estive na Guatemala, a convite da ONU, da UNCTAD. A Guatemala, juntamente com o Governo do Presidente Álvaro Cólón, realizou um grande simpósio, presentes 400 pessoas aproximadamente, com representantes de inúmeros países das Américas, para discutir formas de combater a pobreza absoluta na Guatemala e em outros países, e, perante, inclusive, o Presidente Álvaro Cólón, eu fiz uma exposição a respeito da evolução dos programas sociais brasileiros, como do Bolsa-Família, e a perspectiva de ins-

tituirmos uma renda básica de cidadania, o que levou o Presidente Álvaro Cólón, da Guatemala, a fazer uma referência muito especial, pois disse que eu havia os tocado significativamente, inclusive a ele como a sua senhora, que é a responsável pelos programas sociais da Guatemala, e eles vêm desenvolvendo um programa que guarda muita relação com o programa brasileiro do Bolsa-Família, porque eles vieram aqui, examinaram e ali começaram a desenvolver algo nesta direção.

Portanto, eu agradeço se puderem dizer uma palavra a respeito de quais são os programas sociais que existem na Tanzânia e em Camarões, e gostaria de encaminhar a ambos um exemplar de meu livro *"Renda de Cidadania: a saída é pela porta"*, para que tenham os elementos necessários. Muito sucesso na missão de ambos ali na Tanzânia e nos Camarões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, eu queria, antes ainda de passar a palavra, só fazer uma indagação ao Embaixador Orlando Galvêas. Na última reunião, nós tivemos aqui a aprovação do novo Embaixador para Barbados. E uma questão que foi levantada por alguns dos senadores presentes foi em relação ao resultado dessas embaixadas novas em pequenos países ou pequenas ilhas. Então, eu gostaria que V. Sa. pudesse realmente falar alguma questão a respeito desse ponto, do posto que está largando, que seria a Embaixada de Barbados. Qual foi o resultado efetivo dessa Embaixada lá?

SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA: Com o maior prazer. Eu assumi a Embaixada em Bridgetown, em 2002. Sete anos depois, eu tenho o prazer de dizer que recebemos lá duas visitas do Ministro Celso Amorim. Eu organizei dois encontros, duas reuniões do Ministro Celso Amorim, além dessas duas visitas, com todos os Ministros do Exterior dos Países do Caribe, membros da CARICOM, que congrega 15 países caribenhos. As relações com esses países são da maior importância quando se pensa, quando se tem em mente que esses países são todos membros da OEA. São 15 países, membros de uma organização que tem 34 membros. Portanto, esses países correspondem a 44% dos votos. Não se fará nada na OEA, não se conseguirá nada, sem o apoio desses países. Barbados é um dos líderes na CARICOM. Todas as decisões de voto no âmbito da CARICOM são tomadas por unanimidade. Então, todos os votos são dos 15 países em seu conjunto. Quer dizer, qualquer decisão positiva corresponde a 44% dos votos. Então, é fundamental nós termos o apoio desses países.

Esse trabalho político, junto aos países caribenhos foi um... Eu acho que na minha carreira de 44 anos, no Itamaraty, foi dos mais gratificantes. Além

desse trabalho na parte política e com vistas à nossa política continental, é preciso também levar em consideração que esses países correspondem a 7% dos votos nas Nações Unidas. E como são países da nossa região, qualquer pretensão que nós tenhamos nas Nações Unidas dependerá do apoio desses países, tanto pelos 7% dos votos quanto pelo fato de serem países da região americana, que são países que, em bloco, apóiam ou desaprovam uma proposta brasileira. Então, isso é fundamental.

Nesses sete anos, também assinamos seis acordos com Barbados, nas várias áreas. Não existia nenhum. Nunca tinha havido uma visita bilateral entre Barbados e Brasil. Nesses sete anos, o Ministro Celso Amorim esteve lá duas vezes, a Ministra do Exterior de Barbados visitou o Brasil, um dos acordos que assinamos foi um acordo de consultas políticas, fizemos uma reunião em 2004, e uma reunião de consultas políticas é da maior importância, é do maior significado, nas relações não só bilaterais, quanto das relações com a região no seu conjunto.

O comércio cresceu um pouco, mas não foi a parte mais significativa desse trabalho de sete anos. O trabalho político com os seus resultados e o trabalho cultural... Eu tive a oportunidade de levar a Barbados três pianistas brasileiros, instituí um concurso de piano com três prêmios importantes dados pelo Itamaraty, dos nossos melhores... Como Villa-Lobos, por exemplo, que foi o primeiro prêmio, e o terceiro prêmio de um colega que fez o Rio Branco, fizemos juntos o Rio Branco, mas largou a carreira depois, para voltar à sua carreira original de pianista e faleceu, com problema de coração, alguns anos depois, Antônio Guedes Barbosa.

Nesses sete anos, eu recebi em Barbados, praticamente todos os meses, uma delegação brasileira de nível técnico ou nível político. Foi muito gratificante, e eu acho que foi muito interessante da parte política e fundamental quanto à nossa atuação na OEA e também nas Nações Unidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Por favor, o seu comentário a respeito da colocação do Senador Suplicy sobre o Programa de Renda Mínima.

SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA: Eu estive três anos na África do Sul, onde eu tive o prazer de estar com o Senador em 1997, se eu não me engano, e na Namíbia quatro anos. Quer dizer, são sete anos também de experiência na África, no Sul da África. Agora será uma experiência um pouco diferente, na África Ocidental.

Não sei se eu posso dizer alguma coisa pessoal, mas eu tenho um interesse muito grande no estudo da demografia brasileira. Eu pretendo fazer uma pós-

graduação na área de sociologia, com foco em demografia brasileira. E quando o Ministro me convidou para esse posto nos Camarões, vi isso como uma grande promessa, inclusive de conhecer melhor esse lado africano que compõe a nossa população.

Quanto aos trabalhos a que o senador se referiu, eu, infelizmente, já tenho sete anos que saí da Namíbia, não acompanhei esses últimos desenvolvimentos de perto, mas eu gostaria muito e gostei muito do oferecimento do senador, certamente vou incomodá-lo, porque acho que, se há um país na África onde há necessidade de uma atividade nesse sentido, é exatamente Camarões, onde as promessas de desenvolvimento são muito grandes, as condições de desenvolvimento são muito grandes, são muito boas, mas são 30% de desempregados, de modo que a situação social é realmente importante e demanda atenção e trabalho.

Eu, realmente, gostaria muito de estar com o senador durante esse tempo e contar com todo o apoio. Desmond Tutu, ele é importante não só nessa parte social, mas em toda a parte política, e eu tive o prazer de estar na África do Sul exatamente na conversão do regime de Apartheid para o atual, e foi uma experiência realmente fascinante.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador Francisco Carlos Soares Luz.

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: Senador, em primeiro lugar, muito obrigado pelo livro. Eu, a exemplo do--

SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA: Eu não tinha me dado conta que tinha recebido. Muito obrigado.

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: --do Embaixador, eu tive a oportunidade de acompanhar em 2004, na sua palestra em Soweto, que foi, quer dizer, a minha iniciação nesse assunto. Em Moçambique, nós tivemos uma pequena experiência com o Bolsa-Família com 150 famílias, mas, infelizmente, por problemas de infraestrutura, o custo de implementação do programa, o custo fixo, era três vezes maior do que a renda que estava sendo transferida às famílias. Então, ele teve que ser suspenso. Era um programa com o PNUD.

A Tanzânia é um dos países mais pobres do mundo, é a quarta pior renda per capita nominal, 89% da população vive com menos de dois dólares por dia. Agora, apesar disso, tem uma das melhores taxas de desigualdade da África; os 20% mais ricos detêm 42% da renda, e os 20% mais pobres, 7,3%. No Brasil, os mais ricos detêm 60%. Quer dizer, então é um país pobre, mas igualitário, talvez efeito do socialismo de

Julius Nyerere, e que, por isso, ele é tão respeitado na África ainda.

Será um prazer tê-lo lá, eu vou identificar instituições que possam... Se já existe algum movimento nessa área de *basic income* e lhe avisarei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. Primeiro considero da maior importância a presença brasileira na África. Eu acho que esta relação, ela precisa e tem condições de ser mais profunda em todos os aspectos: cultural, científico, econômico.

Nós estamos vivendo um contexto, uma conjuntura internacional nova. Tem a crise, mas tem a reunião do G-20. Eu acho que a reunião do G-20 aponta para a construção de novos paradigmas, e o Brasil joga esse papel. Então, dentro desse contexto, a presença do Brasil na África, a presença do Itamaraty na África, na construção dos novos paradigmas, é de fundamental importância, principalmente na relação do Brasil com a África, da África com o Brasil.

Eu gostaria que V. Sas. comentassem isso, principalmente qual o olhar, hoje, da África para o Brasil, em cima de um valor importantíssimo que avançamos, que é a democracia brasileira. Como é que a África vê avanços, principalmente nos últimos anos, da democracia brasileira? Penso que, inclusive, a democracia é um dos elementos, um dos vetores, um dos pilares que o mundo vê no Brasil, como viu agora no G-20. Eu acho que tem uma deferência ao Presidente Lula, mas tem uma deferência ao Brasil, e a democracia, para mim, é um dos elementos importantes neste reconhecimento da importância do Brasil. Evidentemente que tem a economia brasileira, mas tem a democracia.

Eu gostaria que V. Sas. comentassem como é que a África vê esse avanço, esse valor, que é universal, mas como é que eles olham a democracia no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador Francisco Carlos.

SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ: Senador, eu agradeço a sua pergunta, ela é muito ampla. Uma coisa que eu gosto de desmistificar, quando eu falo em África, é que, primeiro, a África não é uma só, não existe uma posição única da África. É uma união de 42 países, composições totalmente distintas. Mesmo dentro das regiões, quer dizer, a África é dividida em quatro grandes regiões, é difícil você conseguir uma posição única.

A África de língua Portuguesa vê o Brasil como paradigma para tudo: Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé. O Brasil é a referência em tudo e eles desejam uma participação ativa do Brasil em todas as áreas. É o que acontece hoje em Angola, é o que acontece em Moçambique. Angola, com a facilidade de ter recursos do petróleo, agora com a renda afetada pela queda do preço do petróleo, e Moçambique não, Moçambique quer a cooperação, quer copiar os nossos modelos, gosta da nossa presença, porque eles veem no Brasil um parceiro de desenvolvimento e não um doador internacional, com uma posição neo-colonialista. Eu acho que isso é muito importante dizer. Os países que não são lusófonos, aí é uma posição diferente, quer dizer, depende da proximidade com o Brasil e tal coisa... A democracia do Brasil é vista com grande interesse, é exemplo. A Tanzânia, por exemplo, é um país que nunca teve Golpe de Estado, teve uma transição pacífica do período colonial para a independência sem conflito, teve uma fase de partido único, depois uma fase de democracia, com eleições livres. Em 2010, vai ser novas eleições, o atual Presidente é o quarto. Há uma alternância de poder, que acontece em pouquíssimos países africanos. Quer dizer, Botsuana é o principal paradigma, mas a Tanzânia também começou antes. Julius Nyerere foi o primeiro dos grandes líderes da independência que abriu mão do poder, ele passou a presidência quando achou que não tinha mais condições, que era importante ele sair de cena, como o Presidente Mandela fez na África do Sul.

Na África, hoje, está ocorrendo uma nova partida, no bom sentido, não como ocorreu no Século XIX: existe uma disputa pelos recursos naturais. Hoje, é o país que tem mais recursos inexplorados, tanto é que a VALE inaugurou recentemente uma mina de carvão em Moatize, na Província de Tete, em Moçambique, um investimento de 2,100 milhões de dólares na primeira fase, que pode chegar a 6 bilhões, numa outra fase, gerando quatro mil empregos diretos e vinte mil indiretos, numa das províncias mais pobres de Moçambique.

Nós disputamos, hoje, com China, Índia e África do Sul, que possuem interesses muito concretos. A África do Sul é a potência econômica regional, quer ser e considera, principalmente a África Austral, como o seu mercado básico e tenta defendê-lo. China está presente em todos, nos Camarões é a mesma coisa, na Zâmbia, em Angola. É difícil de competir, porque eles investem pesado, eles construíram o Estádio Nacional em Darussalam para 42 mil pessoas, estão construindo um estádio em Maputo, construíram a sede do Ministério das Relações Exteriores, o Parlamento. Quer dizer, existe, hoje, uma atração de capital. Por exemplo, Moçambique tem 54% do orçamento, que é de doação;

na Tanzânia, são 40%. Quer dizer, eles dependem da ajuda internacional para sobreviver, porque são países muito pobres e com recursos naturais abundantes, ainda não descobertos. Quando o setor minero e o setor de infraestrutura começarem a se desenvolver, aí nós vamos passar de uma fase de ajuda para a fase de comércio, que é o que eles querem. Existe uma fadiga de ajuda não só dos doadores, como dos países que recebem pelas diferentes intervenções. Por isso eles veem o Brasil como um contrapeso a essa tendência dessa dependência que eles têm dos países europeus, americanos e Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. Embaixador Orlando Galvêas.

SR. ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA: Eu concordo totalmente com o que disse o meu colega. É claro que há diferentes percepções do Brasil no continente africano, que tem uma herança colonial bastante variada: o passado alemão, o inglês ou o francês. O Camerão tem os três. Começou como uma colônia alemã, que passou depois à inglesa e francesa.

Mas, de certa maneira, há um elemento comum em todo o continente que é de ver o Brasil como um irmão que deu certo. Há uma admiração bastante grande pelo Brasil que eu pude notar. Ontem eu estive com três membros de uma delegação cameronesa que está no Brasil. Um dos membros da delegação é um Diplomata encarregado exatamente do Brasil na Chancelaria Cameronesa. O outro é funcionário do gabinete do Primeiro-Ministro e o outro é do Ministério da Educação. Eu podia ver o calor com que eles falam do Brasil, o interesse com que eles falam do Brasil. Na Segunda Reunião da Comissão Mista, por exemplo, que foi em agosto de 2005, em Brasília, vieram vários empresários. Eu acho que quase todos ou todos ficaram no Brasil um tempo além da reunião para visitar empresários, conhecer melhor as indústrias, o comércio brasileiro. Quando voltaram para o Camerão, criaram uma Associação dos Amigos do Brasil, que eu pretendo usar da melhor e mais intensa maneira, se assumir a Embaixada. Isso reflete a maneira com que se vê o Brasil.

Quanto ao desenvolvimento da democracia, eu acho que essas coisas andam no seu passo próprio. Não se pode atropelar. O atropelamento seria por uma influência exterior. Isso é preciso que vá no próprio caminho, no encaminhamento da própria comunidade, porque qualquer quebra nesse desenvolvimento eu acredito que seria um certo tipo de violência, porque não se pode querer que agora se instale, por exemplo, um regime democrático com alternância perfeita de poder em todos os países, porque não há condições

para isso. Eu estava na África do Sul quando houve o desenvolvimento, quando teve as eleições e assumiu o Mandela, isso é extraordinário. Na Namíbia também isso se faz, mas em boa parte da África isso ainda... Está se fazendo, está se caminhando, mas está indo aos poucos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixadores. Antes de passar a parte secreta, como prevê a Constituição, eu quero colocar em votação um requerimento dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que "Requerem a suas designações para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como membros da Comissão e também da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para o acompanhamento da execução de retirada dos habitantes não indígenas da área da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no período de 20 a 30 de abril do corrente ano, processo determinado pelo Supremo Tribunal Federal". Na justificativa, os Senadores, ambos representantes de Roraima, colocam exatamente: "O superior tribunal federal, ao analisar ação popular sobre a demarcação da Reserva Indígena Raposa-Serra do Sol, decidiu que a retirada dos habitantes não-indígenas da região deveria ser executada pelos órgãos do Poder Executivo, coordenado pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sob orientação e supervisão do Relator do processo no STF. O processo, conforme foi amplamente divulgado, é bastante conflituoso e merece especial atenção, inclusive devido às peculiaridades da região em faixa de fronteira com a Venezuela e a Guiana. Assim, como representantes do Estado de Roraima e membros dessa Comissão, requeremos a designação para acompanhamento do processo, no instituto de fiscalizar e garantir a prevalência dos interesses nacionais e do povo roraimense". Em discussão. Em votação. Estando de acordo, aprovado.

Eu quero... [falha no áudio] ... Audiência Pública, referente à questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL, teremos, nesse dia, dia 16, a presença dos Embaixadores Rubens Barbosa, Paulo Tarso Flecha de Lima e Embaixador Sérgio Amaral. A segunda Audiência será no dia 30, com a presença do Governador de Roraima, José Anchieta, e do Ministro Celso Amorim. No dia 16, será a primeira, na semana que vem, dos Embaixadores, e, no dia 30, duas semanas depois, é que teremos então a presença do Governador, do Embaixador Celso Amorim e do nosso Embaixador Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Portanto, de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 383, do Regimento Interno,

a reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que os Embaixadores sejam ouvidos pela Comissão em algum assunto que seja pertinente. Os representantes do Itamaraty podem aqui permanecer, e eu designo o Senador Mozarildo Cavalcanti para atuar como Secretário.

[Sessão secreta às 11h18].

[Sessão reaberta ao público às 11h42].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta e comunico a aprovação dos Embaixadores Orlando Galvêas Oliveira para a República de Camarões, e do Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, para a República Unida da Tanzânia. Ambos, portanto, estão aprovados por esta Comissão, e o nome será encaminhado para o Plenário, para que possamos rapidamente fazer a aprovação final.

Eu cumprimento aos Embaixadores, agradeço a presença dos Senadores. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h43.

Senado Federal

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dezesseis de abril do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Efraim Moraes, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**, e dos Senadores não-membros **Inácio Arruda e José Nery**, e do Deputado Federal **Antônio Carlos Pannunzio**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 12, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Tasso Je-

reissati, que *“Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009-CRE, já aprovado por essa Comissão, seja convidado o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, para participar da audiência pública a realizar-se no próximo dia 16 do corrente, para debater a matéria do PDS nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL”*. Aprovado. O Presidente informa que o Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro, indicou o Senhor José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo da entidade, para representá-lo nesta Audiência. O Presidente faz a leitura do expediente para o conhecimento da Comissão: *Recebimento do Aviso nº 83, de 2009, do Ministro de Estado da Defesa, informando sobre a realização do Curso de Logística e Mobilização Nacional, promovido pela Escola Superior de Guerra, no período de 11 de agosto a 30 de outubro deste ano, e convidando a Comissão para participar com a indicação de servidores para o processo seletivo ao referido curso*. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 11, de 2009 – CRE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *“Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, e de Serviços de Infraestrutura – CI, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio*. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente Audiência Pública: *Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio*. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do

Senado Federal". Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública "para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela", em atendimento aos Requerimentos nº 8 e 12, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e Requerimento nº 9, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. O Presidente convida para comporem a mesa os Embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral, Paulo Tarso de Flecha de Lima, e o Representante da CNI, o Senhor José Augusto Coelho Fernandes. O Senador **Fernando Collor** faz uso da palavra. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **Rubens Barbosa, Sérgio Amaral, Paulo Tarso Flecha de Lima**, e ao Senhor **José Augusto Coelho Fernandes**, para fazerem suas exposições. Os Senadores **Tasso Jereissati, Fernando Collor, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, João Tenório, Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro** fazem uso da palavra. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 13, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "*Considerando: As indefinições e desencontro de informações sobre o estágio de implementação dos compromissos adotados no Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, objeto do Projeto de Decreto Legislativo ora em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A necessidade de que o Congresso Nacional tenha informações conclusivas sobre o cumprimento pela Venezuela dos compromissos, condição indispensável para que possa deliberar com segurança sobre a aprovação do Protocolo de Adesão. Que em resposta ao requerimento nº 1140, de 2007, do Senador José Agripino, pelo ofício nº 39, AFEPA/DIR I/DAM II-PEXT-MERCOSUL- VENE, de 21 de dezembro de 2007, subscrito pelo eminente Ministro Celso Amorim, constatou-se que restaram pendências na adoção das providências pela Venezuela, no tocante a: Apresentação pela Venezuela das lista NCM dos produtos a serem contidos em cada etapa do cronograma. Identificação dos produtos sensíveis do comércio entre Venezuela, Paraguai e Uruguai. Cronogramas de desgravação do comércio entre Venezuela, Brasil e Argentina; e Posicionamento da Venezuela em relação aos acordos já negociados pelo MERCOSUL com terceiros países. Requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações, incluindo abordagens específi-*

cas a cada uma das pendências mencionadas acima: No âmbito do Grupo de Trabalho criado pelo art. 11 do Protocolo de Adesão foram acordados os cronogramas de desgravação para o comércio da Venezuela com o Paraguai e com o Uruguai e cronogramas de desgravação do comércio da Venezuela com o Brasil e a Argentina. Os primeiros não foram completados e os segundos, ainda estão pendentes de negociação. Em que estágio encontra-se esta negociação? Qual o empecilho que pode representar a falta de finalização dessa negociação para a adesão da Venezuela? No compromisso de adoção da Tarifa Externa Comum, a Venezuela ficou de complementar as tarefas em relação a apresentação de lista de produtos para cada etapa do cronograma. Em que estágio encontra-se esta obrigação da Venezuela de apresentar as listas? Qual a composição dessas listas? Os compromissos de livre comércio entre a Venezuela e os países membros do MERCOSUL foram cumpridos? Se restam pendência, quais são elas? Em que estágio se encontra o andamento das condições e cursos de ação a serem negociados com terceiros países no tocante à adesão da Venezuela aos instrumentos internacionais e acordos celebrados com esses terceiros países?" Discussão da matéria pelos Senadores **Pedro Simon, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Flexa Ribeiro e Inácio Arruda**. Aprovado. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 14, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Inácio Arruda, que "*Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no próximo dia 29 de abril, neta Comissão, sobre a participação do Brasil na Missão Humanitária na Colômbia, tendo como convidada especial a Senadora colombiana Piedad Córdoba*". Aprovado. Os Senadores **Pedro Simon, Romero Jucá, Heráclito Fortes, José Nery e Arthur Virgílio** fazem uso da palavra. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras o Requerimento nº 12/2009 – CRE, de autoria do Senador Tasso Jereissati que requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal em aditamento ao Requerimento nº 08, de 2009 – CRE, já aprovado por esta Comissão, que seja convidado, também, o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, para participar da audiência pública a realizar-se no próximo dia 16 do corrente para debater a matéria do PDS nº 430/2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL. Em votação. As Sras. Senadoras e os Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Informo ainda que o Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro, indicou o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo daquela entidade para representá-lo nesta audiência após esta aprovação que acabou de ser feita.

Eu quero ainda dar conhecimento à Comissão do recebimento do Aviso nº 83/2009 do Ministro de Estado da Defesa, informando sobre a realização do curso de logística e mobilização nacional promovido pela Escola Superior de Guerra, no período de 11 de agosto a 30 de outubro deste ano, e convidando a Comissão para participar com a indicação dos servidores para o processo seletivo ao referido curso.

Ainda antes de iniciarmos a audiência pública, temos aqui um Requerimento da Senadora Kátia Abreu que trata de uma audiência pública conjunta, já aprovada em várias outras Comissões, e também eu subscrevo que requer uma audiência pública em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Sociais, Desenvolvimento Regional e Turismo, Direitos Humanos e Legislação Participativa, Educação e Cultura, Serviço e Infraestrutura. Acho que são todas as Comissões em conjunto, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente e o alcance territorial da legislação ambiental indigenista e as implicações para o agronegócio. São

duas pessoas que são sugeridas, e a ideia que sendo em conjunto, seja feita no plenário essa audiência no próximo dia 29 de abril.

Estão convidados o Dr. Gustavo Ribas Curcio, doutor em engenharia florestal e pesquisador da Embrapa Florestas, e também o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, localizado em Campinas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estejam de acordo. Aprovado.

Passamos, portanto, à audiência pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430/2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL, assinado em Caracas em 04 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados-Partes do MERCOSUL e da Venezuela em decorrência da aprovação dos seguintes Requerimentos: nº 08 de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, aprovado dia 26 de março de 2009, e também o Requerimento nº 09 de minha autoria, aprovado em 02/04/2009, e ainda o Requerimento nº 12, também de autoria do Senador Tasso Jereissati, aprovado hoje.

Convido para compor a mesa os Exmos. Srs. Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sergio Amaral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e o Sr. José Augusto Coelho Fernandes que representa a Confederação Nacional da Indústria.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de pedir a V. Exa. a atenção de me permitir fazer algumas considerações iniciais, mesmo antes da oitiva de S. Exas, os Srs. Embaixadores, já que eu estou presidindo uma outra Comissão, a Comissão de Infraestrutura. E eu não gostaria de deixar de fazer aqui algumas colocações a respeito desta audiência pública que V. Exa. preside como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente, com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Sr. Embaixador Rubens Barbosa, Sr. Embaixador Sergio Amaral, Sr. representante da CNI, Dr. José Augusto Fernandes, senhoras e senhores. Ao se iniciarem nesta Comissão os debates sobre

o Protocolo de Adesão para a inclusão da Venezuela no MERCOSUL como membro pleno, não posso deixar de recordar as palavras ofensivas do presidente venezuelano em relação ao Senado Brasileiro e ao Presidente desta Casa.

Aquelas aleivosias não condizem com o respeito devido à grandeza e à dimensão do Brasil, e não coadunam com o nível de educação que devem pautar as relações diplomáticas. Foram palavras extremamente ofensivas, que melhor estariam se introduzidas em canal competente da liderança Venezuelana, e não dirigidas levemente ao chefe de um dos poderes da república.

Não se pode aqui analisar apenas números, as aparentes e duvidosas vantagens que teria o MERCOSUL com a entrada da Venezuela, mas devemos discutir de forma mais ampla e profunda a oportunidade de se aceitar agora a Venezuela presidida por Chávez como membros pleno do MERCOSUL. Reitero minha preocupação com a grave situação política do entorno brasileiro, onde há sinais evidentes de crises potencialmente danosas aos nossos interesses. Repito, como já o fiz em várias outras oportunidades, que se desenha um arco de instabilidade em nosso entorno.

A Bolívia debate-se com movimento autonomista dos departamentos da Média Luna, Santa Cruz de La Sierra, Pando, Beni e Tarija. Há mesmo um risco de desagregação do país, onde há estabelecida numerosa população brasileira. Recorde-se o ímpeto nacionalizante do Presidente Evo Morales em relação às refinarias da Petrobras. No Paraguai, além da atitude oficial de insuflar a população com a manipulação de sentimentos antibrasileiros, com a bandeira da renegociação do Tratado de Itaipu, assiste-se à provocação aos brasileiros lá estabelecidos e trabalhando há décadas no campo.

No caso da Colômbia temos o problema das FARC e a tendência ao aumento de suas incursões em território brasileiro, na medida em que forem mais acudadas pelas operações do governo colombiano.

O Equador dedica-se a atitudes provocativas em relação a empresas e a um banco de desenvolvimento brasileiros em detrimento de normais e adequadas conversações diplomáticas.

A Argentina prima em adotar medidas protecionistas que são a antítese da integração. Há demais problemas latentes entre nossos vizinhos com uma reivindicação da Venezuela em relação a Esequibo na Guiana, sito também a disputa entre o Equador e o Peru, o ressentimento da Bolívia e do Peru contra o Chile desde a Guerra do Pacífico, quando o Peru perdeu o Tarapacá e a Bolívia perdeu Antofagasta, ficando sem saída, portanto, para o mar.

Mas, recentemente, tivemos as desavenças do Uruguai e a Argentina sobre as usinas de papel na fronteira e o episódio Colômbia e Equador em relação às FARC.

Quando tive a honra de firmar o Tratado de Asunción em 1991, o mundo passava por profundas transformações. Terminava a guerra fria, e se afirmavam as forças da globalização. Delineavam-se ou consolidavam-se grandes espaços econômicos na América do Norte, Europa e Ásia. A forma de sobreviver e prosperar no novo mundo era a integração.

A formação do MERCOSUL era um imperativo, e a argamassa do MERCOSUL era e continua sendo a solidariedade, o respeito e a confiança. A paz era e é pressuposto essencial.

Assim eu me pergunto: nas situações de potenciais conflitos como as agora lembradas. Como procederá Chávez? Seu comportamento tem sido belicoso, provocativo, divisivo. É evidente que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses brasileiros. Tem procurado aumentar a sua influência regional, e para isso tem utilizado a renda do petróleo que agora se desmilingue. Porém, ele não atua como fator de união e integração, mas como elemento de discórdia. Foi nesse sentido que agiu no episódio das FARC, e é nesse sentido que busca interferir em assuntos bolivianos. Tomou a iniciativa de desligar-se da Comunidade Andina das nações, com a qual a Venezuela tem natural afinidade sob a alegação de que os tratados de livre comércio da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos da América causavam dano irreparável à comunidade.

Num mundo como hoje que nós estamos vivendo. Nessa quadra difícil em que vivemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, precisamos de parceiro que tenha o espírito da integração, que busque a conciliação, que procure compor os interesses dos membros do MERCOSUL e não, jamais, que o utilize como palco ou plataforma de um projeto individual de poder.

Era o que tinha a dizer e agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, pela deferência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor, é muito importante as suas palavras como testemunha, como quem Presidente da República assinou o Tratado inicial, e esse alerta que é feito é importante para todos os estudos que vamos fazer aqui sob a orientação do Senador Tasso Jereissati que é o relator desse projeto apresentado pelo governo de entrada na Venezuela no MERCOSUL. É importante a lembrança também de que ainda não há uma explicação do

Presidente Chávez à agressão que foi feita ao Senado Brasileiro. Isso permanece em aberto.

Quero registrar também a presença do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, do PSDB de São Paulo, que aqui veio junto com os nossos Senadores e membros da Comissão.

Passando a palavra, logo em seguida, ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa para que possa fazer a sua exposição. O tempo estimado é de dez minutos, mas esteja à vontade para o que for necessário.

SR. RUBENS BARBOSA: Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros da mesa, senhoras e senhores. Muito obrigado pelo convite para comparecer aqui nesta audiência pública.

A minha posição seria mais fácil do que em outras ocasiões, porque eu tenho posições públicas a respeito desta questão, não só em artigos, entrevistas; como também contribuí para uma nota que saiu da FIESP.

Eu aqui vou reiterar então essas posições que eu tenho defendido já há quase dois anos, e pela limitação do tempo eu vou concentrar em três pontos. Primeiro, o fato de que o Protocolo e a entrada na Venezuela é uma decisão política do governo brasileiro e dos governos do MERCOSUL. Segundo, que o Protocolo de Adesão deve ser examinado estritamente do ponto de vista técnico. E o terceiro ponto é a questão da visão estratégica que nós temos que ter em relação a essa questão

O primeiro ponto a questão da decisão política. O Protocolo de Adesão que foi assinado entre os Países Membros do MERCOSUL e a Venezuela em julho de 2006, fixou politicamente os limites de tempo para Venezuela ajustar-se às regras e normas do MERCOSUL. Eu acentuo essa palavra politicamente, porque aqui nesse fato de terem se fixados prazos é uma decisão política, o fato de a Venezuela ter ganho um status que não existe no Tratado de membro pleno no processo de adesão é outra decisão política, e o fato da Venezuela, antes de ser aprovada o seu pedido, ter vindo participando de maneira plena das reuniões do MERCOSUL, sem voto, é verdade, mas com voz, é outra decisão política dos Países Membros.

O segundo ponto dentro dessa visão que nós estamos tratando de uma decisão política dos países, é que a forma como foi concebido e assinado o Protocolo é também original. Se nós acompanharmos a maneira como os países da Europa que querem entrar na União Européia, o processo é um pouco diferente do atual aqui no Brasil, aqui no MERCOSUL. Os países recebem uma lista de condições para entrar, e enquanto eles não cumprem aquelas condições eles não entram. Os últimos países que entraram, 17 países que entraram levaram mais de cinco anos negociando

as condições que a União Européia coloca. E aqui não é bem assim o que está acontecendo.

E terceiro lugar como prova de que isso é uma decisão política, é o empenho com que o governo brasileiro está tendo para aprovação desse protocolo, colocando toda a força do governo para aprovação, tanto na Câmara como aqui no Senado, e essa decisão que os senhores vão tomar aqui, certamente, vai influir na decisão do Congresso Paraguai, onde o governo do Paraguai não tem maioria.

O segundo ponto, e aí é o ponto que eu acho mais importante é a questão do exame técnico do Protocolo. Nós estamos, o governo brasileiro e os governos dos MERCOSUL estão negociando há três anos com a Venezuela, porque o acordo, como eu disse, foi assinado em julho de 2006, em julho de 2009 vamos completar três anos. O grupo de trabalho para negociar, para fazer a negociação dos quatro com a Venezuela, foi criado para negociar os detalhes dessa negociação. E até agora o primeiro grupo de trabalho que foi constituído seis meses depois, em meados de 2007, concluiu inconclusivamente os seus trabalhos, e houve um relatório desse grupo que foi aprovado pelos presidentes no Conselho do MERCOSUL, e esse relatório deixou vários pontos pendentes, e foi tomada a decisão de se constituir um outro grupo de trabalho, um grupo de trabalho *ad hoc* que tinha mais um ano para concluir as negociações. E esse prazo terminava em maio de 2008. Que eu saiba não há um informe desse segundo grupo de trabalho, e pelo que consta as negociações continuam inconclusivas até agora, abril de 2009.

Assim os países do MERCOSUL não conseguiram concluir as negociações com a Venezuela. Pelas informações disponíveis o governo da Venezuela só quer negociar três pontos desse Protocolo, os arts. 3, 4 e 5; eu volto a tratar disso daqui a pouco, depois da entrada, em vigor, do Protocolo, quer dizer, a Venezuela só quer negociar três pontos do Protocolo depois da entrada em vigor.

Há, portanto, uma clara relutância da Venezuela em negociar, apesar do esforço do governo brasileiro e dos demais países do MERCOSUL para trazer a Venezuela para a mesa das negociações. E aqui essa preocupação é compartilhada pelo próprio Ministro Celso Amorim. O Ministro Celso Amorim disse publicamente, quando da visita do Chanceler da Venezuela aqui há algum tempo atrás, que o Congresso não aprovaria o acordo sem o compromisso da Venezuela de liberalização de seu comércio com o Brasil, em outras palavras, o Ministro Celso Amorim disse que se as negociações técnicas não forem concluídas, dificilmente o Congresso Nacional poderá aprovar o

Protocolo. Isso não são palavras minhas, são palavras do Ministro Celso Amorim.

O que está sendo negociado no grupo de trabalho? Primeiro estão sendo negociados os compromissos assumidos pela Venezuela no Protocolo e os compromissos assumidos no relatório do primeiro relatório. No art. 11 do grupo de trabalho, os países do MERCOSUL deram um prazo de 180 para que, esses quatro pontos que eu vou mencionar agora, fossem concluídos, e nós estamos já no terceiro ano e ainda não chegamos a uma conclusão.

O primeiro ponto que o grupo de trabalho se dedicou, dizia respeito ao cronograma de adesão ao acervo normativo do MERCOSUL, é o art. 3º do Protocolo de Adesão que os senhores estão examinando. O que é que quer dizer isso? A Venezuela se comprometeu a colocar um prazo para aderir às normas e regulamentos que foram aprovados ao longo desses últimos 15 anos pelo MERCOSUL, é um número enorme, tem os números aí. Mas, enfim, é um número muito grande, e que precisa entrar no ordenamento jurídico da Venezuela.

O segundo ponto é o art. 4º do Protocolo que trata do cronograma de adesão à tarifa externa comum, e a nomenclatura comercial do MERCOSUL. Foi definido um prazo, quatro anos, mas não a lista dos produtos que estarão em cada etapa, e nem o cronograma, porque se vai haver um período de quatro anos, três anos, dois anos; o que for, tem que negociar quais os produtos que entram e quando entram esses produtos. Está pendente também. E no relatório do grupo de trabalho se dava um prazo até 2 de setembro de 2007 para aprovação desse item.

O terceiro ponto. Então o primeiro ponto é adesão ao acervo normativo, o segundo é adesão a TEC e à nomenclatura comercial, e o terceiro é o cronograma para implementação do livre comércio entre os quatro países e a Venezuela. O grupo de trabalho não conseguiu concluir as negociações do cronograma de liberalização que é o art. 5º do Protocolo, no caso do Brasil/Venezuela vai até 2010, da Venezuela para o Brasil até 2012, mas os produtos sensíveis vão até 2014.

E o último ponto é a questão da adesão aos acordos negociados com terceiros países. Toda a negociação comercial que o MERCOSUL teve com outros países. Não houve nenhuma definição e foi concedido um prazo adicional para a Venezuela.

O que fazer? Como vamos tratar esse assunto? A Comissão de Relações Exteriores do Senado, e, posteriormente, o plenário terão de analisar e se satisfazer plenamente que do ponto de vista técnico estão concluídos os quatro pontos que a Venezuela,

livremente, concordou em negociar para aderir ao MERCOSUL.

A Comissão de Relações Exteriores, na minha opinião, deveria solicitar ao Itamaraty informação sobre o andamento das negociações, e se a Venezuela, pelas negociações, se dispõe a cumprir o que ficou acordado no Protocolo de 2007.

A informação que me foi preparada lá pela FIESP consta que o Senador José Agripino teria feito um pedido de informação, nesse sentido para o Itamaraty, e na informação que me deram, eu não sei se é verdade, o Senador Agripino não está aqui para nós conferirmos, aparentemente, essa informação ainda está sem resposta. É um pedido feito... Estou com o número do requerimento e tudo aqui, é de 2007. Somente depois de ter recebido e analisado as informações do Itamaraty o Congresso estará habilitado a decidir sobre a matéria. Se o Itamaraty responder que, efetivamente, todos os compromissos assumidos pela Venezuela foram cumpridos, está preenchido o requisito técnico e importante para que o Congresso possa se manifestar. Se o protocolo for aprovado antes da conclusão das negociações, a Venezuela se tornará um membro pleno do MERCOSUL, sem que estejam definidas as condições em que vai cumprir os compromissos aceitos no Protocolo, que é o contrário do processo que existe na União Européia.

Finalmente, essa questão da visão estratégica vou ser muito breve. Se nós analisarmos a questão da entrada da Venezuela a médio e longo prazo haveria algum mérito em se considerar essa possibilidade por quê? Porque a Venezuela é o terceiro país aqui no continente, tem um comércio muito grande e crescente com o Brasil, sobretudo, a extensão territorial do MERCOSUL saíria da Terra do Fogo e iria até o Caribe. Então, do ponto de vista de estratégico de médio e longo prazo seria interessante o exame do ingresso da Venezuela. O problema, como nós sabemos, é o curto prazo, e não se pode dissociar a figura do atual presidente dos compromissos que ele vai assumir no âmbito do MERCOSUL.

Então, eu acho que para não ampliar a exposição, eu acho que esse assunto é de grande importância. Teríamos que para ter certeza de que a negociação avançou, eu acho que não há outra alternativa, porque nós não temos as informações, nem o público, em geral, e imagino que nem os senhores aqui tenham a informação do real avanço das negociações. Se o Itamaraty assegurar que as negociações avançaram, e que ele, o governo brasileiro está satisfeito com o andamento das negociações, fica cumprido esse requisito importante de tratar esse assunto como deve ser feito do ponto de vista do interesse brasileiro, que

é uma negociação que, efetivamente, incluía um país que assumia compromissos para liberalizar o comércio e permitir o maior acesso dos produtos brasileiros no seu território. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Nós vamos então agora ouvir a palavra do Embaixador Sergio Amaral, também para suas exposições, suas informações para nossa audiência pública.

SR. SERGIO AMARAL: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria agradecer o convite para participar desta discussão sobre este tema importante. Cumprimentar os Srs. Senadores, Deputados, os membros da mesa e as senhoras e os senhores presentes.

Também no meu caso esse exame tem três questões que devam ser consideradas. A primeira delas é a relevância da Venezuela e das relações entre o Brasil e a Venezuela.

A segunda questão diz respeito ao processo de adesão às questões técnicas relativas aos requisitos estabelecidos pelos membros do MERCOSUL com a Venezuela para essa adesão, em que eu subscrevo os pontos levantados por meu colega Rubens Barbosa, o que vai permitir reduzir a minha apresentação. E o terceiro ponto, não menos relevantes, são as implicações do ingresso da Venezuela para o MERCOSUL.

O primeiro ponto, não resta qualquer dúvida, de que a Venezuela é um importante país vizinho, e tem importantes relações com o Brasil. Uma população de 27 milhões com o quarto PIB, se nós considerarmos a América Latina e o México, e com uma intensa relação comercial e crescente, na medida em que o intercâmbio com os Estados Unidos se reduz, o intercâmbio com o Brasil e com a China cresce, e é evidente que se a Venezuela, efetivamente, ingressar no MERCOSUL e reduzir as tarifas, aumentam as nossas margens de preferência no mercado venezuelano, e, por conseguinte, a nossa capacidade de competir em boas condições com as exportações e mesmo com os investimentos chineses. É um mercado de importantes investimentos brasileiros e de perspectivas ainda melhores para o avanço dos investimentos.

Sob esse aspecto o primeiro ponto não resta dúvida de que a Venezuela merece ingressar no MERCOSUL, e, na verdade, isso já deveria ter sido feito. Quando eu fui Ministro do Desenvolvimento, eu defendi a ideia de que se fizesse ou um Merconorte ou que a Venezuela ingressasse no MERCOSUL, e, portanto, sob este quesito, se pudermos chamar assim, a Venezuela tem, certamente, um ponto positivo.

A segunda questão diz respeito ao processo de adesão, e as condições que foram negociadas com a

Venezuela para essa adesão. E como o Embaixador Rubens Barbosa disse muito bem, a Venezuela negociou e acordou com condições para a sua adesão. Não são, na verdade, condições substantivas, são requisitos processuais para o processo de negociação. É a fixação de programas e cronogramas para que se dê as negociações sobre as questões de incorporação do acervo do MERCOSUL pela Venezuela são questões relativas à nomenclatura, isto é, à adoção por parte da Venezuela da nomenclatura de linhas tarifárias que compreende todo o sistema tarifário, e são as negociações relativas ou os cronogramas relativos ao processo de liberalização da economia para os sócios do MERCOSUL.

O que é surpreendente é que a Venezuela não completou a negociação, nem mesmo das questões relativas a programas e cronogramas, são programas de negociação e são cronogramas de negociação, e não negociações propriamente ditas.

O grupo de trabalho, como foi mencionado, concluiu com sua atividade sem resultados conclusivos, e criou um novo grupo de trabalho, sobre o qual nós não temos conhecimento. Quer dizer, nós não conhecemos o resultado, se houve algum da segunda fase de negociação no âmbito do grupo de trabalho--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nesse grupo de trabalho os países já pertencem?

SR. SERGIO AMARAL: Dos países do MERCOSUL, dos quatro sócios mais a Venezuela.

A Venezuela não entregou a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, ela não concluiu os programas e cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e com a Argentina, só em relação ao Paraguai e Uruguai. Portanto, ela não concluiu o que seriam condições mínimas, se nós compararmos com outros acordos comerciais ou com a prática internacional.

Eu gostaria de mencionar rapidamente o que diz os critérios de Copenhague da União Européia para adesão de novos membros, que vão muito além da negociação de tarifas, por exemplo, a Declaração de Copenhague de dezembro de 93, antes, portanto, do Processo de Adesão diz que o país candidato, cuja candidatura tem que ser aceita para ser convidado a negociar, tem que ter instituições estáveis que garantam a democracia e o estado de direito, tem que ter uma economia de mercado, de modo a fazer face à pressão da concorrência das forças de mercado, dos outros países membros, tem que ter capacidade de assumir as obrigações decorrentes do Estatuto de Estado-Membro. E depois em 1995 a União Européia estabeleceu ainda uma condição prévia, o país que tem interesse em ingressar na União Européia pre-

cisa promover a prévia adaptação de suas estruturas administrativas em conformidade com os padrões dos membros da União Européia. Muito mais difícil é a adesão da OMC, porque não só, previamente, tem que haver um processo de negociação, como esta negociação, além de regras gerais vai ter um componente individual, ou seja, o país candidato tem que negociar individualmente com outros países membros e, por exemplo, no caso da Rússia isso se estende já há muitos anos, e até agora a Rússia não conseguiu ser aceita na OMC.

No nosso caso, ao contrário, nós invertemos a ordem, primeiro entra e entra, e ainda que sem voto, mas primeiro entra, no momento em que os países assinaram o Protocolo, a Venezuela passou a ser membro do MERCOSUL ainda que sem voto, e depois negociamos.

O terceiro ponto, e, a meu ver, igualmente, relevante diz respeito às implicações do ingresso da Venezuela para o MERCOSUL. E eu gostaria de lembrar a respeito que esse foi sempre um tema recorrente no MERCOSUL. Sempre se discutiu, é melhor alargar, ter novos membros ou é melhor aprofundar e consolidar as instituições? E o MERCOSUL, prudentemente, optou sempre por consolidar as suas instituições em vez de alargar. O que é surpreendente é que esta decisão de alargar sobre certos aspectos ou vários aspectos precipitada se faz exatamente no momento em que o MERCOSUL apresenta maior fragilidade, inclusive, fragilidade das suas instituições, antes de terem avançado as suas negociações no momento em que existem intenções e mesmo retrocesso.

O comércio no MERCOSUL cresceu de 2001 a 2006 em termos absolutos de forma muito expressiva, mas em termos relativos o comércio no âmbito do MERCOSUL cresceu 76%, é impressionante. Mas se nós formos ver esta é, mais ou menos, a cifra do crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo, portanto, a contribuição do MERCOSUL é, praticamente, inexistente. Mas se nós compararmos o crescimento no âmbito do MERCOSUL com o crescimento havido em outros acordos sub-regionais de comércio, o crescimento do MERCOSUL é menor, 76% comparado com 100% no grupo andino e comparado com um país que é relevante, também parceiro do Brasil de 2001 a 2006 o comércio com o México cresceu 123%. Portanto, o MERCOSUL não tem um desempenho tão expressivo que justifique tanta liberalidade no que diz respeito a um entendimento das suas regras. A mesma coisa acontece se nós virmos o comércio intraregional comparado com o comércio de certos grupos sub-regionais com outras partes do mundo.

No grupo, no mercado centro-americano o comércio intrarregional representa 18%, você quer dizer, 18% do comércio é entre os membros, e os outros 82 restantes são com o resto do mundo. No caso é 15%, no caso do Caricom é 14%, no caso do MERCOSUL é 13%, e no caso da CAM é 10%. Isto se compara com o comércio intra-regional no âmbito do Nafta de 53% e no âmbito do mercado comum europeu de mais de 60%. Em outras palavras, na verdade, em termos relativos o MERCOSUL não está crescendo. Mas esse não é o problema maior, o problema maior é que o MERCOSUL simplesmente não avança, ele não avança em termos de livre comércio, ele não avança em termos de tarifa externa comum, ele está parado, quando não tem um retrocesso, que é o que nós estamos assistindo nas nossas relações com a Argentina, em que nós temos um número crescentes de licenças não automáticas, nós temos o uso abusivo do antidumping, nós temos a falta de cumprimento com os termos de acordos como é o caso do acordo automotivo que deveria ter entrado na faixa do livre comércio, e que continua como um comércio administrado. E em relação à tarifa externa comum nós temos setores inteiros que estão fora como é o setor de bens e capital e bens de informática. Mais um ponto, o MERCOSUL está crescentemente apresentando problemas de segurança jurídica.

Uma empresa que exporta para a Argentina não sabe por quanto tempo poderá exportar, porque a todo momento poderão intervir medidas protecionistas, quando não novas regras e instituições como é o programa de ajustamento competitivo que é uma forma disfarçada de subsídios que é inteiramente estranha a um acordo de livre comércio, e a uma união aduaneira. Certamente, o ingresso da Venezuela não tenderá a contribuir para mais segurança jurídica, uma vez que o governo da Venezuela também tem incorrido numa série de medidas imprevistas, como é o caso, por exemplo, recentemente das restrições sobre as exportações de celulares para a Venezuela.

Pelo art. nº 10 do Protocolo, no momento em que este Protocolo for ratificado, a Venezuela passa a ser um membro pleno com direitos iguais a todos os demais membros do MERCOSUL, sem, no entanto, ter cumprido ainda com os seus compromissos. E essa adesão suscita, a meu ver, duas questões relevantes que não têm diretamente a ver com o ingresso da Venezuela, mas que, a meu ver, deveriam ser discutidas toda vez em que o MERCOSUL pensar em ampliar o número de seus membros.

Quando um acordo de livre comércio passa a ser uma união aduaneira as condições se modificam. Quando um acordo de integração regional avança e deixa de ser apenas um acordo de tarifas ou um

acordo de liberalização comercial, existem decisões que são muito mais sensíveis para os países membros. O MERCOSUL não poderá avançar se ele não fizer a coordenação de suas políticas econômicas. O processo de integração, como aconteceu na Europa, inevitavelmente, acende a novas etapas do processo de entrosamento e de integração como é, por exemplo, decisões relativas à política externa. E é por esta razão que a União Européia passou muitos anos discutindo qual seria a sua estrutura jurídica para uma nova fase do alargamento, e um dos pontos centrais foi a ponderação de votos. Ponderação de votos que já havia antes, mas que foi reforçada com a adesão de dez novos membros.

Eu não acredito que seja possível o Brasil discutir alargamento, querer avançar no processo de integração sem discutir esta questão central, porque nós não podemos aceitar que um país que representa, via de regra, a diferença sempre em comparação de PIB por causa de questões de câmbio e etc., mas um país como o Brasil que representa metade do PIB latino-americano não pode aceitar que um país que representa 1%, 2, 3, 4% do seu produto tenha o mesmo peso na decisão. Da mesma forma nós não podemos aceitar que no momento em que o MERCOSUL cresce, nós não podemos aceitar que existe um poder de veto, como existe hoje, não pela decisão de um tratado, não pela decisão de um compromisso internacional discutido publicamente e aprovado pelo parlamento, mas por uma simples decisão do Conselho de Ministros, cuja validade, inclusive, não sei se não pode ser questionada, não é possível que se estabeleça uma regra de negociação conjunta quando nós não temos os pressupostos dessa negociação, que é uma convergência na nossa economia e uma convergência na nossa visão de processo de integração.

Portanto, existem aí duas questões que, a meu ver, são prévias, não a questão da Venezuela, mas toda e qualquer decisão de alargamento do MERCOSUL nós vamos ter que discutir e eu acho que tem que ser uma discussão pública, tem que se uma discussão no parlamento também porque existem questões fundamentais que decorrem desses dois fatos. Será que nós vemos o processo de integração como um processo de votos iguais? E será que nós aceitamos que nós não poderemos negociar com países em mercados que são importantes para o país? Porque alguns dos nossos sócios têm uma visão diferente, nós não temos os mesmos amigos que outros membros do MERCOSUL ou da Venezuela que quer entrar. Será que essa questão não é relevante?

Então, para incluir, Sr. Presidente e voltando aos meus três pontos. Eu acho que a Venezuela é um país

importante na América do Sul, sem qualquer dúvida, as relações com a Venezuela são importantes e tenderão a ficar ainda mais relevantes. E sob esse aspecto não há dúvida de que a Venezuela merece ter a aprovação do seu ingresso no MERCOSUL. Mas nós, certamente, poderemos questionar o processo de adesão, tal como ele está sendo feito e isso daí, a meu ver, tem que levar à discussão do processo de ponderação de votos de outras questões que estão implicadas nela, e eu acredito que se o Senado caminhar para a aprovação, para a ratificação, na medida em que não me parece razoável que rejeite a entrada da Venezuela, não me parece tão pouco razoável que rejeite sem impor condições a que a Venezuela cumpra, possivelmente, antes os requisitos para a adesão a que se comprometeu e que haja um esclarecimento, uma discussão e um acordo sobre duas questões básicas que são a ponderação dos votos e a questão do processo de negociação conjunta, porque se não houver isto antes, eu acho que seria preciso pensar numa ratificação sobre condições ou sobre reserva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador, nosso ex-ministro Sergio Amaral.

E eu concedo a palavra agora ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, também para fazer a sua exposição.

SR. PAULO TARSO FLECHA DE LIMA: Sr. Presidente, meu prezado amigo Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, Sr. Deputado, minhas senhoras, meus senhores. Essa questão da adesão da Venezuela é desafiadora, porque ela passou a ter um componente passional muito maior do que o normal na ratificação de tratados aqui pelo Senado, e justamente esse é o ponto que eu gostaria de enfatizar. Nós não podemos nos deixar levar pelo lado mais passional do problema, porque eu acho que o Chávez é um homem que eu não gostaria que fosse presidente do Brasil, mas é um sujeito passageiro, o Chávez não é eterno.

Então nós estamos aqui discutindo a nossa vinculação a um país importante, cujo comércio com o Brasil cresceu 885% nos últimos dez anos, quer dizer, nós não podemos perder de vista uma visão estratégica do nosso interesse, e é por essa razão que eu exorto os Srs. Senadores a refletirem sobre esse aspecto de nossos interesses concretos que são muito relevantes.

Nós hoje temos acesso ao mercado venezuelano, graça a uma herança de preferências que pertenciam ao pacto andino que deixaram de vigor quando a Venezuela deixou o pacto andino, e que hoje nos garante um acesso privilegiado lá. Basta recordar o seguinte, se terminar essas preferências que vão terminar em

2011 os automóveis nosso, que pagam atualmente 21% de direitos, passarão a pagar 35%, ou seja, é um aumento quase proibitivo de nosso comércio, de modo, que eu acho que isso tem que ser levado em conta, e eu pediria muito que fosse olhado esse aspecto estratégico, sem tanta ênfase no lado processual, que eu acredito ser importante também, e acho que isso é matéria de negociação. Eu acho que o Presidente da Comissão pode fazer sentir ao Chanceler a preocupação quanto à observância dos Protocolos de Adesão e dos procedimentos de adesão, para ver se, por acaso, a Venezuela pode oferecer algum tipo de garantia de que obedecerá a essas regras que lhes foram impostas, e quanto à qualidade do comércio, eu não preciso elaborar muito, porque é um comércio predominantemente de manufaturados, inclusive, feito em Sete Lagoas, Presidente, porque os caminhões Iveco são um componente importante da porta de exportação para a Venezuela e tão querendo emprego na sua terra, de modo que eu acho que vale a pena ter presente esse fato.

E a FIAT, por exemplo, o principal mercado da Fiat lá de Minas Gerais é justamente a Venezuela, de modo, que eu acho que são fatos muito... Eu não quero falar das empresas brasileiras que estão atuando lá, uma empreiteira, eu sei que tem contratos de quase 10 bilhões de dólares em execução na Venezuela, uma carteira que no momento em que nós estamos aqui à mingua de projetos, à mingua de recursos para financiar projetos de desenvolvimento, é uma oportunidade que não se pode desperdiçar, de modo que eu acho que... Eu sou sinceramente a favor que a Comissão aprove a entrada da Venezuela, e que os fatos assinalados pelo Senador Collor quanto ao comportamento errático do Presidente Chávez, eu acho que poderiam ser remediados através de uma negociação ou entendimento entre o Presidente Lula e o Presidente Chávez. Vai ter agora a reunião de Trinidad e Tobago, e eles podem, perfeitamente, aproveitar a oportunidade para esclarecer esses detalhes. Eu acho que foi um lapso lamentável do Chávez, um comportamento reprovável, e o próprio Presidente Lula já reprovou essas palavras infelizes do Presidente Chávez.

Eu, portanto, sou francamente a favor da adesão à Venezuela e motivado pelos interesses efetivos atuais e estratégicos do Brasil. Porque, na minha visão, nós vamos evoluir aqui na América Latina para um entendimento em torno de energia, e um entendimento em torno de energia passa por um diálogo com a Venezuela, de modo que eu acho que temos que ter presente a importância do país, e prescindir da figura de seu governante que é uma figura transitória. Temos que olhar o interesse de longo prazo do Brasil, e

nesse caso eu acho que, portanto, Presidente Eduardo Azeredo, a minha posição é francamente a favor da adesão, e acho que V. Exa. poderia fazer sentir ao Ministro Celso Amorim ou ao Presidente Lula, a conveniência de que eles esclareçam com o Presidente Chávez a impropriedade das observações que ele fez a respeito do parlamento brasileiro, de maneira a se obter algum tipo de correção ou de desculpa que seja aceitável por nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado.

Espero que continuem comprando os caminhões da Iveco.

Vamos ouvir agora, com a palavra, o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, que representa a CNI – Confederação Nacional da indústria.

SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES: Obrigado, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes, porém, só foi colocado pelo Embaixador Rubens Barbosa a questão do Requerimento do Senador José Agripino, de informações sobre o estágio do atendimento às questões do Protocolo do grupo de trabalho, isso foi em dezembro de 2007, e a secretaria me informa aqui que houve uma resposta do Ministro Celso Amorim no mesmo mês de dezembro, e eu vou distribuir para os Senadores. Isso já está defasado, foi há um ano e três meses, há um ano e quatro meses. Aqui, numa leitura rápida, se vê que, pelo menos, naquela época os cronogramas com a Venezuela, com a Argentina e com o Brasil permanecem pendentes de negociação, pelo menos, num dos primeiros itens aqui. Mas, evidente, que essa informação é de dezembro de 2007.

Então, com a palavra o Dr. José Augusto.

SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, e demais participantes desta mesa.

O tema Venezuela, é um tema estratégico para a indústria brasileira pelas repercussões além do próprio acordo.

Eu vou concentrar a minha apresentação em cinco pontos principais. Primeiro: mencionar sobre a ausência de regras e diretrizes para a ampliação do MERCOSUL. Essa é uma primeira recomendação que nós faríamos ao parlamento. Segundo: a falta de informação que nós tivemos durante o processo de negociação. Terceiro: as tendências que preocupam a indústria. Quarto: o significado econômico da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. E, por último, as recomendações que nós faríamos ao Senado Federal sobre como conduzir esse tema.

Vamos iniciar sobre as ausências de regras. O MERCOSUL tem como base um princípio de reciprocidade de direitos, de obrigações entre os Estados-Partes. Quando nós tivemos o Tratado de Assunção todos os compromissos foram estabelecidos no Anexo I, é algo parecido que nós demandávamos para a entrada, ou Venezuela ou de qualquer outro país dentro de um processo de ampliação do MERCOSUL. A adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco. No entanto, há, claramente, a percepção de que faltam regras, faltam critérios e faltam prazos para o alargamento do bloco que foi explorado, especialmente, pelo Embaixador Sergio Amaral.

Então, me parece que essa é uma recomendação que eu já farei desde o início, não talvez, eu acho que estamos tardes para a Venezuela em relação a esse ponto, mas para outras expansões que o MERCOSUL venha a desenvolver. Seguindo, por favor. Por favor, próximo.

Falta de informação sobre a negociação. Houve uma extraordinária evolução nos últimos dez, quinze anos na relação entre o setor privado e o governo nas negociações internacionais. Eu recorro a própria presença do Ministro Dornelles no Ministério da Indústria, na época, quando nós discutíamos a ALCA, que aquilo não foi um momento marcante do processo de relacionamento do setor privado com o governo.

Hoje mesmo nós temos áreas extraordinárias de diálogo entre o setor privado e o governo em negociações internacionais, exemplo: OMC. O grau de alinhamento que nós temos nas negociações da OMC é muito elevado, através de presença em Genebra, troca de informações, produção de relatórios. Infelizmente, existe uma simetria entre outras negociações, a exemplo do MERCOSUL europeia e OMC, e o caso do MERCOSUL. Então, claramente, nós identificamos já há algum tempo uma simetria de informação nas negociações com o MERCOSUL.

Como já foi mencionado, o Protocolo criou um determinado grupo de trabalho para definir cronograma, programa de liberalização e etc., e é sobre esses temas que o setor privado sempre teve expectativa de receber informações para orientar as suas decisões empresariais. Ao longo do processo nós fizemos cartas ao Itamaraty pedindo detalhes sobre a evolução dessa negociação. Diria que os canais argentinos foram até mais produtivos para recebermos informações sobre como estava o estado da negociação. E mais recentemente há cerca de 15 dias a CNI fez uma carta ao Itamaraty solicitando essas informações que estão sendo mencionadas, e ontem nós recebemos uma carta do Itamaraty, ontem à noite, eu tive a oportunidade de avaliar agora, pela manhã, em que ela afir-

ma que o GT cumpriu as tarefas a eles atribuídas no prazo estabelecido, definiu cronogramas para adoção da NCM, da TEC e do acervo normativo. No que respeita a liberalização comercial, as negociações entre Venezuela, Uruguai e Paraguai já foram concluídas. As negociações do Brasil com a Venezuela estão em fase final. Quanto ao relacionamento externo foram acordadas as linhas de ação para nortear a consideração e a negociação da adesão pela Venezuela nos acordos pactados pelo MERCOSUL com terceiros.

Ora, se o grupo cumpriu as tarefas, me parece que a primeira tarefa do Senado seria discutir as conclusões desse grupo. Seria exatamente abrir essas afirmações que estão contidas nessa carta, porque de posse dessas informações os senhores terão condições de avaliar a evolução das negociações que foram realizadas.

Seguindo, por favor. Quais são as pendências que preocupam a indústria? O Protocolo dava a arquitetura geral, no entanto, o problema é o detalhe, é o miolo, o primeiro problema é a indefinição de prazos para incorporação pela Venezuela de normas do MERCOSUL, já foi mencionado pelo Embaixador Rubens Barbosa a importância dessas normas, desses acordos normativos a exemplo na área de serviços, de compras governamentais, de reconhecimento de certificação, etc. e etc. Então, as nossas empresas nos indagam: como evoluíram essas negociações? Estão de acordo com as nossas expectativas? Nós não temos como informar as nossas empresas sobre como evoluíram esses prazos. Da mesma forma há indefinição sobre os produtos que estarão cumprindo a TEC, a cada etapa do processo de adequação. Ora, no protocolo nós temos a indicação do cronograma, ou seja, X produtos estarão destravados no ano tal. Só que nós não sabemos quais são os produtos, essa é a questão que também o setor privado nos indaga.

A ausência de acordos sobre os cronogramas de implementação do livre comércio, a mesma coisa, e, por último, a indefinição quanto à adesão da Venezuela aos acordos externos do MERCOSUL, ou seja, o MERCOSUL não tem muitos acordos, mas tem já alguns, com Israel e etc., Marrocos está em construção. Então, a pergunta é: qual foi a posição da Venezuela em relação a esses acordos, porque uma das perguntas que nós nos fazemos é: qual vai ser a implicação da Venezuela para acordos com terceiros.

Por favor, seguindo. O significado econômico da adesão. Os Embaixadores, especialmente, o Embaixador Paulo Tarso mencionou a importância econômica da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. E, de fato, o comércio do Brasil cresceu extraordinariamente entre 1998 e 2008, o comércio do Brasil nesse período de

“boom” da economia internacional, que nunca correu antes, multiplicou por, aproximadamente, quatro vezes, ou seja, em 1998 nós exportávamos 50 bilhões de dólares, e hoje exportamos 200 bilhões de dólares. Mas com a Venezuela a multiplicação não foi por quatro, foi por oito, ou seja, de fato, o comércio com a Venezuela teve um crescimento extraordinário nesse período. Isso são fatos que merecem ser registrados.

Por favor. Da mesma forma a participação da Venezuela no comércio exterior brasileiro aumentou, hoje é em torno de 2.6% das nossas exportações, e a sua participação nas importações do Brasil, cai, quer dizer, ao longo desse período de forma, praticamente, sistemática, e hoje é em torno de 0,31. Então, de fato, um país que é o terceiro país da América do Sul tem um peso relevante, um PIB de 300 bilhões de dólares, nós temos hoje um conjunto expressivo de empresas, especialmente, na área de construção pesada que investe na Venezuela, que tem projetos importantes, então isso é importante para se colocar nesse pano de fundo sobre o significado econômico da adesão.

Seguindo, por favor. No entanto, eu gostaria também de mencionar que eu acho que essa é uma informação que talvez esteja menos presente, é que o Protocolo de Adesão não representa, de fato, uma melhora substantiva nas condições de acesso dos produtos brasileiros o mercado venezuelano. Mas por que eu estou falando isso? É porque, na realidade, nós temos um acordo de livre comércio em desenvolvimento, nós temos calendários entre o Brasil e a Venezuela, e a CAM, entre o MERCOSUL e a CAM. Então, muito do que nós poderíamos conseguir com esse acordo com a Venezuela, nós, de alguma forma, já temos nesse acordo. E aqui vale a pena mencionar uma avaliação que nós fizemos em 2004, ou seja, antes da discussão de entrada da Venezuela no MERCOSUL. A avaliação do CAM MERCOSUL, na época, nós dizíamos o seguinte: o caso da Venezuela merece destaque, enquanto o Brasil outorga livre comércio para quase 81% das exportações daqueles países em um ano, então hoje nós já temos livre comércio com a Venezuela para 81% das exportações daquele país. A Venezuela só fará em dez anos a liberalização de 43.4% das exportações brasileiras. Até cinco anos a Venezuela abrirá o que corresponde a 16% das vendas brasileiras, e até 14 anos promoverá a liberalização de 63,6, ou seja, nós temos já um processo de liberalização comercial em curso. Obviamente, os senhores podem avaliar a fragilidade ou não do arcabouço jurídico, porque qualquer país pode denunciar o seu acordo, a Venezuela pode denunciar esse acordo, da mesma forma que o Brasil pode denunciar esse acordo, e isso tem que ser, obviamente, ponderado com uma avaliação um pouco

mais política. Mas, na ocasião, nós dizíamos, nessa avaliação, que os entendimentos com a Venezuela registram resultados muito mais favoráveis àquele país, além, de qualquer expectativa. Mas isso é passado. O ponto importante é que hoje nós temos um acordo de livre comércio com cronograma bem definido, com a Comunidade Andina, que é bastante superior, por exemplo, o que nós temos com o México, o México nós temos um acordo com cerca de oitocentos e poucos produtos, sonhamos com a área de livre comércio, e aqui, no caso com a Venezuela, nós já temos um acordo mais importante.

Então, qual é a mudança principal do que nós estamos discutindo? É a adesão da Venezuela pela TEC, e, portanto, a sua participação na política comercial do MERCOSUL. Essa é, de fato, a mudança importante que nós temos, e que o Embaixador Sergio Amaral explorou na sua apresentação.

Seguindo, por favor. Então, eu termino a minha apresentação com as nossas recomendações, ou seja, nós não estamos sugerindo aos senhores rejeitem o acordo, mas estamos sugerindo aos senhores buscarem as informações dos grupos de trabalho sobre o acervo normativo, o detalhamento dos cronogramas de adesão a TEC e livre comércio, para que os senhores tenham a melhor informação para a tomada de decisão.

Segundo ponto: recomendamos também aos senhores a promover um debate sobre normas e diretrizes para incorporação de novos membros, não hoje, isso aqui já não tem impacto, possivelmente, em relação à Venezuela, mas poderá ter impacto à Bolívia, no futuro, Chile e tantos outros países que hoje são associados do MERCOSUL. E uma terceira e última recomendação: enfatizar a importância da transparência das negociações comerciais. A transparência que nós temos nas discussões com a ALCA, União Européia e OMC precisam também ser trasladadas para as negociações com o MERCOSUL. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Dr. José Augusto.

Encerrada, portanto, a fase de exposições. Nós vamos continuar com o debate, e o primeiro orador é o Senador Tasso Jereissati que é o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a presença dos Embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima, Rubens Barbosa, Sergio Amaral e do representante José Augusto Fernandes da Confederação Nacional da indústria que, realmente, tem uma contribuição fundamental a dar a nossa discussão, que garanto aos senhores, ela

se dá do ponto de vista mais racional possível, e nós estamos aqui tentando e procurando, justamente, obter daquelas pessoas que têm mais experiência e conhecimento não só da própria formação do MERCOSUL, dos seus princípios, dos seus pré-requisitos, dos seus pilares do ponto de vista técnico e diplomático, mas também daquelas pessoas que têm uma experiência maior em política internacional.

Tenho certeza que nosso objetivo aqui e o espírito desta Comissão, é que essa solução seja absolutamente técnica, e que tenha, realmente, uma visão, a mais racional, desapaixonada do problema no intuito de construir aquilo que seja melhor para as nossas relações dentro do conserto sul-americano, latino-americano e para o nosso País.

A colocação básica que eu ouvi aqui para dar continuidade à conversa e ao debate é o consenso da importância da Venezuela, a Venezuela como país, como parceiro comercial, importância estratégica, mas, evidentemente, ao lado desse consenso da importância existe uma preocupação muito grande em dois pontos que é a própria negociação que, aparentemente, ainda não terminou, e se terminou nós não temos as informações suficientes para fazer o julgamento dela, e nós precisamos dessas informações. Então, primeiro passo seria obter essas informações e debatermos aqui essas informações. E o segundo ponto a questão política que, a meu ver, é fundamental.

O nosso querido Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima não é mais o patrimônio da diplomacia brasileira, é um ícone da nossa diplomacia. Mas, evidentemente, eu acho que nós não podemos deixar de discutir o aspecto político, inclusive, tenho a cláusula democrática que nós precisamos colocar na questão, e todos os dias nós temos informações de retrocessos na questão democrática na Venezuela. Hoje mesmo nos jornais existem novas informações sobre a legislação não aprovada que o Presidente Chávez coloca em vigor legislação não aprovada ou vice-versa. E a questão democrática, principalmente, para todos nós aqui, da nossa geração não é fundamental, é muito importante, e nós precisamos prestar muita atenção. A meu ver, conforme disse aqui o Senador Collor, há esse círculo de instabilidade que está criando ao redor do país, e, a meu ver, de retrocesso democrático e até econômico, e que nós precisamos estar atentos no sentido de não estimulá-lo.

Então, dentro desse conserto, tentando ser objetivo, a pergunta que eu faço é: tecnicamente é possível se fazer uma aprovação aqui nesta Casa ou desaprovação com ressalvas condicionadas? Isso existe? Essa figura existe? Teriam, realmente, consequências essas ressalvas ou essas condicionantes? É esta a pergunta

que eu gostaria de fazer, evidentemente, aos Embaixadores e ao representante da CNI.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vou pedir ao Sergio Amaral que foi também Ministro que possa responder.

SR. SERGIO AMARAL: Não sei se a qualificação de Ministro me ajuda a responder esta pergunta.

O que eu acho é o seguinte, existem, sim, possibilidades de estabelecer condições, qualificações e precisa ser examinada a questão da reserva. Eu acho que o Senador Tasso Jereissati resumiu muito bem o ponto de vista da mesa, que eu acho unânime na avaliação de que não se trata ou não estamos discutindo a possibilidade de uma rejeição. Mas também não nos sentimos à vontade de recomendar ou sugerir uma aprovação sem que tenham sido cumpridos os requisitos mínimos que foram acordados no protocolo. Então, aí já é a possibilidade de condicionar a ratificação ao cumprimento dessas condições. Se a última informação prestada pelo Itamaraty indica que houve avanços é preciso, como foi dito, conhecê-los para verificar se eles atendem objetivamente aos quesitos que foram estabelecidos, mesmo ainda nós consideremos que os quesitos estabelecidos são muito pequenos. E aí eu estou de pleno acordo com o José Augusto de que é necessário discutir e eu acho que essa discussão tem que ser mais ampla às condições e ampliação do MERCOSUL, e neste contexto eu acho que existe uma grande oportunidade para se discutir duas questões fundamentais que é a ponderação de voto e a questão da negociação conjunta.

Muito bem. Eu acho que satisfeito este primeiro ponto que é saber se a Venezuela cumpriu ou não com os requisitos que o Protocolo estabeleceu, existe uma avaliação que tem que ser feita, ou existem duas medidas que têm que ser feitas, que, a meu ver, é o Senado indicar que não estará disposto a considerar mais nenhuma adesão ou ampliação do MERCOSUL, enquanto essas questões não forem tratadas, isto é, regras mais amplas, e, a meu ver, discutir as condições da ponderação e as condições para a negociação conjunta. A negociação conjunta, a meu ver, não sei se tem fundamento, porque é uma decisão unicamente do Conselho de Ministros sem qualquer consulta mais ampla à sociedade, sem qualquer aprovação do Congresso e é uma questão muito importante. Ela é uma decorrência natural da tarifa externa comum, mas ela não encontra condições de maturidade no MERCOSUL para prevalecer, tanto que foi o próprio Brasil, na OMC, que se dissociou da Argentina nas discussões finais na tentativa da conclusão da rodada de Doha. Então, se o próprio Brasil reconhece que não foi possível convergir numa negociação comercial com seus

parceiros do MERCOSUL e se dissociou deles, é o reconhecimento de que talvez essa cláusula seja prematura. Eu, de qualquer forma, acho que o País não pode ficar limitado no momento em que precisa ter novos acordos comerciais ao veto, o condicionado, a possibilidade de veto dos seus sócios no MERCOSUL, situação que, evidentemente, se torna mais grave com a adesão deste novo membro.

Agora, eu acho que se considerar que as condições não estão externamente satisfeitas, eu acho que é inteiramente pertinente aprofundar o exame de uma reserva, a reserva é da praxe do processo de adesão ou ratificação dos tratados, precisa ver com mais profundidade o que não era a discussão hoje se o Tratado de Assunção permitiria uma reserva, se permitir eu acho que é inteiramente legítimo para tudo aquilo que o Senado considerar que não está suficientemente atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Embaixador Rubens Barbosa.

SR. RUBENS BARBOSA: Queria fazer um comentário sobre esse ponto. Respondendo diretamente a pergunta do Senador Tasso Jereissati, e lembrando os meus tempos aqui de chefe da assessoria do Itamaraty no Congresso, me parece que não é possível legalmente, mas aí a assessoria jurídica poderá confirmar, tecnicamente não é possível fazer a aprovação com ressalva. O Congresso aprova ou rejeita os acordos, não pode fazer ressalva. Houve casos e eu, inclusive, participei de um ou dois em que acompanhei isso, e o Decreto Legislativo pode colocar ressalva, mas isso não tem efeito jurídico ou legal em relação ao Executivo. Então, dentro do que foi dito aqui, talvez o que se possa fazer é a Comissão que está examinando o assunto se comunicar com o Itamaraty e pedir essas informações e subordinar a resposta do Itamaraty o exame final do Decreto Legislativo. Eu acho que, tecnicamente, não é possível o Congresso, o Senado fazer ressalvas ao corpo do protocolo, mas, previamente, a Comissão pode encaminhar ao Itamaraty um pedido e dizendo que a resposta do Itamaraty vai ser levada em conta no exame final pela Comissão e pelo plenário do protocolo. Isso é a primeira coisa, respondendo ao Senador diretamente.

A outra coisa que foi discutida aqui, são essas questões para outros casos, ou a posição geral em relação ao ingresso de outros países. O Tratado de Assunção é omissivo sobre isso, não trata disso. Então, eu acho que caberia à Comissão de Relações Exteriores aí, sim, sugerir, mas não vincular esse caso, porque não se aplicará agora, e essa discussão será muito demorada, e, certamente, o governo, o Executivo não

poderá aceitar. Mas eu acho que é importante esse ponto que foi mencionado, haveria que ser feito um trabalho para definir as condições de ingresso, como existe na União Européia, na minha exposição eu fiz referência a isso, o Protocolo de Adesão fez o contrário do que ocorreu na União Européia. A União Européia tem essa Declaração de Copenhagen que foi citada aqui que é um modelo. Vamos adaptá-lo para as nossas circunstâncias, ter um protocolo, uma declaração do MERCOSUL para que futuros países que queiram ingressar cumpram, inicialmente, aquilo e depois negociem, como é feito na União Européia.

Essa questão do direito de voto é um ponto que eu me bato muito, há muitos anos, inclusive, eu fiquei preocupado, recentemente, e aí o assunto é de competência dos senhores, quando no parlamento no MERCOSUL, depois do Brasil ter conseguido quebrar esse problema, porque o primeiro ponto na história do MERCOSUL nesses últimos 16 anos, em que nós tínhamos conseguido quebrar essa questão do voto por consenso, foi no Parlamento do MERCOSUL em que nós conseguimos, a delegação do Brasil conseguiu que a representação seguisse uma proporcionalidade, de acordo com o peso dos países, mas depois houve um recuo e se voltou à representação paritária, quer dizer, cada país tem o mesmo número de deputados ou membros do parlamento.

Como é que vai ficar agora? Porque parece que vai haver uma decisão do parlamento agora, proximoamente, sobre esse assunto. Houve um retrocesso aí dentro dessa questão do direito do voto ponderado, porque a decisão do Parlamento do MERCOSUL vai ser muito importante como precedente, era muito importante como precedente para o Brasil, porque o princípio do voto igual que se traduz no voto de consenso nas decisões substantivas do MERCOSUL iria ser quebrado, porque os parlamentares brasileiros seriam mais numerosos do que os outros.

Então, eu acho que é importante esse ponto, mas eu acho que a gente devia dissociar. Uma coisa é o exame da Venezuela, outra coisa são os critérios para o ingresso de outros países. E no caso da Venezuela, eu acho que caberia plenamente um questionamento ao Itamaraty para que atualize a informação e somente depois disso o Congresso tomar a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu indago só aos Senadores. Aumentou a lista de inscritos. Então, podemos fazer aquele sistema de ouvir três e depois ouvir os... Tudo bem?

Agora só a questão do MERCOSUL, que nós estávamos acompanhando mais de perto lá. Hoje, realmente, são 18, está igual, cada país tem 18 membros, mas está avançando, finalmente, e está caminhando,

o Brasil tem algo em torno de 50, ou coisa assim, e o mínimo seria 55, e o Paraguai que seria o menor ficaria com 18, o Paraguai e o Uruguai ficariam com 18. Está avançando um pouco.

Então, vamos à inscrição. Nós temos o Senador Fernando Collor, o Senador Suplicy e o Senador Casagrande. Vamos ouvir então o Senador Fernando Collor primeiro.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Obrigado, Presidente. Eu gostaria remontar aos idos de 80, 85, especificamente, quando foi assinado o primeiro Protocolo que falava objetivamente da integração do Cone Sul, assinado esse Protocolo pelo Presidente Alfonsín da Argentina e o Presidente José Sarney. E de lá chegamos em 91 com a assinatura do Tratado de Assunção. Todo processo de integração econômica é um processo que se dá mediante uma decisão, eminentemente, política, é uma decisão de chefes de Estado que manifestam o interesse de poderem conviver harmonicamente e em paz, esse é um pressuposto do processo de integração econômica, ele traz no seu bojo a manifestação intrínseca dos países que estão envolvidos nesse processo de que querem viver em paz, porque sem as fronteiras dentro do objetivo maior do nosso Tratado de Assunção que era para ser concluído em 94, e até hoje nós estamos aqui já com 15 protocolos, projetos e acordos, e não chegamos a nada. O MERCOSUL hoje está num ponto abaixo do que ele, de fato, iniciou, nós precisamos voltar ao nosso benchmarking, e a partir daí tentarmos relançar no MERCOSUL.

Então, quando nós lançamos isso, a primeira sequência de ordem prática, que não foi econômica, foi a de renunciarmos a Argentina e Brasil à corrida armamentista com vistas à fabricação de artefato nuclear, e o banimento de todo e qualquer pesquisa de armas bacteriológicas, químicas e tal. E começamos a tratar desse assunto, e nós tínhamos uma grande preocupação, a preocupação é que houvesse pelas assimetrias dos países que estavam compondo aquele início do MERCOSUL, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, que nós pudéssemos corrigir essas assimetrias, mediante uma coordenação macroeconômica que pudesse minimizar os efeitos que, naturalmente, aconteceram ao longo desses anos pela presença do Brasil, pela sua dimensão geográfica, pela sua população, pelo seu PIB, e, assim por diante. Então, nós tivemos ao longo desses últimos anos relações cordiais com os nossos parceiros do MERCOSUL. Esses parceiros hoje do MERCOSUL, nós temos dificuldades e problemas graves para serem resolvidos, nós não temos mais as mesmas condições políticas de tratarmos, de avançar com o processo de integração do Cone Sul

em função desses pontos de inflamação que aqui foram citados. Essa questão da Argentina com as suas *retenciones*, isso nada mais é do que um processo extremamente, altamente, nitidamente protecionista que conflita, vai de encontro, bate de frente com o processo de integração.

Temos essa questão com o Paraguai que é uma questão que preocupa essa reivindicação que o Presidente do Paraguai faz de que tem que se rever o Tratado de Itaipu, apesar da paciência com que o Governo Brasileiro vem ouvindo essas reivindicações absurdas, inclusive, oferecendo compensações que não são aceitas pelo Governo Paraguaio, fazendo a linha de transmissão de Itaipu até Assunción, não quer rever o tratado, diz que o tratado faz com que ele receba apenas 15 dólares por megawatt, e quando o preço internacional é 45 dólares, esquecendo eles que essa diferença vem sendo paga ao Brasil, porque foi o Brasil foi que investiu 100% dos recursos, praticamente, na construção de Itaipu, e o que está havendo é um ressarcimento pelo que o Brasil investiu.

Temos essa questão lá também da Bolívia que nos preocupa e assim por diante. Então, nós temos, eu acho, que fazermos um dever de casa antes de pensarmos em ampliar aquilo que ainda hoje não existe. O MERCOSUL, de fato, ele ainda não existe, na prática muito pouca coisa pode ser tida como um avanço dentro desse processo, muito pouca coisa, porque regras são quebradas, posições individualistas são tomadas, reclamações de países menores em função de medidas que são tomadas no campo macroeconômico com países maiores, a questão de programas antiinflacionários que fazem com que haja esse desequilíbrio nas economias dos países, enfim. Então, como é que nós queremos avançar e, sobretudo, dar um salto no escuro, porque sequer nós temos as regras básicas ou as questões mínimas exigidas para formatação de um acordo de integração, essa questão de nós não sabermos como as coisas vão funcionar. Isso nós não podemos, absolutamente, sequer cogitar de analisar um processo de adesão de qualquer país sem que esses pré-requisitos tenham sido já atendidos na sua forma mais ampla e mais profunda. O que não é o caso da Venezuela, e nós darmos esse salto para agora nos abraçarmos com um país num momento em que atravessamos o mundo, o planeta atravessa uma crise violentíssima, e a importância econômica e, aí para não falar da questão econômica, cresceu o mercado da Venezuela com o Brasil? Cresceu, mas cresceu com os Estados Unidos, eles quase que multiplicaram por cinco o comércio com os Estados Unidos. Em relação à China tem esse acordo? Tem com a China, mas o que eles estão querendo, o que eles

estão fazendo com a Rússia é a troca por armamentos, ou seja, há um processo também nesse aspecto, há um processo da Venezuela de se armar, mas de se armar para quê? Contra qual inimigo? Quem está ameaçando a Venezuela? Se o processo de integração é um processo que pressupõe a convivência pacífica e em paz com os parceiros, por que esse investimento desmesurado em vinte e tantos submarinos, em 46 caças e não sei quantas corvetas, para que isso? Para ficar brincando, para ficar brincando de batalha naval? Não é bem isso que nós imaginamos de um país que nós queremos que, sim, venha para o MERCOSUL, mas para fortalecê-lo, não para dividi-lo, não para ser aceito como diz assim: "Não, isso aqui tudo eu vou cumprir depois. Vocês aceitam?" E pior do que isso, um presidente que estabelece um prazo para que o Senado da república aprove a adesão do país ao MERCOSUL ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O prazo era setembro, já passou e nós não respeitamos o prazo dele.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois é, nós não respeitamos isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aí não precisa mais nem votar.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não é esse o caso, é o fato dessa ousadia, essa exacerbação do seu protagonismo chega ao paroxismo de dizer o que ele falou. Passou o tempo, ele esqueceu, não está cobrando mais, mas ele falou, ele falou, ele falou.

Então, nesse processo de integração eu acho que, primeiro, o Brasil deve tratar de consolidar o MERCOSUL. Vamos trabalhar fortemente, temos problema com a Argentina, vamos ver como é que podemos estabelecer essa tarifa comum, vamos ver como é que nós vamos estabelecer a união aduaneira, vamos ver como nós vamos avançar com esse processo de integração com ela, depois ver a questão do Paraguai e do Uruguai. E aí, sim, nós tendo uma política coordenada dos quatro parceiros originais do MERCOSUL e mais os países observadores, tratarmos dessa questão, tratarmos dessa questão desses outros países que manifestam interesse em se associar ao MERCOSUL.

Fundamentalmente, eu acredito que é muito importante que o Senado da República tenha ponderação, calma, muita reflexão para que nós não tenhamos que dar um passo maior do que as nossas pernas.

A presença da Venezuela, esta é a minha opinião, e salvo melhor juízo, mas eu permito exprimir esta minha opinião, a presença da Venezuela com o Sr. Chávez no âmbito do MERCOSUL, é extremamente danosa aos interesses nacionais e do nosso continen-

te. Bastaria fazer uma pergunta: ele ingressando no MERCOSUL, havendo um problema do Brasil com o Presidente Lugo em relação a Itaipu, ele como membro do MERCOSUL, ele estaria ao lado do Brasil ou estaria formando fileiras com o Lugo para dizer que o tratado tem que ser revisto? No momento em que os brasilgaios estejam sendo expulsos em função de um processo de reforma agrária que está hoje em andamento no Paraguai, o Chávez presente, ele vai ajudar o Brasil a mediar, de alguma forma, esse entendimento ou vai dizer que não, que os brasileiros têm que ser expulsos de lá? A mesma coisa em relação à Bolívia, a mesma coisa em relação agora à questão do gás, que nós estamos pagando o preço da nossa dependência à Bolívia. Quando eles fecharem lá as torneiras o Chávez vai ficar ao lado de quem, ao lado do Evo Morales ou ao lado do Brasil? Ele vai ter condições de coordenar uma saída honrosa para ambas as partes? Ou vai ser um fator desagregador e um fator que vai criar a desídia(F) em um mercado comum que já hoje tem problemas sérios a serem resolvidos.

Por isso é que eu deixo aqui, Sr. Presidente, me desculpe, me estendi um pouco, mas eu deixo aqui para reflexão de todos nós para que o primeiro passo, talvez fosse consolidarmos o que nós já temos aí, que é o nosso MERCOSUL. E todos esses outros países que manifestarem interesse de se incorporar ao MERCOSUL que eles, pelo menos, pelo menos, atendam rigorosamente [soa campainha] os pré-requisitos que foram exigidos para todos os outros membros full(F) do MERCOSUL se integrarem ao mercado comum do sul. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor.

Vamos agora ouvir então o Senador Suplicy. E eu quero, só como são vários inscritos, eu quero pedir só aos senadores que a gente possa limitar em cinco minutos cada intervenção.

Senador Suplicy, não é pela sua fama não, é só para depois...

[risos].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): 12h21. Pode medir, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo.

Quero cumprimentar aos Embaixadores Rubens Barbosa, Sergio Amaral, José Augusto Fernandes e ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Fiquei, agradavelmente, surpreso hoje com a identidade do ponto de vista, dessa vez, com o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e acho que--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não entendo por que a surpresa?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Porque eu não imaginava que elealaria algo tão semelhante ao que eu penso. E dessa maneira--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): As pessoas evoluem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Eu quero, acho que é até interessante que nós possamos aqui respeitosa e democraticamente até de forma amistosa divergir, porque desta vez eu divirjo bastante da concepção que acaba de formular o Senador Fernando Collor de Mello, em especial, porque estou observando, fundamentalmente, que tanto a Constituição Brasileira que diz no Parágrafo Único do art. 4º que a república federativa do Brasil buscará integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações que é um artigo que praticamente tem o mesmo sentido na Constituição da Venezuela, também é propósito da nação por decisão constitucional realizar a integração com os povos e as nações da América-Latina. Aqui coloco no preâmbulo da Constituição da República Bolivariana do Brasil, da Venezuela. Perdão, da Venezuela. Quer que eu leia em espanhol ou em português?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Você é cidadão da Venezuela.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tratando-se de união não fique inconformado, não tem problema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. É justamente a vontade de integrar. Pois está aqui com o fim supremo de refundar a república para estabelecer uma sociedade democrática, participativa, protagonica, multiétnica e pluricultural num estado de justiça federal descentralizado que consolide os valores à liberdade, independência, paz, solidariedade, bem comum, integridade territorial, da convivência, o império da lei para essa e as futuras gerações. "Assegura o direito à vida, ao trabalho, à cultura, à educação, à justiça social e a latino-americana de acordo com o princípio de não intervenção em autodeterminação..." Perdão, eu pulei a linha. "E há igualdade sem discriminação, nem subordinação alguma, promova a cooperação pacífica entre as nações e impulsione e consolide a integração latino-americana de acordo com o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos a garantir a universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional, desarme nuclear, o equilíbrio ecológico, os bens jurídicos ambientais com o patrimônio comum e não renunciável da humanidade".

Ou seja, quando o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima [soa campainha] ressaltou que o Presi-

dente Chávez, eu não teria recomendado a ele o direito de reeleição, fui contrário ao direito de reeleição aqui quando o Presidente Fernando Henrique assim o propôs, não teria, ainda mais de forma limitada. Mas foi uma decisão do povo da Venezuela referendar que ele tem esse direito, assim como respeitei o direito do Congresso Nacional em aprovar o direito de reeleição, quando nós do PT éramos contra. Mas o sentido maior que eu avalio como importante, é que uma coisa é o Presidente Chávez hoje, outra é o sentido maior da integração que é um desejo comum de ambos os povos, ambas as nações registradas na constituição.

E meu caro, Senador Fernando Collor de Mello, se V. Exa. avalia que o Presidente Hugo Chávez poderá então estar estimulando os Presidentes Fernando Lugo ou o Presidente Evo Morales e os demais a terem posicionamentos muito difíceis para o Brasil, e, muitas vezes, contrários. Na verdade, eu tenho uma avaliação muito diferente no seguinte sentido, se por acaso nós aqui negarmos o direito da Venezuela de ser membro do MERCOSUL, aí, sim, estaríamos provocando uma ação que possa ser até de o Presidente Hugo Chávez que, às vezes, tem esse temperamento com o qual, eu também aqui expressei, que não concordo com a observação que ele fez, [soa campainha] de que aqui o Congresso Nacional seria, ou o Senado dominado por interesses norte-americanos. Eu, inclusive, tive a oportunidade de informar pessoalmente ao presidente Hugo Chávez, quando eu lá estive, pouco depois daquela declaração, e disse a ele numa cerimônia pública usando o microfone que ele cedeu a mim para que eu usasse utilizando o sistema de televisão da Venezuela, e me deu a palavra em meio a um discurso dele, e eu disse: "Olha, eu quero lhe dizer que no Congresso Nacional Brasileiro e no Senado Brasileiro nós tivemos aqui posicionamentos, por exemplo, contrários, quase todos os Senadores se declararam contrários quando o Presidente Jorge Walker Bush, estava iniciando a intervenção bélica no Iraque só para demonstrar a ele que aqui no Senado norte-americano há posições que não são de, forma alguma, de estar obedecendo diretrizes dos Estados Unidos".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, para concluir, por favor. Já teve dois minutos a mais. Já está na prorrogação.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Art. 14, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, enfim, eu estou inteiramente favorável. Agora acho que as observações de informações que foram sugeridas pelos Embaixadores Rubens Barbosa, Sergio Amaral e José Augusto Coelho Fernandes, são úteis e, sim, teremos a oportunidade de, na próxima semana, de

aqui receber do Itamaraty, de nossos embaixadores as informações precisas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Obrigado. Senador Fernando Collor pelo art. 14.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Senador Suplicy, ainda ontem nós conversávamos, por telefone, longamente sobre essa questão. E o problema não é a questão das bravatas do Chávez ou desse espalhafato que ele faz. Mas é, fundamentalmente, de cumprimento dos entendimentos do respeito que ele deve ter àqueles que estão fazendo parte desse bloco.

Em relação a esse nosso entorno, Senador Suplicy, hoje se criou um sentimento antibrasileiro em todos esses países. Nós hoje somos considerados aquilo que lá atrás nós considerávamos ser os Estados Unidos, e o eram, os imperialistas. Hoje em todo esse nosso entorno, onde passar é brasileiro, é imperialista, o brasileiro é que está tomando a água que é de Itaipu, que é do Paraguai, o brasileiro está tomando a terra que são dos paraguaios na fronteira, está tomando a terra que são dos bolivianos, o brasileiro está pagando um preço irrisório [soa campainha] para o gás que consome. Enfim, esse sentimento é crescente no nosso entorno. E o Presidente da Venezuela não protagoniza um papel de arrefecer esse sentimento e esse ânimo, mas ele exalta isso por quê? Porque ele quer ser o líder desta região do mundo. E ele só consegue ser líder desta região do mundo, na medida em que ele puder submeter o Brasil e o governo brasileiro, que ele jamais conseguirá, aos ditames dele.

Então, nós não devemos, acho eu, salvo melhor juízo, estar aqui para cumprir as vontades do Presidente Chávez. A questão básica e, fundamentalmente, é, ele quer ingressar no MERCOSUL que é algo que foi criado, e que hoje está padecendo de uma revitalização. Não é momento nem para a Venezuela, nem outro país qualquer vir se integrar a nós enquanto nós não resolvermos os problemas intrínsecos do MERCOSUL. Primeiro lugar. Em segundo lugar, ele não pode entrar pela janela, ele está querendo entrar pela janela, ele está querendo entrar sem cumprir com os mínimos requisitos exigidos por todos aqueles--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Sr. Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

--Que queiram fazer parte do MERCOSUL.

Então, é somente isso que eu coloco, Senador Suplicy--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, para concluir, por favor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

--Como uma consideração às afirmações que V. Exa. acaba de fazer. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. O Senador Tasso [ininteligível].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Pela ordem. Só para já adiantar aos Senadores que virão fazer outras questões

Eu estou encaminhando a V. Exa. um requerimento solicitando do Itamaraty todas essas informações que são extremamente necessárias, colocando que nós não temos a condição, inclusive, de relatar esse projeto, enquanto essas informações não vierem a esta Comissão pelo Itamaraty. Pediria que V. Exa. colocasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Colocamos ainda hoje, colocamos em votação ainda hoje.

Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, primeiro assim, eu não sou um apaixonado pelo Presidente da Venezuela, mas acho até que pelo histórico e pela história da Venezuela nós temos avanços e retrocessos da Venezuela, nos últimos anos. Mas o que nós vamos avaliando aqui, na verdade, não é nem se nós gostamos do Hugo Chávez ou não gostamos do Hugo Chávez; nós estamos avaliando a entrada de um país, de um Estado, que é a Venezuela. Eu acho que essa é a questão central.

A Venezuela não está, na minha avaliação, entrando pela janela, a Venezuela está desde 1995 com uma proposta, com um convite e com uma proposta de inclusão no MERCOSUL, desde 1995 há um convite e uma proposta feita há época, de forma objetiva e favorável pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso da entrada na Venezuela, não existia ainda Hugo Chávez naquele momento. Se a Venezuela tivesse entrado naquele momento, nós iríamos tirar a Venezuela no MERCOSUL só porque o Hugo Chávez se tornou Presidente daquela nação, daquele país?

Então, nós temos que fazer uma reflexão: a entrada da Venezuela é benéfica para o Brasil. Hoje a relação bilateral é uma relação totalmente favorável ao nosso país, totalmente favorável ao nosso país. Então, a gente tem que considerar isso.

Se nós fizermos a inclusão da Venezuela, nós teremos uma situação econômica ainda melhor na relação com a Venezuela. É importante que a gente considere isso, porque o País precisa dessa relação. É lógico que não pode nem ficar tanto tempo uma rela-

ção tão desigual como é hoje. Tem que buscar, com o tempo, uma relação também de compra e de produtos, em maior quantidade, da Venezuela.

A outra questão que eu acho fundamental é que se o País quiser ser líder, se o Brasil quer ser líder da América do Sul, se o Brasil quer ser líder da América Latina, e eu sou coordenador do grupo parlamentar do Parlatino aqui no Congresso Nacional. Se o Brasil quer ser líder da América, o Brasil tem que articular a integração, o Brasil tem que ciscar para dentro e não para fora, se quiser ser líder, agora se quiser ficar só cuidando do nosso umbigo, e, de fato, pelo tamanho nosso, pela economia que nós temos comparativa com os outros países da América do Sul e da América Latina, é lógico que nós somos chamados de imperialista mesmo, e não tem diferença na relação, muitas vezes, que a gente questiona os Estados Unidos. Não tem, porque é muito diferente o tamanho da economia brasileira do tamanho da economia da Venezuela. Então, é natural que as lideranças de lá chamem o Brasil de imperialista. Não vejo nada de anormal nisso, porque, muitas vezes, a economia brasileira que é pequena perante o mundo, mas é grande na América, acaba causando algumas distorções e alguns desvios.

Então, se o Brasil quiser ser líder nós temos que parar com essa discussão política, simplesmente com a vertente política na inclusão da Venezuela no MERCOSUL, porque o que se colocou neste momento no debate da inclusão da Venezuela é mais um componente político interno ao Brasil, mais um componente interno, não é nem da América, esse debate hoje é mais um componente político interno ao Brasil, é um embate entre oposição e governo, do que o interesse regional com relação à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Então, colocar essa questão. Dizer que se nós tivemos que esperar a solução de questões técnicas para entrar a Venezuela no MERCOSUL, tivermos que esperar isso, [soa campainha] nós temos que desmanchar o MERCOSUL, desfazer o MERCOSUL porque até hoje essas tarifas comuns dão problemas, impostos cobrados aqui são cobrados no Uruguai, no Paraguai, até hoje temos problemas com relação a isso. Então, é a mesma coisa, nós não vamos expandir a universidade brasileira, porque enquanto não tivermos uma qualidade excelente da nossa educação, nós não vamos levar universidade lá para o Amapá não. Não existe isso, a realidade brasileira e do mundo é diferente disso. Nós temos que fazer a integração paulatina, gradativa, mas não podemos ter medo, não podemos ser conservadores nessa busca da integração do MERCOSUL, e, futuramente, do Parlatino da América Latina. Acho que é a oportunidade que o Bra-

sil tem, nesse momento, se posicionou bem no G20, o G7, o G8 já virou G20. Nós temos que avançar na integração, senão o Brasil vai ficar defendendo lá fora a integração e praticando aqui dentro um isolamento, defende lá fora a integração e pratica aqui dentro o isolamento. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande. Senador Heráclito Fortes e Senador Inácio, em seguida. O Senador Heráclito primeiro, o nosso ex-presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Sr. Presidente, o grande derrotado nesta audiência pública de V. Exa. fui eu, que não pude estar aqui durante todo o tempo com compromisso administrativo da Casa, me tiraram o privilégio de receber essa aula proferida aqui não só pelos quatro convidados, mas também pelo Senador Tasso, como relator, e pelos demais companheiros, aliás, o mais louvável de tudo é essa vocação nata de V. Exa. para a diplomacia. Parafraseando o seu conterrâneo, eu antevejo dentro de um futuro bem próximo, quem sabe um futuro Ministro das Relações Exteriores. Trabalhando para isso sei que V. Exa. está.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O assunto de hoje eu estou achando que está ficando--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não fique vermelho, não precisa, fique natural. Qualquer dificuldade a Embaixada--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas o assunto de hoje está ficando mais complicado, estou achando que está ficando mais complicado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas à parte essa descontração, eu quero dizer que eu venho acompanhando essa discussão em torno do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, e concordo plenamente que nós não poderemos, jamais, em momento algum, misturar a Venezuela, o Chávez, nós não temos o direito de penalizar a Venezuela pelo que o Chávez faz de mal ao nosso continente, não tem nenhum problema. Mas nós não podemos nos esquecer que a Venezuela não quer o acesso ao MERCOSUL para defender seus interesses comerciais, e, sim, para uma tribuna política. Nós temos que votar a favor da Venezuela conscientes dos problemas que o Brasil vai viver no dia seguinte. É o cenário ideal para o Sr. Chávez, e nós sabemos, nessa discussão, sobre a divisão de bancadas, aonde existe a representação proporcional que o que fazem não é nada mais, nada menos, Senador Casagrande, do que contar na ponta do lápis as bancadas que tem para colocar o Brasil em posição inferior.

O atual governo tem feito um esforço, muitas vezes, dissimulado, vamos ser sinceros, porque se esse assunto está sendo trazido para cá agora, foi porque o governo, de propósito, deixou dormir nos escaninhos da burocracia da Câmara dos Deputados, por quase dois anos, seguiu o quanto quis, não sei a troco de que negociação, ou que tipo de pressão, e somente agora o assunto vem ao Senado. Outra coisa que prejudica muito, Embaixador Paulo Tarso, é que nós não sabemos quando se trata de América do Sul, de América Latina quem fala pela diplomacia, quem fala pelo Itamaraty, se é o Ministro, se é condutor legítimo da política econômica ou se é o Sr. Marco Aurélio Garcia, aprendiz de diplomata e useiro e vezeiro em criar condições, situações vexatórias para o nosso país. Mas as coisas funcionam assim, infelizmente, funcionam assim. Agora parece que no último ano, entraram num acordo e estão convivendo até melhor, a diminuição dos atritos tem sido bem menores. Mas nós temos tido aqui pela atuação desastrosa do assessor do Sr. Presidente da República, situações delicadas e vexatórias, como, por exemplo, só para citar a sua participação na expulsão [soa campainha] dos atletas cubanos pela sua maneira desastrosa, pela sua maneira desumana, como os fatos procederam.

Nós já temos hoje a Colômbia dando sinais de que vai querer vir para o MERCOSUL, e a partir de agora, se eu estou errado, e os senhores que estão na mesa têm mais condições de dizer, que afirmar, nós vamos ter um verdadeiro desfile de países querendo também participar do MERCOSUL, talvez que pela política de abertura anunciada e prometida pelo Presidente Obama, ou talvez, até porque a galinha dos ovos de ouro cercou o seu cesto, e vai se ter que procurar algumas outras alternativas para sobreviver.

Se a intenção venezuelana fosse, eminentemente, comercial nós deveríamos aprovar, por aclamação, sem nenhuma dúvida, mas ela não é, é política, é de transformar o MERCOSUL numa tribuna de proselitismo bolivariano, no pior sentido. Daí porque eu acho que os senhores estão cumprindo aqui um papel importantíssimo pelos cargos que ocuparam, pela responsabilidade que têm perante a nação, e, acima de tudo, pela credibilidade da opinião de cada um dos senhores, pelo que dizem nas tribunas que freqüentam, ou pelo que assinam nos jornais que colaboraram. Mas nós temos um problema mais grave, e que é preciso, de antemão, que seja visto com mais seriedade. Nós estamos sendo displicentes com esse fato. Até tive a oportunidade de conversar com o Embaixador Rubens Barbosa e o Embaixador Sergio Amaral [soa campainha] certa feita, é a qualidade da nossa representação futura no MERCOSUL.

Eu vi a representação de um país vizinho, já excluía, que não é boa, e eu não estou vendo no Brasil ninguém trabalhar no sentido dessa qualidade, apenas se sabe que vai ter eleição no ano que vem, está se brigando pela questão da representação, a quantidade, o quantitativo [ininteligível], mas a questão da escolha dos nomes, essa não tem sido preocupação de ninguém. Se não tivermos cuidado ela poderá ser uma representação de milionários e de exóticos. Nós temos que ter um cuidado muito grande com a qualidade dessa representação, Senador Tasso Jereissati, é um alerta que eu faço aqui, porque já se começa a ver as disputas em Estados por essas representações. São Paulo, imaginem São Paulo... São quantos representantes em São Paulo, Inácio? Oito, doze? Para o MERCOSUL?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, Senador Heráclito, não há ainda essa definição. Está se discutindo até se vai ser por lista, se vai ser por descrito. O PSDB está defendendo, a priori, a questão da lista.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, eu estou me baseando num trabalho feito pelo ex-presidente do MERCOSUL, Deputado Rosinha que distribuiu, e nesse trabalho dele tem exatamente... Tem uma proposta... Mas vamos admitir que sejam dez, se São Paulo não tiver, pela importância que representa, principalmente, na questão comercial, se não tiver uma representação altamente qualificada, de nada adiantou criar, porque nós vamos ser ridicularizados.

Eu queria fazer esse alerta exatamente para os senhores que têm ligação, o representante da FIESP que está aqui que vai ter muita responsabilidade nessa questão, que se trabalhe basicamente na questão dos nossos representantes.

Faço esse registro, Sr. Presidente, e agradeço V. Exa. a paciência com relação ao tempo, e dizer que essa oportunidade para nós, para o parlamento é da maior importância. E felicito V. Exa. por ter tido o prestígio de trazê-los aqui, coisa que durante dois anos a minha presidência não conseguiu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O prestígio é do Senador Tasso Jereissati.

Mas só complementando então, Senador Heráclito. Realmente, esse assunto precisa ser discutido rapidamente. Nós já abordamos isso em plenário, já abordamos lá. Tem que definir se vai ser por lista, se vai voto direto, se vai ser distrital. Isso não está discutido. Primeiro tem que decidir primeiro o número para depois decidir a forma. Então, a Senadora Marisa Serano está discutindo pelo PSDB.

Senador Inácio Arruda, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho tão importante que, por exemplo, o Senador Suplicy que tem mais quatro anos de Senador, ele pode abrir mão dos quatro anos e ser o nosso representante de São Paulo no MERCOSUL. Colocando lugar para suplente, haja vista, a importância que eu acho—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores convidados. Acho que a primeira grande observação nós temos que frisar, temos que realçá-la, que é a unanimidade em favor da ampliação da integração. Acho que todos defenderam que é importante a entrada da Venezuela.

Acho que segundo, eu estou de acordo com o Embaixador Paulo de Tarso, temos que dissipar o passionalismo, tem que ser dissipado. Porque se nós transformarmos numa luta puramente ideológica e política não é o caminho mais acertado. Você imagina a Europa, no final da segunda guerra mundial discutindo a União Européia, colocando na mesa só as questões políticas e ideológicas, porque eram bem distintas a formação que se deu, em seguida da Europa Ocidental. Ou imagina a Europa discutindo apenas as questões técnicas para o ingresso do leste europeu na União Européia. Não tinha entrado nenhum ainda, nenhum teria entrado, porque eu duvido que um daqueles países tenha conseguido cumprir o conjunto de exigências para entrar no mercado comum, não é uma união aduaneira, é um mercado comum, é um passo já muito mais adiantando que tem muito mais exigências do que uma área de livre comércio, do que uma união aduaneira, é o terceiro passo num salto gigantesco para cada uma dessas etapas. Então, eu penso nessa linha.

Vamos tirar a passionalismo, a sorte é que o nosso relator não é um homem passional, então não vai considerar esses aspectos, tenho certeza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cearense elogiando cearense. Parabéns!

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos que nos defender, pelo menos, em todas as questões.

Então, considero que devemos dissipar. Segundo: examinar as questões técnicas, porque no início do MERCOSUL quando nós fizemos o Tratado do MERCOSUL, todos os quesitos que foram elencados tiveram que vir para frente, não para trás, você não cumpriu para trás para compor esse conjunto de quatro países no MERCOSUL, você estabeleceu o tratado para frente e fomos nos adequando. E se ficarmos apegados a esses aspectos, eu dou razão ao Senador Casagrande, nós teríamos que liquidar com o MERCOSUL, e essa

é a pior atitude não seria correto para nós, o Brasil, o maior país, o que tem superávit primário, superávit com todas essas nações, exceto a Bolívia, talvez, porque nós compramos gás da Bolívia, talvez, a Bolívia seja superavitária conosco, a única exceção, a única.

Então, não tem, não existem razões adequadas, políticas econômicas que impeçam que possa dificultar o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Esse problema do Chávez ou não Chávez, da retórica do Chávez ou não retórica do Chávez. Você imagina, o pedido da Venezuela foi feito, de ingresso, no Fernando Henrique, e o Chávez entrou no governo da Venezuela quando o Fernando Henrique ainda era governo, e eu não me lembro de nenhuma reunião entre Fernando Henrique e Chávez que foram inúmeras, que ali se colocasse empecilhos da entrada da Venezuela, por parte do governo Fernando Henrique, lá atrás. Então por que é que hoje nós iríamos... Quando nós necessitamos... A crise que nós estamos vivendo no mundo necessita de mais unidade, mais integração, não é menos integração não, e lá fora vai ter muito protecionismo, não é aqui não. É lá fora [soa campainha] vai ter muito protecionismo. Então, arguir que pode ter protecionismo de A ou B no bloco, sinceramente, isso é no mundo todo, numa crise todo mundo busca se proteger. Então, eu acho que a gente teria que avançar um pouco mais.

E eu vejo aqui o documento da CNI que está distribuído aqui, uma carta que foi dirigida à CNI, levanta que mesmo que talvez não fosse necessário arguir rigorosamente os cumprimentos técnicos, essas questões todas estão avançadíssimas, avançadas esperando o quê? Esperando que a gente diga: estamos de acordo, vamos aprovar. Vocês estão avançando, vamos aprovar o mais rápido possível. Agora não dá para nenhuma nação, sei que a Venezuela ou outra qualquer dizer o seguinte: cumprimos tudo, mas não temos, sequer, previsão de vocês que dia que nós vamos entrar nesse negócio aí. E se a OMC é tão rigorosa a Venezuela é membro da OMC. Puxa vida, já é membro da OMC e tem dificuldade de entrar aqui? Todas as instruções técnicas foram cumpridas na OMC e vai ter dificuldade de cumprir essas instruções técnicas aqui para entrar no MERCOSUL. Então, não vejo como a gente arguir tecnicamente para reforçar o argumento, na verdade, político de não ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Porque eu acho que a gente busca um pouco isso. Qual a saída para criar mais dificuldades para o ingresso da Venezuela? Eu acho que nós não deveríamos ir por esse caminho, eu acho que nós deveríamos ir por um caminho mais da fácil. Como o Brasil pode facilitar? Porque interessa, substancialmente, ao Brasil, em todos os aspectos, do ponto de vista mais estratégico,

geopolítico, interessa o Brasil, mesmo que chame o Brasil de imperialista, não importa. Então, isso não importa que chame qual o problema?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então chamar ou não de imperialista não vai depender da gente. Claro. Você tem esse tamanho, tem a maior economia, você tem a maior indústria, você tem tudo muito maior, tudo agigantado. Aí vai dizer o quê? Não tem como. Então, eu acho que nós não devemos nos apegar a isso, em hipótese nenhuma.

O argumento também da beligerância em torno do Brasil. Sinceramente, é ridículo, absolutamente ridículo. Eu, a rigor, o nosso ex-presidente não está aqui, mas a minha opinião é contrária à posição dele em relação à questão dos tratados de não proliferação, absolutamente adversa em relação ao que foi feito durante o governo dele.

A questão central aqui é que nós... O receio deveria ser deles e não nosso. Então nós estamos com receio? O que é isso? Isso é um argumento sem, absolutamente, nenhuma [soa campainha] sustentação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por isso, Sr. Presidente, eu considero um pouco, eu vejo unanimidade, preocupações justas, acho que nenhuma preocupação deva deixar de ser considerada, mas não se transformariam em empecilhos para a adesão.

Eu vi isso, que o Uribe, realmente, informando que poderia pedir a aceleração da sua adesão, porque todos, todos, exceto Suriname e a Guiana não são sócios do MERCOSUL, todos já são sócios, é a etapa, digamos assim, inicial: eu quero ser sócio. Se o Suriname disser: eu quero ser sócio. Vamos associá-la. Todos já são sócios, então transportar essa associação para ingresso pleno, eu acho que é correto, e se a Venezuela entrar nós não poderemos considerar que seja negativo que outros peçam ingresso, seja a Colômbia que eu acho muito importante, muito, muito importante se a gente pudesse ter a Colômbia aqui no MERCOSUL, isso significaria dar uma musculatura, um fortalecimento num bloco econômico, político--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, para concluir, Senador. Já fez duas prorrogações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Eu acho que têm muita importância.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte antes dessa conclusão?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E não se preocupar com o bolivarianismo porque eu acho

que, talvez, a gente pudesse argüir também o bonifacianismo, porque o José Bonifácio lá atrás também já arguiu a união de todos nós aqui na América do Sul, não foi só o Bolívar, o José Bonifácio também arguiu. Eu acho que para o bem de Minas Gerais, talvez, e de São Paulo, talvez, fosse necessário arguir o bonifacianismo, porque aí eu acho que daria mais força a essa reunião nossa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ele é da UDN, eu sou do PSDB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Então, eu acho que um pouco, talvez, nós tivéssemos que caminhar no interesse do Brasil, no interesse nosso, caminhar mais rapidamente no sentido da adesão da Venezuela.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Não há dúvida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço. Eu quero ser rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, rápido, por favor. Seja rápido. Em seguida o Senador João Tenório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer ao Senador Inácio Arruda que eu compreendo essa vocação de alguns que compõem a base do governo de ter como esporte preferido fazer comparações com relação ao Governo Fernando Henrique, o que mostra que foi um governo positivo, porque segue com determinadas comparações. Agora quero dizer que no período do Governo Fernando Henrique, o Chávez que está aí era outro completamente diferente, a sua vocação terrorista ainda estava na puberdade.

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na infância.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na infância. Exatamente. A vocação ditatorial dele começou quando o petróleo cresceu, quando ele começou a conviver com o petróleo de 100 dólares, o dinheiro começou a sobrar e ele gastar mal, e aí ele se revelou como ditador. Mas naquela época ele vinha para Brasília não trazia o aparato de segurança não. Ele foi para uma recepção no Itamaraty, me lembro muito bem, trouxe um coral de menino para cantar, para alegar os seus companheiros, os que estavam presentes ali. Então, era um Chávez completamente diferente. Mas as pessoas mudam. A gente vê agora, por exemplo, aqueles que condenavam até a quinta geração dos que defendiam o FMI e os seus seguidores a se vangloriar de que estão emprestando dinheiro para o Fundo Monetário Nacional. Agora o azar é que o Chávez não pode mudar nesse sentido--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu agradeço o aparte de V. Exa. Eu imaginei que V. Exa. fosse colocar que o Chávez teria se posto numa situação mais vigorosa a partir do golpe que deram lá para derrubá-lo, eu acho que talvez fosse mais justo de vossa parte dizer isso, porque me parece que está tendo muita eleição na Venezuela, o processo democrático está se consolidando na Venezuela e em outros países aqui da América do Sul, porque está tendo muitas eleições e os governos mais duradouros, porque antes era o contrário, Senador. Antes aqui quando uma força democrática assumia a pressão era violenta para dar golpe e derrubar, e o Chávez foi vítima disso também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O MERCOSUL acabou com isso, o MERCOSUL acabou com o golpe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Eu espero que acabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bom. Vamos ouvir o Senador João Tenório agora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas a face à arguição do Senador Heráclito [soa campanha] eu acho que seria importante ajustar isso. Eu acho que nós devemos liquidar esse passionalismo, porque se formos caminhar desse jeito vamos acabar com o MERCOSUL, gente, sinceramente. Eu acho que não devemos caminhar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Senador Heráclito, inclusive, eu tenho certeza, que ele não tem essa opinião de que a Venezuela não ingresse, pelo contrário, ele já afirmou que é a favor do ingresso da Venezuela, tem essa relação Chávez, mas eu acho que nós devemos abster isso aqui, abstrair essa questão do Hugo Chávez--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou lhe explicar porque e V. Exa. vai entender.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Porque se for levantar um vai ter uma opinião a favor, o outro vai ter uma opinião contra. Antes do Chávez, lá mais atrás, antes do Chávez, as relações comerciais do Brasil com a Venezuela, sinceramente, eram precárias, determinadas lições comerciais, sequer, eram recebidas, sequer, eram recebidas. E hoje o interesse de integração é grande, porque diz respeito à relação e ao fortalecimento da geopolítica da nossa região. Interessa muito para o Brasil e interessa muito para a Venezuela, com Chávez ou sem Chávez. Esse que é o problema.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concluindo o meu... Eu quero só concluir, é um depoimento importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, senão nós vamos dar segmento, senão não termina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, vamos só dar a palavra ao Senador Heráclito, e em seguida aqui o Senador pede pela ordem aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Presidente. Pela ordem não, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Questão de ordem? Então vai questão de ordem do Senador Flexa primeiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um dos pontos que mais incomoda aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Azeredo, definiu ao início das perguntas dos Senadores que V. Exa. iria estipular um tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, cinco minutos e a prorrogação de dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cinco minutos para que cada Senador pudesse fazer as suas arguições.

Eu gostaria que V. Exa. cumprisse esse ritual, até para que todos possam, porque está sendo feito aqui discursos, que eu diria, até políticos, ideológicos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, qual é a questão de ordem? Porque aí o senhor decide a questão de ordem e não fica sujeito a um novo discurso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou com a palavra, Senador Inácio Arruda. Senador Inácio Arruda, V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que eu entrei com outra questão de ordem, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Então peça uma questão de ordem--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. está errado, Senador, porque eu estava com um aparte dado por ele. Mas veja bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, o Senador Heráclito e em seguida o Senador João Tenório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O espírito chavista--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Interrompeu o--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não interrompi, não. Pedi e foi permitido pelo Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O espírito chavista baixou no Senador Flexa Ribeiro que sempre é um democrata e que cercear o direito dos companheiros.

Mas olha, eu quero deixar bem claro aqui o que é que tem dificultado a Venezuela no diálogo aqui no Senado, porque a tentativa diplomática que a Venezuela faz aqui, e nós vamos deixar bem claro isso, não é uma tentativa habilidosa, é mandar empresas que têm interesse, empresários que têm interesse na Venezuela, ameaçar os Senadores de que se não votar vai diminuir o comércio, vai deixar de fazer negociação com o Brasil, vai fazer com a China. É uma diplomacia de baioneta. E nós não estamos vivendo nesse período. É de ameaça, é de chantagem. O Sr. Chávez não está procurando dialogar com o parlamento, aliás, já falou muito mal desse parlamento brasileiro, e o parlamento brasileiro não tem o direito de esquecer isso, nós não temos o direito de esquecer o que ele disse do parlamento. Eu separo a Venezuela do Sr. Chávez, agora o Sr. Chávez não contribui pelo que faz e pelo que diz para ter um tratamento ameno e cordial nesta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador João Tenório, com a palavra, finalmente, cinco minutos, prorrogável por mais dois, se for necessário.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Discutir o ingresso da Venezuela ou qualquer outro país do MERCOSUL por questões de interesse econômico, eu acho uma coisa, relativamente, ou, claramente, eu diria, dispensável. Claro que é importante. É importante a adesão da Venezuela como de qualquer outro país, é importante, digamos assim, o estreitamento da relação com os países da América Latina como com o mundo todo. Isso é uma coisa absolutamente óbvia. Eu acho que não é isso que deve estar em discussão. Então, nós temos, com a Venezuela, um interesse de caráter econômico, comercial, deve ser levado em consideração, mas não deve ser este fato que deve determinar, no momento, a avaliação mais correta pelo ingresso ou não da Venezuela neste momento. Isso que eu acho que deve ser levado em consideração.

Nós temos também, claramente, interesse de caráter geográfico pela proximidade e pela vizinhança que também tem um fator que não precisa ser lembrado até, porque a semelhança dos demais países vizinhos, nós temos claramente o interesse de uma relação cordial. Agora, digamos assim, a sobrevivência de relações comerciais duradouras, econômicas e duradouras, a sustentabilidade dos acordos que já existem estão por vir. Isso depende, a meu modo de ver, digamos assim,

do exercício democrático que cada País faz. Se o país não é capaz de fazer uma gestão democrática, não é capaz de fazer uma experiência democrática dentro de si, eu acho muito pouco provável que ele exercite esse, digamos assim, esse procedimento numa comunidade maior do que aquela que é puramente o seu país.

Então, eu acho que, em primeiro lugar, o exercício interno da democracia é importante para provar aos demais que na relação com os demais terá um comportamento idêntico, um comportamento similar.

Uma outra questão que foi levantada aqui pelo Senador Collor, e eu acho que procede, é essa questão dessa corrida armamentista, digamos assim, da Venezuela, não por ela em si, pelo que significa materialmente, mas pela demonstração de animosidade do País, do governo, do País, não, do governo. Acho que o Brasil é um país da paz, é um país que adora a convivência pacífica com todo mundo, o exercício dessa convivência pacífica. Quando se observa um companheiro que começa por esses motivos demonstrar uma certa animosidade, um gosto pela animosidade, eu acho que isso deve ser levado em consideração para admitir ou não a nossa convivência, na convivência, no caso específico, do MERCOSUL.

Eu gostaria só de explicitar esse fato, não se discute a questão econômica, isso é uma questão rasa, é conveniente e é fundamental para a relação do Brasil com a Venezuela, não com todos os países do mundo. Claro, isso não tenho dúvida nenhuma. Acho que a falta de exercício democrático interno nos deixa com uma pulga atrás da orelha, que esse mesmo comportamento poderá acontecer nas relações com os demais do MERCOSUL, e acho que essa animosidade [soa campainha] demonstrada não, especificamente, contra A, B ou C, mas demonstra uma certa assimetria muito profunda com o espírito brasileiro, que é o espírito de buscar a paz, o espírito de conviver de uma maneira pacífica e, inexoravelmente, pacífica. Muito obrigado, Presidente. Eram essas as palavras que gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Vamos ouvir então agora o Senador Mozarildo Cavalcanti, em seguida, o Senador Cristovam Buarque, depois ainda tem o Flexa, o Simon e o Romero.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazer todos juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem. Vamos seguindo. Então, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Sr. representante da Confederação Nacional da Indús-

tria. Eu tive o privilégio de ouvir os três Embaixadores, o representante da CNI atentamente, e aqui eu tenho uma particularidade a dizer, eu aqui estou muito mais como Senador de Roraima do que como Senador da República. E é só olhar o mapa ali e ver que Roraima, ao contrário do Amazonas, que a Venezuela entra no Amazonas, Roraima entra na Venezuela.

Então a nossa economia é completamente ligada à Venezuela, inclusive, a energia elétrica que temos vem da Hidrelétrica de Guri. Agora, realmente, como disse o Senador João Tenório não há o que discutir, por exemplo, eu como Senador de Roraima não tenho nem que está aqui dizendo qualquer coisa, a não ser que sou de acordo, aliás, como todos os quatro desceram, mesmo com as ressalvas, com as recomendações, que são de acordo com a entrada da Venezuela, eu também sou, como Senador de Roraima mais ainda. Agora como Senador da República eu acho que nós temos que ter as cautelas que foram aqui colocadas. E aí eu endosso o Requerimento do Senador Tasso Jereissati de que nós solicitemos ao Itamaraty as informações complementares, que possamos ter, realmente, como recomendou o Embaixador Rubens Barbosa a cautela e a ativez de tomar uma decisão aqui no Senado, diferentemente, do que pensa o Presidente Chávez a nosso respeito, nós temos que ter realmente isenção. E aqui eu estou colocando como Senador de Roraima eu poderia só dizer o seguinte: sou completamente a favor, eu sou a favor, mas eu quero, sim, estar como Senador da República informado dessas situações todas e para poder dar aqui um voto que represente, inclusive, uma sinalização para as futuras entradas de outros membros no bloco.

Portanto, eu quero deixar registrado esse ponto de vista, e frisar mais ainda que eu também quero defender que o MERCOSUL, amanhã ao aceitar a Venezuela, não continue sendo o intercâmbio comercial sendo entre Caracas e Minas Gerais, entre Caracas e São Paulo, e passando por cima de Roraima e do Amazonas e não deixando nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Usou menos do que o tempo previsto. Está ótimo.

Eu estou só aguardando o Requerimento para gente poder colocar em votação. Está terminando.

Então o Senador Cristovam Buarque agora.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Embaixadores, eu fico surpreso como o nome Chávez aparece numa discussão entre Estados. O Sr. Chávez, como bem disse o Heráclito, pode mudar, ou pode perder, e, certamente, vai morrer e a Venezuela vai continuar com o Brasil.

Nós temos que discutir aqui é entre as relações entre Brasil e Venezuela, independente do Chávez. Agora nas normas, no protocolo do criação do MERCOSUL tem referências ao marco democrático, muito bem. Então, que venha aqui o Ministério e diga: estão cumpridas as seguintes condicionantes. E aí nós vamos analisar se aceitamos ou não a análise do governo. Agora, tem que cumprir as condições. Eu, por mim, tinham outras condições. Tinha que exigir que, no máximo, fosse de 5% de analfabetismo, tinha que exigir que o piso salarial fosse mais de mil dólares, tinha que exigir que não se queime florestas naquele país, tinha que ter uma porção de outras condições. Agora não existem essas outras condições, vamos lutar para colocá-los, enquanto as colocam, vamos analisar Venezuela à luz das condições existentes, independente do nome do seu presidente, dos gostos do seu presidente.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, quando é que a gente pode ter aqui uma reunião como essa, com o convite talvez até os mesmos Embaixadores para que eles deem opinião sobre algum documento do Ministério das Relações Exteriores dizendo: a Venezuela cumpre todos os requisitos. Aí a gente vai analisar se é verdade ou não, se há interesses políticos por traz ou não.

Finalmente, sobre a fala do presidente Collor, do Senador Collor, eu quero dizer que, de fato, como Parlamentar do MERCOSUL eu sinto que nós estamos ta-teando, mas a minha impressão que a entrada de mais um país do porte da Venezuela vai dar uma ascensão no MERCOSUL e não uma redução da importância. Vai trazer uma força nova, até pelas discussões que surgiram lá dentro sobre os erros e os acertos que a gente tem que continuar comunicado do seu governo. Então, eu gostaria que a gente também cobrasse na linha também do Tasso Jereissati, do Senador Tasso, cobrasse do Ministério quais são as condições atuais que não estão sendo cumpridas, qual é o prazo para cumpri-las ou se todas foram cumpridas para que nós possamos votar, e aí, sim, eu desejo o mais rápido possível, a entrada da Venezuela cumprindo todos os compromissos que o Protocolo de Adesão deve prever.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Vamos agora ouvir o Senador Flexa Ribeiro, e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só uma informação, pela ordem, ao Senador Cristovam. Que nós estamos, justamente, encaminhando um requerimento para que seja votado agora no sentido que o Itamaraty mande todas as informações necessárias

para que nós possamos ter um esclarecimento sobre todos esses compromissos e pré-requisitos que foram acertados ou não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores: Sérgio Amaral, Rubens Barbosa, Paulo Tarso Flecha de Lima, meu amigo José Augusto representando a CNI, Srs. Senadores. Essa discussão, eu quero aqui parabenizar o Senador Tasso Jereissati que é o relator do processo, e que solicitou as audiências públicas para que os Senadores pudessem ter o conhecimento mais correto para usar do seu voto quando chegar o momento de exercê-lo.

Nós não estamos aqui discutindo tão somente a questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL, não temos nada contra a Venezuela, muito pelo contrário, é um país irmão que tem que estar integrado na América do Sul, e que, lamentavelmente, está hoje sobre uma direção que demonstra de forma bastante importante a sua agressividade. Parece a mim, que o presidente da Venezuela tem um objetivo maior de assumir uma liderança política na América do Sul, e sabe que o único caminho que ele poderá alcançar é através da força e não, lamentavelmente, da política. E se prepara para isso, já deu exemplos, já deu exemplos, inúmeros, inúmeros, e, lamentavelmente, aqui nesta Comissão de Relações Exteriores, tivemos, várias vezes, que discutir a submissão do Brasil a questões com países da América do Sul. Foi assim com a Bolívia, foi assim com a Venezuela, foi assim com a Argentina. Por trás disso sempre, lamentavelmente, estava o Sr. Hugo Chávez, sem que ele tivesse nada a ver com as questões que se estavam discutindo. No caso do gás da Bolívia foi o Sr. Hugo Chávez que instrumentalizou o Presidente Evo Morales na ação contra o Brasil. Foi assim na Argentina quando o Sr. Hugo Chávez foi à Argentina para criar uma condição de conflito com o Brasil, e assim é, lamentavelmente, em todas as suas ações.

O Presidente Fernando Collor tem toda razão nas colocações que ele fez aqui, toda razão. E o Senador Tasso Jereissati acaba de colocar as minhas dúvidas todas com o Requerimento que ele encaminha ao Ministério das Relações Exteriores para saber oficialmente do governo brasileiro se a Venezuela cumpriu ou não os pré-requisitos para que possa fazer parte do MERCOSUL. A meu ver, pelo que tenho conhecimento não o cumpriu.

Lamentavelmente, não tive a oportunidade de assistir as palestras de V. Sas., estava num compromisso externo no Ministério dos Transportes, e não tive essa oportunidade. Mas as colocações que aqui foram postas, agora mesmo pelo Senador Cristovam Buarque com relação à longevidade do governo do

Presidente Hugo Chávez, [soa campainha], nós temos um exemplo de Cuba que está há 50 anos, eu espero que a Venezuela não chegue a esse limite. Acho que o caminho que nós temos que ter, Senador Eduardo Azeredo, é realmente ter do governo brasileiro a resposta oficial se foram cumpridas as exigências para o reconhecimento na Venezuela do MERCOSUL.

Eu tenho aqui alguns dados, só para concluir, que a inclusão dos países no MERCOSUL, chamado regionalismo aberto tem dois pilares: democracia e liberdade de comércio. Precisamos saber se existe isso na Venezuela. Nós temos que saber se a entrada da Venezuela no MERCOSUL não coloca em risco a própria identidade do bloco. Foi dito aqui, Senador Tasso, que, lamentavelmente, o MERCOSUL não é hoje aquilo que deveria ser ao longo de todo esse tempo, pelo contrário, eles vêm regredindo, vem com problemas sérios, e se não seria o caso de fortalecer, revitalizar o MERCOSUL para depois se discutir a entrada de novos parceiros, e não admitir um parceiro que pelo que se prevê virá a trazer mais discórdia do que é uma solução de consenso entre os países já membros.

E, por último. Como eu disse, eu gostaria de saber se a Venezuela foi admitida como membro pleno em processo de adesão antes e não depois de se adaptar às prescrições fiscais e aduaneiras do MERCOSUL. Ela se antecipou a ser concedida como membro pleno em processo de adesão. Então, já cometemos um passo errado, não podemos cometer o segundo erro.

Então eu aguardo a resposta do Requerimento do Senador Tasso Jereissati que já voto [soa campainha] a favor para que possamos definir o voto ou mudar o voto, porque o meu voto hoje é transparente e claro, sou contra a entrada do Sr. Hugo Chávez no MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos colocar então... Senador Simon, podemos colocar o Requerimento em votação primeiro? Vamos só colocar o Requerimento em votação. É o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço então que inclua os dois Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo.

Senador Tasso Jereissati que considerando as indefinições e desencontro de informações sobre estágio de implementação dos compromissos adotados no Protocolo de Adesão da Venezuela no MERCOSUL, objeto do Projeto de Decreto Legislativo em ordem de tramitação no CRE, há necessidade que o Congresso

Nacional tenha informações conclusivas sobre o cumprimento pela Venezuela dos compromissos, condição indispensável para que possa deliberar com segurança sobre aprovação do Protocolo de Adesão, e considerando ainda que em resposta ao Requerimento do Senador José Agripino de dezembro de 2007, o Ministro Celso Amorim respondeu constatando que restaram pendências na adoção das providências pela Venezuela no tocante a: apresentação das listas de INCM dos produtos a serem contidos em cada etapa do cronograma. Identificação dos produtos sensíveis do comércio entre Venezuela, Paraguai e Uruguai. Cronogramas de desgravação do comércio entre Venezuela, Brasil e Argentina, e ainda o posicionamento da Venezuela em relação aos acordos já negociados pelo MERCOSUL com terceiros países, requer o Senador Tasso, sejam solicitadas ao Ministro Celso Amorim das Relações Exteriores as seguintes informações, incluindo abordagens específicas a cada uma das pendências mencionadas acima. No âmbito do grupo de trabalho criado pelo art. 11 do Protocolo de Adesão foram acordados os cronogramas de desgravação para o comércio da Venezuela com o Paraguai e com o Araguaia e cronogramas de desgravação do comércio da Venezuela com o Brasil e a Argentina. Os primeiros não foram completados e os segundos ainda estão pendentes de negociação. Em que estágio encontra-se essa negociação? Qual o empecilho que pode representar a falta de finalização dessa negociação para a adesão da Venezuela? Dois: no compromisso de adoção da tarifa externa comum a Venezuela ficou de complementar as tarefas em relação à apresentação de listas de produtos para cada etapa do cronograma. Em que estágio encontra-se esta obrigação da Venezuela de apresentar as listas? Qual a composição dessas listas? Três: os compromissos de livre comércio entre a Venezuela e os países membros do MERCOSUL foram cumpridos? Restam-se pendências quais são elas? E quatro: em que estágio se encontra o andamento das condições e custos de ação a serem negociados com terceiros países no tocante à adesão da Venezuela aos instrumentos internacionais e acordos celebrados com esses terceiros países.

Coloco, portanto, em discussão o Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas eu vou complementar quando eu for falar, eu solicitarei uma complementação do pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu, com todo respeito, sou contrário a esse requerimento. Eu acho que devia ser feito é um convite para o Chanceler vir aqui e essas coisas vão ser expostas por ele aqui, e não um requerimento por escrito, que ele vai responder por escrito, e acho que é coisa delicada que talvez não seja interessante sair por aí a fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Pedro Simon—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que é uma reunião que nós devíamos... Os assuntos são esses aí. V. Exa. leva em mão ao Chanceler, ele vem aqui e faz a exposição. Mas eu acho que não tem nada que botar no papel.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Pedro Simon, o convite ao Chanceler Celso Amorim já foi feito, está marcado para o dia 30 a presença dele aqui juntamente com a presença do--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Do Governador de Roraima José Anchieta e do Embaixador do Brasil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --Do Governador de Roraima e o Embaixador do Brasil na Venezuela.

O que foi colocado aqui pelos diversos palestrantes é que tanto eles, quanto nós todos aqui, não temos uma série de informações técnicas que precisam ser dadas. Eu como relator ficaria até mais à vontade se na vinda do Chanceler ele falasse, mas eu já tivesse algumas informações para poder até debater com ele essas informações, porque para quem tem pressa, por exemplo, para mim no momento se eu receber as informações somente na vinda dele aqui, eu vou ter que estudar e voltar a me aprofundar nas informações que vão ser dadas. Se ele me der preliminarmente, eu até aceito, se ele colocar que vai dar essas informações no momento da sua vinda aqui, tudo bem, mas vai demandar de mim mais tempo para poder estudar essas informações.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque eu acho que há perguntas que o Chanceler não deveria responder por escrito. Ele tinha que responder verbalmente aqui para nós. Não sei se é interessante botar no papel.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Por exemplo, podemos retirar, por exemplo...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderia ler outra vez as perguntas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vou pedir que tire uma cópia e distribuir as cópias para os Senadores é mais fácil.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu queria apenas adendar(F) e mandarei por escrito a seguinte pergunta: se essas perguntas técnicas apresentadas são pré-requisitos para formalização do acordo em nível político pelos Congressos, e se já foi feito anteriormente qualquer outra formalização com qualquer país com pendências como essa. A informação que eu tenho é que o ingresso do Uruguai e do Paraguai ocorreu com pendências técnicas desse nível. Então, eu gostaria de ter essa informação, efetivamente, para saber se houve ou não.

Eu estou pedindo oficialmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Tudo bem. Mas só esse levantamento sobre o Paraguai e Uruguai, talvez os Embaixadores pudessem responder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para contraditar aqui o nosso líder.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não estou contraditando nada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está dizendo que houve um erro ao serem aceitos os dois...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está dizendo que sim.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nem estou dizendo que houve erro e nem estou pedindo para o Governo errar agora, e nem o Congresso. O que eu estou dizendo é o seguinte: há um processo que é um processo em andamento que existem questões, que são pré-requisitos e existem questões que não são--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E que não foram cumpridas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não sei se são, estou perguntando se são. E existem questões que não são pré-requisitos. Pode haver o ingresso e pode haver a complementação de dados, informações e andamento de procedimentos, como ocorre hoje em vários países que já fazem parte do MERCOSUL. O arcabouço jurídico, legal, fiscal não está montado, não está pronto, não está acabado. Então quero saber o que é pré-requisito e o que não é pré-requisito. E mais, se a gente quiser levar para essa linha, se a Argentina e o Uruguai que apresentaram e aprovaram o ingresso da Venezuela no MERCOSUL houve o cumprimento desses pré-requisitos lá ou se houve também, efetivamente, um processo em andamento. Já que pela informação que eu tenho a Argentina e o Uruguai--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Brasil é soberano, companheiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que nós não vamos nos submeter...
[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu entendi. Mas enquanto se tira a cópia--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Fazer uma discussão técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --Mas enquanto se tira a cópia para distribuição para poder discutir o Requerimento, eu quero passar a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa que pode esclarecer essa questão da entrada do Uruguai e da Argentina.

Agora eu quero só dizer ao Senador Inácio Arruda: lá na Comunidade Européia não é assim não. Não é anarquia não, eles para entrar têm que cumprir tudo.
[falas sobrepostas].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de ouvir a opinião dos Embaixadores aqui presentes que vieram aqui justamente nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente. Eu vou passar a palavra agora para o Embaixador Rubens Barbosa. Antes o Senador Mozarildo pede a palavra, em seguida fala o Rubens Barbosa, o Embaixador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria só pedir a V. Exa., como vou ter que me retirar [problema no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador Rubens Barbosa.

SR. RUBENS BARBOSA: Uma questão levantada pelo Senador Jucá. Como eu disse na minha apresentação, o primeiro ponto que eu mencionei é que a entrada da Venezuela do ponto de vista dos países da região foi uma decisão política, eu acentuei isso, e depois fiz o contraponto com o exame técnico que a gente deve fazer. O Uruguai e a Argentina, o congresso do Uruguai e da Argentina aprovaram o Protocolo de Adesão na mesma semana, logo em seguida, da assinatura do Protocolo, eles não questionaram nada por quê? Porque na época a Venezuela estava comprando os títulos da Argentina, bilhões de dólares e estava fornecendo energia, o petróleo subsidiado ao Uruguai, por isso não foi examinado e foi feito e em seguida o Protocolo foi aprovado pela Venezuela, pela Argentina e pelo Uruguai poucos dias depois da sua assinatura. No caso do Paraguai não houve exame ainda, porque como o governo não tem maioria lá, eu nem sei se foi remetido, ou se foi remetido não foi examinado pelo plenário lá.

Então, esse assunto é altamente político por parte dos Parlamentos, foi feito por parte dos parlamentos da Argentina e do Uruguai. Agora, como foi dito aqui também, na União Européia, em qualquer lugar em que haja um processo de integração, há condições que devem ser cumpridas, isso é que consta do Protocolo. O que nós estamos discutindo aqui é se a gente aprova, se os senhores aprovam o Protocolo sem ter sido o processo completado ou não, quer dizer, a rigor deveria ter sido ao contrário, como na Europa, há uma lista de requisitos e os países têm que cumprir esse requisito para depois o país aprovar. Mas como foi uma decisão política que incluiu a Venezuela sem ter sido aprovado o Protocolo como membro plena, nós estamos agora nesse problema. Há necessidade do país que entra cumprir os requisitos que ele mesmo aprovou, esse protocolo não é uma imposição do MERCOSUL é um documento negociado com a Venezuela.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu perguntaria o seguinte: no caso do ingresso do Uruguai e do Paraguai no MERCOSUL foi cumprido todo o Protocolo antes de ser aprovar politicamente o ingresso ou ficaram pendências para que depois fossem cumpridas?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é que tem aqui o Protocolo, art. 4º. Art. 4º do Protocolo diz o seguinte—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu vou pedir ao Embaixador Sérgio Amaral para fazer o esclarecimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas é porque é esclarecedor até para ouvir a opinião dos Embaixadores. “No mais tardar...” art. 4º: “no mais tardar em quatro anos contados a partir da data da entrada em vigência do presente instrumento, a República Bolivariana da Venezuela adotará a nomenclatura comum do MERCOSUL e a tarifa externa comum para este fim. O grupo de trabalho criado no art. 11 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da TEC contemplando as eventuais exceções...” E por aí vai. Aí entra no art. 5º.

SR. SERGIO AMARAL: Mas esse que é o ponto. Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, quer dizer, mas lá diz o seguinte: “feito o acordo ingressa a Venezuela”. Eu tenho quatro anos, que é isso que eu estou aprovando ou não é? É isso que o Senado vai aprovar ou não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Embaixador Sérgio Amaral, então.

SR. SERGIO AMARAL: Obrigado, Presidente. Eu gostaria de fazer dois esclarecimentos: primeiro é

que o Uruguai e o Paraguai são sócios originais, junto com o Brasil e com a Argentina. Ao longo desses anos esses quatro países foram construindo um acervo, um acervo de decisões, um acervo de redução de tarifas, um acervo de acordos com os terceiros países. Então, qualquer país que queira pertencer ao MERCOSUL ele tem que incorporar esse acervo. Por que qual é o pressuposto do MERCOSUL? O pressuposto é que todos tenham regras iguais, porque não pode cada um ter uma tarifa diferente, não pode ter acordos diferentes. Então, nós estamos tratando de uma situação que é inteiramente nova, e os quatro membros são originais, eles foram construindo esse acervo ao longo de mais de uma década. Na adesão o que é que se faz? Dá-se um tempo ao país que adere para cumprir. Não é isso que nós estamos questionando. O que nós estamos questionando é que houve certas regras como este processo deve caminhar. Como é que deve ser feita a adesão da Venezuela? Ela vai ser feita ao longo de quatro anos. Mas o que tem que discutir antes é exatamente o que vai ser negociado e qual é o cronograma, e é neste ponto que a Venezuela não está atendendo ao que próprio o protocolo—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ela tem quatro anos.

SR. SERGIO AMARAL: Não para isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Mas é o que está escrito aqui no Protocolo de Adesão.

SR. SERGIO AMARAL: Não. O que a Venezuela assumiu um compromisso é num prazo de 180 dias o grupo de trabalho poder definir e acordar sobre como este processo vai funcionar ao longo de quatro anos, em outras palavras: são os programas de negociação o que vai se negociar e o prazo em que vai ser negociado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aqui não fala em prazo.

SR. SERGIO AMARAL: Fala sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Art. 4º não trata.

SR. SERGIO AMARAL: A competência está no art. 11 que são as competências do grupo de trabalho que foi criado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Seriam duas questões então.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu não tenho nada a opor. Eu retiro. Pode ser aprovada. Eu não tenho condição nenhuma. Retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então continua em discussão. Mais alguém que queira discutir. Não querendo discutir. Eu coloco então em votação o Requerimento do Senador

Tasso, já foi distribuído. Então, os Srs. Senadores e Senadoras que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Ainda um outro Requerimento aqui do Senador Inácio Arruda que requer uma audiência pública no dia 29 de abril, na véspera, portanto, da vinda do Ministro Celso Amorim, sobre a participação do Brasil na missão humanitária na Colômbia, tendo como convidada especial a Senadora colombiana Piedad Córdoba. E considero as iniciativas que sem sendo tomadas... Considerando as iniciativas que vem sendo tomadas ao redor do mundo no sentido de garantir a paz na Colômbia, nada mais pertinente e oportuno para esta Casa do que promover a realização de audiência pública com a senadora ícone da defesa dos direitos humanos da Colômbia, Piedad Córdoba, que está no Brasil no período de 28 a 30 deste mês. Está assinado também pelo Senador Renato Casagrande, já que o Senador Inácio Arruda não é membro desta Comissão, poderia ser, mas o Senador Renato Casagrande também assina. Em discussão. Estão de acordo. Em votação. Estão todos de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Então, vamos agora continuar ouvindo o Senador Pedro Simon. Finalmente, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas a obrigação de externar a minha posição, Sr. Presidente. Com todo respeito, eu sou totalmente favorável à criação do MERCOSUL, acho que foi um movimento muito importante, há muito se esperava. O Senador Sarney teve uma posição importante na criação dele, junto com o Presidente Alfonsín. O ex-presidente que saiu daqui, o Collor de Mello teve uma posição muito importante junto com o Menem, porque os dois eram dois adversários que derrotaram os candidatos, e a expectativa é que eles iam anular e iam voltar atrás, e não só aconteceu isso, de modo especial, o Presidente Collor fez questão de tomar posse num dia, e no dia seguinte, às 10h da manhã, ele fez um convênio definitivo do MERCOSUL.

Eu confesso que eu estranho um pouco esse debate, Sr. Presidente, porque eu achava que para nós é tão natural, é tão espontâneo, é tão importante essa integração, que essas questões secundárias, eu não consigo entender como ela consegue atender a nossa atenção. Quem é Hugo Chávez? O que é que representa Hugo Chávez? Onde é que vai Hugo Chávez? É piada, Sr. Presidente.

O que nós estamos vendo aqui hoje é um momento muito importante. Essa crise mostrou em nível mundial que foi diferente dos anteriores, porque hoje já tem o mercado comum europeu que é uma nação ali em condições de igualdade, porque a China já está

lá, porque a Índia já está lá, e o próprio Brasil já está lá. Se alguém que tem interesse dessa integração é o Brasil. Nós não podemos ver a América do Sul como cachorrinho para americano que faz negociação direta com o Chile, faz negociação direta com os outros, e a América do Sul não tem condição de crescer, desenvolver, de avançar. Graças a Deus, o Brasil tem uma posição de grandeza, o Brasil nunca teve guerra de limite, de querer aumentar, de querer ganhar, de coisa nenhuma. O Brasil tem, e essa história de dizer: não, porque eles nos olham como imperialistas. O que, de certa forma, é verdade, e não deixa de ser verdade, porque nós somos imperialistas perto deles. Mas, na verdade, na verdade, no fundo eles têm respeito, e eles confiam nessa posição que o Brasil pode desempenhar.

E nós estamos vivendo um momento que é um momento novo na história da humanidade, queira ou não queira o Obama está representando um fato novo, e está ele agora, inclusive, esses países que se levantaram tanto aqui está nos jornais de hoje, e o Obama abrindo um caminho direto com eles, quer conversar diretamente e refazer o diálogo com a Venezuela, quer refazer a conversa com a Bolívia, com o Paraguai, o próprio Obama está querendo isso. E eu acho, com todo respeito, que o Lula está tendo uma posição de muita categoria. Aqui uma hora [ininteligível], porque o Presidente deu uma declaração infeliz dizendo que nós somos elementos que atendíamos o governo americano e não sei o que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Papagaios do congresso americano.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Brasil romper com a Venezuela. Eu fui um dos que foi contrário. Mas o que é isso? Agora nós vamos romper com a Venezuela, um país... Por causa de um tal de um cidadão que eu não sei quantos dias ele vai durar. Eu acho que nós estamos no caminho, o que é mais bonito de ver é que o Brasil e a Argentina estão se entendendo. Quando é que poderia... Antigamente era para depois com os elogios que o americano fez para o Lula, era para a Argentina e a presidente enlouquecer, quer dizer, está lá, o Lula é o homem mais, não sei que. O que ele podia ter dito é: a presidente da Argentina é a mulher mais bonita do mundo, porque ficava melhor até... No entanto, foi aceito com respeito. Eu acho que com toda sinceridade, não fica bem para esta Comissão [soa campanha], não fica bem para nós estarmos com essas questões de picuinha que não é verdade. Então, a Europa nunca podia ter se unido. Como que é o diálogo entre a Inglaterra, a Alemanha e a França? Como é que eles conseguem

se entender? Como é que eles conseguem ter uma fórmula de entendimento? Nós aqui que não temos problema nenhum. Pelo amor de Deus. Eu acho que nós vamos acertar, tem que ser. Eu acho que o que está acontecendo hoje é altamente positivo, o fato da Venezuela ter saído do pacto andino já é o início para nós terminarmos com o pacto andino e fazer um só, a integração de um só, já foi um início. Então, eu acho que nós temos que ter grandeza. Nós temos que ter grandeza, nós temos que ter visão. O país está [ininteligível], o Brasil a melhor fase da sua história e nós temos que estar caminhando adiante.

Eu quero felicitar a manifestação dos senhores, de modo especial, o companheiro Flecha de Lima... Ele está ficando cada vez mais moço, cada vez... Uma coisa impressionante, o cara está um guri. Mas meus cumprimentos. Você é uma pessoa fantástica. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Então, vamos ao Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero saudar o Presidente da Comissão, o Senador Eduardo Azeredo, os Embaixadores Rubens Barbosa, Paulo Tarso, Sergio Amaral, o Sr. José Augusto Coelho, e falar aqui como Senador de Roraima e como líder do governo. Primeiro como Senador de Roraima dizendo que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL para Roraima é determinante, não só para Roraima, para a Amazônia Ocidental, eu diria para o Brasil. Eu faço minhas as palavras do Senador Pedro Simon. Nós vamos mudar o eixo, o MERCOSUL, que era o sul da América do Sul, passa a ser um mercado do continente, e o ingresso da Venezuela trará o ingresso da Colômbia que é um processo que vai consolidar, efetivamente, o MERCOSUL em toda a região. E para gente é fundamental na questão logística. Roraima está muito mais para a Venezuela, para a Guiana, para o Caribe do que para o restante do Brasil no seu processo econômico, e a gente está hoje ilhado. Nós temos uma Amazônia no meio com todas as restrições ambientais, com todas as limitações que nós temos que ter, e, sem dúvida nenhuma, a Venezuela que hoje é o maior parceiro econômico o Brasil em resultado superávit 4,5 bilhões de dólares de superávit, o maior, é algo que não dá para gente virar as costas.

Como líder do governo quero registrar a importância que o Governo dá à aprovação da Venezuela no MERCOSUL, e mais, os cuidados que o governo brasileiro tem. Agora nós estamos tratando aqui de questões técnicas. Ótimo. Vamos balizar as questões técnicas, mas vamos tratar as questões técnicas com o respaldo, a responsabilidade e o espaço de ques-

tões técnicas. Questões políticas, vamos aprimorar as questões políticas. Não se trata de discutir a questão interna da Venezuela, mas se trata, efetivamente, de falar claramente. Inclusive, perguntar ao Itamaraty e aos observadores internacionais. Houve eleição na Venezuela? Houve. Houve observadores internacionais da ONU, da Fundação Carter, da OEA acompanhando as eleições? Houve. Houve alguns comunicados em nível de fórum internacional de qualquer questão? Nós vamos ser julgadores dos países internamente que nós vamos relacionar. Então, essa é uma questão, acho que [ininteligível], a questão política e democrática é fundamental. Eu concordo com o Senador Cristovam. Nós temos é que avançar. Ter IDH, ter PIB, ter uma espécie de pacto social, mas agregando, trazendo os países—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que não dá, por enquanto, porque o Brasil ficaria fora.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Trazendo pacto social e fazendo com que nós possamos construir uma América do Sul forte. Agora, construir com inclusão, não é com exclusão. Nem usando barreiras técnicas para dizer o seguinte: nós construímos o MERCOSUL em dez anos, dez anos para se construir as questões técnicas do Paraguai e Argentina num espaço menor, numa região menor ali numa relação comercial que já havia maior, foram dez anos de questões técnicas para se ajustarem. Então, nós vamos dizer o que para a Venezuela? Voltem daqui a dez anos com um produto daqui a dez anos vocês apareçam aqui. Nós vamos fazer o que com esse político que o Brasil tem de posicionamento com a questão econômica, com a questão da democracia. Como é que nós vamos ampliar a democracia se for essa a discussão da Venezuela é isolando ou é trazendo para junto? Qual é a linha? E aqui falou muito bem o Senador Pedro Simon.

Então, eu não quero me alongar, não quero discutir questões nem técnicas, nem econômicas, eu acho que essa é uma discussão política, o balizamento é técnico, econômico, e político, democrático; acho que tudo isso tem que ser discutido. Agora nós temos que ter a consciência da nossa posição como país na América do sul, e temos que dar o exemplo de tolerância, de responsabilidade, de integração. E eu espero que com a discussão [soa campainha] que nós vamos ter aqui, o Itamaraty, o Ministro virá, o Embaixador do Brasil na Venezuela virá, o Governador de Roraima virá que é do PSDB, fundamental, não há economia de Roraima forte sem um Estado com a relação prioritária com a Venezuela com a estrada com a Guiana que nós vamos ter que construir também, que a saída para o Caribe que a Amazônia Ocidental precisa ter. Tudo isso é uma ação, um pacto, um discurso, um

compromisso do governo brasileiro, do Presidente Lula, nosso com toda essa região. E um passo determinante para isso é, efetivamente, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, sem o ingresso da Venezuela no MERCOSUL não há esse discurso econômico, porque é o maior parceiro que nós podemos ter na região, a Amazônia ocidental.

Quero, por um dever de ofício aqui, discordar do Senador, é uma questão pessoal, mas como líder do governo, me vejo na obrigação de fazer, com todo respeito, discordar do Senador Heráclito Fortes da avaliação do assessor Marco Aurélio Garcia do Presidente da República, é um homem trabalhador, um importante assessor do Presidente Lula. Tem dado uma contribuição importante ao trabalho que o país e que o governo tem feito nessas questões. Como quero registrar também, que essa questão não quero polemizar, mas a questão da expulsão dos atletas cubanos também acho que ficou extremamente explicado e não houve expulsão de atletas cubanos.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero, sinceramente, e vou atuar como Senador de Roraima, como líder do governo para que a Venezuela seja aprovada, isso para nós é vital, para a nossa região, eu acho que para o país, e, portanto, eu quero aqui fazer... Não faço nenhum questionamento, eu respeito a posição de todos, respeito a posição de todos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --Os

Embaixadores e todos os que interagem nessa discussão, mas a nossa posição é de buscar a aprovação, uma aprovação rápida. Claro, levando em conta as questões técnicas e fazendo cumprir o acordo que é feito dentro do MERCOSUL. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, eu quero dizer que o equívoco desta discussão é que alguns colegas já querem antecipar votos, é o que não está ocorrendo. Nós queremos é discutir. Eu até compreendo a impaciência do Senador Pedro Simon, a experiência, a vivência aqui na Casa permite isso, mas imagino como seria triste e monótono se nós não tivéssemos a oportunidade de discutir uma questão dessa importância na Comissão de Relações Exteriores. Para uns pode parecer uma discussão boba, mas para outros não, é uma discussão importante. Até porque nós somos traumatizados de vivemos num país aonde nós rompemos relações com Cuba, em determinado momento, e o Congresso, sequer, foi consultado. Nós não tivemos oportunidade lá atrás de discussões dessa natureza, e não é possível que no sentido in-

verso não seja, Senador Simon, dada a oportunidade dessas discussões. O Senado tem todo direito de ter mágoas pela maneira descortês como foi tratado pelo Presidente Chávez, de propor rompimento de relações diplomáticas, jamais, mas de discutir, sim.

Imagine como seria triste, monótono e deixaria até razão de ser. Talvez o Senador Cristovam eu começasse a me preocupar com as preocupações do Senador Cristovam Buarque com relação à existência desta Casa. Agora, nós não podemos tapar o sol com a peneira. Por que é que está se discutindo Chávez e por que é que se compara o acesso de alguns países da União Européia? Porque lá não tem ninguém com vocação para ditadura, não tem ninguém que tenha criado dissabores ao Congresso, não tem ninguém que tenha afrontado a Constituição. A questão é outra. E nós temos que analisar essa questão por esse aspecto, até porque quem inspirou a criação do MERCOSUL, e aí se louva Sarney, Sanguinetti e Alfonsín, foi exatamente a democracia, há época a inspiração da criação do MERCOSUL foi a estabilidade democrática, não havia nenhuma pretensão de se formar aqui um grande bloco econômico para enfrentar os outros. O americano quando nos atrapalhou, durante muito tempo, com a relação ao MERCOSUL, é porque tinha aquele temor de que se fizesse aqui um bloco que fosse, imaginem os senhores, criar dificuldades para os interesses daquela época. Hoje o mundo é outro. E nós temos até que tirar partido da situação atual. Nós não podemos desperdiçar essa oportunidade onde o Lula está sendo elogiado pelo presidente americano, está sendo louvado, virou o "cara". Nós temos que aproveitar essa oportunidade de maneira positiva, e nós não podemos, como congressistas, não mostrar ao país que nós temos que ter cautela com a vocação ditatorial, armamentista do Sr. Chávez. A aprovação da Venezuela ao MERCOSUL é outro departamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito.

Antes de ouvirmos então as considerações finais dos Embaixadores e do Diretor da CNI, o Senador José Nery ainda pede a palavra. Com a palavra, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, ilustres convidados desta audiência pública, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sergio Amaral, e o Sr. José Augusto aqui representando a CNI, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Esse é um tema muito importante que deve, evidentemente, ser discutido exaustivamente por todos que têm interesse na integração dos países da América Latino, em especial, do MERCOSUL, e creio que nós temos

motivo de sobra para participarmos, efetivamente, desse debate e tirar a limpo as verdadeiras questões que têm sido levantada para criar dificuldades para a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Todo o processo que está sendo realizado com o mais perfeito cumprimento das normas que orientaram a criação do MERCOSUL, todos esses procedimentos adotados do ponto de vista legislativo que demanda aprovação dos demais países membros do MERCOSUL, algo já consolidado no Paraguai, no Uruguai, na Argentina; faltando ao Brasil essa definição, creio que é preciso dizermos aqui que as razões econômicas, as razões ligadas ao nosso comércio bilateral altamente favorável ao Brasil, e aqui não vou repetir números e informações relevantes que foram prestadas aqui nesta audiência. E diria que o único empecilho para o acolhimento da Venezuela no MERCOSUL, sobretudo, o que nós temos discutido no Brasil, tem sido de natureza estritamente política, e eu diria, não a política vista de forma mais geral, universal, eu diria, talvez, em alguns aspectos políticos quando aqui, muitas vezes, quando se quer desqualificar uma posição, dizem que aquela posição é orientada por um viés político e ideológico, e o que se observa em relação à adesão, ao acolhimento da Venezuela ao MERCOSUL não é outra coisa senão viés político e ideológico partindo de certas compreensões, a meu ver, equivocadas, e até, certo ponto, atrasadas de que na Venezuela tem um regime ditatorial. Por todos os fatos que nós conhecemos no período mais recente no processo político da Venezuela, nos autorizam a dizer que não há na América Latina país que tenha vivenciado um processo mais democrático do que aquele exercitado pela Venezuela, nem o Brasil que tem eleições direta, congresso funcionando, Judiciário funcionando [soa campainha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exceto Cuba.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Cuba também. Cada país tem o direito a sua autodeterminação para escolher os seus caminhos, e quando nós tentamos aqui excessivamente opinar, dizer e influenciar como é que tem que ser o caminho dos outros, nós, além, de não estarmos respeitando, porque se o Presidente Chávez governa a Venezuela o governa de forma democrática, porque participou desde 98 de doze eleições, apenas em uma delas suas proposições foram rechaçadas, foram acatadas que foi a questão... Eu tive a oportunidade de participar como observador do Senado Federal do referendo constitucional [soa campainha] de 2007 e pude constatar que muitos do que diz sobre a Venezuela não passa de convicção que devemos respeitar do ponto de vista ideológico que cada um professa aqui, mas razões outras como que lá exista uma ditadura, que essa história de que

a Venezuela tem vocação para ditadura. Um Estado nacional que tem entre as suas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Pois nós estamos tratando aqui da adesão da Venezuela, nós não estamos tratando aqui da adesão de Chávez ao MERCOSUL, é essa a questão que parece que não se quer perceber aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Depende. Se o povo da Venezuela escolheu um caminho institucional [soa campainha] para escolher os seu dirigentes, nós devemos respeitá-lo, porque uma hora que esse caminho não mais responder às aspirações e o interesse daquele povo, com certeza, eles tomarão outra direção. Então, justamente o equívoco aqui que esta Comissão e o Senado, muitas vezes, têm tratado, a meu ver, com intolerância política, é intolerância política que nós todos reclamamos. Não ter a abertura, uma visão clara de que o processo que vive a Venezuela é de um protagonismo popular, inclusive, com a possibilidade de seus dirigentes, tudo bem ele aprovou, Chávez aprovou lá, o Congresso aprovou as reeleições sucessivas, que eu sou contra, eu, pessoalmente, sou contra no Brasil e lá também. Mas é a minha opinião. Mas lá foi aprovado democraticamente. Na hora que o povo entender ao contrário tem um instrumento que é o da revogabilidade dos mandatos decorridos 50% do exercício do mandato presidencial dos governadores e dos prefeitos, na Venezuela é um percentual da população que corresponde em termos eleitoral a um milhão de pessoas, podem requer o referendo revogatório, o plebiscito revogatório para encerrar o mandato dos governantes. Então, os argumentos de ditadura não procedem, porque não correspondem à realidade. Do ponto de vista econômico as razões estão dadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador José Nery, para concluir, por favor, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Pois não, Presidente, vou já concluir. Para dizer que nós precisamos, realmente, discutir amplamente essa questão. É muito correta a proposição dessa audiência pública no qual o Senador Tasso Jereissati como relator desse Protocolo de Adesão sugere que aqui se realiza, esse ciclo de audiência que depois contará, inclusive, com a presença do Ministro Celso Amorim, eu creio que é um processo valoroso e importante para que tenhamos, justamente, a oportunidade de expressar aqui cada um de nós [soa campainha] sua compreensão sobre esse processo, de modo que eu diria que

o único aspecto, reafirmaria, que o único aspecto que tem se tornado impeditivo para esse acolhimento, à adesão da Venezuela ao MERCOSUL, tem sido o aspecto político, ideológico que, a meu ver, não pode ter supremacia na relação entre estados independentes entre estados irmãos, como são os estados irmãos do Brasil na América Latina, como é a Venezuela. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando da discussão e votação no plenário do Senado Federal antecipar, Sr. Presidente, que a minha posição é absolutamente favorável ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, e até mesmo do ponto de vista político estarão submetidos às regras democráticas estabelecidas no Tratado de criação do MERCOSUL. Portanto, ter a presença, inclusive, da Venezuela é uma forma, Sr. Presidente, de poder também o conjunto dos países que faz parte do MERCOSUL e a partir do tratado da sua criação, exercer também o controle e o acompanhamento de tudo que ocorre do ponto de vista social, econômico, político nos países.

Agradeço a V. Exa., e manifesto aqui a minha satisfação por saber da posição aqui defendida pelos Srs. Embaixadores aqui representando o Itamaraty e o governo brasileiro e da CNI com as reservas e com as pendências aqui apresentadas, mas tem uma posição, a meu ver, coerente que é. Nós estamos discutindo a adesão da Venezuela, nós não estamos discutindo a adesão do Presidente Chávez ao MERCOSUL, embora, eu, pessoalmente, tenha razões de sobra também para reconhecer os avanços democráticos da Venezuela, o fato de que o povo venezuelano começa a ser protagonista da sua própria história, e talvez seja isso, muitas vezes, que nós não queiramos compreender. Muito obrigado. Parabéns pela discussão. E faremos, devemos fazer aqui, Presidente, as discussões que forem necessárias, exaustivamente, porque esse tema é muito importante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero exatamente, nesse aspecto, só defender aqui a gestão do Senador Heráclito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, só uma questão de ordem para um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --E a questão aqui comigo também. Essa Comissão nunca foi intolerante Senador, por favor, ela não foi intolerante com o Senador Heráclito e não é intolerante conosco. Nós sempre tivemos aqui--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nós falamos intolerância política do ponto de vista da compreensão de cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): --Sim. Exatamente. Pois é, mas aqui a Comissão tem sempre acatado as diversas opiniões. Veja que hoje mesmo nós estamos aqui, V. Exa., o Senador Inácio não são membros da Comissão, todos puderam falar, puderam usar a palavra, mas é que intolerância é uma coisa que nunca aconteceu aqui.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não. Política.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Também intolerância política, estou dizendo isso. Nunca houve intolerância política aqui. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria apenas, é questão de preservar os anais da Casa, da Comissão, lembrar ao Senador Nery que ninguém aqui representa o Itamaraty, já representaram durante muito tempo diplomatas brilhantes, mas no momento que são homens independentes. V. Exa. falou como falaria pelo Itamaraty.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eles são membros do Itamaraty?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Todos já deram a sua colaboração.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Todos têm mais de 60 anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos já têm mais de 60 anos. E V. Exa. ainda não quis aprovar aquela lei.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas pela experiência da diplomacia brasileira--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora o Senador Nery querer que esta Casa discuta algo que não seja político é duro, é duro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu não falei isso não, eu falei--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A discussão é política.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ideológica.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. pode até ideologizar a questão, não é o meu caso--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É ideológica.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha questão é pragmática, não é ideológica. Eu não tenho ideologia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Puramente ideológica.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não tenho ideologia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor é um cidadão desideologizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não tenho ideologia. Se você me provar qual é a minha ideologia, eu me curvo. Eu não tenho ideologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós vamos ouvir então o Senador Arthur Virgílio que chega e quer a palavra como líder do nosso partido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não tem idade para tanto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Aliás, Presidente, eu vejo a CNI representada muito qualificadamente pelo Dr. José Augusto. Eu sou testemunha ocular de que os três têm alguma experiência em política externa. Eu testemunhei isso.

Na verdade, e qualquer ironia a parte, estão aí três dos mais brilhantes embaixadores com que já contou uma casa que imérita em produzir embaixadores brilhantes.

Eu não vim aqui para discutir a questão ideológica, de ouvir um Senador, não sei identificar a voz dele, foi muito rápida, elogiando o ditador da Coréia do Norte. Até acho que é um direito, se acha que expressar politicamente de maneira correta é ir por esse o caminho. Eu não estou aqui para discutir. Eu entendo que a Venezuela é perene, o Coronel Chavez não é. Não desconheço o valor da cláusula democrática que é essencial, certa vez, o governo passado acionou a cláusula democrática e impediu junto com a Argentina e com o Uruguai, impediu um golpe no Paraguai, desestimulou um golpe no Paraguai.

Eu me atenho, portanto, no tempo em que disponho, basicamente, a questão econômica. Eu sabia que seria esse o caminho trilhado pelo relator dessa matéria tão relevante, que é o Senador Tasso Jereissati, e o que eu vejo? A Venezuela... E aqui vai um elogio ao governo brasileiro. A Venezuela, não fosse o petróleo, teria uma inflação que galoparia, e ela ameaça sair do controle e o Brasil mantém a inflação controlada. O Brasil tem feito, e agora eu vejo um certo desconforto fiscal, mas tem feito, ao longo de 15 anos, um esforço de estabilização econômica que tem rendido bons frutos para o País, a Venezuela, não fosse o petróleo, ela viveria uma das situações econômicas mais graves dentre todos os países de que tenho notícia, e o petróleo, de certa forma, agora não está mais tão e com preços tão atraentes para possibilitar que se troque petróleo por banana no Caribe, como a gente vê que é o que se faz, por exemplo, na relação entre Venezuela e República Dominicana, por exemplo.

Eu entendo que nós temos que ver as questões técnicas colocadas pelo Senador Tasso Jereissati res-

pondidas. Se voltasse a parte política, eu diria: não gostaria que aquilo virasse, com a presença do Coronel Chávez, virasse um palco político, tipo uma UNE fora de moda e palanque antiamericano, não sinto que seja bom, sobretudo, numa hora que se estabelece relações tão boas entre o Brasil e os Estados Unidos. Entendo que as questões devem ser, basicamente, econômicas e com o olho na política, um olho na política. O olho da política é esse, é a preocupação com a democracia. Eu me preocupo com os rumos que a Venezuela toma sobre o Coronel Chávez, como também não gostaria de imaginar um povo tão correto como aquele, outra vez governado por um Pérez Jiménez da vida. Eu percebi que alguns ideologizaram no que eu ouvi no rádio, no que ouvi um pouco pela televisão, eu percebi que alguns ideologizaram o debate, e não foi esse o caminho adotado pelo relator, o relator quer saber sobre tarifa comum. Nós estamos, inclusive, se eu tivesse que apontar um defeito da nossa política externa, eu apontaria o desmantelamento do MERCOSUL, o MERCOSUL não vive uma fase brilhante, vive uma fase bastante delicada. Isso aí pode ser até um ingrediente complicador a mais, mas o próprio MERCOSUL, em si, ele perdeu a relevância, aquele sonho brilhante de nós construirmos um PIB maior do que o da Alemanha para negociarmos em posição de força com outros países, isso se desfez. Eu não vejo que tenha sido um tento da política externa brasileira, o trabalho por ela exercida em relação ao MERCOSUL. Mas vamos de maneira muito serena [soa campainha] nós do PSDB, vamos de maneira muito serena, nós vamos seguindo o Relator Tasso Jereissati, nós vamos analisar tecnicamente as questões que estão postas, e vamos pesar de maneira muito fria o que é o interesse do País e o que é o interesse do MERCOSUL.

Eu gostaria que o Chanceler Celso Amorim, quando aqui viesse, falasse um pouco, inclusive, o MERCOSUL. E eu tenho perguntas a lhe fazer sobre o MERCOSUL. Eu sinto que o MERCOSUL desandou, deixou de ser uma prioridade para o governo brasileiro, precisa voltar a ser uma prioridade. Estamos, então estendendo o braço um pouco mais e, sequer, consolidamos aquele núcleo inicial. Portanto, eu aqui não vou, enfim, se fosse um clube eu não estaria no mesmo clube do Coronel Chávez, mas não é clube eu vou ouvir e vamos decidir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tertúlias.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Um clube tertúlias, enfim, não seria o meu companheiro para uma jornada dessas. Eu entendo que a [ininteligível] tem que ser examinada, e que respostas tem o governo brasileiro para dar a essa questão. Então, entra a Venezuela e com que compromisso, efetivamente, e,

por outro lado, o que pensa o governo brasileiro, sistematicamente, sobre o MERCOSUL? Porque o próximo seria então o Equador, hoje dirigido por estadista chamado Rafael Correa.

Nós vamos manter a serenidade e vamos discutir sem emocionalismos. Das intervenções que vi e ouvi, eu, por exemplo, gostei muito, embora, discordando de pontos centrais da preocupação do Senador Romero Jucá, gostei muito do que disse o líder do governo, ele procurou se ater à questão técnica. Vamos ver então quais são os argumentos mais fortes que cada lado pode exhibir. Eu, sinceramente, fiz muito passeata, inclusive, o governo americano não deveria nem me conceder o visto, porque eu quebrei muito vidraça da Embaixada Americana, quando ela funcionava no Rio de Janeiro ainda, mas passei dessa idade, e tudo que eu prego é que o Brasil tem uma relação privilegiada com os Estados Unidos. Eu sinto que esse é o caminho para o Brasil, relações privilegiadas com os Estados Unidos. Temos tudo para estabelecer isso agora com essa figura renovadora, essa figura talentosa que é o Presidente Obama que demonstrou, inclusive, muita simpatia e muito apressado pelo Presidente Lula, e, certamente, não vai deixar de conviver bem com o presidente que vier a suceder o Presidente Lula.

Então, eu sinto que olhando esse ângulo pesáremos, inclusive, o que pode acontecer, eventualmente, de danoso para o nosso convívio com nações democráticas e nações de enorme potencial de intercâmbio econômico conosco com a inclusão da Venezuela.

Tenho um argumento, e eu vou encerrar, Presidente, agradeço a V. Exa. a tolerância. Tenho um argumento que é muito... E faço uma outra justiça, eu entendo que o Presidente Lula muito afastado do Presidente Chávez não é uma coisa muito positiva, eu sinto que ele é um ponto de equilíbrio. Eu não gosto de ver Chávez, Evo Morales, Rafael Correa; os três juntos, falta só a companhia que o Chávez já tentou do presidente do Irã para ser uma coisa muito exclusiva. Então eu vejo que o Presidente Lula pode exercer um papel moderador muito importante, e até o exerce, e isso é importante.

Por outro lado, tem outro argumento do Presidente que é um argumento, aparentemente forte, mas eu que julgo claudicante, quando diz que nós temos um intercâmbio de 6 bilhões de dólares. Muito bem, e tudo isso sem a Venezuela estar no MERCOSUL. Eu não estou vendo nenhuma razão para a Venezuela diminuir esse intercâmbio estando ela fora do MERCOSUL. Se dissessem que de 1 bilhão ia passar para 6 bilhões a relação de troca, ela entrando, era um argumento muito pesado, por outro lado, já está nisso. Eu não vou vendo,

sequer, que vá aumentar disso em função do próprio cenário que nos envolve a todos no mundo.

Então, nós vamos muito serenamente, e seguindo aqui a orientação do relator que foi muito bem escolhido pelo Presidente Eduardo Azeredo, nós vamos analisar os prós e os contras, e não cair nas parrelas(F) ideológicas, a época das passeatas não compõem com quem tem que ter, pelo menos, 35 anos de idade, e o Tasso tem muito mais, e eu tenho só um pouco mais, mas na época das passeatas já não compõem com quem precisa ter, pelo menos, 35 anos de idade para virar Senador da República. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tasso.

[interrupção no áudio].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): ...Os bilhões de dólares. E espero que se um dia a gente voltar a negociar a ALCA esse argumento prevaleça aqui com todas as mesmas pessoas que estão discutindo e dando tanta ênfase e prioridade a esse argumento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permita-me, Presidente? Eu, por exemplo, sou a favor da ALCA, é um direito que eu espero que os admiradores do ditador da Coreia não me neguem, e eu sou a favor da ALCA. O Brasil perdeu uma enorme chance, deveria ter feito um acordo pan-americano aí. E eu pergunto: ajuda a uma eventual ressurreição da ALCA, da ideia da ALCA a presença da Venezuela? E isso é comércio, eu não estou falando em passeatas, não estou falando em ideologia, não estou falando em governo popular, estou perguntando se ajuda. Vai ajudar? Se me disserem que ajuda eu digo: olha, que coisa boa. Agora, eu gostaria muito que na conversa Obama e Lula, daqui para frente, voltasse a florescer a ideia da ALCA. Perdemos um gol na frente, com o goleiro batido e a trave à disposição do atacante. E nós perdemos esse gol, nós tínhamos que estar muito mais perto—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Até porque ficamos sem um e nem outro. Não fizemos nem ALCA e nem bilateral, nenhum dos dois.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Certa vez um deputado, colega nosso, querido amigo, enfim, debatendo comigo na outra Casa quando éramos deputado ele disse: “É um acordo do pescoço com o cutelo, nós que temos 6% do PIB da América Latina, negociarmos com quem tem 60% do PIB da América-Latina”, enfim. Eu disse: “Olha, eu que acordo danoso mesmo eu ia negociar com quem não tem dinheiro para me passar, não tem como comprar o que eu possa produzir, enfim, essa história de ficar somando pobreza eu não vejo que vá levar ninguém

à prosperidade, eu sou a favor de nós nos qualificarmos para disputar o mercado americano e buscarmos condições vantajosas para penetrar naquele mercado e o mercado comum com ele nos daria essa oportunidade". É uma pergunta que o Senador Tasso ensejou que dela eu me lembrasse para fazer aos senhores e para fazer, futuramente, ao Ministro Celso Amorim, a pergunta: se vai renascer a ideia da ALCA? Eu sou a favor que renasça. Ajuda a reconstrução dessa ideia a presença da Venezuela? É uma pergunta que eu acho que fica no ar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. O que eu estava só lembrando é que não fizemos nem acordo ALCA e nem outros acordos, afinal, não saiu nem ALCA, nem bilaterais, acordos bilaterais não saiu nenhum.

Nós vamos, então, para as considerações finais, ouvir primeiro o Dr. José Augusto que representa a CNI.

SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu vou permitir então as minhas quatro últimas mensagens em função do debate aqui ocorrido nessa manhã.

Em primeiro lugar, eu gostaria de reenfatar a importância das regras para comércio e investimentos. É isso que explica a nossa valorização, por exemplo, da OMC, porque sem regras nós estaremos submetidos ao sujeito da alfândega em função do seu critério ou ao fato de que com o comércio com país Z eu seja amigo do presidente ou do ministro de comércio de plantão. Felizmente, boa parte do comércio no mundo se define através de regras, e é por isso que nós valorizamos regras para comércio e investimento e regras também para as instituições do MERCOSUL. Acho que essa é a primeira mensagem.

A segunda mensagem é que, de fato, o setor privado tem um interesse estratégico no mercado da Venezuela, é um mercado importante para as nossas exportações, nós temos um superávit elevado, e temos um conjunto expressivo de empresas que hoje têm investimentos na Venezuela. Agora eu gostaria de apontar uma questão de expectativa que eu vejo que ainda não está completamente clara no entendimento. Hoje nós temos com a Venezuela o ACE-59 que é um acordo de livre comércio que tem um prazo que está sendo... Tem um prazo para o qual concluirá uma zona de livre comércio. Ora, o impacto adicional da entrada da Venezuela como membro do MERCOSUL será pequeno para a geração de novas linhas de comércio. O principal impacto da Venezuela será na redução do prazo de quatro anos dos produtos sensíveis, esse que é o diferencial. Mas existe uma outra dimensão que cabe aos senhores avaliar politicamente,

que é a segurança políticas, os senhores poderão avaliar e dizer o seguinte: "Olha, o ACE-59 tem uma segurança jurídica menor do que MERCOSUL, pode ser mais fácil de ser denunciado pelas partes". Isso é uma questão de avaliação, inclusive, juntos com os nossos diplomatas. Mas eu gostaria de colocar isso como uma dimensão.

O terceiro ponto que eu acho que os senhores tomaram a decisão mais apropriada nesse momento que é solicitar as informações ao Itamaraty para que isso oriente a decisão dos senhores, é isso também que o setor privado gostaria de ter conhecimento, porque o setor privado não tem uma posição contra a entrada da Venezuela, mas quer que as regras sejam bem estabelecidas, e que nós possamos fazer uma boa avaliação custo/ benefício. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado pela sua presença e sua participação, Dr. José Augusto. E agradecemos a presença da CNI conosco.

Embaixador Paulo Tarso para suas colocações e considerações finais.

SR. PAULO TARSO FLECHA DE LIMA: Eu acho que eu enfatizei muito o lado econômico desse relacionamento. E gostaria de acrescentar um argumento adicional. É que nós temos que garantir o nosso lugar lá, porque já há concorrentes muito ativos. A China, por exemplo, abriu uma linha de crédito com a Venezuela de 12 bilhões de dólares para consolidar a sua posição lá, de modo que eu acho que é importante que a gente consiga superar essa dificuldade e cheguemos a um relacionamento normal com a Venezuela nesse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado pelas suas ponderações.

Vamos agora ouvir o Embaixador Sergio Amarel.

SR. SERGIO AMARAL: Obrigado, Presidente. Eu vou ser muito rápido, porque eu acho que todas as ideias e questões relevantes já foram suscitadas.

Eu fiquei muito satisfeito com o rumo que tomaram as discussões e a deliberação desta Comissão, que é o seguinte: não se trata aqui de discutir se a Venezuela deve ou não entrar, mas, sim, o processo de adesão, tal como ele foi conduzido que, a meu ver, foi precipitado e deveria ter sido precedido das discussões, das questões maiores da adesão no momento em que nós estamos discutindo a primeira adesão ao MERCOSUL. E acho que o caminho correto é aquele de ter as informações adequadas para responder uma pergunta: os requisitos foram cumpridos? Se foram cumpridos, muito

bem, se não forem essa decisão tem que ser adiada até que esses compromissos sejam cumpridos.

Mas eu acho que esta discussão suscita duas questões maiores que esta Comissão tem toda a pertinência e a importância para discutir que são, justamente, duas questões sem as quais a ampliação do MERCOSUL é uma temeridade. E uma delas é exatamente se nós temos maturidade para termos uma regra que é a da negociação conjunta que dá a cada um dos parceiros do MERCOSUL em poder de voto, e a experiência recente de Doha mostra que nós tivemos que nos dissociar do nosso principal parceiro argentino, e outra questão, é da ponderação de votos. O MERCOSUL não pode pensar em aumentar o número de associados e tocar em questões cada vez mais sensíveis sem discutir a ponderação de votos, e eu acho essa é a discussão para o futuro, assim como a questão das regras que devam presidir a essa adesão. Essas não são questões irrelevantes.

Eu me lembro que a União Européia quando começou o processo de alargamento, disse com muita clareza: é preciso conciliar a adesão com a capacidade de avançar, porque se nós não fizermos bem essa adesão de novos sócios, nós perderemos a capacidade de avançar para patamares mais altos de integração.

E agradecer, Presidente, a possibilidade que eu tive e o privilégio de ter participado desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós é que agradecemos a sua participação, suas palavras, Embaixador Sérgio Amaral. E agora ouvimos, portanto, o Embaixador Rubens Barbosa.

SR. RUBENS BARBOSA: Obrigado. Queria também agradecer a oportunidade que nos foi dada para debater esse assunto tão importante. E eu queria resumir em duas, três coisas. Primeiro, eu acho que esse debate mostrou que todos reconhecem a relevância do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, inclusive, do ponto de vista estratégico, porque se não houvessem outras razões, o fato de a Venezuela entrar para o MERCOSUL significa que ela vai ficar presa ao MERCOSUL, porque nós não sabemos o que é que vem depois de Chávez, e se vier alguém antagônico, possivelmente, gostaria de retirar a Venezuela desses entendimentos todos. Então, até por esse aspecto estratégico é importante.

E depois, porque como os senhores sabem, dentro da Venezuela, não foi discutido isso aqui, não há consenso em torno do ingresso da Venezuela no MERCOSUL pela competitividade dos produtos brasileiros e tal, são todos industriais. Esse é um primeiro ponto.

Há um reconhecimento, todos à mesa reconheceram a relevância do ingresso da Venezuela, e em

segundo lugar eu também acho que o rumo que tomou os debates aqui e a decisão que a Comissão tomou de consultar o Itamaraty é a apropriada, prevaleceu a discussão técnica, a análise isenta, técnica do mérito da entrada da Venezuela, de acordo com o Protocolo de Adesão.

Até porque e eu não quis entrar no debate político, e os senhores, certamente, leram também a cláusula democrática do MERCOSUL. A cláusula democrática do MERCOSUL não se refere à nada do que foi discutido aqui, a cláusula democrática do MERCOSUL se refere a um único aspecto que é a ruptura democrática, foi o que aconteceu no Paraguai, porque estava à beira de ruptura democrática com um golpe no presidente daquele momento. Não se está discutindo ruptura democrática na Venezuela. Então, essa outra discussão não é aplicável ao protocolo, à cláusula democrática. Então, é uma discussão, realmente que desvia do centro da atenção, que como o Sérgio Amaral mencionou, é crucial, é a questão das regras O Zé também mencionou essa questão do cumprimento das regras.

E, finalmente, essa matéria é muito importante, porque é o precedente, é o primeiro caso, é o que ficar aprovado aqui vai ser invocado no futuro para outros casos. Se o congresso brasileiro faz, como fez a Argentina e o Uruguai, resolve aprovar o protocolo sem examinar os detalhes técnicos, a Venezuela entra para o MERCOSUL sem ter assumido nenhum compromisso, e qualquer outro país vai invocar a mesma coisa. Então, é muito importante ter em mente que o que for discutido aqui é um precedente para outros casos, eventualmente, de interesse de países entrar no MERCOSUL. Os senhores lembram-se que o Ministro Celso Amorim convidou publicamente a Bolívia para entrar no MERCOSUL, isso está público. A Bolívia disse que não queria sair do Grupo Andino e não respondeu. Mas se a Bolívia quiser entrar para o MERCOSUL atendendo ao convite que já foi feito, como é que ficam as regras? Então, esse é um ponto muito importante ter presente que, o que ficar decidido aqui é um precedente para os outros casos que certamente virão nos próximos anos.

Mais uma vez, Senador, muito obrigado pelo convite, e a honra de estar presente aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Portanto, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 14h23.

Senado Federal
SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Pedro Simon**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Morais, Heráclito Fortes, João Tenório, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Flávio Arns, Renato Casagrande, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Gilvam Borges e Rosalba Ciarlini**. Justificaram a ausência os Senadores **Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente, em exercício, declara abertos os trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da 1ª parte da pauta. O Presidente convida o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para compor a Mesa. **Item 1:** Mensagem nº 45, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente abre o processo de votação e concede a palavra ao embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos para fazer sua exposição. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e trinta e seis minutos. A sessão é reaberta às doze horas e treze minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação do Embaixador. O Presidente inicia a apreciação da 2ª parte da reunião. Inversão da pauta. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa*

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **João Tenório**, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 15, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “*Requer, nos termos regimentais, que a Indicação Nº 1 de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, seja encaminhada a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira*.” Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 03 de dezembro de 2003*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Flexa Ribeiro**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra ao Senador **Heráclito Fortes**. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **João Tenório**, Relator, para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 21 e Item 22:** Requerimento (SF) 1.334, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros, que “*Requer, nos termos do art. 222 do regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de congratulações ao Presidente eleito dos Estados Unidos da América, Senador Barack Obama*.” e Requerimento (SF) 1.349, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que “*Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senador Barack Obama eleito Presidente dos Estados Unidos da América, manifestando admiração ao atual ícone da renovação e do fortalecimento da democracia e reverenciando sua belíssima vitória a qual comoveu o mundo*.” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra aos Senadores **Eduardo Suplicy, João Tenório e Flexa Ribeiro**. Aprovados. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina,*

da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai – Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideu, em 18 de outubro de 2004.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy**, Relator “Ad hoc”, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Flexa Ribeiro**, Relator “Ad hoc”, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy**, Relator “Ad hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy**, Relator “Ad hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Pedro Simon**, Presidente em exercício

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sras. e Srs. Senadores, havendo núme-

ro regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As senhoras e senhores, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da primeira parte da nossa pauta. Convido para compor a mesa o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, da República da Indonésia.

Item nº 1, não terminativo, Mensagem nº 45, de 2009: “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei nº 11.440, a escolha do Sr. Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia”. A autoria é da Presidência da República, tendo o Senador Fernando Collor como relator. Concedo a palavra ao Senador Fernando Collor, relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), deliberando por voto secreto.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem: “Nascido na cidade do Rio de Janeiro, o Sr. Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior ingressou no quadro diplomático em 1979, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo Secretário em 1982, e, por merecimento, a Primeiro Secretário em 1989, a Conselheiro, em 1994, e a Ministro de Segunda Classe, em 2004. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Divisão de Transmissões Internacionais (1980); Coordenadoria de Assuntos Políticos do Gabinete do Ministro de Estado (1981); Embaixada em

Bonn (1984); Embaixada em Praga (1986); Embaixada em Bagdá (1988); Cerimonial da Presidência da República (1990); Divisão da África I – Chefe (1995); Departamento da África – Chefe, substituto (1995); Consulado-Geral em Toronto (1999); antes, novamente, Embaixada em Bonn (1996); Assessoria Internacional do Ministério da Previdência Social (2003); Divisão da Ásia Central – Chefe (2004); Embaixada em Kinshasa (2005); Embaixada em São Tomé (2006), tendo chefiado a delegação brasileira à VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa em 2006.

Consta, ainda, ter sido agraciado com a Ordem Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Cavaleiro (1977); a Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, 3ª Classe (1978); a Ordem Militar de Cristo, Portugal, grau de Cavaleiro (1981); a Cruz do Mérito, Alemanha, 1ª Classe (1987), a Ordem de Isabel a Católica, Espanha, grau de Comendador (1991); a Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1992); a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1992); a Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, grau de Oficial (1993); a Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Oficial (1993); e a Ordem Nacional de Mérito de Cooperação e Desenvolvimento, Guiné-Bissau (2006)".

O documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Indonésia, situada no sudeste asiático, dá conta de que as relações bilaterais passam por momento de grande intensificação, tendo havido, no ano de 2008, a assinatura de diversos instrumentos diplomáticos bilaterais, os quais abrem algumas novas frentes de atuação conjunta, como a inclusão social, energias alternativas, ciência e tecnologia, indústria aeronáutica e defesa. Analisa a Chancelaria brasileira que o avanço das relações bilaterais se beneficiou de diversas afinidades: evolução convergente dos quadros políticos domésticos: fortalecimento do regime democrático; semelhanças nos aspectos físicos: grandes massas territoriais com importante biodiversidade; humanos: população multiétnica; sociais: disparidades sociais e regionais; liderança exercida nos respectivos entornos regionais: ambos os países atuam como formadores de consenso e são as maiores economias do MERCOSUL e, no caso da Indonésia, da ASEAN; importância atribuída por ambos à Dimensão Sul-Sul de suas políticas externas e posturas moderadas e equilibradas em foros internacionais.

Quanto às relações comerciais, percebe-se expressivo crescimento do fluxo bilateral nos últimos anos. Nada obstante, considera-se que o nível atual do intercâmbio bilateral está aquém da potencialidade dos dois países. A Indonésia é apenas o quarto princi-

pal parceiro comercial do Brasil na ASEAN. No campo dos investimentos, a aquisição pela Vale do Rio Doce do controle acionário da INCO, empresa canadense instalada na Indonésia, elevou a empresa brasileira à condição de uma das principais produtoras de níquel naquele país. A empresa Indonésia Riau Pulp tem investimentos da ordem de 400 a 500 milhões na Bahia Pulp, Camaçari, que usa tecnologia de ponta para a produção de celulose para exportação.

No setor agrícola, o governo indonésio tem como meta obter autossuficiência em soja, em 2010/2012. A EMBRAPA identificou a possibilidade de cooperação em diversas áreas dessa cadeia produtiva.

No tocante a biocombustíveis, a Indonésia manifestou a meta oficial de que vinte por cento dos combustíveis utilizados no país tenham origem biológica, outro ponto de convergência e cooperação com o Brasil.

Temas da agenda multilateral, como preservação ambiental, negociações da Rodada de Doha, reforma do sistema financeiro internacional, reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, negociações MERCOSUL-ASEAN, constituem, igualmente, fortes pontos de convergência bilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu declaro aberto o processo de votação e concedo a palavra à S. Exa., o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, para fazer a sua exposição.

SR. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Efetivamente, a Indonésia é um país fascinante, que, nessa região dinâmica, que é o Sudeste Asiático, é o maior país em dimensão territorial, cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, e população com 240 milhões de habitantes e um peso econômico e presença política na região. Possui, ao mesmo tempo, a maior população de confissão islâmica e uma rica variedade histórica e cultural.

As relações diplomáticas com o Brasil são antigas, datam de 1953. O Brasil chegou a ter... O Brasil esteve presente, mandou representante na reunião de Bandung, em 1955. O Presidente Sukarno, que foi o artífice da independência da Indonésia, esteve duas vezes no Brasil, em 1959 e 1960, chegou a desenvolver amizade pessoal com o Presidente Juscelino Kubitschek e, na segunda vez que esteve aqui, chegou a escolher pessoalmente o local da futura Embaixada da Indonésia em Brasília, que é um prédio imponente.

Nos anos 80, com a crise financeira brasileira, e nos anos 90, com a crise financeira asiática, com as retrações empresariais, enfim, houve um pequeno esfriamento. A questão do Timor Leste, entre 1975 e 1998, chegou a ser um irritante no relacionamento, mas contornado depois, muito em função do pragmatismo das autoridades [ininteligível]. Em 2001, a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso marcou a retomada do ímpeto com a Indonésia. E o Presidente da República, o Presidente Lula, e o Chanceler Celso Amorim aprofundaram essas potencialidades da cooperação política, econômica, comercial e tecnológica com toda a Ásia com visitas à China, Índia, Coreia do Sul, Japão e a própria Indonésia em 2008.

O relacionamento bilateral efetivamente vive um momento propício e, também, é uma consequência natural das afinidades que aproximam os dois países. São quadros políticos domésticos respectivos. Quer dizer, são semelhantes. Ambos os países passaram por uma experiência de regime de exceção, e a Indonésia, desde 1998, vive um fortalecimento do regime democrático.

Nos aspectos físicos, são grandes massas territoriais, com importantes biodiversidades; nos aspectos humanos, com população multiétnica; nos aspectos sociais, ambos os países têm disparidades sociais e regionais a serem vencidas; e, no contexto regional, ambos exercem liderança nos respectivos internos, MERCOSUL e ASEAN.

As visitas de Estado em 2008, do Presidente Lula à Jacarta, em julho, e do Presidente Yudhoyono à Brasília, em novembro, promoveram a elevação quantitativa do relacionamento e ocasionaram a assinatura de importantes instrumentos bilaterais. Na área de bioenergia, um memorando de entendimento sobre técnicas de produção de etanol, etanol combustível; em desenvolvimento social, um memorando de entendimentos sobre cooperação sobre a erradicação da pobreza; em educação, alguns entendimentos sobre a cooperação educacional; intercâmbio tecnológico nas áreas de energia e mineração, agricultura; e, sobretudo, uma declaração sobre a parceria estratégica que envolve a cooperação política, a cooperação econômica e desenvolvimento e cooperação sócio-cultural.

O intercâmbio comercial teve um crescimento exponencial entre 2002 e 2008, a balança comercial passou de 500 milhões a 2 bilhões de dólares, do lado brasileiro sobretudo por soja, commodities como soja, e, do lado da Indonésia, tecidos. Nos primeiros meses de 2009, chegou a diminuir em 10%. Em função da crise, chegou a diminuir em 10%, em relação aos primeiros mesmos meses de 2008, mas, comparativamente, com relação a outros três países importantes

do Sudeste Asiático, com Cingapura caiu 22%, com a Tailândia, 31%, e, com a Malásia, 28%; com a Indonésia, apenas 10%.

A principal presença brasileira, conforme citado pelo Sr. Relator, foi a aquisição da INCO Canadá, pela Vale do Rio Doce, em 2006, e a INCO Indonésia, por operar a maior mina de níquel do país, fez do Brasil um dos maiores investidores internacionais na Indonésia.

Na área de bioenergia, há efetivamente um interesse grande, por parte da Indonésia, pela produção de etanol, e isso pode motivar muitos contatos empresariais a empresas da Indonésia interessadas em investir nessa área.

Na questão de carnes, que é, talvez, um irritante da agenda comercial, existem sinais de que a Indonésia passe a reconhecer a regionalização, a questão da febre aftosa, o que pode abrir espaço para importações de carnes brasileira dos estados livres de... Isso pode ter um efeito de demonstração importante junto a outros mercados da região.

Existe, também, a possibilidade de aquisição de aeronaves Super Tucano da EMBRAER. Chegou a ser feita a demonstração dessa aeronave ao Presidente Yudhoyono, quando veio ao Brasil, em novembro.

Os dois países têm, efetivamente, visões semelhantes em relação a vários temas multilaterais: meio ambiente e florestas, isso é uma prioridade da Indonésia. A Indonésia tem sediado reuniões internacionais importantes sobre isso e propôs a criação do F-11 – Forest Eleven, que agrega os onze países mais importantes nessa área; Brasil e Indonésia são efetivamente os mais importantes nesse grupo.

Interlocução constante entre os dois países, na questão da Rodada Doha, e as negociações MERCOSUL-ASEAN... Há uma reunião ministerial prevista para até junho de 2010.

É importante ressaltar o fato mencionado pelo Sr. Relator que a vertente Sul-Sul é realmente muito importante para os dois países e isso é um ponto importante de diálogo.

Os dois países têm, entretanto, um irritante na relação bilateral, que é a questão de dois brasileiros condenados à morte por tráfico de drogas. São casos emblemáticos. Um deles, por exemplo, do jovem Rodrigo Goulart, é um caso típico de um jovem de classe média, poliglota, cooptado por uma quadrilha especializada em tráfico de drogas. É um caso emblemático porque pode ajudar, enfim, prevenir casos semelhantes.

O Governo brasileiro tem acompanhado atentamente os casos. O tema tem sido tratado por todas as autoridades brasileiras que têm mantido contato com autoridades da Indonésia, em todos os níveis, no nível

presidencial, no nível de chanceler... Enfim, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty esteve em reuniões de consultas bilaterais na Indonésia e tratou do assunto. O Governo brasileiro tem sempre manifestado, enfim, o interesse de que este assunto não chegue a perturbar o momento especialmente bom que a relação vive entre os dois países, mas o caso é realmente muito importante, e, neste caso específico, o Governo brasileiro está arcando com os custos processuais, para garantir que os [ininteligível] brasileiros tenham bom acompanhamento jurídico, na questão com advogados indonésios.

Agora, nos dois casos, isso impacta muito a opinião pública interna dos dois países, tanto aqui contra o que é considerado excessiva a gravidade da pena, como na Indonésia, em que se existe um grande clamor popular pela pena máxima para os acusados de crimes de tráfico de drogas. Como a situação dos dois, o caso mais antigo, que é do Marco Archer, que foi preso em 2005, já esgotou todas as possibilidades jurídicas, a última saída é a possibilidade de uma clemência presidencial. No caso do Rodrigo Goulart, ainda há um recurso jurídico, que é na Suprema Corte da Indonésia, mas, eventualmente, pode recair também na última instância, que é a clemência presidencial. O fato é que a Indonésia está em ano de eleições e, como isso afeta muito a opinião pública local, é muito pouco provável que haja realmente uma decisão favorável ainda este ano— as eleições têm lugar no fim do ano.

O meu antecessor chegou a descrever a Indonésia como a confluência entre uma ficção geopolítica e uma vontade política, ideológica e histórica para a construção de uma nação harmônica, onde as realidades objetivas, mitos culturais e construções intelectuais formam uma amálgama multifacetada na busca humana de gerenciar seu meio e seu destino, e, nessa medida, constitui um paradigma que o Brasil poderá examinar no que for apropriado para a sua própria moldagem.

Se vier a ser aprovado por V. Exas., vou considerar Jacarta como um grande desafio pessoal e terei como prioridades assegurar que os textos assinados nas visitas tenham o seu desdobramento conforme os objetivos que os motivaram; manter o excelente nível de relacionamento, principalmente naquilo que pode representar importantes avanços na esfera comercial, carne, novas oportunidades, etc., identificar novas possibilidades de cooperação; e, também, explorar a enorme simpatia pela cultura brasileira que existe na Indonésia e manter e promover a participação do Brasil em eventos culturais importantes, como o Java Jazz Festival. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito obrigado a S. Exa. De acordo com o disposto na legislação, a reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que o Sr. Embaixador seja argüido pela Comissão. Eu designo o Senador Flexa Ribeiro para Secretário da Comissão. Por gentileza.

[Sessão secreta às 11h36].

[Sessão reaberta ao público às 12h13].

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está reaberta a Sessão. Eu comunico a aprovação do Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para a República da Indonésia, aprovado por unanimidade da Casa.

Eu faço uma pergunta: o Presidente da Comissão fez um apelo, Sr. Secretário, para a gente aprovar, seriam os projetos que têm relator presente aqui. Como nós estivemos dando uma olhada e são todos tranquilos, se os senhores concordarem, rapidamente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nós temos projetos que estão aqui e que têm os Relatores, que são vocês, os senhores estão aí.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu sou Relator do Item 20, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu quero agradecer então ao Sr. Embaixador, é uma alegria muito grande.

Para relatar o Item 20, está com a palavra o Senador Supply. Se me permite, então, Senador Supply, primeiro o Senador João Tenório, que é o Item 5.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Será rápido, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos seguir a ordem. Item nº 5, não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2008: "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006". A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O relator é o Senador João Tenório, que está com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional, mediante a Mensagem nº 916, de 31 de outubro de

2006, o texto do Acordo sobre Cooperação do Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala. Referida Mensagem dá notícia de que o acordo foi assinado nesta Capital em 13 de março de 2006.

A exposição de motivos do Ministro do Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o acordo tem por objetivo promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, ao intercâmbio de tecnologia militar, de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa, à educação e ao treinamento militar. Esclarece, ainda, que o Ministério da Defesa, com a participação do Itamaraty, conduziu as negociações e aprovou o texto final.

O acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 6 de novembro de 2006. Ele foi aprovado por aquela Casa legislativa em 30 de outubro de 2008 e remetido à apreciação do Senado em 11 de novembro de 2008.

A proposição foi atribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, na sequência, distribuída.

Análise. Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o Acordo tem como objetivos: promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, partilhar conhecimentos e experiências adquiridas desse domínio, compartilhar conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia, promover ações conjuntas de treinamento e instruções militares, colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares e cooperar em outras áreas no domínio da defesa que sejam de interesse mútuo. O documento versa, também, sobre o âmbito da cooperação entre os dois países, suas respectivas responsabilidades financeiras relativas à implementação do instrumento convencional.

O tratado estabelece, por igual, a disciplina em relação ao tratamento de dados ou matérias classificadas como sigilosas, prescreve que ela seja regulada em acordo entre as partes para a proteção de matéria classificada e, ainda, enumera os princípios que protegerão toda a informação militar sigilosa trocada diretamente entre as partes. Há, também, dispositivo a prever que o término do acordo não prejudicará as respectivas responsabilidades e obrigações das partes em relação à proteção da matéria classificada.

O documento segue, em linhas gerais, acordos desta exata natureza. Inexiste um texto submetido à

apreciação congressional, cláusula ou dispositivo inovador, relacionado ao objeto do Tratado, que demanda estudos mais pormenorizados.

O Voto. Tendo em consideração o relevante interesse nacional do Acordo, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 273. O Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em votação. Aprovado.

Agora são dois requerimentos de autoria de Flexa Ribeiro. “Requeiro, nos termos regimentais, que a indicação nº 1, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, seja encaminhada à Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira”. De que se trata?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é um processo que me incumbiram de relatar, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Eu estou encaminhando à apreciação dos pares da Comissão de que ele seja enviado à Subcomissão da Amazônia, porque há um problema de fronteira na região amazônica. Então esta Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores, que tem a expertise sobre o assunto, pode, com muito mais condições, se debruçar sobre o processo. Vamos ouvi-la para poder inclusive subsidiar o meu Parecer para que ele retorne, então, à votação na Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Alguém quer discutir? Em votação. Aprovado.

Senador Geraldo Mesquita, o nosso Vice-Presidente, comunicando que não pode estar presente porque está numa missão no seu Estado.

O próximo é o Item nº 6, o Relator é o Senador Flexa Ribeiro. “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria, sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003”. S. Exa., Flexa Ribeiro, está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Pedro Simon, Srs. Senadores. O Presidente da República submeteu à consideração congressional, mediante a Mensagem nº 788, de 2004, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre cooperação técnica e procedimentos sanitários e fitossanitários. O acordo foi celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores esclarece que o acordo tem por objetivo promover a cooperação técnica entre ambos os países no campo da sanidade vegetal e veterinária, além de ampliar o comércio bilateral de produtos

agrícolas e contribuir para a redução dos riscos sobre sanidade animal e vegetal de um país para o outro. O acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 30 de novembro de 2004, aprovado por aquela Casa legislativa em 30 de outubro de 2008 e remetido à apreciação do Senado em 11 de novembro de 2008. Destaque-se que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A análise. O primeiro instrumento estabelece as condições em que se dará a cooperação técnica entre as partes no campo da sanidade vegetal e veterinária. No mérito, o tratado dispõe que as autoridades sanitárias e fitossanitárias competentes estabelecerão os meios operacionais relativos às condições sanitárias e fitossanitárias de exportação, importação e comércio de animais, plantas e seus produtos.

Em conformidade com o instrumento, ambos os países intercambiarão informações sobre as condições sanitárias e fitossanitárias nos territórios de seus Estados sobre medidas de controle e profilaxia de doenças de animais e de praga de plantas.

O acordo prescreve, ainda, que cada parte contratante deve arcar com os custos de viagens de seus representantes com o propósito de desenvolver atividades ao abrigo do tratado, salvo decisão de outra forma.

Voto. Tendo em consideração o interesse nacional, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2008.

Presidente Pedro Simon, Srs. Senadores, esse acordo foi firmado em Damasco em 3 de dezembro de 2003. Nós estamos em 2009. Ele foi encaminhado à Câmara em 30 de novembro de 2004 e só foi remetido ao Senado no dia 30 de outubro de 2008, ao final da sessão legislativa passada, e nós estamos aprovando imediatamente com o rigor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não quero fazer como aconteceu lá no Supremo, onde o Presidente foi se meter e deu uma confusão danada, mas alguma coisa está errada nesse projeto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É inaceitável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): alguma coisa está errada. Quantos anos?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Seis anos já, praticamente, quase seis anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): NO ano passado nós tivemos uma luta aqui muito grande, Sr. Presidente, para fazer com que a Câmara remetesse um volume grande desses Tratados e Acordos.

Alguma coisa foi feita, mas nós ainda encontramos distorções dessa natureza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, eu quero parabenizar o Senador Heráclito que fez ações junto à Câmara para que acelerasse. Quer dizer, ficou de 2004 a 2008 para que fosse remetido ao Senado e nós estamos aprovando em meses, porque chegou aqui ao final da sessão legislativa, que não foi possível fazer o--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente. Nós zeramos no ano passado, não é isso? Nós zeramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo respeito, alguma coisa está errada, não tem explicação uma coisa dessas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, as matérias que não tiveram condições--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o voto é favorável à aprovação do Decreto Legislativo nº 274, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em discussão. Em votação. Aprovado.

O Item nº 11, "Aprova o texto de memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na área de biocombustíveis, celebrada em Brasília em 6 de setembro de 2007". A autoria é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. A relatoria é do Senador João Tenório. V. Exa. está com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Decreto Legislativo nº 286, de 2008, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio de Mensagem nº 133, de 2008, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido, o qual é composto por seis artigos.

Na exposição de motivos, o Ministro de Estado de Relações Exteriores destaca que o Memorando de Entendimento em apreço determina o estabelecimento de implementação do Plano de Ação em matérias de biocombustíveis, cujo objetivo central é promover a cooperação e o intercâmbio técnico nessa área, com a participação de funcionários e especialistas governamentais, bem como de representantes dos setores privado e acadêmicos.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista na Constituição e no Regimento Interno em 30 de outubro de 2008 e, subsequentemente, foi remetida ao Senado Federal.

Nesta Casa, o PDS foi inicialmente distribuído ao Senador José Nery, que manifestou-se favoravelmente à matéria em seu relatório. Tendo em vista que o Senador não mais integra a Comissão, a matéria foi redistribuída para ser por mim relatada.

A análise. O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade. Sua tramitação observou o disposto nos arts. 49 e 84 da Constituição Federal. O Memorando de Entendimento ora submetido à apreciação do Congresso Nacional prevê a elaboração, no prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar de sua entrada em vigor, do Plano de Ação que incluirá a troca de missão técnico-empresarial; o apoio a programas de produção e o uso de biocombustíveis em Moçambique; a elaboração de projetos de cooperação técnica para capacitar recursos humanos em Moçambique; e a identificação de parcerias com terceiros países e organismos internacionais interessados em apoiar projetos específicos para a implantação do programa de desenvolvimento dos biocombustíveis em Moçambique.

O referido Plano de Ação deverá ser confeccionado por Grupo de Trabalho, cujos membros serão indicados pelas Partes. No caso brasileiro, poderão ser indicados representantes dos seguintes Ministérios: Minas e Energia; Relações Exteriores; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Ciência e Tecnologia. Outras entidades públicas e privadas também poderão ser chamadas a participar da implementação das atividades.

O Memorando – negociado no marco jurídico do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique (1981) – representa esforço de política externa voltada para a cooperação técnica em matéria energética com o fim de alcançar avanços sócioeconômicos em ambos os países.

Vale, ainda, ressaltar que, sendo a obtenção de parcerias com terceiros países ou organismos internacionais um dos objetivos desse Plano de Ação, o Brasil certamente poderá vir a se beneficiado com a difusão de suas experiências com o biocombustível, haja vista o interesse mundial nessas novas fontes energéticas, seja por questões ambientais, seja pela questão de segurança ou necessidade de diminuição da dependência do petróleo.

É importante registrar, por igual, a relevância de iniciativas como a contemplada no instrumento bilateral em exame para o desenvolvimento do mercado

mundial de biocombustíveis. Esse só ganhará confiabilidade no que toca ao fornecimento se houver escala de produção. Assim, a cooperação entre o Brasil e os principais produtores de biocombustíveis, além de representar oportunidade de ampliar a geração de emprego e renda, pode favorecer a garantia de fornecimento para os países consumidores.

Diante dessas considerações, o adensamento das relações bilaterais com Moçambique no campo energético condiz com os interesses brasileiros. A aprovação do PDS mostra-se, assim, extremamente oportuna.

Voto. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2008. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agradeço a V. Exa. Em discussão. Em votação. Aprovado.

O próximo é o Item nº 20. Senador Suplicy. “Requerem, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, voto de repúdio ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu país, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de Governo”. A autoria é do Senador Mário Couto. A relatoria é do Senador Eduardo Suplicy, pelo arquivamento da matéria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a palavra, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria poupar o Senador Suplicy da leitura do relatório, uma vez que eu gostaria de ouvir os autores, por um motivo muito simples: essa matéria já pode estar vencida, pode não ser mais de interesse dos autores. Eu sei que foi pelo arquivamento, mas eu queria saber exatamente se essa é a ideia e a intenção dos autores. Como os autores não estão presentes, eu queria sugerir a V. Exa. que colocasse em pauta na próxima reunião da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concorda, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria ressaltar, Sr. Presidente, que eu não tenho objeção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu também não, não entro no mérito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem, mas eu queria ressaltar que a iniciativa do voto de repúdio, proposta pelo Senador Mário Couto, refere-se a uma proposta que ele considerou antidemocrática,

de que impôs a reforma constitucional em seu país, quando, justamente, depois de ter sido apresentada esta proposição, daí houve a votação pelo povo da Venezuela, e, exatamente, neste caso, o povo da Venezuela rejeitou a proposta de reforma constitucional. Ou seja, foi uma eleição democrática.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o plebiscito.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então, justamente, eu digo que, no mérito, a discussão mostra-se intempestiva, haja vista a reforma constitucional, pretendida pelo Governo da Venezuela, ter sido rejeitada em 2 de dezembro de 2007. Como o resultado da decisão popular foi respeitado pelo Governo venezuelano, parece-nos inoportuno reabrir a discussão da matéria, depois de um ano da ocorrência dos eventos que motivaram a apresentação do requerimento. Então, para aquele--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): --pedido é que houve isso. Depois houve novas proposições que foram objeto de votação. Houve, por exemplo, uma votação com respeito mais ao direito de reeleição, não apenas do Presidente, de Governadores, e esta última foi aprovada. Na Venezuela, o voto não é obrigatório, assim como nos Estados Unidos. No que diz respeito ao que aconteceu nos Estados Unidos, na eleição do Presidente Barack Obama, houve um comparecimento da ordem de 63%, aproximadamente, dos eleitores. Na Venezuela, esta última votação teve a presença de 67% dos venezuelanos, num País em que o voto não é obrigatório, e, por 54,9% a favor, 45,1% contra, houve a aprovação deste último plebiscito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, mas eu não tenho objeção que possamos ouvir o autor, o Senador Mário Couto, sendo que está subscrito também pelo Senador Mão Santa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como o Senador Heráclito Fortes pediu que fosse sobrestado, não há por que ficarmos fazendo leitura do Parecer. Vamos para a próxima Sessão, se assim o Plenário decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pelo Relator foi feita a exposição [sobreposição de falas]. Já que todo mundo é favorável, está sobrestado. Então fica para a próxima reunião.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Retirado de pauta.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É difícil eu discordar do Senador Heráclito, na CRE, sobretudo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo com o Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): "Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, que seja consignado voto de congratulações ao Presidente eleito dos Estados Unidos da América, o Senador Barack Obama". A autoria é do Senador Flexa Ribeiro. A relatoria é do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.334, de 2008, de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro, e outros, que requerem o voto de aplauso e congratulações da eleição do Senador Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América. A proposição atende aos requisitos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal. O voto contido no requerimento em exame tem por objetivo ovacionar a vitória eleitoral do Sr. Barack Obama, o qual, segundo a justificativa da proposição, surgiu como um baluarte das reformas políticas, econômicas e sociais necessárias aos Estados Unidos.

Consideramos irretocáveis os argumentos expostos na justificação do requerimento. Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.334, de 2008. É o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. também poderia dar o voto no Item nº 23, que também é Relator V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o Item nº 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Item nº 22.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Item nº 22 é no mesmo sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É do Senador Paim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O autor é o Senador Paulo Paim, sendo que, pelo que já foi exposto aqui no relatório do primeiro, que serve muito bem para o Item nº 22, optamos pela sua aprovação também.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Para discussão?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Eu quero manifestar entusiasticamente o apoio a ambas as iniciativas, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Paulo Paim, e ressaltar, Sr. Pre-

sidente, que uma das coisas tão positivas que estão acontecendo no Planeta Terra têm sido a forma pela qual o Presidente Barack Obama tem conduzido a sua presidência nas relações com os demais países, seja no encontro recente que aconteceu ali entre Trinidad e Tobago, no seu relacionamento com todos os Presidentes das Américas, seja na abertura de distensão com respeito à Cuba, o levantamento de embargo e decisões que podem prenunciar até no fim do bloqueio respeito a Cuba, mas também a maneira como o Presidente Barack Obama, por exemplo, fez um pronunciamento com respeito ao Irã, há cerca de um mês atrás, como que abrindo portas para um diálogo muito positivo com todos os Presidentes da América Latina... Enfim, eu acho que ele vem se conduzindo, inclusive no que diz respeito às questões internas, às questões de como enfrentar a crise econômica, de uma maneira muito positiva e está de parabéns o povo norte-americano pelo exercício da democracia que levou à presidência dos Estados Unidos uma pessoa com as qualificações, as qualidades e a história do Senador Barack Obama, hoje Presidente dos Estados Unidos.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois não.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O velho Senador Teotônio Vilela, seu grande amigo, costumava dizer que o maior desejo dele, um dos grandes desejos dele era pegar uma dessas naves espaciais, dar uma volta na Terra e, lá de cima, vendo aquela coisa imensa que é a Terra, bonita, azul, olhar assim e dizer: "E aquele povo besta ali arengando com o outro uma coisa tão grande, tão bonita, e aquele povo besta se arengando, se matando, se destruindo". Ele dizia que isso era um grande desejo dele.

Na verdade, a eleição do Presidente Barack Obama vem exatamente nessa linha de fazer com que o povo entenda a bobagem que nós fazemos tantas vezes em brigas que não têm sentido, que não têm a menor compreensão. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Obrigado a V. Exa., Senador Flexa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. vai discutir seu próprio—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): S. Exa. quer esclarecer alguns dados que ele acha importante, pois entre o pedido de voto dele e os fatos que aconteceram depois, até hoje, têm

coisas novas que ele quer acrescentar para justificar o seu voto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando eu apresentei o requerimento, foi logo após a eleição do Presidente Barack Obama. Hoje, passado já alguns meses da sua posse, eu fico com muito mais segurança do acerto do requerimento que encaminhei. O Presidente Obama tem dado uma demonstração ao mundo de, apesar de presidir o maior país, a maior potência econômica, a maior potência militar do mundo, ele dá uma demonstração de humildade, de estender as mãos aos países, todos, no sentido de aproximação, no sentido de vencer as dificuldades que são de todas e de todos de forma conjunta.

Ainda, Senador Suplicy, com a República de Cuba, ele distendeu aquela pressão que existia há décadas em relação aos Estados Unidos com Cuba, abrindo a possibilidade de cubanos residentes nos Estados Unidos que pudessem ir até Cuba e retornar. E é importante, Senador Suplicy, V. Exa. que tem uma proximidade, uma amizade, uma relação sentimental muito forte com o Fidel Castro, que V. Exa. possa auxiliar essa ação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Por que o Senador Suplicy?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque o Senador Suplicy tem um diálogo permanente não só com o Fidel Castro... Ele já esteve várias vezes em Cuba e tem uma intimidade que eu diria até que propicia ele servir como Embaixador Mundial, Embaixador do Mundo, no sentido de que também houvesse, por parte de Cuba, um aceno no sentido de flexibilizar a relação com o resto do mundo e, em especial, com os Estados Unidos.

Eu, Senador Pedro Simon, agradeço a oportunidade que V. Exa. me deu de poder não justificar o requerimento que fiz, mas poder reforçar o requerimento, na medida em que o Presidente Obama, nesse seu curto espaço de tempo, tem dado demonstrações de que realmente é um estadista e é um homem voltado para o mundo, na tentativa de pacificar o mundo e levá-lo ao desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em votação os dois requerimentos, o do Senador Flexa e o do Senador Paim, os dois tendo como Relator o Senador Heráclito.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu voto favorável, mas só observar que o comandante Fidel Castro ainda não respondeu à carta que eu mandei a ele, em agosto de 2007, sobre os pugilistas cubanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em votação. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, se V. Exa. me permite, eu acho que os correios de Cuba não estão funcionando, porque a carta deve ter ido até lá e não chegou às mãos de Fidel Castro, senão ele já teria respondido ao seu amigo Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, ele estava falando era do Obama, não era do Fidel Castro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, a carta que ele mandou para o Fidel Castro, ele não respondeu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não respondeu, que eu tinha--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desvio dos correios.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --proposto que ele considerasse--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou não passou na censura.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --que os dois pugilistas pudessem disputar a competição que os levariam à Pequim, mas ele não respondeu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma prova de desatenção grave ao Senador, porque nós sabemos que os dois pugilistas já conseguiram sair de Cuba e nem por isso o camarada Fidel Castro lhe responde, Senador Suplicy. Eu quero registrar o meu desapontamento por essa desconsideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se me permitirem, eu não poderia deixar passar essa matéria sem dar a expressão do meu voto. Eu voto com muita simpatia essa matéria. Acho que, na verdade, hoje, o mundo está assistindo um fato muito importante. E aqui diz muito bem o Senador Flexa que era uma expectativa da gente, e, hoje, os fatos estão mostrando que a gente estava certo. Há muito tempo, mas há muito tempo, eu acho que depois da grande guerra, nunca um Presidente assumiu a presidência da República numa situação tão complicada como o Obama assumiu os Estados Unidos. A maior Nação? Sim. A mais rica? Sim. Militarmente, é a mais potente? Sim. Mas uma complicação filha da mãe. Olha que coisa dramática a situação daquele País. E, no entanto, S. Exa. está presidindo com grande competência. Houve uma dúvida, uma diferença entre a campanha que ele fez e quando ele chegou no Governo. A campanha que ele fez, ele ia pegar, claro, um Estados Unidos complicado. Alguém que tem um Presidente Bush oito anos tem que pagar o preço, e o preço a gente sabia qual ia ser, mas não que a situação da economia chegaria aonde chegou, e ele está saindo com grande competência. Acho que o discurso de posse dele foi magnífico.

Acho que ficou bem salientado aqui pelo Relator, nas duas reuniões dele lá na Inglaterra, aqui na América Latina, foi excepcional a atuação dele, foi realmente excepcional. Eu vou fazer justiça ao Presidente Lula: acho que o Presidente Lula está tendo uma atuação, com relação a isso, muito positiva. Eu tenho convicção de que, nessa última reunião, foi a conversa do Itamaraty, de modo especial do próprio Presidente Lula com o Presidente da Venezuela, que fez com que o ambiente transcorresse naquela harmonia que transcorreu, com tal competência que, na verdade, ali na reunião, decidiram não votar, porque o requerimento final ia ser aprovado, mas com muitos votos contrários. Então, decidiram, por unanimidade, não votar, sob o argumento de que Cuba não tinha sido introduzida no documento, mas, por unanimidade, foi muito competente, muito, muito competente. Eu acho que a gente tem que dar um voto de confiança para o Obama, um voto de confiança.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V. Exa. me permite, eu vou concordar em gênero, número e grau com o que diz V. Exa. Nós tivemos, pelo menos nos oito anos últimos do Sr. Bush, uma tentativa do americano de desarmar o mundo com armas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E, inclusive, algumas vezes sem a dose certa, algumas vezes de maneira completamente inaceitável. O que o Barack Obama está fazendo, e aí eu abro uma janela para a questão da nossa América, a América do Sul, o que ele está fazendo é desarmar o Continente com gestos, porque o que havia, até então, era uma política de completo abandono. O Governo americano preferia investir nas armas lá no Golfo, lá nas regiões economicamente de interesse imediato da política de então e deixar essa região, que sempre teve uma relação de companheirismo, uma relação de cordialidade, completamente à margem. O Presidente Barack Obama, com gestos e com atitudes, está conseguindo distensionar, reconhecendo que o Presidente do maior país do continente é um líder natural, está conseguindo desarmar inclusive os países vizinhos.

O gesto com relação a Cuba, ele vem com o atraso de pelo menos 20 anos e quanto custou aos Estados Unidos essa insensatez de tratar Cuba como algo menor, desrespeitando uma Nação que conseguiu, por seu esforço próprio, ser soberana, ser independente. E o povo cubano, Senador Suplicy, pode ser acusado, pode ser condenado de algumas coisas, menos de ser... Talvez seja o povo de mais personalidade que nós convivemos em toda a região, porque comeu o pão que o diabo amassou, mas não abriu mão dos

seus princípios e nem tampouco se deixou levar pela arrogância de uma política americana inaceitável. Inaceitável. Eu espero que o Presidente Obama continue nessa distensão e eu tenho certeza que essa distensão será gradativa, ela não poderá ser uma coisa tão rápida, mas ela acontecerá, e o mundo lhe ficará grato por esse gesto. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, se me permite também, a palavra de V. Exa. nos leva a dizer coisas no entusiasmo com que V. Exa. está registrando. Eu também fiquei muito impressionado com os gestos, as palavras do Presidente Barack Obama em cada uma dessas ocasiões desde a sua campanha, como, por exemplo, ali diante de onde era o Muro de Berlin, em 24 de julho, quando ele recordou os sessenta anos da construção e, também, o dia da queda, quando expressou que “agora não é hora mais de haver muros que separem os mulçumanos dos judeus, dos cristãos, os que muito têm dos que pouco têm e pessoas de quaisquer origens”. E eu justamente pensei: “Poxa, então o Presidente Barack Obama vai acabar com o muro que separa os Estados Unidos do México”.

Mas o que eu queria sugerir, Presidente Pedro Simon, é que possamos fazer a sugestão ao Presidente José Sarney que transmita a vontade do Senado Federal, de nós, Senadores, de efetivamente recebermos em Sessão especial, porque está prevista a visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, que possamos transmitir ao Presidente José Sarney que diga ao Embaixador dos Estados Unidos, ao cerimonial que vai organizar a viagem, que seria muito positivo que o Senado possa receber em Sessão especial o Presidente Barack Obama. É a sugestão que eu formulo para V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Comissão concordando, nós recebemos a missão e falarei em nome da Comissão ao Presidente da Comissão que falará com o Senador Sarney. Eu acho muito positiva a sua ideia e creio que o Presidente Sarney levará, até porque S. Exa. saiu do Senado americano para ser Presidente da República. Então, eu acho que é uma ideia muito positiva de V. Exa.

Temos agora, extrapauta, e o Senador Suplicy aceita relatar, é uma solicitação da liderança do Governo. É o Item nº 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 272: “Aprova o texto do primeiro protocolo adicional ao acordo de complementação econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai –

Estados-Partes do MERCOSUL e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela – Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideu, em 18 de outubro de 2004”. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita, mas o Senador Eduardo Suplicy concorda em ser o Relator. S. Exa. está com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, o Ministro de Estado das Relações Exteriores destaca a importância histórica do acordo mencionado e relembra a Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações, de 8 de dezembro de 2004, que reiterou a determinação dos Estados sul-americanos de desenvolverem um espaço integrado de âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos fóruns internacionais. Portanto, o protocolo em exame representa passo da mais alta relevância para o processo de integração da América do Sul, tendo em vista que promove aliança entre dois principais blocos regionais do continente, o MERCOSUL e a Comunidade Andina.

Por todo o exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2008, por ser constitucional, legal, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, tendo em vista a inegável importância para a consolidação na integração continental. É o Voto, Sr. Presidente, é o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em discussão. Em votação. Aprovado.

O Item 2, o Senador, que é o Relator, o Augusto Botelho, telefonou nesse momento, fazendo um apelo para que a gente designasse um Relator *ad hoc* e botasse em votação. É o Item nº 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 155. Se o Senador Flexa aceitar—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): “Aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006”. S. Exa. está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Pedro Simon, Srs. Senadores. Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2008 (PDC nº 202,

de 2007, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre a cooperação nos campos da saúde e de medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006. Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de junho de 2008, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Seguridade Social e Família; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 233, de 10 de abril de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 63, DOM I/DAI/DOMA/MRE – PAIN-BRAS-ISRA, de 14 de março de 2007, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: o presente Acordo provê arcabouço institucional para iniciativas oficiais de cooperação entre o Brasil e Israel nos campos da saúde e medicamentos, em bases recíprocas, igualitárias e mutuamente benéficas. Ao seu abrigo, poderão ser promovidos o intercâmbio de informações e de documentos de interesse comum nessas áreas; a troca de especialistas para fins de estudos e consultas; a promoção, em bases regulares, de contatos entre instituições e organizações dos respectivos países; e outras formas de cooperação nos campos de medicamentos e da saúde pública.

Na exposição de motivos ressalta, ainda, o reconhecimento do alto padrão de Israel nas áreas de medicina e saúde pública e assinala que o tratado em apreço representa importante contribuição para o desenvolvimento no Brasil de tecnologia e conhecimento naqueles campos.

A análise, Sr. Presidente. O acordo em apreço mostra-se de extrema relevância ao promover a cooperação entre Brasil e Israel na área de saúde pública, no que já se começa a chamar de “diplomacia sanitária”. A iniciativa dos dois países em cooperar certamente trará benefício para as populações de ambos.

O Brasil, particularmente, tem muito a ganhar com o intercâmbio de informações e documentos com um parceiro de reconhecida excelência, bem como com a troca de especialistas para o propósito de estudos e consultas e com o desenvolvimento das relações entre as instituições de saúde e produção de medicamento.

Inegável, portanto, que o presente acordo é um instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e que trará benefícios diretos às nossas iniciativas domésticas de saúde pública.

Voto. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2008. Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agradeço a S. Exa. Em discussão. Em votação. Aprovado.

O Item nº 13, também a liderança do Governo solicita e o Senador Suplicy concorda em ser o Relator: “Aprova o texto de Convenção sobre a Transferência das Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005”. O Senador Wellington Salgado de Oliveira é o Relator. O Senador Suplicy concorda em relatar. S. Exa. está com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, o instrumento em apreço foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de sua liberdade em razão de uma decisão judicial, a possibilidade, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, de cumprirem a condenação em seu próprio meio social e familiar de origem. Inscreve-se, portanto, num contexto de ampla assistência, favorecendo a reinserção social das pessoas condenadas, refletindo a tendência marcante de respeito pelos direitos humanos decorrentes das normas e princípios universalmente reconhecidos.

Portanto, nós temos aqui um tratado extenso, pormenorizado, que visa instituir um mecanismo moderno de cooperação que agilizará a transferência de pessoas condenadas entre os países membros. É um instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e, por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, versada em boa técnica legislativa, somos pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agradeço a S. Exa. Em discussão. Em votação. Aprovado.

O Item nº 14 é o último da nossa pauta hoje, também da liderança do Governo, que solicita, e o Senador Suplicy concorda em relatar o projeto em que era Relator o Wellington Salgado de Oliveira. “Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade de

Praia, em 23 de novembro de 2005". Na mesma data o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, que nós terminamos de aprovar, e agora o nº 68, que o Senador Suplicy vai relatar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na exposição de motivos do Ministro de Relações Exteriores, informa que o instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei dos países membros do que respeita à investigação, ação penal e prevenção do crime, por meio de cooperação e assistência judiciária mútua. Explica ainda, que o auxílio alcançado por meio do tratado compreende a comunicação de informações, de atos processuais e de outros atos públicos, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo a par de atos necessários à perda, apreensão ou congelamento ou à recuperação de instrumentos, bens, objetos e produtos do crime.

Para autorizar a ratificação, foi produzido o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2007, pela Comissão da Câmara dos Deputados de Relações Exteriores, foi aprovado pela CCJ daquela Casa e, depois, em Plenário, sendo encaminhado ao Senado, remetida à representação brasileira do MERCOSUL, que já a aprovou.

Portanto, tendo em consideração o interesse nacional, a constitucionalidade, a juridicidade, voto pela aprovação do Decreto Legislativo nº 68, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em discussão. Em votação. Aprovado.

Eu agradeço aos companheiros pela colaboração.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizá-lo pela sessão da Comissão de Relações Exteriores de hoje. V. Exa. que substitui o nosso Presidente Senador Eduardo Azeredo, pela produtividade excelente da sessão presidida por V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só agradeço o mérito que foi a minha competência em escolher o Secretário. No momento em que eu escolhi o Secretário, eu garanti o êxito dessa reunião, até porque V. Exa. ficou aqui até o fim; os outros todos teriam ido embora. Muito obrigado, obrigado aos senhores.

Sessão encerrada às 13h03.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE MAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos membros das Comissões Permanentes do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argelo, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Tião Viana e Wellington Salgado. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09 e **com os adendos aprovados nas demais comissões**, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as

Implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros – **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio – **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental– **ISA**; **Sr. Antônio Herman Benjamin** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Tasso Rezende de Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, , Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA**PRESIDENTE DA CRA**

SENADOR GARIBALDE ALVES FILHO

PRESIDENTE DA CAE

SENADORA ROSALBA CIARLINI

PRESIDENTE DA CAS

SENADOR DEMÓSTENES TORRES

PRESIDENTE DA CCJ

SENADOR FLÁVIO ARNS

PRESIDENTE DA CE

SENADOR RENATO CASAGRANDE

PRESIDENTE DA CMA

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PRESIDENTE DA CDH

SENADOR EDUARDO AZEREDO

PRESIDENTE DA CRE

SENADOR FERNANDO COLLOR

PRESIDENTE DA CI

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

PRESIDENTE DA CDR

SENADOR FLEXA RIBEIRO

PRESIDENTE DA CCTREGISTRO DA ESTE-

NOTIPIA INFORMATIZADA A DÉCIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE, ÀS 09 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tassio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamim, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *"Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente."*

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes

de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E

por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional,

está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura,

a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade

de é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que eu disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se

adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais

afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capaci-

dade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso

com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós

cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse frente de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que

vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos

dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos

tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma

leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número,

isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala,

como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhaga, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como

o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhaga, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizemos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente

tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevideu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tassio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tassio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tassio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma

área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tassio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que

a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extrema-

mente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em

dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a

sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui

apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem

correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destacuem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Ma-

rina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a

totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Alguns proprietários rurais gostariam de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários

Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a

quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tássio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tássio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no

Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu,

por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):

Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como

o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não querermos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno

de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de

uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles

não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto

a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, "Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mos-

tra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d’água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas pe-

culiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarelecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO₂ por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicos [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe tor-

cida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente

antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós va-

mos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.*"

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental*

de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

E estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: “Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo”, porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que

estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campanha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais

de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr.

Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarelecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider

Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: *"Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente."*

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque

eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: “*Aos produtores rurais*”, essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, “*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*”, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? “*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental* [soa a campainha] *serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.*”

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“*Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante* [interrupção no áudio] [soa a campainha] *projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental.*”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada

cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não fiquem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil tem uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta am-

bientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoeletricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um

deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campai-

nha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os segmentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para*

professores.” E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade de barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida

por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas,

para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um

problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de

tudo para não ter os efeitos indesejáveis.” Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, “Olha, os nossos cílios, as nossas sobranceiras, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor”. É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada

[soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tassio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o

mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às

14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos

assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campanha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado eco-

nômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campanha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

Senado Federal

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia trinta de abril do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Cristovam Buarque**, e dos Senadores não-membros **Inácio Arruda, Aloizio Mercadante e Sérgio Guerra**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 16, de 2009 – CRE, de sua autoria, que *“requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao requerimento nº 8, de 2009-CRE, aprovado no último dia 26 de março, seja convidado o senhor Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, para participar de audiência pública para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos estados partes do Mercosul e da Venezuela”*. Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública *“para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela”*, em atendimento aos Requerimentos nº

8 e nº 16, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores **Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo**, respectivamente. O Presidente convida para compor a mesa o Ministro das Relações Exteriores, **Celso Amorim**; o Embaixador do Brasil na Venezuela, **Antônio José Ferreira Simões**; o Governador do Estado de Roraima, **José de Anchietta Júnior**; e o Presidente da ABDI, **Reginaldo Braga Arcuri**. Os Senadores **Fernando Collor, João Pedro, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior e Pedro Simon** fazem uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Ministro **Celso Amorim** para fazer sua exposição. Em seguida, concede a palavra ao Governador do Estado de Roraima para fazer a sua apresentação. Os Senadores **Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita Júnior, João Pedro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Fernando Collor, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Sérgio Guerra** fazem uso da palavra. O Presidente da ABDI, **Reginaldo Braga Arcuri**, e o Embaixador do Brasil na Venezuela, **José Ferreira Simões**, fazem uso da palavra. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando, eu, **José Alexandre Girão Mota da Silva**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE, ÀS 10 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de dar início à pauta submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras o Requerimento nº 16 de 2009, de minha autoria, que *“Requer, nos termos do art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº. 08 de 2009, aprovado no último dia 26 de março, seja convidado também o Sr. Reginaldo Braga Arcuri,*

Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI, para participar da Audiência Pública desta data, para instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430/2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, esse termo assinado em Caracas em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela". Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, à apreciação da pauta. Esta Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo já mencionado e nós teremos então... Essa é a segunda reunião, o requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati, relator desta questão e nós tivemos a reunião no dia 16 de abril, uma Audiência Pública nesse mesmo sentido, com a presença dos Embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Paulo Tarso Flexa de Lima e também do Sr. José Augusto Fernandes, representante da Confederação Nacional da Indústria.

Para a participação de hoje nós teremos então a presença do Ministro Celso Amorim, do Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, do Governador do Estado de Roraima, José Anchietta Júnior e também do Sr. Reginaldo Braga Arcuri, já aprovado requerimento agora, ele que é Presidente da ABDI.

Convido, portanto, o Ministro Celso Amorim, Excelentíssimo Sr. Celso Amorim para que possa comparecer, também os senhores... Embaixador e... Senador Fernando Collor pede a palavra antes de darmos início à audiência.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo. Eu solicitaria a V.Exa. e à Presidência desta Comissão que me fosse dado uso da palavra, já que como Presidente da Comissão de Infraestrutura eu tenho uma reunião em andamento, por teleconferência, à qual devo comparecer; eu lhe agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Sr. Governador, Sr. Embaixador, demais convidados.

Em recente Audiência Pública nesta Comissão, Sr. Presidente, posicionei-me contra a oportunidade da aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Fundamentei minha visão no arco de instabilidade que existe em nosso entorno, agravado pela disseminação de manipulados sentimentos antibrasileiros. Hoje, desejo acrescentar àqueles argumentos razões

mais específicas, que demonstram a necessidade de melhor e mais longamente estudarmos o tema.

Não se pode dissociar o país e sua liderança. O que ainda é mais verdadeiro quando se trata de um sistema presidencialista, em que não se separam as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.

Reitero que o Presidente venezuelano luta por um projeto político próprio, que vai frontalmente contra o perfil de situação externa do Brasil, que busca a paz e a integração, e não o confronto e o protagonismo.

À nossa busca de integração, a liderança da Venezuela contrapõe atitudes divisivas, cujos exemplos são de domínio público. É o que ocorreu no episódio do ataque a líder guerrilheiro das FARC no Equador, em que o Presidente da Venezuela, ao invés de procurar aproximar as partes, tomar alguma iniciativa conducente à paz, chegou a mobilizar tropas, unidades de blindados, e buscou acirrar os ânimos.

Esse episódio não pertence aos livros de história, mas é recente. Ocorreu pouco mais de um ano atrás, em março de 2008. O que nos garante que diminuiu o ímpeto bélico do líder bolivariano?

Quando ocorreu a ocupação *manu militari* de refinarias da Petrobras na Bolívia, iniciativa firmemente por mim criticada da Tribuna desta Casa, que aliás já foi alvo dos ataques do Presidente da Venezuela, e ataques desairosos, o líder venezuelano tomou atitude provocativamente antibrasileira. Esse episódio, tampouco, se perde no tempo, pois se verificou em maio de 2006.

Registro também seus ataques ao projeto brasileiro de desenvolvimento da produção de etanol, justificadamente menina dos olhos do nosso Presidente. Em março de 2007, o mandatário venezuelano criticou acerbamente o *memorandum* de entendimento firmado pelos Presidentes Lula e o seu contraparte americano para a promoção do etanol. Vejo aqui, Sr. Ministro, senhores, Sr. Presidente, senhoras e senhores, *data venia*, uma flagrante contradição de nossa diplomacia, ao apoiar opositor de programa patrocinado de modo tão entusiasmado pelo Presidente do Brasil.

Registro, ademais, que a própria instituição do Mercosul é alvo de ataques do Presidente Hugo Chávez. Em data não tão remota, em julho de 2007, declarou ele que o Mercosul era mecanismo de integração velho, que estava afundando. Disse que a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul nasceram dentro do neoliberalismo, e constituem integração de elite, de empresas e de transnacionais.

Nessa ocasião, chegou ao desprazo de impor prazo de três meses, que graças ao nosso bom Deus ele não vem reiterando, para que o nosso Congresso,

bem como o do Paraguai, aprovasse o Protocolo de Adesão de seu país ao Mercosul.

A Venezuela rompeu com a Comunidade Andina de Nações, alegando não aceitar os acordos de livre comércio celebrados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Esses acordos, segundo ele, só serviriam às elites e às multinacionais.

Pergunto eu: Procederia da mesma maneira se situação similar ocorresse no âmbito do Mercosul? O Chile, por exemplo, já possui um acordo desse tipo com os Estados Unidos.

Em outra vertente, a dos princípios democráticos, relembro que a própria idéia da integração Brasil-Argentina, semente de que se originou o Mercosul, foi lançada no terreno da redemocratização dos dois países. Os Presidentes Sarney, também atacado pelo líder venezuelano, e Alfonsín, sabiam ao assinar a Declaração de Iguaçu em 1985, que a democracia era a base indispensável, a argamassa essencial para a construção da integração. O último parágrafo da Declaração já afirmava que o processo de democratização levaria à maior aproximação e integração.

Em 1998 os líderes do Mercosul firmaram o Protocolo de Ushuaia, que explicitou a pré-condição democrática da integração. Vemos, no entanto, que Hugo Chávez desafia, dia-a-dia, os princípios democráticos. Possibilidade de reeleições sem conta, para quem controla a máquina do Estado com mão de ferro, só pode ser considerada democrática porque tem... Por aqueles que têm uma visão apenas formal da democracia.

Citem-se, ademais, a Legislação do regime especial do Governo do Distrito Federal, que isola o Prefeito oposicionista de Caracas, eleito pelo voto popular. Também a Legislação de Ordenação Territorial. A perseguição a desafetos políticos. Tudo sob a capa protetora da formalidade jurídica.

Dizer que o canal de televisão RCTV não foi fechado, que a concessão é que não foi renovada, que o canal continua a operar por cabo, é desmerecer, Sr. Presidente, a inteligência, e não apenas visão formalista.

O fato de a Venezuela ser signatária desde julho de 2006 do protocolo de Ushuaia, não representa, *per se*, o cumprimento da cláusula democrática. A paulatina caminhada do mandatário da Venezuela rumo ao autoritarismo, não coaduna com a letra e o espírito dos instrumentos que conformam o Mercosul.

Não posso concordar que a obediência à cláusula democrática deverá ser examinada apenas *ex-post facto*, com a Venezuela já integrada ao Mercosul, porque aí poderia ser tarde demais.

A alegada pujança do comércio da Venezuela configura argumento ilusório. As elevadas taxas de

crescimento a partir de 2004, conforme documento apresentado por nosso Embaixador em Caracas, Embaixador brasileiro em Caracas, aqui presente, coincidem com o período de crescimento global da economia e com a elevação dos preços do petróleo.

A elevação do comércio com os Estados Unidos mostra o pragmatismo da liderança do Sr. Chávez, que busca combinar uma retórica anti-imperialista com a realidade do interesse comercial.

No documento citado, o Embaixador diz que a Venezuela trabalha com a hipótese de conflito com os Estados Unidos. Se assim é, qual é o sentido das maciças compras de armas convencionais? Pois, por maiores que sejam, nunca poderiam contrabalançar o poderio norte-americano.

Trata-se, portanto, de hipótese retórica. Mesmo se considerar que o conflito seria intermediado pela Colômbia, também segundo o documento entregue pelo Embaixador do Brasil em Caracas.

Há, portanto, a combinação de um projeto político Sul-Americano com o realismo da manutenção de fortes laços comerciais com o pretenso inimigo imperial.

Na verdade, não será a participação no Mercosul que norteará a política comercial do Presidente da Venezuela, e sim suas necessidades econômicas. O superávit brasileiro no comércio nos últimos anos coincidiu com os altos preços do petróleo, que permitiram uma agressiva política de compras externas, que se verificou também em relação a outros países, inclusive com a compra de títulos da dívida pública da Argentina.

A renda do petróleo explica, da parte venezuelana, a presença crescente de empresas brasileiras na Venezuela. Ou seja, para o Brasil, as relações comerciais com a Venezuela são interessantes, mas dependem muito mais de fatores econômicos e não justificam concessões políticas a um projeto que vai contra os nossos interesses, como já vimos.

O Protocolo de Adesão previa em seu art. 11 a criação de Grupo de Trabalho para a sua implementação, para definir questões como o cronograma para a adoção do acervo normativo, o cronograma para a nomenclatura comum e para a Tarifa Externa Comum. O Grupo de Trabalho deveria especificar os requisitos a serem cumpridos pela Venezuela e apresentar suas conclusões.

O cumprimento dos requisitos é, naturalmente, condição *sine qua* para o próprio exame do ato internacional por esta Comissão. E a apresentação dos resultados foi objeto de requerimento do Senador, feito pelo Senador Tasso Jereissati, na nossa última reunião. Ou seja, para podermos julgar a matéria te-

mos de saber, entre outras questões, se a Venezuela cumpriu *in totum* os seus compromissos.

Estamos em uma crise econômica mundial talvez sem precedentes, e da qual não se podem ainda vislumbrar completamente as consequências. Assim, como todos os espaços econômicos o Mercosul está sendo duramente atingido, e encontra-se fragilizado. Não é hora, portanto, de discutir tema tão delicado, como o da aceitação de novo parceiro, que por seu procedimento possa vir a debilitá-lo e não a fortalecê-lo.

Finalmente, quero lembrar o que seria na prática a irreversibilidade de qualquer atitude sem a devida reflexão de nossa parte. Considero que podemos continuar a aprofundar nossas análises, pois a entrada da Venezuela no Mercosul, nas condições atuais, trará o risco de que o voluntarismo e a falta de comedimento do Presidente Chávez possam causar fissuras graves no edifício que, com dificuldades, estamos construindo. Uma vez aceita no Mercosul, seria praticamente impossível que a Venezuela dele saísse sem graves traumas.

Devemos ter cautela. O menor caminho entre dois pontos é sempre uma linha de menor resistência, que, rarissimamente, é uma reta.

Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Sim, pela ordem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro para registrar que há uma quebra de procedimentos aqui. Há uma Audiência Pública para nós ouvirmos o Governador do Estado de Roraima e o Chanceler Celso Amorim e... Há um... Eu quero contraditar a posição do Senador Fernando Collor. Eu votei esse tempo... O mesmo tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para contraditar. Todos nós temos aqui ocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Claro, claro. O Senador Fernando Collor pediu pela ordem, realmente foi um pouco mais longo do que--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Foi longo e quebra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tivemos uma palestra sobre a questão do--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu tenho posições--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Todos terão oportunidade de falar, mas vamos ouvir primeiro então o Ministro Celso Amorim e--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas V.Exa. deveria adotar esse procedimento na fala do Senador Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sua observação está correta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Uma questão que...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Porque democracia tem na Venezuela. O Senador está dizendo que não tem democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. A sua observação está correta, Senador, e vamos então--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Até 1989, quando o Senador... O Senador foi eleito Presidente, não tinha eleição. Até 1989 não tinha eleição para governador e prefeitos do país da Venezuela. Agora tem eleição, tem referendo--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente, pela ordem, art. 14.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem participação... Quer dizer, para mim tem democracia na Venezuela. E nós não estamos analisando aqui o Sr. Chávez, que é Presidente eleito. Nós temos que tomar uma posição aqui do Estado Brasileiro e analisar o Estado da Venezuela. Se a gente começar a trabalhar questões menores, acho que não ajuda ao fortalecimento não dessa Casa, mas do Mercosul.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente, art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pela ordem Senador Fernando Collor, pelo artigo 14.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não quero falar pelo art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. O artigo 14 foi o Senador Fernando Collor que pediu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque aqui normalmente se pega o art. 14 para argumentar sobre questões que não têm nada a ver com... Posições interpelativas, que o art. 14 é para ser usado nestes termos.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quando se é citado Pode-se... Pode-se... Pode-se arguir o art. 14.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que eu quero arguir é que a Presidência, se for possível, dê a palavra à Mesa, aos convidados, e todas

as perguntas que já foram anunciadas pelo Senador Collor sejam consideradas como perguntas para serem respondidas na fase de perguntas.

Porque senão, nós pediríamos a prerrogativa também de todos nós perguntarmos e começarmos a Audiência Pública pelas perguntas e pelos questionamentos, aos que estão na Mesa. E não o inverso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se os convidados considerarem assim, eu me considero atendido e acho que assim que devemos proceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Assim nós faremos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Cada um faz a sua exposição e as perguntas iniciais serão consideradas como pergunta para a fase de perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bom. Vamos ouvir só o Senador Fernando Collor pelo art. 14 e depois o Senador Pedro Simon que pediu, mas nós podemos depois ouvir o Ministro.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria apenas de lembrar que eu não entendo, fora do ponto de vista formal, que possa ser considerada democrática ou democrático um Governo que passa por cima de um prefeito eleito, prefeito opositor eleito pelo voto popular de Caracas e que estabelece, via decreto, a criação de um Governo nomeado para a Grande Caracas, passando por cima da manifestação do desejo do voto popular. Eu não posso... Eu não posso achar e concordar que seja uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, pediria para concluir.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Um Governo democrático aquele, aquele que faz... Que cria essa Legislação agora de ordenação territorial, que persegue os seus desafetos políticos, tudo sob a capa protetora da formalidade jurídica.

Então, esses são fatos concretos. Eu estou aqui tratando de fatos concretos, demonstrando que os princípios básicos da democracia não estão sendo seguidos pelo Governo; não interessa se é o Sr. Chávez ou o Sr. Adonias ou o Sr. Jonas. Interessa é que na Venezuela, no momento, isso não está acontecendo. Lá atrás, lá atrás, lá atrás, é bom se lembrar que quando o Chamberlain se encontrou com o Ribbentrop e fizeram aquele acordo de não agressão entre a Inglaterra e a Alemanha, na Alemanha estava na Presidência um senhor que causou um profundo trauma na vida de seres humanos.

E o fato de uma pessoa, não poder confundir o Estado com a pessoa, não é bem assim. Num sistema presidencialista é indissociável--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente, sinceramente é um abuso. Isso é um abuso. Já está na parte do abuso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Vice-Presidente Geraldo Mesquita, só um momento, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Geraldo Mesquita, como Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem. Essa Comissão, essa Comissão tem uma tradição de ser polida e de receber muito bem seus convidados. Nós temos aqui Ministro, Embaixador, Governador de um Estado... E precisamos ouvi-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agora, eu queria esclarecer, com todo respeito que eu tenho ao Senador Fernando Collor, que não estamos aqui tratando de um convênio de colégio de freira.

Eu quero lembrar aqui, Senador Collor, que não é fácil, não é fácil, a integração que nós estamos tentando buscar na América do Sul, na América Latina. Muito complicado, muito difícil.

Ainda hoje, no âmbito do Mercosul, temos problemas. O Uruguai com a Argentina acerca das papuleiras, a questão democrática, Senador Fernando Collor, o Presidente Lula, que é um democrata, tentou expulsar um jornalista do território nacional.

Então, nós precisamos... Nós precisamos tentar conciliar as nossas diferenças, precisamos enxergar o futuro. Enxergar o futuro. As coisas lá na frente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, está bom. Para concluir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Portanto, eu queria deixar ditas essas palavras, Senador Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E pedir encarecidamente à nossa Comissão que mantenha a tradição. Sejamos polidos,

sejamos receptivos aos nossos convidados, e permitamos que eles possam proferir as suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ótimo. Assim será feito, lhe agradeço, eu quero mais uma vez agradecer a presença do Ministro Celso Amorim e do Governador--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Ministro terá que sair, ele tem um compromisso ainda no Rio de Janeiro, de maneira que eu peço inclusive aos Senadores, me desculpendo pelo início de nós não termos colocado algumas regras, mas que nós tenhamos depois as perguntas...

Falta ainda o Senador Pedro Simon, Senador me desculpe. Mas nós vamos ter então um tempo limitado, eu vou ter que marcar o tempo, para que a gente possa ter a oportunidade de todos poderem fazer as questões. Mas então, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, ilustre Senador do Amazonas, para contraditar, etc. e tal, nós somos Senadores. Agora, o Presidente Collor foi ex-Presidente da República. E na qualidade de ex-Presidente da República, ele foi o grande responsável pelo Mercosul.

Quer dizer, quem criou foi o Sarney, é verdade. Mas na hora que o Presidente Collor assumiu, havia uma expectativa de que ele, Collor, que foi eleito pela oposição no Brasil, e o Menem, que foi eleito pela oposição na Argentina, se manifestariam contrários; que foi exatamente quando S.Ex^a, o primeiro ato de seu Governo, ele tomou posse, no dia seguinte, às nove horas da manhã, estava ele, o Presidente Menem assinando a confirmação do... Isso lhe dá autoridade.

Quer dizer, eu acho que... Por outro lado, é interessante, porque o nosso grande Chanceler, não é grande na altura, mas é grande na qualidade, ele... Ele... Ele é uma pessoa por demais conhecida, é interessante ver o pensamento dele.

Eu discordo, com todo respeito, com todo carinho, do pensamento do Presidente Collor. Estou lá no outro lado. Acho que nós devemos defender o ingresso da Venezuela com a maior urgência. Mas foi interessante a apresentação e nós já podíamos ter... O Embaixador já podia estar falando há muito tempo se nós não estivessemos nessa conversa, inclusive eu. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bom. Com a palavra o Chanceler Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu apenas queria... Eu vou resistir à tentativa de tentar responder agora as questões colocadas pelo

Presidente Collor, acho que algumas delas estarão respondidas na minha exposição, outras eu poderei me estender, mas eu não posso deixar de notar que eu tive a honra de ter sido o negociador do Tratado do Mercosul, que foi assinado pelo Presidente Collor e pelo então Ministro Rezek, mas foi antes rubricado por mim, como Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty.

E creio que todos nós naquela época tínhamos muito presente que apesar das imperfeições, várias, econômicas e políticas, o próprio Governo do Paraguai era um Governo recentemente redemocratizado e muito frágil ainda, todos nós tínhamos dúvidas sobre alguns pontos. E foi um ato de grande coragem, de grande arrojo que nós... Que eu tive a honra de participar, de ter contribuído para que nós fizéssemos, como Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, como um funcionário público de escalão alto, mas um funcionário público, ter contribuído para a conclusão desse acordo, que depois então foi assinado pelo então Presidente Collor em um ato de grande importância, em relação ao qual estamos ainda hoje discutindo sobre vários aspectos.

Mas eu não gostaria de entrar nos detalhes, mas não queria deixar de ilustrar com esse dado, digamos assim, pessoal, o fato de que há também uma continuidade nas políticas externas, sempre com nuances, mas que é... Do qual essa, pode-se dizer que é a burocracia, mas essa burocracia estável que é o Itamaraty, tem levado adiante.

Eu sou, naturalmente, Ministro do Presidente Lula, me orgulho muito de ser Ministro do Presidente Lula, mas sou também representante de uma Casa que é guardiã dessas tradições e que se inspira, nessa questão específica, no art. 4º da Constituição, e que vê na integração latino-americana um objetivo maior do Brasil.

Claro que os caminhos, Presidente Collor, se me permitir, não estou querendo responder, realmente vou passar rapidamente à minha... Os caminhos às vezes são tortuosos. Eu não vou dizer que todos os caminhos são os mais simples. A política é complexa. E os outros países não são feitos à nossa imagem e semelhança.

Mas nós estamos com o objetivo de ter uma América Latina e um Caribe integrado, dentro de uma América do Sul integrada, e hoje, na minha opinião, a entrada da Venezuela no Mercosul, enfim, é parte da minha argumentação, ela poderá ajudar a dar uma vértebra a essa integração sul-americana.

Eu me recordo ainda, embora desde aquela época que nós assinamos o Tratado do Mercosul ele já positivamente, pensadamente, tenha sido chamado

de Mercado Comum do Sul, a grande parte da nossa mídia e da opinião pública, e até de outros diplomatas, de outros países chamavam de Mercado Comum do Conesul, como se nós estivéssemos abandonando o Norte e o Nordeste do Brasil.

A tal ponto, que na época eu me lembro de ter sido... Ter sido aventada a hipótese de se criar um "Merconorte", como se o Brasil pudesse ser dividido em duas partes, uma que seria o Conesul, que faria... Que se integraria aos países do sul do continente e uma outra parte que seriam os Estados do Norte e do Nordeste, que se integrariam então com o Norte e formariam o Merconorte.

Foi diante dessa contradição, se me permitir, contradição aparente, mas de qualquer maneira contradição, que o Presidente Itamar Franco, a quem também tive a honra de servir já então como Chanceler, o Presidente Itamar Franco na reunião do Grupo do Rio, em 93, lançou a idéia de uma Alcsa, Área De Livre Comércio Sul-Americana. Por quê? Porque era a maneira que nós tínhamos naquele momento de mostrar que havia uma integração possível entre os países da... Do chamado Conesul, o Brasil muito mais que o Conesul, evidentemente, mas os demais países do Conesul, o Brasil, e também os demais países da América do Sul.

Na época, por motivos vários, a idéia não prosperou, até porque, digamos, grande parte das atenções estavam voltadas para os projetos norte-americanos, na época era a... Não se falava nem da Alca ainda. A Alca veio depois, mas falava-se da expansão do Nafta e não havia, portanto, não havia, portanto, clima para levar adiante esse projeto da área de livre comércio sul-americana.

Mas a consciência que nós tínhamos desde então, Senador, era de que nós precisávamos fazer do Mercosul um motor dessa integração sul-americana e, indiretamente, também da integração latino americana e caribenha.

Eu acho que há uma clareza muito grande no Itamaraty, há uma clareza muito grande do Presidente Lula de que nós trabalhamos aqui com vários... Em vários núcleos, e o núcleo principal, o motor da integração, o motor da integração sul-americana e, portanto, latino-americana e caribenha é o Mercosul. Por quê? Porque na época, justamente, seguindo as iniciativas do Presidente Sarney e Alfonsín, houve a ousadia de fazer algo que parecia impossível.

Eu me lembro que na ocasião nós éramos muito criticados, o Governo era criticado por parte do empresariado, porque nós estávamos entrando num projeto voluntarista, ninguém achava que o Mercosul seria possível. E quando eu voltei já depois para servir ao

Presidente Itamar Franco como Chanceler e comecei a comentar com alguns empresários a idéia da Alcsa, esses mesmos empresários, não sei se nominalmente os mesmos, mas a classe empresarial que antes havia criticado o Mercosul pelo seu voluntarismo, pelo que ela poderia significar, digamos, de mudança de prioridade em relação a Estados Unidos, a União Européia, ao Japão, essa mesma classe empresarial quando eu comecei a falar da Alcsa disse assim: "Bom, mas precisamos ter cuidado para não prejudicar o Mercosul."

Foi talvez o momento de maior satisfação que eu tive como negociador, como disse, tive a honra de trabalhar nessa época sob seu Governo com um projeto sul-americano de grande importância, que era o projeto possível. Na época, se nós tentássemos falar da América do Sul como um todo não teria tido... Isso não teria tido encaminhamento. Mas foi possível, portanto, chegarmos a essa conclusão.

Eu como disse, vou resistir à tentação de responder a todas as suas perguntas, creio que ao longo da minha exposição elas vão, de uma maneira ou de outra aparecer, mas eu queria fazer essa observação inicial, de mostrar como, digamos, o Mercosul... São dois aspectos: como o Mercosul é o núcleo dinâmico da integração sul-americana, e como ao ter esse dinamismo, essa integração comprovada, o Presidente Obama convida a Unasul para conversar, para dialogar com ele, quando... Me recordo quando nós falávamos da Alcsa, ainda no Governo do Presidente Itamar, havia quem dissesse: "Estão cutucando a onça com vara curta", porque isso não era permitido; depois o Presidente Fernando Henrique teve o grande mérito de convocar a primeira reunião de Presidentes da América do Sul e agora o Presidente Obama chama a Unasul como seu elemento de diálogo.

Agora, tudo isso não se faria sem um esforço grande dentro do próprio Mercosul. Bom, a Venezuela é um país de grande importância, vou aqui entrar em maiores detalhes sobre isso, mas, sobretudo, tem para nós o valor econômico, estratégico e simbólico de fazer do Mercosul não mais, não só apenas para nós que conhecemos o assunto em detalhe, mas para a opinião pública, a opinião pública inclusive do Norte e do Nordeste do país, fazer do Mercosul não mais a integração do Conesul, mas a integração, sim, da América do Sul. É o núcleo dessa, dessa integração.

Bem, eu acompanhei muito aqui, enfim, pelos relatos feitos pelo Embaixador e também pela imprensa, as instruções que houve na primeira Audiência Pública, soube do Requerimento que o Senador Tasso Jereissati havia feito. Senador, devo dizer que antes mesmo de receber formalmente, porque há todos os procedimentos de votação, mas antes mesmo de receber

formalmente esse Requerimento pedi que fosse feita uma resposta e que fosse entregue a V.Exa., porque me parecia importante não usar nenhum argumento formal como escusa para deixar de dar as informações, mas achei também, Senadores e Sr. Presidente, achei também que era muito importante ter uma conversa em função mesmo da discussão que havíamos tido, das dúvidas, algumas de natureza política, outras de natureza técnica, achei que era muito importante visitar a Venezuela.

E como encontrei o Presidente Chávez nos corredores da cúpula das Américas, pedi a ele que marcasse uma hora para que eu fosse ver e ele o fez, marcou para sábado passado, e lá estive e fui recebido pelo Presidente Chávez, na casa de moradia, enfim, equivalente aqui à Granja Do Torto, não sei, ou o Alvorada, uma mistura das duas, fui recebido pelo Presidente Chávez em horas já avançadas, fui recebido entre dez e quarenta, mais ou menos, dez e meia até uma e quinze da manhã, estávamos... Tivemos um diálogo muito profícuo, muito amplo, sobre muitos temas.

Mas eu queria apenas para começar aqui a minha apresentação, ler uma declaração que o Presidente Chávez fez ontem durante um evento na Venezuela, em que ele tratou de muitos temas, acha que foi um evento, uma reunião do Conselho de Ministros. E eu vou ler aqui em português adaptado, porque eu estou com o texto aqui em espanhol, e eu sei que não é regulamentar aqui não ler em vernáculo.

Mas assim: *“Faz alguns dias nos reunimos com o Chanceler do Brasil, e estamos decididos a criar uma zona binacional de desenvolvimento, Venezuela, Mercosul, Caribe. Vão a sair coisas muito importantes, quando falamos da incorporação da Venezuela ao Mercosul. Falamos de algo importante, estratégico, na conformação de um mundo pluripolar. A conversação que tivemos com o Chanceler Celso Amorim foi muito positiva, e nós esperamos que se concretize o ingresso da Venezuela ao Mercosul o mais cedo possível. Designou-se”* – estou ainda citando – *“Designou-se uma Comissão para fazer revisões técnicas a algumas coisas, e aspiramos ter essas coisas solucionadas antes da cúpula da Bahia, com o Presidente”* – com o Lula, estou citando como ele disse – *“No dia 26 de maio. Aspiramos que os requisitos se cumpram e a Venezuela se incorpore ao Mercosul e isso dará mais força à União do sul.”* E devo dizer que também, em paralelo, foi marcada para os dias 19 e 20 uma reunião técnica para tratarmos justamente dos assuntos pendentes, aos quais eu voltarei mais tarde.

Mas eu estou mencionando isso para demonstrar duas coisas sobre as quais houve dúvida: sobre o real interesse da Venezuela de entrar no Mercosul,

e sobre a disposição de enfrentar o detalhe, porque muitas vezes os grandes líderes, os líderes em geral acham (bom, isso aqui são coisas tecnocráticas, não são importantes). Eu acho que um dos objetivos da minha ida à Venezuela nesse momento, foi mostrar ao Presidente Chávez que o detalhe, sim, é importante, que nós temos que resolver o detalhe... Claro, é sempre uma negociação. Nós não podemos impor, nem ele poderá nos impor. Nem a Venezuela poderá nos impor. É sempre uma negociação. Mas que, sim, há detalhes a resolver, ele aceitou isso plenamente, vai enviar uma missão nos dias 19 e 20 ao Brasil.

Disse mais: disse que ele fazia questão de ele pessoalmente participar da reunião interna, prévia, que preparará essa reunião, esse encontro, essa negociação com a parte brasileira, e até porque, eu diria, e muitas vezes as dificuldades, a minha experiência, Presidente Collor, se me permitir inclusive desde a época em que eu tive que tratar da integração no Mercosul, muitas vezes as dificuldades não estão com os líderes. Os probleminhas que nós temos no programa de desgravação é muito mais com os técnicos do que com a liderança.

Então eu acho que essa participação dele, espero eu, ajudará a desbloquear esse problema e vou voltar à parte técnica um pouquinho, porque foi objeto de perguntas antes, mas digamos, o ânimo político é esse, e portanto é a expectativa que nós temos.

Eu queria falar um pouquinho do Mercosul e da integração da região e, se me permitir, começaria pelo próprio significado econômico da Venezuela para o Brasil, significado político, é óbvio, é um país com o qual nós temos fronteira, um país que é rico em petróleo etc.

A Venezuela tem o terceiro PIB da América do Sul, 330 bilhões de dólares em 2008. Entre 2002 e 2008 sua economia cresceu, claro, impulsionada pelo petróleo, não discuto, cresceu 62,65%. Comprovadamente, a Venezuela tem a 6ª reserva de petróleo do mundo e a 9ª maior reserva de gás. Se o Presidente Chávez estivesse me ouvindo nesse momento, ia me contraditar, porque diz: “Não, não tem a sexta, tem a primeira. Porque aí não está contada ainda a reserva do Orenoco.” Mas estou apenas me referindo às reservas já certificadas internacionalmente. Mesmo essas as situam em sexto lugar.

É grande importador de alimentos. A venezuelana importa 75% do que consome internamente em matéria de alimentos. Isso é atendido, portanto, por importações. E também importador de bens industriais. É um mercado cobiçado por grandes exportadores. Estados Unidos, União Européia e China. A Venezuela quer di-

versificar seus fornecedores, o que abre espaço para a venda de bens e serviços brasileiros.

O Brasil já é o terceiro maior exportador para a Venezuela, atrás da Colômbia e dos Estados Unidos. Chegamos até a ultrapassar a Colômbia em determinado momento, justamente momentos de dificuldades políticas entre a Venezuela e a Colômbia, mas se permite também um parêntese, essas dificuldades estão solucionadas, estão encaminhadas. O Presidente Chávez e o Presidente Uribe têm se encontrado regularmente. Estiveram agora, poucos dias antes da cúpula das Américas, eles estiveram juntos. Mas em 2008 a Venezuela foi o segundo destino das exportações brasileiras na América do Sul, perdendo apenas para a Argentina, e o sexto no mundo.

Eu quero frisar para também não haver nenhuma dúvida sobre o que eu estou dizendo, nas estatísticas aparece em sétimo, porque os Países Baixos aparecem na frente. Mas as pessoas sabem, a falácia estatística, Países Baixos por causa do porto de Rotterdam, tem muitas exportações que na realidade vão para outros países da Europa Central, Europa Ocidental, etc.

Então, é o sexto importador do Brasil no mundo. Em 2008 as exportações brasileiras da Venezuela chegaram a 5,1 bilhões de dólares. 5,1 bilhões de dólares! Volume superior aos embarques para a Itália, para a França, para o Reino Unido ou para a Rússia. Não é pouca coisa. É 5,1 bilhões de dólares.

De 2002 a 2008 as nossas exportações para a Venezuela cresceram 550%. As exportações brasileiras para o mundo cresceram 227%. Portanto, uma... O dobro, mais ou menos, um pouco... Mais ou menos o dobro do que as nossas exportações para o mundo. Não em termos absolutos, mas em termos relativos.

A Venezuela foi responsável pelo maior superávit comercial do Brasil em 2008: 4,5 bilhões de dólares. Maior superávit individual do Brasil no mundo. Um aumento de quase 2.600% em relação a 2002, até porque as nossas importações, curiosamente, caíram porque nós também passamos a produzir mais petróleo, não comprar petróleo que eles vendiam.

Então o nosso superávit é de 4,5 bilhões de dólares. O superávit do Brasil com a Venezuela não é uma coisa... Não é uma coisa tão pouco importante, num momento em que, devido até à própria crise financeira, essa questão da vulnerabilidade externa, que de certa maneira estava afastada, eu acredito que ainda está, mas que às vezes preocupa, ela... O superávit com a Venezuela correspondeu a 20% do superávit comercial total do Brasil em 2008.

Quer dizer, um quinto de nosso superávit total foi o superávit com a Venezuela. E é uma coisa interessante que eu queria dizer, porque contrariamente

a outros parceiros, bons parceiros e amigos que estão sempre preocupados com o superávit do Brasil, "Ah, mas o Brasil tem um superávit estrutural. Ah, o Brasil tem superávit, temos que mudar", o Presidente Chávez me disse agora, tem dito publicamente, me disse: "Nós não estamos preocupados em que o Brasil tenha superávit. Porque nós entendemos, nós somos exportadores de petróleo, o Brasil não compra nosso petróleo, não precisa do nosso petróleo, pelo menos nesse momento, e então nós vamos ter mesmo um déficit estrutural e isso não me preocupa."

O que ele tem interesse e está aqui, creio até o nosso representante... O Presidente da ABDI, o que ele tem interesse é industrializar a Venezuela, mas isso é um capítulo que vou entrar mais adiante.

Bem, mesmo esse ano, Presidente Collor, apesar da crise, houve uma queda. Mas a queda... A queda com a Venezuela das nossas exportações foi apenas de 10%, enquanto com a Argentina foi quarenta e poucos por cento, com os Estados Unidos foi 38%. E tivemos ainda... Sim, mas continuamos a ter grande superávit com eles. Superávit de 800 milhões em três meses. Que é o maior ainda que nós tivemos, por exemplo, com os Estados Unidos, com quem nós tínhamos superávit, passamos a ter um déficit, 1.8 bilhões.

Então, é um país... A relação comercial com esse país está nos ajudando nesse momento. Na realidade, a exportação brasileira para a Venezuela, eu tinha dito 10%, não, caiu apenas 7,5% comparado com o primeiro trimestre de 2009 e como disse, com Argentina e Estados Unidos cresceram, por exemplo, caíram muito mais.

Outro aspecto que é importante, e eu acho que isso interessa a vários Estados aqui representados é que a exportação brasileira para a Venezuela é muito diversificada. Carnes, por exemplo, 18,6% das nossas exportações; máquinas e aparelhos elétricos, 12,1%; automóveis, 10,2%; instrumentos mecânicos, 10%. 70% do total do que nós exportamos para a Venezuela foram manufaturas. E é muito importante que grande parte do que não é manufatura são alimentos que nós também... São importantes para o Brasil exportar.

Até aproveitamos também para fazer uma observação, porque não cabe a mim julgar a coerência do discurso dos líderes de outros países, mas o fato é que nós recentemente vendemos uma usina ultra moderna da Dedini para a produção de etanol na Venezuela. Então, na realidade o álcool não será usado provavelmente como substitutivo da gasolina, do combustível, mas será usado para substituir o chumbo, acho que é o chumbo, tem a tetrina(F) na gasolina. Então, bem ou mal, até nesse domínio do etanol nós estamos fazendo negócios interessantes.

Para falar um pouquinho de alguns produtos e o significado que eles têm para o Brasil. Acho que nesse momento em que nós encontramos dificuldades em nossas exportações é importante. A Venezuela foi o primeiro comprador de leite em pó brasileiro. Primeiro comprador, leite em pó. O segundo de celulares, à frente dos Estados Unidos. O terceiro da carne de frango. O quarto de automóveis. O segundo de carne bovina, o terceiro de autopeças, e o nono de veículos pesados e sexto de motores e transformadores.

Então, em qualquer setor que nós olhamos, a Venezuela é um parceiro importante. Se nós formos olhar também meio superficialmente, não vou querer cansá-los, mas se formos olhar Estado por Estado, e desconsiderando inclusive essa questão que eu mencionei antes dos Países Baixos, porque aí nós não fizemos essa triagem, em alguns deles os Países Baixos vão entrar na frente de maneira artificial, de modo que talvez o resultado seja até melhor.

Mas a Venezuela é o quinto destino para as exportações de São Paulo. Mais de dois bilhões de dólares em 2008. É o primeiro para Roraima. 35% das exportações de Roraima. Para o Amazonas, a Venezuela é o segundo destino das exportações. Para as exportações do Ceará, a Venezuela é o sexto destino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Desculpe, Senador. Não foi intencional. A Venezuela foi o oitavo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é, foi o oitavo destino para a Região Norte e décimo quarto na Região Nordeste. Mas mesmo quando é oitavo, parece pouco, mas oitavo é à frente do Canadá, à frente da Holanda, à frente da Espanha, à frente da Suíça, à frente do Reino Unido e à frente do México. Estou falando de grandes mercados. E quando eu digo que é o 14º para a região Nordeste, 14º para a região Nordeste, ainda assim a frente de Portugal, da Suíça, do Canadá, do Chile, da Suécia e da Dinamarca. Então é algo que não se pode desprezar.

A adesão da Venezuela vai fortalecer correntes de investimento de comércio e serviços com o Brasil. Empresas brasileiras já estão presentes no setor siderúrgico, na construção civil, em petroquímicos, estaleiros e alimentos. Além disso, naturalmente adesão da Venezuela... Porque há sempre também, e é preciso aqui dizer uma coisa. Há sempre uma interação entre essas iniciativas plurilaterais, ou multilaterais e bilaterais. Elas não são, digamos, estranhas umas às outras. Claro que, por exemplo, o fato de ter o Uruguai no Mercosul nos ajuda fazer investimentos no Merco-

sul. Embora elas sejam bilaterais e não se baseiem necessariamente em instrumentos multilaterais, mas o convívio, a relação econômica estável ajuda isso.

E nós temos, como no caso da Venezuela, talvez até o Governador possa falar mais sobre isso, eu não vou me estender, mas há um aspecto importante da infra-estrutura que é linha de transmissão de energia, linha um do Guri, conexão de fibra ótica para internet, interconexão elétrica para aproveitamento de regime de chuvas, comércio já me referi e integração humana.

O corredor turístico que é criado pela BR 174 vai ser um corredor natural para turistas entre o Norte do Brasil e o litoral venezuelano e o Caribe. Então, aqueles que estiverem procurando a Amazônia, descem. Os que estiverem procurando o Caribe sobem. De qualquer maneira, aí haverá também uma integração importante.

Eu queria dizer que, obviamente, o Mercosul, pelo cronograma de desgravação que prevê, vai tornar esses mercados ainda mais abertos. E eu queria dizer uma coisa muito importante e que talvez aqui depois o nosso Diretor da ABDI ou o nosso Embaixador que conhecem mais detalhe poderão confirmar. O espaço que o Brasil tem ocupado não é um espaço em detrimento da produção venezuelana, por isso que as nossas exportações, apesar de terem aumentado enormemente, não encontram muita resistência. Nós temos tomado espaço que era antes usado, aproveitado por outros grandes exportadores, Estados Unidos, Europa, outros. E é por isso que nós temos, digamos, encontramos essa... Essa receptividade.

Então uma eventual... Eu não quero pensar nessa hipótese, mas uma eventual recusa, um retardamento que possa ter a entrada da Venezuela no Mercosul vai afetar inclusive as correntes que já existem. Não é só que você deixará de abrir, mas é que vai criar um clima político menos favorável. Eu queria fazer uma referência sobre isso porque em muitos casos o clima político para o comércio é tão ou mais importante do que... É tão ou mais importante do que o ritmo da desgravação, Senador. Quando nós fizemos o Mercosul, e quando o Mercosul foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero pedir só o silêncio para que a gente possa ouvir o Ministro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ouvir adequadamente.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bom, quando nós fizemos o Mercosul, se nós formos analisar o cronograma de desgravação e o crescimento das exportações, eu nunca fiz uma correlação científica, mas o aumento do comércio foi muito mais rápido do

que a desgravação, porque criou o clima político para se fazerem negócios.

Num caso que eu tenho e conheço que é mais recente, acompanhei mais de perto também, nos acordos que nós fizemos com os países do grupo andino, as nossas exportações aumentaram de maneira muito mais rápida do que o ritmo da desgravação tarifária poderia prever. Na realidade, a desgravação tarifária na comunidade... Com a Comunidade Andina vai até 2018, 2019. Não é isso? 2018. E hoje... Não, não. Na Comunidade Andina. Na Comunidade Andina. Vai até 2018.

E, no entanto, as nossas exportações na época para a Venezuela também, mas para a Colômbia, para o Peru, aumentaram de... Equador... De maneira muito mais rápida do que poderia indicar o ritmo da desgravação, porque os nossos empresários olham para o Estado, vêem o que está sendo feito e agem também dessa maneira. E também os nossos investimentos.

Não quero aqui cansá-los com estatísticas, mas eu olho isso sempre como círculos concêntricos, Mercosul e América do Sul e uma interação entre os dois, a América do Sul hoje representa 20% das nossas exportações. 60 ou 70% a mais do que nós exportamos para os Estados Unidos. Então, é uma... 2008. 2009, pela crise, não sabemos ainda como será, mas, enfim, 2008 foi assim. Então, essa é a expectativa que nós temos.

Eu gostaria de mencionar também, rapidamente, que embora o cronograma (e eu me referi a ele agora) bilateral, ainda esteja sendo discutido, a Venezuela concluiu já a parte bilateral com o Paraguai e Uruguai. A Argentina ratificou mesmo sem ter ainda o cronograma acertado. Mas a Venezuela... Isso foi possível também em parte porque a Venezuela levou em conta as assimetrias e favoreceu desgravações mais rápidas em favor do Uruguai e do Paraguai.

Então eu quero dizer que a Venezuela vai ajudar um pouquinho também a, digamos, diminuir as assimetrias que existem no Mercosul. Na realidade ela vai ser, evidentemente, um contribuinte líquido para o Focem, como é o Brasil. A Venezuela, como todos os países (o Brasil inclusive) terá direito de pegar alguma coisinha no Focem, no Fundo de Convergência, mas obviamente ela será um contribuinte líquido, o que vai ser útil, e se fará isso através da via multilateral, não através de via bilateral, projetos que serão aprovados por todos os países do Focem, porque essa é a regra. Então, mesmo que haja uma preocupação sobre a instrumentação política, digamos assim, de alguma... De alguma ajuda, isso através do Mercosul não ocorrerá.

Bem, eu queria fazer uma referência, eu não quero ser muito... Primeiro para não tirar o tempo das pergun-

tas. Segundo também para não ser excessivamente detalhista, mas eu queria dizer que evidentemente o Brasil dá grande importância a que nós venhamos a concluir... A basicamente duas coisas que estão em aberto, uma delas se subdivide em várias. Ao aspecto bilateral, Brasil-Venezuela, que é o cronograma de desgravação, e há um aspecto multilateral que diz respeito à Tarifa Externa Comum, a nomenclatura, são duas coisas bem ligadas, e a normativa Mercosul.

Deixe-me dizer rapidamente a parte multilateral. Sobre a parte multilateral houve um Grupo de Trabalho que declarou encerrado, porque tinha acertado alguns parâmetros gerais, e daí ficou de criar um outro grupo, que foi criado um outro grupo, que não se reuniu até hoje, até porque houve uma concentração na parte bilateral que deve terminar o aspecto que diz respeito à Tarifa Externa Comum, a nomenclatura e a normativa.

Com toda humildade, mas com a experiência de quem participou da negociação do Mercosul, participou de negociações outras na OMC, etc., negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina, eu não prevejo dificuldade conceitual de nenhuma espécie para que a Venezuela adote a Tarifa Externa Comum do Mercosul, para que adote a nomenclatura e para que adote a norma. Aliás, quatrocentas e tantas das normas já foram aceitas. Não prevejo já um cronograma em que isso ocorrerá. Falta colocar os produtos dentro da... Várias cestas, tanto ocorre imediato, tanto ocorre em tantos anos, tanto ocorre em tanto mais anos, total de quatro anos, se não me engano, para a tarifa externa comum.

Então, eu não prevejo porque se nós estivéssemos negociando nesse caso, digamos, com o Chile ou a Colômbia, que têm acordo de livre comércio com outros países, isso seria uma dificuldade. No caso da Venezuela, que não tem esses acordos, ou melhor, tinha com a Comunidade Andina, mas se afastou, e nós também respeitaremos preferências que existam para a Comunidade Andina, sempre dissemos isso, porque até temos interesse em que isso seja mantido, que não queremos desintegrar a América do Sul, então eu não vejo nenhuma dificuldade conceitual.

Pode haver uma dificuldade num produto ou outro, como existe no Mercosul. A verdade é que o Mercosul previa muito poucas exceções, tanto para a liberalização interna quanto para a tarifa externa e hoje há várias. Por exemplo, na área automotiva até hoje nós não temos um regime de livre comércio no Mercosul, não vou entrar aqui, essa é uma outra discussão. O açúcar está fora também do Mercosul. Enfim, são fatos da vida.

O fato é que o nosso comércio aumentou enormemente, o Brasil que representava 6 ou 7% do comércio argentino hoje representa mais de 20% do comércio argentino, inversamente a Argentina que representava 3, 3,5% do nosso comércio hoje representa 10, 11% do nosso comércio, enfim, então nós fomos avançando apesar dessas imperfeições que foram tendo que ser toleradas de alguma maneira, ou tiveram que ser, digamos, aí digamos é a realidade se impondo ao desejo, às vezes, dos políticos e dos técnicos que gostariam de ver uma coisa mais perfeita, acabadinha.

Então eu não vejo, no que diz respeito à Tarifa Externa Comum nomenclatura ou normas do Mercosul, não vejo, honestamente, dificuldades. O Grupo de Trabalho terá que voltar a se reunir, vai ter que se reunir pronto, mas, digamos, as dúvidas políticas que persistiram, a própria necessidade de chegarmos a um acordo sobre a desgravação, tornariam isso mais difícil.

Então, vamos concentrar um instantinho na desgravação. Houve quatro reuniões bilaterais, houve há um ano e meio, mais ou menos, atrás, eu estive na Venezuela para podermos começar esse processo, houve quatro reuniões, os parâmetros básicos estão... Estão dados, a Venezuela quer uma lista de produtos sensíveis, que não é muito diferente do que teve, por exemplo, o Uruguai. O Uruguai teve 970 produtos, mais ou menos, quando se assinou o Mercosul. A Venezuela quer, queria 1500, nós dissemos mil, vamos negociar aí... Pusemos... Listamos 500 produtos que eram de especial interesse brasileiro, 370... 319 eles já aceitaram tirar de qualquer maneira dessa lista de sensíveis, mas é preciso dizer o seguinte, estão examinando 47 mais, de modo que nós estamos nos aproximando como em toda negociação.

Mas eu queria dizer que no meio tempo nós fizemos uma outra coisa muito importante. Que a Venezuela tinha uma preocupação que talvez os outros países na época não tivessem, que era a preocupação com a sua industrialização. A Venezuela é um país que tem muito petróleo, muito rica e que foi... Que nunca foi capaz de transformar essa riqueza. Se nós visitarmos a Venezuela ainda hoje, nós vamos verificar que... Eu visitei a Venezuela em outra função, muitos anos atrás, 25, 30 anos atrás, e havia uma pequena favela em torno de Caracas. Hoje a favela é imensa, uma das maiores favelas do mundo, provavelmente.

E, enfim, o Presidente Chávez está consciente disso, mas eu quero ilustrar com isso que a riqueza do petróleo não filtrou. Então, há uma grande preocupação da Venezuela com a industrialização. E nós percebemos isso. E na visita que eu fiz há um ano e meio ou dois anos atrás ao Presidente Chávez, a primeira vez

que tive ocasião de conversar com ele em detalhe, eu disse: "Olha, Presidente, nós não temos interesse nem em desindustrializar a Venezuela e nem em impedir a industrialização da Venezuela. Acho que é ao contrário. O Brasil pode ser parceiro da industrialização na Venezuela". E resolvemos, depois o Presidente Lula resolveu enviar para lá para discutir projetos de complementação industrial, desenvolvimento industrial, o Presidente da nossa Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Dr. Arcuri, que já lá teve várias vezes e que poderá talvez, em algum momento, falar de maneira mais específica.

E eu diria, inclusive, o que acontece? O Brasil, num país como a Venezuela, vai ser sempre um grande parceiro. Vamos dizer que o Brasil esteja... Vamos dizer, não, o Brasil tem, fez lá um projeto, a ABDI fez lá um projeto, não me lembro de todos, mas fez um projeto para o desenvolvimento da indústria de vidro. Mas quem vai fornecer as máquinas? É o Brasil. Há um outro projeto para embalagens de alimentos. Quem vai fornecer as máquinas, a experiência, a tecnologia? É o Brasil. Pelo menos... E os alimentos, inclusive. Provavelmente em grande parte, não posso dizer totalmente, não é vinculante, mas... Mas uma grande parte será o Brasil.

Então, o que nós vemos isso é uma perspectiva inclusive de contínuo aumento das nossas exportações, sem prejuízo de que a Venezuela passe a ter também um certo processo industrial. Eu acho que isso foi importante por quê? Porque isso dá uma certa sensação a eles de que nós não estamos querendo levar tudo a zero agora, para arrasar o mercado, para invadir o mercado, mas fazer uma coisa gradual, com o tipo de tolerância que nós já temos no Mercosul, na prática, nós temos no Mercosul na prática, porque se nós formos aplicar a um... Há um provérbio latino, não sou nem jurista e nem latinista, mas que se diz *summum jus summa jura*, se nós fôssemos levar a ferro e fogo, por exemplo, algumas coisas no Mercosul, nós teríamos provavelmente tido uma relação de rompimento, de queda de comércio que seria prejudicial a todos. Então há esse tipo de tolerância.

Mas então, em resumo, eu diria que nós temos uma expectativa... Há princípios gerais, que foram aceitos, que o acordo da desgravação não deve significar, em linhas gerais, não estou querendo dizer aqui que não possa haver uma exceção, mas em linhas gerais não será um retrocesso em relação ao ACE 59, a que a Venezuela já assinou com o Brasil, então não haverá retrocesso em linhas gerais ao ACE 59, pelo contrário, haverá uma aceleração da desgravação. Não haverá produtos excetuados para sempre, ao contrário do que

existe na ACE 59, e, portanto, eu acho que a expectativa sobre esse aspecto é positiva.

A decisão do Governo venezuelano publicamente referendada pelo Presidente Chávez de fazer essa reunião nos dias 19 e 20 para terminarmos com essa discussão, vamos ver, talvez não dê para terminar tudo, porque negociação comercial eu sei como é, por exemplo, na negociação com o Peru, Mercosul-Peru, o Peru foi o primeiro a começar a negociação, e foi o último a terminar, porque na hora de levar em conta a Zona Franca... Enfim, são coisas que existem em qualquer negociação comercial.

Mas nós esperamos que, digamos, o grosso da nossa negociação esteja pronto nessa reunião entre 19 e 20, para que os Presidentes possam anunciar no dia 26, não é isso? 26, quando estarão juntos na Bahia.

Rapidamente sobre os outros temas da TEC... Da TEC, Tarifa Externa Comum e da nomenclatura, eu diria que o Grupo de Trabalho que foi mencionado aqui pelo Senador já avançou bastante, é um assunto que atinge todos os sócios do Mercosul, de modo que temos que negociar junto com eles, há tarefas pendentes a serem executadas pelo grupo *ad hoc* que não se reuniu ainda, que tem que se reunir, mas acho que o momento agora será esse, o Brasil está tomando as providências para reativar esse grupo em breve, em coordenação com os parceiros do Mercosul e não anotevejo, como eu disse, maiores dificuldades.

Como lhe disse, já há inclusive um parâmetro estabelecido para, por exemplo, no que diz respeito à adesão às normas, numa primeira fase de seis meses, uma segunda fase de um ano, enfim, a maior parte das normas já foi distribuída nas várias fases que terminam em quatro anos. E a mesma coisa em relação à Tarifa Externa Comum. Então, eu diria que em relação a esses pontos eu não tenho muita preocupação.

Bom, eu acho que na parte econômica-comercial os pontos mais importantes seriam esses. Há uma preocupação que tem sido sempre levantada por alguns empresários, que diz respeito às negociações externas do Mercosul, e eu quero também abordar porque acho que precisamos abordar tudo.

Digamos, primeiro negociações que já foram concluídas, a Venezuela terá apenas que dizer se entra ou não entra. Ela não pode modificar, por exemplo, o Brasil já tem um acordo... O Brasil, o Mercosul já tem um acordo com Israel e esse já está fechado, e a Venezuela apenas poderá dizer que entra ou não entra, se ela não entrar ela vai ter que ter um eiva... um tratamento especial, e isso impõe algumas complexidades na parte da... Na parte, digamos, da eliminação da dupla cobrança de tarifa externa, coisas técnicas, mas que são complexidades que já existem no Mercosul,

porque isso... Como existe um regime de exceção, por exemplo, para importação de bens de capital e de bens de informática pela... Pelo Uruguai e Paraguai, para dar um exemplo. Também pela Argentina, em parte, mas o Uruguai e Paraguai muitos itens.

Como já existem acordos, na realidade, separados com o México, porque foi a decisão que se tomou anos atrás, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cada um faria a sua negociação. Enfim, há várias situações que nos obrigam a ter, digamos, esse tratamento que não é aquilo, digamos, que seria o ideal para um tecnocrata que está olhando para o quadro negro. Mas que são perfeitamente... São perfeitamente compatíveis com o Mercosul.

Nas negociações que estão em andamento, é perfeitamente também chegar a um entendimento. Eu creio que a Venezuela em momento algum vai querer vetar uma negociação do Mercosul com a União Européia. O máximo que ela pode querer é ficar de fora, se for o caso. Então terá que se encontrar a mesma solução que se vai ter que encontrar já para o caso da... De Israel.

Então, eu sinceramente não vejo nisso nenhuma grande dificuldade. Estou mencionando apenas porque sei que alguns empresários têm essa preocupação e por isso estou mencionando, mas não vejo nenhuma... Imagino que tenha sido mencionado, porque é sempre uma preocupação normal até. São dificuldades que, aliás, hoje já existem no próprio Mercosul. Houve um momento em que o Uruguai queria fazer um acordo separado com os Estados Unidos e acharam que o Brasil estava atrapalhando.

Há momentos em que certos setores, não são todos, da indústria brasileira acham que o Mercosul atrapalha as negociações do Brasil. Mas essas coisas todas se resolvem com cronogramas diferenciados. Hoje em dia as negociações comerciais têm todas um pragmatismo que permitem avançar e eu não creio que essas dificuldades, de maneira alguma, vão ter... Vão ser um empecilho para que nós avancemos.

Olha, foram mencionadas aqui algumas questões de natureza política. Eu não sou... Não cabe a mim aqui, digamos, fazer uma advocacia nem a favor nem contra. Eu acho apenas, eu diria, que a democracia é um processo em andamento.

Nós mesmos, quando assinamos o tratado... Digo nós assinamos com uma certa pretensão, mas quando eu rubriquei o Tratado de Assunção, eu rubriquei o acordo que foi, depois resultou no tratado de Assunção, quando se assinou o Tratado de Ouro Preto, já no Governo do Presidente Itamar, o Paraguai era uma democracia muito frágil. O primeiro Presidente, inclusive, foi um Presidente militar. Foi eleito, mas foi

um Presidente militar. Havia muitas fragilidades e muitas dúvidas e de lá pra cá, enfim, o Paraguai tem se adequado. No momento em que houve uma tentativa de golpe no Paraguai o Mercosul agiu, agiu baseado no Protocolo de Ushuaia. Eu não quero fazer ameaça, mas o protocolo de Ushuaia prevê medidas e a Venezuela, como lembrou muito bem o Senador, a Venezuela assinou o Protocolo de Ushuaia, porque é uma condição até para ser membro associado, então ela já assinou antes.

De modo que eu acho que essas questões vão ter que ser encaminhadas. Eu queria dizer também, apenas dar... Talvez uma questão importante... Uma questão importante na nossa experiência pessoal... Pessoal digo do Presidente Lula e minha, em relação à Venezuela do ponto de vista político. Uma... Nós tivemos algumas experiências.

Primeiro eu queria dizer que a Venezuela, de 98 para cá, promoveu doze eleições. Todas elas foram consideradas livres, legítimas por... Legitimadas por observadores internacionais, como Centro Carter, a ONU e governos estrangeiros. Eu posso citar um exemplo em que o Brasil teve um papel especial. Claro que era algo que já estava previsto na Constituição Venezuelana, nem vou dizer que a eleição foi convocada por nosso intermédio, mas o Brasil, durante o período de crise que se seguiu ao golpe de 2002, porque foi uma tentativa de golpe efetivo, isso também não é imaginação do Presidente Chávez. Houve uma tentativa de golpe efetiva, de modo que quando, algumas vezes também ele se refere a inimigos externos, ele... Não é uma... Isso deriva de algo concreto. Não sei se ele exagera ou não, não me cabe julgar, mas deriva de algo concreto.

Então, quando o Governo Lula chegou ao poder havia uma crise muito forte na Venezuela. Havia embates constantes, havia quem dissesse que a Venezuela estava à beira da guerra civil. Eu não gosto de fazer esse julgamento, porque é muito difícil. Mas havia embates constantes. E havia quem pedisse um plebiscito imediato, chamavam, diriam que era um plebiscito consultivo, que era... Não, não, havia um plebiscito consultivo pedido pela oposição e o Presidente Chávez dizia: "Não, esse plebiscito consultivo não está na Constituição, não vou fazer. Mas há algo, sim, previsto na Constituição que é o referendo revocatório na metade do mandato. Então vou fazer." Então ele nos disse isso, ele nos prometeu soberanamente, mas disse. Nós nesse tempo havíamos criado um grupo de amigos da Venezuela, que incluía Estados Unidos, incluía Estados Unidos, Portugal e Espanha, que na época eram governos conservadores, além de Chile, México e Brasil.

E ele então... Houve o referendo revocatório. E eu diria que em parte, também, não posso julgar porque acho que tudo agiu soberanamente, mas nós sempre estimulamos a chamar observadores externos. E nesse referendo, entre outros, estavam lá a OEA, aliás, na época a missão da OEA foi dirigida por um Embaixador brasileiro que trabalhou estreitamente também no Governo anterior, o Embaixador Valter Peçoly, depois foi embaixador em Assunção, e estava lá o Centro Carter e estavam vários observadores internacionais e o referendo foi considerado legítimo.

Eu dou esse exemplo porque nós trabalhamos ativamente, inclusive ativamente em coordenação com outros países, esses que eu mencionei. Estados Unidos, Portugal, Espanha, Chile e México. E a eleição correu normalmente. Também mais recentemente, quando houve a primeira... Esse referendo mais recente, ele teve uma derrota por um percentual muito pequeno, creio que foi 1%, mais ou menos, e aceitou, e anunciou antes que aceitaria.

Então, quer dizer, um líder que, digamos, esteja desejoso de dar um golpe, de utilizar um pretexto, uma derrota por uma margem tão estreita, tão estreita, talvez houvesse uma tentação. Mas o Presidente Chávez aceitou, claro, ele não abandonou o projeto dele, apresentou de novo o projeto e agora ganhou de outra forma, mais ou menos, mas ganhou a coisa. Mas não... Ele aceitou o resultado.

Com relação à liberdade de expressão, eu... Eu estive na Venezuela agora. Eu peguei o jornal colocado na minha porta. Eu não sei se foi *Universal* ou *Nacional*. O jornal, Presidente, todas as páginas do jornal, com a possível exceção da página de esportes, sobre a qual eu não me detive, até porque era mais *baseball* e eu não entendo de *baseball*, todas as páginas do jornal tinham críticas ao Presidente Chávez, todas, todas. Não vou me referir se são justas ou injustas, mas todas, até coisas do tipo, vou lhe dizer, havia, por exemplo, uma entrevista com um historiador. Ela era, obviamente, era uma entrevista genérica, mas as respostas sempre conduziam para alguma crítica ao Presidente Chávez. Estava na segunda página.

Na penúltima página, que era uma página, creio que de opinião, havia três ou quatro artigos. Um deles, dois deles se referiam à presença do Presidente Chávez na cúpula de Trinidad e Tobago. Então um deles é inteiramente dedicado ao fato de ele ter dado o livro *Veias Abertas da América Latina* para o Presidente Barack Obama. Não, não devia ter dado o livro do... Devia ter dado o livro de um autor ou de um poeta Venezuelano... Enfim, não vou discutir nem o mérito da crítica, mas até por curiosidade estou mencionando que todas as páginas do jornal tinham essas críticas.

Recentemente um crítico conhecido do Governo Chávez, porque foi até guerrilheiro, foi uma pessoa de esquerda e foi modificando a posição, ou criticando, independentemente, mas é muito... Theodore Petkoff, ele é muito conhecido, ele fez uma palestra em Miami em que ele disse que do ponto de vista dele não podia dizer que na Venezuela não houvesse liberdade de crítica, liberdade de expressão, nem houvesse... Nem prisioneiros políticos. Isso não sou eu que estou dizendo, está lá e foi até criticado pela oposição venezuelana por ter dito, mas é um homem que não tem nenhuma ligação com o Presidente Chávez.

Então, eu diria que, digamos, se é perfeita a democracia lá, se há erros, nós faríamos tudo que eles fazem... Eu não vou entrar nesse mérito. Agora, as pessoas continuam vivendo de maneira, eu diria, pelo menos, impressionisticamente, sobre isso, talvez o Embaixador possa falar mais, de maneira normal. Há um... Eu sinto um pouco aí... Aí é uma questão de opção, eu sinto um pouco uma impressão de que... Quase como se fossem dois países, um que está caminhando num certo sentido, mais socialista, não sei, e outro que continua lá.

No dia em que eu fui, em que fui recebido, cheguei à uma e meia da manhã no hotel, havia lá... Tinha havido um casamento, estava lá... Porsches, Maseratis na saída do hotel, as pessoas aparentemente não estavam com nenhum medo de serem apedrejadas, ou de algo assim... de uma... Eu digo isso como ilustração, apenas, de uma situação que existe lá e sem tentar responder em detalhe as perguntas, mas são algumas das impressões que eu faria.

Queria fazer uma rápida observação também sobre o lado social, porque acho que é uma questão de justiça, o Governo do Presidente Chávez é um Governo que tem preocupações sociais fortes, no Governo do Presidente Chávez, claro, concordo Presidente Collor, o petróleo pode ter ajudado, só que o petróleo antes não ajudava. Então, o petróleo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já tinha petróleo antes.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é, o Governo do Presidente Chávez, o IDH na Venezuela subiu 13 posições. Hoje a Venezuela está em 61º lugar, que é já considerado elevado desenvolvimento humano. É o quarto maior IDH da América do Sul, atrás apenas da Argentina, do Chile e do Uruguai, países que tinham tradição já, distribuição de renda, de instrução muito maior.

A pobreza caiu de 50,4% para 31,5% da população. E a pobreza extrema, de 20,3 para 9,1. A população com curso superior subiu de 2,8 para 7,9 da população. Enfim, estou apenas oferecendo esses

dados como ilustração, não acho que nenhum dado social justifica nenhuma diminuição da democracia, eu acho que a democracia tem que ser mantida... Eu sou de uma geração que antes dizia: "Ah, a democracia formal não interessa", e depois que houve o golpe militar passamos a ver que sim, democracia formal também interessa, então isso não é justificativa para nada. Mas estou ilustrando um pouquinho o conjunto dos dados que eu disponho com a Venezuela.

Finalmente, eu queria aqui fazer um comentário sobre uma inter-relação que existe entre a política internacional, a política regional e a política interna dos países. Eu acho que o Brasil tem também que confiar na sua capacidade de influência. Aquilo que se diz normalmente, hoje em dia ficou comum uma expressão americana, o *soft power*, quer dizer, é o poder de influência, o poder de transmitir suas idéias... Por exemplo, o Presidente Chávez disse que não gosta do capitalismo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, não, sem o *big stick*. O Presidente Chávez disse que não gosta do capitalismo, mas gosta dos capitalistas brasileiros. Quem sabe convivendo com os capitalistas brasileiros ele vai até gostar do capitalismo? Então, é uma... Então é um pouco o *soft power* também. Eu acho que nós temos que ser confiantes nas nossas instituições. Nós temos que ser confiantes... E eu tive uma ocasião, uma longa conversa, justamente quando houve essas dúvidas que V.Exa. apresentou, desculpa dirigir diretamente, conforme a pergunta, V.Exa. apresentou, por exemplo, mais antiga, sobre Mercosul não servia pra nada e tal, foi uma longa conversa com o então Chanceler Ali Rodriguez, eu disse: "Ali", ele é um bom amigo, eu digo: "Ali, o Brasil é um país capitalista". E o Brasil vai continuar a ser um país capitalista. Vamos ter mais reforma social, mas é um país capitalista. A Venezuela, ao se integrar com o Brasil, pode aproveitar o que ela achar de bom nisso e o que não achar de bom não aproveita. Mas eu acho que nós, a nossa capacidade de influência é mais positiva.

Na política internacional, vou dar só três rápidos exemplos, se me permitirem. Aliás, um até já dei que foi todo esse processo do referendo revocatório, que foi cumprido à risca, com a OEA, com o Centro Carter, o Presidente Carter aliás está vindo aqui, aliás, na segunda-feira próxima, se algum Senador tiver curiosidade de falar com ele, provavelmente ele poderá dar o testemunho pessoal dele sobre o que ele acha da Venezuela, seria muito interessante.

Uma vez eu ouvi o Presidente Carter dizer: "A visão do Centro Carter é muito parecida com a da po-

lítica externa brasileira”, falando em geral, mas enfim, estava falando de Oriente Médio, ou coisa que o valha. Mas enfim, o Presidente... Esteve Centro Carter, OEA, foi o primeiro caso.

Uma outra coisa internacional importante foi a situação da Bolívia, em que houve uma situação conturbada, não os episódios que V.Exa. mencionou, mas mais recentemente houve ameaça até quase de guerra civil, houve um temor muito grande, e eu acho que a presença pacificadora do Brasil, do Presidente Lula na reunião do Unasul possibilitou que se encontrasse uma solução de outra natureza. E o Presidente Chávez aceitou. Ele tinha a posição dele, mas aceitou.

Mais recentemente na conferência de Miami... Perdão, Miami, não. Na conferência de Trinidad e Tobago, todos estavam prevendo uma grande confrontação entre a América do Sul, América Latina, também parte por Cuba, mas muito pela ALBA, pela Venezuela e pela... Com os Estados Unidos. E, claro, que muito se deve à personalidade do Presidente Obama, não vou colocar dúvida nisso, mas eu acho que também se deve a, digamos, a disposição do Presidente Chávez de ver com olhos novos uma realidade nova.

Ele teve aquela experiência com o Presidente Bush. Não me cabe julgar, os historiadores julgarão. Ele disse que os Estados Unidos participaram do golpe. Eu não sei se participaram ou não, o fato é que reconheceram rapidamente. Há muitas pessoas nos Estados Unidos que acham que sim.

Então, criou-se ali uma animosidade intransponível entre o Presidente Chávez e o Presidente Bush, eu não vou entrar nas razões. Hoje tem um Presidente novo, Presidente Obama. Qual foi a atitude da nossa política externa, da política externa do Presidente Lula? Procurar amenizar, apaziguar, aproximar. Deu certo. Agora, isso tudo não é estranho à entrada da Venezuela no Mercosul.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Perdão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não houve uma assinatura, mas aquilo... Aí foi outro motivo, Presidente, a questão da assinatura foi questão de Cuba, haviam outros países também... Mas ele não vetou. A declaração está lá. Ela está lá pelo consenso. O que é o consenso? O consenso é quando não há veto. Passou. Ele não vetou. Não assinou, mas também não vetou. Então houve uma atitude de contemporização de parte a parte.

Então eu diria, esse é um outro exemplo. E essa melhor relação com os Estados Unidos, eu estou se-

guro que isso vai se refletir também numa melhor... Numa melhor... Numa melhor interna do clima entre a oposição e o Governo na Venezuela. Eu tenho certeza disso, porque vai contribuir para uma distensão dos ânimos.

Então eu só dou esses exemplos porque acho que há uma dinâmica entre a política internacional, a política regional, que no caso é a entrada no Mercosul, a relação bilateral e até a política interna. Sem interferência de nenhuma espécie, apenas o contágio, e no caso aí o contágio positivo.

Nós temos que acreditar que o Brasil é um país que tem uma grande presença, que tem uma grande força de atração, o poder do Brasil não está num poder armado espetacular, nada disso, temos as nossas Forças Armadas, mas está na pujança da nossa sociedade, nessa democracia vibrante que está hoje aqui sendo demonstrada, e eu acredito muito no poder dessa democracia vibrante e acho que a venezuelana... Só será bom para a Venezuela.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Ministro Celso Amorim. Nós vamos ouvir então o Governador José Anchieta, do Estado de Roraima, que junto com Amazonas são os dois Estados que fazem divisa com a Venezuela, e depois então teríamos as perguntas e também a participação do Embaixador e também do nosso Presidente da ABDI. Com a palavra o Governador José Anchieta.

SR. GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR (PSDB-RR): Bom dia, Presidente, Ministro Celso Amorim, Embaixador Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela, Dr. Reginaldo, Presidente da ABDI, Srs. Senadores.

O Mercosul, ele tem quatro grandes desafios. A integração aduaneira, a integração trabalhista, a integração monetária e a integração dos parlamentos. Nós estamos há 14 anos tentando consolidar essa integração e sabemos que é um caminho longo, porque a comunidade européia demorou 50 anos para consolidar. E nós estamos nessa marcha e precisamos de parceiros. É inevitável a presença e a inserção de bons parceiros. E aqui nós consideramos a Venezuela importante.

Eu preparei aqui uma sucinta explanação para os senhores. Vou ser sucinto e rápido, bem porque alguns dados já foram mencionados pelo Ministro Celso Amorim. Localização geográfica aqui da Venezuela... Isso é uma foto da nossa fronteira. Pode passar.

Essa é a nossa fronteira. É a capital de Boa Vista e está a 200 quilômetros dessa fronteira Brasil-Venezuela. É a fronteira da nossa cidade de Pacaraima, no

Brasil com a cidade de Santa Helena do Uiaem, BV 8, Brasil-Venezuela Marco 8.

Aqui nós temos a situação... O mapa geopolítico de Roraima, em que se encontra Roraima. E aí os senhores podem ver a implicação e a necessidade de toda essa integração do arco norte do nosso país. Aqui nós temos a Rodovia BR-174 que vem de Manaus a Boa Vista, de Boa Vista até a fronteira com a Venezuela.

E toda essa integração aqui também que já se começou a se trabalhar, que é um forte caminho a ser seguido pelo Brasil, envolvendo não só a Venezuela, mas todos os países caribenhos, fechando esse arco norte aqui do comércio bilateral. Pode passar.

Essa é a BR-174, só demonstrando que nós estamos recuperando essa BR, a BR que liga o Amazonas até a fronteira com a Venezuela.

E aqui eu chamo atenção da distância e do interesse que nós temos aqui com os mercados. A cidade, a capital de Boa Vista e a distância entre os grandes centros consumidores, as distâncias em quilômetros, em todas as cidades aqui. A importância do nosso Estado seria essa integração para com todo... Para com todos esses países vizinhos aqui. Então, daí a importância estratégica do nosso Estado, que é o portão de entrada da Venezuela no Mercosul para o Brasil.

Outro mapa importante que eu chamo aqui é com relação à nossa matriz energética. Hoje o Estado de Roraima é abastecido pelo... de Guri. Veio do sistema Eletrobrás, onde nós consumimos essa energia da hidrelétrica de Guri da Venezuela.

Mas nós sabemos que hoje já há interesse do Governo Federal dentro do sistema Eletrobrás interligar o Amazonas com Tucuruí. E o Amazonas vai ser interligado com Roraima, trazendo essa integração toda dessa matriz energética do Brasil com a Venezuela.

O que se pensa, que hoje nós compramos energia da Venezuela, mas no futuro próximo, quem sabe, nós poderemos reverter e precisar e ser um exportador de energia para a Venezuela nessa integração dessa matriz energética que nós temos hoje, que é uma previsão do sistema Eletrobrás.

Nós temos aqui um mercado consumidor na ordem de 30 milhões de consumidores, onde envolve a Guiana, a Venezuela com quase 28 milhões de habitantes e o Estado de Manaus. Isso aqui estou chamando atenção e focando o potencial de Roraima, mas infinitamente a importância desse grande mercado consumidor que é a Venezuela para Roraima e para a Região Norte.

Roraima, os dados aqui com relação ao nosso Estado, a população em cerca de 400 mil habitantes, onde nós temos 224 mil quilômetros quadrados, onde

nossa população gira em torno de 68%, onde nós temos o analfabetismo funcional, o menor do Norte, uma taxa de 5,89 e, embora nós tenhamos o menor PIB, nós não temos o pior PIB do Brasil. Nós somos aqui o 13º do Brasil e o segundo do Norte. Com IDH na localização de 0,82... Volta aí, por favor. Com 0,822. Ou seja, o Estado de Roraima tem o 13º IDH do Brasil e o segundo da Região Norte. Pode passar.

Alguns números importantes da Venezuela. Já foi citado, lembrando aqui, a população de quase 28 milhões de habitantes, um PIB de 335 bilhões de dólares *per capita* 12,8 mil dólares, e as exportações geraram em torno de 66 bilhões no ano de 2007.

E a pauta de exportação, logicamente, os principais produtos, não poderia ser diferente, o petróleo, bauxita, alumínio, aço, produtos químicos, manufaturados leves. E o importante, que o destino das exportações são Estados Unidos, logicamente em função do petróleo, as Antilhas Holandesas e a China. Então nós ainda temos um espaço grande para exportações da Venezuela.

Outros números importantes é o número de importações. A Venezuela importou 45 bilhões em 2007 e a pauta, os principais produtos, matérias-primas, máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte, materiais de construção e principalmente produtos alimentícios.

E a origem dessas importações, Estados Unidos 30%, Colômbia 10% e o Brasil ainda muito acanhado com 9% dessas importações. Com o início do Governo Chávez em 99, o Brasil exportou para a Venezuela 536 milhões. Mas o ano passado esse número foi para 5,15 bilhões de dólares.

Então a Venezuela ocupa hoje a 7ª posição entre os principais destinos das exportações brasileiras. E na balança comercial representa o segundo maior superávit do Brasil entre todos os parceiros comerciais, 4,6 bilhões de dólares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR (PSDB-RR): Esse é um comparativo do que representavam as exportações antes e depois da criação do Mercosul. As exportações brasileiras em 93, há 15, 16 anos atrás, eram 5,38 bilhões de dólares e importações 3,4. Depois da criação do bloco, as exportações brasileiras ampliaram para quase 22 bilhões de dólares e importações quase 15 bilhões de dólares. Então, esse aumento do fluxo comercial desse período, mais de 300%, sendo gerado emprego e renda no Brasil e logicamente nos demais países envolvidos nesse processo.

Outros números importantes é que em 1993 o Brasil exportou 3,65 bilhões de dólares e importou 2,7 para a Argentina. Mas, em 2008, com a criação do bloco, exportou 17,6 bilhões de dólares e importou 13, correspondendo a um aumento de 380%, onde as importações e exportações se multiplicaram quase cinco vezes. Pode passar.

Com relação à Venezuela, nós podemos ver aqui no quadro que praticamente a maioria dos Estados brasileiros fazem parte desse comércio. Carnes, frango, bovino, suíno, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, leite de São Paulo e Rio Grande do Sul, açúcar de São Paulo e Mato Grosso do Sul, os aparelhos do pólo industrial da Amazônia, óleo de soja, veículos, São Paulo, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais... E aí vai. Tratores, madeiras de Roraima, soja e derivados.

Então, já existe no empresariado brasileiro uma gama muito grande em todos os Estados da federação exportando para o... Para a Venezuela. É importante lembrar que as economias da Região Norte e Nordeste... nós temos a vocação de complementariedade com as economias dos países andinos e caribenhos.

Nós vivemos – e aí o Senador de Amazonas pode complementar, tanto o Arthur Virgílio como nosso amigo – nós vivemos na Região Norte as nossas particularidades. Nós vivemos ilhados. E daí a necessidade dessa integração social, cultural e econômica com os países do Caribe e principalmente com a Venezuela, daí o desejo dessa consolidação.

Me parece aqui que todos os dados que foram aqui ditos, Senador Tasso Jereissati, pelo Ministro Celso Amorim, essa relação ela é imprescindível, ela é importante, e a inserção da Venezuela no Mercosul nada mais é do que a desburocratização desse processo, porque o processo já existe e é fundamental para ambos os países. Pode passar.

Logicamente nós queremos que a Região Norte seja o portal de integração desse Mercosul e que os negócios não se concentrem somente nos grandes centros, Caracas e São Paulo. É importante a integração do país como um todo, como a Região Norte.

Com a transferência de terras do Estado de Roraima e sua titulação, nós queremos realmente aproveitar esse momento que o Estado vive e mudar a matriz econômica do nosso Estado. O nosso Estado, ele tem uma participação de em torno de 70% do PIB de dinheiro público. E é impossível o Estado sobreviver dentro dessa... Desse contexto econômico.

Então, sem sombra de dúvida, a Venezuela, hoje, é uma grande opção para Roraima e para a Região Norte do Brasil e para o Brasil como um todo. Pode passar.

Potencial de consumo da Venezuela. A Venezuela, logicamente, ela está certificando novas descobertas de petróleo e gás também podendo se tornar o país com maior reserva mundial, o processo de reversão da crise estabilizando o preço do barril a 80 dólares, ela restabelece sua capacidade de investimentos e de consumo, sem sombra de dúvida, e vivemos um momento importante entre a relação desses dois países. A afinidade entre os Presidentes, que é clara, entre o Presidente Chávez e o Presidente Lula, a cooperação de vários setores, e sejam eles governamentais ou da iniciativa privada. Pode passar.

E eu queria salientar aqui, eu resumi um pouco a minha palestra, porque o Ministro Celso Amorim ele enfatizou vários dados que nós poderíamos ter frisado aqui, ele já nos antecipou. Logicamente se respeita a opinião de quem diverge da política adotada atualmente na Venezuela. Mas, na democracia, a maioria do povo decide. E as políticas públicas adotadas pelo Presidente Chávez estão respaldadas pelo marco constitucional daquele país.

Então, o que eu queria chamar atenção aqui é que aqui não está se discutindo a questão política interna. O que está se discutindo aqui é a necessidade da integração dos povos, dos países da América do Sul para que a gente possa fortalecer e criar geração de renda e emprego às pessoas que precisam.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa seria a minha participação sem deixar de reconhecer o esforço que o Presidente Chávez tem feito, demonstrado todo esse acréscimo no volume de exportações e importações da Venezuela, e isso mostra o interesse que o Presidente Chávez tem em se inserir dentro desse contexto, e que não é pelo fato de esse aumento ter acontecido, embora não tenha entrado no Mercosul.

Eu acho que evitar a inserção da Venezuela nesse bloco é um retrocesso e vai também, com certeza, inibir esse comércio crescente e que é uma necessidade do nosso país e que é uma necessidade da Venezuela.

Essas seriam minhas considerações. Eu queria agradecer o convite e a participação aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Governador José Anchieta, que é nosso colega tucano, hoje governa Roraima.

Senador Tasso Jereissati, nós vamos então começar a parte de questões, eu quero só pedir a compreensão de todos os Senadores porque temos um grande número de inscritos. Então nós vamos ter que precisar limitar as questões a três minutos. Está bem assim, três minutos? Soando a campainha quanto faltar um. Está bem combinado assim? Senador Tasso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três minutos para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para todos, para todos. Eu fico meio sem graça, como mineiro fico sem jeito, nós vamos três minutos. Uma prorrogaçõzinha assim de meio minuto. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu vou ser breve, Senadores. O Ministro Celso Amorim, primeiro agradecendo a nosso convite, o atendimento ao nosso convite, o Embaixador, ao Governador, ao Dr. Reginaldo e pela... Pela... Pela sua imediata resposta aos nossos questionamentos e eu vou fazer duas perguntas muito mais de caráter geral do que entrar especificamente.

Dizendo que evidentemente nós procuraremos fazer o nosso relatório da maneira mais técnica possível, evidentemente colocando a questão política no seu devido lugar e como acessório dos nossos interesses estratégicos. A pergunta que eu faço é: primeiro, na verdade, como V.Exa. colocou, uma série de negociações não foram ainda terminadas, ficando pendente de dúvida sobre as intenções da Venezuela de cumpri-las ou não. Dentro da linha até que V.Exa. colocou, estou pegando aqui uma declaração de V.Exa., o Congresso Nacional não aprovaria um acordo sem o compromisso da Venezuela de liberalização do comércio com o Brasil. Não seria mais sensato nós esperarmos a evolução dessas negociações que, segundo eu entendi, se é que entendi direito, que no dia 20, 19 e 20, virá um grupo da Venezuela para tentar negociação com V.Exa.?! Isso é negociação, mas, para tentar finalizar uma série dessas questões, pelo menos aquelas questões mais básicas, mais importantes, não seria mais sensato nós aguardarmos?

A segunda pergunta é: Não é perigoso para o Mercosul a questão do voto por unanimidade, se isso vai continuar prevalecendo nós podemos ter algumas questões de interesse do país no futuro em relação aos Estados Unidos, por exemplo, ou à União Européia em que nós, acompanhando o recente comportamento do Presidente Chávez, colocaríamos em dúvida. E aí, a visibilidade da presença da Venezuela nesse bloco – e aí eu digo concordando aqui nesse aspecto com o Presidente Collor – que é importante, sim, quem está na Presidência, quem está na liderança. Não é que nós vamos ser a favor ou contra por ser mais ou menos socialista, ter ou não ter aquela política. Isso não nos interessa, cabe a cada país desenvolver o seu próprio sistema.

O que nos interessa é ver a pessoalidade do comandante, porque Hitler provou isso na história, não estou fazendo comparação, mas estou dizendo que se

a Europa tivesse prestado mais atenção à personalidade de Hitler, talvez alguns desenganos e desencontros que afetaram a humanidade não tivesse havido. E assim por diante.

Evidentemente vou dizer que não estou comparando, estou dizendo que é importante a pessoalidade. Por exemplo, o Presidente Chávez já rompeu... Já mandou buscar Embaixador de volta, que estou me lembrando, com Estados Unidos, com México...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois é, já mandou e mandou de volta. Estados Unidos, México, Colômbia, agora me parece que o Peru ontem ou anteontem mandou buscar do Peru, rompeu com o Pacto Andino. Então evidentemente que esses detalhes da sua personalidade preocupam.

E que talvez numa circunstância comum, essas preocupações em relação à finalização dos acordos, se a pessoalidade do Presidente fosse outra, não seriam tão preocupantes como são agora. É isso que eu queria colocar e novamente colocando aqui para ficar bem claro para que não haja nenhum tipo de distorção, que eu não estou fazendo nenhuma comparação de Hitler com o Presidente Chávez. Estou dizendo apenas como é importante prestar atenção na personalidade da liderança.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Eu proponho que nós possamos fazer naquele sistema que se usa, de três, e o Ministro responde. Está bem assim? Sempre nesse prazo.

Então o próximo é o Senador Fernando Collor, mas ele abre mão para mais à frente. Então passamos ao Senador Geraldo Mesquita, o próximo inscrito aqui. Depois Senador João Pedro, aí teremos as perguntas e depois novo bloco.

Teremos as respostas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio Ferreira, Governador José Anchieta, Dr. Reginaldo.

Eu não quero fazer propriamente nenhuma resposta. E justifico o fato. Eu sou membro do Parlamento do Mercosul, aliás participo dessas... Desse fórum desde a Comissão Parlamentar Conjunta. Então, eu tenho... Eu tenho claramente o histórico do que vem acontecendo no âmbito do Mercosul, no âmbito do Parlamento do Mercosul.

Segunda e terça-feira muitos dos que estão aqui, parlamentares, todos nós participamos de uma sessão eu diria até histórica no Parlamento do Mercosul. Depois de um longo período, mais de um ano em

que o Brasil tentava introduzir a discussão acerca da proporcionalidade no Parlamento do Mercosul, com uma resistência muito forte do Paraguai, sempre, por questões justas ou injustas, não importa, mas o certo é que havia uma resistência permanente e, por fim, nós conseguimos um acordo por unanimidade, com voto... Unânime das bancadas.

Eu quero dizer com isso que não é fácil mesmo a construção dessa integração que todos nós nos propomos. Eu naquele momento em que me referia no início à fala do Presidente Collor, eu dizia – e repito aqui com todo respeito à opinião do Presidente Collor – ele tem todo direito de expressar sua opinião e ter sua opinião, mas olhem, nós não estamos e eu vou repetir, nós não estamos tratando aqui de reunir colégios de freira em torno de algum objetivo qualquer. É muito complicado esse processo de integração. Até, hoje, mencionei aqui sem qualquer propósito de desmerecer o Presidente Lula, mas o Presidente Lula nesse seu Governo tentou expulsar um repórter aqui do território brasileiro, um repórter estrangeiro.

Por que eu disse isso e lembrei isso? Porque as nossas democracias são de fato... Nós estamos num processo de construção, Ministro Celso Amorim mencionou isso. As nossas democracias ainda não são perfeitas. E vão continuar imperfeitas por muito tempo. Eu sou... Eu sou... E não é cegamente, é com muita consciência, eu sou absolutamente favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Assim como torço, Ministro, para que surjam, mais na frente, as condições econômicas, sociais, políticas, para que venha Bolívia, venha Peru, porque isso para o meu Estado do Acre será extremamente importante e para o Brasil também.

Eu não vejo outro caminho senão o da integração desse enorme continente, em que pesem as nossas diferenças. Mas eu considero que nós temos mais fatores que nos unem, que nos aproximam do que aqueles que nos separam. Portanto, nós precisamos nos agarrar a eles, administrar as nossas diferenças, que vão continuar a existir. Está aí a Argentina brigando com o Uruguai acerca das papeleiras, o Presidente Evo Morales nacionalizou indústrias petrolíferas.

Nós temos problemas de toda sorte. Agora, nós vamos continuar a tê-los. Portanto, eu tinha aqui... Fiz até anotações, claro que não vai dar tempo, mas em suma, eu queria deixar muito claro aqui. Eu tenho certeza absoluta que o ingresso da Venezuela, além de fortalecer esse bloco importante que nós temos no Mercosul, eu acho que o ingresso dela será muito importante para a solução interna de muitos problemas da própria Venezuela, inclusive a questão democrática, a questão... A questão política.

Nós somos uma nação que sempre impugnamos pela não intervenção de uma nação em relação às outras. Temos que continuar pensando assim. É claro que nos preocupa, sobremaneira, algumas situações não só na Venezuela, nos demais países também. O Presidente do Equador expulsou lá uma empresa que construía lá uma determinada obra.

Nós vamos continuar tendo esses problemas. Agora, não podemos ser negativos a ponto de julgar que esses problemas são empecilho definitivo. A construção desse processo de integração da América Latina.

Era basicamente o que eu queria deixar registrado nessa sessão, dizendo do prazer de ter aqui a presença dos senhores aqui conosco nessa Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Na condição de Senador pela Amazônia, pelo Estado do Amazonas, eu quero chamar atenção para um fato histórico. Porque será histórico o Estado Brasileiro fazer uma construção e admitir a participação da Venezuela no Mercosul.

Nós vamos romper uma relação histórica do Estado Brasileiro com os países da Pan-Amazônia. Como é difícil, Chanceler Celso Amorim, uma relação mais profunda com os países irmãos do Brasil, do Norte. E esta é uma oportunidade do Brasil romper com uma relação muito tímida com os países irmãos que compõem a Pan-Amazônia.

Eu quero chamar atenção dos Srs. Senadores aqui, do relator Tasso Jereissati. Qual mesmo a relação profunda que nós temos com a Bolívia, com a Colômbia, com o Peru, com o Suriname, com a Guiana, com a Venezuela?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Me permite só uma observação? Nós estamos tão atentos a isso que a política externa do Ceará já mandou um cearense para Governar Roraima.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu vou contar uma pequena história da relação do Brasil com a Venezuela. Estava com a minha família num ponto de praia ali da Venezuela, e fui num restaurante e comecei a querer exercitar o meu espanhol, Senador Tasso Jereissati, relator dessa importante... E aí comecei a falar o espanhol... O rapaz diz assim: "Olha, eu sou brasileiro de Ceará, de Fortaleza. O garçom do restaurante está ali." Ou seja, a integração, ela já está se dando... E o rapaz estava lá já uns 10 anos fazendo... Garçom de um restaurante lá na Venezuela.

Pois bem, este é um debate que eu gostaria de chamar atenção. E não só pelos números da economia. Me parece estranho que esse ponto tão relevante no Mercosul, que é o econômico, não seja analisado com essa magnitude, um PIB de 335 bilhões de dólares.

Pois bem, mas não é só esse o caminho. Nós precisamos dominar a Amazônia pelo conhecimento. Nós precisamos estabelecer uma relação profunda no campo da pesquisa, da biologia, da geologia, entre os países que compõem o Norte do Brasil, que compõem a Pan-Amazônia com o Norte do Brasil. Precisamos fazer isso, para responder as questões da Amazônia, para responder esse debate internacional sobre a Amazônia.

E a Venezuela é fundamental nisso, porque parte da Venezuela é Amazônia. Então, esse é o momento de nós fazermos uma nova história. Isso é novo. O Brasil não pode ser só Conesul. O Brasil tem que ser Mercosul. E nós precisamos então ter uma relação num organismo tão importante para a América Latina, que é o Mercosul.

E a Venezuela joga esse papel, Presidente Azevedo. Evidentemente que tem pontos, vamos dizer, tem gargalos. Mas nós não podemos penalizar a Amazônia, o Brasil e a Venezuela. Nós precisamos construir, sem medo, uma relação profunda com a Venezuela. Nós precisamos sair do CONESUL para uma relação de Mercosul. De Mercosul.

Eu tenho confiança na história do povo da Venezuela, que é uma história dura, um país sempre rico. O petróleo não chegou com o Presidente Hugo Chávez. Eu vou encerrar, Presidente. No campo da democracia, Senador Tasso Jereissati, a Venezuela... Estava aqui o Senador Arthur Virgílio em 86, nós estávamos fazendo campanha para o Senador Arthur Virgílio para Governador. Não existia na Venezuela, até 1989, eleição para governadores e prefeitos. A eleição era presidencial. Era presidencial e só. E só. O processo... Os números sociais aqui são relevantes, porque esse país rico penalizou parcela significativa do seu povo e impôs a miséria absoluta, apesar de ser um país rico.

É com esse processo novo de Hugo Chávez que os índices sociais estão mudando. É preciso reconhecer isso. Mas eu termino aqui dizendo: a Zona Franca de Manaus, a segunda maior exportação dos produtos da Zona Franca de Manaus, que mantém 100 mil empregos diretos, é para a Venezuela; 400 milhões de dólares dos produtos da Zona Franca vão para a Argentina. A segunda exportação da Zona Franca de Manaus é para a Venezuela, 280. E para os Estados Unidos em terceiro, com 200 milhões de dólares as exportações.

Então a Venezuela joga um papel importante, tem uma relação com a região. Existe uma relação com a região. O que falta é darmos esse salto de qualidade do Estado Brasileiro com os países ali que compõem a Pan-Amazônia e fundamentalmente com a Venezuela, pela importância geopolítica, econômica, enfim, que esse país exerce para o Amazonas.

O Governador falou da importância da relação que já existe com Roraima, com um Estado importante da nossa região. Mas é preciso que o Brasil, que o Estado Brasileiro dê esse passo importante na construção do Mercosul, com Venezuela participando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Vamos ouvir então o Ministro Celso Amorim respondendo ao relator Tasso Jereissati, Senador Geraldo Mesquita e Senador João Pedro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Presidente, se permitir começando pelo relator, que na realidade foi quem fez as perguntas.

Por que não esperar o final das negociações? Senador, vou ser muito franco com o senhor. Nós podíamos ter adotado vários caminhos e, na realidade, no caso do Mercosul, também vivíamos uma outra época histórica em relação, digamos, a percepção da rapidez, da liberalização. A verdade é essa. Os países estavam envolvidos em liberalização unilateral muito mais rápida do que pretendiam estar do que hoje, por motivos vários da economia mundial que não me caberia agora comentar em detalhe. Tanto assim que depois foi preciso adaptar na prática.

O que aconteceu é que naquela época houve um grande voluntarismo, foi muito importante, audacioso, permitiu fazer o Tratado do Mercosul, mas depois tivemos que adaptar. Começamos a adaptar já em 94, com o Protocolo... Antes do protocolo de Ouro Preto, em que os cronogramas de gravação foram prorrogados, depois foram estabelecidas listas de exceções.

Até hoje isso ocorre no dia-a-dia das nossas relações com o Uruguai, o Paraguai, que tem grande número de exceções, sobretudo na Tarifa Externa Comum para bens de capital e outros. E também com relação à Argentina. O dia-a-dia da nossa relação com a Argentina é um dia-a-dia complexo. Positivo, na minha opinião, no conjunto, mas complexo. Então, nesse caso houve a percepção de que era possível terminar o acordo e levar adiante. Houve um Grupo de Trabalho que foi feito, o Grupo de Trabalho avançou em parâmetros gerais, o parâmetros gerais estão lá, inclusive a data final para o termo da desgravação que é 2014, como será adaptada a TEC eu lembro até de um telefonema que o Presidente Chávez é muito pessoal. Um

dia ele ligou... Tentou falar com o Presidente, depois tentou falar... Acabou falando com o nosso negociador que estava em Montevideu, que obviamente não quis responder, aí falou comigo.

E aí era o problema de em quanto tempo a Venezuela se adaptaria à Tarifa Externa Comum. E ali no telefone ele aceitou que fossem quatro anos, eu fiz até uma brincadeira com o Presidente Chávez, porque disse: “Presidente”, contei uma parábola a ele, porque muitas vezes um líder, uma pessoa com a personalidade dele – depois vou responder seu segundo ponto – mas uma pessoa com a personalidade dele acha que, digamos, a vontade política resolve os problemas.

E contei para ele uma parábola, se permitir aqui o Presidente, vou contar muito rapidamente. É que uma vez um rei, um rei... Um régulo de uma pequena cidade grega disse que queria aprender geometria, e perguntou quem era o melhor geômetra da Grécia, e disseram que o melhor geômetra da Grécia era Euclides, ele mandou chamar Euclides, enfim, eu vou encurtar um pouquinho. O Euclides chegou lá e o rei falou assim: “Olha, eu quero aprender geometria”, o Euclides: “Tá, tudo bem”, ele pegou vários volumes com teoremas, postulados, axiomas, etc., pôs na mesa, aí o rei disse: “Não, não. Quero aprender geometria, mas sem passar por isso aí, eu só quero...”, disse assim: “Majestade, desculpe, mas não existe caminho real para a geometria. Não existe estrada real para a geometria.”

E eu contei essa brincadeira ao Presidente Chávez, no telefone. E aí ele me ensinou: “Não, não, mas o ACE 53...”, ele disse “Vês, já estou aprendendo a geometria.”

Mas, enfim, houve um primeiro momento, digamos, de resistência, coisa técnica, tecnocrática, mas justamente essas duas conversas com espaços de um ano e meio, da primeira resultaram quatro reuniões que permitiram, digamos, ter o arcabouço do que vai ser resolvido. E eu estou convencido de que nessa próxima reunião de 19 e 20 nós vamos ter, senão tudo, porque eu sei como são negociações comerciais, Senador, eu mencionei ao senhor, por exemplo, nós assinamos com os acordos e não nos arrependemos, nos acordos com a comunidade andina aconteceu algo parecido. Nós assinamos os acordos que o Congresso aprovou e o esquema de liberalização com alguns dos países, inclusive o Peru com o qual não temos nenhum problema, só foi finalizado depois.

Porque o ânimo tem que... As pessoas têm que acreditar no ânimo. Há nisso benefícios recíprocos. E se ele não nos der os benefícios que nós esperamos também não vai receber os nossos. Então, pode às vezes haver algum ajuste, mas dentro da normalidade. Então eu não me preocuparia excessivamente com isso,

honestamente, mas como também não creio que seja um detalhe desprezível, nós concordamos que haverá essa reunião no 19 e 20 para... Na medida do possível, encher essa... Esse... Esse, digamos, modelo que já existe, mas que tem lacunas a serem preenchidas, que é justamente colocar o produto em cada cesta. A modalidade geral está aceita, a questão é colocar os produtos em cada cesta, dizer quantos produtos ficarão para o final.

Eu mesmo disse outro dia, para o senhor ter uma idéia, eu também tenho prática de negociador. Até por vezes o negociador muitas vezes também não aceita idéias assim muito generalizadas. Por exemplo, um dos problemas que nós tínhamos é que eles queriam, para alguns produtos queriam deixar a última liberalização para o último ano. Isso, aliás, aconteceu com o Uruguai, Presidente Collor, durante... O senhor não tomou conhecimento disso, porque era coisa que se passava lá embaixo. Queria deixar a eliminação das exceções para o último ano. Eu dei o exemplo: “Olha, não é possível. Porque não é crível.” Você pega a Torre Eiffel, você não pode dizer: “No primeiro dia eu vou subir um degrau da Torre Eiffel. No segundo dia dois degraus, no terceiro degrau... E vou subir 100 degraus no último dia.” Isso não existe. Conteí essa história, o Presidente entendeu perfeitamente, os negociadores entenderam perfeitamente.

Agora, é sempre um processo negociador. De modo que eu acho que o fato de terem marcado a reunião para o 19 e 20, o fato do Presidente Chávez ter decidido fazer uma reunião interna antes para que ele veja o pronunciamento que ele fez público, dizendo que é preciso resolver as coisas técnicas, queremos que os requisitos estejam todos completos, nos dá confiança de que isso vai ser resolvido.

Não vejo porque não seja. Se houver alguma diferença, vamos negociar, como temos negociado, aliás, no Mercosul permanentemente. Permanentemente, porque volta e meia o Paraguai, Uruguai diz “Ah, não, mas há uma assimetria, não podemos continuar a importar esse produto com tarifa que senão nós vamos perder” e nós vamos acomodando e no conjunto eu acho que todos são... Acho que todos são... Estão de acordo que o Mercosul tem sido uma coisa boa para o Brasil. Então eu diria isso.

Sobre a questão da pessoalidade, Presidente, eu anotei muito bem o seu... A sua ressalva, muito importante, nós também não estaríamos negociando se pensássemos que era um Hitler ou um Stalin, nós não... Eu sei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não estou dizendo que era um Hitler, o que eu estou dizendo é que a personalidade importa.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não há a menor dúvida que personalidade conta, aliás é um velho dito, o francês, se não me engano... O estilo é o homem. Então, a personalidade conta, o estilo conta... E o estilo do Presidente Chávez é o estilo do Presidente Chávez. Não me cabe discutir o estilo dele.

Mas eu diria que no conjunto, os interesses brasileiros têm sido bem tratados. Pode ter havido um ou outro deslize, Presidente Collor. Pode ter havido um ou outro caso que nós não gostamos do que ele fez. E isso foi comunicado a ele, digo em coisas que se relacionam com o Brasil. Isso foi comunicado a ele, houve as adaptações necessárias, não no dia porque como os senhores sabem, em política às vezes não é possível obter um desmentido, mas num comportamento dias depois é feito.

E eu diria, nós somos muito ouvidos. Por exemplo, foi mencionado aqui a questão da Colômbia. Eu acho que a ação do Brasil para acalmar entre Venezuela e Colômbia foi muito positiva, e semanas depois desses incidentes que V.Exa. mencionou, do deslocamento de tropas, o Presidente Chávez estendeu a mão ao Presidente Uribe ali em São Domingos, eu estava presente. E agora com relação aos Estados Unidos, ele está disposto a um novo começo. Quer dizer, o Presidente Chávez terminou, além de dar o livro *As Veias Abertas na América Latina*, muito criticado lá pela oposição, mas além de dar o livro, ele terminou sua intervenção em plenário, isso não foi em Plenário, mas ele terminou a intervenção em Plenário dizendo "quero ser seu amigo", "*I want to be your friend*" e ainda repetiu em inglês. Parecia até uma canção, assim, dos Beatles, ali, um momento de grande amizade.

Então, eu acho que levando em conta o estilo, as pessoas não são iguais. Nós já tivemos personalidades diferentes também, lideranças em vários momentos da vida histórica do Brasil. Mas eu acho que ele ouve, ele tem ouvido, ele fez o referendo revocatório, ele respeitou o resultado, ele chamou observadores internacionais, ele se recompôs com a Colômbia e ele está disposto, creio eu, a se recompor com os Estados Unidos.

Eu acho que, então, da mesma forma isso também terá uma repercussão interna. Então esse seria o comentário que eu faria, digamos, sobre a personalidade do Presidente.

Olha, eu diria até mais. Eu acho que até em casos muito específicos em que eu recebi pedidos, eu mesmo às vezes tomei a liberdade de falar com ele e ele atendeu. Situações específicas de pessoas que estavam enfrentando dificuldades diversas.

Bem, então temos essa expectativa. Com relação a intervenções do Senador Geraldo Mesquita e do Senador João Pedro, que acho que foram mais... Que

eu agradeço muito. Eu queria só fazer duas ou três observações. Primeiro felicitar todos os parlamentares, se me permitem, humildemente felicitar todos os parlamentares que estiveram envolvidos na discussão sobre a distribuição de assentos no Parlamento do Mercosul. Isso é uma grande vitória. Eu, sinceramente, outro dia estava conversando com o Senador Mercadante, achava perto de impossível resolver isso, de modo que crédito aos parlamentares brasileiros, vários que estão aqui, inclusive Senador Mercadante, V.Exa., Geraldo Mesquita, outros que estavam, não conheço todos, sei que o Deputado Rosinha também estava, e eu acho uma grande vitória.

E é uma vitória espetacular, porque é uma vitória também do bom senso, de ver que as coisas não podem ser como cada... É uma negociação. Nem é a representação matemática exata da nossa população, e nem é talvez o princípio estrito da igualdade entre os Estados, como talvez desejassem outros. EU acho uma grande vitória, um sinal de que vamos avançar efetivamente no Mercosul.

Eu queria falar um comentário porque V.Exa. repetiu e depois o Senador João Pedro também, sobre a integração amazônica, integração na América do Sul. É muito comum nós ouvirmos hoje elogios ao Brasil, fora do Brasil. É claro que eu, como membro do Governo, não me cabe nem estar fazendo essa propaganda, mas está aí, é capa do *Newsweek*, é artigo do *Wall Street Journal*, é o Presidente Obama, vários.

Agora, eu diria o seguinte: isso tem a ver com muitas coisas. Na minha opinião. Tem a ver com a política macro-econômica sólida que seguimos, tem a ver com o aprofundamento da democracia no Brasil, tem a ver com as medidas de natureza social que nós temos sabido tomar para reduzir a desigualdade no Brasil, que era sempre o grande flagelo. Tem a ver com o nosso avanço também em temas que antes nós considerávamos tabu como meio ambiente, o Presidente Collor sabe disso, porque coube a ele tomar uma iniciativa muito importante de presidir a Conferência do Rio, mas nós temos levado a adiante com o fundo Amazônia... Tem a ver com o carisma do Presidente Lula, indiscutivelmente tem a ver. Mas tem a ver também com a nossa capacidade de lidar com os problemas Sul-Americanos. Tem a ver com a nossa capacidade de manter a nossa região em relativa paz.

E mesmo quando tivemos problemas, e há problemas, não ignoro o problema. Nós não gostamos das atitudes, mas mesmo com a Bolívia a verdade é o seguinte, no meio... Não faltou uma gota de gás boliviano no Brasil. E quando nós vemos o que aconteceu na Europa, entre Rússia, Ucrânia e União Européia, nós vimos que a nossa diplomacia não agiu talvez tão

mal quanto aparentemente teria sido o caso. Então, eu queria ligar, porque muitas vezes as pessoas pensam que o resto política externa é desligado do que nós estamos fazendo aqui na América do Sul. Não é. O Brasil só pode se projetar no mundo porque tem uma política na América do Sul sólida, e porque tem a força de estar integrado nos outros países da América do Sul. Daí a importância da integração, só para, digamos, reiterar.

E no caso da Amazônia, Senador, além de tudo o que V.Exa. já disse, que estou de acordo, daria apenas uma boa notícia. Porque depois de dois anos de luta ingente, conseguimos finalmente nomear... Isso de rivalidades, coisas diversas que ocorrem, conseguimos nomear um Secretário-Geral para a comunidade amazônica, é um Embaixador peruano, nós decidimos o sistema do sorteio, que é o mais democrático de todos, já diziam os gregos, e ele foi escolhido, e vai ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro. Então vamos para o segundo bloco.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem, Presidente. Eu queria fazer uma sugestão, dado o adiantado da hora, eu proporia se todos os Senadores poderiam falar e... Enfim, a Mesa poderia fazer sua intervenção final. Eu acho que é mais objetivo, mais eficiente e não vejo outra possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem. Está ótimo. Pedindo sempre que sejam os três minutos, prorrogáveis por mais 50%, mais um e meio. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia Ministro, bom dia todos que estão participando, Sr. Presidente.

Eu tenho a impressão que o que a gente tem que fazer aqui é discutir como estadistas, olhando o futuro do país e do continente. Eu tenho insistido que nesse ponto o Ministro Celso Amorim tem dado um grande exemplo a todo o Brasil, na nossa história, como um Ministro que cuida das coisas como estadista, e não preocupado apenas na política imediata e mesmo em beneficiar pessoas ou grupos. Claro que para isso ele conta com o Presidente Lula, sem o qual ele não teria feito e também devemos reconhecer, com seus antecessores, que foram ministros que começaram a dar uma nova orientação.

Mas eu insisto que o Governo Lula, que está dando de fato uma inflexão na política externa e seria impossível sem a colaboração dos quadros do Ministério e, com toda franqueza, essa entidade hoje que

chama-se “Lula Amorim”, e que tem conseguido dar uma nova visão.

Eu ponho o assunto da Venezuela nesse aspecto. Nós não podemos ficar presos apenas ao Presidente Chávez. Ainda que ele não tivesse feito tantas eleições e tudo isso. Os países da América Latina não romperam relações comerciais com o Brasil quando aqui havia um regime militar. Porque começaram a perceber a diferença entre os interesses do Estado e os interesses políticos, dos democratas. Às vezes tem que se relacionar economicamente com países cujo Governo você discorda radicalmente. Obviamente tem limites. Se cometer genocídios, se começar a ter crimes contra a humanidade.

No caso da Venezuela eu não entendo essa resistência por tê-la junto conosco nesse projeto, nessa grande aventura de integração. Até porque o Presidente Chávez, mesmo que fosse tudo que se diz dele, ele vai durar mais o quê? 20, 30, 50 anos? 50 eu acho que já não chega. Talvez nem de vida. Quanto mais no poder. E a Venezuela vai estar aí, juntinho da gente, pelos próximos séculos, séculos e séculos.

Por isso eu queria fazer um apelo para que nós entendêssemos, e com a visão mais aberta possível de estadistas, percebêssemos da importância de aprovarmos de uma vez por todas o ingresso. Isso vai trazer um novo alento. Eu como parlamentar do Mercosul sinto que faz uma profunda falta termos parlamentares da Venezuela junto conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Cristovam. Com a palavra o Senador Inácio Arruda, esse bravo cearense.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Sr. Presidente, acho que a expansão para o Norte os cearenses já deram uma certa garantia. O Norte do Brasil e o Norte da América do Sul. Eu não sei se a gente poderia agradecer ao Napoleão Bonaparte, porque de sorte a Família Real veio parar no Brasil.

Foi um ditador feroz, digamos assim, com quem todos tiveram que negociar uma certa época. Ou ao Império Britânico, que deu salvaguardas à Família Real. Também era um império que se expandiu pelo mundo com as crueldades conhecidas. Ou mais recentemente se quiséssemos falar de política, se nós não deveríamos aqui no Brasil travar o acordo Mercosul -Israel, diante do massacre de palestinos e da ação do Estado de Israel, uma ação agressiva, belicista, e um país inclusive que tem ogivas nucleares, e que ninguém nem fala na mídia que tem ogivas nucleares em Israel.

Eu acho que então a gente, examinando desse ponto de vista, deveríamos, ao não concordar, digamos assim, ao considerar que o aspecto da política ele é

mais significativo, ele é mais importante, e é ela que vem na frente, não é o inverso, não é a economia, não é a desgravação, esses acordos... Mesmo o enchimento das várias tabelas... Não é ela que vem na frente. O que vem na frente, querendo ou não é a ação política dos líderes de cada nação.

E desse ponto de vista, desse ponto de vista há uma concordância, porque todos esses líderes, do Brasil, dos demais países da América do Sul, incluindo os que estão no Mercosul, e mesmo alguns que não estão no Mercosul, cogitam já, face à entrada da Venezuela no Mercosul, esses países também cogitam pedir seus ingressos no Mercosul. Que eu considero uma façanha, do ponto de vista histórico. Esse é um feito histórico do ponto de vista político, que tem consequências econômicas muito favoráveis para o Brasil.

Então, eu fico às vezes examinando. Aqui vem o Embaixador Flexa de Lima. Até acho que alguns esperavam outra conversa dele, mas o certo é que o Embaixador olhou assim e disse: "Bom, aqui está o meu Estado, Minas Gerais, eu já não sou mais Embaixador, então posso falar das minhas preferências, digamos assim, mais localizadas. Está aqui o meu Estado de Minas Gerais." Nós somos para Minas Gerais, o mercado venezuelano é o principal mercado das exportações da FIAT. Queremos ou não. Interessa ou não.

Vencida a questão política, porque os líderes estão de acordo, há concordância entre os líderes, gostando ou não gostando das personalidades, porque cada um tem uma personalidade diferente, cada um usa uma retórica de um tipo, cada um maneja de uma forma, então vamos relevar esse aspecto e vamos para a decisão desses líderes, que têm um peso político... Esses líderes têm um peso político muito, muito importante, são os dirigentes dos seus países num processo político de eleições, foram personalidades eleitas. Nós podemos não gostar, mas foram eleitas pelo seu povo. Acho que aqui é a primeira grande etapa. Nós vencemos essa etapa.

A única questão, então, que ficaria, vencida a etapa política, vencida a questão democrática, porque mesmo que não gostem e mesmo que cada um possa achar que essa democracia não é tão boa quanto aquela que eu desejava para aquele país, para aquele país, não estamos tratando do nosso, estamos tratando daquele país, mesmo que não seja a que nós desejássemos, eu considero que essa etapa nós superamos.

Então, fica o problema do entrelaçamento econômico. O Ministro já levantou aqui a idéia de que mesmo antes de acertar os vários acordos para cada produto, o que é sensível, o que não é sensível, a economia já avançou. Ela já foi na frente também, ela já... Esse discurso tecnicista que um ou outro pode levantar, já

foi liquidado na prática. Por quê? Porque Roraima já vende feijão para a Venezuela. Já vende banana. Já vende vários produtos. Independente se eles estão ou não estão. Está avançando, mas com uma força muito veloz para a Venezuela e outros países aqui da nossa região do bloco.

Eu digo que para nós, lá no Ceará que é o sexto destino de produção, ou em Pernambuco, ou no Maranhão, para o Amazonas, o Pará e para Roraima, que está colado na Venezuela, significa Mercosul, o Brasil inteiro está no Mercosul, porque o Mercosul, para nós, está limitado. Esse Mercosul está limitado. Entrar na Venezuela, pode chamar outros para cá, como levantou o Governador do Estado de Roraima.

Outros países poderão entrar nessa região na Venezuela e o espaço para o Brasil é extraordinário. Para eles e para nós. Esse espaço é extraordinário. Então eu vejo desse ponto de vista. Eu apenas reforçaria esse aspecto na nossa... No nosso diálogo com o nosso Ministro Celso Amorim.

Esse problema técnico que V.Exa. levantou também que vencida a política, vem a economia, vem o tratado, vem o acordo, o detalhe, e que em muitos aspectos ele pode então se tornar relevante. Por quê? Porque determinado acordo econômico pode ganhar uma natureza política forte. Então, desse ponto de vista existe nesse tratado uma questão desse ponto de vista que seja tão relevante que pudesse impedir a entrada da Venezuela no Mercosul? O senhor considera que um desses aspectos do ponto de vista da liberação comercial entre nós e Venezuela, entre Mercosul e Venezuela, tem tal significado que poderia ensejar os Senadores do Brasil criar um empecilho para a entrada da Venezuela? Acho que aqui que está o nó. Porque acho que as outras questões já foram vencidas.

E como a Chrysler acaba de anunciar a falência e Obama cogita estatizar a GM, então acho que essas outras questões políticas e ideológicas também ficam varridas do ponto de vista do capitalismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Sr. Embaixador, Sr. Governador do Estado de Roraima. Algumas considerações, Sr. Ministro, a respeito da sua fala.

Em primeiro lugar, em relação ao Mercosul, que foi um marco realmente importantíssimo para que nós pudéssemos dar início a esse processo de integração que hoje desemboca nessa discussão sobre a entrada ou não, na adesão ou não da Venezuela ao Mercosul.

Mas é preciso lembrar também que foi graças a essa integração propiciada pelo Mercosul que nós tivemos um ganho adicional extraordinário que foi o acordo assinado com a Argentina para não proliferação de... Para não... Não continuação das pesquisas com vistas à fabricação de artefatos nucleares, com a fiscalização tanto do Brasil em relação à Argentina e da Argentina em relação ao Brasil nas suas pesquisas e desenvolvimento na área nuclear, e também a nossa filiação à IEA, que eu espero que dentro em breve esteja muito bem conduzida.

Segundo ponto é que sem dúvida a importância da integração é muito grande. Agora, a questão econômica, o fator econômico em relação à Venezuela não é decisivo se ele... Se a Venezuela não tiver a sua adesão eventualmente aprovada pelo Senado.

Porque, por exemplo, as negociações que ele mantém com os Estados Unidos, comerciais, e é isso que prevalece no mundo de hoje, globalizado, são os interesses comerciais, as grandes guerras hoje, não é mais essa guerra convencional, mas sim a guerra comercial, os interesses comerciais se sobrepõem a qualquer coisa. Então, integrado ou não, a Venezuela estará tratando da mesma maneira que está tratando o Brasil, por ser interessante para ambos os países.

Em relação ao etanol, essa questão da Dedini, isso aí me causa estranheza, surpresa, e até dúvida de que esse projeto possa ser levado adiante. Porque nós temos o exemplo da PDVSA lá com uma refinaria no Recife, que há mais de cinco anos que foi assinado com o Presidente da Venezuela e até agora não saiu do papel, porque um centavo a Venezuela colocou ainda naquela planta, naquela planta. Poderá cumprir e nós esperamos que cumpra.

Há também nisso tudo a questão do... A questão do... Finalizando, a questão do estilo. O estilo é tão importante que nós conversávamos há uns meses atrás no seu gabinete, no Ministério das Relações Exteriores, sobre a perspectiva na eleição do Obama, e o que isso significaria de mudanças para o planeta, para o nosso mundo. E veja como uma mudança de estilos foi importante, e que permitiu até a aproximação de uma figura como o Presidente Chávez, do Presidente Obama, abrindo essa possibilidade enorme para que haja um reatamento das relações políticas entre a Venezuela e os Estados Unidos da América.

Era isso que eu gostaria de colocar para o senhor, para V.Exa., e mais uma vez reafirmando que é fundamental, indispensável e imprescindível que todas as precondições estabelecidas para a adesão ao bloco do Mercosul por qualquer país que queira dele fazer parte, é importantíssimo. Nós não podemos deixar que certas cláusulas venham a ser tratadas depois do

fato consumado. Porque talvez, como eu disse, seja tarde demais para nós tomarmos alguma atitude consequente a esse ato.

Muito obrigado a V.Exa., muito obrigado Sr. Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, para tirar uma dúvida aqui sobre o que o Senador Collor...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E aí fazendo a relação personalidade cumprir acordo; o acordo com a refinaria de Pernambuco foi cumprido, está sendo cumprido?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Bom, se for uma coisa pontual. Sim ou não...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só fazer uma sugestão, Presidente. Deixa ao final. Ao final faz tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então vamos continuar. Então vou passar agora ao Senador Casagrande. Antes eu queria registrar aqui a presença dos filhos do Senador Suplicy, do cantor Supla, que estava aqui agora há pouco, ali atrás, estava te aguardando ali. Senador Casagrande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone] que ia ser anunciado, sumiu.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o Supla não vai cantar para nós, não?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai cantar logo em seguida.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas depois que o Suplicy soube que o Presidente Chávez se expressou em inglês, quase como a música dos Beatles, ele vai-nos brindar hoje com o *Blowing in the Wind*, porque eu tenho certeza que ninguém o ouviu cantar...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quase ninguém ouviu. Sr. Presidente, Srs. Expositores, Sr. Ministro Celso Amorim, Sr. Embaixador, Governador, Sr. Reginaldo, Braga... Eu tenho tido oportunidade de debater essa questão da inclusão da Venezuela no Mercosul, Sr. Presidente... Sr. Presidente quer anunciar alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então estão convidados. Não vou eu querer concorrer com o Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Supla, pode sentar aqui ao lado do Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Meu cabelo não é igual.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Naquela cadeira ali, do lado do Aloizio.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode sentar. Só não pode botar a imagem no programa lá porque compromete o pai por falta de decoro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, Sr. Presidente, acho que o Suplicy está faltando um penteado assim mais moderno.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho tido oportunidade de realizar o debate sobre a entrada da Venezuela no Mercosul. E a última sessão que nós tivemos aqui foi muito importante, porque fizemos um bom debate sobre este mesmo tema. E nós hoje temos clareza de que no aspecto econômico ninguém tem dúvida. Tanto para a Venezuela quanto para o Brasil, às vezes muito mais para o Brasil do que para a Venezuela, mas ninguém tem dúvida.

A Venezuela é o terceiro PIB da nossa região, é o quarto país em população, e agora um debate muito mais democrático para o Brasil, porque coloca um debate importante sobre a Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, mas especialmente a Região Norte, e aqui o Governador traz o tema, que é um tema importante, de que essa região possa também se sentir contemplada no Mercosul com essa integração entre os países.

Então, na questão política não tenho dúvida... Na questão econômica não tem dúvida. Na questão política, cada vez menos dúvida. Porque nós já tínhamos uma necessidade, uma posição de que esta integração ela é fundamental para nós e para qualquer outra região do mundo. Então, a integração entre os países, a relação entre os países, a harmonia da nossa região, isto é muito importante. Tinha dúvida com relação ao estilo Chávez, com relação àquilo que está sendo implementado na política venezuelana.

Mas a cada debate que a gente desenvolve fica claro o seguinte: mesmo que nós não gostemos do estilo pessoal de Chávez, mesmo que nós não gostemos do Governo do Chávez, comparando o Governo do Chávez com o passado da Venezuela, nós estamos tendo a certeza, cada vez mais, de que nós avançamos, de que nós estamos avançando. Então, isso é importante.

Mesmo que eu pessoalmente não tenha uma simpatia pelo Governo e pelo estilo, há o reconhecimento dos avanços, já dito aqui por V.Exa. como Ministro, já tinha me dito também o nosso Embaixador com relação a esse tema.

Eu via que tinha uma questão que ameaçava muito esse debate aqui. E eu sinto assim que está amainando, está diminuindo. Tem uma questão ainda de muito embate entre oposição e Governo, entre a tentativa de vincular o Presidente Lula com o estilo do Presidente Chávez.

Então, tem um debate natural, até de certa forma legítimo entre os partidos que apóiam o Governo e que estão na oposição--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Me desculpe, Senador. Mas eu acho que não é entre oposição e Governo assim, essa... Com toda sinceridade... Eu não sinto isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu respeito, com muita naturalidade e legitimidade a opinião de V.Exa., mas eu vi aqui, Ministro e Senador Pedro Simon, vi aqui uma certa tentativa de levar-se, esse é um assunto que interessa ao Governo, esse é um assunto que não interessa ao Governo. Eu via isso.

Eu estou sentindo que o Senado tem cumprido um papel importante, que o Senado está aprofundando esse debate, e esse aspecto que eu estava sentindo, isso tem diminuído nos últimos dias. Acho que isso tem-se colocado num patamar muito inferior à posição do relator, Senador Tasso Jereissati, tem sido importante neste papel, buscando as informações, sabendo da importância que é para o Brasil essa posição.

Então, estou sentindo que isso está diminuindo e isso está caminhando para uma posição madura, aqui, para ser tomada uma decisão madura pelo Senado.

O que falta? Falta o Grupo de Trabalho caminhar na definição da tarifa, nas questões da relação entre os países, entre o Mercosul e a Venezuela.

Eu acho sinceramente, olha, até hoje já dito pelo Ministro, eu disse na reunião passada, até hoje nós temos questões a serem resolvidas ainda com o Uruguai, com o Paraguai e com a Argentina. Até hoje. E vamos ter enquanto existir o Mercosul.

Não que nós tenhamos que aceitar uma situação e um documento que não tenha nenhum com-

promisso. Mas tendo os compromissos gerais iniciais, acho que o que a gente tem que fazer é fazer uma... Não um apelo, mas, assim, na hora que o Tasso, o Senador Tasso achar adequado, que seja dentro de um prazo razoável, se nós pudermos avançar para o relatório, mesmo que todas as questões não estejam resolvidas. Porque se nós quisermos resolver todas as questões nós não vamos ter a aprovação do Protocolo aqui pelo Senado.

Então, assim, mesmo que não tenhamos resolvido todas, mas as questões mais importantes sejam acordadas e compromissadas, que a gente avance no sentido de buscar de fato esta integração.

Então, a minha posição é essa, eu agradeço muito aí, Presidente, sabendo que o meu tempo foi tomado pela entrada dos dois filhos do Senador Eduardo Suplicy...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Depois nós descontamos...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E agradeço a sua... Agradeço a sua paciência, porque a presença deles para nós é muito importante aqui também no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sejam bem-vindos. Nós vamos descontar no tempo do Senador Suplicy. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem Presidente, Ministro Celso Amorim, prezado amigo, Embaixador Antônio José Ferreira Simões, prezado amigo e companheiro, Governador Anchieta Júnior--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Essa é uma fala do Itamaraty para o Itamaraty.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador João Pedro...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E quando ele fala para o Itamaraty, ele baixa a voz, é mais elegante, mas ele perdeu toda essa cultura aqui no Plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Você não sabe por que, Aloizio. Porque, se eu me portar mal, ele pega o pior posto e me destina para lá a qualquer hora dessa. Não tem pior posto? Pois é, e nessa ele me empurra para aquele que é o menos melhor, é o menos melhor.

Dr. Reginaldo, é um prazer tê-lo aqui.

Ministro, eu falarei na mesma linha do que... Não exatamente talvez com as mesmas posições, mas na mesma linha sobre o que foi exposto aqui pelo Senador João Pedro, sei que foi exposta pelo Senador Jereissati, e que vi ser exposta pelo Senador Renato Casagrande.

Mais perguntas, mais questionamentos para pensarmos em conjunto qual é a melhor solução para o país. Nada de ideologia, nada de... Isso não está me interessando muito. Me interessa muito é nós vermos o que é de bom ou o que não é de bom para o Mercosul nós termos a Venezuela conosco.

Então eu começaria pelo fato de que eu vejo alguns argumentos a favor, que vou deixar até para o final, e vejo alguns argumentos em contrário e alguns questionamentos que quero deixar. Já se falou um pouco aqui na questão democrática, vou me deter muito pouco sobre ela, eu estranho 287 oposicionistas exilados vivendo no exterior, estranho muito isso, estranho esses arroubos, já teve problemas com o México, já teve problemas com... Recentemente com o Presidente Allan Garcia... Eu estranho as parcerias, nós estamos vivendo o Presidente Lula brilhantemente abriu uma parceria com o Presidente Obama, não sei por quanto tempo duraria essa lua-de-mel, ou se daria tempo do Presidente Obama ler e traduzir bem o livro do Galeano, enfim, antes, antes...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está em tempo. É porque são três minutos, toca sirene faltando um. Mas na qualidade de líder...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Essa é uma homenagem ao nosso grande Supla, peço que estenda o tempo só para eu... Eu acho que é importante, nós temos que levar em conta muito menos o tempo e muito mais a relevância do debate que a gente aqui propõe.

Eu vejo, a parceria dele com o Irã, me preocupa. Vejo algumas questões que são eminentemente técnicas. Na União Européia há poder de... Há uma... Uma participação que é proporcional ao peso do país. A França e a Alemanha têm um peso maior do que um país de menor influência econômica, Governador, que acabou de entrar na União Européia. Não é uma votação *one state one vote*, é uma votação proporcional.

Eu pergunto se se mantém essa questão do direito de veto. Porque amanhã ele tem um problema qualquer com alguém da União Européia, o Mercosul precisa fazer um acordo com a União Européia e vou dar até um exemplo, tem acordo que está sendo muito bem preparado por V.Exa., do Brasil com Israel, já assinou.

Digamos que ele já estivesse e dissesse: "Veto. Não dá pra fazer porque eu não aceito, estou rompido com Israel." Ele tem... São questões técnicas que estou pondo aqui.

Tem o fato... Eu vou dar aqui alguns argumentos a favor. Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima outro dia lembrou que a China tem problemas... A China faz

uma concorrência muito predatória conosco, inclusive, e... Essa observação é boa, é impublicável, mas é muito boa. Mas a China... Isso aí supostamente nos preservaria de uma concorrência com a China. Eu tenho sinceras dúvidas, enfim.

Eu tenho restrições à forma como eles tratam a questão do câmbio lá. As empresas encontram muita dificuldade na burocracia da Venezuela para resolver essa questão do câmbio e isso eu não sei até que ponto é entrave, até que ponto é contornável, enfim.

Outro argumento que se poderia usar a favor é que eu sinceramente acredito que o Presidente da República brasileira, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um ponto de equilíbrio na relação quando se vê... Na relação não só com quem está querendo entrar agora, com o Coronel Hugo Chávez, mas com o Presidente Evo Morales...

Eu, sinceramente, prefiro, sob muitos aspectos, não sei se necessariamente dentro do Mercosul, mas eu prefiro o Presidente Lula perto deles do que longe. Acho que é vantajoso isso. Prefiro perto do que longe.

E, por outro lado, o argumento que aparece com muita força, que já me foi exposto pelo próprio Presidente e é um argumento respeitável, é o argumento que diz que a relação comercial vai muito bem, esse argumento é exposto por empresários do meu Estado, a Zona Franca não é um modelo basicamente exportador, é muito para dentro, enfim, e o mundo não está importador, o mundo está retraído, mas o fato é que se vende muito para a Venezuela, assim como a Venezuela vende muito e compra muito dos Estados Unidos e eles não têm relação política tão normal.

Eu não... Eu não sei se o fato de não estar no Mercosul se isso faria reduzir um volume de comércio que é tão privilegiado hoje, e que pode ser a depender das condições de quem vende e as condições de quem compra. Isso se refere ao meu Estado e se refere à Venezuela, enfim.

Eu gostaria ainda de dizer que o fato de o Presidente Chávez negociar muito bem com os Estados Unidos e de ter sido sempre alguém arrojadamente contra a ALCA, isso não diminuiu a capacidade dele de comerciar com os Estados Unidos e eu, pessoalmente, sou a favor da ALCA, sou a favor de algo parecido com a ALCA, eu sou a favor de nós nos integrarmos com os mercados, negociarmos as condições de entrada, obviamente, mas nos integrarmos com esse mercado. E fico questionando muito até que ponto, do jeito que a coisa está posta, *one state one vote*, se isso não é dar poder de veto a quem tem peso menor do que a economia brasileira.

São indagações, Ministro Celso Amorim, que eu faço, e questionamentos que coloco, na mesma linha

de algumas exposições, que o Presidente Collor falou com muita propriedade... Eu entendo que... Das que eu vi, não quero dizer nada em contrário das que eu não ouvi, mas das que eu vi e das que eu soube foram todas intervenções que vão no espírito do relatório que eu vejo que está sendo, que começa a ser esboçado pelo Senador Tasso Jereissati; a preocupação técnica, a preocupação com o país, isso aqui, disse bem o Senador Casagrande, não é luta entre Governo e oposição, não é, isso é luta de convicções que devem, a meu ver, colocar a economia em primeiro lugar, sem esquecer da questão política.

V.Exa. tem muita razão quando diz que cada povo tem o seu estágio de democracia, aquele que lhe cabe. A pergunta que eu faço é se o processo está sendo evolutivo ou involutivo na Venezuela. Essa é a questão que eu faço. Eu tenho como referência muito boa e tenho relação pessoal também com o Petkoff, que foi aqui muito bem referido por V.Exa., eu considero uma figura de muita lucidez na política da Venezuela, e eu então digo que, devo ressaltar, por questão de justiça, o trabalho muito bonito feito pelo Embaixador Antônio Simões, que percorreu, ele me consultou, eu falei: "Você deve falar com os Senadores da Comissão, deve falar com os líderes das bancadas", e ele fez uma coisa exagerada pelo lado bom da competência dele que é reconhecida por todos; ele foi a todos os... Foi a todos os 81 Senadores. Visitou todos sem exceção. Eu cheguei a pensar que ele tinha sido eleito Senador e estava querendo ser Presidente no lugar do Presidente Sarney, cheguei a pensar que era isso, enfim.

Mas eu fico honrado com a sua presença, Ministro, e acho que garantir não ser mandado para o pior posto, vou continuar nessa linha até o final porque entendo que temos que ter uma solução que seja boa para o Brasil.

De preferência que seja uma solução que nasça de um consenso entre as partes que estão aqui, num choque muito elevado nessa Comissão.

Muito obrigado de novo, muito honrado pela sua presença.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Arthur Virgílio. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio Simões, Presidente da CNI, Reginaldo Braga, Governador José Anchieta Júnior, queria parabenizá-los pela qualidade da exposição e queria dialogar sobretudo com o relator, Senador Tasso Jereissati, que é

uma segurança que essa relatoria será feita com rigor, mas aberta à racionalidade e aos argumentos.

Eu não acho que nós estamos e nem possamos discutir o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul a partir de uma avaliação do Governo venezuelano. Ainda que isso possa estar no marco das nossas preocupações, não acho que é isso que nós estamos discutindo.

Seguramente, o modelo de democracia da Venezuela não é o nosso e não será o nosso. Dou só um exemplo, para não falar de tantos outros que poderia mencionar: nós temos um Presidente que tem mais de 70% de apoio popular hoje e não haverá terceiro mandato no Brasil. Aqui nós queremos alternância, pluralismo.

Nós temos um Governo que sofreu todo tipo de crítica de veículos de comunicação e jamais agrediu qualquer veículo e muito menos deixou de renovar concessão de uma televisão. E quando o Senador Eduardo Azeredo propôs uma moção de crítica àquela atitude e pedindo a reconsideração do Governo venezuelano, nós votamos favoráveis. E eu fui, inclusive escrevi um artigo publicamente defendendo a posição do Senado, como alguns anos atrás na Câmara nós aprovamos uma moção, com o apoio da oposição, na época o Governo, contra o golpe de Estado na Venezuela.

Então, nós temos valores democráticos que são inegociáveis e seja com quem for que vier aderir a Venezuela, são inegociáveis e nós construímos isso depois, um país que passou por uma história muito longa de autoritarismo e ditadura e sabemos quais são os valores do pluralismo na democracia. O que nós devemos discutir aqui é o que nós queremos da América do Sul e o que significa o Mercosul como projeto histórico para o Brasil e para a região.

Acho que o Mercosul significa muito. Primeiro, economicamente é inquestionável. Nós tivemos um superávit comercial o ano passado de 14,4 bilhões de dólares [soa a campainha] no Mercosul, contra 24 bilhões, 8 milhões, de... E 800 milhões de superávit total no Brasil. Mais da metade do superávit do Brasil hoje é o Mercosul. E a Venezuela, nós temos um comércio de 5 bilhões e 100 milhões de dólares e um superávit de 4 bilhões e 600.

Ora, quem tem que ter preocupação com a adesão não somos nós. A preocupação com a incorporação é da Venezuela, que é um país prisioneiro da doença holandesa. E que tem dificuldades imensas. Inclusive o contrato da PDVSA com a PETROBRAS, as dificuldades são as dificuldades que as empresas de petróleo estão sofrendo com a queda do preço do petróleo e a PDVSA é a única das grandes empresas que não está investindo em petróleo, pela sobrecar-

ga em outras tarefas que ela está tendo para tentar contornar as dificuldades econômicas da economia venezuelana.

Em relação ao Mercosul, o que representa, do nosso ponto de vista, a entrada da Venezuela? Não é só o terceiro PIB da região. É o segundo maior comprador de celular do Brasil. É o quarto maior comprador de automóveis da indústria automobilística brasileira. É o quarto maior... É o nono maior comprador de veículos pesados. É o sexto maior de transformadores e motores. É o oitavo parceiro da Região Norte, é o 14º da Região Nordeste do Brasil.

Ela tem um significado econômico estratégico. E nós estamos construindo a relação com a nação, com a sociedade, uma relação de longo prazo. Os governos passarão e esses valores ficarão. E se nós tivermos a Venezuela dentro, nós vamos ter um bloco econômico com 270 milhões de habitantes, com um PIB que é 70% da população da região, 80% do PIB da América do Sul. E aí será o passo decisivo para a UNASUL.

Será... O Pacto Andino terá que vir para o Mercosul. Nós teremos que fundir esses dois blocos inclusive os parlamentos. E será um salto histórico, fundamental, nós temos que acelerar esse processo nessa crise. A resposta à crise é mais integração, é superar os obstáculos políticos que estão postos.

Por último, eu compartilho com aqueles que colocam preocupações em relação às dificuldades que nós poderemos ter. Nós temos dificuldades hoje com a Argentina que tomou medidas protecionistas dentro do bloco. A nossa resposta não foi retaliação. A nossa resposta foi mais Mercosul. O Presidente Lula foi à Argentina oferecer uma linha de CCR de um bilhão e meio de dólares, mais linhas de financiamento do BNDES, compreendendo as dificuldades da Argentina e criando uma relação estratégica de longo prazo. E é isso que nós teremos que fazer nos momentos de dificuldades com a Venezuela, do ponto de vista político e do ponto de vista econômico.

Por último, qual é o melhor caminho de salvaguardas do Mercosul com a adesão da Venezuela? O melhor caminho é nós aprofundarmos as instituições multilaterais do Mercosul. A melhor herança que nós podemos deixar são instituições sólidas. O Jean Monnet, quando defendia a União Européia dizia: "Nada se faz, nada de importante se fará sem as lideranças. Mas nada de importante permanecerá sem as instituições."

Ontem nós demos um passo muito importante, constituímos o Parlamento do Mercosul às resistências do Paraguai, que eram muito profundas, Uruguai, Argentina e Brasil já tinham uma concordância em torno da proporcionalidade, foram removidas. Nós fomos lá

no Paraguai fazer o debate. Nós vamos ter 18 parlamentares do Paraguai e do Uruguai, 46 da Argentina, 75 do Brasil.

E, no primeiro período, nós estamos, nós e a Argentina, reduzindo a necessidade de parlamentares, nós vamos ter 37 e a Argentina 26. Apenas um terço a mais. Voluntariamente. Porque isso foi... Depois de aprovado, nós falamos: "Nós não começaremos com 75." Nós acreditamos no diálogo. Mesmo porque qualquer país, tirando o quórum, veta a decisão do Parlamento. Então nós temos os nossos interesses nacionais preservados.

Agora, o Parlamento vai ser uma expressão do pluralismo e do debate na discussão da incorporação. Nós estaremos lá fiscalizando os governos, cobrando atitudes, questionando. Por exemplo, no processo eleitoral, vamos mandar uma Comissão para analisar e averiguar, na questão dos direitos humanos, vamos aprovar uma Comissão, vamos convocar Ministros, o Parlamento será a garantia da adesão a longo prazo.

Da mesma forma nós aprovamos que o Tribunal de Controvérsias tenha mais poderes inclusive para medidas compensatórias. Nós queremos instrumentos eficazes de combater o protecionismo dentro do bloco. Isso é uma recomendação aprovada por unanimidade no Parlamento.

E aprovamos também a necessidade de criar um Tribunal de Justiça para as questões comuns do Mercosul. E queremos dialogar com as Supremas Cortes a constituição do Tribunal de Justiça.

Ora, se nós avançarmos no Parlamento nessas instituições, as garantias do ponto de vista da atitude dos governos dentro do Mercosul estarão muito mais asseguradas, com instrumento supranacional de justiça e com o Parlamento que terá o pluralismo, o debate e o controle.

Por isso eu realmente confio... Senador Eduardo Azeredo tem tido uma participação muito importante na Comissão do Mercosul, Senadora Marisa Serrano e outros parlamentares, Cláudio Díaz, o Bonomo quer dizer, nós não temos tido nenhuma divergência importante entre as forças partidárias no âmbito do Mercosul e do Brasil. Nós temos tido uma política de Estado, uma visão de longo prazo, uma visão muito construtiva.

Eu termino dizendo: é indispensável ao Mercosul, nesse momento, a adesão da Venezuela; se nós rejeitarmos a Venezuela, nós acirraremos conflitos e nós perderemos oportunidades.

E o Presidente Obama tem dado uma demonstração, com toda cultura, com toda tradição, com todo o passivo, só quero lembrar que apesar de todas as retóricas de governos e estilos, 30% das exportações

venezuelanas vão para os Estados Unidos. Eles nunca mexeram nem nos contratos nem no abastecimento de petróleo. E essa era a cláusula pétrea da relação entre os dois países.

Portanto nós sabemos o quanto é importante para a o Mercosul, o quanto é importante nesse momento consolidar o Mercosul, e a entrada da Venezuela junto com essas instituições darão um salto de qualidade que as nossas preocupações se colocarão no novo patamar, eu diria com muito mais garantias institucionais de construção da democracia e dos valores da integração do bloco, por uma convergência macroeconômica, por uma moeda única, para um futuro mais semelhante que a União Européia construiu historicamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero primeiro cumprimentar o Senador Mercadante, também por um artigo em nome de todo o grupo do Brasil, do Parlamento do Mercosul, foi encaminhado à imprensa defendendo exatamente a existência do Parlamento do Mercosul e a representação brasileira. Foi muito importante, eu não tive oportunidade de falar pessoalmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer, foi uma construção coletiva e agradecer à Folha de São Paulo que publicou hoje o artigo mostrando o pluralismo do jornal e a abertura ao diálogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, é para registrar que considereei brilhante a exposição do Senador Mercadante, embora com muitos pontos de discordância, não me surpreende a renovação da sua fé democrática. Fiquei particularmente alegre com ele pregar a alternância de poder no Brasil.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Isso está muito bem. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que me impressiona é que eles ainda repitam esse tipo de discurso em relação a um partido e uma liderança que nasceu lutando contra a ditadura, pela democracia e pluralismo.

Por sinal, lá atrás em 78, quando Fernando Henrique Cardoso disputava o Senado, quem apoiou foi o Lula, exatamente porque naquela época tinha uma plataforma democrática mais radical. Por isso essa nossa identidade democrática é muito antiga e permanente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Isso é verdade.

Eu só estranhei o fervor com que ele pregou a alternância. Mas ele achar natural alternância é uma coisa. Agora, o fervor que ele pregou me deixou particularmente cativo de S. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

É verdade. Toda segurança na nossa candidata Dilma também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Toda biografia do Presidente Fernando Henrique--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é garantia de um bom posto lá fora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Toda biografia do Presidente Fernando Henrique se deve ao Presidente Lula, quando o Montoro era o candidato tranquilo, natural, o Lula resolveu criar um grupo e foi com o Covas à porta das fábricas, para as Vilas, e na verdade, na verdade, foi ele que criou a sublegenda que elegeu o nosso amigo Covas. Foi uma coisa até interessante. O Lula foi para a porta das fábricas com o Fernando Henrique, mas o Fernando Henrique ganhou em toda a classe média e alta. E o Montoro ganhou onde o Lula tinha andado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Senador Suplicy agora então. Nós não vamos descontar o seu tempo, não.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Caro Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Governador José de Anchieta Júnior, Sr. Presidente da ABDI, Reginaldo Braga Arcuri. Quero agradecer, Senador Eduardo Azeredo, o seu carinho para com os meus filhos. Há poucos dias meus filhos, como provavelmente os filhos de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim... Mas provavelmente os filhos de todos nós Senadores perguntaram: Pai, o que afinal vocês fazem no Senado, o que é o Senado? E ainda mais diante de todo o noticiário que aconteceu nas últimas semanas e eu falei: "Olha, quem sabe vocês possam vir aqui um dia e saber como é que nós funcionamos, inclusive dialogar com alguns dos Senadores". É possível que eles formulem depois perguntas. Mas é por isso que eles vieram aqui, para saber o que é que nós fazemos e quem sabe possam até transmitir com a sua arte, a sua música, ao povo brasileiro, da seriedade do trabalho que nós fazemos.

E eu queria inclusive dizer ao Presidente Fernando Collor de Mello, eu sou testemunha--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Senador Suplicy, só um pequeno aparte. Agora, a oposição venezuelana vai usar a foto dizendo que esse que foi o debate da adesão. Senadores aqui, Supla e João. Vai usar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas eu sou testemunha que hoje de manhã o Presidente Collor, como Presidente da Comissão de Infraestrutura estava... Promoveu uma audiência de extraordinária importância sobre a questão dos PACs que provavelmente está se desenrolando e eu fiquei preocupado. Puxa, mas depois daquela que ele veio para cá, pediu licença para voltar lá... Mas será que ele não vai assistir até o final? E daí, felizmente ele está aqui.

E eu quero inclusive transmitir aqui agora ao Presidente Fernando Collor, Senador hoje, e também aos Senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio e outros que estão ainda com dúvidas sobre o Mercosul que eu quero muito persuadi-los de modificar o seu ponto de vista, dada a convicção de que mais e mais nós ficamos inclusive diante das questões que foram levantadas, mas das respostas aqui colocadas e teremos ainda de maneira mais completa, por que é relevante a Venezuela ingressar no Mercosul.

Eu gostaria de então pontuar algumas questões ao querido Ministro Celso Amorim, que tem sido testemunha no diálogo com os Presidentes das Américas, inclusive com o Presidente Barack Obama, como lá agora em Trinidad e Tobago, qual tem sido as consequências da presença tão esperançosa do Presidente Barack Obama nessas relações entre nós, e para essa questão de conseguirmos aparar, superar as arestas que por vezes acontecem entre o Presidente Hugo Chávez e outros governos aqui da América Latina?

Mas ao mesmo tempo a interação tão bonita que tem ocorrido entre o Presidente Barack Obama e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se já se dava bem com o Presidente George Walker Bush, em que pese as diferenças, agora está numa relação tão harmoniosa, e eu agradeceria muito se puder nos colocar um pouco mais, porque quando surgiram problemas e o Presidente Lula, seja quando criou os amigos da Venezuela incluindo os Estados Unidos da América, seja quando ocorreram os problema citados pelo Presidente e Senador Collor ali na Bolívia, com relação ao gás, ou na questão relativa ao Equador, e também à Colômbia e Venezuela, eu tenho acompanhado os fatos de que a presença do Presidente Lula, do Ministro Celso Amorim, as suas iniciativas de apaziguar, de fazer superar os obstáculos tem sido de extraordinária qualidade e com resultados positivos. Então é nesse sentido que eu faço um apelo para que eles possam modificar as suas objeções.

Eu gostaria muito de aqui lhes perguntar também sobre a questão do Mercosul, em parte tem sua centralidade no livre comércio, na área de livre comércio do Mercosul, mas tem outras questões relativas a circulação de pessoas nos países da América Latina e do Mercosul, eu até gostaria de aproveitar e perguntar ao Governador José de Anchieta Júnior, de Roraima, que aqui nos mostrou as fotos da fronteira Venezuela-Brasil em Roraima, mas gostaria de lhe perguntar como está a circulação de pessoas brasileiras para a Venezuela e venezuelanos para o Brasil, até no que diz respeito às oportunidades de trabalho, de estudo, e assim por diante?

Porque mais e mais a integração dos países latino-americanos se fortalecerá quando tivermos não apenas a livre circulação do capital, de bens e serviço, mas dos seres humanos, e isto dos povos, como por exemplo, existe nos países da Europa... Da União Européia, de maneira que eu gostaria muito de lhe perguntar como está sendo e qual perspectiva que poderá acontecer.

Ao Presidente Reginaldo Braga Cury, eu gostaria muito de lhe perguntar do ponto de vista das consequências, se, porventura... Eu espero que não aconteça, mas, se o Senado Federal viesse a negar a autorização para a Venezuela se tornar um membro do Mercosul, que consequências para as empresas brasileiras que estão hoje com a perspectiva de desenvolver ainda mais os seus investimentos e as suas relações de comércio com a Venezuela, quais... O que é que poderá vir a acontecer?

Eu gostaria de aproveitar, Ministro Celso Amorim, a sua presença nesta data, hoje, tendo em conta que vai acontecer algo de grande relevância internacional nos próximos dias, mas relacionado à questão Mercosul, Venezuela e Israel, é a última--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só para concluir, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Mencionada por V.Exa., acho que seria... Será importante que possa nos expor a posição do Governo Brasileiro com respeito à visita próxima do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, do Irã ao Brasil, tendo em conta a preocupação da comunidade israelita no Brasil, eu inclusive estive numa caminhada recordando o holocausto domingo último e eu disse que aqui expressaria, porque eu tenho a convicção. Aliás, V.Exa. e o Itamaraty e o Presidente Lula externaram a sua posição relativa às palavras do Presidente do Irã ali em Genebra há poucos dias, mas eu acredito que o Governo Brasileiro, que tem tanto se empenhado para a realização de paz ali no Oriente Médio, e nós temos como que uma vocação para estreitar, superar problemas, seja entre

o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Fernando Collor de Mello, eu queria lhe dizer, eu falei pessoalmente ao Presidente Hugo Chávez em cadeia nacional na televisão venezuelana, porque ele me deu o microfone numa palestra, ele... Eu falei com respeito ao que o senhor falou sobre o Congresso brasileiro que poderia estar aqui sendo influenciado pelos Estados Unidos, eu quero lhe dizer: nós Senadores e Deputados, praticamente todos, dissemos que éramos contrários, por exemplo, a que os Estados Unidos da América realizassem operação bélica no Iraque. Isso é um sinal de que nós não somos instrumentos do Governo dos Estados Unidos. E ele ouviu. E eu falei: "Mas eu aqui quero dizer, eu vou me empenhar para que a Venezuela possa, sim, ser membro do Mercosul, e eu quero lhe dizer isso, que se eu puder"...

Eu e o Senador Pedro Simon estávamos aqui na sessão de final de dezembro de 92 quando votávamos para que o Presidente Collor tivesse inclusive a suspensão dos seus oito anos de direitos políticos. Mas no dia que ele aqui chegou, eleito pelo povo de Alagoas, eu disse: "Eu aqui terei uma relação de respeito, de construção para com V.Exa.. V.Exa. chegou aqui eleito diretamente pelo povo e eu disse inclusive isso aos meus filhos, que aqui nós estamos querendo... Então hoje eu quero persuadi-lo a votar a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo. Obrigado, Senador Suplicy. Senador Pedro Simon e Senador Sérgio Guerra são os dois últimos Senadores inscritos para nós encaminharmos para a parte final e concluir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem mais ninguém?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Sérgio Guerra ainda, também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E como é que o senhor me colocou na frente dele? Desculpe, Guerra, desculpe.

Sr. Presidente, eu acho essa reunião muito, muito mais importante do que a gente possa imaginar. E às vezes eu penso como é que nós estamos chegando a esse debate. Eu vejo pessoas a que eu tenho o maior respeito, maior admiração, e que têm a maior credibilidade, inventando essas interrogações. Eu acho boas essas interrogações. É bom esse debate, é boa essa discussão, é boa essa demora, porque cá entre nós o Presidente venezuelano foi um pouco grosseiro com a gente.

Então acho que essa resposta corresponde ao que ele fez. Mas com toda sinceridade, com todo respeito aos meus bravos colegas, eu não cogito a hipó-

tese de nós rejeitarmos a entrada da Venezuela. Eu não cogito essa hipótese.

Acho que nós temos que analisar o contexto que a história da humanidade vive hoje. Talvez um momento novo e uma hora nova. Repare essa crise, é a maior desde a última grande guerra. E a resposta diferente que a humanidade está dando. Crises muito inferiores do que esta, no Governo Bush anterior, a do México, a da China, a da Argentina, a repercussão foi muito maior.

Porque hoje, apesar de tudo que aconteceu, o americano é hegemônico, tem a força, tem o poder, tem a autoridade, mas ele não é mais único no mundo. O Mercado Comum Europeu é uma grande realidade. Acho que é um fato que eu considero fantástico aquele continente europeu, guerra e mais guerra, guerra de 100 anos... Quando eu fico aqui, nós discutindo o problema da Venezuela, eu fico perguntando qual foi a discussão entre a França e a Alemanha, a organização dos países europeus. Qual foi a discussão daquela gente com tantas divergências, com tanta história e com tantos problemas a nível de futuro? E, no entanto, se entenderam, se acertaram, e hoje é uma grande realidade.

E eu acho que é importante para o mundo que o diálogo do americano com a Europa não seja Estados Unidos e Inglaterra, Estados Unidos e França, Estados Unidos e Alemanha... Não, é Estados Unidos e o mundo europeu. Onde o mundo europeu dialoga de igualdade para igualdade. E é um fato.

Então, hoje lá está a comunidade européia, lá está a China com essa fantástica estatística de desenvolvimento, e lá está o Brasil. Mas o Brasil... Nós temos que analisar um contexto. A América Latina não pode continuar nessa posição, me perdoe, ridícula, que ela se encontra. Um país de um continente sem credibilidade, sem respeito, sem a mínima integração por parte de seus países.

Quando eu vejo o representante do Amazonas dizer "Mas o Mercosul tem que ir lá para o Norte. Não pode ficar no Sul." É verdade. Mas tem que se raciocinar e o Presidente Collor sabe disso, por que começou no sul. Porque toda a guerra na América Latina é Brasil e Argentina. O Norte insistiu ao longo do tempo, repito mais uma vez, de que era inevitável uma guerra entre o Brasil e Argentina. E isso se repetia, se repetia, se repetia.

Eu sou lá do Rio Grande do Sul. Metade do Exército Brasileiro ao longo da história esteve na fronteira com a Argentina. Nós temos uma cidade, Alegrete, que tem seis quartéis do Exército. Uma cidade que tem Santiago, que tem seis quartéis do Exército. Me-

tade do contingente entre Argentina e do Brasil está na fronteira com a Argentina.

O trem do Brasil é bitola larga, o trem da Argentina é bitola larga, e o trem no Uruguai... O trem no Rio Grande do Sul é bitola estreita, para evitar que eles entrem aqui no Brasil. Até hoje o Rio Grande do Sul paga um preço muito caro. Aquela região que foi a mais rica do Rio Grande do Sul, uma das mais ricas do Brasil na região de fronteira, Uruguiana, Livramento, que era uma região próspera, hoje está vivendo um regime triste onde a população está diminuindo pela metade.

Um gaúcho, Presidente Getúlio Vargas, na época da década de 30 proibiu a instalação de indústrias naquela região. E até hoje estão proibidos. Uruguiana, que durante século foi a maior produtora de lã do mundo não podia nem fazer lavagem da sua lã. Envia para São Paulo para a lavagem em São Paulo para limpar a lã, porque até o frete da lã pagava.

Então o início começou, realmente, me perdoe a sinceridade, eu fazia parte do Governo, quando se reuniu para se debater, mas a revolução, a ditadura, não há dúvida que o Itamaraty funcionou muito bem na ditadura. Teve categoria, teve autoridade para ter sua vida própria e não houve em nenhum momento, um setor do Brasil que não se comprometeu com a ditadura foi o Itamaraty. Se aproximou com a África... Mas em termos de América Latina, não. Em termos de América Latina naquele regime foi o Conesul da ditadura, onde o entendimento Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, era feito através dos Ministros Militares. A tortura, a violência, a época dramática que se viveu.

Quando o Sarney assumiu e se tentou fazer uma... "E agora, o que a Nova República vai fazer com relação ao Itamaraty?" Foi quando nasceu a primeira... o que nós podemos fazer é olhar para a América Latina. Mudar essa imagem que o mundo tem desse Conesul, que é o pior que se pode imaginar. Aí vamos começar o diálogo.

Foi quando se disse, Chanceler, para começar o diálogo só tem uma maneira, é o Brasil começar a conversar com a Argentina. Não adianta reunir todos os países da América Latina e tentar fazer isso se por baixo a Argentina tem essa posição ridícula de que a luta é inevitável. Papel importante tem o Presidente Sanguinetti, porque ele fez a ligação. Presidente argentino, uma bela pessoa, mas muito seco, muito duro. O Caputo então, meu Deus do céu, o Chanceler argentino.

Então, entrou o Uruguai e fez esse espetacular trabalho de ligação. E saiu primeiro Brasil e Argentina. E depois Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai. Para nós era importante que viesse o Chile, e o Chi-

le na sua vaidade, porque nós estávamos muito mal, a nossa economia estava ridicularizada, eles tinham uma economia de padrão de primeiro mundo, o Chile não quis. Não. Preferiu fazer um acordo isolado com os Estados Unidos, que, diga-se de passagem, o americano boicotou desde o início.

O americano veio com o Mercado da América Latina tentando evitar que isso acontecesse, tentando impedir que isso acontecesse, tentando fazer acordos bilaterais com a Argentina, com o Uruguai... Até ontem estavam querendo fazer um acordo bilateral com o Uruguai, amigo nosso, irmão nosso, no entanto estão oferecendo mil propostas nesse sentido. É o que pior poderia acontecer.

Vamos falar claro. Olha para o território da América do Sul. Terras agricultáveis, a maior reserva do mundo. Água doce, a maior reserva do mundo. Um povo que não tem luta, não tem violência, não tem radicalização. No entanto, os piores padrões de vida do mundo inteiro são na América Latina. E nós temos que mudar isso.

E graças a Deus o Brasil não pensa em mudar, o Brasil... Aliás, é lindo de ver, Embaixador, é lindo de ver a tentativa do Brasil de tentar falar devagarinho, não... Não, não se olha para o mapa do Brasil. Não, o Brasil é imperialista, o Brasil é isso, o Brasil é aquilo. E nós estamos enfrentando, o companheiro Mercadante que está tendo uma brilhante atuação como Presidente da nossa delegação, aliás, fez dois pronunciamentos de muita categoria lá no Mercosul onde teve uma dessas reuniões que a delegação, uma foi a delegação do Paraguai, um atrás do outro demolindo com o Brasil.

Nós éramos os imperialistas, nós estávamos esmagando o Paraguai... E nós estamos... A delegação brasileira, e aí todos e todos os partidos estão tentando fazer isso com muita categoria. Estamos tentando debater, dialogar, "Não, não é isso, não é por aí", eu até quando falei disse: "Olha, eu fui sempre contra a construção daquela hidrelétrica. Se dependesse de mim ela não teria saído. Fiz vários pronunciamentos nesse sentido. Mas essa hidrelétrica Itaipu, por que que eles vão construir? Pra fazer uma briga? Nós não temos nada com o Paraguai. Vai ser uma guerra permanente entre Brasil e Paraguai". É fácil de... Era fácil de imaginar que isso iria acontecer.

Gastamos praticamente o dobro, mas a ditadura militar queria fazer a maior hidrelétrica do mundo. Então fizemos. Alagamos o dobro da área, pagamos o dobro do preço, metade do Paraguai e podíamos ter feito sem destruir sete quedas muito mais barato e do nosso jeito. Nós estamos suportando. Nós estamos suportando isso com grandeza. E agora eu acho que fui eu que não fui, e eu não tenho ido na reunião do

Paraguai, não fui porque eu não tinha dinheiro para pagar a passagem da minha mulher, então não fui.

Mas o... É, vocês riem da pobreza dos outros, eu não vejo graça. Eu não indo deu tudo certo. Parece que eu que sou o pé-frio, porque aprovaram, uma reunião muito importante que se aprovou a integração. Nós temos a obrigação de levar adiante. Foi dito aqui com... Foi o Mercadante, com absoluta correção, nós temos que terminar, não há mais razão de Pacto Andino. Não há mais... Que dizer, nós temos que fazer a integração da América. Nós temos que fazer isso. Isso é a coisa mais importante. E parece que dessa vez que o Obama está tendo uma grande visão nesse sentido. Não é o Bush, que boicotava, que tentava de qualquer maneira impor. E eu cumprimento o Governo Brasileiro, impor o Pacto da... Da... Como é o nome da... Como é o nome? Da Alca, impor o Pacto da Alca e V.Exa. em votação(F), meus cumprimentos, Embaixador, com muita categoria decidi: "Não, não aceitamos, não aceitamos" e nós não aceitamos. E acho que está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, eu pediria só para concluir, porque o Ministro tem que pegar o vôo ainda rapidinho. Então...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Se o senhor puder concluir porque o Ministro tem que pegar um vôo para o Rio ainda... Já está atrasado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O vôo é importante. Mas a integração é mais importante.

Ele sabe que é mais importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vou falar com toda sinceridade. O Brasil vive o seu maior momento, o mais importante a nível internacional. Vamos dizer com toda clareza. A atuação de V.Exa. e o Presidente nessa reunião foi excepcional. Todo mundo sabe, que V.Exa., que foi o Lula, que conversando com o Presidente da Venezuela, aquilo que parecia que ia dar uma crise, meu Deus do Céu, não aconteceu nada.

Inclusive tem tanta categoria que não deu para assinar o manifesto e eu até entendo que não dava para assinar, manifesto que não fala em Cuba, não fala... Agora, em vez de vetar... E Veja que o Presidente da Venezuela teve categoria. Não, vetou, não vetou... Não... Presidente do país que estava lá e estava resolvido. Acho que foi uma belíssima atuação, uma grande atuação.

Agora, com todo respeito aos meus amigos do Senado, eu acho que está certo. Eu acho que levantar essa questão, debater, discutir, cobrar para que o Presidente da Venezuela entenda é importante. Agora, eu vou ser sincero, não me passa pela cabeça nós votarmos contra. Porque se nós votarmos contra, nós vamos ser o grande, porque digo uma coisa, votou contra, implodiu.

A Venezuela já vai querer pegar o Pacto Bolivariano, já vai querer trazer o Equador, o... Fazer aquela coisa toda. Vai desandar. Eu acho que nós temos que fazer o que estamos fazendo, mas eu sou favorável absolutamente favorável à integração.

Cá entre nós, vamos falar com toda sinceridade, é olhar na prática. O Presidente da Venezuela fala, fala, fala e quanto é que aumentou desde que ele é Presidente as negociações entre a Venezuela e os Estados Unidos? Ele... Está agindo muito bem, obrigado.

Então, eu entendo. Acho que o Presidente Collor, que tem autoridade, porque... E se isso existe por causa dele, porque o Sarney iniciou, é verdade, ele e o Alfonsín, mas cá entre nós, dois anos depois, se o Presidente Collor, quando assumiu, fizesse o que normalmente se faz, "Não, vamos matar isso e depois vou ver o que eu vou fazer", eu não sei como é que teria terminado. Mas ele, adversário do Sarney, e o Menem adversário do... os dois se uniram e foi o primeiro ato do Governo dele. Assumiu a Presidência e no outro dia às nove horas da manhã, estava lá Brasil e Argentina fazendo esse entendimento.

Eu acho que V.Exa. está numa posição firme. Mas há de entender que é muito importante. É muito importante nós votarmos favorável. Eu agradeço V.Exa. que eu sou um grande admirador, acho que a atuação de V.Exa. tem sido excepcional, com muita categoria, com muita firmeza, acho que V.Exa. vem honrando o Parlamento... O Itamaraty brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Então vamos ouvir o Senador Sérgio Guerra, que é o último Senador, para depois podermos ouvir o Ministro e liberá-lo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, vou falar rapidamente. Primeiro para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Primeiro para destacar essa reunião de hoje, presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, com a presença do Ministro Celso Amorim, do Embaixador, do Governador Anchieta, do Dr. Reginaldo.

Nesse momento em que o Senado é visto diariamente de forma absolutamente negativa para as instituições, no plural, era importante que essa reunião tivesse um reconhecimento além do que estamos fazendo aqui.

Finalmente, não estamos tratando de uma questão simples, estamos tratando questão complexa, necessariamente polêmica e o tratamento se dá num padrão de elevada responsabilidade e competência. Esse Congresso é um pedaço grande do Congresso Brasileiro e que não aparece. Esse tipo de atuação é muito importante no Senado e não se destaca. O importante é que ela tenha foco também. Que a imprensa tenha capacidade de divulgar isso com a devida relevância, porque é uma notícia: Congresso Brasileiro examina com o Ministro das Relações Exteriores a questão do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Será que isso não devia ser relevante do ponto de vista público? Não devia estar nos jornais brasileiros de uma maneira geral e da forma como a discussão se dá aqui hoje? Isso faz parte das dificuldades que nós atravessamos aqui, de homens públicos e que como sendo homens públicos tem que necessariamente estar submetidos a transparência, a divulgação de suas atividades, e que não aparece, ou aparece timidamente.

Isso equilibraria muito a visão que se tem do Congresso e fortaleceria muito as instituições. Porque não é apenas essa reunião que fazemos hoje que está valendo a pena. Fazemos várias reuniões como essas, e elas valem a pena e não ganham o devido reconhecimento.

Não é verdade que nós do PSDB tenhamos uma ação partidária nesse episódio. A questão eu acho que está acima dos partidos, não quer dizer que esteja acima da política, mas estão acima dos partidos. E é assim que nós vemos essa questão do ingresso no Mercosul.

Temos total identidade com as preocupações no sentido de que tenhamos em relação a esse episódio uma noção de curto, médio e longo prazo. E que a discussão não seja apenas sobre a personalidade do Presidente da Venezuela, por mais longo que ele seja e por mais Presidente que ele seja por mandatos sucessivos, mas com a Venezuela os interesses venezuelanos, interesses latino-americanos e os interesses brasileiros. Não vamos nos afastar disso.

Desde que recebemos a visita do Embaixador do Brasil na Venezuela, que essa posição foi afirmada por todos nós. E estará confirmada nesse aspecto pelo relatório do Senador Tasso Jereissati. É um relatório que será técnico, será prudente, será político, mas que

estará seguramente muito acima de eventuais discordâncias partidárias.

E como está acima dessas discordâncias essa discussão de hoje. As questões do Mercosul demandam ampla discussão. Nossas relações com a Argentina não são fáceis. Nossos negócios vivem momentos turbulentos, e é preciso estabilidade no sentido mais geral. É preciso tranquilidade, é preciso uma diplomacia no padrão a que se referiu o Senador Pedro Simon, um padrão construtivo, discreto, necessariamente amplo, responsável, que não ceda à atração da notícia pela notícia, da propaganda pela propaganda, e que tenha a capacidade de impor de maneira absolutamente tranquila uma ação latino-americana e uma ação brasileira que seja vista como ação de equilíbrio, e que faça jus ao tamanho, à responsabilidade e ao valor dos brasileiros e da política do Brasil.

Eu tenho bastante preocupação com a Venezuela e com alguns episódios. E com o que... O conteúdo dessa relação que é muito complexa, evidentemente que bastante favorável ao Brasil. Eu próprio assisti um desempenho, um caso, no meu Estado, Pernambuco, eu sou Senador por Pernambuco, e há muitos anos fomos à Venezuela com o Governador de hoje, de Pernambuco, Eduardo Campos, à procura de uma refinaria de petróleo, na expectativa de uma refinaria de petróleo para Pernambuco. Havia uma disputa aqui entre vários Estados do Nordeste, o Ceará era um deles, a Bahia também, outros estados que se colocavam, o Rio Grande do Norte.

E essa disputa nunca era resolvida. E desde aquele tempo que alguém teve a idéia de que a incorporação da PDVSA no episódio podia representar uma vantagem relativa para o Estado que tivesse capacidade de fazê-lo. Nós fomos lá há muito tempo atrás. Encontramos uma empresa complexa, grande, enorme, e percebemos uma elevada competência.

Muito tempo depois essa questão volta, já no mandato do Presidente Lula, e é anunciado um acordo de cooperação e depois convênios, contratos... Até contratos, imagino, que envolvem Petrobras e Venezuela, via PDVSA, o Governo da Venezuela via PDVSA.

O histórico desse episódio é deplorável. PDVSA "entrou" no projeto, entre aspas, "anunciou" o projeto, entre aspas, deu nome à refinaria. O Presidente Chávez esteve no seu lançamento, fez um longo discurso, e a Petrobras continuou e o Presidente Lula tem muito a ver com isso, a fazer o projeto acontecer, e no Nordeste, e em Pernambuco, e a Petrobras começou a construir a refinaria.

Não faz um mês eu estive na Petrobras para tratar de outros assuntos e não desse. Mas eu ouvi de vários funcionários da Petrobras uma narrativa absolutamen-

te negativa do ponto de vista do que tem acontecido no trato do nosso negócio com o negócio da PDVSA. Nenhum compromisso honrado, prazos são vencidos, exigências descabidas são lançadas, e o argumento que sempre sobra para a manutenção, que eu tenho convicção, a Petrobras não deseja, desse acordo é o argumento de que temos relações bastante boas, comerciais com a Venezuela, e também políticas, e que, portanto, é preferível manter essa turbulência em relação ao projeto Pernambucano.

Ora, o projeto Pernambucano está... Virou... Ganhrou turbulência ainda mais por conta de uma operação da Polícia Federal, e de relatórios do Tribunal de Contas da União. E não tem consistência do lado da Venezuela nem da PDVSA. PDVSA foi e continua sendo um parceiro negativo no desenvolvimento do projeto da refinaria de Pernambuco. Não sei se outras situações se apresentam como essa, mas essa nós conhecemos objetivamente.

Temos depoimentos de gente da Petrobras, responsável (evidentemente que discreto) e sobre essa matéria com narrativas que demonstram inconsistência, descumprimento de prazo, exigências descabidas, que são frequentemente feitas por uma empresa do lado de lá que perdeu a qualidade que tinha antes. Uma empresa que está crescentemente desorganizada, que sofre influência política desagregadora, desestruturante e que é reconhecida crescentemente no mundo sempre de forma menos positiva do que era antes.

Esse é um episódio venezuelano de uma relação com o Brasil, objetivamente falando da construção de uma refinaria no Nordeste do Brasil, que o Presidente Lula já inaugurou e a Ministra Dilma já inaugurou e o Presidente Lula já inaugurou e a Ministra Dilma inaugurou de novo. Então, é um episódio que devia nos preocupar e tem algo a ver com que discutimos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadores. Em primeiro lugar eu queria dizer que para mim, ecoando um pouco as palavras iniciais aqui do Senador Sérgio Guerra, é para mim uma honra muito especial participar de um debate desse tipo.

Eu não acho que seja impossível – nosso Embaixador poderá dizer melhor do que eu – que o Presidente Chávez esteja acompanhando todas as intervenções. Porque é hábito dele, senão ele, o Chanceler que depois fará um relato, porque assim muitas vezes acontece até porque já ouvi referências a outros debates em que estive envolvido. E eu acho que é motivo de orgulho, para nós brasileiros e orgulho para mim

que tenho que representar o Brasil fora, que haja um debate dessa natureza.

Eu anotei aqui que pelo menos 12 Senadores falaram (sem falar em pequenas trocas de opiniões logo no início). 12 Senadores falaram, além de todos que estiveram presentes. Falaram longamente, quer dizer, substantivamente.

Eu acho que isso é de grande importância, isso demonstra como as ações de política externa são acompanhadas pelo Senado brasileiro, pelo Congresso Brasileiro, mas especialmente pelo Senado, como deve ser. Ao contrário do que talvez alguns possam pensar, isso não é motivo de enfraquecimento, isso é motivo de força para quem representa o país no exterior, porque isso mostra claramente como são tomadas as decisões. Um Governo mais autocrático ou num Governo, como foi no passado, como foi o caso, em muitos casos, no Governo Militar, as decisões eram rapidamente tomadas, mas elas não tinham a força da representatividade que têm as decisões que são fruto de um debate como esse que estamos tendo aqui, do qual eu estou tendo a honra de participar. Então eu acho que isso é algo extremamente importante.

Foram muitas intervenções, realmente, às três primeiras eu já me referi, várias das que foram feitas depois, na realidade como a do próprio Senador Cristovam Buarque e do Senador Inácio Arruda, muitas delas tomaram pontos que já haviam sido mencionados, me cabe agradecer a contribuição que deram, o próprio Senador Mercadante, de certa maneira também nos trouxe elementos novos em relação à discussão no Parlamento do Mercosul, mas de modo geral foram argumentos na mesma linha daqueles que vinham sendo dados.

Então eu vou procurar tentar, para não tomar tempo exagerado, responder aquilo que realmente me parece que eram mais perguntas ou indagações, algumas explícitas e outras implícitas, e tentar tratá-las sem necessariamente uma ordem lógica, mas tentar mais ou menos seguir e vou tentar responder o máximo que puder. Se houver alguma coisa que esteja faltando, por favor, eu estarei pronto a responder.

A primeira pergunta que me ocorre, porque foi muito mencionado direto ou indiretamente, ela é uma pergunta até de certa maneira que parte de uma constatação curiosa, quer dizer, a constatação de que, sim, a Venezuela é um importantíssimo parceiro para o Brasil, mas ela é muito importante e vai continuar a ser com Mercosul ou sem Mercosul. Eu diria o seguinte: eu não posso dizer com certeza quanto o Brasil vai ganhar com cada desgravação tarifária, mas certamente o Brasil perderá, perderá, se não houver uma

rápida, naturalmente refletida, aprovação do acordo com o Mercosul.

Até porque muitas decisões são tomadas, como eu já disse em outros casos, com presença de Estado, com presença de empresas estatais e um bom relacionamento com o Brasil vai ajudar que o que há de positivo até hoje vá continuar acontecendo.

O total de negócios de empresas brasileiras hoje na Venezuela é uma cifra muito grande. Eu acho que só em matéria de empresas que estão fazendo construções e são várias, chega a 15 bilhões de dólares, 15 bilhões de dólares.

Os investimentos brasileiros lá, isso não são dados de Banco Central, porque os dados de Banco Central sempre subestimam a realidade, até porque há investimentos feitos por empresas que já estão no exterior. Mas nós calculamos em cerca de três bilhões de dólares de investimentos e são nos setores mais variados. Naturalmente a construção, há naturalmente a... Siderurgia, há a indústria de alimentos, enfim, setores mais variados a investimentos brasileiros e eles tenderão a se multiplicar na medida que projetos da área industrial, que estão sendo levados pela ABDI venham a frutificar.

Pode-se perguntar: mas tudo isso não ocorreria sem Mercosul? Eu não sei dizer. Pela letra do Mercosul, você poderia até dizer que talvez sim. Mas pelo espírito do Mercosul, não. E é o que nós vemos em relação ao comércio com outros países da América do Sul. Como eu disse no início dessa apresentação, o aumento do nosso comércio com os países da América do Sul, em geral, foi muito mais rápido do que o ritmo da desgravação poderia permitir imaginar. Até porque os empresários olham um pouco o que os governos estão fazendo, onde eles vão ter apoio, onde não têm apoio, e eles vão para esses lugares e os empresários brasileiros não têm, em geral, tido queixas.

Eu aproveito para mencionar a questão mencionada também pelo Senador querido amigo Arthur Virgílio sobre câmbio. A única queixa que eu ouço dos empresários brasileiros em relação à Venezuela é que há lá um sistema de controle de câmbio centralizado. Em geral são pagos, mas há demoras etc.

Eu não sei o que que pode dizer... O que que vai acontecer e nem eu posso assumir compromissos que isso não faz parte do Mercosul *stricto sensu*. Mas não é impensável, não é impensável que com o ingresso da Venezuela no Mercosul nós possamos pleitear um... Mesmo que se mantenha um sistema de câmbio favorecido, que nós possamos pleitear algo especial.

O próprio Presidente Chávez tem falado muito não nisso, não nisso, mas tem falado muito que quer aderir ao sistema de moeda local, como nós estamos

usando com a Argentina. Isso naturalmente criará... isso naturalmente criará uma preferência para os países do Mercosul, ainda que não esteja escrito em nenhum lugar.

Então eu acho que há muitas coisas que vêm daí. O Mercosul não previa, Presidente Collor, que nós transacionássemos em moeda local. Mas evoluiu para isso no caso da Argentina. Está evoluindo, porque está muito no começo ainda. Então, são coisas que, digamos, decorrem do próprio convívio entre os países e da própria integração econômica. Então acho que isso é algo extremamente importante.

O Presidente Collor mencionou a questão da BAC, da Agência Atômica... Também me honra, Presidente Collor, ter rubricado os acordos que levaram o acordo Brasil e Argentina sobre a BAC que acabaram resultando num acordo que V.Exa. assinou em Viena, se não me engano, eu já não estava, já era Embaixador em Genebra, mas eu rubriquei o acordo com a Argentina e me recorde de ter escrito o telegrama que dizia: "É com imensa satisfação que comunico a V.Exa.", esse estilo 'itamaratyano', "que concluímos a negociação para o acordo de contabilidade e controle de material nuclear", que foi o que possibilitou nosso acordo com a agência atômica.

A Venezuela é membro de todos os tratados que dizem respeito... Porque V.Exa. mencionou esse ponto, a disseminação de armas de destruição em massa. E é também... Aceitou a declaração de Ushuaia que também trata de armas. Então eu acho que ter esses países no Mercosul, não é que ela fosse fazer uma coisa diferente, mas é uma garantia adicional de que nada que seja, digamos assim, que seja leviano, ocorrerá nesse campo. É uma garantia adicional a proximidade com o Mercosul.

Como alguém disse aqui – creio que foi o Senador Arthur Virgílio – a proximidade com o Presidente Lula. Mas eu seria mais amplo, eu diria a proximidade com o Brasil. Porque eu devo dizer, na minha última conversa com o Presidente Chávez, eu não estou dizendo isso agora para influenciar ninguém, ele nem queria que estivesse dizendo, ele teve palavras muito simpáticas, por exemplo, com relação ao Presidente Fernando Henrique, que o ajudou muito em momentos que ele se sentia--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Ministro. Eu falava exatamente disso. Eu nomeiei o Presidente porque eu sinto que o Brasil hoje seria um ponto de equilíbrio.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso eu vejo como relevante. Não é determinante para que eu me convença, mas eu vejo como ponto relevante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o golpe que o derrubou foi durante o Governo Fernando Henrique.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: E que o Presidente... E ele é muito grato à ação do Brasil na época e a ação do Presidente Fernando Henrique. Eu quero é tomando o que V.Exa. disse ir mais longe.

Quer dizer, sem dúvida, o Presidente Lula é um ponto de equilíbrio e tem atuado para, digamos, sempre ter a boa persuasão, não para interferir em assuntos internos, mas para ter a boa persuasão, mas eu acho que isso é uma característica do Brasil.

Quem quer que seja o Presidente no futuro no Brasil e quem quer que seja o Presidente no futuro quando será na Venezuela, acho que isso continuará a ocorrer. E nós temos que aproximar.

E eu queria um ponto que foi aqui mencionado, que eu acho de extrema importância, o Senador Pedro Simon se referiu a isso em vários momentos e outros, o Senador Mercadante, a resposta para a crise hoje é a integração. É integração. O Brasil só é forte no mundo... Não é a única razão, o Brasil é um país grande, naturalmente, ele próprio, mas o Brasil é mais forte no mundo porque o Brasil é um país capaz de integrar a sua região, é um país que consegue diluir os conflitos.

Quando nós lemos a reportagem recente que saiu no *Newsweek*, ela lembra que quando há um conflito na região, o Brasil não manda tropas. Manda sua equipe de Diplomatas, manda seus advogados, manda seus políticos e consegue evitar que a situação difícil na Bolívia evoluísse para uma guerra civil, consegue evitar que o problema entre a Colômbia e o Equador e a Venezuela, indiretamente, descambasse de uma maneira muito grave. Em suma, quer dizer, eu acho que nesse processo de integração que nós temos trabalhado.

Então, e eu acho que essa percepção de que a integração da América Latina como um todo, mas ela tem que começar pela América do Sul, porque é a nossa região mais próxima, é onde nós temos mais capacidade de influência, é que isso que nos leva mais adiante.

Eu acho que nós temos uma oportunidade única. Quando o Presidente Itamar Franco quis lançar a área de livre comércio sul-americana, não havia receptividade. E não é que não houvesse receptividade ou não havia tanta receptividade, não é que não houvesse tanta receptividade porque havia diferença de regimes; mas é porque todos os países da América do Sul estavam exclusivamente voltados para Estados Unidos e Europa.

Então, se agora nós temos a chance... Que a Venezuela mais a Colômbia, o Presidente Uribe vem aqui, querem se aproximar, nós temos que aproveitar isso. E, naturalmente, a entrada para o Mercosul é o ponto mais importante.

Com relação ao Senador Casagrande, havia mencionado a questão da refinaria e o Senador Sérgio Guerra menciona. Bom, primeiro eu quero dizer que essa é uma questão paralela, que independe da entrada ou não no Mercosul. Senador, eu não sei dizer. Porque eu acho que as companhias de petróleo são muito poderosas, elas têm a sua lógica própria. Isso é verdade no Brasil, é verdade na Venezuela. Eu não creio, de qualquer maneira, que as tratativas com a Venezuela vão de qualquer forma impedir, dificultar ou mesmo atrasar a construção da refinaria em Pernambuco, à qual o Presidente Lula está muito comprometido.

Se fosse possível, se for possível uma parceria com a Venezuela... Como com outros países também, na área de energia, isso seria muito positivo para o futuro. Se não for possível, a Petrobras vai continuar. Ela tem dito claramente de modo que isso não será um impedimento.

Eu tenho consciência de que tem havido essas dificuldades, claro, quando você fala com os venezuelanos eles dizem uma história, contam uma história dizendo que a dificuldade vem de cá. Naturalmente, eu tendo a crer nos brasileiros, até porque sou brasileiro, tendo a crer neles, mas isso não será um impedimento.

Eu creio que a Petrobras continua com interesse, por exemplo, em comprar gás na Venezuela, que é algo mais factível, mais viável a curto prazo, mas a refinaria não será afetada. Não há nenhuma doutrina política ou ideológica que vai fazer-nos afastar do que interessa mais ao Brasil. A própria integração, por exemplo, com o gás da Bolívia que ocorre, existe, foi iniciada antes, iniciada em Governo anterior. Nós favorecemos, mas isso não nos impede de procurar diversificar nossos fornecedores de gás, que é o que nós temos feito ultimamente. Então, acho que isso aí não há dúvida. Se pudermos fazer uma parceria, se pudermos fazer ainda, será ótimo. Se não der certo, vamos esperar, no futuro vamos ver para onde essas coisas caminham e isso naturalmente tenderia só se for possível fortalecer a América do Sul, mas não faremos nada que contrarie o interesse do Brasil, e especificamente da Petrobras.

A questão que foi levantada, creio, pelo... Creio que pelo Senador Arthur Virgílio, havia sido mencionada antes, do consenso para tomar decisões. Bem, a medida, essa... A mudança na União Européia foi ocorrendo com o tempo também. À medida que as

organizações, que esses grupamentos crescem, o seu processo de decisão vai mudando. Aliás, uma das dificuldades justamente em relação à aprovação hoje do Tratado de Lisboa é porque ele tem regras novas para a tomada de decisão.

Eu não sei ainda o que ocorrerá para o futuro. O fato é que eu não antevejo uma situação em que a Venezuela possa querer vetar, porque tudo se baseia na realidade. Quer dizer, ninguém pode usar o poder formal de uma maneira totalmente desligada da realidade. Eu não antevejo uma situação em que a Venezuela pudesse vetar um acordo, por exemplo, entre o Mercosul e a União Européia, digamos. O máximo que ela vai poder fazer, se ela sentir que pode ser afetada, é querer se colocar à margem, conseguir um... ficar à parte.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro, mas não é mais justo ter as regras? Porque... Aí com as regras independe das suposições.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sim, evidentemente. Agora, a regra do consenso é o que existe hoje. Mudar a regra do consenso é algo que se poderá refletir. Há outras situações, no passado também, que países queriam fazer acordo de livre comércio separadamente e que não puderam fazer por causa da influência do Brasil e de outros. São questões delicadas que temos que examinar. Mas eu acho que é uma questão que seguramente não... Não... Não causará empecilho.

Comunidade Andina. Aqui foi feita uma observação antes, dentre as atitudes da Venezuela, com relação à Comunidade Andina e a saída da Comunidade Andina e isso foi colocado de uma maneira crítica em relação à Venezuela.

Bem, eu penso, creio que aqui outros... Não sei se o próprio Senador Mercadante já falou, eu acho que o nosso ideal é fazer uma integração do Mercosul como um todo. Há diferenças, porque qual é a diferença básica? Ela reside num problema simples. É que alguns países já têm acordos de livre comércio com grandes potências fora e isso torna difícil ter uma Tarifa Externa Comum. Por isso que nós inventamos a Unasul, inventamos... Que é uma maneira de ter acordo de livre comércio entre nós, reconhecendo que há diferenças por ora, pelo menos, de política comercial.

Mas a Venezuela também, justiça seja feita, independentemente da retórica, na realidade a retirada dela da Comunidade Andina, não vou justificar nem dizer que é certo nem errado, porque não me cabe, mas na realidade, a Comunidade Andina na medida em que países da Comunidade Andina resolveram fazer acordos de livre comércio em separado com os Estados Unidos, ela como União aduaneira deixou de existir.

Ela pode existir como projeto político, ela pode existir como um... Ela tem muitos méritos num processo de integração, foi a primeira a criar um Parlamento... Tem muitos méritos--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 30 anos o Parlamento Andino.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Pois é. Tem muitos méritos. Teve uma política industrial comum... Etc. Mas também não se pode atribuir só ao Presidente Chávez. Não foi uma veleidade, foi decorrência de uma discrepância de políticas comerciais muito grandes entre os países. Ele não queria fazer esse acordo, os outros resolveram fazer a despeito de haver a Tarifa Externa Comum, então foi uma situação que se criou.

Alguém mencionou aqui a questão também de... Dos avanços... Dos avanços políticos na Venezuela e em relação ao passado. Eu, naturalmente, como Ministro do Exterior, não posso entrar em detalhes sobre certos assuntos. Mas eu visitei a Venezuela em várias ocasiões antes de ser Ministro do Governo Lula, uma delas inclusive como Ministro. E uma delas, não era o Chávez que estava no poder, pelo contrário, eu assisti uma conversa na nossa Embaixada que me causou até constrangimento. Até falei com o nosso Embaixador, falei: "Embaixador, vamos parar isso por aqui porque"... Era uma conversa de empresários e de repente eu comecei a ouvir uma conspiração, uma conspiração contra o Governo do dia, que não era o do Chávez.

Quer dizer, havia uma idéia, portanto, havia uma atitude em relação às instituições que não era nada positiva. Então, a democracia é uma planta, como dizia... Acho que o Senador Mangabeira... Senador ele foi, ou Deputado? Senador Mangabeira, é uma planta tenra, temos que regá-la e eu aí confio na opinião do... Na opinião do Senador Arthur Virgílio, a proximidade nos ajudará mais.

O que me lembre, assim, eu queria agradecer as palavras de outros Senadores, não vou ser justo porque não vou poder mencionar todos, mas as palavras entusiasmadas do Senador Pedro Simon e outros. Mas eu queria também me referir, houve uma pergunta sobre dois outros temas diferentes, do Senador Suplicy, eu vou rapidamente referir, mas com a sua permissão vou ser relativamente rápido.

Com relação às atitudes do Presidente Obama, claro que elas representaram outro estilo. E eu dizia antes, o estilo é o homem. E o estilo é o homem e acaba passando para o país, é a margem externa do país. E a imagem que o Presidente Obama... A imagem que ele transmite é uma imagem de abertura, de diálogo.

Eu diria até, não preciso nem que os Senadores concordem comigo, porque pode entrar alguma coisa de

partidário, mas eu lendo, assim, algumas declarações, não só o que eu vi, mas lendo algumas declarações, algumas respostas do Presidente Obama, me lembra algumas coisas do Presidente Lula, num outro estilo diferente, que os *backgrounds* são diferentes, mas que é, digamos assim, seriedade de refletir diante do interlocutor. Quer dizer, não vem com respostinha pronta, aquilo que o Departamento de Estado ou Departamento de Defesa preparou antes. Ele reflete, ele fala, ele interage. Eu assisti isso na reunião, por exemplo, da Unasul com o Presidente Obama.

Então isso é muito positivo. E isso foi um fator fundamental. Agora, o fato de o Presidente Chávez ter também tido a sensibilidade de perceber que há uma mudança e ter se aberto para uma mudança, também é um fato positivo que nós temos que reconhecer. E estimular. Porque como disse na parte anterior das minhas intervenções, nós favorecemos... O Brasil podia até ter uma atitude egoísta e dizer: "Não, nós não queremos que a Venezuela tenha boa relação com os Estados Unidos. Que enquanto isso eles ficam comprando aqui de nós em vez de comprar dos americanos."

Não, nós queremos que a Venezuela tenha uma boa relação com os Estados Unidos que achamos que isso terá também... Na medida em que os Estados Unidos também reciproquem(F), porque isso vai ter um reflexo de distensão na região, de distensão na própria Venezuela. E nós achamos que as coisas estão encaminhadas nesse sentido.

Na realidade, o único problema que a gente teve na nossa relação com a Venezuela durante esses anos são problemas que não foram originados pela Venezuela, que foi a venda de aviões da Embraer para a Venezuela, que nós não conseguimos vender porque havia uma restrição dos Estados Unidos porque elas contêm... *Avionics* avançados que não podem ser transmitidos para países.

Por exemplo, espero que a boa relação, por exemplo, do Presidente Obama com o Presidente... Quem sabe isso aqui, Departamento de Estado alguém estiver ouvindo, que a boa relação do Presidente Obama com o Presidente Chávez permita vencer esse obstáculo e que eles comprem Super Tucanos em vez de buscar aviões em outras partes do mundo, mais longínquas.

Então, é isso que nós desejamos, esse é o espírito que nós temos trabalhado e eu queria mais uma vez dizer que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esses "Super Tucanos" são muito bons.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pena que no Senado não haja.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nessa área da aviação. Mas nas outras áreas a situação foi mais complicada.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu vou deixar esse debate aqui...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Parte do Irã. Parte do Irã.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Muito bem. Enfim, eu queria...

Então essa é a parte. Com relação ao Irã, eu até me disponho, Senador, a vir aqui outra vez para conversarmos sobre Irã, Oriente Médio, porque isso é uma outra, uma outra conversa.

Eu só queria dizer o seguinte, são duas as coisas que nos norteiam as nossas... A nossa relação internacional. Primeiro nós temos que ter diálogo. Aliás, não é só o Brasil que sabe que tem que ter diálogo com o Irã. O Presidente Obama uma das primeiras coisas que fez foi mandar um vídeo para o povo da República Islâmica do Irã, aceitando até o nome que eles não tinham aceito antes. Fez um vídeo propondo uma abertura, estendendo a mão etc. Não cabe ao Brasil ficar tendo atitudes mais rígidas.

Segundo, isso não nos impede de expressar a nossa opinião que foi crítica das declarações do Presidente Ahmadinejad em Genebra. Isso foi feito por uma nota oficial do Itamaraty, nota em que não só nós relembramos a nossa posição em relação ao holocausto, mas também dissemos que aproveitaríamos a visita para transmitir as nossas opiniões, não só sobre isso, mas sobre a questão dos dois Estados.

Agora, não quero falar de Oriente Médio aqui porque é uma situação muito complexa. Agora, os dois lados têm que aceitar a idéia dos dois Estados. Enquanto outros responsáveis também não aceitam a idéia de um Estado palestino, é difícil haver esse diálogo. Mas nós claramente somos a favor da integridade do Estado de Israel. Que o Estado de Israel viva em segurança, mas que também dialogue e reconheça os palestinos, termine os assentamentos, enfim, tudo mais que V.Exa. conhece.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Está ótimo, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado Ministro Celso Amorim. O Ministro vai então ter que se retirar para uma viagem e já ficou até muito mais do que ficaria, o Embaixador ainda permanece enquanto nós ouvimos as palavras finais do Governador José de Anchieta Júnior. Com a palavra.

SR. GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR (PSDB-RR): O Ministro saiu, acabou a audiência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR (PSDB-RR): Bom, só respondendo ao Senador Suplicy, a integração existe sim, na fronteira, entre o Estado de Roraima e o Estado de Bolívar, muito mais pela vontade dos dois Governadores, porque nos últimos três anos nós fizemos sete encontros entre os Governadores de Bolívar e Roraima, onde há uma integração, onde levamos Secretários de Estado tanto para a Venezuela e eles trazem para o Brasil para discutirmos essa situação.

E no dia 8 agora próximo, sexta-feira, nós teremos o VIII Encontro na cidade de Puerto Ordaz. Há uma integração, intercâmbio no conhecimento, na agricultura, a Embrapa é uma empresa que hoje trabalha com consultoria na Venezuela, a integração na educação na fronteira, onde nós estamos tentando aproveitar que cursos ministrados na fronteira sejam reconhecidos por ambos os países, para que aqueles jovens que possam se formar ali na fronteira tenham o reconhecimento profissional tanto na Venezuela como no Brasil.

Na questão da segurança, militares da Venezuela vêm fazer treinamentos na academia de polícia integrada do Estado de Roraima e vice-versa; militares de Roraima vão à Venezuela, para também se inteirar das questões de segurança de fronteira.

O turismo é o forte, mas ainda há alguns empecilhos em função da burocracia e aí não depende de Roraima e Bolívar, depende de Brasília e Caracas, daí a necessidade dessa luta incansável. Idem também para a questão comercial.

Então há uma integração que poderia aprimorar e crescer muito mais se houvesse a inserção da Venezuela no Mercosul.

Eu queria agradecer aqui o convite que foi feito. Eu acredito que esse debate democrático foi muito bom. Saio daqui tranquilo pelo que eu ouvi e acho que vai ser aprovada a entrada da Venezuela no Mercosul. Não teremos problema em função dos pontos que foram aqui tratados de maneira clara e objetiva, que foi levantado os questionamentos aqui e aos nossos amigos senadores aqui, ao Arthur Virgílio, que é tucano, mas não é cearense, ao Arruda, que é cearense, mas não é tucano, mas especial ao Senador Tasso Jereissati – ele é tucano, cearense e é relator da matéria.

Então eu concluo minhas palavras agradecendo e dizendo que Roraima não pode mais ser prejudicada em função dessas questões nacionais. Há um ano atrás nós começávamos uma luta, uma luta de uma questão indígena que hoje, dia 30 de abril, expira-se o prazo da retirada dos não índios da Raposa Serra do Sol.

E eu vou convocar num futuro próximo a imprensa, o Senado... Todos vão... Que possam pessoalmente ver o zoológico humano que está sendo criado no meu Estado de Roraima para aquelas comunidades indígenas. E eu tenho certeza que não é isso que a sociedade brasileira queira para os irmãos índios daquela região.

Então hoje se expira o prazo, não teve resistência, a não ser isoladamente de um arrozeiro por intransigência dele, o povo pacificamente está deixando a Raposa Serra do Sol. E infelizmente eu não quero mais do que seis meses para que a gente possa provar ao Brasil o crime que se cometeu com o Estado de Roraima e o crime que se cometeu com o Estado Brasileiro. Porque não acredito que demarcações daquela dimensão sejam salutares para o desenvolvimento do nosso país.

Obrigado, Presidente, são essas minhas considerações finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Governador José Anchieta. Eu quero só solicitar ao Dr. Reginaldo Arcuri, que é o Presidente da ABDI, ele teve a compreensão de entender a riqueza do debate, que não propiciou que nós pudéssemos ter uma explanação maior, tanto do Dr. Reginaldo quanto do Embaixador. Mas só para suas palavras finais então, sobre alguma questão mais relevante--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, apenas um registro, antes que eu... Eu queria fazer na frente do Ministro Celso Amorim, da competência da atuação do Embaixador Antônio José Simões, diante dessa questão, a dedicação, a aplicação e a extrema competência com que ele argumentou a cada um dos Senadores. Eu não podia deixar de fazer esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Teve com mais de sessenta e tantos... Quase a totalidade. Conseguiu estar com todos os 81 Senadores. Reginaldo com a palavra. Dr. Reginaldo.

SR. REGINALDO BRAGA: Obrigado, Presidente. Queria só aproveitar para responder a questão que foi colocada pelo Senador Suplicy, respondendo pelo lado positivo. Quer dizer, é claro que para os investimentos o grau de segurança jurídica é determinante, não só para a decisão de fazê-los, mas principalmente para mantê-los e ampliá-los.

No caso da Venezuela, sendo muito rápido, nós temos não só grandes investimentos sendo feitos: o grupo Gerdau comprou uma siderúrgica, o grupo Andrade Gutierrez está fazendo um estaleiro, o grupo Braskem está fazendo um pólo petroquímico, como nós temos,

em função do projeto que a ABDI está envolvendo com a Venezuela, já 22 empresas brasileiras selecionadas por um edital público, médias empresas, pequenas empresas, para fornecerem os equipamentos que o Ministro Celso Amorim mencionou, e quatro empresas que estão interessadas em se associar no projeto de construção de fábricas do Estado venezuelano.

Portanto, se a Venezuela ingressar no Mercosul e tiver para isso o beneplácito do Congresso Brasileiro, obviamente isso aumenta muito o grau de segurança jurídica para os investidores brasileiros e amplia muito a capacidade que nós teremos de incentivar outros a irem à Venezuela.

E isso gerará, espera-se, o objetivo final desse processo no qual nós estamos envolvidos, é fazer com que as relações sejam econômicas baseadas não apenas no comércio, mas numa interdependência baseada na produção.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Dr. Reginaldo, foi Secretário de Indústria e Comércio de Minas, um grande secretário e está emprestado ao Governo Federal.

Embaixador Antônio Ferreira Simões.

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES: Meu caro Presidente, Srs. Senadores.

Bom, eu gostaria de mencionar duas coisas.

Primeiro, eu gostaria de dizer que o ponto principal, que eu gostaria de falar na verdade já foi falado pelo Senador Sérgio Guerra, que é o seguinte: eu acho que é extremamente importante um debate como esse aqui no Senado; eu acho extremamente importante, extremamente relevante. Eu acho que essa é uma função do Senado, uma função constitucional do Senado, e é muito importante que a sociedade brasileira veja o que está acontecendo, quer dizer, discutir os diversos lados da matéria, discutir de forma democrática, ouvir os diversos argumentos, discutir questões de Estado. É isso realmente o que... Me dá orgulho de ser brasileiro e de estar aqui hoje participando disso. Acho que isso é uma coisa muito importante pra gente notar.

E a outra coisa que eu queria dizer também é o seguinte: nessas quase três semanas que eu passei aqui falando com os 81 Senadores, um a um, eu pude, dando um pouco de informação, tem muita informação sobre a Venezuela, mas na verdade tem muita desinformação sobre a Venezuela, sobre o que é o Brasil na Venezuela. Então as informações são muito pequenas.

Quer dizer, é muito interessante, eu acompanho bastante os jornais, nunca aparece escrito que o maior superávit da balança comercial brasileira é a Venezuela. Isso nunca aparece escrito. Não estou dizendo que é

defeito dos jornalistas, não. Não é isso. É porque realmente não ocorre, não está no radar.

O jornalista brasileiro, ele está sintonizado às vezes com outras coisas, tem outras preocupações, e isso não vem. Então, não é culpa de ninguém, mas não aparece. Então, o que a gente precisa, quer dizer, o papel do Embaixador um pouco também é isso. O Embaixador, ele precisa mostrar o que tem de interesse brasileiro lá, mas precisa mostrar também o que está acontecendo no país que às vezes as pessoas não têm muita noção.

Mas eu queria mencionar que, nessas três semanas de conversas e tudo, eu aprendi muito. Aprendi muito e, sobretudo aprendi o seguinte: o Senado Brasileiro é o mundo real. É o Brasil real. Isso é muito importante. A gente tem que... Um representante no exterior ele não tem que ficar em coquetel. Ele tem que ficar sintonizado com o que é o país. E para ficar sintonizado com o que é o país, ele tem que estar aqui com o representante do povo. Isso é uma coisa extremamente importante, foi uma missão que o Ministro me deu, mas foi uma missão que eu tive a sorte de ter, para poder ter esse contato e estar fortalecido agora na minha missão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Quero, portanto, agradecer a todos que aqui compareceram. Senadores, foram 25 Srs. Senadores que estiveram presentes. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 14h17.

Senado Federal

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Pedro Simon, Paulo Duque, Efraim Moraes, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Renato**

Casagrande, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges e Álvaro Dias. Justifica a ausência o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 17, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Azeredo, que *“Requer a prorrogação até o dia 08 de maio de 2009, sem ônus para o Senado Federal, da Missão Oficial, designada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para representar esta comissão no processo de execução de retirada dos habitantes não-indígenas da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.”* Aprovado. O Presidente coloca em votação, também, o Requerimento nº 18, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“Requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa.”* Aprovado. O Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores Antônio Carlos do Nascimento Pedro e Armando Vitor Boisson Cardoso. O Presidente informa que a mensagem do Embaixador José Fiúza Neto é pela comutatividade, não sendo necessário a presença do respectivo embaixador. O Presidente faz a inversão de Pauta **Item 2:** Mensagem nº 53, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Armando Vitor Boisson Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.”* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Marco Maciel**, para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao embaixador **Armando Vitor Boisson Cardoso** para fazer sua exposição. Assume a Presidência o Senador Heráclito Fortes. **Item 1 :** Mensagem nº 52, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *“Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.”* O Presidente concede a

palavra ao Senador **Pedro Simon**, Relator “ad hoc”, para fazer a leitura do relatório. **Item 3:** Mensagem nº 54, de 2009, do Senhor Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.” O Presidente concede a palavra ao Senador **Alvaro Dias**, Relator “ad hoc” para fazer a leitura do relatório. O Presidente concede a palavra ao embaixador **Antonio Carlos do Nascimento Pedro** para fazer sua exposição. Reassume a Presidência o Senador Eduardo Azeredo. O Presidente declara aberto o processo de votação. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O Presidente comunica o evento da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil que trata da assinatura de Protocolo de Cooperação Internacional com a África do Sul. O Presidente torna a sessão secreta às onze horas e quarenta minutos. A sessão é reaberta às onze horas e quarenta e quatro minutos. O Presidente comunica a aprovação das mensagens dos Embaixadores. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de dar início à pauta, quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras dois Requerimentos. O primeiro Requerimento é o nº 17/2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti,

que requer a prorrogação até o dia 8 de maio de 2009, sem ônus para o Senado Federal, da missão oficial, designada por esta Comissão, para representar esta Comissão no processo de execução de retirada dos habitantes não indígenas da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O Senador Mozarildo me telefonou a esse respeito, e eu subscrevo também esse requerimento. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo Requerimento é de minha autoria, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa. Eu já conversei com o Ministro, e ele virá, então, para poder falar sobre esse importante plano, que é a Estratégia Nacional de Defesa. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O terceiro Requerimento, o Senador não está presente ainda.

Convido para compor a mesa os Embaixadores Antônio Carlos do Nascimento Pedro, indicado para a República do Sudão, e o Embaixador Armando Vitor Boisson Cardoso, indicado para a República da Finlândia, cumulativamente com a República da Estônia. Informo ainda que o Embaixador José Fiúza Neto também está aqui indicado à terceira Embaixada, ele já é o nosso embaixador e a mensagem em apreciação para aprovação de cumulatividade com outro país. Sendo assim, não há necessidade da presença neste dia. O Embaixador José Fiúza já é o nosso Ministro, hoje, junto à República da Guiné e está sendo indicado para também exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Passamos, portanto, à primeira mensagem que o Senador Marco Maciel é o relator. Inversão da pauta com o Item 2. É a mensagem 53/2009, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Armando Vitor Boisson Cardoso, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Marco Maciel, relator da mensagem, para ler o seu relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Azeredo, Sr. Senador Pedro Simon, Srs. Senadores. Sr. Presidente, a Constituição atribui competência privativa ao Senado

Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação do Presidente da República ao Sr. Armando Vitor Boisson Cardoso, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia, desde que obtido o *agrèment* do governo deste país. De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Armando Levy Cardoso e Ofélia Boisson Cardoso, tendo nascido em 1º de junho de 1944, no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira de diplomata em 1968, por concurso, tornando-se terceiro secretário em 1970. Entre as funções desempenhadas na administração pública, destacam-se a de chefe da divisão de Europa II, 1993. No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Barcelona, 1974; Ministro Conselheiro junto a Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO; e Embaixador do Brasil no Haiti, em 2001, e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Genebra, em 2005.

O informe, preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, dá notícia que as relações bilaterais são pautadas pela cordialidade e se destacam nos campos comercial e de investimento. Na esfera política, o diálogo é, por igual, fluído. Nesse sentido, são dignos de nota as inúmeras viagens oficiais de lado a lado. Merece especial registro a histórica visita de D. Pedro II, em 1876, ao Gran Ducado da Finlândia. Merecedora de referência ainda a circunstância de o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países ter se dado a exatos 80 anos. Reflexo palpável desse intercâmbio é o número de tratados celebrados em vigor: sete. Os documentos são qualitativamente relevantes e versam matéria comercial, cooperação econômica, industrial, tributária, evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto de renda, cooperação cultural, educacional e científica, supressão de vistos e isenção aduaneira para consulados e cônsules de carreira. Verifique-se, ainda, a celebração de distintos memorandos de entendimento, com destaque para o que cuida da cooperação na área de mudança de clima e para o desenvolvimento e implementação de projetos sobre o mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kyoto, 2007.

O relacionamento econômico bilateral se destaca, sobretudo, pelos investimentos produtivos de empresas

finlandesas no Brasil, em distintas áreas: implementos agrícolas, energia termoeletrica, celulose de eucalipto, telecomunicações. O intercâmbio comercial registra aquecimento da corrente comércio em 186,25%, no período de 2003 a 2008. As exportações brasileiras aumentaram no mesmo espaço de tempo, em 1987 e 94. Com exceção de 2005, o comércio se mostra deficitário para o Brasil no período indicado. Muito embora ainda seja significativa a participação de produtos primários na pauta de exportação brasileira, café, caulim, carne bovina e etanol, percebe-se incremento na venda de produtos manufaturados, aeronaves, que agrega valor à nossa exportação, como todos nós sabemos. De nossa parte, importamos equipamentos de telecomunicações, níquel e papéis especiais. No tocante à República da Estônia, vale recordar que o nosso país reconheceu a sua independência em 1921 e votou a favor da sua participação na malfadada Liga das Nações. Com o fim do Império Soviético, o Brasil reconheceu, em 1991, o restabelecimento daquele país como Estado independente. Foram estabelecidas relações diplomáticas formais em 1993 e criada Embaixada em caráter cumulativo, com a missão em Helsinki. A Estônia, por sua vez, ainda não tem Embaixada no Brasil, o relacionamento bilateral é amistoso e com grandes perspectivas de aprofundamento, de modo destacado nas áreas de comércio e turismo.

O comércio bilateral registrou a cifra de 59,3 milhões em 2008. No momento presente, os países têm dois acordos em vigor: cooperação na área de turismo e cooperação na área cultural, educacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão, penso, possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. É, portanto, Sr. Presidente, este o meu relatório e o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra, portanto, ao Embaixador Armando Vitor Boisson Cardoso, para que possa fazer a sua exposição, no prazo normal de 10 minutos, mas, se precisar mais, não há nenhum problema.

SR. ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO: Inicialmente, queria dizer da grande honra que é para mim estar nesta Casa tão ilustre, personagem de tantos fatos importantes—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, só um momento, por favor.

SR. ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO: Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu vou pedir ao Senador Heráclito Fortes que assuma aqui a presidência, que eu vou só acompanhar o Presidente Sarney para receber o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, que está chegando agora, às 11 horas, e eu volto em seguida.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas por curiosidade. O Presidente Lugo vem acompanhado dos filhos ou vem só?

SR. ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO: Obrigado, Presidente.

Como eu estava dizendo, personagens históricos de tantos fatos da nossa história, como a gente vê nessa exposição de cartazes aí no corredor.

Eu sei que os senhores estão muito ocupados, com assuntos de muito maior responsabilidade, de modo que eu vou tentar ser o mais breve possível.

A Finlândia é um país que a sua história é condicionada pelos seus dois vizinhos grandes, que é a Suécia e a Rússia. Ela teve 600 anos sobre domínio da Suécia de 1150 a 1809, e, de 1809 a 1917, foi um Gran Ducado autônomo dentro do império russo em 1917, aproveitando a confusão da revolução russa, ela declarou sua independência.

No entre guerras, a política externa da Finlândia se preocupou com a União Soviética, que é um vizinho muito evasivo, digamos, e, em 39, havia uma cláusula secreta no Pacto Ribbentrop Molotov que a Finlândia seria da União Soviética que, efetivamente, invadiu o país em novembro de 39, numa guerra que levou até março de 40, a Finlândia perdeu uns territórios. Quando Hitler invadiu a União Soviética, em junho de 40, a Finlândia se uniu à Alemanha para tentar recuperar os territórios, a guerra continua até 44, quando a Alemanha, já enfraquecida, a Finlândia fez um acordo de paz com a União Soviética e acabou perdendo 1/10 do seu território.

Então, no entre guerras, a Finlândia percebeu que, para manter a integralidade do estado e poder viver tranquilamente, tinha que fazer um esforço de criação de confiança mútua e, digamos, e cooperação com a União Soviética. O que foi feito? É o que se chamou, na época, de o paradoxo finlandês e filanização, paradoxo finlandês porque, quanto mais dinâmica fosse a relação da Finlândia com a União Soviética, mais a Finlândia poderia cooperar com o mundo Ocidental e filanização, que é um país, nas suas decisões nacionais, levar em consideração o interesse do vizinho mais forte.

A Finlândia é um país altamente desenvolvido. No entre guerras, foi o país que mais cresceu na Europa. Depois da guerra, continuou a se desenvolver. Quando

houve a queda do muro de Berlim e o desfazimento do império soviético, a Finlândia entrou, acabou entrando na União Européia, em 95. A Finlândia sempre resolveu, a partir dos anos 60, investir muito em educação, cerca de 12% do PIB ia para a educação. Hoje, ela é um país avançadíssimo do ponto de vista científico e tecnológico.

A grande empresa Nokia, que, hoje, é responsável pela venda de 1/3 dos celulares no mundo, começou com uma fábrica de pneu, de galocha e, com a base fornecida por esse investimento maciço na educação, conseguiu ser uma líder científica e tecnológica nesse setor. A economia finlandesa sempre foi baseada na extração vegetal, um país cheio de florestas, sempre viveu disso. Ainda hoje, 60% do papel de imprensa consumido no mundo é finlandês. Mas, a partir dos anos 90, a indústria, sobretudo com base tecnológica e os serviços, começaram a ser a parte mais importante da economia. É um país pequeno, 5 milhões de habitantes, depende muito do comércio exterior para viver. Portanto, essa crise tem afetado... A atual crise tem afetado bastante a Finlândia, sobretudo pela emissão do comércio exterior e pela eventualidade ou potencialidade de aumento de um protecionismo mundial.

As relações com o Brasil são muito cordiais, como disse o Senador Marco Maciel. Houve várias visitas de lado a lado, a chefe de estado do governo finlandês esteve aqui várias vezes, a atual presidente já esteve cinco vezes, sendo duas como presidente. Do nosso lado, as mais importantes foram do então vice-Presidente Marco Maciel, em 2002, do Presidente Lula, em 2007, o Senador Cristovam Buarque, em 2008.

Houve um novo dinamismo nessas relações a partir da entrada da Finlândia na União Européia, em 1995, mas as relações são tradicionais, as mais importantes são de investimento e comércio. Já nos anos 50, ainda no governo Juscelino, a Valmet, que era uma fábrica de tratores, se instalou aqui em São Paulo, no âmbito da política desenvolvimentista, produzia tratores. Empresas finlandesas da área de madeira têm investido muito no Brasil, sobretudo em parceria com a Aracruz. Hoje em dia, segundo os cálculos finlandeses, há 40 empresas finlandesas no Brasil que empregam 15 mil pessoas e têm um movimento de 3 bilhões de euros.

Como disse, também, o Senador Marco Maciel, houve um grande dinamismo a partir, digamos, de 2003, no comércio exterior, que cresceu mais de 180%. Há uma diferença entre a metodologia de estatísticas finlandesa e brasileira. Para a Finlândia, a gente é superavitário; para o Brasil, eles são superavitários, porque o Brasil considera o porto de destino como o país que vai receber mercadoria. Então, se a merca-

doria, digamos, for para a Finlândia via Rotterdam, o país importador entra como a Holanda, e eles vão pelo certificado de origem. Então, a deles me parece mais realista. Então, realmente, com exceção de 2005, a gente sempre foi superavitário.

Estão aumentando muito o turismo. Há voos fretados diretos de Helsinki para Fortaleza e para Recife, cerca de 22 a 25 mil turistas por ano. E as perspectivas que se abriam mais são justamente no campo de biocombustíveis de segunda geração, eles têm muito interesse, e a Petrobras parece que tem interesse e isso pode render bons frutos.

Bom, eu não vou mais tomar o tempo dos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 1, não terminativo. Mensagem 52, de 2009. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Serra Leoa. Autoria: Presidente da República; relatoria do Senador Álvaro Dias. Estando ausente, rogaria ao Senador Pedro Simon que exercesse a função de relator *ad hoc*.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores. De autoria do Senador Alvaro Dias, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Presidente da República do Senhor José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil, na república de Guiné, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra de Leoa.

A Constituição atribui competência privativa do Senado para examinar essas questões. De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental, o Sr. José Fiúza Neto é brasileiro, nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 19 de janeiro de 1949, filho de José Fiúza Filho e Cleusa de Souza Fiúza. Bacharel em ciências jurídicas sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou nos quadros do Ministério das Relações Exteriores como Terceiro Secretário, em 1980, após concluir o curso de preparação de carreira de diplomata. Ascendeu a conselheiro em 1997 e alcançou o posto de Ministro de Segunda Classe em 2004, sempre por merecimento. Em 2009, o diplomata, em apressado, foi transferido de ofício para o quadro especial do Serviço Exterior Brasileiro.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacam-se a de chefe-substituto da Divisão da América Meridional e Chefe de Divisão da África II em 1996. De fato, o diplomata demonstrou especial interesse no continente africano concluído inclusive, o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco, com a defesa da dissertação intitulada: "Tendências do Relacionamento da África do Sul com Angola, do apartheid à política externa da nova raça em 2000".

No exterior, ressaltam-se os postos do Cônsul da Cidade do Cabo em 1998, Conselheiro Encarregado de Negócios na Embaixada em Madrid, 2000, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Quito em 2004, Embaixador em Conacri, desde 2008, também integrou e chefiou diversas missões temporárias, representando o Governo Brasileiro. Acompanha, ainda, mensagem e informe, preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre Serra Leoa, suas relações com o Brasil, sobre a República Africana. Sempre cumpre informar que se trata de país de ilimitadas dimensões e população que tem atravessado uma série de turbulências políticas e insurgências internas, a causar substanciais problemas no desempenho e no desenvolvimento de progresso.

O relatório do Ministério das Relações Exteriores destaca que, embora a maioria da população de Serra Leoa esteja economicamente envolvida com a agricultura, o país é também um grande centro minerador, possuindo como principal recurso econômico a exploração de diamantes de aluvião. De toda maneira, em virtude da guerra civil, a maioria dos serra-leonenses depende da ajuda externa para a sua sobrevivência. Brasil e Serra Leoa estabeleceram relações diplomáticas em 1974, com a Embaixada do Brasil em Freetown, cumulativa com Acra e a representação de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington.

No início de 2000, a cumulatividade foi transferida de Acra para a Embaixada em Abikjã, Costa do Marfim, em 02 de abril de 2008, nova transferência de cumulatividade, dessa vez para Conacri, capital da Guiné. Apesar dos vínculos ancestrais que perpassam inclusive pela imigração de muitos escravos libertos brasileiros para Serra Leoa, os quais ajudaram a construir o embrião do atual país e de um Vice-Consulado, honorário em Freetown que funcionou de 1847 a 1871. As relações entre Brasil e Serra Leoa foram quase inexistentes, até 2004, em virtude, principalmente, dos onze anos de guerra civil de 1991 a 2002. Durante a guerra, entretanto, alguns refugiados de Serra Leoa vieram para o nosso País, aqui passando a residir. Desde 2004 iniciaram negociações para a assinatura de um acordo básico de cooperação técnica

entre os dois países, assinando, finalmente, em maio de 2008, a cooperação entre brasileiros e serraleoneses é vislumbrada, sobretudo, nas áreas de energia, biocombustíveis e infraestrutura. Já houve encontro entre os presidentes do Brasil e de Serra Leoa e a troca de visita entre autoridades de primeiro escalão. Note-se, finalmente, que o comércio entre o Brasil e Serra Leoa, bastante modesto, 19 milhões em 2008 é amplamente superavitário, pois o Brasil representa não mais que 2%, perdão, 0,2% do total das exportações brasileiras para a África, concentrada no caso de Serra Leoa em açúcar e fumo.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. E era o que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Relatório é pela aprovação.

Item 3 da pauta, não terminativo. Mensagem 54, de 2009. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Antônio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Segunda Classe da carreira diplomática do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. A autoria é da Presidência da República, o relator é o Senador Eduardo Suplicy que estando ausente rogo ao Senador Álvaro Dias para exercer a função de relator ad hoc, a quem concedo a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Constituição atribuí competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Antônio Carlos do Nascimento Pedro é filho de Antônio do Nascimento Pedro e Araci Ribeiro Pedro, tendo nascido a 14 de fevereiro de 59 no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ingressou na carreira diplomática em 76, por concurso, tornando-se terceiro secretário no ano seguinte, mesmo ano em que exerceu a função de assistente da divisão consular. Entre as funções desempenhadas na administração pública destacam-se chefe substituto da divisão jurídica 89, chefe da divisão de direitos humanos, 2000, ambas no Itamarati. No exterior exerceu, entre outros, os cargos de conselheiro em 97 e Ministro—Conselheiro 2003, na missão permanente em Genebra. O indicado possui, ainda, ampla experiência no campo do Direito Interna-

cional dos Direitos Humanos tendo chefiado inúmeras delegações brasileiras em distintos fóruns.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, as relações entre os dois países que tiveram início em 68, adquiriram novo patamar a partir de 2003. Até então, o relacionamento bilateral era meramente protocolar. A mudança de enfoque surge em decorrência da alta prioridade atribuída pelo Presidente Lula a ampliação dos vínculos com países africanos e árabes. Nesse contexto, o Sudão abriu Embaixada residente em Brasília no ano de 2004. Cuida-se da primeira Embaixada sudanesa na América do Sul. O Brasil, por sua vez, abriu Embaixada em Cartão no final de 2006. Desde então, foram realizadas reuniões de consultas políticas bilaterais com abordagem de pauta diversa de temas, por exemplo, produção de carne, energia, mineração, pesca, biotecnologia, transporte, comunicações. O Sudão, ainda, segundo informe, considera o Brasil como potencial parceiro estratégico, sobretudo, nos setores agrícola e pecuária. Esse quadro, observa-se, nos últimos anos significativa movimentação de setores empresariais de lado a lado. Acordos e parcerias comerciais começam a avançar. Nesse sentido, merece destaque a venda pela empresa brasileira Dedini Indústria de Base SA. da primeira usina de etanol ao governo sudanês. Não obstante os avanços verificados, o intercâmbio bilateral ainda é discreto. O Brasil se caracteriza por exportar açúcar de cana, chassis com motor a diesel e tratores. Nossa pauta de importações inclui resíduos, aparas de plásticos e plantas medicinais.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial e nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. É o parecer do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O parecer é pela aprovação.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Antônio Carlos do Nascimento Pedro para fazer a sua exposição.

SR. ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V. Exa., o Senador Álvaro Dias, também em nome da relatoria de S. Exa., o Senador Suplicy e os demais membros da Comissão.

Sr. Presidente, o Sudão passa por momento de extrema complexidade política e é um momento onde, no fundo, se discute uma ideia de fragmentação ou de unidade. Acho que o Sudão está num período de consolidação de um modelo de federação moderna. São basicamente três as grandes questões políticas

no Sudão, hoje em dia: a questão do sul, a questão de Darfur e a questão do mandato de prisão do Tribunal Penal Internacional contra o presidente Al-Bashir.

A questão do sul. Foi assinado um acordo de paz em 2005, depois de mais de 20, aproximadamente 25 anos de guerra civil. É um acordo que inclui várias cláusulas e, inclusive, a de compartilhamento de poder e compartilhamento de riquezas. Essas duas perspectivas estão sempre presentes na política interna do Sudão, hoje em dia. A questão de Darfur está sempre na imprensa, é uma questão absolutamente complexa, que se entrelaça com a questão do sul e com complicadores adicionais, como, por exemplo, o fato de estar a região de Darfur na fronteira com o Chade, fronteiras porosas, com lealdades tribais e étnicas de um lado e de outro, e com acusações recíprocas dos governos de um e outro lado, com relação a apoio à oposição.

Nesse contexto de complexidade, o mandato de prisão do Tribunal Penal Internacional introduz um elemento adicional na política interna sudanesa. Existe uma grande movimentação diplomática, promovida pelo Sudão, e existem também algumas medidas internas, tomadas pelo governo central, de maneira a possibilitar uma saída política para este ponto.

O Sudão é um país basicamente agrícola com alguns projetos, grandes projetos de modernização agrícola no norte, e, a partir de 99, passa a ser um grande exportador de petróleo. Na África subsaariana, por exemplo, é o terceiro país, Nigéria, Angola e o Sudão. Uma produção de 462 mil barris, mais ou menos, 13 bilhões de exportações, reservas estimadas em 6 bilhões. É um grande exportador e tem um potencial ainda inexplorado muito grande.

A grande pergunta que se coloca é: diante da crise mundial, como o país vai fazer face aos compromissos normais de um país e os compromissos gerados pelos acordos de paz, que preveem criações de instituições, que preveem compartilhamento de riquezas? E já há uma tendência na economia do Sudão de retração, de redução dos níveis de crescimento que foram razoáveis nos últimos anos, na faixa de 8%, por exemplo. Para um país como o Sudão é um índice importante.

Na política externa, eu mencionaria poucos aspectos, selecionaria alguns aspectos que são extremamente relevantes. O Sudão é um país com posicionamento estratégico. Na África, tem fronteiras com nove países, tem saída para o Mar Vermelho, que o aproxima do Oriente Médio. No contexto africano, eu mencionaria o Egito, a África do Sul, a Uganda, a Etiópia, a Eritreia e o Chade como vetores importantes de atuação, e, fora do contexto africano, os Estados Unidos. Existe um processo em curso de possível normalização de relações bilaterais, a partir da administração do Pre-

sidente Obama. O Sudão propicia também esse processo, entendo eu que seja uma vertente diplomática muito importante para o Sudão. Além disso, é importante que se tenha presente que a China, Malásia e Índia estão presentes no Sudão, com muita força no setor petrolífero. Em particular, a China. A China é um país que tem investimentos da ordem de 6 bilhões de dólares no Sudão e participa em grandes projetos de construção civil.

As relações com o Brasil, como já assinalou o Senhor Relator, elas são incipientes, podem crescer, estão na faixa de 40 milhões de exportações, 360 de importação de nossa parte, podem se colocar outros elementos, acho que o petróleo poderia ser um fator de crescimento dessa pauta bilateral. É importante, entendo eu, para o Brasil estar no Sudão. É importante internacionalmente. O Sudão faz parte da agenda das grandes instâncias da governança mundial, como conselheiro de segurança, por exemplo. Regionalmente, é o maior país africano, é um país que tem uma posição estratégica central, e um país diversificado economicamente, politicamente, é um país que liga norte e sul, liga o Egito ao coração da África, liga o Oriente Médio à parte mais do Oceano Atlântico. E nossas relações, como mencionou também no relatório, o relator, elas vêm de 68. Em 2004, o Sudão abre a sua Embaixada aqui, o Brasil abre a Embaixada em 2006. Somos, recentemente... Há coisa de um mês e meio, dois meses, a Venezuela abriu Embaixada em Cartum, somos dois países latino-americanos, os únicos dois que temos presença em Cartum.

Eu concluiria, para assinalar, que, na minha opinião, pode-se pensar numa proposta de programa de trabalho que incorpore, além dos elementos que são tradicionais, numa relação bilateral, como, por exemplo, aumento do comércio, assistência à colônia brasileira. A colônia brasileira no Sudão é pequena, mas ela é importante, são cerca de 30 pessoas: militares, oficiais que participam como observadores da missão no sul, alguns atletas e o pessoal da Embaixada, enfim, e alguns estudantes de árabe no Sudão. Pode-se pensar numa intensificação dos acordos, nós temos dois acordos com o Sudão, pode-se pensar numa quantidade adicional, como na área esportiva, na área cultural também, pode-se propiciar um intercâmbio de estudantes, no próprio Instituto Rio Branco se pode pensar na formação de diplomatas, por exemplo, sudaneses aqui conosco em Brasília. Além disso, creio que seria importante aumentar o diálogo político, formal, passando por uma comissão mista. Já há um mecanismo de diálogo bilateral, e esse mecanismo pode ser ampliado para uma comissão mista, os sudaneses são receptivos a essa ideia.

Uma coisa que é importante, Sr. Presidente, é que o Sudão percebe o Brasil como um país que por não ter as amarras do colonialismo, por não ter as mãos manchadas por uma atuação colonial na África é um país que tem uma capacidade de diálogo muito grande, é um país que tem uma tecnologia em biocombustíveis também que pode ser intensamente aproveitada no Sudão. Outra perspectiva que se pode explorar seria a participação de empresas brasileiras em alguns projetos grandes de construção, como, por exemplo, de represas no norte, isso é uma perspectiva também no caso do petróleo, como eu mencionei anteriormente. Acredito que seria o caso de se começar uma exploração, pelo menos, auscultar as possibilidades de participação brasileira nessa exploração petrolífera no Sudão. Não pararia aí, por exemplo, me ocorre em tecnologia eleitoral, o Brasil dispõe de intensa e aperfeiçoada tecnologia que eu chamaria de tecnologia eleitoral, o Sudão entra num processo de eleições, um processo de referendo daqui a dois anos, e isso poderia ser também um elemento de ligação entre os dois países, de maneira a incrementar essa pauta bilateral. Na área de saúde, evidentemente, que há todo um leque de opções, e eu me concentraria no combate a AIDS. E faria duas observações finais com relação à proposta preliminar de programa de trabalho. O Sudão se encontra num momento de transição, onde há criação de inúmeras instituições internas em nível de Governo Federal e nos governos estaduais, em nível regional mesmo, mas eu me concentraria no Governo Federal e nos governos estaduais. Acho que o Brasil tem toda uma expertise nessa área, por exemplo, de organização orçamentária, planejamento financeiro, contabilidade pública, orçamento público, alfândega, imposto de taxi, talvez aí se pudesse aprofundar. Não existe um contato ainda nessa área. Talvez se pudesse aprofundar, acho que, com muito baixo custo e muitos ganhos de presença brasileira, se poderia trabalhar um pouco com o Sudão nessa área.

E, finalmente, não deixaria de mencionar uma vertente que me parece extremamente importante, que é a vertente que eu chamaria dos programas sociais, e medidas que conhecemos no Brasil que estão sendo aplicadas no Brasil com grande sucesso e que podem ser levadas para o Sudão. Acredito que tendo visto o momento político do Sudão, tendo visto o desejo do Sudão de avançar no seu desenvolvimento, é o período propício para que nós possamos levar adiante uma perspectiva desse tipo mais social.

Sr. Presidente, eu teria mais algumas observações, mas, se V. Exa. me permitir, eu encerraria nesse momento e me colocaria à disposição de V. Exa. e da Comissão. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Antônio Carlos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero justificar, especialmente ao indicado, para ser Embaixador na República do Sudão, Antônio Carlos do Nascimento Pedro, com quem estive ontem. Eu expliquei que talvez tivesse uma dificuldade no início da reunião, e, infelizmente, não pude ler o parecer que foi muito bem lido pelo Senador Alvaro Dias. Mas eu sou relator da sua indicação e quero cumprimentá-lo.

Nós tivemos um excelente diálogo ontem sobre as perspectivas de desenvolvimento do Brasil com o Sudão, e quero também transmitir ao Embaixador Armando Vitor Boisson Cardoso que vai nos representar na Finlândia e na Estônia.

E eu estava agora, Sr. Presidente, realizando uma palestra que tinha previamente me comprometido para o parlamento latino-americano que está sendo realizado no Salão Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, e, infelizmente, só agora pude correr para cá. E queria dizer ao Sr. Embaixador Antônio Carlos do Nascimento Pedro, de como será importante e também ao Embaixador Armando Vitor Boisson Cardoso que vai para a Finlândia e que possamos interagir mais e mais com esses países no que diz respeito não apenas às relações de comércio, mas também a experiência brasileira de programas de transferência de renda.

O Sudão tem condições, sobretudo porque tem uma grande reserva petrolífera, de aproveitar experiências de fundos que sejam destinados à transferência de renda, inclusive, um dia de chegar à renda básica de cidadania.

Na Finlândia, onde estive há cerca de dois anos, por convite do Banco Mundial, para a reunião do Banco Mundial, onde fui convidado justamente para expor para os parlamentares dos mais diversos países do mundo a proposição da renda básica e a experiência brasileira, e ali pude notar que há um avanço muito grande. A Finlândia é um dos países com melhor índice de desenvolvimento humano do mundo, e, praticamente, ali todos têm a garantia de uma renda por uma complexidade de programas, mas também lá eles discutem a perspectiva de um dia se chegar a renda básica incondicional.

Então, meus cumprimentos a ambos os indicados para a Embaixada. Já dei um livro meu ao Embaixador Antônio Carlos, e gostaria de... Já dei para o senhor também? Não. Ainda não. Vou dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

Eu gostaria só, ainda, Embaixador, na qualidade de membro da Comissão, não só como Presidente, também como ao embaixador Antônio Carlos, desejando sucesso para ambos, depois da nossa aprovação aqui. Mas a questão ainda referente à situação política, se o senhor puder nos dar mais alguma informação, porque eu tive que me ausentar, o clima político, no momento, se existe o risco do terrorismo permanece.

SR. ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO: Obrigado, Sr. Presidente.

A situação do Sudão, no meu entendimento, é estável. O Sudão, hoje em dia, como eu mencionei e voltarei a esse ponto, ele passa por esse processo, onde o que está em jogo, na minha avaliação, é fragmentação ou unidade. Nos últimos, desde a independência, desde 1956, ou seja, nos quase 53 anos, mais ou menos, quase mais de 30 anos, foram em guerra civil e guerra civil basicamente com o sul. Isso tem raízes históricas. O país, desde a época que foi administrado pelos ingleses, desde a época anterior, quando os otomanos chegaram à parte norte do país e houve uma acentuação dessa divisão entre o norte e o sul. As guerras civis na parte sul do país, na verdade, o pleito principal é o compartilhamento do poder e o compartilhamento de riquezas.

Em 2005, foi assinado um acordo de paz com o sul. E um dos elementos muito importante, central, nesse acordo de paz, é exatamente isso: compartilhamento de poder político e de riquezas. Mas há outros elementos, porque, ao situar nessas duas perspectivas, se estabelece um calendário político interno que vai até, mais ou menos, o final de 2011, e esse calendário passa por eleições gerais, esse calendário passa por um referendo sobre a secessão do sul. Ao falar de eleições, a complexidade se desdobra, ela se ramifica, porque, pela primeira vez, se faz um censo geral no Sudão, o que é de extrema dificuldade, dadas as características do país, características geográficas, inclusive. Os resultados foram divulgados agora. E o censo é importante porque, com base no censo, se fixam as circunscrições e o número de leitores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas existe a possibilidade de divisão do país em dois, de criação de um novo país?

SR. ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO: Existe. Existe, Senador, porque, em 2011, está

previsto um referendo sobre exatamente se o sul deseja ficar dentro do país ou constituir um país à parte. Se houver a secessão prevê-se e cumprido o acordo de paz com o sul, prevê-se que isso seja feito em uma transição política, na medida do possível, ordenada. E esse é o coroamento de todo esse processo político que, na verdade, começa em 2005, com a assinatura do acordo de paz, passa por eleições e chegará ao referendo sobre essa secessão.

Outra questão que eu imagino que esteja presente na indagação de V. Exa. sobre o ponto político interno é o Darfur. O Darfur é uma região que faz fronteira, ele está a oeste, ele faz fronteira basicamente com Chade. Darfur significa terra dos Fur, que é uma etnia predominante, não é a única, mas é predominante. E, historicamente, sempre foi muito resistente a qualquer movimento de dominação, a qualquer ingresso de outras etnias. Os otomanos não chegaram a Darfur; os ingleses, sim, chegaram a Darfur, utilizaram as lealdades locais para criar regiões administrativas dentro do que era o grande Darfur.

O grande conflito de Darfur começa em 2003, quando os rebeldes atacam instalações militares em uma das capitais, chamada Al-Fasher. Abre-se uma crise política importante, um movimento de guerra com todas as consequências que uma guerra pode causar num cenário de tanta complexidade geográfica e étnico, também, religioso, econômico e político, naturalmente. Há grandes números de deslocados, tanto que foram para o Chade quanto que ficaram em Darfur, em outras regiões. Há toda uma organização tratando de retorná-los e reinseri-los nas suas comunidades de origem, e, em 2006, se assina um acordo de paz, um acordo de paz que faz referência ao acordo com o sul e que também tem como elemento central a distribuição do poder político e da riqueza.

O grande problema de Darfur, na minha avaliação, Senador, é que os movimentos rebeldes estão divididos. Então, fica muito difícil determinar uma interlocução para dar segmento àquele acordo de paz, para que ele tenha realmente a abrangência que se espera de um acordo de paz. Existem atividades nesse campo, tratando de mobilizar? Sim, existe. Eu mencionaria os Estados Unidos, os Estados Unidos estão se aproximando do Sudão, há um movimento na administração Obama de normalização, e estão de, certa maneira, em contato com as principais facções rebeldes no Darfur para que voltem a se sentar à mesa de negociações. O Catar também, o Catar tem uma ascendência normal na região e está tentando fazer a mesma coisa, e o Egito, de sua parte, também. Pode ser que esse trânsito intenso de iniciativas diplomáticas possa gerar alguma sobreposição. Mas acredito que o balanço

final poderá ser positivo. A grande questão política de apaziguamento da situação passa por aí. Mas existe a questão, naturalmente, humanitária, de uma crise humanitária profunda. E a terceira questão que eu acho que é importante, Sr. Presidente, na política interna do Sudão é a questão do Tribunal Penal Internacional e do mandato de prisão expedido. Também aí o Sudão está dando passos, na medida do possível, o governo central, passos internos a maneira a avançar na implementação dos acordos de paz e punir e responsabilizar por violações de direitos humanitários e direitos humanos, ao mesmo tempo, há algumas iniciativas diplomáticas, sobretudo, da União Africana, da Liga dos Estados Árabes e também da Conferência Islâmica para mobilizar e sensibilizar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu me arriscaria a dizer, eventualmente, no futuro, uma possibilidade de aplicação do art. 16 do Estatuto de Roma que não elimina o mandado, mas o suspenderia por doze meses. Isso é uma questão que ainda está em aberto. Mas eu acho que é importante nessa questão de mandado de prisão, esse esforço que o Governo Federal, o governo central faz, o avanço nas cláusulas do acordo de paz e o esforço diplomático para que as principais facções rebeldes se sentem à mesa de negociações.

Eu poderia mencionar mais outras questões que são igualmente importantes no plano político interno, mas me parece, Sr. Presidente, que a questão do sul, de Darfur e do mandado de prisão são centrais para se mergulhar na complexidade daquele país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador.

Eu quero ainda, antes de suspender a reunião e transformá-la em secreta, informar que será realizada hoje, dia 7, às 15 horas, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, a assinatura de Protocolo de Cooperação Internacional com a África do Sul, conforme comunicado aqui da Senadora Kátia Abreu, convidando os membros da Comissão.

De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 383, do regimento interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que os embaixadores sejam arguidos pela Comissão. E eu designo o Senador Antônio Carlos Valadares para atuar como secretário.

A reunião se torna secreta. Os embaixadores podem permanecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, acho que, talvez, não haja a necessidade de perguntas de natureza reservada. Então, quem sabe, possamos passar para a apuração dos votos e--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, nós temos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A não ser que V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, é porque, senão,... Acredito que não aconteceria, mas alguém poderia argüir nulidade. No entanto, é questão rápida, eu acho que não havia nenhuma questão, nós reabriremos imediatamente.

[sessão secreta às 11h40]

[sessão reaberta ao público às 11h44]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação dos Embaixadores José Fiúza Neto que vai acumular Serra Leoa, o Embaixador Antônio Carlos do Nascimento Pedro, o nosso novo Embaixador, portanto, da República do Sudão, o Embaixador Armando Vitor Boisson Cardoso, nosso embaixador, portanto, para a República da Finlândia e cumulativamente, com a Estônia.

Está encerrada a sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Suplicy, antes de encerrar a sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, hoje, surgiu a informação de que o governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores teria comunicado ao Senador Cristovam Buarque que muitos aqui havíamos o considerado como não adequado para se tornar diretor geral da Unesco, e também há um outro Vice-Diretor brasileiro da Unesco hoje que... O senhor lembra o nome? Marcos Barbosa que ambos estavam muito bem cotados para se tornarem diretores da Unesco e foi dada a informação de que o Ministro Celso Amorim até telefonou para os dois informando que o Governo Brasileiro avaliou como adequado, possivelmente, pelo bom relacionamento que é importante ter com os países árabes e tudo, a indicação de um ex-ministro da Cultura do Egito. Quem sabe possamos ter, proximamente, num dos diálogos que temos tido com frequência com o Ministro Celso Amorim, a oportunidade de ouvir melhor das razões desta escolha, e acho que isso é de interesse da Comissão de Relações Exteriores. Então, eu queria propor que na oportunidade adequada, como volta e meia nós temos tido e sempre o ministro Celso Amorim tem tido a disposição de vir aqui, mas que numa de suas próximas visitas, ele esteve aqui recentemente, é que ele também nos explique as razões que levaram o Governo Brasileiro a essa decisão.

E quero aqui cumprimentar os dois brasileiros, inclusive, o nosso colega Cristovam Buarque que talvez haja uma vantagem que assim poderemos continuar a contar com o extraordinário trabalho do Cristovam Buarque, mas acho que seria bom termos essa explicação por parte do Ministro Celso Amorim, em breve. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, o Ministro também me ligou, me comunicou a semana passada, eu tinha levado esse assunto a ele numa audiência, e ele teve realmente a delicadeza de me telefonar, dizendo que tinha tomado essa decisão. Eu até externei publicamente hoje à imprensa que eu lamento essa decisão, porque considero que era uma boa oportunidade do Brasil poder dirigir um organismo do porte da Unesco, ainda mais que nós estávamos com dois nomes altamente qualificados: o Senador Cristovam, ex-Ministro, Professor, e também o Márcio Barbosa que é hoje o vice-diretor, que é o segundo homem da Casa. De maneira que eu acredito que, realmente, seja interessante mais esclarecimento da parte do Ministério das Relações Exteriores, além, dessa satisfação que deu aos dois e também a mim como Presidente da Comissão.

E eu aproveito também a sua colocação, Senador Suplicy, para, mais uma vez, externar aqui alguma preocupação com outro ponto, porque eu recebi nessa semana informações que preocupam muito com relação ao crescimento das questões das fraudes, dos crimes cometidos na rede de computadores. Eu estou vindo agora da parte da manhã, e foi uma reunião pública, o presidente do SERPRO disse que foram feitas 300 tentativas de passar o imposto de renda em nome do Presidente Lula. O SERPRO conseguiu brecar, evidentemente, pelas normas que têm de segurança. Mas veja como isso está aumentando. Quer dizer, 300 tentativas de fraudar uma declaração de imposto de renda, e, evidentemente, queria colocar mal o presidente, falar que o presidente tinha lote na lua, alguma coisa desse tipo assim. Evidentemente, que ninguém ia fazer... Então, veja como é que a fraude está crescendo, isso foi contra ele, mas contra outros acontecem. E nós temos tido aí, os bancos informam e, lamentavelmente, o Ministério das Relações Exteriores não tem dado segmento, eu falei isso, pessoalmente, com o ministro, a adesão do Brasil ao Tratado Internacional que trata desse assunto que é a Convenção de Budapeste, que reitero aqui, quarenta e... Os países europeus todos participam, os Estados Unidos participam, o Japão, o Canadá; então aproveito também essa oportunidade para, mais uma vez, colocar aqui publicamente minha preocupação porque o crescimento do número de ações ilegais,

criminosas na rede de computador é muito grande e o Brasil está, de alguma maneira, passivo. Nos aqui no Senado já aprovamos a lei, mas ela está parada na Câmara, e do ponto de vista diplomático também continua pendente a nossa adesão.

Então, nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Sessão encerrada às 11h49.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 8ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009.

Às dez horas quatro minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **VALTER PEREIRA** e **RENATO CASAGRANDE**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, OSMAR DIAS, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MARINA SILVA E WELLINGTON SALGADO, FÁTIMA CLEIDE, ALMEIDA LIMA, ADELMIR SANTANA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): João Pedro, Augusto Botelho, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Mário Couto, Marisa Serrano, João Ribeiro, Gilvam Borges, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Gim Argelo e Jefferson Praia. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 3 e 10 de 2009 – CRA**, de autoria do Senador João Pedro e outros senhores senadores, aprovados em 10/3/09 e 24/3/09, respectivamente, e do **Requerimento nº 17, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador João Pedro, com adendo da Senadora Marina

Silva, aprovado em 14/4/09, com a finalidade de debater a **Medida Provisória nº 458, de 2009**, que “**dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia da Legal, altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976 e 6.925, de 29 de junho de 1981 e dá outras providências**”, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Sérgio Leitão** – Representante do **Greenpeace**; **Sr. Lázaro Dobri** – Coordenador Regional Norte da **CONTAG** e Presidente da **FETAG** – Rondônia; **Sr. Anaximandro Doudement Almeida** – Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Sr. Paulo Barreto** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Egon Krakhecke** – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; **Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes** – Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Jayme Campos, Marina Silva e Renato Casagrande. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente da CMA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA PRESIDENTE DA CRA

SENADOR RENATO CASAGRANDE PRESIDENTE DA CMA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 28 De Abril De 2009, Às 10 Horas E 04 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se à Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nºs 3 e 10, de 2009, de autoria do Senador João Pedro e outros Srs. Senadores, aprovados em 10/03/2009 e 24/03/2009, respectivamente, e do Requerimento nº 17, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, com o adendo da Senadora Marina Silva, aprovado em 14/09/2009, com a finalidade de debater a Medida Provisória nº 458, que “dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nº 8.666, de 93, 6.015, de 73, 6.383, de 76, e 6.925, de 81, e dá outras providências”.

Estão presentes os seguintes convidados que chamamos para participar da Mesa dos trabalhos desta Comissão: o Sr. Sérgio Leitão, representante do GREENPEACE; o Sr. Lázaro Dobri, Coordenador Regional Norte da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da FETAG-RO; o Sr. Anaximandro Doudement, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Sr. Paulo Barreto, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); o Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Carlos Mário Guedes, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Como os senhores perceberam, nós temos aqui autoridades relacionadas à política fundiária do País e à área ambiental também. Obviamente trata-se de uma Sessão Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e, por isso, nós vamos discutir a questão da regularização sob o enfoque ambiental e fundiário. Esperamos que os trabalhos que vão se desenvolver nesta manhã produzam subsídios importantes para um problema que preocupa extremamente essas duas áreas, já que é a ferramenta necessária para normalizar questões de crédito, de ocupação e até mesmo da segurança jurídica.

Vamos de imediato passar a palavra para o primeiro expositor, que representa o GREENPEACE, o Sr. Sérgio Leitão. Nós vamos fixar um tempo de dez minutos para cada expositor, mas obviamente, como aqui é uma Casa Legislativa, o que prevalece sobre tudo é o resultado. Portanto, a regra é de dez minutos, mas nós teremos a flexibilidade necessária, desde que não comprometa o período completo da reunião. Com a palavra o Sr. Sérgio Leitão.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Inicialmente o meu bom dia a todos e a todas aqui presentes. Em nome do GREENPEACE aqui no Brasil eu gostaria de agradecer ao convite que nos foi feito para estarmos aqui e discutirmos esse assunto que me parece da mais alta relevância, não só para a Amazônia, mas como para o País como um todo.

O tema que nós estamos a tratar aqui diz respeito justamente à questão da regularização fundiária, o problema do conflito agrário na Amazônia, e é importante como um ponto de análise que nós verifiquemos que do ponto de vista daquilo que é a solução para o problema ambiental, para o problema do conflito agrário na Amazônia, o recente pacote de medidas feito pelo Governo Federal não é a solução para este problema. A rigor, do ponto de vista seja da inovação, do ponto de vista do caráter de uma solução duradoura, essas ações feitas agora, no sentido de criar um processo de agilização da concessão de terras públicas na Amazônia, em nada difere daquilo que, por exemplo, foi feito durante os anos 70, em plena ditadura militar; não tem nenhuma novidade. Aliás, se nós verificarmos todo o processo de ocupação territorial do Brasil que até hoje deixa um legado de conflitos físicos, de confrontos, de soluções não definitivas, de problemas jurídicos que permanecem sem solução, como é o caso, por exemplo, do Pontual do Paranapanema, em São Paulo, a gente vai verificar que o Estado, neste caso, nunca conseguiu criar uma solução em definitivo.

Por que é que eu digo que esse conjunto de soluções, agora apresentados pelo Governo, não se trata em nenhum caso de nenhuma novidade? Porque isso já foi feito. O histórico das intervenções do Governo Federal em torno da regularização fundiária na Amazônia sempre foi caracterizado pelo binômio “deixa invadir” e, depois, “deixa regularizar”, sempre marcado pela necessidade de criar-se um processo de regularização que visa tão-somente, tão-somente e tão-somente ao final reconhecer situações que foram feitas sem que o Governo Federal tivesse qualquer condição de dar o devido controle em relação ao que estava acontecendo no patrimônio fundiário.

Se nós quisermos verificar, basta que a gente cite o que foi feito nos anos 70, quando o Governo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, o GETAT, criou o GEBAN, que era o Grupo Executivo do Baixo Amazonas, na margem esquerda do Rio Amazonas, que era justamente uma ação fundiária extraordinária, inclusive era feito no âmbito do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, era assim que se chamava no Governo Figueiredo o MDA de então, que nesse momento agora diz que vai fazer novamente “ações extraordinárias”. Então nós vemos que

a ação do Governo nesse sentido, ela está sempre se rotulando, se definindo como algo que visa resolver o problema, mas que sempre se repete por uma ação tópica em cima de alguns casos isolados e que, muitas vezes, inclusive, digamos assim, ajuda a agravar o quadro de conflitos.

Então a primeira questão que nós queremos deixar claro é que o conjunto de soluções para essa definição da questão fundiária na Amazônia não virá pela ação atual do Governo Federal. Ela é simplesmente uma ação que visa, aí sim, criar aquilo que tem sido reclamado insistentemente por um conjunto de atores econômicos que se predispõem a investir pesadamente na União, inclusive fundos que querem adquirir grandes extensões de terras, que têm capital para tanto, mas que reclamam para fazer esse investimento justamente a estabilidade. Então ela não é uma reforma ou uma ação agrária que se prende ao interesse da solução do conflito dos trabalhadores rurais e que vai evitar, por exemplo, que nós tenhamos a repetição, nos dez anos, do Massacre de Eldorado de Carajás, justamente a repetição daqueles fatos. Aliás, esse mês de abril de 2009 é significativo porque faz vinte anos do assassinato do padre Josimo Tavares, em Imperatriz, e faz dez anos do Massacre de Eldorado de Carajás, e os massacres voltam a se repetir, os assassinatos voltam a se repetir e, no caso do Estado do Pará, que é o Estado mais premido e premente em termos de uma solução, nós temos pelo menos oitocentos assassinatos nos últimos vinte anos, onde só três casos foram levados a julgamento, onde só três mandantes estão na cadeia e onde a impunidade campeia. Então nada disso está sendo tocado nessa ação fundiária do Governo Federal. Então não há diferença nenhuma do ponto de vista da sua significação, do ponto de vista do investimento, do ponto de vista da iniciativa daquilo que fez o Governo Militar na década de 70. Pelo contrário, mais uma vez o que a gente verifica é que a Amazônia é tratada como uma espécie de quarto de despejo dos conflitos agrários nacionais, ou seja, aquilo que o Governo Federal não tem coragem ou não tem competência ou não quer fazer por uma falta de vontade política, é atuar onde os conflitos também acontecem, porque o conflito não é só na Amazônia, o conflito é no País inteiro, o Governo não o faz. Eu me lembro quando houve a campanha para a eleição do Presidente Lula, desde mandato, um dos compromissos assumidos era justamente a questão da atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais no Brasil, porque hoje a gente tem uma situação que é muito estranha: a agricultura brasileira reconhecidamente recebe os maiores elogios pelos seus índices de produtividade, ela é capa da Revista Exame com

máquinas do último tipo, que dão um dinamismo à agricultura, por exemplo, no caso do Mato Grosso, mas quando chega o fiscal do INCRA a fotografia que se mostra é aquela do machado e do arado de madeira dos anos 60. Então a premiação é pela foto do Século XXI, mas a avaliação do índice de produtividade é do Século XIX e aí tem um descompasso que é fundamental e que precisa ser resolvido.

Então o que nos parece fundamental colocar é que nós temos aí sim uma situação em que do ponto de vista fundiário a ação do Governo Federal, ela tem uma espécie daquilo que o antropólogo Alfredo Wagner Berna de Almeida, que é um dos maiores especialistas na questão agrária no Brasil, chama de “O intransitivo da transição”, ou seja, seja governo militar, sejam governos democráticos, seja o governo Fernando Henrique, seja o governo Lula, nada muda nesse tocante. E nada muda por quê? Porque 2/3 da reforma agrária durante a ditadura eram feitos na Amazônia, 2/3 da reforma agrária no governo Fernando Henrique foram feitos na Amazônia e 2/3 da reforma agrária no governo Lula são feitos na Amazônia. Ou é muita coincidência, é apenas um dado a ser observado, ou esses governos não têm uma política que variou de governo para governo; seja o General Figueiredo, seja o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seja o Presidente Lula, todos fizeram a mesma linha de ação e todos estão a repetir o mesmo padrão, que é justamente fazer um processo de regularização fundiária que nada mais nada menos significa uma mera concessão de títulos que anistia o passado e estimula a sua repetição no futuro. Nós estamos sempre a fazer isso, anistiando o passado e estimulando que ele se repita no futuro.

E aí tem uma questão fundamento que é fundamental e que precisa ser deixada clara e especificada de maneira bem oportuna, que nesse sentido essa história do processo fundiário no Brasil, que é um processo onde eram terras públicas que foram sendo privatizadas, essa é a história e a tradição agrária brasileira, ela tem na Amazônia uma espécie daquilo que, se não me engano um Senador do Mato Grosso, se não me engano o Gabriel Müller, quando esteve aqui numa CPI da Reforma Agrária nos anos 50, sobre titulação, chamou de uma espécie de curso superior da grilagem de terras públicas no Brasil. Ele disse aqui nesse Senado que a grilagem de terras no Brasil fez o curso primário no Paraná, ele fez o seu curso superior na região da Sorocabana, em São Paulo, no interior, e estava fazendo o seu Mestrado e o seu Doutorado no Mato Grosso e no Pará, porque justamente a última extensão daquilo que é o processo de avanço sobre terras públicas, sem que haja uma discussão democrática de como é que os conflitos vão ser solucionados,

como é que não se gera um processo de concentração fundiária, como é que não se gera todo um processo que hoje esse governo deveria estar se pautando pela Lei que ele fez... Eu estou vendo aqui a Senadora Marina Silva, quando foi Ministra do Meio Ambiente, esse governo fez uma Lei chamada do quê? Lei de Gestão das Florestas Públicas. Qual era o pressuposto básico dessa Lei? O pressuposto básico dessa Lei era que o governo iria fazer um processo de reconhecimento da titulação das terras públicas na Amazônia, separando aquelas que fossem particulares e fazendo um amplo processo de investimento na concessão de áreas para a exploração florestal, ou seja, reconhecendo aquilo que é uma vocação natural da Amazônia, que é a exploração florestal. O que é que o governo está fazendo agora? Abandona esse processo [soa a campanha], porque é isso que a gente pelo menos pode verificar, o governo não está dando nenhum passo significativo nesse processo inclusive de cruzamento de dados fundiários entre os Estados e aqueles dados do Governo Federal, e o governo agora faz de conta de que essa Lei de Gestão não foi votada aqui pelo Senado, não foi votada pela Câmara dos Deputados, não foi sancionada pelo Presidente Lula e faz um pacote novo que simplesmente desconhece isso, cria um esvaziamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, porque simplesmente o órgão agora se vê esvaziado das suas funções porque se cria uma espécie de instância extraordinária dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, repetindo, como eu já disse, o padrão de intervenção clássico feito durante os Governos Militares, que era justamente criar uma espécie de ação extraordinária que sempre resultou na concessão de mais e mais títulos, avanço da fronteira agrícola sobre a região amazônica, como se nós estivéssemos capazes de repetir o padrão dos anos 70; se nós anos 70 houve um padrão de destruição que era feito por ignorância e má-fé ou até por desconhecimento, este processo agora é cientificamente pensado, ele é elaborado dentro das instâncias do Governo Federal, ele tem como mote de preocupação inclusive as iniciativas feitas pelo Ministro Extraordinário das Ações de Longo Prazo, o professor Mangabeira Unger, que entende que a região amazônica não pode ficar sem ter todo um processo de reconhecimento das suas ocupações, porque é impossível que um País do tamanho do Brasil, digamos assim, gere um processo de impasse no seu ordenamento fundiário, só o que professor Mangabeira Unger também desconhece que este processo que ele está, digamos assim, a estimular, porque foi dele a iniciativa desta reformulação que o Ministério do Desenvolvimento Agrário teve que aceitar, foi caudatário desta proposta feita pelo Ministério,

simplesmente irá significar uma nova abertura de um processo de expansão da fronteira amazônica com a destruição. Se hoje nós já temos 17% de toda aquela região, digamos assim, destruída ou com toda a sua cobertura florestal totalmente colocada no chão, nós podemos imaginar que este novo processo que se iniciará com essa titulação em função da aprovação e da discussão dessa MP 458 tanto na Câmara como no Senado, irá abrir sim um novo ciclo, como aquele que foi aberto nos anos 70, que se casava pelo binômio “reconhecimento dos títulos” e “acesso aos cofres públicos”, que é justamente o que o Governo Federal está fazendo agora, basta que se veja o pacote de incentivos econômicos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sem nenhuma exigência de contrapartida, sem nenhum tipo de condicionante para que a ação seja feita sem o desrespeito ao meio ambiente.

Então eu gostaria de, nessa abertura, inicialmente repetir o agradecimento feito ao Senado pelo convite, mas deixar aqui patenteada a nossa extrema preocupação, que nós estejamos a repetir os erros dos passados, sendo que dessa vez é preciso que a gente diga que a sociedade brasileira não compreenderá o que nós estamos fazendo com a regularização fundiária da Amazônia e a história não irá nos perdoar de jeito nenhum, porque ignorância nós não poderemos alegar em nosso favor. Então é muito grave e eu peço a compreensão dos Srs. Senadores para examinar com todo o cuidado isso que o Governo Federal está fazendo, repetindo os erros do Governo Militar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos ao Dr. Sérgio e vamos passar ao seguinte expositor, porque a nossa metodologia vai ser a seguinte, Srs. Senadores: vamos ouvir primeiro todos os expositores, obviamente com a anuência do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ouvir todos os expositores e, depois, passar para os debates. V. Exa. concorda, Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Integralmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vamos para o segundo expositor, que é o Sr. Lázaro Dobri.

SR. LÁZARO DOBRI: Um bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui, em nome da Senadora Marina, a todas as mulheres presentes, em nome do Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, e do Deputado Anselmo de Jesus os demais Senadores presentes, e agradecer, Senador Valter, pelo convite. A CONTAG se sente orgulhosa em poder participar des-

se debate. Dizer da presença de nove representantes das federações ligadas, filiadas à CONTAG, da região Norte e da região Amazônica, que estão presentes. Para nós é uma satisfação poder estar aqui. A CONTAG tem hoje na região Norte – e neste caso a região Amazônica – nove federações filiadas a ela que tem, no seu seio, aproximadamente oitocentos sindicatos filiados nesta região.

Deixando claro, nós não somos contra a regularização fundiária na região amazônica. O que nós estamos questionando e estamos querendo discutir e debater é a forma como ela está sendo conduzida na região. Nós entendemos que um processo tão complicado como é este, que ao longo da nossa história de ocupação da região amazônica acumulou uma quantidade enorme de problemas, de conflitos, nós não podemos imaginar que um processo desse possa ser feito dentro de um gabinete e querer que em um ano se resolva o problema existente há mais de séculos naquela região.

Nós temos uma preocupação muito grande com a MP, entendemos que da forma como ela está colocada não vai beneficiar os pequenos produtores, os agricultores familiares, os que detêm posse abaixo ou até cem hectares, e ao longo da nossa fala nós vamos também dizer o porquê somos contra, mas a CONTAG traz uma proposta para que isso possa ser corrigido e não deixar acontecer como em muitos outros casos no Brasil quando se trata da questão agrária.

Um dos problemas da MP, que nós entendemos ser e que precisa ser corrigido, é no que se refere à participação das organizações existentes naquela região. Nós entendemos que quem vive a região amazônica há mais de vinte, trinta, quarenta anos, não poderia ter ficado fora de um processo desse.

Um outro ponto que nós entendemos prejudicial é a desvinculação da regularização fundiária com a reforma agrária naquela região, porque se nós não pau-tarmos a reforma agrária relacionando a mesma com a regularização fundiária, nós estamos estar propiciando a legalização do latifúndio, a legalização das grandes propriedades, que infelizmente são, essas grandes propriedades, que estão tirando da região amazônica a sustentabilidade que todos pregam.

Um outro problema é o não condicionamento dessa regularização fundiária com o Zoneamento Sócio-Econômico já existente, no nosso caso, por exemplo, no Estado de Rondônia. É impossível você imaginar ou nós imaginarmos fazer uma regularização sem levar em consideração esse zoneamento que, com certeza, é ele que define e tem que definir na região amazônica aonde pode ser ocupado por agricultura, aonde pode ser preservado pelo Estado e aonde pode detectar os

povos que lá vivem muito antes da fundação ou do descobrimento do Brasil.

Outro ponto que nós questionamos é a situação que ficou o INCRA. Entendemos que o INCRA precisa ser equipado, precisamos fazer um aprimoramento no quadro humano, na estrutura, mas acima de tudo precisa de recursos, e o principal problema, quando se trata de regularização fundiária, é a falta de recursos.

Outro ponto para nós importante é a questão da regularização fundiária sem georreferenciamento das áreas. Para os senhores e senhoras terem uma idéia, 55% de proprietários da Amazônia possuem módulos, possuem terras até cem hectares; 55% da população. 16% da população ocupante de terras na Amazônia detém o poder de 81% das terras da Amazônia. Se nós não levarmos em consideração e não fizermos o georreferenciamento, nós vamos estar legalizando o latifúndio, legalizando o documento e deixando de detectar as áreas que no documento está com mil hectares, mas que lá, na realidade, possuem dois, três, quatro mil hectares de terra.

O que é que nós estamos propondo? Nós estamos propondo a revogação da Medida Provisória. Nós estamos pedindo para que o Governo faça um Projeto de Lei que possa debater com a sociedade, debater com o Parlamento, buscar nos Estados e na região as entidades, os governos que lá vivem e que lá administram para construir uma proposta, um Projeto de Lei que possa, então, suprir a necessidade com relação à regularização fundiária. Nós pedimos que todas as áreas sejam georreferenciadas. Como já foi dito, por que é que nós pedimos isso? Nós queremos que a agricultura na região amazônica seja sustentável, produza dentro da realidade amazônica. Sabemos que o meio ambiente é importante, que no meio ambiente também vivem famílias e nós não podemos deixar que essa regularização seja feita a toque de caixa, sem discutir e sem planejar; que seja realizado o cadastro e a vistoria de todas as propriedades. Nós não temos pressa em fazer, nós queremos fazer bem feito [soa a campanha]. A quantidade de anos que existe esse problema na Amazônia não pode, volto a repetir, tentar ser resolvido em uma hora. Realizar a regularização fundiária para pessoas físicas. Que os títulos sejam alienáveis por dez anos e que as pessoas beneficiárias da regularização fundiária vivam na região amazônica, vivam em seu município onde a terra existe.

E, por último, nós queremos dizer que o movimento sindical da região amazônica ainda não foi convidado para sentar em nenhum momento, para discutir ou para contribuir no processo de regularização, e que da forma como está colocado dificilmente os movimentos sociais e, principalmente, o movimento ligado à Con-

federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) irá participar da forma como está sendo colocado. Obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro eu quero cumprimentar aos dois Presidentes de Comissão, dizer da acertividade dessa Audiência Pública, como o primeiro pontapé para esse debate tão importante, o Senador Casagrande me dizia lá no Plenário que nós tínhamos que ser proativos em relação a esse debate, e sugerir, Presidente, que a gente mantenha a tradição das nossas Comissões de fazer um processo intercalado: um representante da sociedade e um representante de governo para que não fique dois blocos estanques, que a gente possa ter uma interação. Então a minha sugestão é de que agora a gente possa ouvir alguém do governo para ter essa alternância.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou acatar, com a anuência do Senador Casagrande, Presidente da CMA, eu vou acatar a sugestão da Senadora Marisa, que eu acho que o contraditório é fundamental nesse momento. Então eu passaria a palavra para o agrônomo Egon Krakhecke.

SR. EGON KRAKHECKE: Não poderia, Senador, ser o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema, da nossa parte não tem problema. Então vamos anunciar a palavra do Sr. Carlos Mário Guedes, Secretário Extraordinário da Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Me ligou o Ministro alegando que estaria impossibilitado de comparecer a esta Comissão porque, como houve uma mudança na data desta realização, ele foi colhido com uma agenda externa que não dava para ele comparecer aqui. Ele está viajando para o exterior, parece que está chegando hoje ou amanhã. Então nós vamos passar a palavra para o Sr. Carlos Mário Guedes.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Primeiramente bom dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Qualquer recurso audiovisual que o senhor quiser se valer, não tem problema.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Bom, primeiramente bom dia Senador Valter Pereira, uma saudação muito especial ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Renato Casagrande, quero fazer uma saudação muito especial à companheira Senado-

ra Marina Silva, uma saudação às representações dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, à representação da CNASI(F) aqui presente, dos servidores do INCRA.

Quero registrar, Presidente, que estou aqui mandado pelo Ministro Guilherme Cassel para trazer todos os esclarecimentos necessários acerca da Medida Provisória 458, da proposta que o governo encaminhou ao Congresso, bem como do Programa Terra Legal, visto que a iniciativa da Medida Provisória viabiliza o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Eu vou tentar, inclusive pedir para não fazer uma exposição que nós tínhamos preparado, porque eu acho que vou tentar aproveitar o nosso tempo dialogando com temas que foram trazidos aqui à Mesa e com temas que têm sido recorrentes e que a gente tem percebido, aliás eu estava comentando aqui com o nosso Secretário Egon, o meu companheiro de governo, que se dá de fato tanto por uma opinião acerca da Medida Provisória, mas, também, por uma necessidade de uma aproximação e de um diálogo mais permanente com as entidades e que é o que o Ministério do Desenvolvimento Agrário se propõe a fazer neste momento, a partir da publicação do Decreto, que saiu hoje no Diário Oficial, que estrutura o Programa Terra Legal, que regulamenta a Medida Provisória 458 e que nos permite já iniciar as operações do programa. Nada faremos na regularização fundiária sem um amplo diálogo com todas as entidades da sociedade civil, ainda mais porque essa é uma prática do Ministério do Desenvolvimento Agrário em todas as suas experiências de implementação de políticas públicas, cito apenas um exemplo, que são os Territórios da Cidadania, que é uma referência concreta de uma ação integrada de governo com participação social. Esta é a nossa referência, esta é a nossa marca, é com este espírito que nós estamos implementando as iniciativas.

Em primeiro lugar, destacar que a reflexão que foi feita interna no governo acerca da regularização fundiária na Amazônia Legal, ela teve ontem um exemplo concreto da sua vitalidade, da sua necessidade. O Presidente Lula esteve ontem com os Governadores da Amazônia assinando o compromisso Mais Amazônia pela Cidadania, onde a regularização fundiária é um dos principais pontos, e nós tivemos numa ação conjunta com os movimentos sociais, conjunta com o Instituto de Terras do Amazonas, a concessão de títulos para mais de 4.240 famílias, todas de produção familiar, que agora tem o seu título, o seu reconhecimento, o seu direito assegurado para poder ter a porta de entrada para a cidadania, viabilizando recursos, viabilizando condições de assistência técnica que está no bojo desse programa, que é o compromisso, é o pacto

que o Presidente Lula assinou com os Governadores da Amazônia Legal. E, nesse sentido, um dos temas que foi tratado nessa atividade ontem era exatamente a integração da regularização fundiária com outras políticas governamentais como, por exemplo, o Plano de Apoio à Sociobiodiversidade, com a garantia da compra de alimentos e de produtos típicos da Amazônia para garantia de renda para esses produtores familiares, começando por produtores, por cooperativas organizadas e estimulando o trabalho com as entidades que estão sendo também objetos da regularização fundiária. Então ontem foi uma amostra concreta do que para nós é o Programa Terra Legal e é sobre esse aspecto, sobre esse sentido do programa, que dá uma prioridade, dá uma atenção especial, é que nós vamos dialogar aqui.

Se destacou aqui, fundamentalmente, de que nós, talvez, estimulássemos um processo de regularização na Amazônia Legal que levasse a uma nova corrida à ocupação de terras na Amazônia. A Medida Provisória é muito clara em relação a isso e nós hoje temos mecanismos – e estamos trabalhando com mecanismos nesse sentido – de não regularizar um hectare de terra que não seja demandado ou destinado para as ações em curso do governo. O Ministério do Meio Ambiente é testemunha do que nós já reiteramos, já solicitamos de conhecimentos de todas as áreas que são demandadas pelo Serviço Florestal Brasileiro, pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade e que nenhuma dessas áreas serão passíveis à regularização, porque há um interesse do governo em destiná-las para um objeto da atuação de conservação da biodiversidade.

Da mesma forma, semana passada nós estivemos com todos os superintendentes do INCRA da Amazônia Legal e afirmamos concretamente e foi solicitado aos superintendentes do INCRA que nós repassassem todas as terras que estão sendo pensadas para destinação a projetos de reforma agrária com a característica da Amazônia, porque o INCRA não fará mais projetos de assentamento tradicionais, fará os PAS, os PDSS, fará os PAFs, que são modalidades de assentamento típicos da Amazônia, que o INCRA informe todas essas áreas que serão destinadas para esse modelo de reforma agrária da Amazônia e que as áreas que não serão demandadas para esse tipo de reforma agrária, será feito o trabalho da regularização fundiária.

Outro aspecto importante nessa lógica do planejamento é que nós estamos exatamente integrando o Programa Terra Legal com a Operação Arco Verde. Nós analisamos e identificamos que muitos dos municípios que estão no chamado Arco de Fogo, estão por quê? As terras que tiveram o desmatamento ilegal, estão

sim em terras da União e estão sim com processo de regularização no mínimo confuso, no mínimo sem a informação necessária. Então é absolutamente necessário que nós entremos sim com a regularização fundiária para imputarmos responsabilidade sobre esses ocupantes e viabilizarmos da mesma forma os instrumentos de fomentos sim para que essas pessoas revertam o seu modo de produção, o seu modelo de produção, coerente com a estratégia da Amazônia. E nessa lógica, o fato de nós iniciarmos junto com a Operação Arco Verde, ela demanda tanto no planejamento quanto no que nós chamamos no pós-título um conjunto de iniciativas de monitoramento e controle e por isso é que o Programa Terra Legal está operando em conjunto com o SIPAM e operará em conjunto com os instrumentos do meio ambiente por que? Porque no art. 13 do próprio Decreto de regulamentação prevê que produtores que não cumprirem as cláusulas ambientais resolutivas terão os seus títulos anulados pelo período de dez anos, que nós faremos o processo da regularização, e que hoje os mecanismos de controle e monitoramento são muito diferentes de trinta anos atrás. À luz do que nós temos de materiais produzidos pelo PRODES, pelo DETER, pelo INPE nessa atuação com o Ministério do Meio Ambiente, nós mesmos temos no Ministério do Desenvolvimento Agrário instrumentos como a Declaração de Aptidão do PRONAF, que caracteriza o agricultor familiar, e que nós temos essa base de dados que inclusive os movimentos sociais nos auxiliam a identificar esses agricultores, que nós podemos ver tranquilamente quais são os produtores que alteraram o seu modo de produção, o seu modelo de produção a partir da regularização e que nós podemos acompanhar o que nós queremos de uma forma central, que é o cumprimento da função social da propriedade. Não há sentido nós emitirmos título se não viabilizarmos o cumprimento daquilo que diz a Constituição brasileira, de que as propriedades cumpram a sua função, na dimensão produtiva coerente com a dinâmica da Amazônia, na dimensão ambiental e na dimensão social. Esses são os instrumentos que nós temos do pós-título que nós autorizam a ter muita segurança de que o processo da regularização, desde o seu cadastramento até o georreferenciamento de todos os imóveis que nós faremos o trabalho... E aqui esclareço ao representante da CONTAG que será feito o georreferenciamento sim de todos os imóveis, o que nós não faremos, que foi instituída uma faculdade a nós, é a necessidade de uma vistoria quando nós identificarmos que não há essa necessidade, em imóveis até quatro módulos fiscais; em imóveis de quatro a quinze módulos fiscais continuam não só o cadastramento, quanto o georreferenciamento, quanto

a vistoria desses imóveis. Agora adianto para todos os senhores e senhoras aqui presentes: em municípios aonde nós identificamos aumento do desmatamento a partir de 2005 e a Operação Arco Verde já nos aponta, aonde nós identificamos um histórico de conflitos agrários que o Mapa da Ouvidoria Agrária Nacional já nos aponta isso de 2004 em diante, aqui eu posso adiantar para vocês que pegando o Mapa da Ouvidoria Agrária Nacional nós temos apenas 1% das terras que foram ocupadas pelos movimentos sociais que era de imóveis entre quatro a quinze módulos, 1% dos imóveis; 99% dos imóveis que foram objeto de reivindicação dos trabalhadores rurais não são imóveis de quatro a quinze módulos, ou seja, há uma clareza que nós temos produtores médios que precisam se enquadrar, precisam entrar e ter uma regulação muito forte da sua atuação, mas não são eles o objeto da reforma agrária, e por isso que nós dissemos que a regularização fundiária pode andar sim tranquilamente de mãos dadas com uma reforma agrária coerente com a estratégia da Amazônia, e é isso que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está fazendo.

Portanto, os elementos que trago aqui e que a Medida Provisória traz e esclarece de uma forma muito contundente, os Decretos que preveem a participação social não só no âmbito nacional, mas em cada Estado nós criaremos grupos executivos estaduais do programa e grupos de acompanhamento e controle social, com participação social e participação do Ministério Público nós divulgaremos pela internet todos os dados de cadastramento feito em todos os municípios em tempo real na internet, como faz o Ministério do Trabalho com a lista suja do trabalho escravo, só que essa nossa lista será uma lista positiva, porque são pessoas que estão reivindicando a regularização, e teremos também canais de denúncias junto com a Ouvidoria Agrária Nacional que ficarão expostos, públicos, numa lógica de um chamado Twitter(F) Terra Legal, aonde nós poderemos, todas as pessoas que queiram fazer denúncia [soa a campainha] sobre a regularização fundiária na Amazônia, poderão fazer e nós iremos atrás e vamos atacar essas situações.

Então, só para encerrar a minha exposição, eu queria trazer esses pontos de esclarecimentos sobre a Medida Provisória, sobre o Programa Terra Legal, sobre a coerência da ação de regularização fundiária que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso e que nós vamos começar o operar na Amazônia Legal, que ela tem estrita coerência com uma estratégia de reforma agrária, tem uma estrita estratégia de conservação e preservação da Amazônia, tanto é que nós dizemos que o Terra Legal é um programa que visa dar terra

para viver, produzir e preservar. Esse é o sentido fundamental, Presidente, da MP 458. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Sr. Carlos Mário e vamos passar ao representante da IMAZON, o Dr. Paulo Barreto, pesquisador sênior desse instituto. Com a palavra o Sr. Paulo.

SR. PAULO BARRETO: Bom dia a todos. Em nome do Senador Valter Pereira eu queria cumprimentar a todos os parlamentares aqui presentes. Esse tema é bastante complexo, eu vou focar em alguns pontos, sendo bem direto, aproveitando o tempo. Provavelmente, Senador, cerca de dez a quinze minutos, ao invés de só os dez minutos.

O título da minha apresentação está ali, se essa MP será uma oportunidade perdida, porque o tema fundiário na Amazônia é essencial, a gente precisa resolver esse problema, mas a Medida Provisória tem vários riscos em que a gente pode perder uma oportunidade de que a proposta realmente contribua para um desenvolvimento mais sustentável na região.

Eu colocaria como um dos objetivos desejáveis desse tema que a gente tivesse uma regularização de áreas ocupadas que são passíveis realmente de uma regularização, nem todas são, eliminar vários subsídios perversos que a má gestão fundiária ao longo do tempo criou – e eu vou explicar um pouco mais isso, porque é um tema chave – e é importante também fechar a porteira da ocupação desonerada. Já foi falado aqui, o Sérgio colocou muito bem, a gente tem uma tradição de ter esses momentos extraordinários de tentar resolver o problema do passado e, quando se tenta fazer isso, muitas vezes se deixa a porteira aberta para novas ocupações. É importante fechar isso, senão daqui quinze anos nós estamos estar com um novo movimento extraordinário aqui. Então é superimportante fazer isso.

Eu queria destacar muito o tema dos efeitos perversos de que as posses gratuitas, que têm muito na Amazônia, não foi dito aqui, tem cerca de trezentas mil posses gratuitas na Amazônia, ou seja, as pessoas ocuparam, não tem título, não pagaram por essas áreas, não pagam *royaltys* por essas áreas, não pagam aluguel, então é um subsídio bastante grande. Só que esse modelo tem efeitos bastante perversos. O primeiro ponto é que você, tendo terras públicas que ninguém toma conta, as pessoas correm para essas áreas tentando controlar a maior área possível. Isso é uma fonte de grande parte da violência que tem lá. O outro problema na área ambiental é que você tem um desmatamento prematuro, pois a pessoa tem que demonstrar uso para tentar segurar aquela área, porque se ele não está lá usando pode vir outro também ten-

tando ocupar. O outro problema, que é bastante grave, é que cria-se uma lógica que é mais barato desmatar novas áreas do que recuperar as áreas já degradadas. Se a pessoa tem áreas abertas, florestas que ele pode ocupar gratuitamente, é mais barato desmatar ali do que comprar adubo e investir em tecnologia para reformar as áreas já desmatadas.

Eu queria mostrar isso geograficamente, porque é muito importante as implicações para toda a região desse modelo. Aí eu vou ter uma sequência mostrando um pouco como é que funciona esse tipo de ocupação, as implicações para o uso da terra. A gente pode imaginar, aquela figura ali, tem um preto lá, uma estrada, imaginar que têm duas cidades, que seriam os mercados para os produtos agrícolas e os mercados madeireiros também. Numa situação em que as pessoas teriam que pagar pela terra, ou seja, não teriam subsídio, as pessoas ocupariam uma certa região que seria viável ter a agropecuária, os madeireiros. O problema é que no cenário em que é barato, é de graça ocupar terra pública, as pessoas ocupam uma área adicional, que passa a ser viável ocupar porque ela tem aquele subsídio, porque ela não paga por aquela área. Então você estende a área de ocupação que se torna viável. Tem um agravante que, já que a terra é barata, muita gente vai tentar ocupar antes de ser viável produzir na área florestal e mesmo na área agropecuária, ou seja, uma ocupação especulativa esperando se o governo vai investir um pouquinho mais em infraestrutura ou que os preços vão aumentar no futuro, ou seja, esse uso subsidiado das posses expande bastante a área de ocupação. Ele expande e isso cria vários problemas com demanda de infraestrutura depois, que o governo não tem condições de implementar, e não só de infraestrutura, de serviço, de educação, de saúde, de justiça. Não é à toa que os maiores índices de violência, quando a gente pede per capita, não está no Rio e em São Paulo, estão em várias cidades da Amazônia, juntamente porque as pessoas estão disputando aqueles espaços azul e azul claro que estão ali no mapa. Então ela tem uma implicação muito forte em tudo que está acontecendo na Amazônia em termos de ocupação.

Para dar alguns exemplos bem simples e concretos, aqui tem um mapa de uma cooperativa de colonização em Novo Progresso, no Pará. Aquele mapa à esquerda mostra o mapa da colonização, que pessoas chegaram naquela região, formaram uma cooperativa, cada um pegou o seu lote, várias pessoas dela não estão na região, elas estão em Mato Grosso ou até mesmo em Santa Catarina e no Paraná, e pagam pessoas que ficam cuidando dessa área e basicamente significa contratar pessoas armadas que vão controlar

essa área e pagam uma espécie de mensalidade para controlar aquela área. É o exemplo concreto desse modelo. Então cria-se uma situação bastante grave de disputa por essas fronteiras.

Um outro exemplo bastante importante tem a ver com o que eu falei do estímulo ao uso extensivo, que é mais barato desmatar do que usar as áreas, melhorar o uso nas áreas já desmatadas. Esse gráfico, ele mostra o retorno sobre o investimento que a pessoa faz no imóvel em quatro lugares importantes da Amazônia e na criação de gado: Alta Floresta, Paragominas, Ariquemes e Redenção. E lá mostra que só é viável, só é positivo, o retorno só é positivo da criação de gado extensiva, que aparece em azul. O modelo semi-intensivo e o intensivo, que significa melhorar a pastagem, investir em tecnologia, em genética, ele é negativo, porque é mais caro investir nessas coisas do que desmatar novas áreas. Quem fez os dados, nem é do IMAZON, é de uma empresa de consultoria que mostra esse tipo de dado, ou seja, se a gente continuar com esses modelos com vários subsídios do uso da terra, a gente vai estar sempre estimulando novos desmatamentos do que melhorar o uso das áreas. O Ministro da agricultura tem dito que não precisa desmatar mais nenhuma árvore na Amazônia, que pode se duplicar ou triplicar a produção de gado, as pessoas da EMBRAPA também dizem isso, então a pergunta que se deve fazer é: por que é que isso não acontece? Essa é a explicação, esse gráfico explica porque o Ministro da Agricultura continua dizendo que não precisa desmatar, mas pelo menos um milhão de hectares todo ano são desmatados na Amazônia.

Então eu olhei essa proposta, a Medida Provisória, com os olhos muito pensando em subsídio. O que é que essa medida contém ainda de subsídios que podem levar à continuação desses problemas? Uma delas tem a ideia de doar a terra até um módulo fiscal, ou seja, continua a ter o subsídio; a outra, não está muito claro lá, mas no final das contas tem uma possibilidade de ter o preço abaixo do mercado até quatro módulos fiscais. Está lá o artigo que trata disso. A proposta aí é realmente cobrar preço de mercado para todo mundo e, no caso dos pequenos, pode ter um tipo de financiamento para a compra. Depois eu vou falar um pouquinho mais sobre isso, de como isso poderia ser feito.

Outro subsídio que tem lá, ele ressuscita [soa a campainha] a chamada Licença de Ocupação até um módulo fiscal por quatro anos e daria uma carência de três anos para começar a pagar após os quatro anos. A proposta aqui é extinguir essa licença e, também, cobrar à vista de qualquer caso. Outra coisa que tem lá é dar até vinte anos para pagar e também três anos

de carência para começar a pagar. Realmente tem que vender à vista qualquer área que for vendida.

Essas pessoas já estão lá há vários anos, já exploraram a madeira dessas áreas, já tiveram várias safras de grão ou de gado, já venderam, ou seja, elas já tiveram a oportunidade de se capitalizar, então elas têm a oportunidade de pagar por essa venda à vista. Se elas disserem que não tem dinheiro para pagar, elas podem ir no banco e buscar dinheiro para pagar essas áreas. Num último caso, o governo poderia ter um programa de arrendamento, mas pagamento, preço de mercado, nem mais um dia de subsídio.

A proposta que tenho aqui é: o que é que o governo deveria fazer com a venda dessas áreas e também dos arrendamentos? Têm duas áreas fundamentais para regularização ambiental e fundiária, poderia ser criada um fundo. Várias áreas protegidas na Amazônia têm problema de regularização fundiária, esse dinheiro poderia ser investido nesse tipo de situação. Na semana passada eu estava em São Felix do Xingu e os produtores locais mostraram um vídeo de famílias que ocupam uma terra indígena e até hoje o INCRA não conseguiu retirar essas famílias de lá, e aquelas famílias pobres, várias chorando porque não querem sair de lá e o INCRA não tem condições de realocar essas pessoas; então é o conflito de pobres indígenas contra pobres querendo cem hectares de terra, onde tem terra abundante na Amazônia. Esse é o tipo de dinheiro que poderia ser usado imediatamente para resolver esse tipo de situação. Também o INCRA tem um passivo ambiental enorme na Amazônia, a maioria dos assentamentos não têm licença ambiental e têm problema com a reserva legal; esse dinheiro também poderia ser usado para regularização ambiental desses assentamentos.

Outro tema essencial é que grande parte dos assentamentos na Amazônia estão em condições muito difíceis de fato em serem viáveis, porque o governo não vai ter condições de investir toda a infraestrutura necessária onde eles estão localizados. Aí o Governo deveria realmente focar parte desse dinheiro em ter desapropriações para fazer assentamento de fato próximo do mercado. Em algumas situações não têm áreas passíveis de desapropriação próxima do mercado, mas o governo poderia usar um programa que já existe, que é o Cédula da Terra, para ajudar na compra de terra também próxima do mercado, ou seja, no final das contas seria muito mais trato, muito mais eficiente ter as pessoas próximas do mercado do que em assentamentos fazendo uma pecuária extensiva, a setenta, cem quilômetros do mercado.

Eu queria mostrar esse gráfico que mostra a relação entre distância do mercado, isso é um gráfico

que vem de um trabalho feito pelo Banco Mundial, que mostra ali o eixo, mostrando a distância para o mercado medido pelo tempo que as pessoas gastam para chegar no mercado e o percentual de pessoas pobres no meio rural; quanto mais distante, mais pobre as pessoas são, tem maior proporção de pessoas pobres, ou seja, por isso que eu insisto que o foco da regularização para os pequenos e também de reforma agrária e da Cédula da Terra deveria ser próxima do mercado, onde ele tem a possibilidade de ao invés de ter uma pecuária extensiva, ter, por exemplo, usos que têm a ver com a produção de produtos [soa a campainha] hortifrutigranjeiros, por exemplo, que são intensivos em mão-de-obra.

Finalmente, fechar as fronteiras. Têm fronteiras ainda que são instáveis porque têm populações indígenas e, também, tem necessidade de criar unidades de conservação. Onde tenham essas demandas o governo deve fazer isso imediatamente, juntamente com esse processo de regularização fundiária.

Têm dois itens específicos que são meio miscelânea, que eu recomendaria eliminar da proposta. Um é que a proposta original do governo é que isso fosse para as posses até 2004, o Relator estendeu isso até 2009. No final ele beneficia esses especuladores recentes, ou seja, quem está naquelas fronteiras mais distantes, quem especulou e está lá agora; tem que eliminar isso da proposta. E o outro item, ele premia o descumprimento de contrato, porque ele coloca que quem já está lá e que não cumpriu os contratos que já existem vai ter três anos de carência para renegociar ou começar. Então realmente tem que eliminar esse tipo de linguagem da proposta.

No final, eu tinha colocado de forma afirmativa que ainda há tempo para a gente promover essas mudanças, mas eu acabei de ouvir que já tem inclusive o Decreto que regulamenta, então eu não sei se dá mais tempo. Então por isso eu deixei uma pergunta. Espero que haja tempo de realmente reformular essa proposta drasticamente, incorporar coisas que a gente não precisa estar aqui daqui há quinze anos com mais medidas extraordinárias para tratar desse problema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos ao Dr. Paulo Barreto e vamos agora ao Dr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, aliás, meu conterrâneo, ex-Governador de Mato Grosso do Sul, Vice-Governador, mas foi Governador também por alguns dias.

SR. EGON KRAKHECKE: Mas só tinha lapiseira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só tinha lapiseira, não tinha tinta [risos], mas é na lapiseira que usa madeira. Muito bem, então o Dr. Egon.

SR. EGON KRAKHECKE: Eu quero, inicialmente, saudar os membros da Mesa na pessoa do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão, como destacou meu conterrâneo e ex-companheiro de militância no movimento ambientalista no Mato Grosso do Sul há cerca de vinte e cinco, trinta anos atrás, nos anos 80. Saudar ao Senador Renato Casagrande, saudar aos demais parlamentares que se encontram aqui presentes na pessoa da Senadora Marina Silva, minha eterna Ministra do Meio Ambiente, saudar aos representantes das Organizações Não Governamentais aqui presentes, da CNA, da CONTAG, meu companheiro Carlos Guedes, do MDA, e a todos os participantes desta Audiência Pública.

Eu queria, também, abordar a Medida Provisória 458 dentro de um contexto mais amplo, não como uma medida isolada, mas como parte de um conjunto de medidas do Governo Federal que visam dar um novo rumo para o desenvolvimento da Amazônia, particularmente no que diz respeito a um modelo de produção rural da Amazônia Legal. A Medida Provisória, por si só, tem a sua importância, mas ela não é, sozinha, capaz de promover o redirecionamento do padrão de desenvolvimento rural da Amazônia. Desatar o nó fundiário, do caos fundiário na Amazônia, é absolutamente relevante. Para que o desenvolvimento da Amazônia possa trilhar o caminho da legalidade e o caminho da sustentabilidade há, no entanto, necessidade de um conjunto de outras medidas. É nesse sentido, e o Guedes abordou isto já quando referenciou aqui outras medidas do Governo Federal que dialogam estreitamente com a questão da regularização fundiária. Quero aqui me referir ao PAZ, lançado no ano passado pelo Presidente Lula, quero me referir a uma providência anterior, ainda do tempo da Ministra Marina Silva, que é o PPCDAM, o Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazônia, conhecido mais pela sua feição dura das ações de comando e controle, mas que, contudo, contém um conjunto de diretrizes e de ações estruturantes que procuram dar um novo rumo para o desenvolvimento da Amazônia. Referiu também aqui o Guedes à Operação Arco Verde e efetivamente a Operação Arco Verde contém um conjunto de ações que procuram estruturar um novo padrão de desenvolvimento rural para a Amazônia e que procuram, também, dar concretude às diretrizes e aos eixos estruturantes contidos no PAS e no PPCDAM. Também da mesma forma a agenda social para povos e comunidades tradicionais, aqui referido através

de uma de suas vertentes, que é o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, que foi pactuado pela ex-Ministra Marina com o Presidente Lula, se insere dentro desse conjunto de medidas que visam imprimir uma nova direção ao padrão de desenvolvimento da Amazônia.

Em relação à Operação Arco Verde, em particular, eu queria referenciar aqui rapidamente que essa operação se organiza em torno de dois eixos estruturantes básicos para dar um novo rumo para a produção rural na Amazônia Legal. Refiro-me aí ao eixo do ordenamento territorial e fundiário da Amazônia, dentro do qual se insere a regularização fundiária e se insere também a regularização ambiental da Amazônia; e o segundo eixo, que é o eixo do apoio às atividades sustentáveis na Amazônia. Ambos os eixos contêm um conjunto de ações, são cerca de sessenta e poucas ações que envolvem por parte do Governo Federal um conjunto, hoje, de cerca de treze Ministérios. É importante destacar que a Operação Arco Verde também foi iniciada, as tratativas foram iniciadas ainda na gestão da Ministra Marina e concluídas na gestão do Ministro Carlos Minc. Não é uma agenda do Ministério do Meio Ambiente, é uma agenda do Governo Federal, embora tivesse surgido por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente. É hoje coordenada a Operação Arco Verde pela Casa Civil e está envolvendo agora mais diretamente, mais efetivamente agora na fase de execução o MDA, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com duas ações principais, que é a da regularização fundiária e da assistência técnica. Envolve muito diretamente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através sobretudo da EMBRAPA, com a oferta de tecnologias que trabalham, que dialogam com a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento na Amazônia, particularmente da produção rural. Dialoga também com outras ações do MAPA, também na linha da oferta de tecnologia sustentáveis. Dialoga com o Ministério do Meio Ambiente também, com o conjunto de iniciativas que estão relacionadas especialmente com os produtos da sociobiodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais apoiando as atividades extrativistas. A PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos, que acolheu a proposta de incluir os produtos extrativistas, dez produtos já estão abrigados dentro da Política de Preços Mínimos para serem adquiridos ou subvencionados através dessa política. A ampliação de oito para quinze produtos da sociobiodiversidade no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

Então há um conjunto de iniciativas aí que se articulam, não dá para isolar, examinar isoladamente a regularização fundiária ou a Medida Provisória en-

tendendo que ela sozinha vai dar conta de resolver o tamanho do desafio que é redirecionar o padrão de desenvolvimento da Amazônia. Então é neste sentido que eu queria destacar a importância em si da Medida, mas que ela faz parte de um conjunto de medidas do Governo Federal que dialogam com um novo modelo, um novo padrão de desenvolvimento da produção rural na Amazônia.

Neste sentido eu queria destacar que há iniciativas importantes nos Estados que dialogam com esse objetivo que o Governo Federal tem em mente, de fazer uma transição de modelo para um padrão mais sustentável de produção rural. No caso de Mato Grosso, com o MT Legal, o Programa MT Legal, que dialoga estreitamente com esse objetivo do Governo Federal, e a nossa relação está estreita com o Governo de Mato Grosso nesse sentido, do Governo Federal, não é o Ministério do Meio Ambiente sozinho, é do Governo Federal, então as tratativas estão avançadas nesse sentido. O caso do Estado do Pará, também com o Cadastro Ambiental Rural, que não está formalizado da mesma forma que no caso de Mato Grosso, que tem uma Lei Estadual que trata do assunto, e com a regularização ambiental dos imóveis rurais que se seguem ao Cadastro Ambiental Rural. O MT Legal faz isso, procura fazer isso, e, também, o Estado do Pará, com outras medidas na área administrativa, trabalha nesta mesma linha.

O Zoneamento Ecológico-Econômico, nós consideramos também uma medida extremamente importante. Os Estados da Amazônia estão todos envolvidos com isto, alguns já concluíram, é o caso de Rondônia, o caso do Acre que já concluíram. O Mato Grosso, do ponto de vista técnico, concluiu, está na fase de debate público para até julho ser aprovado na Assembleia Legislativa. Outros Estados da mesma forma estão diretamente envolvidos e nisso tem a participação do Governo Federal, são catorze Ministérios também envolvidos com o Zoneamento Ecológico-Econômico através do Consórcio ZEE Brasil, procurando dialogar com o primeiro eixo da Operação Arco Verde, que é o do ordenamento territorial; o ZEE é uma peça fundamental para promover o ordenamento territorial.

Então era isso que eu queria destacar, que há um conjunto de providências em curso por parte do Governo Federal e que dialoga com iniciativas dos Governos Estaduais e também estamos indo aos Governos Municipais também para promover essa mesma harmonização para se conseguir fazer uma inflexão de modelo de produção rural na Amazônia.

Da nossa parte, do Ministério do Meio Ambiente, nós consideramos que tanto na Medida Provisória proposta pelo Executivo quanto na última versão dada

pelo Relator na Câmara Federal, resguarda à questão ambiental nos seus aspectos fundamentais. Esta é a leitura que nós temos.

Eu queria, de certa forma, concordar com uma observação feita pelo representante da CONTAG no sentido de que seria importante, eventualmente, que a regularização fundiária obedecesse ao ZEE, ao Zoneamento Econômico-Ecológico naqueles Estados que já tem o seu zoneamento. Não dá para colocar o ZEE como um obstáculo para regularizar a regularização fundiária se o ZEE não existir, mas onde ele existir seria muito importante porque dialoga com esse objetivamente mais geral de promover uma transição de modelo de produção rural na Amazônia. Então me parece que isso talvez fosse uma sugestão interessante que aqui no Senado, eventualmente, poderia ser incorporada. Esta é a sugestão que eu queria fazer e, com isto, eu encerro a minha intervenção [soa a campainha]. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Egon Krakhecke. O próximo expositor será o Sr. Anaximandro Doudement, assessor técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária (CNA). Com a palavra o Sr. Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: É um nome grego, é de origem grega. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar ao Senador Valter Pereira, Presidente da CRA, e, também, o Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA, bem como aqui aproveitando a oportunidade e cumprimentar aos demais presentes, demais Senadores e Senadoras presentes.

Pois bem, num primeiro no momento nós colocamos a questão da Medida Provisória com o texto original. Pode passar.

Aí rapidamente num cenário fundiário, que foi destacado muito em 2006 e 2007 em relação à Amazônia como um todo. Num primeiro momento é o seguinte: o que existe de dados referente à Amazônia é de que em torno de 24% seria reclamado como área que seria destinada à iniciativa privada, 29% legalmente as áreas protegidas como unidades de conservação e terras indígenas; nesse cenário fundiário restariam, então, 47% de áreas ainda como terras públicas e devolutas que poderiam servir, segundo essa justificativa que foi lá para o Projeto de Gestão de Florestas Públicas, para essa destinação. O próximo.

Uma outra fonte sintetiza isso e deixa como visualizar: nós teríamos então em torno daqueles 24%, 26%; de terras da União ainda sem destinação em torno de 36%; e as já destinadas, unidade de conser-

vação em 17% e outras para terra indígena em 21% só da Amazônia Legal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 21% são de terras indígenas?

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Terra indígena, exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Terra da União e dos Estados.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Exatamente, da União e dos Estados, perfeito. O seguinte.

Bom, o que existe na Amazônia? Aí nós vamos voltar à década de 60, 70, 80, em que nós tivemos um fluxo muito grande de pessoas que se estabeleceram lá por diversas formas, por diversas motivações e que resultaram na simples ocupação, como muito já foi falado aqui, mas, também, em muitos casos, com algumas ocupações devidamente autorizadas; seria a posse a justo título. Então em algum momento algum desses produtores, desses possuidores de terra foram para lá com essa autorização ou com certidões de ocupação, contratos de alienação de terras públicas, os famosos CPCVS, contrato de concessão de direito real de uso, contrato de concessão de domínio das terras, contrato de parceria de compra e venda e a licença, propriamente dita, de ocupação. Então isso é uma primeira justificativa, aí mais jurídica, para tentar, digamos, que a MP estaria vindo para organizar um pouco essa questão dessas posses que são irregulares no sentido de que ora com títulos precários, sem um título definitivo. O seguinte.

A legislação atual, como é que está? Aqui é o conhecido, ou seja, antes da MP 458, a famosa legitimação, já foi falado aqui mais cedo, [ininteligível] cem hectares de legitimação, aí para o art. 29 da Lei 6.383, de 1976, em que seria a aquisição pelo valor histórico da terra nua à época. Depois nós tivemos esse avanço aqui em termos de cem a quinze módulos, quer dizer, concessão de título de propriedade de direito real de uso dispensada a licitação já do ano passado, promovido por essa Lei 11.763, ou seja, e aqui eu digo que a MP, o objeto principal dela, nós não temos nenhuma novidade; a matéria é essa, já existe. O que a MP está colocando seria uma espécie de maior detalhamento de como fazer, da parte mais processual e de como executar propriamente a regularização fundiária. E as áreas acima de quinze módulos, seria a concorrência pública, conforme está no Estatuto da Terra, a Lei 4.505, de 1964, e com licitação.

Eu vou colocar a próxima lâmina comparando, mas antes só um destaque. A destinação de terra pública, o art. 4º do Estatuto da Terra permite a transferência do domínio público para o domínio privado, ou

seja, segundo o Estatuto da Terra basicamente as terras deveriam permanecer públicas enquanto não tivessem uma destinação para a iniciativa privada e essa seria permitida basicamente para pesquisa em geral. Então essa transferência que foi citada mais cedo, ela é legal, ela é permitida pelo Estatuto da Terra.

Lei 8.629. Aqui para esclarecer conceitos, nós temos o minifúndio, que seriam áreas menores de um módulo fiscal, então essas áreas, na medida do possível, elas deveriam alcançar pelo menos um módulo e não menos de um módulo para ter sustentabilidade dessas famílias que lá estão. A pequena propriedade então de um a quatro módulos fiscais, a média propriedade de quatro a quinze e a grande propriedade acima de quinze módulos fiscais, ou seja, essa classificação está de acordo com a legislação e a nossa Constituição de 1988, que o conceito de latifúndio, são dois sentidos: a produção, às vezes dez hectares ou um módulo ou dois módulos, enfim, ou mil hectares podem não estar sendo produzidos e, também, pela extensão. Se for pela extensão, o conceito de latifúndio, que a Constituição nossa não mais adota, diz que são apenas as áreas maiores do que seiscentos módulos fiscais, que no recadastramento de 1992 falava em trezentos imóveis apenas, que seria um latifúndio, e a atual deve estar abaixo de duzentos imóveis, chamados de latifúndio, que hoje a Constituição já não mais adota, mas sim a questão da grande propriedade. O seguinte.

Esclarecimento. É também para justificar um outro, aqui a região Amazônia como um todo, dados do próprio INCRA, um levantamento especial de dezembro de 2005 em que nós temos, corrigindo o que foi falado mais cedo, minifúndio 51%, a pequena propriedade 30%, então nós temos 81% como pequenas propriedades, até quatro módulos, somando aí de um a quatro, e a média propriedade 10% nessa região da Amazônia, ou seja, nós temos então praticamente um pouco mais de 90% que são o objeto da Medida Provisória, que serão beneficiários, e são todas pequenas e médias propriedades. Então não tem essa história que foi comentada mais cedo, de beneficiar o latifúndio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Mas é até mil e quinhentos hectares--

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Sim, até mil e quinhentos. A observação do--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

--que o governo pode repassar sem a licitação.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Sem a licitação, correto. A questão do limite de mil e quinhentos hectares é em função do módulo. O módulo, ele tem variado de trinta e cinco até cem hectares, dependendo do município. Então nós vamos ter como objeto dessa regularização, se for em quinze módu-

los o teto máximo, nós vamos ter de quatrocentos e cinquenta hectares a no máximo mil e quinhentos, dependendo do módulo específico do município. Então não serão todas de um mil e quinhentos, serão muito poucas. Então, em síntese, a Medida tem um alcance social muito grande no sentido de que vai permitir o mérito dela a regularização de mais de 90% dessas posses. O seguinte.

Aí é uma síntese do que está sendo proposto no texto original. A concessão ou a alienação de até um módulo gratuita, dispensada a licitação até um módulo, já foi falado. Acima de um até quinze será onerosa, dispensada a licitação, e com a diferença do seguinte: de um a quatro, que é a pequena propriedade, o texto original está permitindo uma redução com um índice diferenciado no preço da terra. E acima de quinze módulos nós vamos ter uma titulação ou parcial, ou seja, o produtor que quiser aderir à proposta como um todo da MP vai abdicar, teria essa titulação parcial até os quinze módulos, ou seja, o limite de um mil e quinhentos hectares, ou vai se submeter à licitação garantindo apenas o direito de preferência. Por que isso? Porque afinal ele está lá há trinta, quarenta anos, então tem que ter o direito; mesmo sendo no processo licitatório o direito de preferência deve ser preservado. O seguinte.

Condições da titulação. Aqui só para fazer um rápido gancho do que está sendo exigido para aquele que for se submeter então ao processo de regularização fundiária, conforme regulamento, isso aqui é uma instância, vai para o Executivo, averbação em reserva legal, as áreas ambientais estão todas aqui previstas, as condições de pagamento então intransferíveis e inegociáveis entre vivos, o descumprimento da legislação ambiental poderá causar a rescisão imediata do título, então essas restrições ambientais ou as condições ambientais estão plenamente contempladas na MP, então não descumprem a questão ambiental.

Das condições e formas de pagamento. Aqui existe uma preocupação porque apesar de ser em até em vinte anos, com carência de três anos, nós temos um problema aí de capacidade de pagamento desses imóveis, aqueles que acima de um módulo então que vão ter que pagar, eles vão ter que se adaptar a essa realidade e aí destinar parte de sua renda atual para o cumprimento da aquisição da terra. O desconto é previsto até 20% do pagamento à vista, de 20%, e o pagamento em até vinte anos. O seguinte.

Então, finalizando, há uma grande preocupação nisso aqui, que nós não sabemos em relação à MP, apesar do mérito dela, a efetividade da execução, quanto que ela vai ser exequível em função, principalmente, do preço que vai ser cobrado, do preço que vai ser

adotado. Estabelece-se então como referência o valor mínimo estabelecido de uma planilha referencial, que é praticada pelo INCRA, a partir desse valor mínimo então aqui eu estou entendendo que se vai aplicar a questão da antiguidade, da ancianidade da ocupação, observar alguns aspectos também específicos de cada região e, novamente, coloco para um segundo momento, que não estou visualizando, a questão da compra da terra, o quanto que se vai pagar. Então essa é a preocupação maior porque você não sabe, efetivamente, quanto vai pagar e se pode pagar. A necessidade é muito grande de se regularizar, mas não se sabe o custo efetivo. Agregado a isso soma-se ainda os custos relativos à execução do serviço topográfico, já que toda a área vai ser georreferenciada, ou seja, cada propriedade vai ter a sua carteira de identidade [soa a campainha].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só quem está requerendo?

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Exatamente, só quem está requerendo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

[ininteligível].de quem está requerendo fazer o georreferenciamento?

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Não, todos que se submeteram vão ter que fazer o georreferenciamento, exatamente.

Aí voltando rapidamente e concluindo, a MP então, ela, hoje, com a tecnologia existente, não é uma repetição de ciclos anteriores de Governos Militares, e sim, você tem com outros instrumentos como monitorar e estabelecer uma relação efetiva de que isso realmente se torne mais concreto do que foi no passado e coíba os erros que aí estão. O seguinte.

Fechando aqui, só para visualizar, seriam alguns exemplos, aqui do Tocantins, o preço mínimo, o preço médio e o preço máximo, o que seria um módulo fiscal, considerando aí que a maioria são oitenta hectares, até quatro módulos, o que seria quinze. Então os preços variam desde sessenta até seiscentos e vinte. Daí a preocupação nossa do é que é que vai acontecer efetivamente e da capacidade do produtor poder ou não comprar esse material. O seguinte.

Um outro exemplo, no sudeste do Pará, com dados do INCRA também, 2006, vejam bem, não são dados atuais, essa variação de preço, muito antes, preço mínimo, médio e máximo. Então dependendo do que se vai pegar nessa planilha e o que se vai adotar, talvez se torne inexecutável a boa ideia que é da regularização fundiária. O seguinte.

O outro aqui do Mato Grosso, também uma amplitude muito grande, a média está em cento e noventa, no caso, o mínimo, médio e o máximo, o que um

produtor de até quinze pagaria, um de quatro e um de um módulo pagaria por essa terra. O seguinte.

Bom, só para fechar, então concluindo, nós entendemos com esta preocupação que deveriam ter com maior clareza a questão dos parâmetros de preços e não transferir para um regulamento posterior, a um segundo momento. Nós acreditamos que na medida em que a MP permita ter um dono, que hoje as invasões, os conflitos de toda a ordem ocorrem porque as terras não têm um dono efetivo. Embora tenha o dono que seria a União, que tem o domínio, mas não tem a posse direta, ela tem a posse indireta, então isso preocupa de tal forma que, efetivamente, se você tiver o domínio, e aí o Poder Público vai poder cobrar também as questões ambientais, as questões fundiárias de melhor maneira do que como está. Hoje existe uma espécie de circunstância de desordem; com a MP, com esses títulos definitivos, será possível, então, responsabilizar aqueles que eventualmente cometam irregularidades. Então a MP, nesse mérito, ela é importante, faltando então ajustar esses parâmetros de preços e condições de pagamento. Eu encerro, por enquanto, e deixo para os debates as dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos o Sr. Anaximandro e, a seguir, nós vamos passar para os debates. Para iniciar esses debates, nós vamos abrir a palavra para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas, antes do debate, eu quero pedir a permissão dos Senadores da Comissão de Meio Ambiente para que eu coloque um requerimento de minha autoria em votação. Primeiro, a inclusão extrapauta e, posteriormente, em votação.

O requerimento é para que nós possamos fazer uma Audiência Pública com a presença do Diretor-Geral do DNIT e do diretor do IBAMA para que discutamos a Medida Provisória 452, que tratava originalmente do Fundo Soberano e, de algumas ações do DNIT, nessa MP foi incluída uma Emenda do Deputado José Guimarães, na Câmara dos Deputados, que causou uma polêmica com relação à flexibilização das regras de licenciamento. Como nós temos que aprofundar também esse tema, eu estou colocando o requerimento, primeiro a inclusão extrapauta. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Posteriormente, então, eu coloco em apreciação o requerimento de Audiência Pública para que nós possamos discutir a MP 452, que está aqui no Senado para ser apreciada por nós e, também, é uma MP polêmica porque trata da questão do licenciamento ambiental. Os Senadores

e Senadoras favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Sr. Presidente, com relação ao tema, eu acho que nós tivemos aqui boas explicações. Eu considero que há necessidade de nós de fato fazermos a regularização fundiária da Amazônia. Se nós não tivermos a carteira de identidade de cada um, de cada propriedade, como disse aqui o Anaximandro, nós teremos dificuldade de fazer o controle. Então é fundamental que a gente possa georreferenciar todas as áreas da Amazônia Legal. Então eu acho que esse é um trabalho importante do governo, que ainda é um trabalho inicial. Então nós temos concordância com relação a esta tese, você só pode fiscalizar aquilo que você conhece; se você não conhecer, você não tem fiscalizar. Então essa tese é uma tese importante.

O que me deixa um pouco, assim, reflexivo e inquieto com relação a este procedimento é que nos últimos anos o governo já mudou esse limite três vezes, não é isso? Eu acho que houve uma mudança de três vezes, uma ampliação da possibilidade--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Duas vezes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Duas vezes, de cem para quinhentos e de quinhentos para mil e quinhentos. Então, assim, mudamos duas vezes, de cem para quinhentos e de quinhentos para mil e quinhentos. Então nós temos mudado.

O ponto também de revolução é assim: se tem um ponto positivo, é a tese da regularização fundiária, que eu acho que é um ponto positivo. Se tem um ponto negativo, é essa questão que o Sérgio colocou no início; nós acabamos, assim, avançando na autorização da regularização sem o controle do passado. Eu não vejo problema em regularizar áreas já ocupadas, não vejo problema em regularizar. O problema é que você vai autorizando a regularização sem o governo ter instrumento de controle; o governo não tem instrumento de controle, não tem conseguido. Essa MP, ela amarra um pouco mais as coisas? Amarra, ela amarra mais do que outras, mas temos esse ponto de fragilidade com relação à política do governo.

No último projeto, que foi final do ano passado, final do ano passado ou no meio do ano passado, que a Ministra Marina Silva já estava aqui no Senado inclusive, quando nós discutimos esse tema, esse tema é um tema recorrente que nós estamos debatendo aqui, então eu, assim, gostei muito da explicação, vou continuar fazendo uma análise para que eu possa verificar se o governo tem condições efetivas de fazer o controle desse avanço, desse passo adiante que ele está tendo, porque se nós não tivermos a condição de ter o controle efetivo, nós não temos como votar favorável à matéria, mesmo compreendendo que é fundamental

a regularização, mas não temos como votar favoravelmente à matéria porque nós não temos segurança que o governo tenha estrutura para poder fazer todo este controle necessário numa área tão grande como a área da Amazônia. Então eu queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, está presente aqui o Deputado Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia. É da tradição aqui da Comissão assegurar, preliminarmente, a palavra aos Srs. Senadores que compõem as Comissões e, posteriormente, franquear a palavra ao parlamentar que tem interesse no assunto e que aqui comparece com o desejo de participar. Então nós vamos inscrevê-lo também para que, caso V. Exa. deseje participar, ter assegurado esse direito.

DEPUTADO ANSELMO DE JESUS (PT-RO): Eu agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Srs. Senadores, eu acho que o governo acertou com relação à iniciativa, ao mérito. Indiscutivelmente essa questão da regularização de áreas da região amazônica é uma preocupação que a todos acomete e vai chegar um momento em que esse assunto terá que ser enfrentado de qualquer forma. Mas acho que o governo errou no método. Eu acho que o governo tinha que ter buscado outro caminho que não a Medida Provisória. Essa modalidade de proposta tem recebido críticas duras, constantes, frequentes do Plenário desta Casa, porque a Medida Provisória deve se destinar a questões relevantes e urgentes, como preceitua a Constituição, e nós sentimos aqui pela exposição que a matéria não é tão pacífica assim; ela tem questionamentos muito duros e tem repercussões que precisam ser bem avaliadas. Mas, de qualquer forma, eu suscito essa questão para o debate. A partir de agora nós vamos começar efetivamente o debate e, depois, eu gostaria de ouvir dos expositores uma avaliação sobre essa questão do tratamento que foi dado na tramitação. É uma matéria efetivamente urgente, inadiável, que vai trazer efeitos danosos caso não seja aprovado no regime que a Medida Provisória geralmente garante? Mas, antes desse questionamento, nós vamos ouvir os Srs. Senadores e Sra. Senadora que estão inscritos. O primeiro inscrito aqui é o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Renato Casagrande, os convidados dessa Audiência Pública, Sra. Senadora.

Eu vou entrar direto nas perguntas. Eu tenho duas perguntas, aliás, três perguntas ao representan-

te do MDA, Carlos Guedes, aonde a pergunta seria o seguinte: Não seria adequado ampliar as medidas de regularização de ocupação fundiárias previstas na MP 458 ao todo território do País? O problema de ocupação e uso de terras, ele é tão grave nas zonas de fronteira que não são zonas de dez, cinco quilômetros, é de até cinquenta ou de até cem quilômetros, no caso específico o Estado do Paraná, que está aí com Medidas Provisórias, eu não digo Medidas Provisórias, está provisório o cumprimento da regularização por parte do INCRA, está sendo protelado de dois em dois anos e não tem uma definição de tempo para o seu cumprimento. A verdade é a seguinte: nós temos um órgão no País que é ineficiente, totalmente, nessa área de regularização, que se chama INCRA. Foi isso que nos levou a sugerir ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc e ao Ministro Mangabeira Unger, foi sugestão que eu tratei, sempre tratei, que eu vi com bons olhos, que se instituisse no País uma autarquia, um instituto para a regularização fundiária aos moldes de uma iniciação que foi feito no Estado do Mato Grosso, que eu passei aos mesmos, que é Lucas do Rio Verde Legal, que é um município, depois passou para o MT Legal, algo similar, sendo que os georreferenciamentos, que tanto se colocou aqui como necessários, se fizesse em todo o território terceirizando esse serviço; já que nós não temos uma instituição pública competente para isso, que se terceirize esse serviço, Estado por Estado, baseado no novo zoneamento de cada Estado e, com isso, facilitaria então essa regularização fundiária. Aí foi criado o IRFAM; o IRFAM ficou restrito ao Amazonas. Na nossa Comissão de Agricultura, Senador Valter Pereira, do ano passado, nós destinamos Emendas, destaques para regularização fundiária de nossa autoria, objetivando que o MDA, que outros órgãos, pudessem crescer nisso aí, se desenvolver dando condições para se estruturar. Agora um órgão que tem um bilhão de reais, que vai ser repassado pelo PAZ, por certo seriam suficientes esses recursos para promover a regularização fundiária em todo o País. Então essa é a nossa proposta, será o nosso intuito de que este órgão, o novo órgão, fizesse isso aí, terceirização de serviço para que todo território, todas as áreas públicas e privadas passassem a ser regularizadas.

Outra pergunta é a seguinte: o art. 4º, inciso III da MP, veda a alienação ou concessão de direito real de uso sobre áreas ocupadas por populações tradicionais. A pergunta é: Quais os critérios utilizados pelo MDA para definir com objetividade populações tradicionais e dar a dimensão da área do território necessário para a sobrevivência dessas populações, de modo a evi-

tar que espaços significativos sejam excluídos desse processo?

Outra consideração ao Dr. Egon Krakhecke, que eu vi com muitos bons olhos, é o seguinte: o Zoneamento Econômico-Ecológico tem sido considerado pelo Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, como um fator importante desse instrumento de planejamento e gestão do território e dos ecossistemas brasileiros. Então a pergunta é a mesma que o senhor faz: Como justificar a ausência de qualquer menção desse zoneamento no contexto da regularização fundiária do País a ser implementada nessa região da Amazônia? Então essa Medida Provisória deveria contemplar isso aí.

Eu gostaria de ter ouvido aqui também a consideração dos representantes do Ministério de Assuntos Estratégicos, mas pelo visto não estão presentes. A pergunta a algum outro membro do governo seria ouvir, em relação ao art. 19 da MP, em todo o *caput* do mesmo, ali está prevista a nulidade de todas as cessões de direito a terceiros que envolvam contratos firmados com o INCRA e eventuais ocupantes em data anterior à MP 458. Pelo que eu analiso essa Medida parece-nos inconstitucional, de nulidade desse aspecto, pois a Constituição Federal, no inciso XXXVI, do seu art. 5º, estabelece que a irretroatividade da Lei possa prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Qual é a opinião de V. Exas. sobre isso?

E, também, o art. 14 da MP estabelece que o título de domínio e o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras cláusulas, uma condição resolutiva pelo prazo de dez anos. Eu vejo que no inciso I, do mesmo art. 14, estabelece a impossibilidade de negociação do título. Pelo prazo que essa cláusula nos oferece, que é razoável, para o adquirente possuir imóvel, quitar imóvel, se ele já o fez, por que impedi-lo que ele seja proprietário para poder negociar essa área pelo prazo de dez anos – que não é curto – e para obter então essa legitimidade adquirida? Qual é o teor dessa legitimidade, já que ele paga, compra e não tem a legitimação da área? Então essa restrição, sem razão, do mercado de terras, também não pode inibir o desenvolvimento e a consequente integração territorial da Amazônia que tanto almejamos? Há uma incoerência nesse sentido.

Quanto ao art. 6º, também, § 2º da MP, a regularização não poderá ocorrer se o ocupante da área fundiária for proprietário de imóvel rural em qualquer outra parte do território nacional. Em tese, é possível que o mesmo produtor e sua família possam produzir culturas diversas em áreas distintas. Desse modo, essa limitação não seria um desestímulo aos brasileiros que têm vocação agrícola e agropecuária e não aturaria

como fator inibidor da necessária ocupação da região amazônica por brasileiros?

Então essas considerações são que eu tenho para colocar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu consulto aqui ao Plenário se gostaria que fosse feito, primeiro, uma rodada de questionamentos e, depois, as respostas. De acordo? Então a Senadora Kátia Abreu, com permuta com o Senador Jayme Campos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar os senhores convidados que aqui participam dessa Audiência Pública. Eu confesso que quando entrei achei que estava no lugar errado, achei que estava na Comissão errada. Depois eu vi o Anax e tive certeza que estava na Comissão certa.

A MP 458, pelo que me consta, ela trata de titulação de terras na Amazônia. Titulação de terras em qualquer lugar do mundo, inclusive no seu Estado, em Mato Grosso do Sul, Presidente, não pode estar condicionado absolutamente a nada, a não ser à Lei e à Constituição. Então eu fico impressionadíssima com a dificuldade que certas pessoas gostam de criar para a Amazônia. Eu fico impressionada quando ouço alguém dizer que para titular terra tem que fazer Zoneamento Ecológico-Econômico, sendo que o próprio representante desse governo, que está lá há seis anos, não conseguiu fazer Zoneamento Econômico-Ecológico praticamente em lugar nenhum do Brasil. E ainda quer condicionar a titulação de terra. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, quer dizer, titulação de terra, nós estamos falando de direito de propriedade, nós estamos falando de direitos humanos; direito de propriedade é um direito humano, Presidente. Quando eu tiver o meu direito de propriedade assegurado, que ninguém foi jogado ali igual como cachorro não; são pessoas que estão lá há vinte, trinta, cinquenta anos enfrentando malária, enfrentando dureza e tudo quanto é tipo de transtorno na vida. Não tem ninguém lá comprando terra não, Sr. Presidente. Tem lá seres humanos e famílias que foram colocadas lá, inclusive para ocupar a Amazônia por conta da segurança nacional. E agora eu vou vender terra para esse povo? Eu vou condicionar a eles regras ambientais fora do resto do povo que tem documento na Amazônia? Tratar de diferente os iguais? Com que direito? Com que petulância que eu posso admitir um negócio desse?

Eu posso ainda ver o meu Presidente da Comissão, eu gostaria que ele estivesse aqui, do Meio Ambiente, dizer que não poderá votar a matéria se não tiver segurança de fiscalização com relação às questões ambientais. Eu estou falando é de paz, eu

estou falando é de tranquilidade, eu estou falando é de direito, Presidente. Vocês viram ali a lista de documentos e de tipos de posse que essas pessoas receberam para estar lá. Lá não tem invasor de terra não, lá não tem grileiro não, Sr. Presidente. Nós estamos falando é de posse mansa e pacífica. Eu não estou falando de invasão não, porque aonde não tiver mansidão e pacífico, não será titulada. São pessoas que estão lá há anos e eu vou deixar criar um balcão no INCRA de venda para produtores de um até quinze módulos fiscais? Um a quatro são pequenas propriedades. Pelo amor de Deus! São 30% deles, 30% de todos que estão na Amazônia e mais 10% da média propriedade. São proprietários que não podem, pela Constituição, serem desapropriados. Sr. Presidente, nós não podemos confundir regularização fundiária com titulação e venda de terra não. Eu quero, eu que estou lá, eu só quero isso aqui, eu quero o meu papel dizendo que é meu, porque a terra é minha, a posse é minha, eu estou lá há anos.

Sr. Presidente, eu fico impressionada com determinados comentários e até mesmo a algumas questões aqui dessa MP. Olha onde é que nós chegamos. Quem é que conhece aqui o art. 184, 185 e 186 da Constituição Federal? Agora eu vou colocar aqui condicionado a dez anos prerrogativas que estão na Constituição? Porque aqui no art. 13º está assim, Sr. Presidente: a impossibilidade de negociação do título. Quer dizer que a terra é mica, eu fui empossado nela, eu trabalho nela há dez, vinte, trinta, quarenta anos, e eu ainda tenho que ter autorização de alguém para vender as minhas terras, que são minhas, patrimônio meu, que eu estou investindo? Não, Sr. Presidente, não. Nós não estamos falando de terra devoluta não, nós estamos falando de posse mansa e pacífica há anos; isso é covardia. É covardia fazer isso com essas pessoas que foram autorizadas a estarem lá e não faz parte de movimento armado que invade terra. Está escrito aqui no art. 13º: condicionando aos dez anos. Eu não estou lendo isso aqui, eu penso que eu não estou lendo isso. O aproveitamento racional e adequado da área titulada. Isso está na Constituição, Sr. Presidente. Isso aqui é não prerrogativa desses aqui que serão titulados não. Está no art. 186 da Constituição Federal. O inciso III: a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Está no art. 186 da Constituição. O que é isso? E, também, está no artigo da Constituição o poder da livre iniciativa; ninguém vai ficar com documento meu dez anos, igual vocês fazem com o assentamento do INCRA não, que têm vinte anos que o INCRA não serve é para nada, nem para titular os seus. Vinte anos de assentamento, trinta, sem aquelas pessoas terem o seu documento na mão, por princípio

ideológico que não podem dar a emancipação para eles. Agora percorram os assentamentos do INCRA no Brasil inteiro e perguntem o que eles mais querem na vida? Como qualquer ser humano é o direito de propriedade, Presidente, está no DNA do ser humano, é o direito de propriedade. Direito de propriedade não é de latifúndio não, é direito da bicicleta, é da casa, é do seu carro, é de tudo que você conquistou na vida e trabalhou. Eles querem transformar a Amazônia num grande assentamento do Brasil, aonde não entrega os documentos, Sr. Presidente. Os assentamentos do Brasil, nenhum por cento deles estão titulados, nenhum por centos deles estão emancipados, porque eu não entendo um órgão, como o INCRA, que só serve para repartir terras e montar grupos de dependentes e escravos. Por que é que não dão a alforria? A alforria é o título da terra. É isso que eles querem, eles querem ser donos e fazer o que bem entender dela. Eles não ganharam não, isso é um direito, é um programa de governo que está sendo repassado a quem precisa. Não se está dando de presente nada. Portanto, se é meu, é um direito meu, eu quero o documento para eu vender para quem eu quiser e não na hora que alguns queiram.

Direito de propriedade, Sr. Presidente, é o instrumento mais poderoso de todo o País do mundo que quis crescer. É cumprimento a contratos, é direito de propriedade. E um País que não quer crescer impõe legislações aos seus que não dão conta de cumprir, porque o que fizeram com esse País, nós teremos arrependimentos perpétuos e eternos, porque hoje está lá a EMBRAPA na CNA nesse minuto Evaristo Miranda, mostrando a EMBRAPA Satélite, que a legislação desse País hoje, que maldosamente fizeram e esse Congresso aceitou, cobre hoje de cobertura vegetal 71% do País; é isso que conseguimos fazer com o Brasil, é isso que nós permitimos nessa Casa fazer com o Brasil. Se for cumprida a legislação à risca hoje, que Lei foi feita para ser cumprida, se for para ser cumprida hoje, são 71% do Brasil com cobertura florestal. Eu não tenho nada com isso não, eu não quero aqui discutir esse mérito. Eu só quero saber se nós temos condições de falar isso para o povo brasileiro, que nós temos condições econômicas, sociais e morais de cobrir 71% desse País em prol do meio ambiente. É só isso que eu quero perguntar; se a sociedade aguentar, se o Brasil aguentar, eu acho ótimo, porque reserva legal é igualzinho casa. Eu moro numa casa de 40 m² e moro em uma de 1.500; o que vai fazer eu morar na de 40 e de 1.500 é o tanto de dinheiro que eu tenho. Quanto melhor a casa, melhor. Reserva legal não tem diferença: quanto mais, melhor. Agora se eu não posso ter uma casa de 100, de 200, de 1.500 m², eu vou

morar numa de 40. Então nós temos que perguntar ao Brasil é se nós estamos preparados para isso.

Então todas essas condicionantes aqui dessa MP maluca que deveria ser um bem, mas eu tenho certeza que com influências ideológicas obrigaram a colocar artigos aqui, que só pode ser, o princípio disso não era esse, o princípio disso era titular, regularizar as pessoas, por que como é que eu posso ser criminalizado? O MST não pode ser nem criminalizado, não tem CPF, não tem CNPJ. Então como é que eu posso criminalizar essas pessoas aqui que nem o documento da terra tem? Vocês querem fazer com eles o mesmo que vocês, INCRA, fizeram com o pessoal da faixa de fronteira? Sabe o que fizeram com a sua faixa fronteira, Sr. Presidente? É o mesmo caso, é o mesmo caso. Ou agora vão querer impor questão ambiental na faixa de fronteira para dar documento? Porque a faixa de fronteira, ela diz o seguinte: você tem que receber o seu documento, basta estar produzindo em 50% dela. Aí o Sr. INCRA foi lá e fez uma outra instrução que: "Não, primeiro [ininteligível] e o GE em cima de você". A terra nem é sua; me titulava primeiro, depois manda o INCRA. Então esse é o princípio, esse é o princípio do direito de propriedade.

Então, olha, sinceramente, Sr. Presidente, me perdoe, conversa fiada, conversa fiada de querer condicionar qualquer coisa à titulação de terra e a direito de propriedade. Isso não existe, isso é palhaçada. Nós estamos tratando aqui é de regularização e de organizar a Amazônia. Urgência, Sr. Presidente? Nós temos urgência, urgentíssima, são anos, anos e anos. Além de que as margens das BRs também não podem ser tituladas, por causa da Lei de Segurança Nacional. São cem quilômetros às margens das BRs. Quem é que pode viver assim, gente? Eu não estou lá não, eu tenho os documentos das minhas terras; de todos que eu tenho, eu tenho documento. Agora a gente tem que ter dó das pessoas, a gente tem que ter compaixão pelas pessoas. Não é justo fazer isso. Agora deixar virar aquele balcão ali, aquele balcão ali não pode deixar acontecer não. Aquilo vai ficar um balcão, Presidente. Aquilo o INCRA vai colocar à sua revelia, do seu jeito, ao seu bel-prazer, os valores de terra nua mínimo e nós não damos conta de pagar, os produtores não dão conta de pagar. Pega quem está no bico do papagaio, que os meus problemas em Tocantins não estão ali para baixo não, estão lá em cima, no bico do papagaio, na divisa com o Pará e o Maranhão. Nós pusemos todos os Estados ali, olha lá. Quem tiver de quatro até quinze módulos poderá ter que desembolsar quase duzentos mil reais para titular a sua terra. Quinze módulos é a média propriedade, Sr. Presidente, são pessoas que têm quinhentos hectares, que têm mil hectares. Isso

não é tamanho de chão não. Olha o que vai acontecer nas outras regiões.

Presidente, eu vou dar um exemplo claro. Quando inicia uma cidade, como iniciou Palmas, o que é que a gente faz com uma cidade que começou do nada, igual começou Palmas? Era uma grande fazenda que foi desapropriada para poder criar Palmas. Naquele tempo tinha que pegar gente quase a laço para morar em Palmas, que ninguém queria ir. Nós tínhamos que dar chácara, dar lote, ajoelhar no pé dessas pessoas para elas irem para Palmas. A maioria das pessoas ganharam tudo em Palmas ou não iam para Palmas. Agora o senhor acha que hoje, imagine que o Governo do Estado tivesse sido incompetente e não tivesse titulado essas pessoas com os lotes em Palmas. Agora, vinte e um anos depois, querer vir cobrar dessas pessoas que enfrentaram lá atrás a dureza que nem valor de terra nua não tinha na Amazônia, na época, e eu vou cobrar o preço dos lotes de Palmas hoje, vinte anos depois que Palmas está como está? Não, Sr. Presidente, não, não posso fazer isso com as pessoas não. Essas pessoas estão lá há quarenta, cinquenta anos. É valor simbólico, até quinze hectares eu, pessoalmente, não voto, para ir para balcão. Até quinze módulos tem que ser praticamente é de graça, Sr. Presidente. Vamos calcular o valor da terra nua lá atrás quanto é que custava. Custava era nada, como não custava nada os lotes em Palmas. Agora, por favor, eu estou falando, eu gostaria que tivesse silêncio aí atrás, é assim que esta Comissão se comporta. Olha o respeito.

Então, Sr. Presidente, eu não posso querer corrigir os valores de cinquenta anos atrás, eu não posso fazer isso com essas pessoas. Sabe quanto é que no Governo de Tocantins faz? Lá nós cobramos, está na Lei, de três a cinco reais por hectare de acordo com o tamanho. O Estado não quer vender terra não, é simbólico, nós não somos imobiliária não; o Estado não pode se transformar em imobiliária. O Estado tem que ser condutor do desenvolvimento. Agora dê o documento para essas pessoas e depois até toma a terra, por causa do meio ambiente, mas não condicione as coisas não, porque já temos Leis suficientes, coerciva suficiente para expropriar a terra, como está o Decreto prorrogado, que na Amazônia não está prorrogado não, Sr. Presidente. Hoje o Decreto que existe, que excluiu a Amazônia de forma equivocada e inconstitucional, os produtores poderão ver as suas terras confiscadas com multa. Então dê o documento e depois faz o que quiser com esse infeliz: toma a terra, decreta trabalho escravo, meio ambiente, põe o que quiser, mas dê o documento para ele. Vamos dar o documento para essas pessoas. Acima de quinze módulos eu sou favor do mesmo pensamento, mas não vou discutir, não vou

discutir, que são tão poucos, deixem ficarem sofrendo, ir para o balcão comprar terra de novo, sem ter que comprar, mas até quinze módulos, Sr. Presidente, nós não podemos permitir. Até quinze módulos é de graça sim, é valor simbólico para essas pessoas terem a dignidade. São 90% que estarão com o seu documento e com a sua titularidade e, portanto, aptos a cumprir com legislação trabalhista, ambiental, fundiária e tudo mais. Agora, antes disso, não dá para condicionar nada na minha avaliação.

Vir falar de novo padrão de desenvolvimento rural na Amazônia, meu Deus, eu fico impressionadíssima com um tipo de conversa dessa. Que novo padrão é esse, meu senhor? Que novo padrão é esse? Quem entende de tecnologia e de produção nesse Brasil somos nós; quem entende de tecnologia nesse Brasil é a EMBRAPA, são os órgãos de pesquisa, e nós sabemos desenvolver a nossa produção do ponto de vista tecnológico. Agora vir falar de terra degradada, vocês estão achando que o produtor é burro, vocês estão achando que ele é ignorante, vocês estão achando que ele não conhece quanto ele tem de por de calcário, de fertilizante numa terra não? Ele não põe porque ele não tem dinheiro, meu senhor. Ele não põe porque ele não tem dinheiro. Você sabe como mede a produtividade ideal de uma fazenda? De acordo com a condição do produtor, de acordo com o tanto de dinheiro que ele tem. É isso, a produtividade de uma fazenda é essa, porque quanto mais fertilizante eu por, mais dinheiro eu vou ganhar. Então por que eu não ponho, por que eu sou burra? Eu não ponho porque eu não tenho, meu senhor, eu não ponho porque não tem política pública suficiente para amparar os pequenos que têm, cada dois anos, cortar dois hectares para comer, se não morre, porque não tem um Ministério que vai lá e dê calcário para ele e dê adubo. Aí a força da terra acaba, ele vai lá e desmata e ainda leva a fama de que destrói o meio ambiente, os assentados do Brasil; ou vende sem poder vender.

Então vamos conversar sério, Sr. Presidente, sinceramente me perdoe, me desculpe, mas eu convívio na Amazônia, eu sei o que é a Amazônia, a fronteira, eu sei o que essas pessoas estão fazendo lá e nós não podemos continuar fazendo da Amazônia um banguê-banguê que nós vimos na televisão um dia desses, que não tem nada a ver com questão ambiental, tem de documento. Lá tem terra suficiente para assentar duzentas mil pessoas e por que é que o INCRA não faz? Porque é incompetente, é ineficiente, não quer fazer, não tem estrutura para fazer. Porque o certo era agência para titular como o Mangabeira Unger queria e o INCRA pulou dessa altura e não aceitou. Não faz e não quer que os outros façam, não faz e não quer

que ninguém faça. Eu não sei por que é que existe o INCRA nesse País, que a função dele é regularizar, regularização fundiária e titulação de terras. Vai ver na faixa de fronteira. Têm produtores há três anos esperando o título de terra e não consegue ter do INCRA. Na Amazônia são quantos anos? Tem gente com três, com quatro, ontem um declarou a CNA--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, depois da instrução nova, depois da instrução nova o primeiro a protocolar foi o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, têm três anos, nunca conseguiu nem resposta, sumiram com o processo dele. No Tocantins tem 2.600 processos aguardando a incompetência do INCRA. E vem falar que é órgão de titulação de terra? É órgão de enganação das pessoas, incompetente, ineficiente, balcão de negócio de corrupção. Quero excetuar os bons que estão lá dentro, quero fazer questão de excetuar, eu não quero nem nominar que eu não sei quem são, mas com certeza tem gente boa no INCRA. Não pode o Brasil ter um órgão só com 100% de mal caráter, não tem, em lugar nenhum não tem. Lá deve ter muito gente boa, mas infelizmente sem poder para fazer.

Então eu gostaria muito que os colegas, junto comigo, pudessem refletir a respeito desta situação. Aqui está dizendo, nessa MP, que o que será cobrado será o valor mínimo estabelecido em planilha de referência de preço pelo INCRA. Brincadeira, Sr. Presidente! Eu perco no voto, mas não faço isso com os seus produtores. Com esse voto não ganha, com o meu voto não, porque eu sei o que é que vai ser o *after day*, o dia seguinte, o que é que vai acontecer nas filas do INCRA por esse Brasil afora, com o componente ideológico pesadíssimo em todos os lugares.

Então eu encerro aqui dizendo aos colegas que nós fizemos um debate lá na Câmara com o Relator, que é o Asdrúbal Bentes, conversamos muito a respeito, ele tem estado conosco para discutir esses assuntos e eu espero que nós possamos realmente fazer dessa MP o seu objetivo. Lá atrás, há sete anos atrás, o Ministro do Meio Ambiente ainda era aquele senhor do Rio Grande do Sul, do Ministério do MDA, o Rosetto, e o Rolf Hackbart já era Presidente do INCRA, na CNA que era o prédio velho, só de lá nós mudamos tem cinco anos; naquela semana seguinte ia emitir a MP para titular até oitocentos e eu tinha pedido até quinhentos, naquela época. Então são mais de seis anos, quase sete. Não há condições de continuar como está. Vamos pegar essa MP e vamos usá-la honestamente, dar o documento a quem precisa e, depois, resolvermos o resto com a quantidade de Lei

que já tem para punir quem for punido, quem precisar ser punido. Muito obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para sugerir a metodologia de V. Exa., de que haja agora uma reação da Mesa, já que falaram quatro Srs. Senadores e que os outros possam se inscrever num próximo bloco.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A tradição, nesta Comissão, é cada quatro Senadores e as respostas; só falaram aqui dois Senadores. Portanto, ainda têm mais duas vagas para que possam todos falarem.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É que falou V. Exa. e o Senador Casagrande, não foi isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu fiz um ligeiro comentário como Presidente e o Senador Casagrande também. Na verdade, os Senadores mesmo que fizeram intervenção são dois. Eu acho que nós podemos, como são poucos Senadores, nós podemos ouvir os quatro, inclusive V. Exa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu ainda não estou inscrita; se outros Srs. Senadores quiserem se inscrever, oportunamente, quando assim desejar, eu me escreverei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está inscrito o Senador Jayme e depois V. Exa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigado. V. Exa. está inscrito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado. Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores. Eu quase nada tenho a acrescentar na medida em que a Senadora Kátia Abreu, através da sua fala aqui, já expressou o sentimento naturalmente daquelas pessoas que conhecem a matéria. Todavia, eu tive a oportunidade de presidir aqui a Comissão de Risco Ambiental, da Operação Arco de Fogo, e percorri alguns Estados, o Pará, Rondônia e o Mato Grosso, em que de forma bem permanente e, acima de tudo, depois de várias oitivas que nós tivemos com as comunidades de alguns municípios inseridos dentro do Decreto 6.321, deu para perceber com muita clareza de que o problema maior que existe hoje, em relação à nossa região amazônica, é a problemática da regularização fundiária.

Lamentavelmente, talvez alguns dos senhores não saibam perfeitamente como é que foi feita a ocupação da Amazônia. O Governo Federal dizia, lá atrás, de que nós tínhamos que ocupar para não entregar. Recordo muito bem que na década de 70, 80, o próprio Governo Federal, através do INCRA, dizia: "Você derruba cinquenta hectares que eu te dou mais cinquenta"; o incentivo que se dava é de que o cidadão, quanto mais ele derrubava, ele seria muito mais premiado.

Eu cheguei à conclusão de que a questão ambiental, ela necessariamente tem que buscar efetivamente a questão da regularização fundiária. Aqui os números já foram citados por alguns Senadores que me antecederam e me causa muita preocupação, eu estou seguro disso aí, de que se o governo não tomar providência com relação à regularização fundiária na região amazônica, não tem governo, não tem força nacional, não tem polícia federal, não terá nenhuma ferramenta nesse País que vai com certeza segurar eventualmente a questão do desmatamento. Diminuiu, diminuiu, sobretudo com um custo muito caro para o Governo e sobretudo para nós, brasileiros, que pagamos os nossos impostos.

Desta feita, quando se propõe através dessa Medida Provisória 458 a regularização fundiária, nós temos que esquecer os viés políticos, partidários e ideológicos. Nós temos que efetivamente dar a garantia de propriedade àquele cidadão que está à mercê de uma política pública decente por parte do Governo Federal. Eu tenho andado, Senadora Kátia, e visto alguns assentamentos no meu Estado de Mato Grosso e vejo com tristeza, com dor no meu coração, até porque já tive a primazia de ser Governador do meu Estado, de ser Senador da República e de ser Prefeito por três mandatos, quase catorze anos como Prefeito, e desta feita, lamentavelmente aqueles que prometeram fazer algo para aquelas pessoas que estão ali produzindo, sobretudo com o suor do seu rosto, enfrentando aquele calor de mais de quarenta graus da Amazônia, essa pessoa não está tendo respeito. Lamentavelmente o governo não tem nenhuma política pública definida. O que precisamos aqui, Dr. Sérgio, são de políticas públicas decentes, compatíveis com a nossa realidade. O que nós precisamos, na verdade, é a presença do governo na região deste País, sobretudo essa região amazônica. Não se têm políticas públicas decentes. O cidadão que mora ali é cidadão de quinta categoria, que não tem escola, não tem educação, não tem um mínimo daquilo que ele possa com certeza viver com dignidade e ter a sua cidadania plena.

Vi com dor no coração onde eu passei, em que o governo vai lá de forma, sei lá, constrangedora, humilhante, desativa alguma atividade comercial, todavia ele

não leva a solução. O próprio Minc domingo reconheceu, num programa de televisão, no Fantástico, quando fechava-se uma madeireira lá no Estado do Pará, ele dizia: "Precisa fechar madeireira". Todavia, quando fechou a madeireira, quarenta empregos foram para o quiabo; precisaria chegar ali e oferecer quarenta novos empregos àqueles pais de famílias que estão ali.

Os assentamentos, na verdade eu tenho percorrido e andado alguns, Senador Valter, que eu mantenho um bom relacionamento também, eu tive quase 70% de Senador e certamente essas pessoas também me deram essa procuração, e vejo a falta de políticas públicas, mas, acima de tudo, nós temos que buscar a regularização fundiária, dar a ele o título da terra. O que está ocorrendo, a bem da verdade, é que o cidadão não tem acesso à linha de crédito coisa nenhuma. Hoje complicou muito mais, que essas pessoas que não tem a GEO, não tem a LAU, não está tendo acesso nem ao PRONAF hoje; pelo menos lá no Mato Grosso eu tinha esse questionamento todos os dias. Nós precisamos definir. E quando eu vejo aqui o MDA, que está assumindo a responsabilidade de fazer essa regularização fundiária, nós temos estrutura? Eu não sei se tem essa estrutura. Qual vai ser o instrumento, o mecanismo que vai ser criado para nós termos essa solução para esse grave e sério problema no Brasil?

O INCRA, como bem disse aqui a Senadora Kátia Abreu, é um órgão lamentavelmente de uma incompetência, de uma ineficiência que, para a minha tristeza, têm pessoas que entraram com o pedido de GEO, Senador Valter, há cinco, seis anos, ele não tem o GEO na mão e não vai ter nunca, e quando tem que ter, tem que entrar lá, vamos aqui ser sinceros, muitas vezes tem que correr por baixo, você sabe o que eu estou dizendo, um dinheirinho para sair, talvez, tem que entrar então com mandado de segurança na justiça para ter o direito de ter o seu GEO. Ora, nós temos que dar um basta na hipocrisia, Senadora, nós temos que dar um basta na hipocrisia neste País aqui, caso contrário nunca seremos um País que as pessoas possam ter dignidade, ter cidadania. Não adianta queremos envolver nesse exato momento aqui a questão ambiental com a questão da regularização fundiária; uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Se nós formos com esse viés, não vamos chegar a lugar nenhum, vai ser o maior engodo, a maior tapeação e o maior estelionato.

Eu espero que certa feita esta Comissão aqui reúna-se através das pessoas ou convidados para nós saímos com coisas concretas, porque hoje gerou uma expectativa tão grande que vocês não imaginam. Eu tenho andado no meu Estado do Mato Grosso, um Estado de dimensão continental, tem vários assenta-

mentos, temos problemas fundiários, gerou-se essa expectativa com a Medida Provisória 458, que naturalmente tem que ser revista, ou seja, feita alguma coisa para melhorar a sua essência, sobretudo quando se fala em cobrar valores aqui. O governo tem o papel de fazer o social, o governo não pode se transformar ali, como bem disse, numa imobiliária, o INCRA. Tem gente que não tem capacidade hoje de pagar sequer um real, dois reais, e agora quer fazer esses preços que estão aqui? Esqueça, não vai acontecer nunca, porque o cidadão não vai conseguir ter o dinheiro para ir lá pagar a sua documentação, ou seja, pagar o seu título de terra.

Portanto, eu espero que o MDA, as demais instituições envolvidas, os organismos, o Governo Federal, o aparelho governamental, façamos realmente uma política decente. O Brasil é um grande País, um País de terras férteis, de subsolo rico e de gente trabalhadora e competente. Se nós estamos hoje atingindo esse patamar de produção é porque o brasileiro, ninguém pode desconhecer, ele é competente. Nós temos nesse exato momento é que fazer com que possamos compatibilizar o desenvolvimento sustentável com a preservação, com a economia, com o social. Eu imagino, quando vocês falavam aqui de que... Vários assuntos foram tratados, evidentemente, mas eu imagino que se nós fazermos a regularização fundiária urgentemente, nós teremos bem rapidamente, com certeza, uma nova perspectiva. O cidadão vai pensar em ficar na sua terra lá.

Eu vou só dar um dado para vocês aqui. Dos assentamentos que existem no Mato Grosso, algo parecido em torno de 40% ou 50% já venderam, já negociaram, já foram embora. O que eu fico mais preocupado é que essas pessoas que vendem essas propriedades deles, sabe o que fazem? Vão para as preferências das grandes cidades, sobretudo a região metropolitana. Sabe o que é que vira? No máximo o que o cidadão vira é um guarda, vigilante de banco ou guarda noturno, e a maioria dos filhos ou as filhas... As filhas vão se prostituir e os filhos, podem ter certeza, uma grande maioria vão para a marginalidade. Vocês não imaginam de quanto está aumentando as pessoas que usam, hoje, o pó, a cocaína, crack, etc., etc., maconha. Por quê? Porque o cidadão que poderia estar muito bem acomodado ali na sua pequena propriedade, com o incentivo do Governo Federal, não está vendo esse incentivo, nada, quase nada. Eu fui num assentamento chamado São Pedro, lá perto de Alta Floresta, 986 famílias estavam ali. Estão à mercê de uma política pública, não tem estrada, não tem saúde, não tem telefone, enfim, o que não podemos deixar é essas pessoas serem reféns do governo para ser

transformado em instrumento, em ferramenta política partidária. Essa tese é que eu defendo literalmente e espero que os senhores, que estão representando o Governo Federal, com certeza vamos dar um tratamento diferenciado nesse exato momento, vamos chegar de política partidária, vamos deixar de fazer com que esse cidadão brasileiro, como eles são iguais a todos nós, realmente tenham uma perspectiva de melhorar de vida, principalmente para os seus filhos, Valter, que eu vejo ali, eu fico triste, o meu coração corta porque eu sou pai de família. Eu tenho ajudado, feito a minha parte como cidadão brasileiro, que eu espero que esse País seja um País de oportunidades e, sobretudo, um País para todos nós, caso contrário vamos continuar nesse mesmo marasmo que vivemos hoje, como estamos vivendo já há trinta, quarenta anos atrás. Portanto, a regularização fundiária é fundamental, desde que façamos com critério, com responsabilidade e, acima de tudo, pensando num Brasil melhor para todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Jayme. Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro eu quero cumprimentar a iniciativa dos Presidentes das Comissões por essa Audiência Pública, como já fiz anteriormente. Acho que essa Casa, para orientar a sua atuação, ela deve buscar ao máximo ter a sustentação em alguns casos técnicos, em outros teóricos, enfim, para as suas decisões, sobretudo quando se trata de uma questão tão polêmica, que suscita tantas discussões e opiniões tão diferentes, que não é diferente o que acontece aqui com o que acontece na sociedade. Quero cumprimentar a todos os senhores expositores, agradecer por vossas contribuições e dizer que a mim me impressionou muito a apresentação feita pelo Dr. Paulo Barreto. É uma pena que não tenhamos aqui uma grande quantidade de Srs. Senadores, mas, infelizmente, aqui nós temos várias Comissões igualmente importantes funcionando e ainda não temos o dom da onipresença, então vários Srs. Senadores estão na Comissão de Educação, que inclusive o Ministro Haddad está na Comissão, enfim, e outros Srs. Senadores.

A apresentação e as falas de todos vocês, no meu entendimento, a porta para essa discussão da regularização fundiária, aquilo que quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente sempre dizia: a questão da Amazônia não pode ser tratada de forma isolada, fragmentada. Essa é a minha visão e é a visão que defendi juntamente com a equipe. Quando pensamos no Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, estabelecemos quatro eixos estruturantes: o combate

às práticas ilegais, o apoio às atividades produtivas sustentáveis, a questão do ordenamento territorial e fundiário e o investimento em tecnologias inovadoras voltadas para atendermos demandas sociais, porque de fato precisamos de ter uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social, porque a região tem cerca de 25 milhões de habitantes. Então pensamos as coisas de uma forma bem estruturada.

A regularização fundiária era um dos pontos da estratégia de ordenamento territorial. E, naquela oportunidade, tivemos alguns avanços no que concerne à agenda do combate às práticas ilegais, ainda que insuficientes, apenas o começo. Esses quase 60% de queda do desmatamento é apenas o começo. Por quê? O nosso quando objetivo deve ser uma queda estrutural do desmatamento pela mudança do modelo de desenvolvimento na região e não pura e simplesmente porque vai lá o IBAMA, vai lá a Polícia Federal, o Exército, a Polícia Rodoviária e consegue fazer as operações com os resultados que tivemos. A criação das unidades de conservação ajudou na queda do desmatamento à medida em que se fez um barramento na frente da expansão predatória, como foi o caso da BR-163; o desmatamento estava aumentando desde que foi anunciado, em 2002, cerca de 500%, só com o aumento da estrada, e com a criação das unidades de conservação caiu 91%. Então tudo isso fazia parte de uma estratégia, como o Dr. Egon acaba de falar.

Eu continuo advogando e tendo o entendimento de que as coisas devem ser tratadas de forma integrada, graças à complexidade do problema. Por quê? A proteção do meio ambiente, muitas vezes, no meu entendimento, erroneamente é colocada como em oposição ao desenvolvimento, ou o desenvolvimento legítimo e correto para a sociedade brasileira é colocado em oposição à proteção do meio ambiente. Para mim, ambos fazem parte da mesma moeda. Não consigo imaginar como possamos ter o desenvolvimento cada vez maior da agricultura se perdermos florestas, se não tivermos proteção dos nossos recursos hídricos, se não tivermos a proteção da biodiversidade; estudos já estão dizendo que a perda de biodiversidade está prejudicando o processo de polinização, que está prejudicando a agricultura, são estudos que estão dentro da EMBRAPA. Então, para mim, trata-se de uma visão integrada.

Qual é o esforço que nós temos que fazer? É como responder a essa equação, como desenvolver com proteção e como proteger com desenvolvimento, e é por isso que eu disse que a observação do Dr. Barreto, muito objetivamente, trouxe aqui algumas contribuições para que a gente possa refletir. Eu acho que a Medida Provisória, ela colocou algumas cláusulas, sim,

e no meu entendimento, importantes, para evitar com que no lugar de cumprir o objetivo de colaborar com o ordenamento territorial e fundiário, que ela é um ponto dentro dessa estratégia, e ao mesmo tempo favorecer o uso desenfreado dos recursos naturais. Todavia, no meu entendimento, ela coloca corretamente, não tem como ser diferente, que tem que cumprir a legislação ambiental no que concerne à unidade de conservação, no que concerne à terra indígena e assim por diante. Só que quando diz que o processo é puramente auto-declaratório e dispensa a vistoria, todo esse processo de condicionante, no meu entendimento, acaba ficando nula. Por quê? Não tem a obrigatoriedade da vistoria. Para fazer isso que está sendo reivindicado aqui por todos, que aqueles que são de posse mansa e pacífica, que estão de acordo com aquelas tipificações que foram apresentadas aqui pelo representante da CNA, que, aliás, fez uma excelente exposição da medida do governo, que aqueles que se enquadraram naquelas tipificações feitas, esses aí não pediram para ir, estão respaldados; eu acho que não são esses que se está falando em ter os cuidados, exatamente para separar o jargão que se diz do joio do trigo. Se nós partirmos do princípio de que só temos trigo, talvez seja uma ingenuidade; se nós partimos do princípio de que só temos joio, talvez seja uma injustiça. Eu parto do princípio de que temos joio e de que temos trigo, de que temos que fazer tudo para favorecer o trigo e fazer de tudo para evitar o alastramento cada vez maior do joio, por isso que mais uma vez eu acho que a ideia aqui apresentada foi importante.

Acho que o Congresso Nacional tem a oportunidade de fazer esse debate nos termos em que a sociedade brasileira espera de nós. Que façamos esse debate considerando os nossos erros do passado, o desafio que temos para o futuro e aprendendo com os nossos próprios erros. Essa é a minha expectativa. Por exemplo, uma pergunta que eu faço em relação a esses 67 milhões de áreas que serão destinadas: quantos por cento, se o INCRA sabe, quantos por cento em termos de área vai para os pequenos e quanto para a média e grande propriedade? Por quê? Em termos de quantidade de propriedade nós temos uma maior quantidade; em termos de área destinada, qual é a diferença que se faz, para que a gente possa qualificar esse debate, para que a gente não trate, concordo, os diferentes como se fossem iguais; vamos tratar diferentes como diferentes e iguais como iguais. Quanto de área destinado para pequenos, ainda que seja maior em quantidade, quanto de área está indo para eles efetivamente?

Uma outra coisa que eu acho interessante: existem alguns Estados que fizeram o Zoneamento Eco-

lógico-Econômico ou já estão em fase de conclusão. O rio de dinheiro que foi gasto é porque isso era uma ferramenta para que se pudesse planejar adequadamente as atividades produtivas, mudar a dinâmica de ocupação, uma série de questões. Então alguns Estados, Acre, Rondônia, Mato Grosso deve estar terminando, o Pará também já está fazendo por região, vários Estados estão fazendo o seu zoneamento. Como é que a gente pode fazer com que o processo da regularização possa premiar aqueles que fizeram o dever de casa e alavancar aqueles que ainda não fizeram? Porque há um problema no Brasil, e isso é muito grave, é que quem cumpre a Lei, quem se esforça para fazer direito, lá na frente ele descobre que foi, no mínimo, ingênuo. Por quê? Alguém diz para ele: “Faça o Zoneamento Ecológico-Econômico como forma de você mudar ou não a reserva legal de 80% para 50%, como forma de consolidar essa ou aquela área, para destinar quais são as áreas de proteção integral, as áreas de uso sustentável, o lugar para pequenos, para grandes” – tudo isso. Aí as pessoas investiram, fizeram. Depois, quando chega o momento dele dizer: “Bem, agora eu posso fazer a minha regularização fundiária porque eu fiz o dever de casa, está aqui”. Aí ele descobre que não, que ele, tanto quanto aquele que não fez, são a mesma coisa, como aquele que paga ou não os seus direitos e às vezes é a mesma coisa daquele que não paga. Então eu gostaria de saber: por que é que a Medida Provisória não estabeleceu que o mecanismo que favoreça, obviamente, os que já fizeram o dever de casa e que alavanque os que ainda não fizeram para que o façam, porque a maioria estão fazendo, falta concluir. Quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente junto com o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, outros setores, o Presidente Lula, lá no Estado do Pará, aprovou um Decreto que estabelece que o zoneamento pode ser reconhecido, vou usar esse termo, eu não me lembro o termo técnico agora, por região. Por quê? Era uma grita dos produtores que para concluir o Estado inteiro do Pará, do Mato Grosso ou de Roraima, enfim, do que for, era muito grande. Por que é que a gente não poderia fazer um zoom numa determinada região mais tensionada, mais conflituosa e aquilo já ser validado? No início houve uma certa resistência: “Não, tem que fazer o zoneamento do Estado inteiro”. Depois foi aceito, muito corretamente no meu entendimento, eu advoguei isso, de que pudéssemos fazer por região. Isso já é um Decreto do Presidente, não precisa ser o Estado inteiro; se você conclui o zoneamento na escala tecnicamente exigida numa determinada área, já é válido e isso pode estimular um dever de casa correto. Então fiz uma pergunta para o INCRA.

Uma outra coisa: nós dizemos que a reforma agrária no Brasil é como se fosse um saco sem fundo. E por que um saco sem fundo? Porque as pessoas recebem a terra e, depois, ela é reconcentrada, passando para outras pessoas, e entra-se na fila de novo demandando terra e mais terra para pequenos. No meu entendimento qual é o levantamento que temos da reconcentração fundiária, levando em conta inclusive isso que o Dr. Barreto falou: já que existe, digamos assim, uma acessibilidade permissiva, então as pessoas ficam o tempo todo com uma espécie de *dumping* pelo uso da terra, porque na verdade é isso que pode acontecer.

Então, Sr. Presidente, eu o parabeno por essa Audiência e pergunto a todos os senhores em relação a termos uma visão integrada para os problemas do desenvolvimento do Brasil, aonde a questão da regularização fundiária faz parte, mas não é um fim em si mesmo. Nós queremos, sim, que as pessoas tenham a terra, nós queremos que a terra cumpra a sua função social, nós queremos que a terra esteja de acordo com os preceitos da Constituição Brasileira e, com isso, os brasileiros e brasileiras que não estão demandando por titulação de terra, mas que igualmente se sentem donos das terras porque são terras públicas, são terras da União, não se sentirão em nenhum momento lesados se o Governo Federal estiver fazendo transferência, porque a transferência de terra cumpre aos objetivos constitucionais da função social da terra e do interesse social altamente relevante. Para aqueles que estão de acordo com esses preceitos constitucionais não há nenhum óbice; para aqueles que não cumprem esses preceitos – e seria no mínimo ingenuidade achar que todos estão cumprindo -, eu acho que ninguém aqui está advogando por eles; está se advogando por um processo que leva em conta uma visão integrada: meio ambiente e desenvolvimento faz parte da mesma moeda, não há como separar. Ou nós fazemos isso pelo coração ou fazemos pela razão. Ou nós fazemos pela razão e pelo coração ou nós fazemos porque a Lei está aí para coibir aqueles que não respeitam aquilo que se constitui como marco legal desse País para proteger aquilo que está no art. 225 da Constituição Federal, que é o direito a um ambiente saudável para todas as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Feitas as considerações da Senadora Marina Silva, eu gostaria de fazer uma ponderação aqui, principalmente em razão do depoimento da Senadora Kátia Abreu quanto à sustentação que nós fizemos de que a matéria não se ajusta ao perfil da relevância e da urgência. É claro que historicamente é urgente para todos aqueles que estão assentados,

para todos aqueles que ocupam uma área que padece de regularização, que tenha direito ao seu título e que possa efetivamente desembaraçar-se de todas as peias que impedem o regular funcionamento de uma propriedade rural. Todavia, do ponto de vista jurídico a relevância e a urgência realmente não se afiguram pelo seguinte: caracteriza a urgência, Senadora Kátia, o fato que, não sendo enfrentado com a devida urgência, pode trazer grandes transtornos imediatamente; é por isso que existe a Medida Provisória e que refletia o espírito do antigo Decreto-Lei. Por exemplo, nós estamos hoje enfrentando a peste mexicana, que também é chamada aí de gripe suína. Essa peste, se realmente exigir alguma medida que o governo precisa tomar imediatamente para conter o seu surto, é claro que aí ele pode se valer da MP, que está inteiramente configurada. Mas veja o seguinte: V. Exa. mesmo disse que há seis anos atrás foi prometida a regularização fundiária num evento do qual V. Exa. participou e que até hoje não aconteceu. Não aconteceu e as coisas permaneceram do jeito que estavam. Então efetivamente não é o caso de Medida Provisória por quê? Porque é um projeto que visa enfrentar uma situação que é de natureza ordinária, que está dentro de uma paisagem jurídica que já era preexistente.

Na minha avaliação essa matéria tem controvérsia e são grandes as controvérsias. V. Exa. tem razão, Senadora Kátia, quando faz algumas críticas quanto à morosidade desse processo de regularização. Eu sou testemunha viva disso porque convivo nos assentamentos, visito os assentamentos, discuto com os assentados e posso lhes dizer, sinceramente Senadora Kátia, que os assentados hoje estão numa peia danada porque eles não conseguem fazer contratos, não conseguem fazer financiamentos, não conseguem se expandir exatamente porque não tem o título para oferecer como garantia, não tem o título para provar a titularidade. Então essas dificuldades realmente travam o desenvolvimento daqueles que buscam no assentamento uma forma de inclusão social e, de repente, continuam vivendo numa favela rural e não num assentamento, num projeto de reforma agrária.

Veja o seguinte: existe uma questão, aqui por exemplo a MP ainda não foi votada, não sei nem se chegou no Senado ainda, mas já tem um Decreto regulamentando a MP. Aqui o art. 3º coloca todas as exigências que são feitas para que seja definida a regularização. Uma delas é a questão do georreferenciamento, que foi duramente criticado aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Decreto 6.829, de 27 de abril.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De ontem, 27 de abril. Então aqui fala, na questão do georreferenciamento diz aqui o seguinte: a declaração ou laudo assinado por técnico habilitado atestando que área objeto do pedido de doação perdeu a sua vocação... Não, não é esse aqui. Aqui diz o seguinte: comprovação das condições de ocupação da área pretendida por meio de levantamento topográfico cadastral, fotogrametria aérea, imagem de satélite ou outro meio equivalente, georreferenciado, apresentados em cópia impressa e em meio digital que possibilite a identificação de: acidentes geográficos, massa de vegetação – e aí vai por diante. No entanto, apesar de ser até uma regra que não apresenta grandes dificuldades de cumprimento, o georreferenciamento é verdadeiramente um calvário, é um calvário. Nós que lidamos com essas áreas aqui sabemos perfeitamente. Há poucos dias atrás eu fui conversar com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Cassel, e falei sobre esse problema. Por quê? Porque a grande demanda que existe hoje no INCRA é o georreferenciamento e não é para facilitar a vida do proprietário de grandes áreas; é para consolidar o próprio assentamento fundiário que não acontece se não houver o georreferenciamento. Apesar de as normas serem simples, como a norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais, quando é para expedir o georreferenciamento, o credenciamento do técnico habilitado é uma dificuldade quase que intransponível. Parece que existe um cartel que impede que isso aconteça.

Então eu gostaria que os expositores que vão abordar essas questões que foram suscitadas agora falassem sobre essas duas questões a que me afei nesse momento: primeiro, o caráter da não urgência e da não relevância. Eu acho que não está caracterizado e eu gostaria que todos aqui me provassem que durante seis anos do atual governo, a Medida não tendo sido proposta lá atrás, como é que se prova a urgência e a relevância? A segunda questão que eu quero suscitar é: como é que vai ser feito para que o novo órgão que vai cuidar dessa política de regularização da região amazônica possa fazer para ultrapassar essa cultura burocrática que tem travado todas as normas para o georreferenciamento e para a configuração final dos assentamentos fundiários?

Então agora nós vamos começar com as respostas dos expositores aos questionamentos que foram suscitados aqui nesta primeira parte da nossa Audiência. Antes, eu vou passar a palavra para o Deputado Anselmo de Jesus para que ele faça a sua intervenção.

DEPUTADO ANSELMO DE JESUS (PT-RO): Sr. Presidente, no qual quero cumprimentar os demais da

mesa, primeiro parabenizá-lo pela forma democrática pelo que o senhor me tratou aqui, até porque na semana passada, Sr. Presidente, eu fui impedido nessa sala aqui de falar, já presidi Audiências Públicas lá e quando o Senador chegava lá a gente colocava na frente dos Deputados. Então hoje eu fiquei bastante satisfeito aqui por ter essa oportunidade. Quero cumprimentar também aqui o representante da CONTAG, que hoje é o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia, federação essa que presidi por dois mandatos, no qual eu quero cumprimentar a todos os representantes das novas federações da Amazônia, também cumprimentar aqui, em nome da Ministra, a Senadora Marina Silva, todos os Senadores e Senadoras, enfim, cumprimentar a todos e a todas aqui presentes.

Sr. Presidente, eu acho assim que o papel da regularização fundiária na Amazônia hoje não se discute. Eu acho que mesmo aqueles que querem revogar, que estão sendo contra, não são contra a regularização fundiária da Amazônia. Quando se trata da questão da participação, Guedes, aí eu quero dizer que eu gostaria que você detalhasse melhor isso, que não houve. Eu diria que hoje a maior parte dos movimentos, da CONTAG, não teve... Até quando você fez a referência da questão do Território da Cidadania, ninguém contestou, porque houve a participação da sociedade civil naquele debate.

Eu acho assim que a forma no afogadilho que foi tratado isso é que foi o grande problema, que não deu oportunidade, nem nós Deputados tivemos esse espaço, e hoje a sociedade civil teve o espaço através de se socorrer através do Parlamento, que em Audiências dessas é que teve a participação mesmo nesse debate. A estrutura que foi montada também, até hoje nós continuamos a questionar, porque ninguém da Amazônia participa dessa estrutura hoje para discutir uma regularização que é sua também e também isso nos deixa muito preocupado.

A questão da reforma agrária, eu vou citar uma questão lá de Rondônia, quer dizer, hoje foi requisitado quarenta servidores, escolhidos a dedo, para a regularização fundiária. Nós não estávamos muito satisfeitos com o INCRA na questão da reforma agrária, quer dizer, tivemos já várias audiências com o Ministro e ele diz: "Não, não vai acontecer", mas não detalhou nada até hoje. Ele não diz: "Não vai acontecer assim e assim", porque é muito fácil falar: "A reforma agrária vai continuar", mas não tem detalhado. Eu gostaria que o Guedes pudesse detalhar de que forma hoje, mesmo requisitando quarenta servidores, dos melhores, para a regularização fundiária, como é que a reforma agrária vai continuar nesse espaço?

Também eu acho que tem uma questão aqui que a gente deveria levar em consideração: MP e relatório. É claro que o Fernando estava cochichando aqui no meu ouvido que a partir daquela Audiência Pública na Câmara dos Deputados o Relator está propício aí a fazer algumas alterações, algumas buscas aí, que até então eu não concordo de forma alguma com o relatório do relator, porque abre porteira, passa boi e passa boiada.

Outras questões também a partir dos relatos que teve aqui, e aí eu quero agora, Lazinho(F), dar a mão à palmatória, porque eu estive ontem num seminário da Amazônia, da CONTAG, onde eu queria convencer eles de não pedir a revogação da medida, até porque eu acho que ela é importante e eles diziam assim a partir do primeiro relatório que foi colocado, ele diz assim: "Nós não concordamos. Nós não concordamos por quê? Porque você abre todo um caminho para especulação da Amazônia". E aí eu queria dizer, Guedes, que hoje, diante da exposição que eu vi aqui, você vai perder a vaga para o Daniel Dantas e para o Marcos Valério, porque se trata de especulação mesmo quando você fala, quando você abre e quando você trata daquela casa de 1.500 metros e você trata daquela de 40, porque se tiver a de 1.500 metros não vai ter a de 40, e aí nós vamos ter lá o cara lá na beira do rio, debaixo da ponte, e isso nós não queremos. Eu acho que nós temos que realmente pensar a regularização sim, porque dessa forma já está hoje, dessa forma já está hoje. Então nós queremos, sim, regularizar, mas levar em consideração e ter parâmetros.

Aí eu quero dizer assim uma coisa que sempre o INCRA pagou e que não é culpado por isso, porque eu acho que essa regularização fundiária, ela é de responsabilidade muitas vezes do governo que não arrumou dinheiro para o INCRA, que nesses seis anos já teria ter feito ela. Agora não dá que o superintendente jogasse a máquina nas costas e fosse fazer georreferenciamento e que fosse fazer a regularização fundiária sem dinheiro. E aí, nesse afogadilho agora, muitas vezes você remete essa responsabilidade dizendo que não vai ser mais o INCRA que vai fazer a regularização fundiária, mas vai lá e requisita todo o pessoal do INCRA para poder fazer, porque eles é quem sabem fazer e eles é que vão fazer isso; não dá para hoje a gente chegar aqui e colocar a culpa em cima do INCRA, sendo que o INCRA não foi o culpado disso não. Então eu acho que isso também não dá para a gente aceitar.

E aí eu fiquei aqui agora, quando a Senadora falou aqui, eu fiquei pasmado, fiquei mesmo. Aí eu passo a me juntar com a CONTAG nesse momento e pedir a revogação sim, buscar um Projeto de Lei para

nós discutirmos e aprofundarmos isso, porque se nós tratarmos da forma que eu ouvi gente falar aqui, nós podemos, realmente, acabar com a nossa Amazônia [palmas], Amazônia essa que tem um papel fundamental, e aí eu sempre fui esse defensor, sempre buscando essa defesa, mas eu quero isso com responsabilidade. Vou fazer essa defesa, vou buscar o governo para que a gente possa fazer, sim, essa regularização, mas ter responsabilidade, responsabilidade com aqueles que precisam de ter a casa de 40 metros, vou buscar também aquela questão ambiental que nós precisamos do meio ambiente, vou buscar também discutir hoje essa situação que está a nível de mundo hoje quando se trata da questão do aquecimento global, nós temos que ter responsabilidade com isso, e aí nós também precisamos de ver na regularização fundiária aqueles vinte que têm mais de oitenta e aqueles oitenta que têm menos de vinte; isso está na Amazônia hoje. Se nós dermos dar continuidade nisso, nós vamos acabar com a Amazônia.

Então eu quero pautar aqui, Sr. Presidente, dessa regularização a partir de uma responsabilidade. A partir de hoje eu vou defender sim a revogação e quero sim um Projeto de Lei a partir do governo, que a gente possa discutir com os movimentos sociais, que nós possamos discutir com a sociedade, até porque esse governo fez mais conferência dentro do Palácio do Governo do que todos os outros governos para trás e agora nessa ele pecou, pecou porque não chamou o povo, pecou porque não discutiu com o povo e aí eu acho que está aqui já o grande problema colocado na sala e é nessa sala aqui.

Então parabenizar a V. Exa. por esse espaço que me deu, porque ainda na semana passada não me deram esse espaço aqui, agradecer e quero, espero que o Senado possa rever também o seu Regimento e permitir que a gente possa vir falar também nas Audiências Públicas aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, por favor. Como eu acho que os nossos expositores já vão fazer as suas manifestações e as suas considerações finais, suponho, eu só queria agregar, se V. Exa. me permite, uma questão.

Eu apresentei uma Emenda propondo que a gente possa fechar essa questão da regularização até quatro módulos fiscais. Por quê? Porque até quatro módulos fiscais atende a cerca de 90% das demandas por regularização e isso, com certeza, teria um impacto menor do ponto de vista, enfim, até dos problemas ambientais, mas altamente relevante do ponto de vista social. Por quê? Pelo que eu pude observar ali da apresentação feita, 90% das propriedades são até quatro módulos fiscais, mais 10% de médias e grandes, mas quando

se trata do tamanho da área, cerca de 90% vai para os médios e grandes e 10% para os até quatro módulos fiscais. Portanto, os que aqui, com justa razão, manifestaram suas preocupações com os pequenos, com os que não estão tendo, digamos, nenhum atendimento por parte do Governo Federal, estaríamos todos contemplados e eu acho que nós desconstruiríamos a ideia de que, na verdade, vamos atender a um processo de ocupação indevida de terras públicas.

Eu não me canso de dizer, Sr. Presidente, que quando apresentamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que tratava de 13 milhões de hectares para um período de vinte anos até chegar os 13 milhões, se dizia em alto e bom tom que era um projeto de privatização da Amazônia e era para que as terras continuassem públicas, continuassem florestas em regime de concessão. Agora é a titulação de 67 milhões de hectares. Isso é como se fosse Minas Gerais e Santa Catarina, eu acho, para a regularização, aonde os pequenos que são 90% ficam com 10% da área e os que são 10% ficam 90%. Então é algo para que a gente possa refletir, para que a gente possa, no meu entendimento, fazer com que o Congresso Nacional se atenha a uma questão que eu considero importante e estratégica, que é o ordenamento territorial, e não pegar a regularização como se já o fosse. A destinação das áreas, que são terras públicas, elas podem ser para o atendimento da função social da terra, para o altíssimo interesse social e para a criação de unidade de conservação, de terra indígena, para a criação, enfim, de ações do governo, mas que atenda os interesses estratégicos da sociedade brasileira, que é igualmente dona de todas essas áreas. A gente às vezes questiona determinadas atitudes do governo, mas quando se trata desse aceno com essa quantidade toda de terra as pessoas têm que ficar um pouco mais atentas, mas no meu entendimento, pelo que eu pude ouvir nos discursos, as pessoas preocupadas com os pequenos, com os 90% de proprietários que são pequenos, até quatrocentos módulos, eu acho que se fizer um zoom só nesses, até quatro módulos fiscais, ainda que eu concorde teria que ser por um Projeto de Lei, para ter tempo de debater, mas acho que essa pode ser uma boa construção para essa Medida Provisória. Eu apresentei oito Emendas e uma delas é essa, que fiquemos até quatro módulos fiscais e que não haja dispensa da vistoria, porque a dispensa da vistoria é que, no meu entendimento, inviabiliza a separação do joio e do trigo [palmas]. A não dispensa da vistoria faz a separação, porque quando eu quero fazer a separação, eu não estou dizendo que todos os grandes são joio e todos os pequenos são trigo; até quatro módulos fiscais também têm uma série de irregularidades, têm pessoas que se

dão para ser laranjas. Como é que nós vamos tratar os laranjas, que são muitos? Então é a vistoria. “Ah, vai ser em 100%?”. “Não, você vai fazer a vistoria, é por amostragem”, mas as pessoas têm que saber que podem ser pegos na malha fina do INCRA. O que não pode é ter a certeza da impunidade. Com a certeza da impunidade, não vão fazer a vistoria, qualquer um vai lá e declara que a sua posse é mansa e pacífica e que nunca teve problema nenhum. Aí não é regularização fundiária no Brasil e nem no mundo, deve ser no céu, porque um processo autodeclaratório em que todos dizem “de fato isso aqui foi uma grilagem”, não está de acordo com aquelas tipificações que o Dr. Anaximandro mencionou, “eu não estou de acordo com aquilo ali, eu estou completamente legal, portanto, venho aqui renunciar à pretensão a essa posse”. Isso não é regularização fundiária na terra; seria, provavelmente, no céu, mas como no céu não precisa é melhor que a gente faça correto aqui na Terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senadora Marina. Vamos passar agora a palavra aos expositores. Então o primeiro que falou foi o Sérgio.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Eu só queria deixar claro que algumas respostas de comentários que foram feitos por Senadores, que infelizmente se encontram ausentes, não são feitas com o intuito de, digamos assim, responder pelas costas, porque os Senadores não se encontram mais aqui. Eu até disse à Senadora Kátia que eu iria comentar algumas das observações dela e ela me disse: “Não, eu assisto a televisão, eu tenho assessores que estão presentes”, mas eu não quero passar uma ideia de uma valentia, digamos assim, pelas costas, o que seria muito fácil.

Bem, a primeira coisa que a gente tem que dizer é que setores do agronegócio do Brasil são profundamente ingratos com os esforços do povo brasileiro no sentido de apoiá-los. O agronegócio no Brasil sempre recebeu um tratamento privilegiado desde que esse País se entende por gente. A história desse País é uma história de concessão fundiária para a ocupação do território. Isso já nos levou uma Mata Atlântica, isso já nos levou metade do Cerrado, isso já nos levou 20% da Amazônia e o setor fala como se ele fosse uma vítima eterna dos maus-tratos do povo brasileiro. O setor recebeu e recebe vultosos recursos de incentivos fiscais, de empréstimos, boa parte deles inclusive que não são pagos. Esse Senado já fez quantas CPIs sobre dívida agrária justamente para identificar aqueles que não são pagadores dos empréstimos ou que são devedores contumazes? Mas o setor está sempre reclamando como uma criança mimada de que não recebe os incentivos da Nação. Em terceiro lugar, é

preciso que a gente diga que tinha um tempo, a partir dos anos 50, que Estados brigavam para fazer parte da Amazônia Legal, porque a Constituição de 1946 fixava os incentivos fiscais que permitiram nos anos 60 toda a farra dos incentivos que permitiu o uso e a ocupação da região. Tem uma famosa expressão do professor José de Souza Martins que diz: “Na Amazônia não se pastoreia gado, se pastoreia incentivos”. É uma definição clássica da sociologia brasileira e o setor continua reclamando como se não tivesse o apoio. Hoje tem Estados que pedem para sair da legislação da Amazônia Legal, alegando que a legislação ambiental cria situações de constrangimento, mas eles esquecem, na linha do bocado comido, bocado esquecido, o que foi o volume espantoso de recursos a partir dos anos 60 para fazer com que hoje o Estado do Pará e o Estado do Mato Grosso seja o maior rebanho de gado do País, ou seja, a política do Governo Militar deu certo; pela ótica da política do Governo Militar ela foi extremamente bem sucedida, porque ela conseguiu ocupar sim a região, ela conseguiu sim destruir, ela conseguiu sim fazer um conflito agrário que permanece até hoje, que se espalha nas mortes que todo dia a gente verifica na televisão, se verifica nos setecentos e tantos assassinatos no Estado do Pará que permanecem impunes até hoje, mas o agronegócio continua reclamando como se o País, o estado brasileiro, a população brasileira não desse nenhum incentivo. O estado ou o agronegócio não reconhece em nenhum momento o que foi o passivo enorme da concessão de áreas como, por exemplo, aquele famoso caso da Fazenda Suiá-Missu, os Deputados do Mato Grosso não estão mais aqui, lá em São Felix do Araguaia, se eu não me engano, que era uma fazenda de setecentos mil hectares, uma concessão que era de um grupo internacional, a Agip Petróleo italiano, mas o Estado e os setores do agronegócio ficam falando em internacionalização, o Estado não reconhece que no caso do Mato Grosso, se você pega toda aquela região de Querência, pelo menos 20% das terras que têm ali hoje estão todas nas mãos de estrangeiros, sendo que ali o hectare vale cinco mil reais e que foram concessões de terras públicas e o agronegócio não reconhece que, quando ele fala mal do INCRA, ele deveria falar mal do INCRA porque o INCRA não cumpriu com o seu papel de vigiar as terras públicas que foram invadidas sim, foram griladas sim, foram tituladas indevidamente sim, mas isso em nenhum momento é colocado em conta. O agronegócio está sempre reclamando, o que, aliás, ele faz de uma forma muito inteligente, que é para sempre manter o Estado e o povo brasileiro sobre um processo de chantagem para lhe fazer mais e mais concessões, como essa que foi feita aqui para se dar terra pública

de graça. E o patrimônio do povo brasileiro, esse não merece ser protegido pelo direito de propriedade? Nós não temos? Eu não tenho, quem está aqui não tem, nenhum de nós tem? Ou não vale o que está escrito na Constituição, que terra pública é uma terra de cada um de nós e que esse é o maior patrimônio que tem que ser protegido? Mas isso não é visto, em nenhum momento é visto, isso não é colocado.

Então eu acho que tem um processo de distorção nesse debate brutal, brutal, onde nós vemos aqui, mais uma vez, um processo de arrancar concessões do Estado para fazer privilégios a setores particulares que vão pegar terra pública de graça e, depois, vão vender a cinco mil o hectare, como acontece no município de Querência, ou como não aconteceu no Estado do Pará, que comprou a um dólar, a um dólar e hoje tem um Estado que quer, naquela região de Marabá, que é a região inclusive do Relator da Medida Provisória na Câmara, Deputado Asdrúbal Bentes, que foi integrante dos órgãos fundiários nos anos 70, que foi integrante do GETAT, do Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins, quando era Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários o General Danilo Venturini, quando a concepção fundiária do País era uma concepção de segurança nacional, autoritária, que foi um grupo de trabalho que se seguiu ao desmantelamento das lutas camponesas na região do Araguaia, com sofrimentos que perduram até o dia de hoje, mas o agronegócio aqui dizendo o que País não lhe deu nada. Por quê? Lógico, ele quer mais, ele é insaciável na sua vontade de dizer que meio ambiente atrapalha o desenvolvimento da Nação, como ele também hoje se agarra a um estudo que não tem a ratificação da confirmação do seu órgão oficial da EMBRAPA para dizer que o meio ambiente atrapalha o desenvolvimento nacional, quando a questão não é o limite da reserva legal de oitenta na Amazônia ou de vinte na Mata Atlântica, porque se fosse uma questão de tamanho a Mata Atlântica estaria preservada e a reserva legal lá existente estaria preservada, porque essa reserva legal existe desde 1935, quando foi feito o primeiro Código Florestal do País, e lá, se você verificar, só não se planta dentro da água porque não é possível ainda, ainda não se desenvolveu essa técnica. Então que meio ambiente é esse que atrapalha? Então eu acho que tem uma questão que precisa ser trazida para este debate que é: nós temos sim uma dívida de gratidão com a agricultura nacional? Temos. Ela é o motor de desenvolvimento da economia nacional? É. Ela responde por 1/3 do agronegócio do PIB brasileiro hoje? Responde. Ela é maior do que a soma de todas as outras exportações da nossa balança comercial? É verdade. Ela responde por 1/3 dos empregos no País?

É verdade. Mas isso foi feito porque o povo brasileiro deu o seu dinheiro; não é um esforço individual de cada um. E isso, em nenhum momento, é colocado, porque simplesmente nos querem manter sobre esse processo de chantagem permanente.

Então eu acho que precisa ser discutido nessa questão de concessão de terras, que é um problema que existe no Brasil sem solução há muito e muito tempo, porque isso só vai significar mais e mais concentração fundiária, quem é o beneficiário desta medida que está aqui se discutindo? Se a gente não faz esse debate, nós vamos ficar, mais uma vez, sendo chantageados como se essas questões que fossem aqui colocadas para criar um processo de ordenamento fundiário sério e não concessão a qualquer um, como se sempre fez, fosse uma coisa para prejudicar o pequeno; não é o pequeno que está sendo prejudicado, o pequeno sempre foi prejudicado e o grande sempre foi beneficiado. Esse é o debate que a gente tem que fazer para tornar esse debate sério, transparente, respeitoso e não prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu confesso que eu divirjo um pouco, eu acho que esse enfoque ideológico que se dá nessa discussão é extremamente prejudicial.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas, Sr. Presidente, o senhor me desculpe: por que é que quando as pessoas têm uma posição contrária é ideológico e por que é que aqueles que afirmam ao contrário a esses não é ideológico? O que é que caracteriza o científico e o ideológico? Qual é a linha que separa os dois olhares para que um seja qualificado como ciência e o outro desqualificado como ideológico? Eu estou falando isso e eu estou vendo que V. Exa. está acolhendo muito bem aqui o debate, V. Exa. está promovendo o debate, só que a mim me preocupa muito que toda vez que alguém coloca que outros dados e que não são inventados, aí as pessoas dizem: "Isso daí é ecologia". Por exemplo: quando eu dizia que na questão dos transgênicos nós teríamos que ter um regime de coexistência, as pessoas diziam: "A Ministra é ideológica". Os que diziam que não precisava de cuidado, eram científicos. Agora eu vi que os produtores do Rio Grande do Sul estão entrando na justiça contra o Monsanto porque não suportam mais pagar os *royalties*. Eles estão entrando por uma questão ideológica ou uma questão científica? Na época eu achava que era científico, que se tivesse cuidado, porque não se tinha certeza em relação. É só para que a gente tome esse cuidado, porque é muito difícil manejar essa linha do que é científico e o que é ideológico, porque no meu entendimento são muito científicos os dados

relevantes que estão sendo colocados aqui. Por quê? Incentivos fiscais, cientificamente a gente consegue encontrar nas planilhas de custo do governo, a gente consegue encontrar isso. Qualquer historiador, qualquer pessoa ligada aí à sociologia rural, os economistas, vão encontrar.

É só esse apelo que vos faço, porque eu acho que a gente pode divergir no mérito, no mérito, dados que são dados, visão contra visão, mas não que uma é ideológica e a outra é científica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte, há um visível confronto, um confronto de natureza ideológica, que é o agronegócio contra o meio ambiente. É um confronto. Então eu acho que não é por aí que nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio que nós buscamos. Eu acho o seguinte: o incentivo para o agronegócio não é uma invenção do Brasil. No mundo inteiro a competição se dá com o agronegócio sob a proteção do agronegócio nos outros países. Na Europa, nos Estados Unidos, em todos os lugares o agronegócio tem os serviços, porque é a forma de competição que se assegura a esses países. E o Brasil, se não conceder os incentivos para o agronegócio, obviamente vai enfrentar uma dificuldade de concorrência que é extremamente penosa para a sua competição.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Senador, se o senhor me permite, só para esclarecer, para não parecer que eu dei uma informação errada, eu não tenho nada contra o incentivo ao agronegócio, pelo contrário, eu fiz questão de reconhecer o papel que a agricultura fez; eu sou cearense, eu só quis dizer que a discussão do incentivo não pode estar desligada de condicionantes no empréstimo. Se eu for pedir um empréstimo à Caixa Econômica, a Caixa me diz: "Você tem que cumprir essas e essas obrigações". Então eu só quis ressaltar e realçar que esses dois pedaços fazem parte da mesma discussão, eles não precisam estar dissociados, como se ao se pedir condicionante a gente quisesse criar constrangimentos ao agronegócio. Seria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que o ponto de equilíbrio aí tem um nome: se chama sustentabilidade.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quer dizer, essa é a divisória que nós temos que seguir. Dentro dessa divisória nós temos que reconhecer o papel do agronegócio, é um segmento dos mais importantes da economia brasileira, são 34% do PIB que estão aí, então é questão de assegurar essa premissa em todas essas decisões, na decisão da Amazônia e fora da Amazônia também. Até nos assentamentos fundiários, no meu Estado, a questão

ambiental tem sido objeto de grande questionamento, especialmente por parte do Ministério Público. Faz-se um projeto de governo, governo que tem compromisso com a questão ambiental e tudo, e, de repente, enfrenta grandes problemas ambientais lá dentro. E, às vezes, as exigências ambientais realmente acabam até prejudicando a execução do projeto de um determinado assentamento; isso eu estou cansado de assistir e mediar.

Mas vamos seguir, então, ouvindo os demais expositores. O próximo é o Lázaro.

SR. LÁZARO DOBRI: Eu já vou começar dizendo que sou contra o agronegócio porque ele é concentrador, porque ele acumula capital e não distribui renda, porque no Brasil mesmo o PIB tão alto tem uma parcela muito grande da agricultura familiar nesse PIB também. Mas é importante o debate e eu acho que o Senador Valter está de parabéns por ter aberto e o Brasil tem essa vantagem: nós podemos estar aqui hoje; só no Brasil isso acontece, podendo estar discutindo e colocando pontos divergentes.

É uma pena, Senador, que a gente tenha que ouvir uma Senadora dizer que isso aqui é uma palhaçada, como nós ouvimos aqui dentro de um Senado, onde nós estamos discutindo pontos... Não sou ambientalista, sou um produtor familiar e posso dizer cientificamente que eu tratei e criei a minha família em cima de dois alqueires de terra. Então, por isso, a concentração de terra não traz riqueza e nem traz crescimento para o País não.

Alguns pontos que nós anotamos aqui. Primeiro, nós não estamos tratando de área de assentamento; nós estamos tratando de áreas invadidas, ocupadas. Eu digo para os senhores: cheguei em Rondônia há quase trinta anos e se nós quiséssemos pegar um pedacinho de terra, nós tínhamos que ocupar áreas, porque já estavam todas invadidas. Quem é que invade a terra, é o grande ou é o pequeno? Eu acho que a gente tem que pautar isso, porque quando o pequeno entra é invasor; quando o grande tem a terra, ele é o dono legítimo e legal pela Constituição. Para quem é essa Constituição? Quem fez essa Constituição que o pequeno não tem direito a ter o seu pedaço de terra?

Quando nós estamos falando aqui que vai beneficiar o grande, é porque 55% dos ocupantes de terra na Amazônia ocupam até um módulo fiscal, 55%. 6% ocupam 81% dessas áreas ocupadas. Vai beneficiar a quem? Ao pequeno? Discurso aqui no Senado é muito bonito, dizer que em assentamentos, que hoje não tem mais morador lá dentro, mas quem questionou isso, que o governo não faz, foi o Governador do Estado e não fez, lá nos assentamentos, lá no campo, o que precisa ser feito. Então por não ter mais beneficiários da refor-

ma agrária lá nesse assentamento é porque não teve política pública; a culpa não é dele por terem saído. E uma forma de se concentrar é não colocar política pública naquelas áreas, é não colocar políticas públicas, porque se colocar não sai; se colocar educação, colocar saúde, colocar estrada, colocar preço mínimo na produção, colocar assistência técnica, não sai, não sai. Agora jogar lá, como sempre foi feito, sem estrada... Eu sou beneficiário da reforma agrária e abandonei o meu lote porque nós ficamos quinze anos sem estrada. Foi trabalhar de ameia e comprei dois alqueires de terra para criar a minha família, Senadora. Por isso. Meus filhos tinham que estudar. O que adiantava eu ficar quinze quilômetros sem estrada, longe a oitenta quilômetros da primeira cidade?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Foi isso que ele falou [ininteligível].

SR. LÁZARO DOBRI: O que é que adianta eu ficar? Hoje tem um que está terminando uma faculdade, a minha esposa se formou agora, em cima de dois alqueires de terra. Então vai beneficiar os grandes.

Eu quero dizer para os companheiros do MDA, Senadores, Deputados, políticos, proprietários, com todo o respeito, que eu peço desculpas pelo que eu vou dizer, se estão defendendo essa proposta ou o Brasil está errado ou nós estamos errados, estamos no lugar errado, porque beneficiar o pequeno e beneficiar o Brasil é redistribuir terra, não é legalizar as ocupações e o que tem sido feito no Brasil ao longo da história. Nós temos região no Estado de Rondônia, nós temos região no sul do Pará, no sul do Amazonas, onde têm cooperativas de terras e as propriedades são mil e quinhentos, mil hectares. Quem é esse povo? Moram lá? Não. No Estado de Rondônia tem cooperativas de fazendeiros do Estado de Rondônia que estão invadindo terra no sul do Amazonas e serão legalizadas. Conforme está a Medida Provisória, será legalizado. Então alguma coisa está errada, alguma coisa está errada. Não ouviram os movimentos sociais, não buscaram alternativas. Como é que nós vamos discutir regularização fundiária desligada da questão ambiental, desligada das outras práticas na agricultura? Agora entregar título de terra resolve o problema? O Deputado Anselmo ontem falou uma coisa na CONTAG muito séria: se quiser distribuir título, vai para uma gráfica, faz um bloco de título e sai jogando; aquele que pegar é dono. É o que está acontecendo com essa Medida Provisória.

Então nós não vamos concordar com essa prática. Eu volto a repetir aos companheiros do MDA, ao Ministro que deveria estar aqui e que nunca está nos debates que a gente precisa que ele esteja: a CNA está defendendo uma Medida Provisória, Medida Provisória

que sempre foi questionada. Parabéns pelo questionamento com relação às Medidas Provisórias, mas ela está defendendo no campo, para o campo, uma Medida Provisória com um pano de fundo; pano de frente é uma coisa, mas lá no fundo é outra coisa. O que nós pedimos para os Srs. Senadores que estão presentes: procurem ver a realidade real do que vai acontecer. Peguem, por experiência, uma região ou uma gleba, façam um levantamento e vejam quem está lá dentro dessa gleba, se é pequeno ou se é grande, se quem será beneficiado vai ser o pequeno ou será o grande.

A CONTAG, quem defende agricultor familiar no Brasil é a CONTAG. Nós defendemos agricultores familiares e temos a consciência de que fazemos a nossa parte muito bem. Participamos, também, com acampamentos, participamos com mobilizações, participamos com ocupação de terra, porém, não ficamos em mídia e nem queremos ficar. Agora o que nós não podemos aceitar é que deste governo... De outro até a gente engoliria, mas esse governo dizer que isso é fazer regularização fundiária pensando no social, comparando isso com o Território da Cidadania, é estar brincando com os agricultores e agricultoras familiares da Amazônia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Lázaro, eu sou obrigado a manifestar a minha divergência também em alguns aspectos. Em primeiro lugar, eu acho o seguinte: matéria controvertida e que não tenha aquela característica da relevância e da urgência, e a característica da relevância e da urgência está associada, indissolivelmente, às questões não previstas.

SR. LÁZARO DOBRI: Eu concordo com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aquelas questões que surgem às vezes até por uma imposição da natureza. Então essa questão aqui, ela se insere dentro desse debate. Tem que discutir mais, fazer o que nós estamos fazendo aqui com a maior abertura possível para que erros que têm sido cometidos até agora não venham a se cometer num momento em que se propõe fazer uma transformação tão grande e numa região tão delicada como é a região da Amazônia, a Amazônia Legal. Então o meu entendimento é esse. Eu concordo contigo num aspecto: a importância da agricultura familiar. Tão importante quanto o agronegócio, a agricultura familiar tem um lugar de destaque na economia, porque ela responde, se eu não me engano, por 10% do PIB também. Então é um segmento importante. Mas discordo de uma questão: não há nenhuma incompatibilidade entre o agronegócio e a agricultura familiar. Na minha avaliação, a grande virtude da reforma agrária, ela só

cumpra a sua finalidade se ela fizer uma transformação na vida do lavrador: se ela transformar o lavrador sem terra em produtor rural; se ela fizer isso, ela está promovendo a inclusão social. Aí sim ela estará cumprindo o seu desiderato. Fora disso aí é enganação. E, infelizmente, o projeto de reforma agrária que está em curso no Brasil, se nós fizermos um levantamento – e ninguém tem esse levantamento – sobre os resultados que ela tem produzido agora dentro desse enfoque da inclusão, dentro desse enfoque da transformação do lavrador, do simples lavrador em produtor rural, se fizer essa avaliação, eu tenho dúvidas dos resultados que serão produzidos.

Vamos então seguir o nosso debate. Pela ordem falou o Carlos Guedes.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Eu quero, Presidente, mais uma vez parabenizar pela condução dos trabalhos, porque eu acho que essa Audiência vai ser muito elucidativa em vários aspectos, em vários pontos, inclusive no que concerne ao aperfeiçoamento do programa e da própria Medida Provisória. Então, pensando em ir pontualmente nas observações dos Senadores para que nenhuma questão fique sem resposta, obviamente que tivemos questões coincidentes nos debates, então eu pretendo vencê-las uma a uma e, naquelas que possivelmente já tenha me reportado, não vou repetir.

O Senador Renato Casagrande fez uma observação muito pertinente sobre os mecanismos de controle e monitoramento na emissão ou do que vai acontecer com os beneficiários do Programa Terra Legal. Essa é uma questão que nós viemos trabalhando constantemente, desde a elaboração da Medida Provisória e mais agora na operação, no conjunto do governo, então as cláusulas resolutivas são sim um instrumento real de regulação do comportamento de quem vai ser beneficiado pela Medida, e do ponto de vista operacional, já destaquei anteriormente aqui da integração de ações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, que temos hoje um conjunto de instrumentos da época da Ministra Marina, esses instrumentos foram constituídos, dos trabalhos do INPE na questão do controle do desmatamento, bem como nós temos um conjunto de informações, como já destaquei, em especial na produção familiar, na própria atuação do PRONAF em apoio a esses agricultores. Soma-se agora a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo a parceria que nós fechamos internamente no governo com o Sistema de Proteção da Amazônia, o SIPAM. O Programa Terra Legal ficará situado dentro do SIPAM, não só em Brasília, mas como nos centros regionais que o SIPAM tem colocado nos Estados e o objetivo fundamental é que nós avancemos não só no

trabalho de campo, de auditoria, de acompanhamento do pós-título, mas, fundamentalmente, no trabalho de inteligência daquilo que tem acontecido do ponto de vista dos impactos e das consequências da regularização fundiária. Nós sempre dizemos que não adianta nada nós cumprirmos uma meta de duzentas, trezentas mil posses regularizadas, se isto resultar no aumento do desmatamento, no aumento da grilagem. Então o Programa Terra Legal fracassou do ponto de vista da sua atuação. Então não tem sentido nós iniciarmos uma ampla regularização fundiária, acelerarmos um processo de regularização fundiária, que já vinha sendo feito pelo INCRA. O ato que nós tivemos ontem no Estado do Amazonas, ele foi um exemplo concreto de algo que já vinha acontecendo. Mas qual era o grande problema? É que as exigências para a regularização fundiária de produtores pequenos na Amazônia, era igual de um produtor de Ribeirão Preto e as condições completamente diferentes. Por isso que nós alteramos e por isso que entendemos que a Medida Provisória tem um sentido de urgência, porque ela só consegue ter efetividade, a regularização fundiária, tratando de forma diferente os diferentes. Nesse sentido nós acreditamos que com a mudança do marco legal é possível, sim, avançar e acelerar o processo da regularização fundiária, chegando em quem precisa. E o momento é agora, Senador. Por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu só te fazer um questionamento.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte: o governo está no sexto ano e só agora que ele propõe essa mudança, certo? Imagine o seguinte: se há cinco anos atrás tivesse sido preparado um Projeto de Lei para assegurar o amplo debate sobre o mérito, e eu aqui concordo contigo, eu acho que, por exemplo, pelo pouco que eu conheço, pelo pouco que eu li sobre a Medida Provisória, eu acho que ela tem um conteúdo de mérito altamente defensável, extremamente justo. No entanto, o que eu acho é que não caracteriza a urgência por quê? Porque o governo teve seis anos e só agora que está propondo. Então você vê: no apagar das luzes, nós já estamos em mais da metade do segundo mandato do Presidente Lula, é que vem essa proposta. Então aí é que descaracteriza a urgência. Então não é uma medida urgente por quê? Porque o governo teve tempo, o governo teve a oportunidade. Não vai acontecer um desastre da natureza se, por acaso, retardar mais trinta dias, até porque passaram-se seis anos; é essa a questão.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, a própria exposição que foi feita aqui relatou um histórico de esforços do governo de alteração no marco legal e aperfeiçoamento no processo da regularização fundiária; o próprio representante da CNA demonstrou isso. E nós vemos nos debates, quero destacar e aqui faço um registro importante, de que à luz da condução do último período da discussão do Plano Amazônia Sustentável, esse debate veio à baila e que este desenho de alteração no marco legal foi incorporado nesse conjunto do debate, ou seja, o governo veio acumulando, veio tomando iniciativas do ponto de vista da regularização. Chegamos a um momento aonde entendemos que era necessário acelerar esse procedimento e aí sim aperfeiçoar novamente o marco legal. Por isso da noção de que é um processo de acúmulo constante porque, como já está dito aqui, nós não somos os donos da verdade, nós viemos aprendendo nesse processo. A condução do que foi destacado aqui anteriormente, o próprio Ministro Mangabeira Unger conduziu um debate dentro do bojo do Plano Amazônia Sustentável, passou nos Estados e esse debate da regularização aconteceu. Não foi conduzido pelo MDA, não foi liderado pelo MDA; foi liderado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. O nosso papel foi o papel de demonstrar claramente que a proposta que estava surgindo de regularização fundiária, essa sim era uma proposta que na nossa opinião não se sustentava. Por quê? Porque, primeiro, repassar as terras simplesmente para os Estados e que nós podemos ver que na estatística dos 67 milhões de hectares de terras da União a serem regularizadas os Estados têm mais de 100 milhões e também não conseguiram realizar a regularização. Nós temos que fazer um trabalho conjunto com os Estados, apoia-los naquilo que é necessário. Mas um exemplo, Mato Grosso, nós temos muito menos problema com terra federal do que com terra estadual e por isso estamos dialogando com o Governo do Mato Grosso no sentido de identificar o processo da regularização. Então nós viemos num acúmulo, viemos alterando instrumentos de ordem legal, mas identificamos que para fazer uma regularização fundiária que não é exceção, não seja uma exceção, mas seja uma política a ser implementada, e aqui todos defenderam o mérito da regularização, isto é absolutamente necessário. Segundo, nós temos uma característica da Amazônia – e estamos vivenciando agora nesse último período também um período de cheias, de chuvas – na qual nós poderemos entrar em campo, temos condições de entrar em campo e entraremos junto com a Operação Arco Verde no mês de junho e nós teremos até outubro ou novembro para trabalhar. Então são elementos concretos que se a decisão é fazer – e ontem ficou muito

claro no pacto dos Governadores com o Presidente da República, – a regularização, o momento é esse para fazermos. Então temos que enfrentar, exatamente nesse período nós estamos numa construção com os Governos Estaduais. Quero quitar aqui uma referência muito positiva que foi feita de que a regularização não tem um fim em si próprio, ela é uma ferramenta importante para o ordenamento territorial. É o desenho, por exemplo, que nós estamos modulando o programa a cada realidade. Por exemplo, o Governo do Acre nos propôs que fizéssemos a regularização e a atuação da regularização no entorno da BR-364, só que nós não vamos lá dar títulos a não ser por dentro de um projeto de ordenamento territorial construído com o Governo do Estado do Acre. Então o programa nos cria essas condições positivas. Assim como no Mato Grosso nós estamos discutindo com o Governo do Mato Grosso, que teve recentemente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente um sistema de regularização ambiental, aonde nós poderemos com o georreferenciamento das posses, com a assistência técnica garantida, eles possam imediatamente encaminhar a sua regularização ambiental. Então são ganhos operacionais que nós tivemos nesse período do programa. Até registro, eu ouvi uma fala da Prefeita de Alto da Floresta, que é um município que vem sofrendo muito com esse processo, de que ela não acreditava que nós, em sessenta dias, pudéssemos estruturar o programa, apresentá-lo publicamente e organizar uma operação de campo. Eu acho que perdemos isso é muito pior do ponto de vista do resultado que pode ser gerado a partir desse trabalho que nós estamos desenvolvendo.

Então por isso que eu o parabeno, Senador, mais uma vez pela condução, e trago elementos para a noção de urgência e de emergência do tema. Esse foi um tema muito debatido no bojo da atualização do Plano de Amazônia Sustentável, como eu já disse apresentamos divergências de mérito internamente dentro do governo, mas construímos uma síntese e essa síntese estamos em condições de defender em qualquer fórum, em qualquer instância de debate. Então basicamente em relação aos temas que o Senador Casagrande trouxe, pretendi responder dessa forma.

O senhor traz um tema muito importante também em relação ao georreferenciamento e a certificação dos imóveis. De fato, desde a criação da Lei 10.267, de 2001, nós também viemos acumulando e entendendo formas de poder acelerar o processo de georreferenciamento e certificação dos imóveis. Eu posso lhe dizer com toda a segurança: não interessa para nós, seja no INCRA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, protelarmos processo de certificação de imóveis. Um exemplo disso é que o georreferenciamento que nós

vamos fazer da regularização fundiária na Amazônia, todo ele será terceirizado, todo ele será contratado. Agora o que nós estamos discutindo concretamente é o seguinte: é que nós criamos regras tão perfeitas do ponto de vista do georreferenciamento que cria mesmo uma reserva de mercado, um nicho, poucas empresas têm capacidade de execução do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois é, aí é que está, a norma técnica para o georreferenciamento, ela tem traços de simplicidade. Ela assegura ao profissional o direito de fazer o georreferenciamento desde que ele seja um profissional habilitado. Agora a habilitação é um calvário. Eu fui conversar com o Ministro e, diga-se de passagem, o Ministro recebeu bem a proposta que lhe fiz para fazer uma parceria com o Estado. Por quê? Porque a notícia que se veicula pelos quatro cantos é que o georreferenciamento é uma fonte de bandalheira dentro do INCRA. Então como eu fiz a indicação do superintendente do INCRA lá e eu quero exorcizar definitivamente essa pecha, eu sugeri ao Ministro que faça uma parceria com o Governo do Estado para colocar duas dezenas de profissionais à disposição do órgão a fim de que elimine de uma vez essa morosidade e, consequentemente, essa inquinação que se faz do INCRA. Ele aceitou e eu vou levar a proposta formalmente para que se faça uma experiência a fim de destravar essa área do INCRA lá do Estado. Eu vou lhe dizer mais uma: o INCRA de Mato Grosso do Sul é o que mais fez georreferenciamento proporcionalmente em todo o Brasil, é o que tem o maior índice de georreferenciamento feito, e no entanto existem milhares de processos que ainda aguardam uma definição e que tem lá dois anos, três anos de morosidade no órgão.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, lhe garanto que não há interesse nem da direção do MDA, nem da direção do INCRA e nem dos servidores do INCRA de que esses processos fiquem paralisados, naquela linha de que nós podemos ter casos excepcionais, situações concretas, mas do ponto de vista da regularização fundiária da Amazônia, uma das inovações que nós estamos construindo com o setor é no sentido de que é possível que algumas possam ser georreferenciadas, mas as divisas naturais, elas têm mais valor do que a precisão de cinquenta centímetros, e o custo vai significativamente, ou seja, tem o leite do rio, todo mundo sabe que tem o leite do rio, e a exigência da norma hoje exige que a gente coloque lá uma estação total, que tem um custo altíssimo de deslocamento, e atrasa o trabalho por todas as inferências técnicas colocadas. Então nós estamos inovando na regularização fundiária da Amazônia e acredito que aquilo que nós estamos construindo com o setor para

derrubar a reserva de mercado e manter a precisão, porque nós estamos tratando de questões de limites de propriedade, então nós temos que ter muita seriedade nesse assunto, muito cuidado, muito zelo nesse assunto, e o INCRA tem sido zeloso nesse assunto, para nós acharmos a equação de equilíbrio entre a precisão técnica, o custo dessa operação e que possa efetivamente resultar em um imóvel certificado.

A boa notícia é que o INCRA veio trabalhando ao longo desses anos e dos 67 milhões de hectares que nós fizemos referência aqui, 21 milhões de hectares, 21,7 milhões de hectares são glebas federais já georreferenciadas e por aí nós vamos começar, ou seja, esta é uma forma de nós acelerarmos o processo da regularização por quê? Porque já conhecemos os limites desses imóveis, já estão no processo da certificação desses imóveis pelo trabalho que o INCRA veio fazendo em anos anteriores, ou seja, nos garante que não haverá sobreposição de imóveis para realizar a regularização. E em 2009, fruto de acordos que o INCRA também fez com os órgãos estaduais de terra e com o Exército brasileiro, nós estaremos já georreferenciando os perímetros das demais glebas. Então o trabalho que a gente já vai estar fazendo é um trabalho na qual a gente trabalha naquela glebas que já está georreferenciada, de lá faz os destaques e vai preparando o trabalho do próximo ano, numa sequência que garanta a segurança de que aquele título que fora emitido é de fato de uma terra da União. Então eu queria dar esse esclarecimento para o senhor, porque eu acho que é um planejamento que a gente vem desenvolvendo e é um planejamento feito pelo INCRA que merece todo o nosso registro do ponto de vista de trabalho.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, é só uma questão: eu acho que a gente vai ter as notas taquigráficas que ficarão para todos os Srs. Senadores, que inclusive tiveram perguntas, mas por, talvez, problema de agenda não puderam ficar, então que as notas taquigráficas sejam encaminhadas a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura dessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Soê-lo-á.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria muito que pudessem ser respondidas as minhas questões, as que eu fiz.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não, Senadora, eu vou fazer isso. Deixa eu localizar aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Até diante da colocação que foi feita aqui de forma muito enfática pelo nosso companheiro Lázaro, da CONTAG, eu acho que é muito importante termos essas informações.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: A observação da ideia da ação integrada, Senadora, tem sido um princípio nosso do programa, até porque o programa tem como também princípio seu não constituir mercado de terras; o programa tem como princípio reconhecer direitos, auxiliar no combate ao desmatamento e combater a grilagem e isso nós não faremos sozinhos. Até eu dei um exemplo aqui de um trabalho que nós estamos desenvolvendo no Acre porque o sentido maior do trabalho que nós vamos fazer na 364 não será emitir títulos, será proporcionar que o Governo do Estado, no seu Plano de Ordenamento Territorial, possa fazer a locação e a relocação, se for necessário, das famílias que estão distantes cem, cento e cinquenta quilômetros da BR para poder fazer essa ocupação. Então obviamente que esse trabalho não é feito só pelo MDA e é essa a parceria que nós estamos casando e compondo conjuntamente com os demais Estados.

Eu queria esclarecer um ponto que foi também destacado sobre a preocupação da fragilidade do procedimento proposto. Eu acho que esse talvez seja o tema mais recorrente aqui no debate, eu queria fazer questão de esclarecer esse ponto. Em primeiro lugar, nós fizemos sim uma opção de fazer um cadastramento declaratório, seguido do georreferenciamento de todos os imóveis que estão se apresentando, e quando você analisa isso casado, que nós vamos começar o trabalho com glebas já georreferenciadas, nós vamos ter condições de identificar quem quer se regularizar e quem não quer; esse é um primeiro aspecto importantíssimo. Segundo aspecto importante: a vistoria, na nossa concepção, ela deixa de ser uma obrigatoriedade, passa a ser uma faculdade e nós estamos criando critérios concretos para que até em áreas até quatro módulos façamos a vistoria. Então, por exemplo, municípios da Operação Arco Verde, que é a nossa parceria que nós estamos desenvolvendo aqui com o Ministério do Meio Ambiente, nas áreas identificadas que foram foco de calor, que foram as áreas dentro do município, que levaram o município para a Operação Arco Verde, para a operação Arco de Fogo, nós vamos fazer sim a vistoria em todos os imóveis, todos os imóveis; nós não queremos ter nenhuma dúvida de quem nós estamos regularizando naquelas áreas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso não está na Medida Provisória?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Não, não está na Medida, por isso que eu falei que é uma faculdade, não uma obrigatoriedade, e compõe uma estratégia operacional de governo; é isso que eu estou esclarecendo de uma forma muito contundente. Segundo, municípios que têm terras da União e que foram objetos de conflitos agrários nos últimos cinco anos, pelos

relatos da Ouvidoria Agrária Nacional, nós também faremos as vistorias nos locais onde aconteceram os conflitos; também não queremos de nenhuma forma termos qualquer tipo de dúvida sobre o título, sobre a regularização que está sendo emitida. Agora nós conhecemos, dentro da Amazônia, um conjunto de áreas que, mais do que os cinquenta centímetros de precisão, é aquela relação de quarenta, cinquenta anos que estabelece os limites entre os ocupantes, entre as pequenas posses. O Marajó tem sido um exemplo de um trabalho que a Secretaria de Patrimônio da União está desenvolvendo num diálogo com os ribeirinhos e está conseguindo acelerar a regularização a partir dessa questão; não precisa colocar os cinquenta centímetros. Dialogando com os trabalhadores rurais, com os ribeirinhos, que consegue identificar os imóveis a serem ocupados. Então essa ideia de equilibrar--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Agora em relação a esses que historicamente estão ali assentados, não é o problema.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Exatamente, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O problema é com aqueles que estão na zona cinzenta e o Relator ainda fez uma Emenda que estende o período não só até 2004, mas até 2009; é regularização de grilagem mesmo, porque lá os marajoaros, em 1968, quando eu descí no Navio Augusto Montenegro, eles já estavam lá. Esses não são o problema; o problema são esses até 2009, como está aqui.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Exatamente, por isso que nós constituímos operacionalmente esses critérios, estamos trabalhando junto com o Ministério do Meio Ambiente e com o SIPAM, por isso que no projeto original e uma boa notícia é que o Relator reconhece a necessidade de manter 2004 como limite da ocupação, eu acho que a partir dos debates acontecidos no Congresso Nacional o Relator está se aproximando da proposta do Governo--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Posso interrompê-lo?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como vocês estão enxergando essas medidas todas, essas mudanças todas, em face dos cortes que estão sendo impostos ao orçamento?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Então uma boa notícia, Senador, é de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de Emendas, a partir de recursos já do orçamento do próprio INCRA, que é o nosso órgão operacional, que vai nos auxiliar nesse trabalho, a decisão do Ministro Guilherme Cassel é que nenhum centavo da regularização fundiária – e nós estamos no

orçamento do INCRA com 70 milhões de reais só para contratação de equipes terceirizadas de georreferenciamento -, nenhum centavo desses será contingenciado. Eu posso confirmar isso com o que nós fizemos ontem no Amazonas, na qual nós depositamos na conta, o INCRA depositou na conta do Instituto de Terras do Amazonas 5,5 milhões de reais para que o Estado do Amazonas possa continuar o seu processo de regularização fundiária, ou seja, a decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário é garantir que o ciclo completo da regularização aconteça: o cadastramento das posses, o georreferenciamento de todas as posses, a eventual vistoria por esses critérios que nós estamos destacando e a titulação com muita segurança. Esses são os elementos que eu queria colocar.

Uma outra questão que a Senadora trouxe e que de fato é um aspecto relevante do ponto de vista da informação, sobre a composição das áreas. Então nós vamos ter, Senadora, mais segurança agora quando nós formos a campo(F), mas desses 21 milhões de hectares que nós estamos iniciar o trabalho, nós já sabemos que mais de 50% dessas áreas são ocupadas por posseiros, até quinze módulos, ou seja, nós teremos um trabalho nos outros 40% forte a ser feito e esta é a decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de que essas terras que não são passíveis de regularização tenham que ter outro destino. E é por isso que nós estamos dialogando com os demais Ministérios, inclusive com o próprio INCRA, sobre a destinação dessas terras; só faremos regularização quando o Serviço Florestal Brasileiro nos disser: "Não temos interesse nessa área porque é uma área consolidada", quando o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade nos disser: "Não temos interesse nessa área porque não tem característica de unidade de conservação", quando o INCRA nos disser: "Não vamos fazer projeto de assentamento, ali tem uma característica de regularização fundiária", e aí nós entraremos não só com a regularização daqueles que se apresentaram, que tiveram o interesse de regularizar, como atuar em conjunto com o INCRA, que é o órgão fundiário, que é o órgão responsável pela reforma agrária, na retomada desses imóveis e a sua possível destinação. O que nós não podemos é continuar num ambiente de inação e verificar essas situações ocorrendo. Essa, na nossa opinião, é a equação que estamos conseguindo construir dentro do governo de uma forma operacional casada e que eu confio muito, Senadora, na perspectiva da criação tanto do grupo intergovernamental que foi criado quanto nos grupos estaduais que nós estamos criando, inclusive o de acompanhamento e controle social com presença do Ministério Público Federal e Estadual, de que de qualquer irregularidade den-

tro do programa possa ser imediatamente constatado. Erros nós vamos ter obviamente no processo, mas a vantagem dessa vez é que os nossos erros poderão ser vistos por todos e todos poderão nos apontar e nós corrigirmos aquilo que for necessário.

E o que eu tenho ouvido, principalmente dos meus colegas do INCRA, quem é servidor do INCRA aqui me conhece, eu fui superintendente nacional do INCRA antes de ser servidor, prestei concurso do INCRA por vontade própria, porque acredito na instituição e acredito na missão em Belém do Pará, onde eu prestei o concurso, e o que eu tenho ouvido dos servidores do INCRA é que é um grande momento que nós podemos fazer a regularização casada com a reforma agrária e, dessa forma, o INCRA demonstrar claramente que é um órgão que tem consistência para tocar as questões fundiárias do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Agora o Paulo, do IMAZON.

SR. PAULO BARRETO: Senador, eu acho que eu vou começar tentando responder a sua pergunta sobre a urgência dessa questão. Eu não sou especialista em processo legislativo, mas essa é uma questão urgentíssima e relevantíssima. A questão é qual é o mecanismo apropriado para tratar dela. Eu ouvindo aqui o Lázaro, por exemplo, que representa a CONTAG, que é um dos órgãos que supostamente seriam mais beneficiados com esse tipo de medida, ele está dizendo que o processo não teve uma consulta suficiente, eu acho que é um indicativo do problema da gente ter uma Medida Provisória, pois não tem um tempo, um processo suficiente para essas consultas. E, também, o outro indício disso é que a gente está discutindo aqui, mas já tem um Decreto que regulamenta e tem questões essenciais que precisam ser discutidas.

Uma questão que apareceu hoje aqui muito interessante e duas semanas atrás em São Felix do Xingu foi também muito interessante, é qual é o preço justo da terra na Amazônia? Os fazendeiros lá dizem que eles têm que receber a terra de graça mesmo, que o governo tem que só cobrar o custo do processo, que eles merecem terras de graça. A Senadora Kátia Abreu acabou de dizer isso aqui também. "Eu não quero uma terra na Amazônia, eu quero ações do Banco do Brasil". Pode ser; se o povo, se cada um vai receber patrimônio público, a gente tem que escolher o que a gente quer fazer. Então eu acho que tem um problema nesse conceito, que as pessoas vão ter que ter terra de graça enquanto o valor da terra--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO BARRETO: O valor da terra nua, que foi colocado aqui, eu acho que essa é uma dis-

cussão fundamental: qual é o preço justo? A gente não entrou aqui numa discussão sobre isso e tem que ter um detalhamento de qual é o preço justo da terra, qual é a base para se calcular isso. Então esse é um tipo de debate e tem que ter realmente uma metodologia científica que seja apresentada; qual é o preço justo da terra? Não é de graça. Então tem que ter alguma razão, alguma metodologia. Isso não tem sido discutido, tem sido colocado que é uma planilha. E qual é a planilha então? Isso tem que vir para o debate, porque é uma parte central.

Foi colocado que não tem invasor na Amazônia, não tem grilagem. Esse é um debate que é crucial também, a Senadora Marina colocou muito bem, dividir o joio do trigo. Quando começa esse debate na Amazônia, todas as pessoas começam a falar: "Eu vim para cá porque eu fui incentivado e tal". Realmente muita gente foi para lá porque teve algum incentivo e essas pessoas merecem realmente ter o seu direito de propriedade assegurado, agora você tem que ter critério para dividir, separar esse joio do trigo. Têm algumas metodologias possíveis para isso. Como é que isso pode ser feito? Foi citado aqui alguns documentos de pessoas que já têm contratos do passado, ou seja, o governo até determinado momento tinha uma política, iniciou contratos e isso ficou para trás. Então você pode considerar. Tem que ter um mecanismo claro, tem que definir isso, isso não está muito claro nos debates, isso fica perdido. Aí de um lado fica a impressão, eu acho que a Senadora Marina também colocou, de um lado de inocência ou de injustiça, ou não tem grileiro ou todo mundo é grileiro. Então isso fica muito confuso se não tiver critério claro; isso tem que ter mais debate para ficar claro.

O aspecto, por exemplo, de ter condicionantes em relação ao contrato que vai ser feito, se tem cláusula resolutiva ou não, eu sou favorável que as pessoas tenham o seu título e tenham o direito de vender a terra, agora se a pessoa está recebendo de graça a terra, você vai ter que ter algum condicionante, que foi o tipo de proposta que foi colocado aqui. Também se vai fazer um contrato de vinte anos, tem que ter condicionante, agora se a pessoa vai pagar à vista, imediatamente, aí as restrições ambientais vão estar asseguradas com a reserva legal, com outros mecanismos, isso poderia não ser necessário os tipos de condicionantes que foram colocados, porque já estão estar em outras condicionantes, por exemplo, no Termo de Ajuste de Conduta em relação à reserva legal, por exemplo, que é separado do título.

Então eu acho que têm muitas questões ainda a serem debatidas e que a gente não esgotou hoje aqui. De fato a apresentação mais detalhada quem

fez do projeto não foi uma pessoa do governo, foi o representante da CNA, até parabéns, que colocou vários das questões. Eu acho um absurdo que não foi feita uma apresentação mais detalhada do projeto, dos detalhes que foram necessários. Então eu acho que ainda tem bastante coisa a ser discutida e merece ainda mais outras consultas, ter consultas regionais, inclusive. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Egon.

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Valter Pereira, eu quero me somar às manifestações dos outros participantes desse debate, desta Audiência Pública, destacar a importância e a relevância da discussão do tema; o tema é da mais absoluta relevância realmente. Creio que não há nenhuma dúvida quanto à relevância, eu acho que todos os que aqui se manifestaram não tem dúvida, nesse critério da admissibilidade creio que não há dúvida, a dúvida está mais em relação à questão da urgência.

Eu não sou da área, isso é uma questão muito mais de técnica legislativa do que um problema para agrônomo estar se manifestando, mas eu queria reportar algumas coisas, algumas questões com as quais eu queria fazer uma ligação na fala do Sérgio Leitão, de que embora a gente reconheça a importância que tem para a economia brasileira o agronegócio, como também a agricultura familiar tem uma contribuição importantíssima, sobretudo na produção de alimentos, é importante também que o setor reconheça o que é feito para ele. O que destacou aqui, o Sérgio(F), os incentivos que têm sido concedidos, todo o estímulo que tem sido concedido ao setor, e também é importante que o setor reconheça a contribuição que teve para o avanço de um modelo que é predatório de fronteira agrícola. Em todos os biomas brasileiros se repetiu um modelo de avanço predatório. Em todos eles. O que estamos assistindo na Amazônia nós vimos acontecer com a Mata Atlântica, nós vimos lá em Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste acontecer com o Cerrado, na Caa-tinga, no Pampa, se repete em todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nas fraudas do Pantanal.

SR. EGON KRAKHECKE: Nas fraudas do Pantanal, agora com a cana querendo entrar lá também, na fraude do Pantanal, de tal sorte que é importante também o setor reconhecer que tem um débito aí; se tem um crédito, pelo que faz para a economia brasileira, mas também tem que reconhecer que teve uma contribuição sem dúvida muito significativa para a contribuição brasileira para o questionamento global, a gente não pode esquecer isso, pois o Brasil é um dos cinco maiores emissores de gases do efeito estufa e é

a contribuição deste modelo predatório de avanço da fronteira agrícola, que é o principal responsável pela contribuição brasileira para o aquecimento global. O governo brasileiro está fortemente empenhado e assumiu compromissos hoje perante a Nação e perante o mundo de metas em relação ao desmatamento, às queimadas, de controlar esse processo; são metas pesadas que foram assumidas pelo governo brasileiro.

A questão do caos fundiário é o substrato sobre o qual vicejou a ilegalidade e a insustentabilidade deste modelo de avanço da fronteira agrícola, nós não podemos esquecer isso, e atacar esse problema, embora talvez tardiamente, isto já deveria ter acontecido há algumas décadas atrás, isso não pode nos impedir de tratar agora do tema realmente com a relevância e com urgência também desse tema. Cada dia que nós adiamos na solução, no desate deste nó, do nó fundiário, significa um ônus a mais na contribuição brasileira para o aquecimento global; vou me restringir a este aspecto, porque há outros problemas do ponto de vista ambiental, assoreamento de rios, a questão dos agrotóxicos, o pimentão agora é o grande vilão na questão do acúmulo de resíduos de agrotóxico, era o tomate, mas a nossa soja não está livre disso também, de acúmulo de resíduos, etc. Há uma porção de aspectos aí que precisam também entrar na análise para a gente poder estar discutindo um modelo realmente mais sustentável. Não dá para dissociar, como aqui foi bem enfatizado, dissociar a questão da regularização fundiária de um modelo todo que precisa tomar uma outra direção, um outro rumo; por isso que o governo está empenhado de associar essa medida com um conjunto de outras providências que possam trabalhar nesta linha de promover uma gradativa transição de um modelo que não é sustentável para um modelo que tenha efetivas bases de sustentabilidade, sustentabilidade ambiental, mas, também, sustentabilidade social, claro que pressupõe também a sustentabilidade econômica, evidente que nenhum modelo se sustenta se ele não tiver sustentabilidade econômica.

Eu fiquei um pouco preocupado com os dados trazidos pelo Barreto sobre a questão da tecnificação da pecuária na Amazônia. Aparentemente isto navega contra a tendência no mundo todo e nas outras regiões, nas regiões, vamos dizer assim, de produção mais tradicional da pecuária no Brasil. Eu gostaria até de conhecer um pouco os detalhes desse estudo, porque a lógica com a qual nós estamos trabalhando no governo é exatamente essa: ao invés de avançar horizontalmente, nós temos que aprofundar a produtividade, a produção e etc., não avançar neste modelo. Eu acho que na mesma área que está aberta hoje, dá para recuperar áreas que estão degradadas além

daquilo que deveria estar e ter uma produção igual ou maior do que essa que nós temos; não é possível você estar trabalhando na Amazônia com uma média de lotação(F) abaixo de uma cabeça por hectare, 0,7 cabeça por hectare; isso não tem sustentabilidade. A produção extrativista pode ser mais rentável do que a pecuária, essa pecuária extensiva. Ela é muito pouco, ela produz muito pouco. Se nós pudéssemos fazer uma conversão para um modelo realmente, e é nesse sentido que evidentemente o Governo Federal está se empenhando, os Governos Estaduais estão se mostrando parceiros nisso, os municípios, sobretudo os quarenta e três municípios que estão hoje na lista dos maiores desmatadores, eles estão com uma disposição muito grande de trabalhar. Nós estamos indo lá na ponta, a gente está verificando isso, eles querem sair dessa condição e eles estão aceitando de muito bom grado a oferta do Governo Federal e dos Governos Estaduais de ações que possam contribuir para que os municípios possam sair desta condição e ter um modelo mais sustentável.

Então eu acho que nós estamos, vamos dizer, enfrentando um desafio, eu diria que nós estamos agarrando o touro pelo chifre, um touro bravio, que é a questão da ilegalidade e da insustentabilidade lá na Amazônia. Eu pediria, inclusive, que o representante da CONTAG e o Deputado Anselmo pudessem rever um pouco essa ideia de revogar a Medida Provisória, embora reconhecendo a importância do debate. Eu reconheço a importância do debate, é absolutamente relevante, mas espero também aqui que mais debates sejam promovidos pelo Senado, além daqueles que a Câmara também já promoveu e nós participamos lá de discussões também com a Câmara; particularmente como representante do Ministério do Meio Ambiente eu quero me colocar à disposição dos movimentos sociais para a gente fazer uma discussão dentro daquilo que a gente ainda puder contribuir, creio que esta também é a disposição do Guedes, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos outros órgãos do Governo Federal que eventualmente estão envolvidos, outros Ministérios, de a gente poder discutir mais amplamente possível dentro do tempo que nos resta aí para fazermos esta discussão.

Era isso, em suma, que eu queria trazer e, por fim, ainda, lembrar que esse conjunto de medidas têm que dialogar entre si para cumprir um objetivo maior, que é a transição de modelo, dentro da linha inclusive que é da intervenção da Senadora Marina as medidas são articuladas, tem que se articular o ZEE, e eu queria ainda reiterar que é uma medida importante, não para retardar a regularização fundiária, mas para balizar a regularização fundiária onde ela existe, onde o

zoneamento já existe. Eu acho que isso é importante e corrobora inclusive uma observação sua feita, Senador Valter Pereira. Era isso e muito obrigado pelo convite que o Ministério do Meio Ambiente recebeu para participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu é que agradeço.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Antes de passar para o nosso último expositor, foi convidado também o Ministro Mangabeira Unger para essa Audiência? Teve alguma justificativa da ausência do Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele mandou uma justificativa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É só para que não fique--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele mandou uma justificativa. Eu não sei se convenceu a todos, mas mandou.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Qual foi a justificativa? Eu gostaria de saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou pedir para o Secretário trazer e nós vamos--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que seria fundamental a participação dele nessa Audiência. Mas tudo bem, é direito dele de--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Claro, aqui é a convite, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a convite, não foi intimação e nem nada.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): V. Exa. tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu acho que tem que aprofundar o debate.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria de saber a justificativa porque, geralmente, quando os Srs. Ministros não vêm mandam representantes e, quando não podem mandar, mandam uma justificativa para que fique também nos anais da nossa Comissão, das nossas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Agora o Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Senhores e senhoras, eu vou procurar me ater mais aos questionamentos e acho que se não responder alguma coisa de forma específica do questionamento, no

andamento das outras respostas vão estar resolvidas, pelo menos parcialmente pontos do debate.

Bom, primeiro em relação ao que o Senador Gilberto Goellner colocou em relação à faixa de fronteira, a regularização dessas áreas, a validação dos títulos, lá é um pouco diferente. Eu acho que com isso aí o governo tem que se preocupar, já têm muitos anos que vem se arrastando essa questão, e como colocou bem a Senadora, antes de fazer essa titulação, no dia seguinte vai, faz a vistoria e verifica as condições de produtividade, se for o caso, para estar apta ou não aquela propriedade para a reforma agrária. Então isso aí é uma medida que tem que ser trabalhada e não é objeto de discussão agora.

Em relação ao Senador Jayme Campos, a questão das dificuldades do georreferenciamento, eu vou responder conjuntamente com a do Senador Valter, eu vou pular, vou diretamente para alguns pontos que a Senadora Marina Silva colocou. Em relação ao por que é que a MP não estabeleceu instrumento para alavancar as melhorias ambientais? Eu entendo, eu acho que o representante do MDA já respondeu, no sentido de que o art. 14 da própria MP prevê o contrato com as condições resolutivas e lá estão dez anos, então eu entendo que havendo passivo ambiental existe o prazo de dez anos, o prazo mínimo de dez anos para procurar solucionar os passivos ambientais eventuais que existam naquele imóvel que está sendo regularizado. Então eu acho que isso aí é uma medida pró-ativa, é o que realmente falta, existem muitas medidas coercitivas na questão ambiental, mas foram mais medidas pró-ativas que estimulam os produtores ou a recuperar ou a manter as suas reservas ambientais.

A título de esclarecimento, que a Senadora falou nos percentuais, seriam 51%, que o Lázaro até ratificou, de minifúndios, 30% de pequenos, de um a quatro módulos, e 10% de médios. Tal perfazem 90%, então, que seriam beneficiários da questão da Medida Provisória, que seria o objeto maior de atendimento. Aqui seriam os minifúndios, pequenas propriedades e médias propriedades, então daria 91% ao todo que estariam sendo contempladas e o restante, que seriam áreas não classificadas ou grandes propriedades, seriam objeto de outra política, que seria da análise ou não da reforma agrária, aí estaria(F) no cadastro do INCRA para fazer ou não uma outra política pública de reforma agrária. Então aí as propriedades, grandes propriedades, teriam que comprovar a questão de produtividade, etc. e etc.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em termos de áreas também, como é que fica?

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA-

DA: Seriam esses imóveis acima de quinze módulos rurais.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, mas eu estou dizendo--

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Ah, o tamanho médio?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O tamanho da área. Para noventa qual é o tamanho da área e para os 10%, os 9%, o tamanho da área?

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

O volume está naquela planilha, mas eu acho que vai ser divulgado isso aí, eu não tenho agora de cabeça o tamanho, o quantitativo de quanto essas propriedades, 6% de grandes propriedades, detém do volume em hectares. Mas seria, como eu já falei, não objeto dessa Medida Provisória, mas objeto da apreciação do que está na Constituição Federal, no Programa da Reforma Agrária.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O INCRA tem esses dados?

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Só para esclarecer, Senadora, sempre quando temos que fazer uma apuração do SNCR, que é o Sistema Nacional de Cadastro Rural, a gente tem que ter um cuidado, o pessoal do INCRA sabe disso, que às vezes estão lá dentro os próprios imóveis que o INCRA arrecadou e estão lá dentro às vezes imóveis grandes já destacados, como áreas de regularização de quilombolas. Então às vezes tem que fazer uma depuração nesses dados, mas é aquilo que eu lhe falei: dos 21,7 milhões de hectares que nós temos glebas georreferenciadas, 97% das posses estão com áreas até quinze módulos, mas elas perfazem em torno de 55% da área. Então sobre 45% da área nós teríamos que ter uma atuação complementar apoiando o processo do INCRA, que é a sua atividade de destinação desses imóveis.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Bom, retomando, em relação ao mencionado pela senhora com relação a que a reforma agrária, a afirmação, melhor dizendo, que a reforma agrária é um saco sem fundo, nós acreditamos que a reforma agrária deveria ter começo, meio e fim, ou seja, os produtores que entrassem provenientes aí, os trabalhadores rurais para a reforma agrária, deveriam receber todas as condições de produção, além da terra e tal e etc., serem consolidados e emancipados--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só fazendo uma reparação: eu disse que existiam pessoas que diziam que a reforma agrária é um saco sem fundo.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Perfeito, então nesse ponto vamos fazer uma correção. Achamos que existe esse movimento, esse ciclo de

entrar na reforma agrária, voltar e por motivos diversos esse que é assentado sai, abandona o assentamento e, depois, retoma procurando mais terra, deveria ser parado e, sim, como eu coloquei: o ideal é que nós tivéssemos esse trabalhador que entra para a reforma agrária, ele se torna sustentável e depois passa para uma outra política pública, que seria a agricultura familiar, como já comentado aqui.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Senador, se o senhor me permite, só uma observação, eu não sei se poderia fazer, porque tem--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O problema é que já começou a Sessão, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, está começando a Sessão. Eu acho que nós vamos ter que fazer depois outras audiências. Mas, Senadora Marina, eu disse aqui para V. Exa. que ninguém convenceu das pessoas com as quais eu conversei, e eu quero ver se V. Exa. se convence com a explicação. Ele diz aqui que se sentiu muito honrado e tal com o convite, etc. e etc. "Na oportunidade levo ao conhecimento do Sr. Senador e dos demais membros da Comissão que, em razão de preocupações que lhe prefiro explicar pessoalmente, rogo desculpar-me de atender a esse convite". V. Exa. está convencida?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Depois, se V. Exa. quiser compartilhar comigo a explicação, talvez eu me convença [risos], mas fica a critério de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está certo. Eu acho que o debate não se encerra aqui. Eu acho que vai ter ainda algum pano para a manga ainda.

Anaximandro, você estava concluindo.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Bom, Senadora, em relação à visão integrada para o desenvolvimento sustentável, a gente acredita que os dispositivos principais aqui da Medida são um alicerce, pelo menos o início para que se consiga isso.

Com relação aos pontos do Senador Valter Pereira em relação à urgência e à relevância da Medida Provisória, com a sua licença nós concordamos que ela é urgente sim, ela tem característica e justificariam, principalmente pelo fato social, a forma como ela está sendo apresentada. Primeiro, em relação a que ela vai propor segurança jurídica, onde hoje existe insegurança jurídica, total insegurança jurídica e isso vem alimentando mais conflitos. Quem é vizinho vai e invade do outro porque diz que ele não é o dono, quem não tem o título não pode pegar crédito, não pode pegar um Plano de Manejo Florestal no órgão ambiental, então há um círculo vicioso. Como a edição do Decreto lá da área do Arco Verde você tem a produção embarcada, então não se consegue coibir o desmatamento.

As ações do Decreto, do referido Decreto, não tiveram a devida eficiência porque apenas alguns produtores atenderem ao chamamento de fazer o cadastro, porque não existia nenhuma proposta pró-ativa de acenar com uma regularização que pudesse em definitivo por fim à questão. Então se isso não for feito vai estar alimentando mais conflitos e, como eu já disse, a questão é um fato social e daí a relevância.

Com relação à Lei de Georreferenciamento, já foi explicado aqui, não vou dar muitos detalhes, mas realmente é um problema sério. Em algumas superintendências nós temos visto dificuldades muito grandes do INCRA em cumprir, dar o título que é exigido no momento da transferência de titularidade, ou seja, dar a certificação do georreferenciamento que deveria aferir as condições da peça, se atende ou não aos requisitos das normas técnicas do INCRA, mas eu acho que o INCRA avança na análise da cadeia dominial e isso tem trazido muitos atrasos. Alguns produtores entram com mandado de segurança, ao entrar com esse mandado existe uma nova fila, a fila dos que têm mandado de segurança. Então isso daí é uma medida que a gente tem que conversar mais, que o governo tem que rever para adequar, aproveitar uma Lei que é muito boa, a questão do georreferenciamento, que é a Lei de Registro Público, com a redação dada pela Lei 10.267, de 2001.

O GEO proposto aqui, eu vejo que pode ser mais flexibilizado ou, se não o for, pelo menos está se partindo de terras que são públicas, terras da União, então já seria um processo naturalmente mais célere, então não justifica a demora que se aplica no caso aí. Então eu acho que são dois tipos de GEO: um que está sendo adotado por ocasião das transferências de titularidade e esse da regularização, que pode perfeitamente ser muito mais rápido, porque a União é a própria dona da terra em questão.

Em relação aos pontos colocados pelo representante do GREENPEACE, eu acho também que há um grande equívoco, principalmente em termos de conceitos. Partiu-se do agronegócio. A CNA não representa o agronegócio, a CNA representa produtores rurais, pequenos, médios e grandes, aqueles que contratam, pelo menos têm empregados, ela representa, e, acima de dois módulos fiscais, isso que está na legislação, e o agronegócio é um conceito de 1950, do Goldberg, que falou que são todos aqueles que estão envolvidos antes da porteira e pós-porteira, aqueles que trabalham com insumo, aqueles que estão na porteira, que são produtores rurais, pequenos, médios ou grandes, depois a indústria e a distribuição, enfim, então isso aí é a cadeia, é o agronegócio como um todo. Então em função dessa parte conceitual eu acho que não se apli-

ca ao que foi comentado. Em relação à frase “processo de arrancar concessão do governo”, nós discordamos; não se trata disso, trata-se de uma questão social, é o fato social gerado lá atrás, há décadas, quase há cinco décadas. Não se pode resolver simplesmente por uma leitura única, isolada de concessão, não está se pedindo concessão, mesmo porque é claro: a MP está baseada na concessão gratuita, aí sim, para um módulo fiscal, que vai de 35 a 100 hectares, que isso respeita o instituto da legitimação de posse, e as outras áreas serão vendidas. Então não está se fazendo concessões. O que está se pedindo é um preço justo, nem ser o de mercado, porque aí tem a famosa antiguidade, a posse anterior, que é diferente da posse civil.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Desculpa, só um aparte, mas quem pediu o preço gratuito aqui foi a Senadora, ela disse reiteradas vezes “não queremos pagar nada”.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Não, ela falou que--

SR. SÉRGIO LEITÃO: Ela falou reiteradas vezes “não queremos ter custo”.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: É questão de interpretação.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Não, não é de interpretação.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Por favor, eu não lhe interrompi na sua explanação, eu peço por favor.

SR. SÉRGIO LEITÃO: É da tradição da Casa conceder aparte.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA: Por favor, eu gostaria de concluir, mesmo porque em respeito aos que estão aqui ouvindo.

Vejam bem, eu vou esclarecer também na frente sobre isso em função do que o Paulo comentou. Então quem está lá, eu vou fazer desintrusão? – eu pergunto. Aí o governo vai ter que pagar as benfeitorias para quem lá está. Ele não é o dono da terra não, mas das benfeitorias é, as benfeitorias de boa-fé.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): O governo só faz isso quando é posse mansa e pacífica; ninguém está questionando aqui posse mansa e pacífica, que as edificações necessárias, enfim, todas aquelas categorias que estão lá na Lei, elas podem ser indenizadas. O que está se falando aqui é em relação ao joio, com todo respeito por joio, que em outros países faz parte da biodiversidade, não é o caso aqui do Brasil, mas aqui no Brasil é uma invasora. Então a gente quer combater as invasoras, literalmente falando, que é o joio, e mesmo quando se trata de que vai ser um processo oneroso, ter a licitação com preferência, preferencial. Quem é a outra pessoa que entra numa

licitação já sabendo que tem preferência para quem está lá? Tem toda uma relativização que não se caracteriza como um processo oneroso mesmo, porque poucos eu acho que comparecerão para um processo de licitação, viu Dr. Guedes, quando já tem o mecanismo da preferência.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Eu acho que estamos falando dentro da mesma linha, que seria a posse mansa e pacífica, eu acho que aí conseguimos separar.

Bom, em relação ao que o representante da CONTAG falou, o Lázaro, em relação à questão da agricultura familiar, a concentração de terras, reforma agrária, aí novamente: são políticas distintas; nós estamos falando de uma questão da regularização, continua a reforma agrária, a política de reforma agrária, o Programa Nacional da Reforma Agrária, o Programa da Agricultura Familiar e outros tantos outros que beneficiam tantos os pequenos como os médios ou grandes produtores.

Enfim, a função social da terra vai estar presente, é o que está na Constituição, ninguém pode escapar da Lei Maior. Agora com relação a que vai beneficiar grandes produtores, me permita discordar novamente. Está clara a legislação, a MP, a legislação já diz que o que são, são pequenas e médias propriedades. E aí cabe uma ressalva: o que são grandes produtores? Mundialmente falando o que você tem nos Estados Unidos, na Europa, o conceito de agricultura familiar é aquele em que o próprio dono é o gestor do empreendimento, ele que toma as ordens e tal, etc., podendo contratar trabalhadores. E aqui não, aqui nós temos o nosso conceito diferenciado, adotado, que o agricultor familiar é aquele que é até quatro módulos, então é limitado por área, quando no mundo inteiro é a questão de renda. Nos Estados Unidos você separa os agricultores que são familiares das grandes corporações, que são empresas jurídicas, que têm gerentes e tal, etc. São situações muito diferentes, então cuidado com esses conceitos. E aí eu digo: não vai beneficiar os grandes; vai beneficiar, como nós colocamos aqui, 90% e, dentro desses 90%, 51% de mini, 30% de pequenos e 10% de médio. Então não são grandes produtores.

Em relação ao que o Paulo comentou, achei interessante a parte do trabalho dele, principalmente das alternativas, e aí nós lembra situações que produtores querem adotar o Plano de Manejo, alguns já pensam em fazer isso, mas aí encontram o primeiro obstáculo, que é justamente não ter o título para ir nos órgãos estaduais de meio ambiente, conseguir a licença e fazer o manejo florestal. Não seria possível, aí volto, porque o Paulo rapidamente comentou também que teria a gratuidade, dar o título e pronto, acabou,

que teria sido o que a Senadora comentou, isso seria impossível, juridicamente pelo menos, porque não existe a criação de um direito novo; o direito só existe se for derivado. Derivado de onde? Do público para o privado. Então tem que haver um destaque do bem público para o privado e se dar ou como está previsto na Lei, pela gratuidade, a transmissão gratuita de até um módulo, ou pela onerosidade que foi comentada. Agora o grau dessa onerosidade é que vai depender, que tem que ser exequível também, porque senão não se faz a regularização. E está previsto na MP a questão da antiguidade, que tem gente que está há anos lá na questão.

E, finalizando, o que o Egon comentou, o ZEE, nós estamos falando de áreas já estabelecidas, já consolidadas, posse mansa e pacífica há muitos anos. Então o ZEE, se for colocado, não pode obstar a titulação. Então primeiro titula e, depois, se for o caso, faz as devidas adequações para estimular ou não determinadas atividades de acordo com o que o ZEE indicar.

Então são essas as considerações gerais que eu tinha a fazer. Coloco à disposição a CNA para dialogar mais sobre o assunto, mas acreditamos que a Medida pode trazer mais benefícios e é um começo; talvez ela não contemple todas as vertentes, mas é um bom começo para um trabalho que é necessário para a resolução de um conflito social na Amazônia Legal. Então esse pontapé inicial é essa Medida Provisória. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu neguei ao Guedes a possibilidade de fazer uma intervenção final. Eu vou lhe dar um minuto e você faz a intervenção final que, certamente, é coisa curta mesmo que você tem para falar.

SR. CARLOS MÁRIO GUEDES: Eu queria chamar a atenção, porque eu acho que tem uma avaliação às vezes muito açodada sobre a situação dos assentamentos. O que a gente verificou nesse processo agora da regularização é que se misturavam assentamentos que foram criados há trinta anos atrás, numa outra situação, com assentamentos novos e que ainda estão no seu processo de maturação de implantação e desenvolvimento. Tem uma pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que demonstrou concretamente que os assentamentos criados acompanham, via de regra, a renda gerada da região, e muitas vezes a renda por hectare, ela se equivale dos imóveis já estabelecidos. O novo censo agropecuário está vindo e vai nos dar os elementos concretos para fazer uma avaliação, como o senhor diz, sem ideologias, fazer uma avaliação concreta. O que se comprovou nesse estudo da Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro é que essas pessoas viviam antes do assentamento numa situação muito pior. Então eu acho que esse é um elemento que o assentamento traz de generosidade, mas obviamente que ele precisa ser aperfeiçoado, nós precisamos avançar com políticas públicas, de infraestrutura, assistência técnica. Eu tive a experiência de, na superintendência do INCRA, trabalhar no ajuste de iniciativas nesse sentido, junto com a equipe do INCRA que está até hoje lá, com o Presidente Rolf, e esse é o espírito da forma que o Governo Lula vem implementando os assentamentos de reforma agrária. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi um minuto, você foi disciplinado. O Sérgio também quer fazer uma intervenção, também de um minuto.

SR. SÉRGIO LEITÃO: Só para responder a pergunta do Deputado [ininteligível] não exige a relevância e a urgência, inclusive pelo fato de que boa parte das descrições do representante do MDA sobre o que é necessário fazer para implementar a Medida Provisória, são providências que poderiam estar sendo adotadas desde sempre, porque tem a ver com discriminação de terra pública, tem a ver com processo de arrecadação. Portanto, isso não tem nada a ver com qualquer medida decorrente da Medida Provisória. E, também, pelo fato de que a própria Senadora Kátia Abreu, quando defendeu a urgência, falou justamente que era um fato social relevante em função de posses mansas e pacíficas e o representante aqui da CNA coloca justamente o contrário, que existe todo um processo de contraditório, de conflito que precisa ser dirimido. Portanto, está claro que não tem relevância, muito menos urgência, e é preciso, inclusive, que do ponto de vista do Congresso Nacional, a Medida seja rejeitada, porque é um absurdo que se queira discutir uma Medida Provisória que já tem Decreto de regulamentação, transformando esta Casa apenas num carimbador de decisões do Poder Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Lázaro, um minuto.

SR. LÁZARO DOBRI: Só confirmando a questão da urgência, nós entendemos que ele é urgente desde sempre com relação à necessidade que tem de fazê-lo, agora a forma como está sendo feito nós somos contra, entendemos que essa urgência passa a ser protelada, inclusive por Decretos e coisas que vêm supor isso.

E um último dado, Presidente, que é importante saber, a Amazônia tem 178 milhões de hectares. Nós estamos, Senadora, e V. Exa. sabe, tratando aqui, como disse o companheiro do MDA, somente de 21 milhões de hectares.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Anaximandro.

SR. ANAXIMANDRO DOUEMENT ALMEIDA:

Só para não ficar a dúvida, primeiro, é o seguinte: não é mais 11, pelo menos no Parecer reformulado do Deputado Asdúbral Bentes, não é 11 de fevereiro de 2009 e, sim, a ideia anterior, que o corte seria 1º de dezembro de 2004. Então eu acho que isso aí já justifica mais um pouco a Medida.

E, finalmente, em relação ao que foi comentado da eventual distorção, controvérsia, é o que nós estamos colocando dentro da linha de separar o joio do trigo, que seriam as posses mansas, pacíficas, mas o que ocorre lá na Amazônia é o que eu coloquei: o risco eminente de turbações, o risco eminente de conflito, quer dizer, o perigo de conflito que está em volta. Então embora o que é objeto seja propriamente a posse mansa e pacífica, entretanto, continua, é um estado permanente de risco, de perigo em relação às invasões que eu comentei dos vizinhos, porque não tem o título e sempre está [ininteligível]. Então é em função do risco, existe um momento consumado, que é o conflito propriamente dito, e do risco que ainda não se consumou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senhora Senadora Marina Silva, senhores expositores, nós estamos encerrando a nossa Audiência Pública e é preciso ficar claro que

o que discutimos aqui foi a regularização de ocupações da região amazônica, mais especificamente da Amazônia Legal, que extrapola o Estado do Amazonas, abrangendo outras áreas que compõem todo esse complexo. Indiscutivelmente essa matéria trará grandes repercussões na segurança jurídica, nas condições de crédito, na administração de conflitos. No entanto, é preciso que tenhamos a consciência de que a sua aprovação depende de sanar todas as dúvidas que ainda pairam sobre a execução desse projeto. A importância, medida pelo mérito, é inquestionável, todos aqui concordam no mérito que é necessária, que é relevante; a dúvida que ainda subsiste é quanto à urgência. A urgência do ponto de vista de quem está lá, de quem está sofrendo as restrições de crédito, de quem necessita do seu título de domínio, é inquestionável. A urgência que nós discutimos é do ponto de vista de tramitação, porque dadas as repercussões que isso vai provocar em toda a região, e aqui não é só na vida de cada ocupante, mas de todo um ecossistema, é claro que é preciso uma avaliação meticulosa, cuidadosa, responsável. Não tenho dúvida de que a inspiração do projeto é das melhores. É o enfrentamento de um gargalo que desafia governos e governos, mas é preciso que esse enfrentamento se faça com a maior

responsabilidade possível. Acredito que o debate de hoje no Senado não se esgota. Está recém pautada na Câmara dos Deputados a discussão e a aprovação do projeto naquela Casa. Nós temos, portanto, Senadora Marina, uma oportunidade de aprofundar o nosso debate e amadurecer para a hora da votação. É o que acredito que iremos fazer doravante.

Quero comunicar aos membros da Comissão que logo mais, às quinze horas, nós vamos dar prosseguimento a esta reunião para aprovação de matérias que estão na pauta desta Comissão e quero concitar a todos os componentes deste órgão para que compareçam na próxima reunião, de terça-feira, quando nós teremos aqui uma Audiência Pública para debater a crise da suinocultura brasileira, que hoje certamente recebe as influências danosas da gripe suína, que na minha avaliação tem um nome equivocado, eu acho que na verdade é a gripe mexicana, como foi a gripe asiática, como foram outras tantas gripes, mas a repercussão que começa a se produzir aqui no Brasil já dá os primeiros sinais de preocupação, afinal de contas o Brasil é o quarto exportador mundial de suínos, é o quarto produtor mundial e tem um milhão e quinhentos mil empregos diretos nesse segmento. Então é muito importante o debate sobre mais essa pedra no sapato da economia do planeta e, especialmente, do Brasil.

Está encerrada esta primeira fase da nossa reunião.

Sessão encerrada às 14h36.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **GILBERTO GOELLNER**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **VALTER PEREIRA, NEUTO DE CONTO, JAYME CAMPOS, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, EXPEDITO JÚNIOR, SERYS SLHESARENKO, FLEXA RIBEIRO, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcí-

dio Amaral, João Pedro, Augusto Botelho, Magno Malta, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Mário Couto e Marisa Serrano. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Gilberto Goellner, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2007. (TURNOS SUPLEMENTAR). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATOR “AD DOC”:** Senador Leomar Quintanilha. **OBS:** Em reunião realizada em 26/11/2008 foi aprovada a Emenda nº 1-CRA (substitutiva). Nos termos do art. 282, § 2º, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar até o encerramento da discussão. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284-RISF). **RESULTADO:** Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar. Desta forma, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado pela Comissão (art. 284 – RISF). A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003. EMENTA:** Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma como foi deliberado pela Comissão de Educação, ou seja, parecer favorável com as Emendas nº 1,2,3 e 4 – CE. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse). **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e en-

quadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO).** **EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de-açúcar. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Neuto de Conto. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO).** **EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. **AUTOR:** Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Augusto Botelho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008. (NÃO TERMINATIVO).** **EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. **AUTOR:** Senador Casildo Maldaner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural – O Papel da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Silva Soares** – Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural – **ASBRAER**; **Sr. Argileu Martins da Silva** – Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – **DATER/SAF/MDA**; **Sr. Aldo de Jesus Filho** – Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil – **FA-SER**; **Sr. Alcides Rodrigues** – Governador do Estado de Goiás; **Sr. Blairo Borges Maggi** – Governador do Estado de Mato Grosso; **Sr. André Puccinelli** – Governador do Estado de Mato Grosso

do Sul. AUTORA: Senadora Serys Slhessarenko. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em adendo ao Requerimento nº 21, de 2008-CRA, aprovado em 26/11/08, seja realizada, no âmbito da CRA, audiência pública para contribuir com o debate de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **ANP**; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; **Sr. Paulo de Moraes** – Engenheiro e Diretor da **Suner Engenharia e Biocombustíveis**; **Sr. Marcio Turra de Ávila** – Pesquisador da **EMBRAPA**. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no município de SINOP– MT, em data a ser posteriormente definida, para discutir possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro. A data deverá coincidir com o encontro aprovado por requerimento do deputado Homero Pereira na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR da Câmara dos Deputados e que terá o mesmo propósito de discutir o Código Florestal, de forma que ambas as comissões, do Senado e da Câmara, realizem conjuntamente esse encontro. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que,

lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR GILBERTO GOELLNER

PRESIDENTE, em exercício, DA CRA

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA**

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada no Dia 28 de Abril de 2009, Às 15 Horas e 33 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do plenário é dada como aprovada. Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de um item de turno suplementar e de três requerimentos de constituição de Audiências Públicas.

Item 1: Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 482/2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previsto no capítulo 3, título 7 da Constituição Federal. Esclareço que em reunião realizada em 26 de novembro de 2008 foi aprovada a Emenda nº 1 da CRA substitutiva, tendo como relator *ad hoc* o Senador Leomar Quintanilha. Nos termos do art. 282 do § 2º do regimento interno do Senado Federal poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar até o encerramento da discussão. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir e sem o oferecimento de emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

O substitutivo aos PLS nº 482/2007 será encaminhado à secretaria geral da mesa.

Os demais itens, do dois até o oito, serão apreciados posteriormente.

Requerimento do item 8 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que requer seja realizada audiência pública nesta Casa, nesta Comissão, com o objetivo de discutir sobre políticas públicas para o desenvolvimento rural, papel da assistência técnica e extensão rural – ATER, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Silva Soares, presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural – ASBRAER; Sr. Argileu

Martins da Silva, diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER SAF do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Sr. Aldo de Jesus Filho, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil – FAZER; Sr. Alcides Rodrigues, Governador do Estado de Goiás; Sr. Blário Maggi, Governador do Estado do Mato Grosso e o Sr. André Puccinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

O item 9: Requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner que requer, em adendo ao Requerimento nº 21/2008 desta Comissão, aprovada em 26 de novembro de 2008 seja realizada no âmbito da Comissão de Reforma Agrária audiência pública para contribuir com o debate de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 81/2008 que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como, no transporte rodoviário, ferroviário, ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários, em geral, e dá outras providências.

Com a presença dos seguintes convidados: o representante da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representante do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Paulo Moraes, engenheiro e diretor da Sanear Engenharia e Biocombustíveis, o Sr. Marcio Turra de Ávila, pesquisador da Embrapa. Em votação o Requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

Temos aqui um outro requerimento também extrapauta de minha autoria, requerendo nos termos regimentais que seja realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Município de Sinop no Estado do Mato Grosso, em data a ser, posteriormente, definida para discutir possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro. A data deverá coincidir com o encontro aprovado por requerimento do Deputado Homero Pereira na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, e que terá o mesmo propósito de discutir o Código Florestal de forma que ambas as Comissões, a do Senado e da Câmara, realizem conjuntamente esse encontro no Estado de

Mato Grosso. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente sessão.

Sessão encerrada às 15h39.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos membros das Comissões Permanentes do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Eptácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argelo, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Tião Viana e Wellington Salgado. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09 e **com os adendos aprovados nas demais comissões**, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente –

APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros – **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio – **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental– **ISA**; **Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Tasso Rezende de Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, , Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA

PRESIDENTE DA CRA

SENADOR GARIBALDE ALVES FILHO

PRESIDENTE DA CAE

SENADORA ROSALBA CIARLINI

PRESIDENTE DA CAS

SENADOR DEMÓSTENES TORRES

PRESIDENTE DA CCJ

SENADOR FLÁVIO ARNS

PRESIDENTE DA CE

SENADOR RENATO CASAGRANDE

PRESIDENTE DA CMA

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PRESIDENTE DA CDH

SENADOR EDUARDO AZEREDO

PRESIDENTE DA CRE

SENADOR FERNANDO COLLOR

PRESIDENTE DA CI

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

PRESIDENTE DA CDR

SENADOR FLEXA RIBEIRO

PRESIDENTE DA CCT

SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA****COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE-
FESA NACIONAL – CRE****COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE –
CMA****COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE****COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVA-
ÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA – CCT****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CI-
DADANIA – CCJ****COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS****COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TURISMO – CDR****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLA-
ÇÃO PARTICIPATIVA – CDH****COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR-
TE – CE****COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTU-
RA – CI**

**10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMIS-
SÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA,
EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.**

Realizada em 29 de Abril de 2009, Às 09 Horas e 34 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tássio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tássio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: “*Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras*

atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente."

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu

Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia

processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está

abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui

que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: “Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema”, “Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão”. Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que

calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas

APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de

aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... “Se nós fizermos tal alteração na lei, o que

acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente

volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma

pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas

variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é

considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devem ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades

de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico,

é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra

água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gusta-

vo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de

que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá

um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação

meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro.

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de

fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma

área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redu-

ção através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo

do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal.

Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhagen, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhagen, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos

estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que

tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevideu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação

nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tassio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tassio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tassio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tassio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para

discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averta a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não

é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente

eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o

Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte

temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100

mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões ar-

guidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tassio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tassio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a

obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer di-

zer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu

estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tássio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de ques-

tão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO₂ muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO₂ por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO₂ por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir ciniicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões

de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que

é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós

entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos não da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que

não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ópa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como

lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ópa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, "Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Ópa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. "Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa."

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: "Produtores do Brasil" [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: "Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok."

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, "Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo", em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. "Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10", antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, "Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d'água 50 metros tudo". E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o

seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, "Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros", sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarelecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos

que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campanha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campanha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO₂ por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e $\frac{1}{2}$, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campanha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campanha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembleia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos

confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicos [soa a campanha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero

Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares

teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso co-*

mum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações."

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção

e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado

[soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apre-

senta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoar, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipó-

tese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o

Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônoma e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegemos as fontes de água, porque

21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento,

tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*", no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? "*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campainha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.*"

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para

abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campanha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental.”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso

país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não fiquem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: “A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?” Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoeletricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais direta-

mente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campanha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto

maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os segmentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.*" E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campanha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo

com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos

senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento

territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como

aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobancelhas, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBA-MA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tássio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um

jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação

na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do

EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campanha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campanha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h07.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MAIO DE 2009.

Às dez horas e dezessete minutos do dia cinco de maio de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, RAIMUNDO COLOMBO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, EXPEDITO JÚNIOR, VALDIR RAUPP E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio Amaral, João Pedro, Leomar Quintanilha,

Gerson Camata, Gilberto Goellner, Mário Couto e Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 2 de 2009-CRA**, de autoria do Senador Raimundo Colombo, aprovado em 10/03/09, com a finalidade de discutir a grave situação que passa a suinocultura no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Enori Barbieri** – Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina– **FAESC** e Vice-Presidente da Comissão de Suinocultura da **CNA**; Sr. **Pedro Camargo Neto** – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína– **ABIEPCS**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Ideli Salvati, Raimundo Colombo, Neuto de Conto, Augusto Botelho, além do Deputado Valdir Collato. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA
PRESIDENTE DA CRA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada no Dia 05 de Maio de 2009, Às 10 Horas e 17 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura a ata da reunião anterior, que com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 02/2009 de autoria do Senador Raimundo Colombo, aprovada em 10 de março de 2009, com a finalidade de discutir a grave situação por que passa a suinocultura no Brasil

e que terá participação dos seguintes convidados: o Sr. Enori Barbieri, Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, FAESC e também Vice-presidente da Comissão de Suinocultura da Confederação Nacional da Agricultura, e terá também a participação do Sr. Pedro Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

Eu convidaria já para participar da mesa o Sr. Enori Barbieri. E já está em nosso recinto, também, o Sr. Pedro Camargo. O Sr. Mário Lanznaster que é o Presidente da Cooperativa Central Oeste de Santa Catarina, justificou a ausência dele, e não pode comparecer aqui por razões supervenientes, e, de sorte que nós vamos contar só com a participação do Sr. Pedro que acaba de chegar e o Sr. Enori.

E veja o seguinte, um fato curioso. Nós quando convocamos esta reunião, quando aprovamos o requerimento do Senado Colombo, estávamos diante de um cenário que não era exatamente o que nós vivemos hoje, o cenário era da crise financeira internacional cujas repercussões já se pronunciavam no setor da suinocultura, de lá para cá o setor foi sacudido por mais uma crise, a decorrente da gripe que foi alcunhada de gripe suína, mas que foi rebatizada pelo Sr. Pedro, como a gripe mexicana. É isso mesmo, Sr. Pedro?

SR. PEDRO CAMARGO NETO: Acho que por mim e por muitos outros, até porque de suína não tem nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, de suíno não tem nada. É verdade. Eu acho que, inclusive, essa questão aqui é uma questão que nós temos que enfrentar porque é preciso desmistificar. Ganhou-se o nome de gripe suína¹, quando na verdade, até agora ninguém mostrou um malefício sequer que a carne suína pudesse provocar ao ser humano, especialmente, a chamada gripe que agora tem um novo nome que é Gripe AH1N1. Mas, de sorte, que nós vamos iniciar a nossa audiência pública, passando já a palavra para o primeiro expositor que aqui chegou, que foi o Sr. Enori Barbieri, Vice-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina para fazer a sua avaliação sobre as dificuldades vividas pela suinocultura brasileira.

O senhor terá dez minutos que é o nosso prazo normal. Mas aqui é uma Casa Legislativa, e, obviamente, na Casa Legislativa o que menos se restringe é a palavra, de sorte, que o senhor está com a palavra com os dez minutos e a tolerância que for necessária.

SR. ENORI BARBIERI: Inicialmente, o meu bom dia a todos. Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, o Senador Valter Pereira, agradecer o Senador Colombo que é um

catarinense que foi o autor do pedido desta audiência pública, já há um mês, antes da própria gripe suína, que nós estávamos já vivendo uma crise muito grande em Santa Catarina que era financeira, através da suinocultura. Agradecer o outro Senador catarinense, o Senador Neuto, me falha a memória do nome, mas o paraense Senador Flexa Ribeiro e demais pessoas presentes.

Eu tinha planejado vir aqui falar de Santa Catarina, mas é ímpar o momento da oportunidade de falar a está Casa mais alta do Congresso, da crise que vive um setor que faz parte de uma grande cadeia do agro-negócio que é a suinocultura. Nós em Santa Catarina somos o maior produtor brasileiro de suínos, das 3 milhões, em torno de 3 milhões, 3 milhões e 100 que devemos produzir esse ano de toneladas, Santa Catarina produz 25%, em torno de 750 mil toneladas, são 12 mil produtores de suínos em Santa Catarina, com sistema agroindustrial muito bem sólido até antes da crise. Mas um setor que há muitos anos vem sofrendo por crises cíclicas. E eu sei que no Congresso Nacional é o local onde todos veem pedir socorro, não só a suinocultura, mas, principalmente, agricultura que vive um pesadelo de preços de custo alto de produção.

Mas a suinocultura, perante o mundo, a suinocultura brasileira, a crise que causou à suína cultura brasileira é tão pequena para um tamanho de crise instalada. O mundo produz 100 milhões de toneladas de carne suína e o Brasil 3 milhões. E, basicamente, foram 50 mil toneladas no final do ano que represaram, que não foram exportadas, depois o Dr. Pedro, a qual quero cumprimentar, deverá tratar disso, com a crise internacional, financeira que iniciou no imobiliário, no final do ano o Brasil deixou de exportar 50 mil toneladas nos meses de novembro e de dezembro que se culminou com outra crise instalada, na época, de avicultura, que não teve espaço nos armazéns dos frigoríficos, nas câmaras frias para serem estocadas e essas 50 mil acabaram, ou em contêiner nos portos ocasionando um grande custo de manutenção, ou no mercado fazendo com que o excesso de produção derrubasse os preços em geral.

O ano passado o Brasil que consome, consumia, em média, 12 quilos per capta/ano teve um ano excelente internamente, porque das 3 milhões, 2 milhões e 400 foram consumidas aqui dentro, nós passamos de 12 para 14 quilos per capta e havia e tínhamos uma esperança de crescimento que o grande objetivo é aumentar o consumo interno, já porque se consome 40 quilos per capta de aves, 30 de bovinos e 14 de suínos. Nós temos um espaço muito grande para crescer internamente, mas também as exportações brasileiras que por problemas sanitários, e não vou

entrar muito nisso, porque o Dr. Pedro é especialista nisso, elas dão um avanço, praticamente, há quatro, cinco anos nós estamos estagnados nas 600 mil toneladas e existe basicamente um problema só que é a questão sanitária brasileira.

Então, o que é que viemos fazer nesta Casa hoje? Viemos contar um pouco dessa história, que a de Santa Catarina é um pouco mais grave, porque nós tivemos um boicote, que eu diria que ele era pontual do maior comprador de carne suína que era a Rússia, que é a Rússia, deixou de nos comprar carne por três anos, e nós tivemos que então brigar pelo mercado interno, fazendo com que nossas empresas algumas exportassem por outros Estados. Mas quando a Rússia abriu agora oficialmente, nós não tivemos e não temos mais a mesma cota que nós tínhamos no passado e estamos dividindo a crise com outros Estados.

Hoje os nossos produtores que são 12 mil produtores catarinenses, 4 mil produtores estão com débito junto ao Banco do Brasil, só o Banco do Brasil de 158 milhões que é uma dívida dos últimos três anos, essa dívida é decorrente de investimentos novos, já que havia uma perspectiva de abertura de mercados internacionais novos, e, além disso, o aumento do consumo interno, se investiu muito, porque, afinal de contas, se a gente voltar um pouco ao passado, há um ano nós tínhamos uma crise de alimentos no mundo, de falta de alimentos, e todo mundo acreditou nisso, e nós passamos a investir em mais produção. Então, esses débitos dos produtores são de investimento, são de uma crise de dois, três anos atrás de retenção de matrizes que teve um programa de socorro da crise passada quando se fechou a porta da Rússia para Santa Catarina houve uma crise local e o governo financiou a retenção de matrizes, e de custeio da própria atividade.

Essa dívida passada não se pode pagá-la agora, porque nós estamos produzindo um animal que custa, em média, 2,30 o quilo vivo de produção e vendendo o próprio animal, hoje no mercado, e já há muito tempo, chegou a 1,60 e hoje o preço está, diríamos nós, esfriado ao mercado, em torno de 1,80 e 1,90. Então, para cada animal produzido de 10 quilos, o agricultor, o produtor de suínos tem que despendar 30 a 40 reais pagar para produzir, e com isso não se consegue pagar conta.

Então, eu diria aos senhores que essa crise poderia ter sido evitada. Com toda a argumentação do Ministro Stefanos que nós estivemos lá por inúmeras vezes, fomos até chatos, até chatos nós fomos com o Ministério. Mas na crise passada nós já cobrávamos do Ministério a criação, ou colocar a carne suína na política de garantias de preços mínimos. Por que é que a gente existe na colocação da carne suína na

política de garantia de preços mínimos? Porque se a gente tem esse instrumento, quando houver uma crise desse tipo o Ministério da Agricultura, através de recursos orçamentários tem a condição de retirar do mercado, sem ter que abrir mão de solicitações, de outros artifícios de novos recursos, utilizando os recursos de comercialização que o Ministério tem hoje, graças ao Senado Federal, um volume até acima de 3 bilhões de reais, porque houve uma emenda aqui, principalmente, na Comissão de Agricultura que colocou essa emenda dotando a comercialização da nova safra de mais recursos. Então, se o Ministério da Agricultura tivesse incluído há dois anos na política de preços mínimos da carne suína o governo poderia trazer para si esse ônus, principalmente, da carne estocada nos portos brasileiros, porque essa tem um custo de manutenção e de aluguel de contêiner que acaba prejudicando toda a cadeia.

Então, nós estamos insistindo com o Ministério da Agricultura na política de preços mínimos a introdução da carne suína, nós estamos insistindo com o Ministério da retirada de um pouco dessa carga do mercado, porque já que não temos o mercado internacional, nós temos que colocar isso no mercado interno. Houve um esforço muito grande das indústrias em abaixar o volume de produção abatendo animais mais novos numa programação feita no ano passado, a avicultura consegue se ajustar mais rapidamente, porque você deixa de colocar o galo na galinha, você já não tem mais ovos férteis, você deixa de encubar os ovos, você não tem mais o pinto, você deixa de dar ração, menos ração para uma ave e ela demora mais tempo de ficar pronta, você deixa um intervalo maior entre um lote e outro lote. A avicultura fez um ajuste drástico de redução de 30% de produção, se ajustou ao mercado rapidamente e está retomando as exportações. E a carne suína não tem essa condição porque é um planejamento muito antecipado nas matrizes, tanto que o governo financia estoque para quando o mercado retoma você ter as matrizes para produzir os animais, e não teve essa condição de se ajustar ao mercado. Isso levou não só os agricultores, mas as empresas de uma situação falimentar.

Eu diria que nós estamos vivendo hoje uma situação falimentar, não só de produtores, mas de empresas também, porque desde o início da crise financeira os importadores perderam dinheiro, não tinham mais dinheiro para comprar, e [soa campainha] o mercado interno não tinha crédito. Tanto se falou em liberação de recursos neste País de crédito para sustentar a crise, tanto se fez para tirar IPI de carros da linha branca, mas, infelizmente, do setor agrícola, principalmente, da suinocultura o dinheiro não chegou até hoje. Está se

falando em liberar 10 bilhões para as cooperativas e existem muitas suinoculturas no sistema de cooperativa. O dinheiro até hoje que tanto se falou não chegou aonde precisa, e a crise continua, e não há mais como suportar essa falta de recursos.

Então nós viemos ao Senado hoje para denunciar hoje. Porque a suinocultura está atrelada a uma cadeia. O Brasil que sobrou o ano passado 12 milhões de toneladas de milho, teve nos produtores de milho um preço que caiu e não paga o custo hoje, e o grande consumidor do milho brasileiro é a suinocultura e a avicultura. Então, as indústrias não têm como melhorar o preço do milho porque não tem como se manter vivo, os produtores de milho não sabem mais o que fazer, porque não têm aonde vender. Então, nós estamos gerando uma crise em cadeia de um sistema que vai levar, principalmente, o Estado de Santa Catarina, que é um pequeno estado, mas que tem a sua economia, basicamente agrícola e está levando o produtor de suíno à falência, está levando os municípios do interior que tem o seu retorno econômico baseado na agricultura numa situação muito difícil, e, com certeza, o próprio Governo do Estado vai ter dificuldades financeiras, porque tem sua economia baseada na agricultura.

Nós temos um estado sanitário diferenciado do Brasil, mas nós não conseguimos fazer negócios sozinhos, quem faz negócio é o Brasil. Se todo Estado brasileiro, se todos os Estados tivessem a condição sanitária de Santa Catarina, nós teríamos a oportunidade de vender 1 milhão e 700 mil toneladas de carne suína, porque mercado existe, o que não existe é a nossa condição brasileira sanitária.

Então, o que é que precisa ser feito? O Brasil precisa cuidar da sua agricultura, porque depois que o suinocultor para ele não retoma mais as atividades, ele encerra as atividades e vai embora. Santa Catarina já teve 60 mil produtores de suíno no passado. O Senador Neuto De Conto sabe muito bem, porque na minha região do oeste catarinense cada propriedade agrícola tinha uma suinocultura, tinham 60 mil produtores, são 7 mil produtores integrados e mais 5 mil suinocultores que ainda existem por lá. E esses 5 mil estão na eminência de paralisação e os integrados, através das indústrias, estão na eminência da indústria mudar de atividade, ficar com avicultura que é muito mais dinâmica e parar com a atividade suína.

Precisa se dotar de crédito este País, porque o crédito chega aonde precisa. Precisa o Ministério da Agricultura, e quero ser bem sincero, trabalho com isso há 15 anos aqui em Brasília, que eu venho a Brasília, sempre ouvi falar e sempre vejo falar que não há recursos, não há recursos do Ministério da Agricultura e não há recursos. Não pode ser o Ministério da Agricultura

o primo pobre. Aqueles que têm uma idade perto da minha, que passa de 50 anos se lembram do tempo que esse País importava leite, do tempo que esse País importava arroz, do tempo que o Delfin Neto mandou plantar feijão, no inverno, lá no sul, que não dá no inverno, mas plante que o João garante, porque não tinha alimentos nesse País. No tempo que se mandou plantar em várzeas no Paraná, comprou várzeas, que hoje estão proibidas, porque tinha que plantar alimentos. Nós estamos caminhando na contramão, nós temos um mercado mundial para abastecer, nós temos uma população de 180 milhões de habitantes que precisam comer e estão comendo fartamente, porque temos excedente de alimentos, mas se continuar assim nós vamos voltar ao passado. Aí as pessoas vão se lembrar do tempo que este País produzia.

Então, eu vim fazer um apelo a esta Casa, a esta Comissão que tem o poder de trabalhar orçamento. Que dote quando passar por aqui orçamento, o Ministério da Agricultura, que a Fazenda se sensibilize de dotar orçamento, principalmente, para a defesa sanitária animal deste País, que a gente tem um status parecido com Santa Catarina em todo o País, para que a gente possa avançar nas importações, para que a gente possa crescer com o milho produzido no Mato Grosso e ser transformado em carne suína, em carne de avicultura, a própria bovinocultura consumindo milho para ter um padrão internacional como tem os Estados Unidos. Mas, acima de tudo, dotar de crédito nas liberações, tirar burocracia do crédito brasileiro.

Hoje as exigências são maiores do que no tempo de fora da crise. Se nós vivemos num estado de crise, Senador Valter, nós tínhamos que ter um tratamento diferenciado, nós não podemos ser tratado na liberação de crédito como o crise [soa campainha]. Se nós tínhamos uma estabilidade... Estou terminando. Mais um minuto, por favor. Nós tínhamos uma estabilidade e nós estávamos vivendo normalmente, entramos numa crise que não foi provocada por nós e o sistema financeiro nos imputa um monte de normas, de exigências que nós não temos como cumprir, ou o governo entenda que nós estamos vivendo uma crise e precisamos de socorro, ou ele nos tira da atividade e vai acontecer aquilo que eu estou falando. Não vou falar de outras atividades, porque todo mundo vem reclamar nesta Casa. E sem falar que culminou agora com essa gripe suína atribuída ao animal que, infelizmente, como disse [ininteligível] é o suíno que está pagando a conta, e que vem denegrir a imagem de um alimento que por nós temos como mais saudável de todos, que, infelizmente, o Brasil não pensa assim, mas o mundo inteiro pensa assim, que é a carne mais consumida, e que vem tirar o consumo do mercado interno, principalmente, nesse

momento e que o mundo inteiro deverá ver os reflexos lá pela frente que isso aconteceu com a gripe aviária, que era aviária, porque matava os animais, aquela, sim, era, mas naquela época houve uma redução de consumo drástico das carnes de aves, e que fez com que os produtores de aves tivessem que passar uma crise naquela época.

Então, eu faço um apelo a esta Casa, conclamo que pelo poder que tem o Senado conversar com o Ministério da Agricultura, de ver alternativas, mas, principalmente, com a Fazenda. Eu acho que se não tem convencimento da Fazenda, infelizmente, o nosso Ministério da Agricultura, com toda a sua boa vontade, não pode resolver o nosso problema.

E, acima de tudo, essa questão do crédito para que nossos agricultores possam prorrogar suas dívidas e as nossas empresas possam continuar vivas, porque pior do que quebrar um agricultor é quebrar a empresa. Isso quem acompanha o Mato Grosso e seus frigoríficos, aonde fechou os frigoríficos está havendo a dificuldade daqueles produtores de não ter aonde vender seus bois.

Então, eu, particularmente, penso que quando se quebra uma empresa é muito pior do que quebrar um agricultor, porque aí quebra todo o sistema, e aí vai todo mundo à bancarrota e não há como liberar a produção. Muito obrigado pelo espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Sr. Enori.

E vamos passar ao segundo expositor, o Sr. Pedro Camargo Neto que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína. Com a palavra, Sr. Pedro.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores aqui presentes, que nos honram aqui, meu colega Enori Barbieri, senhoras e senhores. Eu vou começar falando da... Agradeço, antes de mais nada, a oportunidade de estar nesta Casa apresentando os problemas claros, diretos que afligem o nosso setor, que pode não ser o maior setor da economia, mas para nós é essencial, para nós é a nossa vida, e que a gente hoje enfrenta com grande dificuldade.

Vou começar falando da crise global financeira, até a origem da convocação, terminando pela questão da gripe que nos aflige imensamente neste momento. 2008 vinha até um ano bom, Senador, vinha um ano bom quando, em outubro, essa crise de confiança, crise financeira tomou conta do mundo, chegou do Brasil com um impacto forte, de uma maneira geral, e, particularmente, forte nas exportações de carne suína. Em novembro e dezembro as exportações caíram 50%, então foi o setor que mais caiu, teve uma redu-

ção drástica nos dois meses finais, por virtude até de a gente ter ainda uma concentração de exportações em cima da Rússia, é um país que ocupa 43%, ocupava em 2008 43% das exportações, e lá essa crise financeira global foi mais forte do que no Brasil, e mais forte do que em outros países, de maneira geral, desvalorização(F) da moeda, queda de poder aquisitivo, e, é claro, desmoronou, caiu o mundo nos meses de novembro e dezembro.

De maneira geral, a reação do governo a essa questão da crise financeira foi, em primeiro lugar, rapidamente liberou os recursos para o setor financeiro, os bancos foram socorridos, nada contra, mas, infelizmente, todos os anúncios que ocorreram não só para o setor de suínos, mas para todos os setores do agronegócio foram só anúncios, então anunciaram 10 bilhões, 3 bilhões, 1 bilhão; então nós vimos esses anúncios direto. Infelizmente, a contratação desses recursos não ocorreu até hoje no mês de maio. Então, isso ocorreu, não ocorreu, de fato, lógico, existe a exceção, mas não devem existir 1% do que foi anunciado o contratado. Então, o anúncio acaba sendo até enganoso, como proposta de apoio ao setor, se ele não se materializa, e não se materializa, vamos falar, até um pouco o porquê também. Então, essa crise global financeira que iniciou com uma crise de confiança deu uma paralisação de contratação bancária, de maneira geral, não só para nós como para os nossos clientes, então de uma hora para outra o dinheiro sumiu. Acho que todo mundo recolheu os recursos, não quis mais emprestar, não quer renovar linhas, não quer isso. E em novembro eu tive no BNDS, estive no Banco do Brasil junto com os nossos associados, junto com o setor cooperativo que é muito importante no setor, particularmente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e apresentando essa questão, e embora os recursos existam, não é que o BNDS não tenha os recursos para emprestar, eu acho que nessa parte são verdadeiros; a contratação não tem ocorrido. Porque as normas de contratação que tentam se aplicar são as normas de como se não existisse crise. Então, as empresas não se enquadram e os produtores não se enquadram, porque se você tem uma norma que ignora a crise a tenta aplicá-la na crise, ela não se aplica, então é muito comum hoje o setor, conforme o Barbieri colocou, o produtor perde dinheiro, as empresas perdem dinheiro, é o fato, nós estamos numa crise, nós estamos vivendo um prejuízo. O recurso que se precisa é para ser a ponte e não morrermos nessa crise e sairmos dessa crise. Agora, a primeira análise que o banco faz dentro das regras tradicionais é que se vocês estão com prejuízo, eu não empresto dinheiro, porque vocês estão com problema. Mas, de fato, estamos com problemas mesmo, e pre-

cisamos do recurso justamente para sobreviver a este momento para chegarmos do outro lado da crise.

E, então normas tradicionais de contratação de crédito não conseguem operacionalizar os anúncios do governo. E nós assistimos o que tem ocorrido nos outros países e tal, a liberação de recursos para crise é dentro de uma regra diferenciada e não se trata aqui de pedir para o governo ser perdulário, para o governo liberar recurso sem a devida cautela. Não, de maneira nenhuma. Eu acho que precisa ser cuidadoso, precisa ter cautela, precisa liberar para quem realmente precisa, precisa liberar para recuperar mais tarde, para que as empresas e os produtores paguem, mas precisa liberar dentro de regras aplicáveis para o momento de crise, que não é o que vem ocorrendo. Então, nós temos o quê? Os bilhões anunciados e zero ou quase isso contratado. Isso é um problema que afeta, certamente, porque o banco privado não renova linha, não empresta mais, adiantamento de contrato de câmbio, não renova linha, não empresta mais. Os ajustes foram feitos em cima do que é possível fazer com o que está ali, é acabar sofrendo na redução de preço, acabar sofrendo em cima do produtor, acabar sofrendo. Então, se o governo avalia, anuncia uma linha de recursos, deve ele também saber que a regra para essa contratação, e está fazendo isso porque reconhece que existe uma crise, deve fazer também a regra de contratação também reconhecer que existe uma crise, isso não aconteceu, as regras são as mesmas e os recursos não são contratados. Os Srs. Senadores, até se os senhores oficiassem ao BNDS, oficiassem ao Banco do Brasil quanto já foi contratado terão a surpresa de ver que praticamente zero foi contratado. Então, o anúncio não concretizou, o apoio que o governo ofereceu e anunciou não aconteceu. Isso é muito grave. Eu acho que isso aí é como o Barbieri colocou, também. Não adianta depois que as empresas entrarem num processo falimentar, de recuperação judicial aí não dá mais, aí é mais difícil ainda emprestar para essas empresas. O recurso tinha que chegar a ser a ponte de passarmos para o outro lado da crise, devido até não só para socorrer, no momento, como está sendo feito, como o potencial futuro que a suinocultura brasileira tem de oferecer para o Brasil e para o mundo. Falaremos em seguida. Então, essa coisa do recurso é uma falha grave você anunciar, mas anunciar dentro de regras que ignoram a crise e que, portanto, não tem se materializado. Então, não é o setor de suínos, não é empresa x, não é cooperativa A, B e C que não consegue contratar, ninguém consegue contratar. É um anúncio enganoso. Esse é o grande problema.

Então, os preços caíram, as exportações em 2009, felizmente, começam a recuperar. Então, se olharmos

existem crescimentos em 2009 que não conseguem ainda recuperar o que se perdeu em 2008. Então, se analisarmos a perda do primeiro trimestre, do último trimestre de 2008 e os ganhos que, de fato, ocorreram no primeiro trimestre de 2009 ainda não se compensam, nós ainda temos uma perda de exportação de 14%, se olharmos os seis meses, de outubro a março ainda é perda. Felizmente, as perdas começavam ou espero, não vamos por no passado, começam a se recuperar. [soa campanha].

Diante desse momento chegou a gripe que nos pegou completamente de surpresa, ainda mais com a denominação equivocada de gripe suína, porque cientista olhou lá no gen e achou o gen mais parecido com o da gripe suína clássica e, infelizmente, usou essa denominação equivocada que nos causou e nos causa ainda uma grande preocupação.

Nesses primeiros dias o que nós trabalhamos muito foi numa batalha de comunicação para que corrigisse essa denominação para que não transparecesse uma informação errada ao consumidor, à população de que a gripe tinha algo a ver com o setor suíno, tinha algo a ver com animal, que fizesse essa transposição, comparação com o evento anterior da gripe aviária quando o animal estava doente, isso demorou dias para que a própria organização mundial de saúde ou o Ministério da Saúde aceitasse a argumentação dos produtores e do setor de que aquilo lá estava errado, mas, felizmente, eles alteraram ainda para um nome, não é Senador, extremamente difícil: AH1N1. Felizmente a imprensa começa a falar de nova gripe, nova gripe, nova gripe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Melhor.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: Desculpe. Muito melhor. Pelo amor de Deus. A suína... Essa aí nós parabenizamos, esse é o nome científico ou quase um nome científico, pelo menos, já retira. Hoje a gente vê o próprio Ministério da Saúde gripe AH1N1 e a imprensa já falando em nova gripe, nova gripe, para ter um nome mais simples, mas, pelo menos, se retira a denominação equivocada como que tivesse alguma coisa a ver com suíno.

É uma preocupação... O prazo é muito pouco, é uma preocupação ainda. Todo dia a gente fica no sobressalto do que o que vai ocorrer com o consumo interno, com a demanda externa na exportação e com o consumo mundial, porque a gente acaba sofrendo os reflexos também.

Então, a gente vê que os Estados Unidos que é um grande produtor e que tem o impacto da doença muito mais forte, já tem lá grandes problemas, já não exporta mais, já tem queda de consumo interno. Nós, felizmente, tivemos como perda de mercado externo,

um único país, o Azerbaijão que é um consumidor pequeno, felizmente, os países, principais importadores brasileiros ainda estão exportando. A Rússia ontem fez uma solicitação de informações ao Ministério da Agricultura para que o Ministério informasse como andava a questão aqui no Brasil e, felizmente, aqui nós vamos bem. Então, isso é uma expectativa de que a gente não perca esse crescimento das exportações, que a gente vinha conseguindo recuperar parte do prejuízo do fim do ano passado, felizmente, embora, a preços menores, embora(F), com prejuízo, mas, tudo bem, faz parte, o importante é que flua, que se consuma, que saia, porque senão não tem como, não só não tem como estocar, acabam o espaço de estocagem de câmaras frias, como também não tem como manter o animal no campo, que é impossível. Então, o suíno vive muito mais difícil(F), de aves que é possível interromper produção rapidamente, e o próprio boi que pode deixar o boi no pasto. Nós estamos no meio do caminho e não conseguimos interromper e não tem como deixar no campo. Então, nós vivemos o pior entre as carnes.

Eu acho, Senador, do lado da gripe, é uma batalha da comunicação. Nós precisamos é, permanentemente, precisamos do governo, precisamos do Congresso para que, permanentemente, não se fale, mas se explique. Ainda vem muito comum assistir: "Olha, a carne suína não tem problema, desde que esturricada a 90 graus". Não é isso, o suíno não tem problema, a carne suína crua não tem problema. O vírus não existe no Brasil. Recomenda-se o cozimento da carne suína para outros vírus, para outros vírus, mas a recomendação de cozimento não tem nada a ver com AH1N1, porque esse não foi identificado no Brasil, nem na população e nem no campo. Então, é uma questão essa batalha da comunicação é muito grande.

Agora, Sr. Senador, da convocação original da crise, a questão financeira é ainda crítica, é ainda crítica, porque não saiu o dinheiro que o governo anunciou, e o governo precisava reconhecer, e se o BNDS, o Banco do Brasil não tem como emprestar dentro das regras tradicionais deles lá, certamente, o governo tem como soltar uma regra que permita que os seus diretores e conselhos de administração autorize empréstimo dentro de uma flexibilidade de crise sem ser com autor da cautela, cautela diante da crise, cautela diante da crise tem que permitir que as empresas sobrevivam, empresas sérias, cooperativas com décadas de ação, milhares de produtores, hoje não conseguem contratar nenhum instante.

Eu vejo isso crítico. No lado do futuro. Nós ainda vínhamos num esforço muito grande de ampliar os mercados brasileiros. O Brasil como o Barbieri colocou

exporta ao redor de 600 mil toneladas que é pouco, comparado com que o boi e a ave exportam, o suíno é a terceira das carnes, é a que mais recentemente ocupou o mercado de exportação, a que ainda tem 600 mil toneladas, é cerca de 10% do mercado internacional de transações de carne suína, e em geral, o Brasil tem 30%, então a possibilidade de você triplicar isso é muito claro, muito fácil; mas exige abertura de novos mercados que esperamos que essa gripe não tumultue mais ainda do que vinha. Santa Catarina, um Estado modelo, um Estado que saiu na frente, um Estado que conseguiu o status máximo sanitário, livre, sem vacinação, até porque tem um setor de suínos importante, pujante, líder e conseguiu liderar o setor de aves, também líder, e conseguiu liderar essa batalha sanitária, outros Estados brasileiros não conseguem, porque, às vezes, a suinocultura é menor e o setor de bovinos ainda é muito forte, e o setor de bovinos está acomodado aceitando a questão da vacinação, e parece que resolveu se acomodar numa etapa intermediária e não quer chegar ao primeiro mundo, mas que Santa Catarina chegou. Só que, infelizmente, os prazos para abertura de mercado são... Nós contamos os prazos em dias, em horas e os governos estrangeiros contam os prazos em ano. Então, Santa Catarina obteve a certificação em maio de 2007. Imaginava-se que isso ia ser o processo de abertura, mas não, foi o início dessa corrida de obstáculo. Os Estados Unidos visitou Santa Catarina no fim de 2007, não, no começo de 2008, o Japão que visitou no fim de 2007, os Estados Unidos está com o relatório técnico concluído, aprovando o Estado de Santa Catarina, tramitando na burocracia de Washington com essa mudança de governo, mas devemos ter nesse ano de 2009 a liberação de Santa Catarina para os Estados Unidos. O Japão está num processo mais atrasado, e é mais lento porque os prazos orientais são mais lentos. Mas também caminha. E a grande esperança é que com a visita do Presidente Lula à China agora, este mês, aí no próximo dia 19 que a China venha liberar o mercado para as exportações brasileiras, e esperamos que essa gripe não nos prejudique, equivocadamente, porque nós não temos nada a ver com isso. Muito obrigado Senador. Coloco-me à disposição para algum esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Vamos começar então...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu estou com mais três Comissões no mesmo horário, não vou ter condições de estar aqui.

E eu queria apenas fazer, se os demais Senadores catarinenses, o Senador Raimundo e o Senador Neuto De Conto me permitirem, apenas o seguinte, esta audiência tem uma importância fundamental para o setor da suinocultura brasileira, para Santa Catarina não preciso nem dizer o quanto, porque nós somos o maior produtor, exportador, ou seja, lá em Santa Catarina nós estamos todos apavorados com as consequências, porque nós já tivemos problema de preço, tem problema de embargos, tem problema de preços, tem problema da estiagem, teve o problema do Porto de Itajaí que dificultou o transporte da exportação, das mercadorias, e tal, e agora esta gripe então foi para deixar a gente não só espirrando, mas a gente com febre alta só de nervoso, com toda esta situação.

Agora o fundamento seria que nós pudéssemos ter. Eu fui ver aqui o requerimento, porque eu não sou membro da Comissão da Agricultura, mas não foi convidado ninguém representando o governo. Eu acho que seria fundamental nós termos este diálogo porque uma série de questões que vão ser tratadas aqui, obviamente, nós deveremos ter o contraponto, deveremos ter até o encaminhamento, porque as audiências também têm esse objetivo de buscar soluções, apresentar propostas e dar andamento. Então, o que eu gostaria de propor é que ou marcamos outra ou temos uma iniciativa em nome da Comissão de ir conversarmos com o resultado da conversa com o Ministro da Agricultura, o Reinhold Stefanes, eu acho que alguma coisa em direção ao Executivo que é de onde nós temos que, obviamente, aguardar soluções.

Na semana passada eu e o Secretário de Agricultura de Santa Catarina, o Deputado Antônio Ceron, estivemos no Ministério da Agricultura com o Dr. Inácio que é o responsável, exatamente, da questão toda aí da saúde animal e fomos muito bem recebidos, toda essa questão de acabar com esse nome errado na gripe, as providências que o Ministério estava adotando, a preocupação, inclusive, com a questão de a gente não ficar muito animado com algum embargo para algum país, porque o que aconteceu da China embargar o México e os Estados Unidos, num primeiro momento pode ser interessante, mas, de repente, Deus nos livre disso, mas algum suspeito aqui acaba confirmando a contaminação, porque o trânsito das pessoas é grande. Então, que, efetivamente, a gente pudesse ter uma ação mais dirigida ao Executivo. E aí se tiver oportunidade, mesmo não sendo membro da Comissão, Presidente, eu já quero me incluir, porque se alguma ação nesse sentido acontecer, eu gostaria de ser convidada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo que há uma falha na

nossa parte aqui, especialmente, porque, na verdade, o que nós observamos é o seguinte: a audiência fora convocada num momento em que a crise internacional estava inquietando o segmento. Portanto, nós tínhamos que tratar--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Foi por um motivo e agora acabou ficando dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Exatamente. Era exatamente esse o objeto da audiência pública. E nós não trouxemos aqui nenhum representante do BNDS e do Banco do Brasil também. Então--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque tem a questão dos financiamentos, inclusive dos frigoríficos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --E Agora, por exemplo, a revelação que o Pedro faz de que, realmente, as coisas não estão acontecendo é muito preocupante. Porque o BNDS, todos nós sabemos, é implacável na concessão de financiamentos, se ele está seguindo o mesmo procedimento, as mesmas normas de antes da crise, é como se nós estivéssemos fazendo ouvidos mocos aos clamores que ocorrem por todos os cantos com relação aos efeitos da crise, em todos os países do mundo há certa flexibilização com crédito, porque a crise é de crédito. Então, isso aí nos preocupa, e eu acho que nós precisamos, de fato, não é Senador Colombo? Desenvolver uma ação mais ousada envolvendo o BNDS, Banco do Brasil, talvez convocando, por exemplo, o BNDS e o Banco do Brasil para prestar esclarecimento sobre a atuação dessas duas instituições frente à crise. Acho que é fundamental.

Pela ordem, Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Presidente. Eu só queria colocar, eu acho que, realmente, devia ter alguém do governo, foi uma falha. Mas é importante colocar que a parte do governo que precisa estar presente é o Ministério da Fazenda, porque sem política de preço mínimo, e é isso que essa apresentação nos coloca, e sem a liberação dos recursos, o Ministério da Agricultura é e tem sido parceiro do setor. Não há nenhum tipo de... Não é questão de descontentamento, mas é uma questão de reivindicação, propriamente, dito. O grande problema está nas questões econômicas, e aí eu acho que é fundamental, realmente, o desdobramento desse trabalho numa ação com o governo, exatamente, nesse setor. Mas aí eu gostaria de, em seguida, como autor do requerimento fazer as considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E é de se destacar também aqui a

preocupação de Santa Catarina. Hoje eu estou vendo aqui a bancada integral.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Unida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Unida. Por quê? Porque, realmente, é o Estado que está mais castigado pela crise da suinocultura brasileira. E não bastasse já a crise decorrente das enchentes e outras mais que têm castigado Santa Catarina--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estiagem 80, quase 90 municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Estiagem, enchente é tudo que--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tudo de ruim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Tudo que pode causar dano à economia de Santa Catarina tem acontecido. Então, nesse momento, eu acho que a unidades dessa bancada é fundamental, e, sobretudo, as ações que nós vamos desenvolver. Eu acho que tem que ser no cerne do problema, na minha avaliação pelos dois expositores que eu ouvi, existe a questão de crédito e a questão do preço mínimo, são as duas questões--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a questão sanitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E a questão sanitária. Porque veja o seguinte--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Permita-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Até aqui vai uma indagação que é o seguinte. Há uma expectativa muito grande com relação ao mercado chinês por quê? Porque é um mercado grande e é um mercado que não está impondo grandes restrições à importação, está ao contrário, está voltando a se abrir novamente para o mundo. E se nós tivermos esse mercado e mantivermos as mesmas regras restritivas das instituições financeiras, ou seja, se faltar recursos para o setor, inclusive, para exportar, é claro que de nada vai adiantar abrir uma perspectiva, uma potencialidade com o mercado chinês, porque vai ser em vão. Então, acho que, realmente, nós temos que agir com certa rapidez nessa área.

Mas vamos restabelecer a normalidade da Comissão.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Diga Senador Neuto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por que é que nós não fazemos as nossas intervenções

e depois ouvimos, na parte final, a explicação deles para nós resumirmos espaço, porque também temos outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Ideli quer sair e o Enori quer fazer uma ponderação antes que ela se retire. Então, ele vai fazer essa intervenção, e depois nós vamos voltar assegurando a palavra, inicialmente, ao autor do requerimento e, posteriormente, ao Senador Neuto De Conto.

Com a palavra o Sr. Enori.

SR. ENORI BARBIERI: Inicialmente, quero agradecer a presença da Senadora Ideli que já fez a minha explanação. Mas eu quero voltar ao Estado de Santa Catarina muito orgulhoso de poder contar com os três Senadores nossos na presença desta audiência pública. A senhora sabe a importância que representa a suinocultura.

Mas só gostaria, antes de a senhora se retirar, dizer que nós já fizemos inúmeras, eu creio que até perdemos a conta de quantas vezes até, acompanhado do Dr. Pedro Camargo, visitas ao Ministro Reinhold, e nós temos visto boa vontade do Ministro, aliás, é um catarinense também, temos visto boa vontade dos técnicos do Ministério em busca de soluções, mas, infelizmente, os problemas não estão só lá no Ministério da Agricultura. Existem problemas no Ministério da Agricultura, sim, como cobrei aqui de questões financeiras para a defesa sanitária animal do Brasil, nós poderíamos crescer muito nas exportações de suinocultura desde que o Brasil tivesse as características e as condições sanitárias que tem no nosso Estado hoje, felizmente. Mas dizer que o Ministro Reinhold, já estivemos várias vezes lá, e o grande problema, Senadora, está na Fazenda. Eu acho que aí é o nosso maior problema que nos angustia nesse momento, a falta de crédito, de liberação de contratação está na Fazenda.

Então, eu quero agradecer a sua presença, já que a senhora tem que sair.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Enori, vamos focar então nessa questão, que a proposta de poder ter a presença do Banco do Brasil, do BNDS aqui para gente tratar dos financiamentos do Ministério da Fazenda, eu acho que é extremamente importante.

SR. ENORI BARBIERI: Eu diria à senhora que esta semana, no interior de Santa Catarina, eu vi o Banco do Brasil visitando os agricultores para ofertar dinheiro e a hora de colocar a máquina, a máquina não operacionalizava por o limite de crédito ser antigo, porque o programa, o sistema; então dinheiro há. O problema é operacionalização.

Então, eu fico feliz do Senado contar com os nossos três Senadores, e isso terá transmitido à Santa Catarina inteira da presença, porque viemos a esta Casa numa solicitação da Federação através do Senador Colombo que se colocou à disposição, poderia ser qualquer um, porque entendemos que aqui existe poder de poder nos ajudar, as tentativas são inúmeras, e estamos fazendo peregrinação no Brasil inteiro e, infelizmente, as coisas não acontecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Ideli, V. Exa. tem informação da data que o Presidente vai à China?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tenho, inclusive, eu estou reivindicando a inclusão na comitiva, por conta de que na China duas questões fundamentais para Santa Catarina deverão ter encaminhamento. Esta questão da exportação da carne suína e de outros produtos, e a China será um poderoso parceiro na questão de infraestrutura portuária, inclusive, a dragagem ou programa nacional de dragagem que está sendo desencadeado agora pela Secretaria Especial de Portos, um bom número de portos a dragagem será executada por empresas chinesas, inclusive, em Santa Catarina serão empresas chinesas que farão a dragagem que ganharam o processo licitatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós tínhamos que ter um contato com o Presidente da República antes de sua viagem para tratar dessa questão específica, principalmente, por envolver--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas aí talvez não seja necessário fazer a conversa diretamente com o Presidente, porque a pauta e todo o processo negocial quem coordena é o Ministro Celso Amorim. Então, quando eu já me interessei, já fiz lá as conversas, inclusive, estou aguardando um posicionamento, se vai ser possível, até porque a viagem do Presidente é mais ampla, ele vai primeiro à Arábia Saudita, China e depois Turquia, e é claro que na Arábia Saudita e na Turquia a carne de porco é chance zero, mas na China é um grande potencial. E, então, inclusive, o meu pedido foi de que eu pudesse integrar à comitiva apenas da China. E o pessoal da assessoria do Ministro Celso Amorim que está organizando se colocou à disposição, inclusive, para dar as informações, talvez a gente pudesse ter esse detalhamento, se fosse o caso, da necessidade de conversar com o Presidente. Tudo bem, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu acho que, pelo menos, a nossa audiência com o Banco Mundial, BNDS--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deveria acontecer antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Deveria acontecer antes da ida do Presidente da República, porque--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Na pauta de negociações lá, é claro que essa questão do crédito é fundamental. Porque se negocia lá e não se resolve o problema interno cá, cria alguma dificuldade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E as datas são dia 18 e 19 de maio.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: 19, chega 18 e volta 19 que é o dia.

Eu estive na China há 15 dias, houve uma comissão precursora do governo, na China, para tratar da visita presidencial, e eu fiz questão de estar presente até para lembrar que a suinocultura existe, porque tinha um setor pequeno que, muitas vezes, fica esquecido. Então, não só perante todo o setor público que viajou à China, perante o Embaixador Clodoaldo que é o Embaixador residente em Pequim falou: "Olha, por favor, a suinocultura existe. A China está muito bem encaminhada, porque a China enviou uma missão em novembro ao Brasil, olhou. A documentação toda que a China pediu foi enviada, só que a China é um país enorme e tem uma burocracia maior do que a nossa". Então, o que a gente enxerga--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): E o jeito dos chineses também é lento nas negociações.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: --Também, ele é muito negociador, tem cinco mil anos de experiência no comércio--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os olhos são fechadinhos.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: --Agora uma viagem presidencial não é um evento simples, é algo forte, politicamente forte. Então, a gente precisa conseguir que o evento da presença destrave, que mude a prioridade, porque a China pode representar a salvação de 2009, vamos ser sinceros, é o que pode dar uma mudança no setor de suíno, é de repente, a China ser destravada e começar comprando, e eles, o ano passado, importaram bastante dos Estados Unidos e da União Européia. Eles agora já não estão importando dos Estados Unidos por conta da gripe. Então, eles, teoricamente, precisam de fornecedores. Então, era o momento de conseguir. Mas o senhor colocou bem, eu acho que precisava rapidamente o Presidente Lula--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tomar conhecimento.

SR. PEDRO CAMARGO NETO: --Tomar conhecimento e saber, porque, eu tenho certeza, que ele vai desejar, vai se interessar em nos ajudar, mas dentro do todo, porque senão a gente fica esquecido também, e uma série de outras agendas se sobrepõem. Eu senti isso na pele, há 15 dias, em Beijing. Se a gente não conseguir uma atenção, uma prioridade o nosso caso enfrenta essas burocracias veterinárias que não são fáceis, mas a gente entende que tecnicamente está bem encaminhado, é possível, precisa é de prioridade e atenção, e tudo que o senhor puder nos ajudar nós agradeceríamos muitíssimo, porque é o momento, é o momento de conseguirmos a China.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o relator do Requerimento, Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente Valter Pereira, Sr. Enori Barbieri, meu conterrâneo, nosso conterrâneo catarinense e Vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado, e também da Confederação Nacional do Setor Suíno, Dr. Pedro Camargo Neto que é o Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína. A verdade é que a gente está preocupado com essa questão já há algum tempo, porque você consegue produzir com prejuízo por um tempo, depois isso se torna uma atividade impossível, ninguém vai ficar perdendo por muito tempo, por mais amor que tenha à atividade tudo tem limite, e esta é a realidade. O setor se descapitalizou, as grandes empresas que dão o suporte importante também estão em crise pelas circunstâncias da economia internacional, e esse elo sustenta, às vezes, ocupa até o espaço que deveria ser do governo, porque ele dá o aporte técnico financeiro, ele segura a atividade, mas as empresas também estão com dificuldade, e aí vem a questão do crédito, porque como o senhor colocou e colocou bem, o crédito está disponível no momento que você precisa, quando a atividade está ampla, você pode buscar o dinheiro para investimento. Mas não é essa a questão, é para você continuar na atividade e passar essa fase difícil. O senhor usou a figura da ponte, me parece bastante adequada.

Mas o que acontece é que, além, do agricultor, Barbieri, também as empresas estão começando a ter problema de crédito. Eu tenho ajudado, o Senador Neuto De Conto também ajudou, a Senadora Ideli, uma das empresas catarinense o Banco do Brasil, por exemplo, não está renovando os empréstimos que tinham, e nem, se sequer, permite que a empresa se utilize de dinheiro que está aplicado, porque no passado ela fez um empréstimo, é uma operação, uma parte desse empréstimo você aplica no mercado, e a

empresa pediu que liberasse esse dinheiro para que ela pudesse honrar seus compromissos, e nem isso, sequer, foi feito, e a tentativa foi exercida, e o resultado foi negativo, e essa empresa, por exemplo, que é uma grande empresa está atrasando os fornecedores. Por um tempo essa operação fica na credibilidade, é uma empresa sólida com patrimônio, mas as coisas começam a se complicar.

Então, quando foi anunciado a disponibilidade dos dez bilhões para o setor, a gente ficou aliviado, “bom, encontramos a solução”. Mas se esses recursos não estão disponibilizados e não foram acessados a crise continua, e pior, acobertada como se ela tivesse sido administrada e ela não foi. Aí nós temos o grande problema. E isso nós temos que enfrentar.

Então, eu queria propor ao Senador Valter Pereira o requerimento hoje aqui de convocação dos órgãos envolvidos na disponibilização desses dez bilhões de reais para o setor, porque as empresas não tiveram acesso a esse recurso, a imprensa divulgou, o governo praticou o gesto, mas a operacionalização não se deu. Então, se nós pudéssemos fazer, a curtíssimo prazo, a convocação, o que é que ocorreu, por que é que os recursos não chegaram ao setor, me parece uma coisa absolutamente fundamental, senão nós vamos ficar falando do problema, e não da solução, e a solução, a decisão foi tomada, o governo, de fato, anunciou e disponibilizou os recursos. Mas a gente conhece a burocracia, conhece, e aqui foi falado, nesse momento tem que flexibilizar a operação, senão aí nós não vamos vencer a crise. Veja bem que outros setores tiveram essa boa vontade. O setor de automóveis, as próprias revendedoras de automóveis, isso para não falar no setor de eletrodoméstico, o que é bom, eu acho que foi esse o caminho, eu concordo plenamente, mas me parece que isso tem que ser tratado. O segundo aspecto é a questão do preço mínimo, porque o governo existe para isso. Quando você tem um setor estratégico da economia e ele enfrenta dificuldades, quem é que pode socorrer? É o Estado, essa é a função do Estado, essencialmente, é essa. Então, a política de preço mínimo que existe para outros setores precisa ser estabelecida. Eu sou relator de um projeto do Senador Valdir Raupp que propõe isso, ele foi aprovado na Comissão de Agricultura, está na Comissão de Assuntos Econômicos com parecer favorável do relator que é o Senador Flávio Arns, mas ele tem um problema, ele é só autorizativo, ele não pode impor porque não é uma prerrogativa do parlamento.

Então, a política de preço mínimo, me parece que é um segundo aspecto fundamental nessa conquista.

E a terceira, daí já é um fato novo em relação à convocação, é a questão da gripe suína. Eu acho que o governo tem que informar, adequadamente, porque o apelido pegou, as pessoas estão se referenciando como a gripe suína, e qualquer cidadão relaciona ao consumo da carne. Então, a tendência, espero que não ocorra, é diminuir o consumo. Essa conquista que se teve no mercado interno de passar de 12 para 14 quilos per capita, com a gripe suína e se não houver um esclarecimento a tendência é perder essa conquista, porque a realidade é essa, as pessoas estão assustadas, a informação toda, a televisão, o rádio que você ouve, a informação que você recebe é desse risco de pandemia que, de fato, existe, e ninguém sabe direito. Então, há uma necessidade de esclarecer a todos, inclusive, a nós que não há esse risco, que não tem essa relação, que o nome está errado, para que não prejudique ainda mais o setor. Esse esclarecimento me parece fundamental, e eu acho que nós deveríamos, da Comissão, pedir essa providência ao Ministério da Saúde, e é o Ministério da Saúde quem deve fazer, porque se for o Ministério da Agricultura parece que está defendendo um interesse de produção, e isso é um problema de saúde pública, e o Ministério da Saúde tem que informar à população de forma clara e evidente de como deve ser feito isso.

Então, eu queria cumprimentar os dois expositores. A pergunta que eu queria fazer, ela exatamente está esclarecida, se os recursos estão disponibilizados, o setor está em crise, isso não ocorreu, não está, isso é uma coisa grave. Eu vou fazer um requerimento também no plenário, hoje, pedindo que os órgãos esclareçam o que está ocorrendo. Mas acho que uma audiência pública teria uma consequência que seria o desafio para que eles encontrem a fórmula de chegar às empresas e ao produtor, e nós devemos dar atenção, até porque no Brasil todo, mas no nosso Estado, no meu, no da Senadora Ideli, do Deputado Valdir Colatto a situação é mais grave, porque nós temos milhares de produtores, a situação está se agravando, as empresas, por outras razões, e também por esta, estão com dificuldade de caixa, estão com prejuízo operacional, e a verdade é que outros setores tiveram a atenção do governo, como eu aqui coloquei e foi positiva a atuação. Eu acho que isso compensou e nós precisamos conquistar para esse setor, que é um setor que não é multinacional, ela é um produto nosso, brasileiro, é a nossa economia, é o nosso emprego, são as nossas famílias que vão ser beneficiadas; já o setor de automóveis, eu acho que se você não puder comprar agora, compra o ano que vem, não há problema. As montadoras, a grande maioria delas é multinacional, quer dizer, nós estamos protegendo com prioridade um

setor que não é tão prioritário quanto é o do agronegócio, especialmente, no caso da suinocultura.

Por isso que eu queria cumprimentar muito a essa exposição, a esses esclarecimentos, e ver agora que tipo de providências nós podemos tomar, individualmente, através de requerimento, pedir informações e explicações o porquê do dinheiro não estar disponibilizado, pressionar o governo para estabelecer a política de preço mínimo. Mas acho que se feito pela Comissão, através de uma audiência pública aonde os órgãos do governo poderão explicar o porquê desse dinheiro, que autorizado, não está sendo liberado, eu acho que me parece uma providência fundamental para que a gente possa superar essa dificuldade. Outros momentos vamos ter, mas no nosso caso agora se soma esse outro do consumo interno que é o que estava segurando a atividade, mesmo com prejuízo havia o consumo, e com essas informações todas da gripe suína a tendência disso é cair. E como o senhor colocou, a questão do boi ao pasto, se no der para abater esse ano, faz o ano que vem, quer dizer, tem um prejuízo, mas isso se releva. Agora o porco é criado dentro de um sistema de autoconsumo, e quando chegar ao momento do abate ou você abate ou o prejuízo, cada vez, fica maior, porque o animal maior consome mais, não agrega o valor, não dá resposta, você tem que abatê-lo e colocar onde?

E nós, de Santa Catarina, tivemos um prejuízo maior, porque com aquelas enchentes nós tivemos problemas rodoviários de transportar o produto, depois de porto, porque não tinha como carregar, então aumentou o prejuízo, porque você teve que levar para outro porto, para outro sistema, e tudo isso encareceu. E também, eu sei que não pode ser falado aqui, mas há também o problema de inadimplência externa, o pessoal lá fora também está com problema e não está pagando. E aí veja, realmente, é um cenário muito complicado, muito difícil e que o governo tem que atuar de forma mais decisiva. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente, Valter Pereira, nossos convidados, Sr. Enori Barbieri, Sr. Pedro Camargo Neto, Senador Raimundo Colombo. Acho que ouvimos, e vou só partir para uma contribuição e até para que a própria sociedade que não está ouvindo nesse momento, e vai ser reprisado num dia dessa noite, esse trabalho para que o Brasil tome conhecimento da preocupação em que nós temos, com esse importante segmento da economia do País. E eu queria falar um pouquinho das nossas potencialidades. O setor primário representa hoje 34% das exportações brasileiras, 1/3 do PIB nacional, 37%

do emprego e o total do superávit da balança comercial nos últimos cinco anos nasceu do agronegócio, da agroindústria, da agricultura e do setor produtivo primário. E essa potencialidade conseguiu chegar, Sr. Presidente, a isso, principalmente, lá no meu Estado pela ação de governo ao longo dos anos, quando nós vacinávamos o rebanho, Dr. Pedro, nós íamos com a polícia, porque a agricultura não aceitava vacinar o rebanho. Eu era Secretário da Agricultura. E esse trabalho está dando resultados hoje. Somou-se à certificação, o único Estado da América Latina em que tem uma certificação livre de febre aftosa sem vacinação. Nós podemos avançar através de uma alta tecnologia e o nosso rebanho bovino 100% está brincado hoje, rastreado desde o dia que nasce até o abate, 100% do rebanho. É pequeno? É. Mas é uma demonstração da qualidade do nosso produto. Esse é o primeiro grande passo.

A crise, se nós olhamos para trás um pouco, eu fui relator do Plano da Estabilização da Economia do País, do real, no Congresso Nacional, e lá se sentia que a sociedade vendia o que tinha para ganhar na ociosidade e na poupança, e que não era ganho porque a inflação chegou a mais de 60% ao mês, mais de 2% ao dia. E esse ciclo passou e vencemos, só que aí entrou o mercado de ações. Qualquer menino em todos os lares dos Brasil, com computador na frente fazia aplicação da economia da casa, da sua economia, passou a aprender fazer economia ganhando na ociosidade e não mais no trabalho, e nos levou a uma perda de alguns trilhões de dólares no mundo, e no Brasil nós não temos o levantamento, mas, tenho certeza, que é um levantamento incalculável do empobrecimento para a busca da receita através da ociosidade e não através do trabalho e através de ações e de multiplicações dos recursos através das ações econômicas.

Dito isso, chegamos ao vilão, o grande vilão neste momento é o crédito. E ele tornou-se o vilão por uma causa muito clara. Quem é que financiava grande parte das nossas produções? As commodities. Financiava para plantar, financiava na produção, financiava o estoque. Elas saíram do mercado.

As nossas grandes empresas e as nossas exportadoras buscavam, além, de vender, antecipadamente, a sua produção, passaram também a negociar todos os seus créditos internacionais, e não com negociações internas. As nossas grandes empresas faziam toda a sua captação internacional e não internamente. E o que é aconteceu com o fechamento? Todos passaram a disputar o crédito interno. E na disputa do crédito interno, estão aí as montadoras, a indústria dos eletrodomésticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. você está se referindo--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ao geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aos recursos das traders?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): As nossas exportadoras passaram a buscar o mercado interno, porque não tem mais o mercado externo. A venda de ações internacionais fechou, elas caíram, de tal maneira, que não tem mais captação internacional, e passamos a disputar o único mercado, o crédito interno para tudo. E aí vemos então nessa proposição e nesse quadro as dificuldades. Agora vou colocar as coisas boas. As causas nós sabemos, o caminho nós sabemos, mas sabemos, também, de que os estoques estão baixíssimos no mundo, estão liquidados, nós sabemos, com muita clareza, o autoconsumo e o aumento de consumo, principalmente, da Índia e da China, nós sabemos com muita profundidade que a classe média está crescendo no País e no exterior. Nós sabemos que o urbanismo é crescente e esses deixam de produzir e só consomem. Consequentemente, disso tudo e sabemos que o ciclo da produção, e agora, especialmente, na carne suína é curto, são quatro, cinco, seis meses, o ciclo da produção. É lógico que o ciclo inicial desde a atividade, como um todo, ele se alarga. E temos capacidade de produção, temos terras abundantes e mais de 100 milhões de hectares ainda para internar no sistema produtivo, sem entrar no desmatamento e nem no meio ambiente. Nós temos uma sociedade e uma tecnologia competentiíssima e temos também este mercado fantástico internacional. E alcançamos essas expectativas todas numa parte de encerramento, com uma coisa muito sólida, Barbieri. Eu vi um estudo, há poucos dias, que nós, nos próximos dez anos, vamos abastecer 61% da carne bovina no mundo, nós vamos abastecer 90% da carne de aves e 21% da carne suína no mundo. Ora, se hoje são 100 milhões de toneladas, cabe ao Brasil 21 milhões para este mercado que são análises, analistas junto a FAU, análises que estão sendo produzidas por pessoas que conhecem esse mercado do mundo.

E, sem dúvida nenhuma, nós esbarramos só num lugar, nós vamos esbarrar só no crédito. E aqui eu faço, como já fizeram os demais, uma reflexão mais profunda. No mês de janeiro o governo liberou 160 bilhões de reais dos compulsórios dos bancos, dinheiro que estava a custo zero, liberou para que os bancos operassem. E para onde foi o dinheiro? Para a compra de papéis do Tesouro. Então, existe o recurso, e mais, é mais profundo ainda o processo, porque além de ir para compras de papéis do Tesouro, ele ficou no pró-

prio governo, ele não foi atender o desenvolvimento da economia.

E nós estamos aqui, o meu Presidente e os nossos debatedores atentos para que se possa encontrar junto ao governo a força política, a força empresarial porque nós vamos ser, tenho certeza disso, nos próximos dez anos, 50% do Produto Interno Bruto da nação, é no segmento da agroindústria, do agronegócio, da agricultura, da agropecuária, está por aí o grande desenvolvimento.

Eu estou à disposição para irmos ao setor, ao governo, já estivemos várias vezes. O Ministro da Agricultura é nosso parceiro, sabe dos problemas, o problema está travado no setor econômico e a esse é que nós temos que lutar e trabalhar.

Eu quero aqui sem fazer muitas perguntas, porque captamos com muita precisão os debates aqui trazidos, mas de cumprimentá-lo e aplaudi-los por estarem aqui e participarem nesse grande e importante, nesta grande e importante reunião e pela grandeza que ela nos faz perante a sociedade brasileira e perante todo o segmento. Temos, sim, que continuar a lutar e trabalhar para encontrarmos esta solução. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do Senador Neuto.

E queremos registrar aqui a presença do Deputado Valdir Colatto, que é Presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio e que está prestigiando o nosso evento. Eu consulto o Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma intervenção?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Srs. representantes dos produtores. Só para reafirmar a minha confiança nos produtores rurais brasileiros, tanto nos grandes como os pequenos. Santa Catarina é o exemplo de pequenos produtores que eu espero que se multiplique no País, ainda mais com o nível de sanidade animal que eles chegaram lá. Qual seria o valor da nossa produção agropecuária? Seria muito melhor se nós tivéssemos feito o dever de casa, como Santa Catarina fez, como todos os produtores participaram, todo mundo participou. Só o governo, o Estado decidindo fazer um programa de saúde animal, não resolve, tem que haver uma conscientização, e eles que comandaram lá fizeram um trabalho bem feito, tanto é que estão colhendo os frutos hoje.

Espero que seu Mato Grosso, minha Roraima--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O meu Mato Grosso do Sul.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --O Mato Grosso do Sul. O Colatto não sei de que Estado ele é.

DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC):

Santa Catarina.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele é catarinense. A gente consiga também. Então é importante a conscientização do produtor, que ele tem que participar do processo. Santa Catarina é o exemplo para o Brasil de política de saúde animal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Deputado Valdir Colatto, embora o nosso regimento aqui tenha restrição à participação dos colegas da Câmara dos Deputados, de nosso arbítrio temos a convicção de que uma vez não havendo mais Senadores inscritos para falar, nada pode nos impedir de ouvir a palavra do colega da Câmara dos Deputados, especialmente, pelo extraordinário trabalho que V. Exa. realiza na Câmara dos Deputados em defesa do agronegócio, em defesa da agricultura do nosso País. Então, se V. Exa. desejar fazer alguma intervenção está franqueada a palavra a V. Exa..

DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC):

Muito obrigado, Presidente Valter Pereira que honra esta Casa, o qual eu tive privilégio de ser colega lá na Câmara dos Deputados, e agora aqui como Senador, agradeço o espaço que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado nos dá num tema tão importante como esse. Cumprimento o Dr. Pedro Camargo, Presidente da Abipecs que faz um belo trabalho, e é um guerreiro nessa área em busca fazendo com que o reconhecimento da carne suína e do suíno seja colocado no lugar exato. E eu falava, Pedro, só em Santa Catarina nós temos lá em torno de 12 mil produtores de suínos, e nós temos em torno de 100 mil empregos, eu acho que o Barbieri já falou aqui, o nosso Vice-Presidente da Faesc, líder incontestável da nossa agropecuária de Santa Catarina, emprega mais só Santa Catarina suinocultura, Presidente, do que a indústria automobilística brasileira. Então, veja a importância disso em termos de Brasil. O Dr. Pedro deve ter colocado aqui os dados da suinocultura, exportação, e também aqui o Barbieri que é veterinário e está trabalhando. Cumprimentar aqui o Senador Botelho que coloca aqui, mas, principalmente, destacar que o Senador Colombo, Raimundo Colombo de Santa Catarina e Neuto De Conto.

Então, aqui nesta Comissão, parece que nós somos em maioria de Santa Catarina. E, com certeza, também na suinocultura que é um destaque de qualidade, de produção, de sanidade, Senador, com certeza, nós estamos hoje há mais de 15 anos sem vacinação em Santa Catarina de aftosa, é o único Estado do Brasil, e talvez poucos aí na América Latina têm esse feito, e há toda uma parceria entre a indústria, o governo, produtores, principalmente, de alta qualidade

e excelência em face do que nós tenhamos um produto realmente muito bom.

E a suinocultura, quando bate a crise da suinocultura, bate a crise em Santa Catarina que é um Estado do agronegócio, principalmente, na nossa região do oeste do Estado que é grande produtora de suínos e que tem um peso muito forte na economia. E nós vimos aí de um problema de mercado, de crise econômica, que o Pedro da Abipecs sabe muito bem e trabalha isso, e quantas vezes com o Ministro da Agricultura trabalhando para ver se nós saímos da crise, e agora chega aí essa tal de gripe, e que eu gostaria, Presidente, de trazer aqui, registrar nesta Comissão, porque é importante, a Organização Mundial da Saúde já batizou, como disse o nosso lá de Santa Catarina, Senador Colombo, Senador Neuto, nas manchetes: ex-gripe suína, é Influência A, batizada, oficialmente, pela Organização Mundial da Saúde que também é homologada pela OIE e pela Embrapa de Santa Catarina, Concórdia que é especializada na pesquisa dessa área.

Então, associados essas duas questões à crise, e agora a gripe, e que ficasse aqui registrado, Sr. Presidente, que realmente a suinocultura não tem nada a ver com isso. Eu sou agrônomo, não sou veterinário, mas tenho lido. E, inclusive, hoje quando vinha pelo voo no avião da TAM, o piloto dizendo que tivesse cuidado e tal por causa da gripe suína que estava aí, tivesse os cuidados. O Barbieri estava junto, o Senador Neuto também, e por acaso eu estava com a Declaração da OIE no bolso, eu não tive dúvida nenhuma, tirei a declaração entreguei para a aeromoça e falei: "Leva lá para o piloto porque ele está cometendo uma gafe, está fazendo uma coisa errada, está dizendo uma inverdade e está trazendo prejuízo para o setor", talvez inocentemente, claro, sem saber, sem ter cuidado disso, mas ele está prejudicando a suinocultura, porque as pessoas ficam com aquele negócio na cabeça toda hora: e carne suína traz problemas e traz problemas, e quando se repete isso acaba batendo no consumidor.

Então, eu queria deixar registrado e, com certeza, através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado nós temos essa identificação que é muito importante. Eu acho que nessa altura do campeonato é mais importante nós desmistificarmos essa questão da tal de gripe que é Influência A, e batizada, tirada, porque os coitados dos porquinhos, o suíno tenha culpa nisso, que alguém o carimbou, para que a gente possa voltar a consumir. Pelo menos, a informação que nós temos, o Pedro Camargo fala que 80% do consumo da carne suína no Brasil é interna, se exporta então 18 a 20%. Então, na verdade, até no Brasil nós temos que trabalhar isso. E a imprensa acaba levando essa

informação errada. E que faria uma sugestão aqui ao nosso Presidente da Comissão da Agricultura, Valter Pereira, o Senador e os Senadores que tirassem uma nota ou enviasse para a imprensa, para os órgãos de imprensa, inclusive, na Casa. Se você pegar aqui o jornal do Senado, hoje, parece que está tendo esse cuidado de não falar em gripe suína, mas o jornal da Câmara, hoje, está falando abertamente em gripe suína, quer dizer, a Casa que tem que defender a produção está trabalhando isso, sem informações, talvez, precisas, para nós podermos mudar o sentido disso.

E dizer que, também, a Frente Parlamentar da Agropecuária, Presidente, está com 207 deputados, 35 senadores, que V. Exa. nos honra com a participação, o Senador Neuto, o Senador Colombo. Nós estamos fazendo um trabalho forte de conscientização, Pedro Camargo, em cima dessa questão, imprensa, os órgãos públicos, Ministério da Saúde e acho que também o Ministério da Saúde tinha que entrar nesse processo, e a gente viu as notas, inclusive, na imprensa, o Ministério da Saúde dizendo que a carne suína não faz mal, pode consumir que não tem contaminação, não tem qualquer registro de contaminação animal para homem, e de alimentos também. Então, eu acho que é importante uma audiência pública dessa para nós registrarmos esse fato, além, de que na questão do crédito eu acabei de receber, agora pela manhã, uma portaria aqui do Ministro Stefanos, do Ministro Interino, Nelson Machado, da Fazenda, Portaria Interministerial 279 de 27 de abril que foi publicada hoje no Diário Oficial dizendo, Senador Colombo, Senador Neuto, Senador Botelho, que está--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] 279?

DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC): 279. Definindo as condições para linha de crédito especial que trata da questão de beneficiários de produtores rurais, cooperativas, agroindústrias que beneficiam a indústria da carne suína, então na base de cálculo 1,80 por quilo, direito de financiamento para o produtor, enfim, em torno de 20 milhões que fica limitado o seu recurso para a agroindústria. Prazo de contratação: até setembro de 2009, reembolso: até 180 dias, podendo ser estabelecida a amortização intermediária a critério do agente financeiro. Está a portaria determinando isso, tenho certeza, que já o trâmite do Conselho Monetário ocorreu, basta agora ter a boa vontade dos bancos para que esse dinheiro chegue à ponta, chegue à agroindústria, chegue ao produtor para que a gente possa fazer com que aconteça essa irrigação do crédito que é o problema hoje que nós temos se não puder vender o financiamento da exportação, mas o estoque, enfim, todo

esse processo que nós precisamos ter. Espero que essa portaria chegue a tempo de nós podermos ainda resolver ou buscar uma solução para a questão do crédito que é, realmente, complicado.

Nós tivemos uma audiência, semana passada, na Comissão de Agricultura, onde estava lá a FEBRABAN, o Banco do Brasil e todos os bancos e foi o mote disso. O que é que aconteceu, Presidente? Os bancos colocaram o setor agropecuário, a atividade agropecuária como de alto risco e com isso exigindo mais garantias e limitando, cada vez mais, o crédito, então aqueles recursos que são de responsabilidade do risco do Tesouro eles estão emprestando, aquilo que é de risco dos bancos não estão emprestando, então esses recursos não saem. Nós precisamos buscar, talvez, aí um fundo de aval do governo, alguma situação para que haja uma segurança de aplicar esses recursos, já que os bancos são autorizados a fazer, mas não são obrigados a fazer. Esse é o problema. Então, nós batemos sempre na questão do sistema financeiro que nós fizemos uma lei das dívidas aí, só que os bancos estão resistindo e não querem fazer a renegociação, e está vencendo o prazo agora dia 15 de maio e nós ainda não temos 10% da renegociação da dívida, e mais do novo crédito que nós precisamos, realmente, e que então, talvez, uma ação desta Comissão para os Ministérios, ou para os bancos para que agilize esse processo de liberar os recursos para que venham esses recursos tanto agilmente como foi para a indústria automobilística, para as montadoras e para os bancos, e que hoje o setor agrícola ainda está pensando, e não está conseguindo chegar lá nesse processo.

Mas queria agradecer a oportunidade. E parabenizar pelo tema que é tão importante que esta Casa levanta aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deputado Valdir Colatto, antes de V. Exa. chegar aqui, nós tínhamos discutido aqui até a ida do Presidente Lula à China nos próximos dias, quando definimos a importância que tem de montar uma estratégia para convencê-lo a levar para a China uma preocupação especial com relação aos protocolos que estão já em andamento lá com vistas à exportação da carne suína para aquele país. Um grande mercado, indiscutivelmente. E hoje nós temos que levar em conta que os grandes exportadores: Estados Unidos e Canadá que são responsáveis aí por cerca de 40% do comércio da carne suína no mercado internacional, estão enfrentando com mais proeminência os riscos de serem afetados pelas repercussões que tiveram desse mercado, es-

sas notícias sobre a gripe que foi apelidada de “gripe mexicana” pelo Pedro.

Mas a verdade é que a China que consome uma média de 50 quilos per capita de carne, no caso da carne suína 70%, não é isso? 70% da preferência dos consumidores de carne é pela carne suína, daquele país, portanto, existe uma possibilidade, inclusive, de incrementar o comércio nosso, até porque este momento nós estamos conseguindo atravessar essa crise da gripe mexicana sem qualquer tipo de confirmação.

Então, eu acho que se nós fizermos uma articulação e levarmos ao Presidente da República essa nossa preocupação e instigá-lo a comprar essa briga, e isso tem que ser com bastante agilidade, com bastante rapidez, eu acho que nós teremos uma sinalização muito boa. É claro que essa questão do crédito é fundamental, porque não adianta ter um grande mercado e não ter o crédito para financiar as exportações. Isso aí é essencial.

Senador Augusto Botelho, quer fazer uma intervenção?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Presidente, é que na minha fala eu omiti uma coisa que eu deveria ter falado. O senhor sabe que eu sou médico. Já que todas as pessoas que estão ouvindo essa audiência aqui, para deixar bem claro que a carne suína não transmite essa gripe, a carne suína cozida não transmite essa gripe, como, bem cozida, não transmite nenhuma doença. Então, é para deixar claro para as pessoas que consumir a carne do porco não dá a gripe. Então, é só isso, Senador Valter, que eu esqueci de falar na minha fala, que eu pensei isso antes e omiti: a carne suína cozida não transmite gripe.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A propósito eu, ontem, ainda me alimentei e degustei a carne suína. Então, realmente, sem nenhum tipo de receio, porque houve um enfoque muito equivocado na divulgação dessas notícias. Veiculou-se a carne suína como fosse nela o vetor da gripe, coisa que não tem nada a ver. E V. Exa. como médico, mais do que todos nós, sabe muito bem e pode atestar, realmente, a ausência desse risco.

Eu acho que nós cumprimos a nossa finalidade. Ficou alguma pendência ainda? Alguém gostaria de fazer algum comentário que ficou faltando nessa audiência?

SR. ENORI BARBIERI: Rapidamente, Presidente. Primeiro, eu não quero acrescentar o Dr. Botelho, como veterinário, dizer que o nosso consumo interno no Brasil 80% é in natura na forma de embutidos, e essa também não contém a gripe, não é só a cozida, a carne suína não transmite,

porque senão aqueles que consomem os embutidos vão dizer: “Não, tem que cozinhar. Então, não vou comprar salame, não vou comprar não sei o que.” Então, acrescentando com a garantia que a carne suína não tem essa capacidade da transmitir esse vírus.

Só queria agradecer ao Presidente pela oportunidade, agradecer o Senador Colombo pelo requerimento. Acredito que foi um momento muito importante, é mais uma etapa nessa luta de resolver o problema. Dizer ao Senador Neuto, eu acredito nesse futuro que o senhor nos deu, mas precisamos passar dessa crise, não há futuro sem passar esse problema presente. Eu acho que o Brasil tem todo esse potencial, a suinocultura passar de 3 para 20 milhões de toneladas é um desafio, mas precisam ter os produtores, porque nós não vamos fazer nenhum ser humano produtor de suíno, se nós terminarmos com o produtor de suínos, o homem rural que tem essa cultura da criação de suínos não sairá ninguém da cidade para criar suínos. Então, eu acho que é importante manter aqueles que estão lá. Agradecer o Deputado Colatto, o Presidente da Frente Catarinense que tem nos ajudado muito, a todos e ao Senado Federal. Esta Casa que tem esse poder da convocação, do poder de cobrança. Eu saio do Senado satisfeito pela oportunidade, e acredito que as coisas podem começar a se resolver. Muito obrigado, em nome da nossa federação, dos nossos produtores e da própria Confederação Nacional da Agricultura, porque suinocultores hoje estão nesse país inteiro. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom. Então ao encerrar aqui a nossa reunião, eu gostaria de lembrar, especialmente, aqueles que nos acompanham pela TV Senado que acabou de falar o Enori Barbieri que é Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, e Vice-presidente do Setor de Suinocultura da CNA, da Confederação Nacional da Agricultura, e também, anteriormente, a ele falou o Sr. Pedro Camargo Neto que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, ele que é padrinho da “gripe mexicana”, porque foi ele que deu o nome de “gripe mexicana” ao nome que estava, equivocadamente, sendo dado de gripe suína.

Nós encerramos aqui com os agradecimentos, mais uma vez, dos Srs. Senadores que participaram, especialmente, a visita honrosa do Deputado Valdir Colatto à nossa reunião.

Muito obrigado e está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h52.

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA****ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁ-
RIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MAIO
DE 2009.**

Às dez horas e nove minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): César Borges, Gerson Camata, Kátia Abreu, Mário Couto e Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003. EMENTA:** Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma como foi deliberado pela Comissão de Educação, ou seja, parecer favorável com as Emendas nº 1,2,3 e 4 – CE. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Paulo Paim e Gilberto Goellner. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o Parecer, conforme o deliberado na Comissão de Educação, ou seja, pela aprovação com as Emendas nºs 1,2,3 e 4 – CE. A matéria será encaminhada à CCJ, CAS e à CAE, cabendo à última a decisão terminativa. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Acres-

centa § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse). **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO: Retirado de pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: Retirado de pauta. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de-açúcar. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Neuto de Conto. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Neuto de Conto, Gilberto Goellner e Paulo Paim. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º – RISF. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. **AUTOR:** Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Augusto Botelho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Augusto Botelho e Gilberto Goellner. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º – RISF. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. **AUTOR:** Senador

Casildo Maldaner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Raimundo Colombo, Paulo Paim e Gilberto Goellner. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. ITEM 7: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2004 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Gilberto Goellner e Augusto Botelho. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º – RISF. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo na liberação de recursos para o enfrentamento da crise internacional com foco no Agronegócio Brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas e o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/10, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Aldemir Bendine** – Presidente do Banco do Brasil e Sr. **Luciano Galvão Coutinho** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **AUTORIA:** Senador Valter Pereira e outros senhores senadores. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, o Senhor Senador Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA
PRESIDENTE DA CRA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada no Dia 12 de Maio de 2009, Às 10 Horas e 09 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das matérias que foram elencadas na pauta de hoje. O Projeto de Lei do Senado nº 274/2003 não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – Fundep e dá outras providências é o primeiro para ser discutido, no entanto, o ilustre relator Gerson Camata não está presente, e nós vamos sobrestá-la para o segundo item. Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria pedir a inversão da pauta para um projeto a qual eu sou relatora, tendo em vista, que eu tenho outra, que eu sou relatora da Comissão de Educação e eu teria que me ausentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o item do qual a Senadora Marisa Serrano é relatora é o nº 7. Se os colegas parlamentares estiverem de acordo, vamos fazer a inversão da pauta. Nesta condição, não havendo ninguém que contraria o desiderato da ilustre parlamentar nós vamos inverter a pauta assegurando primazia ao item nº 7 que autoriza nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins, exclusivamente, para fins de transporte fluvial e dá outras providências. Com a palavra a ilustre relatora Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Essa é uma proposta que foi aqui amplamente debatida pelo Senador que nos deixou, o Jonas Pinheiro. E eu lembro que ele falava muito sobre essa questão, e chegamos a debater em algum tempo esse assunto. E o Jonas sempre tinha a ideia, o Senador Jonas de que era necessário discutirmos, principalmente, no que tange ao conteúdo desta proposição, porque na Constituição Federal, §

3º no seu art. 231 estabelece “O aproveitamento dos recursos hídricos incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas que só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra na forma da lei”.

Essa é uma questão extremamente discutida. E eu queria aqui, Sr. Presidente, dizer que é uma questão que vai ser desdobrada porque é extremamente necessária que se discuta esse item.

Dias atrás numa cidade do nosso estado, do meu estado, do estado do presidente, Mato Grosso do Sul, em Miranda, o prefeito precisava fazer um cascalhamento de uma estrada que leva ao território indígena. O Ministério Público exigiu que o prefeito fizesse, o prefeito falou: “Não posso fazer, porque eu vou mexer com o cascalho, e aí é mina, é lavra, é mineral, e eu não tenho como fazê-lo, a não ser que o Senado me autorize”. Mandou para o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul mandou analisar e informou ao prefeito que, realmente, ele também não podia dar autorização, que só quem poderia dar autorização é o Congresso. O Ministério Público continua exigindo do prefeito de Miranda que faça aquilo que os índios estão pedindo que é a estrada que leva à aldeia indígena, e o prefeito não pode fazê-lo, porque não tem autorização do Congresso Nacional para isso.

Qualquer município o Governador de Tocantins, o Marcelo Miranda, me disse que para ir a uma reserva indígena de uma cidade para outra, passaria numa reserva indígena. E ele não pode arrumar estrada que tem, embora os índios tenham pedido, embora os dois municípios precisem, seja importante para o estado, porque o Congresso Nacional tem que autorizar ele a tirar o cascalho e arrumar a estrada. Questões como essa são questões que têm que ser discutidas. Se os índios acham que é importante, se eles estão pedindo, como é o caso de Miranda, se o Ministério Público exige que o prefeito faça, mas nós, o Congresso que tem que dar autorização para arrumar uma estrada, se for o caso.

E aqui no caso do Jonas Pinheiro, ele diz na sua justificativa que eu queria ler. É o uso da hidrovía, que também está nesse artigo e ele disse o seguinte: “Contudo, a implementação desse novo corredor de transporte vem sendo obstaculizada pela interposição de ações judiciais que têm impedido até mesmo uma prévia realização dos estudos e projetos indispensáveis à efetiva execução das obras de melhoramento que permitirão à utilização das vias navegáveis em terras em larga escala. Tais ações têm sido embasadas em

pressupostos da violação dos direitos constitucionais dos índios, visto que alguns trechos dos referidos rios cortam terras indígenas, no caso do rio das Mortes as comunidades de Índios Xavantes das reservas indígenas, areões e Perimetral Barbosa solicitaram a sustentação das obras de implementação da hidrovía com base na inexistência de ato do Congresso Nacional que autorize a utilização dos recursos hídricos correspondentes aos trechos daquele rio que confronta com suas terras”.

Então o significado: não se pode fazer nenhum transporte por esses trechos dos rios das Mortes, como o ex-Senador Jonas Pinheiro colocou, porque os índios, o Ministério Público diz que precisam de uma autorização do Congresso Nacional, sem autorização não pode passar. E só nós podemos dar autorização.

Então, eu li o projeto, discuti com o Jonas quando ele ainda era vivo, essa questão. E eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que é uma questão que nós temos que enfrentar. Não tem alternativa, passa o rio pela terra dos índios, mas desde que não se possa passar com transporte no rio a não ser que a gente autorize ou nós autorizamos, ou nós vamos continuar fazendo aquilo que o prefeito de Miranda, em Mato Grosso do Sul, tem pedido, nem encascalhar a terra dos índios que eles precisam para passar uma ambulância, para passar ônibus escolar, nem isso eles podem fazer. Eu acho que é algo que nós temos que enfrentar. Por isso eu sou favorável a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E peço aprovação dos meus pares.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o projeto que tem parecer pela aprovação do seu texto com a emenda que apresenta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, pela ordem, do Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria, Senadora Marisa, de pedir vistas ao projeto para que se analise melhor o art. 2º e o art. 3º.

Eu vejo que nós podemos melhorá-lo. E eu me colocaria então à disposição para que pudéssemos colocar um voto em separado, uma emenda para que então se coloque, principalmente, prazo na parte das autorizações. Então, seria isso aí, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Senador Valter Pereira, como representante de um estado que tem 57% de áreas indígenas, eu digo que os indígenas do meu estado, tenho certeza, que os outros também querem melhorar suas condições de vida. Tenho certeza, de que não vai haver oposição, a não ser que tenha uma ONG por trás querendo atrapalhar, a que se façam hidrovias passando por terras indígenas. O índio quer transporte. Quando ele quebra um braço ou ele sofre uma mordida de cobra, ele tem que ser removido do lugar dele. Se as estradas não estão em condições e se não tem condição só prejudica a vida dos índios.

Então, eu tenho certeza, que esse projeto deve ser aprovado aqui nesta Casa, pois as comunidades indígenas querem melhorar a qualidade de vida.

Os índios da Raposa Serra do Sol, meus irmãos da Raposa Serra do Sol dizem que querem ter luz elétrica, querem ter estrada asfaltada, querem ter até faculdade, eles já pedem é faculdade nas aldeias deles. Então, tem direito. Essa decisão do Supremo, por exemplo, eles não terem... Eu acho que eles teriam direito, por exemplo, se fosse fazer uma hidroelétrica na área indígena, no meu ponto de vista, teriam direito a ter uma participação, como na mineração também, alguma coisa, como qualquer cidadão. Mas o Supremo não entendeu assim, cortou todos os direitos dos indígenas. Nós temos que trabalhar no futuro para que eles tenham direitos também, não cobrar royalty sobre estrada, sobre hidrovias, não, mas se for fazer uma hidroelétrica, ele tem que ter uma participação daquilo, tem que ter uma compensação, se for explorar minério ele tem que ter uma participação, se achar petróleo, porque lá em Roraima tem petróleo, que eu sei, não é possível que tenha petróleo na Guiana, Roraima é uma cunha entre a Guiana e a Venezuela. E na Guiana tem petróleo, na Venezuela, todo mundo sabe, que tem muito petróleo, e lá em Roraima não tem? Então, nós temos que trabalhar para que os direitos dos índios sejam respeitados. E eles querem melhorar a qualidade de vida. Nenhum índio quer viver com dor de dente, morrendo de picada de cobra, e nem as mulheres e os índios vivendo com a idade média de 50 a 55 anos. Vamos fazer tudo para aprovar esse projeto, tem o pedido de vista do Senado Gilberto para melhor analisar, mas tem o nosso apoio o projeto do Senador Jonas Pinheiro e da Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a anuência do plenário e direito do Senador Goellner a vista está concedida para que

nós possamos deliberar sobre a matéria na próxima reunião desta Comissão.

Encontra-se presente o Senador Paulo Paim que é autor do Projeto de Lei do Senado nº 274 que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador FUNDEP e dá outras providências. Como se trata de matéria de educação e que não há controvérsia nítida sobre o assunto, eu designo a Senadora Marisa Serrano, emérita educadora de Mato Grosso do Sul, para proferir o relatório e o voto na condição de relatora *ad hoc*.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Vamos deixar de lado a história do emérito e emérita. Mas eu quero dizer que é uma luta que todos nós aqui nesta Casa temos que ter pela educação. Se todos nós lutarmos para que o povo brasileiro tenha mais conhecimento, eu acho que nós vamos fazer, acho não, tenho certeza, que vamos fazer um país melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas eu quero dizer que a proposta e o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim é extremamente interessante. O Governo Federal tem apostado muito nas escolas técnicas. Houve uma época, há anos, que a ideia era termos escolas agrícolas, porque pensávamos que no campo nós precisaríamos dar atenção àqueles que moravam no campo e que a escola agrícola era a salvação do interior do País. Com o tempo verificamos que não é só a escola agrícola, que a transformação dessas escolas em escolas técnicas, podem dar uma ampla gama de atividades que podem suprir as necessidades, não só de quem mora no campo, mas aqueles que têm interesse também em trabalhar na cidade. E com o advento e o "boom" do agronegócio, é impossível não se trabalhar em toda cadeia do agronegócio, e é por isso que as escolas técnicas são fundamentais hoje no País e as antigas escolas agrícolas tomaram outro rumo.

E nada mais importante que o no momento que o Governo Federal está lançando um programa enorme de atendimento às escolas técnicas, embora, eu faça as minhas críticas, dizendo que não é só construir a escola técnica, se não capacitarmos os profissionais da educação para que eles realmente possam transformar essas escolas técnicas em pólos de conhecimento, de desenvolvimento e de difusão das novas tecnologias, sem isso essas escolas técnicas não vão ter o sucesso que a gente espera. Mas a criação desse fundo sugerido pelo Senador Paulo Paim é extremamente importante para o ensino profissional e, principalmente, para a qualificação do trabalhador. Com recursos do FAT que é um recurso do trabalhador, portanto, nos dará a tranquilidade de podermos votar num Fundo que tem

condições de ser implementado e apoiar a instalação das escolas técnicas através do País.

Portanto, Sr. Presidente, o relatório é favorável e a gente espera a atenção de todos os pares e aprovação do todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parecer favorável da ilustre relatora Marisa Serrano.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita só duas, três palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão. Com a palavra o autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro agradecer pela confiança depositada nesse projeto que foi relatado, na forma original, pelo Senador Gerson Camata e a Senadora Marisa Serrano deu a síntese, porque ela acredita no ensino técnico, como todos nós acreditamos. Eu quero, além, de dizer que concordo com o relatório e com as emendas, que, com certeza, inclusive, no meu projeto original, quero dizer aqui de público que foi um erro, quando diz no projeto: "Três representantes da Central Única dos Trabalhadores". Isso seria um absurdo, foi um erro de quem o redigiu. E o Senador Gerson Camata, de forma correta, vota representante dos trabalhadores e não somente de uma central. Então todas as emendas que foram apresentadas foram para melhorar o projeto, e digo mais, esse projeto ainda vai para mais duas Comissões e para fortalecer o projeto, e eu apresentei uma PEC, inclusive, no mesmo sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não foi nenhum cacoete de V. Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não foi. Não foi. Eu só quero fazer um esclarecimento e cumprimentar a Senadora e o Senador Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o projeto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de receber um pouco mais de informações, Senador Paulo Paim, a respeito desse conselho que é composto por nove membros. E eu não estou encontrando aqui a emenda de sugestão da troca dos componentes deste Fundo. Então, gostaria de ter uma... Que foi feito pelo próprio relator, o Senador Gerson Camata, que o senhor fala, que coloca então três da CUT e três dos trabalhadores. Foi retirado esse dos trabalhadores, é isso?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foram retirados os três da CUT. Foi um erro de redação do projeto

original, que seria um absurdo eu botar só representante de uma única central.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então baixou para...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só central são 12 centrais hoje que existem no Brasil.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então são seis? O Conselho é formado por seis representantes?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Total.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Três dos usuários, três do sistema e três dos representantes do governo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É porque nas emendas que ele colocou, ele faz todo esse ajuste, porque a redação, inclusive, na minha avaliação, não estava adequada ali e as emendas do Senador que faz a adequação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu não estou vendo emenda aqui, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem uma pilha de emendas que ele colocou aí. Estão aqui as emendas. São...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Olha, o parecer favorável foi exarado sobre as emendas 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Educação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive, foi ajustado já lá na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi apalavrado lá na Comissão de Educação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O equívoco foi cometido no projeto original.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então já houve um saneamento, na verdade, lá na Comissão de Educação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E eu poderia também informar que, inclusive, havia um debate sobre o Sistema S. Eu mesmo sou contra mexer no Sistema S. Tanto no projeto como também na PEC a gente não mexe em nada mais do Sistema S, mediante o entendimento que fizemos com o setor. E o projeto ainda vai para mais duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo. Eu acho até que foi uma precaução muito apropriada porque aquilo que está dando certo não se deve mexer. E nós todos conhecemos como é que funciona o Sistema S, e tem dado bom resultado, e nós não poderíamos... Seria uma temeridade mexermos naquilo que está dando certo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de perguntar ao nosso secretário e a V. Exa., através do nosso secretário, se a proposta que está aqui e como relator *ad hoc*, eu relatei é a que passou na Comissão de Educação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É a que passou na Comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, é essa que está aqui. É essa que já está com todas as emendas adequadas.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Também eu gostaria de... Se o propósito dessas escolas profissionalizantes é também atingir dentro do grupo, que existe um grupo de trabalho que é composto pelo conselho das escolas técnicas federais, das escolas que é Condetec, tem o Condetuf da educação tecnológica e tem o Consetec e o Cemtec(F), e são as confederações que tratam hoje das escolas profissionalizantes, de um modo geral, de todos os setores do País. Eu pergunto se esses institutos, se essas confederações ou conselhos, melhor dito, eles fazem parte desse conselho que é formado, que é instituído pelo FUNDEP?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa-me ler só a emenda nº 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Paulo Paim para prestar esclarecimento pedido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A emenda nº 4, por isso que eu tenho dito elogiando aqui o trabalho do Senador e da Comissão de Educação. Emenda nº 4: "Fica a cargo do Poder Executivo a criação do conselho deliberativo do fundo, que deverá ser composto por representante dos trabalhadores e igual número para cada central sindical do empresariado, bem como, representante do Governo Federal nas áreas de trabalho e educação". Então esse conselho que é o conselho deliberativo, esse fundo, uma vez ele aprovado, e aqui eu quero dizer que ainda passa pela PEC vai gerar em torno de 8 bilhões de reais para o investimento em todo o complexo do ensino técnico no País. É isso. Então, não há dúvida que todos participaram, todos terão acesso, porque eu tenho sentido muito com esse tema, porque nós todos, eu mesmo entrei com mais de dez pedidos de escolas técnicas no meu Estado. Só que o Ministério da Educação diz que é importante,

"Nós somos a favor". Mas é preciso ter o fundo. Então é unanimidade que todos os gestores nos Estados e no MEC que esse fundo deveria ser constituído. Por isso me pediram, inclusive, que eu entrasse com a PEC no mesmo sentido para fortalecer a ideia no fundo. Então, eu acho que essa decisão, no momento, mostra que, efetivamente, nós Senadores queremos fortalecer o ensino técnico em todas as suas instâncias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a relatora a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só queria pedir um segundo, Sr. Presidente, porque a emenda que foi lida pelo Senador Paulo Paim eu não a encontro aqui.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ela não está no relatório da Comissão, não, Senadora, ela está na de Educação original.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas o que eu tenho aqui é o projeto--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Original do Paim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu quero só alertar aos nossos pares, com a explicação do nosso secretário, que o relatório do Senador Gerson Camata é pela aprovação na forma como foi deliberado pela Comissão de Educação, ou seja, parecer favorável com as emendas 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Educação que não estão aqui nesse anexo que nos entregaram. Certo, Sr. Presidente? Então, aqui só tem o original do autor e não tem as modificações. Eu, então, aproveito para sugerir, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, é uma falha da secretaria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Que esta Casa sempre nos coloque já com as emendas que foram aprovadas, porque coloca a original do autor, mas coloque como ficou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem toda razão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Aprovado na Comissão, porque assim nós temos mais tranquilidade para poder tomar uma decisão. Então, eu sou amplamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão.

Então não havendo mais orador inscrito, nós vamos colocar em votação. Nós vamos fazer a votação simbólica, como preceitua o regimento, e aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovado o projeto. A matéria irá à CCJ, a CAS e a CAE, cabendo lá a última decisão de caráter terminativo.

Item 2. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Senador Presidente desta Comissão, Senador Valter Pereira e demais componentes desta Comissão, eu gostaria de retirar de pauta, que fosse retirado da pauta esse item, já que o relator Senador Delcídio Amaral não se encontra presente. E da mesma forma o item 3, aonde também o Senador Delcídio Amaral não se encontra presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os dois itens que o Senador Gilberto Goellner pede para tirar de pauta tratam de matérias polêmicas, de sorte que entendo pertinente a sua precaução, já que precisaria da presença do relator que é o Senador Delcídio Amaral.

O primeiro dispõe sobre a expedição de mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse, e o segundo trata de uma alteração nos arts. 161 do Decreto Lei 2.848 e o art. 1º da Lei 8.072 de 1990 para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos e dá outras providências. Então, na ausência do relator e dada ao caráter de ambas as propostas, o Senador Gilberto Goellner pede a retirada da pauta. Se alguém divergir da opinião do Senador Gilberto que se manifeste. Não havendo manifestação, está retirada de pauta.

A seguir o item 4 Projeto de Lei do Senado de nº 226/2007 não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei 5.889 que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação nos lucros dos canavieiros e acrescenta disposição à Lei 8.213 de julho de 91 para presumir como penosa a atividade do corte de cana.

Com a palavra o ilustre relator, Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Esta Comissão recebe para análise em razão da aprovação do Requerimento nº 1.362/2007 de autoria do Senador Expedito Júnior Projeto de Lei do Senado 226/2007 de autoria do Senador Paulo Paim. A proposição tem por objetivo alteração da Lei 5.889 de 1973 para conceder os canavieiros jornada de trabalho de 40h semanais adicional de penosidade e 20% aposentadoria especial por 25 anos de serviço, os contínuos ou intermediário. O seguro de vida em grupo nos termos do regulamento, participação nos lucros fixa em, pelo menos, um piso salarial da categoria a ser disciplinada em acordo ou convenções coletivas com sede também as empresas canavieiras que utilize intensamente a mão-de-obra prioridade na obtenção de crédito junto a instituições financeiras oficiais.

A sua justificava, o relator ressalta, o sofrimento desse trabalhador de que são submetidos a jornadas estafantes em condições de trabalho extremos. Até o momento o projeto não recebeu emenda, muito embora na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório ainda não apreciado por aquele colegiado de autoria do Senador José Nery apresente emenda supressiva nº 2.

Análise: Não há impedimento e destituição constitucional à iniciativa, proposição com presente de que importa as mudanças na jornada de trabalho, a concessão adicional de periodicidade e a construção de seguro de vida em grupo e a participação nos lucros, estão compreendidas no âmbito do Direito do Trabalho, proposição a esse respeito são de iniciativa comum previsto no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema nos termos do art. 48 da mesma carta, alteração do art. 57 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, entretanto, sofre o impacto da restrição inconstitucional não obstante a seus nobres propósitos, conforme a Constituição Federal nos termos da redução pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998 e, posteriormente, pela Emenda 47/2005 aposentadoria especial será de vida para as atividades exercidas sobre condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física e finda na lei complementar. Enquanto isso a lei complementar não for editada, continuam vigente as regras estabelecidas pelo art. 57 e 58 da Lei 8.213 de 1991 que determina que para a concessão de aposentadoria especial o segurado deve comprovar, além, do tempo de trabalho efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais na saúde ou a integridade física pelo período equivalente exigido para concessão de benefícios.

Até a devida Medida Provisória 1.523/1996 a Lei nº 9.528 de 1997, o Poder Legislativo [ininteligível] competência para relacionar as possíveis determinantes do direito a partir, porém, dessa medida provisória essa atribuição passou a ser do Executivo que ao regulamentar a matéria através do Decreto 2.172 de 5 de março de 97 elaborou a classificação dos agentes nocivos judiciais da saúde, com a integridade física das pessoas que poderão ensejar o direito de benefício.

Sr. Presidente, todas as justificativas nos levam ao voto pelo exposto, e opinamos não pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 226/2007 com a seguinte ementa: suprime-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado 226/2007 enumerando-se os demais. Era o que tínhamos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):
Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir vista a esse projeto, porque eu vejo que nós precisamos, nesta Casa, qualificar aqui que é trabalho penoso, inicialmente, porque trabalho penoso não é só corte da cana de açúcar, são vários setores de trabalho que se dão de uma forma penosa. Então, existe um projeto, projeto nº 301 em tramitação que qualifica o trabalho penoso. Então nós vamos... Eu com o pedido de vista, Senador Neuto De Conto, nós vamos poder melhorar esse projeto e é isso que eu me proponho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para ajudar na reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não tenho problema nenhum quanto ao pedido de vista, inclusive, a proposta que tinha me feito, e eu ia propor que na Comissão subsequente que aqui não é terminativo, nós fizéssemos até uma audiência pública, mas dizendo que o relator supriu o problema que V. Exa. levanta, o Senador exclui exatamente esse artigo. A emenda do relator retira a questão. O que é que o relator faz? O nosso relator diz o seguinte: retira-se no art. 57, § 8º onde diz: "Presume-se penoso, insalubre e perigoso..." Ele retira todo esse artigo fora. O projeto acaba se articulando nas relações de trabalho. Então, se V. Exa. concordar, se nós votarmos simbolicamente excluindo já essa questão, que V. Exa. lembra muito bem, e eu me proponho, inclusive, garantir porque já foi me pedido uma audiência pública na Comissão subsequente como uma forma de agilizar o projeto na CAS onde eu sou vice-presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria, inclusive, de pedir ao Senador Paim que propuséssemos então conjuntamente com essa Comissão ou tratássemos esse assunto também aqui nesta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podemos fazer. Podemos... Se V. Exa. concordar para nós já sinalizar a sociedade. Eu nem quero ler aqui todos os argumentos que eu tenho em mão, Senador, sobre a situação do canavieiro. Tipo assim, em cinco anos mais de 1500 morreram pela atividade grave do campo, e aqui tem dados um por um que mostra a gravidade. E para ser preciso aqui o número de mortes

nessa área é, realmente assustador, segundo dados do Ministério do Trabalho. Só nos últimos cinco anos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 1.383 trabalhadores morreram na lavoura de cana, principalmente, devido à fadiga, tombados em pleno canavial. E aí cita alguns casos. Depois vai citando todos os casos. Eu proporia, se V. Exa. concordar, senão não há problema nenhum, Sr. Presidente, que nós aceitássemos o relatório, exclui-se a preocupação que V. Exa. levanta quanto ao trabalho penoso, insalubre e perigoso, não entraria no projeto, e nós faríamos da Comissão de Assunto Sociais uma audiência em parceria com esta Comissão e com a CAE que ele vai também para a CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O relator concluiu pela aprovação e, obviamente, foram esclarecidas algumas dúvidas suscitadas pelo Senador Gilberto Goellner, e há uma proposta do Senador Paim no sentido de aprovar o relatório do jeito que está no sentido de dar celeridade em função das dificuldades vividas pelo setor. Eu conheço áreas canavieiras que têm, realmente, acarretada muitas dificuldades para os trabalhadores e outras onde já houve avanços significativos, e onde a proteção ao trabalhador tem sido até uma marca registrada das próprias usinas de cana. Mas, de qualquer forma, se a matéria está normatizada, é claro que passa a ter uma função impositiva e com isso o interesse das empresas é no sentido de aprimorar as relações de trabalho.

Se o Senador Gilberto concordar, tem plenas condições de corrigir eventuais falhas, omissões na próxima Comissão. Nós vamos colocar em votação, senão nós vamos assegurar-lhe o direito de vista que pediu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu insisto no pedido de vista, porque não é com a exclusão do art. 2º que se dá por encerrada a discussão. Nós temos o art. 3º, o art. 4º o art. 5º e que eu gostaria de contribuir com uma revisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então concedida vista ao Senador Gilberto Goellner, a matéria entrará na pauta da próxima reunião.

Vamos então para o item seguinte que é o de nº 5. Aliás, primeiro, V. Exa. de acordo de entrar na pauta da próxima reunião?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vamos ao item 5. O item 5 é o Projeto de Lei nº 589/2007 que também não é terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de

mercadorias, quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.

Com a palavra o relator ilustre Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se a exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado PLS 589/2007 de autoria do Senador Marcelo Crivella que concede isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. Após apreciação desta Comissão o PLS seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, a qual caberá à decisão terminativa. Sete artigos compõem em análise, a proposição em análise. Nos termos do art. 1º fica estabelecida a isenção do IPI aos veículos destinados ao transporte de mercadorias de fabricação em país integrante do Mercosul, quando adquirido por agricultor familiar por suas cooperativas e associações. O art. 2º do PLS institui a nulidade da isenção concedida para os casos de alienação do veículo antes de completados os três anos de sua aquisição, e caso haja desvio do uso do veículo para atividades diversas do transporte de mercadorias. O art. 3º limita a concessão do benefício da isenção a uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido a mais de três anos, e ainda nos casos de destruição completa ou o seu desaparecimento por furto ou roubo. Pelo disposto no art. 4º fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativas às matérias-primas, aos produtos intermediários e o material de embalagens empregadas na industrialização dos produtos a que se refere o PLS. As disposições do art. 5º vedam a extensão do benefício da isenção do IPI aos acessórios opcionais que não sejam equipamentos de série originais do veículo. O art. 6º prevê a estimativa do montante da renúncia de receita decorrente da concessão do benefício, bem como estabelece a necessidade de inclusão da renúncia estimada no demonstrativo a ser anexado ao Projeto de Lei orçamentário, quando for o caso. O art. 7º, finalmente, institui a cláusula de vigência, vinculando os efeitos fiscais à implementação das exigências da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e das disposições constitucionais presentes no § 6º do art. 165 da Carta Magna.

Da análise, Sr. Presidente: nos termos do que dispõe o art. 104 B do Regimento Interno do Senado Federal cabe a esta Comissão a análise do PLS 589/2007, trata-se, efetivamente, de matéria tributária diretamente regulada pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, Lei 5.172 de 25 de

outubro de 96 que teve vários de seus dispositivos recepcionados pela lei maior por força do seu art. 146. No plano específico a proposição em análise cumpre todos os requisitos constitucionais, o primeiro decorre da observância do § 6º do art. 150 da Constituição Federal que preconiza a isenção tributária, só poderá ser concedida mediante lei específica. Como segundo ponto específico o projeto atende ainda o princípio da seletividade do IPI em função da essencialidade do produto nos termos do art. 153, § 3º da Constituição Federal. Esse entendimento decorre de interpretação mais flexível do referido dispositivo constitucional, encontrando precedente na aprovação da Lei 8.989 de 24 de fevereiro de 95 que de acordo com a redação dada pela Lei 10.754 de 31 de outubro de 2003 dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como, pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências. Por oportuno ressaltamos a importância do conteúdo do § 6º da proposição em exame que dispensa especial atenção às disposições do art. 14 da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que vincula a concessão ou ampliação de incentivo de natureza tributária à estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes exercícios, além, da demonstração de eventuais renúncias não comprometerão as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ou são compensadas pelo aumento de outras diretrizes tributárias.

Quanto ao mérito julgamos oportuna a iniciativa do projeto em análise em razão da importância social e econômica da agricultura familiar brasileira neste País. Socialmente a agricultura familiar fixa o homem à terra, economicamente apresenta um vínculo tradicional com a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, a exemplo do feijão, do leite, da carne suína, da mandioca, das frutas e das hortaliças. No atual contexto o projeto em análise constitui-se de mais um estímulo à agricultura familiar que enfrenta o desafio de se tecnificar, transportar insumos modernos, agregar mais valor aos produtos e escoar de forma eficiente sua produção.

Como última observação, Sr. Presidente, entendemos que os principais riscos operacionais envolvidos na proposição podem ser mitigados. O risco relativo ao repasse aos produtores rurais de todo benefício tributário concedido ao setor industrial, encontra sua solução na vigência das entidades representativas dos produtores rurais. Finalmente, o risco que envolve a possibilidade de alienação dos veículos, dos bens objetos

da isenção a terceiros não previsto na legislação pode ser inibido de forma mais apropriada pelas disposições do regulamento do benefício instituído em alinhamento com as diretrizes da presente iniciativa.

Do voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado 589/2007 de autoria do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como os senhores perceberam, o voto do relator foi pela aprovação. E está em discussão o Projeto de Lei do Senado Federal.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Projeto 589.

Para discutir o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Vejo que é meritório o projeto que facilita, diminui custo das máquinas agrícolas, já que é um componente alto e qualquer sistema de produção. E dentro dessa força de trabalho que é a máquina, ela tanto faz o tamanho do produtor, todos poderiam se beneficiar dessa redução de IPI. Hoje já temos independente do porte do produtor, já há uma redução de IPI. E a pergunta que se faz é a seguinte: como separar da forma como está proposto o projeto quando não se define o tamanho da máquina, e, sim, o porte do produtor já que se fala em agricultura familiar? Então, nós teríamos que avaliar também a dificuldade futura que terão os gestores que a Fazenda vai ter para impetrar um imposto, a isenção do IPI dependendo então do adquirente. Então, hoje para poder ter uma isenção nós precisamos definir que tipo de equipamento terá essa isenção e não na forma final, na forma de quando ele está lá na distribuidora, na revenda dificilmente vai poder se descontar IPI. Então, eu vejo que o projeto teria que estar mais embasado em termos de definir, definição do porte de máquina para que então ele já venha da fábrica, da montadora com isenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa., portanto, não é contra o mérito? Mas acha que há uma hipossuficiência nas informações para explicitar melhor o alcance da medida, em tais condições eu acho que é pertinente o pedido de vista formulado por V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pedido de vista que eu gostaria de ver essa discussão. Eu sou favorável ao projeto desde que se defina, então de forma coerente uma ementa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então concedida vista a V. Exa.

Vamos, portanto, ao item seguinte que é o item de nº 6. Projeto de Lei do Senado nº 380/2008 que tam-

bém não é terminativo. De autoria do Senador Cacildo Maldaner que altera o art. 25 da Lei 8.212 de julho de 91 restabelecendo exclusão da base de cálculo da contribuição do empregador rural, pessoa física, das receitas que especifica.

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, relator da matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Projeto de Lei de autoria do Senador Cacildo Maldaner restabelece uma justiça que eu acho que, por equívoco, foi cometido. No relatório ele submete ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 380/2008 de autoria do Senador Cacildo Maldaner cujo objetivo é alterar a lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 para restabelecer a exclusão da base de cálculo da contribuição do empregador rural na pessoa física. As receitas decorrentes da produção destinada ao plantio ou reflorestamento de produto animal destinado à criação, pecuária ou granjeiro e a utilização como cobaia em pesquisas científicas. Além, desta Comissão a proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise: cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nos termos do art. 104B 16º do Regimento Interno do Senado, apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 380/2008 por tratar-se de proposta atinente à previdência rural. A matéria encontra-se no escopo da competência privativa da União para legislar sobre seguridade social, conforme o que dispõe o art. 22 do item 23º da Constituição Federal. Não há restrições quanto à juridicidade da proposta.

O Projeto de Lei do Senado nº 380 de 2008 tem por objetivo corrigir equívoco decorrente da revogação do § 4º do art. 25 da Lei 8.212 de 91 que excluía diversas receitas da base de cálculo da cobrança da contribuição do empregador rural à Previdência Social decorrente da aprovação da Medida Provisória nº 410/2007 que foi convertida na Lei 11.718/2008.

Conforme menciona o Senador Cacildo Maldaner, na justificação com a revogação passou a ser tributada a receita referente à venda de animais vivos e de seu material genético, o que implica a duplicidade da tributação no momento da venda desses animais para abate. Se esses forem ainda vendidos vivos para outro comerciante ter-se-á tripla incidência da mesma contribuição, da mesma forma também sobre a receita decorrente da venda de sementes e mudas passou a incidir a aludida contribuição, de forma que ao ser vendido o produto da colheita haverá nova incidência na mesma tributação.

O projeto restaura nos mesmos termos o texto vigente anteriormente à edição da Medida Provisória nº 410/2008. Somos favoráveis à proposta pelos motivos expostos, apresentamos a emenda com a finalidade de acrescentar à proposição a cláusula de vigência. Voto: assim em vista à exposição o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380/2008 com a seguinte emenda: acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 380 do Senado. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o relatório, Sr. Presidente, e também o voto favorável à proposta porque ela resgata um direito que existia, e que por um equívoco, eu entendo, foi tirado e que está trazendo prejuízos à classe produtora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Portanto, Srs. Senadores, o relatório do Senador Colombo é pela aprovação do PLS 380 que entra em discussão neste momento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu recebi aqui e o Senador Colombo sabe o apressado que eu tenho pelo relatório de V. Exa., eu recebi aqui da Presidência da República, essa matéria já foi votada e foi vetada. Então, há uma discordância e há aqui um amplo relatório que era encaminhado pela Receita, fazendo uma série de considerações sobre o tema. Como eu não tive tempo de ler, inclusive, essas considerações, se V. Exa. concordar, a exemplo dos outros dois projetos, eu pediria vista, mas com o compromisso de, na semana que vem, nós já colocarmos na pauta. Se V. Exa. concordar entraria o seu de minha autoria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Solicito, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu solicito vistas coletivas ao Senador Paim porque eu conheço a matéria. O Funrural hoje da forma como foi vetado pela presidência ele se constitui numa inconstitucionalidade e porque é uma bitributação. Nós temos estudos que provam isso. Eu vejo que o governo está sensível à análise dessa situação com possibilidade de retorno do veto. Então, como o senhor pediu vista eu gostaria de contribuir com esse projeto também participando desta vista coletiva.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria só insistir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concedida vista coletiva.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Que os três projetos que foram pedido vista, que os três voltem a semana que vem. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Eu acho que os três que foram pedidos vistas vão retornar.

Antes do Senador Colombo deixar esse recinto, eu tenho uma matéria aqui que eu gostaria de submeter à consideração do plenário que eu acho que é fundamental. Veja o que aconteceu. Nós fizemos algumas audiências públicas aqui, Srs. Senadores, com o objetivo de socorrer o agronegócio diante da crise financeira. Então, foi discutida aqui a questão da reclassificação de risco dos produtores rurais e o acesso aos recursos da safra 2009/2010. Todavia, nós não temos até o presente momento informações seguras de como que estas propostas que nós discutimos aqui tiveram andamento na área governamental, especialmente, no Banco do Brasil e no BNDS. Então, o requerimento a que submeto à apreciação dos Srs. Senadores é o seguinte. Eu gostaria da atenção e, sobretudo, do Senador Neuto De Conto que está num conciliábulo catarinense, talvez da maior significação, mas é por dois minutos só e a gente consegue ter uma clareza disso aqui.

Requeiro nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo governo na liberação de recursos para o enfrentamento da crise internacional com foco no agronegócio brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas e o acesso aos recursos do plano safra 2009/2010, com a presença de apenas dois convidados. O Sr. Aldemir Bendini, presidente do Banco do Brasil e o Sr. Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Consulto o plenário para saber da pertinência da matéria submetida à apreciação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Na última reunião na audiência pública que tratou da questão da suinocultura foi falado que não foram liberados aqueles recursos que foram disponibilizados 10 bilhões. Aqueles recursos estariam incluídos nesta audiência o debate sobre eles?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim. É exatamente em função dessas informações, contrainformações e desinformações é que nós tomamos a iniciativa de propor esta audiência pública.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Eu acho muito oportuno, e cumprimento V. Exa., e me associo a essa ação, porque ela é indispensável para fortalecer o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Outra indagação que faço ao plenário é a seguinte: qual a modalidade de participação que nós vamos deliberar convite ou convocação?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): convite. Então serão convidadas as duas autoridades--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente. Gostaria também de me associar a essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

--Sua audiência pública e dizer que ela é oportuna ainda, porque esses dois membros de tão importantes instituições de crédito do País é necessária a participação dos mesmos para elucidar muitos fatos que ainda persistem e que, possivelmente, o BNDS e o Banco do Brasil poderão nos dar as informações cabíveis. Eu me associo a sua reivindicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Muito bem.

Nós agradecemos e submetemos à votação. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado o requerimento.

Outra indagação que eu gostaria de fazer ao plenário é sobre um tema também palpitante. O Brasil começa a colher, dentro em breve, a safra comercial do milho transgênico, é a primeira autorizada pelo governo. E eu acho que seria da mais alta oportunidade desta Comissão conhecer todos os aspectos que estão sendo acompanhados pelo Governo Federal. Já há alguns comentários, a imprensa especializada tem se dedicado sobre isso, e nós gostaríamos de consultar se não é oportuno a esta Comissão também conhecer o desdobramento desta experiência piloto que foi precedida de tanta controvérsia, de tanta celeuma e que agora já pode ter uma primeira avaliação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, o senhor está propondo uma audiência pública nesse sentido?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Não, propriamente, uma audiência pública, eu estou instigando a Comissão a debruçar sobre esse tema, talvez para suscitar essa discussão na próxima reunião.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vejo que é imprescindível então a presença do Ministério da Agricultura, a quem compete fiscalizar toda a produção de grãos, e também o presidente da CTNBio, já que os eventos transgênicos são aprovados por aquela Comissão de Biotecnologia e, automaticamente, há uma segurança alimentar, principalmente, no sentido do consumo de rações e derivados, principalmente, do milho transgênico, da soja transgênica que compõem, são os dois elementos principais hoje, também até do algodão transgênico, que compõem a ração animal. E o que se falou da dificuldade que existe no país hoje de segregar esses produtos. Então, vejo que é oportuno o esclarecimento disso tudo e que se fosse feita uma convocação caberia então essas duas entidades: o Mapa e a CTNBio de estarem presentes para nos mostrar toda a situação que se dá no País de segregação dos grãos transgênicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): V. Exa. não acha mais oportuno elaborar um requerimento para ser submetido à apreciação desta douta Comissão na próxima reunião?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Da minha parte eu gostaria de participar disso aí eu posso preparar um requerimento nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Então, vamos reservar a próxima Comissão para audiência pública já aprovada e lá apreciaremos o requerimento nesse sentido para tanto que esta Comissão acompanhe já que tem tudo a ver com essa experiência.

Não havendo mais assunto a ser deliberado, declarei encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h13.

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA****ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MAIO DE 2009.**

Às dez horas e um minutos do dia dezoito de maio de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO,**

CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: João Pedro, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Mário Couto e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 17 de 2009 – CRA**, de autoria dos Senadores Valter Pereira, Gilberto Goellner e Raimundo Colombo, aprovado em 12/05/09, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo na liberação de recursos para o enfrentamento da crise internacional com foco no Agronegócio Brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/10, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Luis Carlos Guedes Pinto** – Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil e Sr. **José Carlos Vaz** – Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Raimundo Colombo, Gilberto Goellner, Kátia Abreu e Romeu Tuma. Resultado: Audiência Pública Realizada. **2ª PARTE: Apreciação de Matérias: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse). **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **OBS:** Em reunião realizada em 4/3/2008, foi lido o relatório pelo Senador Delcídio Amaral. A Matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 3:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA: Dispõe sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativos a financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte Nordeste e Centro-Oeste. **AUTOR:** Senador Cícero Lucena. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **OBS:** A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. **AUTOR:** Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Augusto Botelho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **OBS:** Em reunião realizada em 12/5/09 foi lido o relatório pelo Senador Augusto Botelho e concedido vista ao Senador Gilberto Goellner (art. 132, § 1º RISF), que o devolveu sem manifestação. A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. **AUTOR:** Senador Casildo Maldaner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 12/5/09 foi lido o relatório pelo Senador Raimundo Colombo e concedido vista coletiva (art. 132, § 1º RISF) – Senadores Paulo Paim e Gilberto Goellner, que devolveram sem manifestação. A Matéria será apreciada pela CAS, e CAE, cabendo à última a decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. **OBS:** A Matéria será encaminhada à CAE, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inci-

so II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de conhecer o estágio do desenvolvimento científico e tecnológico da produção de bioetanol celulósico, com a participação de representantes das seguintes instituições: **Centro de Tecnologia Canavieira Cooper-sucar – CTC, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Novozymes Latin América, Embrapa Agroenergia.** **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, a Senhora Senadora Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: OFÍCIO S/N DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E OUTRAS ENTIDADES – LIMEIRA-SP. ASSUNTO:** Ofício demonstrando contrariedade quanto à Portaria nº 258, de 28/08/2008, do Ministro Paulo Bernardo, e Portaria nº 53, de 24/09/08, do INCRA, nas quais cedem provisoriamente a área do Horto Florestal de Limeira-SP, para fins de reforma agrária. **AUTORES:** Associação Comercial e Industrial de Limeira-SP, e outras entidades. **RELATOR:** Senador Romeu Tuma. **RELATÓRIO:** Pelo encaminhamento de ofícios desta Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a diversas autoridades do Ministério Público, bem como a órgãos ligados às questões fundiárias, INCRA, conclamando todos para uma solução de consenso e solução negociada que proteja os interesses das partes. **RESULTADO: Adiado. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, audiência pública, com o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, bem como o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Luciano Coutinho, para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo, especialmente no âmbito do BNDES, na liberação de recursos para enfrentamento da crise internacional, com foco no Agronegócio Brasileiro, na reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e no acesso aos recursos do Plano Safra 2009/10. **Autor:** Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houveram oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR VALTER PEREIRA

PRESIDENTE DA CRA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 19 de Maio de 2009, Às 10 Horas e 01 Minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 13ª da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se, em sua primeira parte, à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 17/2009, de autoria dos Senadores Valter Pereira, Gilberto Goellner e Raimundo Colombo, aprovado em 12 de maio, com a finalidade de prestar esclarecimento acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal na liberação de recursos para o enfrentamento da crise internacional, com foco no agronegócio brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/2010, com a presença das seguintes autoridades que, desde já, convido para compor a Mesa.

A primeira delas é o Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, a quem nós convidamos para tomar assento à Mesa. O Sr. Luís Carlos Guedes, Vice-Presidente do Agronegócios do Banco do Brasil, também deverá participar desta Audiência, porém, deverá chegar com um pouco de atraso, dado que se encontra viajando, neste exato momento, para a Capital Federal.

O Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social justificou a ausência de seu Presidente e, como não designou ninguém para substituí-lo, obviamente, a sua ausência deverá ser discutida nesta Reunião para sabermos qual a providência que este órgão vai tomar para garantir que ele preste os esclarecimentos a que esta Comissão tem direito e ele... É obrigação de prestar.

Então, neste exato momento, nós vamos passar à palavra ao Sr. Luiz... Aliás, o Sr. José Carlos Vaz, a quem agradecemos pelo seu comparecimento, representando o Banco do Brasil na condição de Diretor de Agronegócio desta novel instituição. Com a palavra, o Sr. José Carlos Vaz.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Sr. Presidente, Srs. Senadores, obrigado pela oportunidade. Nós estamos representando o nosso Presidente, Aldemir Bendine, que, por ocasião do convite para a comparecer aqui, já estava em viagem ao exterior e estava com compromissos agendados para esta semana, que não foi possível remarcar. Mas ele, desde já, pediu para se colocar à disposição dos Sr. Senadores, da Comissão, do Sr. Presidente, para a discussão sobre os assuntos que acharem pertinentes, seja sobre o agronegócios ou outros da área de atuação do Banco do Brasil.

Também estamos representando, por ora, o nosso Vice-Presidente, Luís Carlos Guedes Pinto, de Agonegócios, porque ele está em trânsito, o avião que ele está vindo de Minas Gerais, era um compromisso que ele também já tinha agendado anteriormente, ontem, em Minas Gerais, ele pousando e estará aqui, com certeza, para participar dos debates. A gente está acompanhando, monitorando o deslocamento dele.

Ele pediu que eu fosse antecipando parte dos nossos esclarecimentos e registrando também que, independente das audiências e até transmitindo ao senhor, Presidente, que nós não tivemos condições ainda de visitá-lo, por ocasião da sua investidura na Presidência da Comissão, estou colocando à disposição para visitar a Comissão e o senhor, em particular, assim, na primeira oportunidade que nós tivermos de fazer o agendamento, uma vez que a Comissão cuida da área da atuação em que o banco é o principal agente financeiro do país, que é a agricultura brasileira.

Bom, o objetivo da Audiência Pública é prestar esclarecimento sobre as medidas adotadas pelo governo na liberação de recursos para o enfrentamento da crise internacional, com foco no agronegócio, a reclassificação de riscos por produtores rurais que renegociaram suas dívidas, e acesso aos recursos do Plano de Safra 2009/2010.

No que se refere à classificação de risco dos produtores rurais, e aí a gente remete à crise que começou em 2005, a crise de renda do setor. Então, basicamente nós estamos falando daquelas dívidas que foram objeto de renegociação em 2005, e aí foram novamente renegociadas em 2006 e 2007, e eventualmente as parcelas do investimento que venciam em 2006 e 2007 foram renegociadas naquele ano. E, em 2008, foi editada uma Medida Provisória, em maio de 2008, que promoveu uma ampla renegociação das dívidas do setor, e depois foi convertida em lei pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República.

São essas dívidas que são foco mais da questão da discussão sobre classificação de riscos e impactos sob eventuais novos créditos para os produtores. E aí

a gente remete à Audiência Pública que ocorreu em 07 de abril deste ano, em que a nossa Vice-Presidente de crédito, representada pelo Gerente Executivo Ewerton Gonçalves Chaves, que está aqui com a gente, e aí está também com a gente o Gerente Executivo de Agronegócio, o Ricardo Pissanti... Então, naquela Audiência Pública, o Ewerton prestou alguns esclarecimentos que a gente toma a liberdade de repassar aqui rapidamente, que a gente acha importante para subsidiar o debate que nós vamos fazer.

Bom, essas renegociações das dívidas das safras de 2004/2005 e 2005/2006, principalmente, elas ocorreram em 2006, e boa parte das renegociações ocorreu após o vencimento das operações. E, dentro desse período de renegociação, nesse momento, houve... Até que parte das regulamentações fosse editada pelo Conselho Internacional ou que fosse feito o processo de renegociação, ocorreu paralisação de pagamentos, ocorreu vencimento de operações, o que leva ao acionamento do mecanismo automático que existe na regulamentação que trata do risco da atividade bancária e que não dá exceção nenhuma ao crédito rural em relação aos demais créditos.

Essa regulamentação, que é a Resolução nº 2.682, de 1999, ela estabelece que, vencida em operação, ela deve ser objeto de periódicos agravamentos de riscos, até que ela seja liquidada ou renegociada. Essa Resolução é a 2.682, e ela estabelece que, vencidas as operações, após 15 dias, ocorre o agravamento de risco e depois a cada 30 dias pelo menos. E essa Resolução 2.682, ela é a base de toda a fundamentação da solidez do sistema financeiro brasileiro.

Conceitualmente, ela é que permitiu ao sistema financeiro, o Sistema Bancário Brasileiro, passar razoavelmente incólume, talvez totalmente incólume, à crise internacional de liquidez e de crédito que o país, o mundo vivenciou desde setembro do ano passado. Ela é o grande sustentáculo desta solidez do sistema bancário, então, conceitualmente, ela é bastante, é uma matéria extremamente relevante para as interesses do país. E essas regras são aplicadas ao crédito rural sem qualquer exceção em relação às regras que são aplicáveis às demais operações de crédito bancária comercial.

Bom, além do vencimento dessas operações, também ocorreu a não renovação de limites de créditos e, conseqüentemente, a não atualização de cadastro de parte desses produtores, e a inclusão de parte desses produtores, que estavam com dívidas vencidas, em cadastros restritivos. Bom, a Resolução 2.682 também estabelece que os riscos dos clientes em geral, dos tomadores de crédito em geral, não só de crédito rural,

eles devem ser, periodicamente, pelo menos uma vez por ano, objeto de uma revisão de risco.

E essa revisão de risco, na maior parte dos bancos, dos sistemas dos bancos no mundo todo, ela considera muito aspectos comportamentais do próprio tomador de crédito e do segmento em que ele atua. Então, esses apontamentos cadastrais, esses vencimentos de linha de crédito, a não atualização de cadastro e as dívidas vencidas ou renegociadas, ou não, elas levaram ao agravamento de risco, de acordo com os ditames da Resolução 2.682.

E aí eu tomo a liberdade de citar os principais itens dessa Resolução 2.682, ela estabelece que todas as operações devem ser classificadas de acordo com o novos níveis de risco, sendo o melhor o AA e o pior o risco H; estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida, considerando aquela que apresentar o maior risco, consequentemente um produtor que teve uma parcela de investimento vencida e que demorou seis meses para fazer a prorrogação, com base na regulamentação que foi feita, aquela operação teve um agravamento de risco e, por sua vez, agravou todos os riscos das demais operações em C daquele cliente, seja o crédito pessoal, o cartão de crédito, outras operações de crédito rural, todas as operações de crédito bancário, daquele agente financeiro e, eventualmente, as novas que ele contratar também teriam que ser consideradas no risco daquela que foi prorrogada. A operação renegociada deve ser mantida no mínimo o mesmo nível de risco em que ela estava por ocasião da renegociação.

Então, essas operações que ficaram seis, sete meses para serem renegociadas, que tiveram o risco altamente automaticamente agravado, elas, quando renegociadas, perderam naquele risco e consequentemente, arrastando todas as demais operações de crédito contratadas ou a contratar daquele produtor, daquele cliente.

E a reclassificação para menor risco necessita de um fato novo relevante, que justifique a alteração ou a amortização significativa da operação. E a gente sabe que as grandes renegociações que ocorreram em 2006, que os produtores, parte dos produtores, só começou a ter renda a partir de 2008, outros a partir de 2009 e alguns ainda estão num processo de recuperação de renda. E sabe também que boa parte dos produtores não tem crédito só bancário para financiar suas atividades. Boa parte deles teve crédito junto a fornecedores, junto a *tradings*, junto a terceiros. E essas dívidas, elas não tem nenhum tratamento na Legislação Brasileira, quando se refere a questões de perda de renda, ao contrário do crédito bancário.

E, no que e refere a fato novo relevante, não houve nenhuma edição de regulamentação estabelecendo que a edição de uma regra, de uma determinação do Conselho Monetário Nacional, de renegociação, pode ser considerada um fato novo relevante.

Bom, o que houve posteriormente foi a edição, em 2009, perdão?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não houve nenhum fato novo relevante?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Não. Não houve nenhuma edição de uma Resolução dizendo que a decisão do Conselho Monetário Nacional de prorrogar determinada dívida pode ser considerada como um fato novo relevante para efeito de possibilitar a reclassificação do risco daquela operação, entendido, Senadora? Bom, qualquer coisa, nós estamos à disposição para esclarecer.

Bom, posteriormente, em 2007, foi editada uma Resolução 3499, que estabeleceu que as operações renegociadas ou prorrogadas poderiam, desde que o produtor se mantivesse na atividade regular da produção pecuária, ser objeto de reclassificação para outra categoria de menor risco. Mas essa mesma Resolução manteve a delegação prevista no art. 13 da Resolução 2682, que permite ao Banco Central determinar a reclassificação de risco das operações e aprovisionamentos adicionais.

Então, o que nós podemos dizer para os senhores e, na apresentação do Ewerton, que eu acredito que estão aqui nos arquivos da Comissão, foram apresentados os gráficos, os detalhes, é que é o seguinte, é que, de forma majoritária, ressaltados possíveis erros, mas que não são, e que podem ser revistos, mas, de forma majoritária, a nossa carteira de operações prorrogadas, ela está com o risco, de acordo com as regras estabelecidas pelas Resoluções 2682 e 3499, já auditadas pelo Banco Central e eventualmente até retificadas pelo Banco Central em casos específicos ou em categorias de operação. Então, nós estamos com a carteira de acordo com a regulamentação e a supervisão bancária atual.

Bom, e aí, eu tomo a liberdade de tomar parte do tema que a Senadora Kátia Abreu, como Presidente da CNA, principalmente tem levado à frente no país, e tomando a frente do que o nosso próprio Vice-Presidente, Dr. Guedes, deverá ressaltar a hora que ele chegar aqui, que talvez mais do que buscar uma solução para essa carteira de operações prorrogadas, que é significativa, e que... Mas que tem uma participação menor num conjunto de produtores no Banco do Brasil, a gente tem operando bem o Plano Safra, depois eu vou mostrar os números nossos de contratação de Plano Safra, a gente tem feito bons volumes de con-

tratação, existe uma questão estrutural e conceitual para ser feita, que tem a ver com o fato o seguinte, a legislação do crédito rural do Brasil é da década de 60, do século passado, e ela considerava um contexto econômico e um contexto regulatório completamente diferente do que a gente tem hoje.

Naquele tempo, nós tínhamos produtores usando menos tecnologia, eles tinham uma produtividade menor, mas tinham um custo de produção menor. Nós tínhamos mercados não internacionalizados, não existiam mercados futuros, a atuação do governo era forte, ele colocava recursos, ele subsidiava fortemente taxas e preços e seguros agrícolas, que era o PROAGRO. Ele colocava os recursos... Não havia, não havia... Se eu estiver tomando muito tempo, o senhor me avisa tá, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode falar.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Não havia regulamentação do sistema bancário, o Banco do Brasil era um banco 100% do Tesouro Nacional, era outra situação. E foi criada uma regulamentação que previa um seguro agrícola subsidiado, que era o PROAGRO, um crédito rural subsidiado e uma garantia de preços, através da política de preços mínimos, e isso, ao longo dos últimos 30, 40, anos foi mudando.

E o fato é que hoje, quando se prorroga uma dívida de crédito rural, ela leva a consequências em relação a novos créditos por parte dos produtores, e a discussão que tem que ser feita é isso, esse prorrogar um crédito rural é um elemento de agravamento de risco ou um elemento de minimização de risco?

Regulamentarmente, ele é um elemento de agravamento de risco porque se reporta ao que está na Resolução 2682, mas, conceitualmente, dentro da visão de política agrícola, ele é um mitigador de risco, por quê? Porque ele difere o cronograma de pagamento dos produtores de acordo com a sua capacidade de gerar renda. E, conseqüentemente, o risco dele reduz. Então, eu acho que nós teríamos que buscar um aprimoramento da regulamentação e da legislação para reconhecer isso, que a prorrogação por si mesma é um mitigador de risco, um redutor de risco e não um agravamento de risco.

Mas nós temos toda uma regulamentação que se aplica ao crédito rural, e que a gente não pode questionar conceitualmente porque ela é a base da solidez do Sistema Financeiro Nacional. O que a gente tem que ver é se para o crédito rural é aplicável aquela regulamentação ou se deveria se buscar outra forma de fazer isso.

Bom, e aí a Senadora tem passado, na Presidência da CNA, ela tem ido ao país todo, tem ido à impen-

sa, esteve lá no Banco do Brasil, o Dr. Guedes esteve com ela aqui no Senado também, tem dito isso, e a gente acompanha. Acompanha com as limitações que é, o Banco do Brasil, que é uma empresa constituída da forma de acordo com a legislação, ele deve seguir rigorosamente o que a legislação e a regulamentação bancária estabelecem.

O risco da nossa carteira prorrogada é maior, igual ou menor do que as nossas provisões constituídas? Como Diretor de Agronegócios, responsável pela área de negócios, eu não estou falando pela nossa área de risco e de crédito, que observam outras questões de metodologias técnicas, como Diretor de Agronegócio, eu diria o seguinte: Que é praticamente impossível que a nossa carteira apresente uma inadimplência nos patamares dos valores que estão provisionados.

Porém, temos que reconhecer que as provisões que estão se constituídas, que são consequências dos riscos que foram definidos para os produtores, estão absolutamente dentro da legislação e da recomendação aplicáveis. Lógico, ressaltados casos em que houve erro, falha desse sistema, mas, majoritariamente, está nessa situação. Só para ter uma ideia, nos últimos anos, a evolução da nossa carteira de Agronegócios, nós temos hoje, 63 ponto... Hoje não, em 31 de março de 2009, nós tínhamos 63,5 bilhões na carteira de crédito rural e agroindustrial, dos quais 22,6% sob prorrogação, com risco médio de 20,6%.

Os demais não prorrogáveis, os 77,4% sem prorrogação, com o risco médio de 5,2%. Essas operações não prorrogadas com risco médio de 5,2%, esse risco essa previsão, é extremamente superior à média histórica—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. José Carlos, por favor, o senhor poderia repetir, por favor?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Todos os números?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esses percentuais... 31 de março.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Então, eu vou começar todo para a senhora revisar. Então, uma carteira, em 31 de março, 63,5 bilhões—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Na carteira o quê? Emprestada?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Uma carteira de crédito de créditos emprestados a produtores rurais, cooperativas e empresas do agronegócio, com recursos do crédito rural—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Na praça, 65 bilhões, na praça?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: 63,5, em 31 de março, Senadora. 22,6% sob prorrogação. Depois, eu vou esclarecer esses 22,6, mas deixa só a senhora anotar. O risco médio desses 22,6% é de 20,6%. Bom, dos

restantes, 77,4% dos 63,5 bilhões, ou seja, a carteira que nós não temos prorrogação, ela tem um risco médio de 5,2%. Ok, Senadora?

Bom, para prestar esclarecimento, esses 22,6% que tem prorrogação, uma boa parte deles são créditos de investimento prorrogados, e esses créditos de investimento prorrogados não são todos eles que foram prorrogados. Uma operação de investimento tem oito, dez, 15 anos para ser pagos. Tem oito, dez, 15 parcelas anuais, então, essas operações tem a parcela de 2005, de 2006 e de 2007 e, eventualmente, a de 2008, que foi jogada para frente.

Mas elas têm parcelas que foram pagas nos anos anteriores a 2005, se aquelas dívidas que eram mais antigas, e tem as parcelas de 2008 e 2009, que parte dos produtores já vem pagando. Mas, para todos os efeitos, a operação está prorrogada porque ela ainda tem uma parcela que foi prorrogada. Muitas vezes, o produtor já retomou o seu ritmo normal de amortização da dívida, mas ela teve um alongamento de um a dois anos para frente.

Bom, então, nos últimos cinco anos, o Banco do Brasil teve uma piora na classificação de riscos das operações de crédito rural, que passou... De risco, não é de inadimplência, que passou de 3% da carteira para 14,6% da carteira, com classificação de risco máximo, de D a H. As nossas provisões que, em 2003, eram 1,8% da carteira, ou seja, 493 milhões, em março de 2009, já eram 8,1% da carteira ou 5,1 bilhões. Até para destacar essa questão, nós tivemos uma evolução, de dezembro de 2003 para março de 2009, a nossa carteira cresceu 2,3 vezes e as nossas provisões cresceram 10,3 vezes. Isso absolutamente dentro da regulamentação e legislação vigentes.

Bom, então, só ressaltando mais uma vez que a legislação atual de classificação de risco das operações de crédito trata de forma igual operações comerciais e operações rurais. Essa é uma questão que poderia se discutir conceitualmente, estruturalmente, dentro de uma visão de políticas públicas, uma vez que o segmento agrícola tem estiagem, tem excesso de chuva, tem problemas de mercado, até porque o ciclo produtivo leva tempo; entre a decisão do produtor plantar e a produção estar no momento de venda, passam 12 meses, 10 meses, 14 meses, conforme o ciclo, e aí pode ser que o mercado naquele momento não é mais aquele que subsidiou a sua tomada de decisão de plantio.

E, além disso, o setor agrícola e o pecuário, no mundo todo, se caracteriza por ter um excesso de produtores, milhares de produtores, milhões de produtores, e uma concentração muito grande de compradores da produção e de vendedores de insumo, o

que isso dificulta, dá um desequilíbrio na capacidade de negociação do produtor rural; muitas vezes, ele vai negociar com o fornecedor ou com um vendedor de insumos ou um comprador de grãos em condições desequilibradas, por quê? Uma quantidade imensa de produtores está indo buscar os insumos e são poucos os vendedores de insumos e, então, eleva o aumento de custo ou uma quantidade imensa de produtores que está fazendo a oferta--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de interromper um minutinho a sua fala para anunciar aqui a presença do Sr. Luís Carlos Guedes, que é Vice-Presidente do Agronegócios do Banco do Brasil que, atendendo a pedido desta Comissão, comparece aqui, numa demonstração clara, sobeja do grande compromisso que essa instituição tem com a agricultura do nosso país, incluindo aí o Agronegócio, a Agricultura Familiar etc. Nós agradecemos a sua presença--

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Desculpa, eu estava no interior aí, chegando agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, mas o seu representante, aqui, o representante do Banco do Brasil, que o antecedeu, que está o antecedendo, José Carlos Vaz, está dando todas as informações pertinentes a área dele, eu acho que já fez um importante trajeto no seu depoimento e, com certeza, ao terminá-lo, será secundado também por outro depoimento importante, de sua lavra. Você pode prosseguir, José Carlos Vaz.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Então, com a autorização do Dr. Guedes, posso continuar aqui e o Dr. Guedes, em seguida, aperfeiçoará as nossas considerações, que são com base nas orientações que eles nos deu.

Bom, então, a questão da... Conceitual e estrutural, talvez seja a mais relevante do que é discutir os casos que nós temos, ressaltados e ressaltando e considerando as situações individuais que muitos produtores vem passando e, eventualmente, buscar soluções específicas para esses produtores, como, por exemplo, a própria CNA incluiu na proposta de plano de safra que vem agora, no próximo plano de safra, incluiu a proposta do estabelecimento de um fundo garantidor de crédito. Essa pode ser uma forma de subsidiar esses produtores que estão na situação de risco mais agravada para operar da próxima safra e receberem recurso do crédito rural; é uma forma da gente incrementar os recursos para eles, por exemplo.

Bom, só para dar algumas notícias, e depois eu passo... Pois não, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por favor, José Carlos, você tem conhecimento para dar ex-

plicação a nós como é que está funcionando o Fundo Garantidor da Micro e Pequena Empresa, o último fundo que o governo criou agora, com o recurso do BNDES?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Senadora, eu confesso que eu não vi ainda a Medida Provisória que criou, mas eu acompanhei... Eu acompanho dos demais fundos que existem, do Fundo Garantidor da Marinha Marcante, o FUMPROGER, o Fundo Garantidor das Exportações e do Programa de Crédito Imobiliário.

Eu confesso para a senhora que eu acho que... Eu tenho que ver esse da micro e pequena empresa, mas, por ora, achei que o melhor foi o modelo da Caixa Econômica, esse último que foi criado pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Esse programa de crédito imobiliário aí. Ele é um programa interessante. E a gente tem conversado com o Governo, eu sei que o Ministério da Agricultura está estudando esse assunto, inclusive no dia seguinte à apresentação disso aqui, nós já fomos demandados pelo Ministério da Agricultura, que ele quer aprofundar a análise dessa proposição da CNA, nós temos falado o seguinte, que a gente acha conveniente criar esse fundo, mas que ele não pode ser um fundo que meramente transfere o risco para o Tesouro Nacional. Ele tem que ser um fundo que exija um pouco de risco da parte do agente financeiro. De forma que ele não queda créditos flexibilizando demais seus critérios; ele tem que ser um fundo de aumento de assistência de volumes, mas não necessariamente ele transferir 100% do risco ao Tesouro Nacional; é uma forma da gente proteger o Tesouro também. Então, teria que ter uma participação de agente financeiro sempre. Primeiro.

Segundo, o agente financeiro teria que repetir, no mínimo, a assistência que já tem dado para o produtor, então, conceitualmente, ele teria que ser uma solução para aumento de recurso para o produtor e não para ser simplesmente um agente financeiro falar: "Eu estou fora e o Tesouro assume agora". Então, ele teria que representar isso.

Basicamente seria com base nos modelos de constituição de fundo, são mais ou menos muito parecidos, ou é uma capitalização pelo Tesouro ou coloca algum ativo do Tesouro nesses fundos, são todos muito parecidos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): BNDES?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: É, além disso, poderia ser acoplado, então além da constituição do fundo, e eu acho que poderia ser nessa linha, poderiam ser acopladas algumas coisas, por exemplo, uma discussão sobre a possibilidade de rever alguns dos casos em que foi aplicada a 2.682, as prorrogações, fazer

uma discussão conceitual para ver se não pode fazer alguma tipo de ajuste de sintonia fina, primeiro. O segundo ponto, talvez--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode concluir.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: --no próximo plano de safra, aumentar o teto de recursos controlados para que os produtores possam ter acesso a recursos... Porque tem muito produtor que pega mais crédito, mas pega no mercado, a taxas maiores, então, se pudesse aumentar o teto que ele pega a taxa controlada, seria interessante.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Seria fundamental.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: São medidas como essas... Eu vou só passar os dados da contratação da safra até agora, e passo para o Presidente, que eu acho que vai passar para o Dr. Guedes. Então, até--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, antes que ele terminasse, apenas que ele pudesse sugerir, se é que já tem esse número, se o fundo da aval fosse viabilizado, de quanto seria o volume necessário para esse fundo, para tirar os produtores do risco?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Senadora, é complicação fazer essa estimativa, mas eu acho o seguinte, que esse fundo, ele, basicamente, ele seria--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pode dizer, não tenha medo não.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: --para suprir a ausência das *tradings* e dos fornecedores que, até a safra passada, até o meio da safra passada, vamos dizer assim, elas alugavam o seu limite de crédito para produtores. Inclusive, produtores que não conseguiam tomar todo o crédito que queriam nos bancos ou não conseguiam tomar crédito nenhum, iam nas *tradings*, e a *tradings* achavam que dava para correr o risco deles, e "emprestavam" para esses produtores.

Esse dinheiro não vinha do ar, eles não tomavam crédito bancário, as *tradings* e fornecedoras ou tomavam crédito bancário ou tomavam crédito junto a suas matrizes lá fora. Então, nas nossas estimativas, todo mundo fala isso, que um terço da safra vem do produtor rural, um terço vem do crédito rural e um terço vem das *tradings* e fornecedores; na safra passada, isso não foi verdade. Um terço das *tradings* e dos fornecedores deve ter ficado abaixo da metade e os produtores tiveram que compensar isso com recursos próprios ou

com menor aplicação de insumos. Porque, na verdade, o Banco do Brasil cresceu, mas foi para compensar a ausência dos bancos privados, basicamente, a redução da assistência dos bancos privados.

Só que a gente acredita que, nesta safra que vai ser plantada, as *tradings* e os fornecedores vão voltar um pouco, sob risco de perderem mercado, porque essa ausência delas, embora tenha dado menos recursos para os produtores, de certa forma, deu mais poder de barganha para o produtor porque, como ele não tinha fechado os negócios ainda, no ano passado, ele pôde e pode negociar melhores preços agora.

Então, como há uma sinalização de que o mercado de milho e soja vai ficar um pouco restrito, a gente tem a impressão de que as *tradings* e os fornecedores voltarão na próxima safra, é a nossa percepção.

Então, eu diria para senhora que, não um fundo, mas um valor garantido, porque o perguntado precisa garantir todo, 100% do valor que está em risco, pode-se fazer a análise e colocar o fundo pode ser 15, 20, 10% do valor que está protegido por aquele fundo. Alguma coisa entre dez e 15 bilhões seria um número razoável, isso numa visão técnica, primária, falando agora para responder para contribuir para a discussão. Nenhuma fundamentação de estudo. É apenas uma percepção.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas seria esse fundo, você acha que ele devia ser no valor do aprovisionamento? Basta ele segurar o aprovisionamento, não seria suficiente?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Não. Não. Essa carteira que vai ser constituída, ela tem que ter uma análise de risco e, sim, em princípio seria, porque uma análise de risco iria, se fosse um crédito bancário, levar ao aprovisionamento, então, o fundo seria no valor do aprovisionamento. Poderia ser no fundo do aprovisionamento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ou o aprovisionamento dos 22 prorrogados? 22% prorrogados?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: É eu estou falando em geral do Plano Safra, eu não estou falando só dos prorrogados, eu estou falando de créditos novos. Ah sim, me parece que nós não deveríamos mexer na provisão desses créditos que estão prorrogados aí, por ora, aguardar os pagamentos aqui. Porque nós teríamos é buscar formas de contratar mais operações novas, e não necessariamente mexer nisso.

Mas isso só adiantando, Senadora, é uma posição que a senhora pediu agora, surgiu agora, é técnica pessoal, que uma discussão dessas tem que ser feita muito análise quanto a risco, quanto a mecanismos que tem que ser feitos, as questões legislativas

regulamentares, mas a gente está à disposição para participar desse processo junto com o Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, encerrado o prazo, reservado ao Dr. Carlos Vaz, nós vamos passar ao segundo expositor, que é o Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, e, depois da exposição dele, nós vamos franquear a palavra para os debates.

Então, nós solicitamos a todos os Srs. Parlamentares que reservem suas perguntas, seus questionamentos, para a etapa posterior à fala do Sr. Luís Carlos Guedes Pinto. Com a palavra, o Presidente, Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Sr. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão, Senadores Kátia Abreu, Colombo, Gilberto, senhoras e senhores, José Carlos, companheiro do Banco do Brasil. Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas pelo meu atraso eu estava participando de eventos vinculados à atividade agropecuária do interior e, infelizmente, não pude chegar no início da Sessão, então, eu peço que me desculpem, eu tive até que improvisar uma gravata aqui, por que não? Imaginei que tivesse tempo de vir vestido adequadamente a essa Sessão.

Mas eu tomei conhecimento, claro, que nós preparamos juntos essa exposição, então, eu já havia lido essa exposição do José Carlos e creio que o essencial ele disse, mas o que eu gostaria de enfatizar, nesse momento, é que eu acho que nós precisamos implementar mecanismos através dos quais nós superemos definitivamente essas sucessivas renegociações e prorrogações que tem ocorrido, principalmente nos últimos 20 anos, na agropecuária brasileira, isso prejudica a todos nós. Prejudica a agricultura, prejudica, digamos, o Tesouro Nacional, portanto, todos os cidadãos; prejudica o setor como um todo e dificulta a atuação dos agentes financeiros, particularmente o Banco do Brasil, como já foi dito aqui, responde por mais de 60% do financiamento da agricultura, os senhores imaginem o que significa financiar uma safra, nós temos mais de um milhão de contratos, um milhão e 300 mil contratos, e os contratos de financiamentos da agricultura são contratos normalmente muito mais complexos do que nos outros setores, e temos que fazer frequentemente renegociações que são muito mais complexas do que o financiamento da safra. E isso causa um congestionamento muito grande no Banco do Brasil e faz com que o nosso atendimento também, frequentemente, não seja satisfatório.

Então, eu creio que nós precisamos criar mecanismos para superar esse passivo das renegociações que já ocorreram, mas impedir que elas venham a ocorrer novamente. Nós temos até apresentado, em

outras oportunidades, e evitamos fazer projeções hoje aqui, mas nós temos tido, ao longo dos últimos 20 anos, várias crises na agricultura, pelas razões das mais variadas. Ou por razões de caráter climático, como foi em 2004/2005, acentuada em 2005/2006, ou razões vinculadas ao câmbio, por exemplo, que, em vários momentos, afetaram fortemente a agricultura, as planilhas econômicas, na medida em que corrigiam diferentemente os débitos dos agricultores e, por exemplo, os ativos no caso, os produtos da política de preços mínimos, além disso, nós tivemos crises mundiais e, às vezes, problemas típicos com o café, com o cacau ou com determinados produtos, como por exemplo, no caso da carne, crise com a aftosa e, enfim, o mercado mundial, frequentemente, nos oferece digamos, surpresas, então, por razões das mais variadas, nós temos tido diversas crises na agricultura brasileira, que geram a necessidade dessas prorrogações.

Então, eu creio que o grande desafio que nós temos é o de implementar mecanismos que dêem estabilidade de renda ao produtor rural, essa é a grande questão. Se nós implementarmos instrumentos que garantam uma estabilidade de renda ao produtor, não há por que nós realizarmos essas renegociações, e esses mecanismos são conhecidos, eles existem, nós estamos começando a operar no Brasil isso ainda de forma incipiente, mas eu diria que são basicamente dois: O seguro da produção, que é o seguro rural, no caso de haver um sinistro e o produtor não vier a colher o produto no volume que ele espera, devido, por exemplo, a um fenômeno climático, meteorológico, ou algum problema dessa natureza, então, ele tem a garantia da produção.

Mas isso, no Brasil, nós já começamos desde 2004, vem crescendo até, eu diria, aceleradamente, ainda que começamos na estaca zero, esse seguro ainda tem muito a crescer e precisa ser aperfeiçoado. Há problemas nesse seguro, sobretudo na questão relativa à produtividade porque o seguro rural brasileiro, ele cobre, em média, 70% da expectativa de produção, e esse rendimento esperado, a seguradoras tomam como base os dados oficiais, e os dados oficiais são do IBGE. E, na maioria dos casos, a produtividade que nós encontramos oficial no IBGE, ela está abaixo da produtividade que ocorre na realidade face aos avanços que tem ocorrido na agricultura brasileira.

Então, por exemplo, apenas a título hipotético, se a produtividade prevista no IBGE é dez, mas, naquela região, a produtividade já está em 15, a seguradora vai cobrir 70% de dez, que é o dado oficial. Então, já alguns experimentos, sobretudo no Paraná, no sentido de nós fazermos ajustes, mas precisa de uma negociação com as seguradoras; o Banco do Brasil,

inclusive, tem participado desse processo, mas, enfim, o que eu quero dizer é que há necessidade de aperfeiçoar esse sistema e é perfeitamente possível esse aperfeiçoamento.

Eu diria até que, no médio e longo prazo, acho que nós temos que trabalhar com a produtividade do produtor, isso eu digo no longo prazo. Se um produtor, já há vários anos, alcança uma determinada produtividade que nós conhecemos, e está registrada, eu acho que a cobertura deve ser feita em função dessa produtividade que ele, há vários anos, alcança. Eu digo isso no limite, no futuro. Mas hoje nós precisaríamos nos aproximar pelo menos de uma produtividade mais atualizada, ela encontra-se, em geral, defasada. Mas, como eu disse, isso é um problema técnico, não é um problema de legislação, e é possível a gente fazer.

É importante recordar que nós temos, no Brasil, hoje, um subsídio do Governo Federal, em média, isso varia um pouco às vezes de cultura, mas, em média, de 50% do custo do seguro rural, do custo do prêmio. No caso específico do Estado de São Paulo, o Estado paga mais 25%, ou seja, 50% dos 50% restantes.

Então, em São Paulo, por exemplo, o seguro rural o prêmio custa para o produtor 25%, mas, além do seguro da produção, eu acho que é tão ou mais importante, porque, muitas vezes, o agricultor tem produção, mas ele não tem preço, então, a gente implementar mecanismos ou difundir a cultura de proteção no mercado futuro, que é o que se chama de *hedge*, que é a proteção. Então, há vários mecanismos através dos quais o produtor, no momento em que ele vai, digamos, iniciar o seu processo produtivo, ele pode se proteger no mercado futuro, através, por exemplo, de opções.

Como eu disse, há vários mecanismos, alguns mais complexos, mas eu acredito que, para a agricultura, talvez, o mais adequado sejam as opções e através dos quais o agricultor, ele pode ter a garantia do preço pelo qual ele vai vender a sua produção. E isso também já existe no Brasil, mas, digamos, a prática ainda é incipiente, é um mecanismo um pouco mais complexo, inclusive o Banco do Brasil, junto com a BM&F Bovespa, desde o ano passado, a gente vem fazendo um programa que começou chamando BM&F Vai Ao Campo, depois o Banco do Brasil começou a participar, nós vamos recomendar inclusive esse ano. O ano passado o Banco do Brasil já participou dessas atividades em conjunto, então, BM&F e Banco do Brasil Vão Ao Campo, fazendo reuniões nas principais regiões produtoras no Brasil, a fim de, digamos, divulgar esse mecanismo de proteção de preço. Além disso, o Banco do Brasil, em convênio com a BM&F, já capacitou mil funcionários, em 40 cursos, aliás, em 25 cursos, o curso teve 40 pessoas, nós já capacitamos

mil funcionários do Banco do Brasil, em operações de mercado futuro. E estamos agora, na próxima semana, recomeçando esse curso na BM&F, pretendemos, ao longo desse ano, capacitar mais 400 a 500 funcionários do Banco do Brasil.

Inclusive, a gente tem defendido o ponto de vista de que, da mesma forma que o Governo Federal subsidia o seguro da produção, também deveria subsidiar os mecanismos de proteção de preços, no caso, não se trata de falar em porcentagem, porque esses mecanismos são diferentes. Eu não vou entrar em detalhes agora, mas, por exemplo, você comprar uma opção, uma garantia de venda a um determinado preço, isso vai variar muito, eu diria, até da produtividade do produtor, do seu custo de produção, o interesse dele em proteção.

Então, você pode protegê-lo, em termos de um determinado valor fixo por unidade da produção, e isso pode significar um subsídio de 30, 40, 50, 70%, dependendo do custo de produção do produtor. Então, nós defendemos também esse ponto de vista de, aliás, o Governo do Estado de São Paulo acaba de lançar um mecanismo de subsídio para as opções no Estado de São Paulo. Fruto inclusive de, digamos, reuniões que nós tivemos no Governo do Estado de São Paulo, e a gente tem levantado esse ponto de vista junto ao Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, e esperamos que isso também seja adotado o mais brevemente.

Inclusive, nós fizemos algumas estimativas, em termos dos custos desse seguro rural e desse seguro de preço, vamos chamar assim, entre aspas, de seguro de preço, e depois calculamos os custos para o Tesouro Nacional dessas renegociações e prorrogações. E, na nossa avaliação preliminar, como disse o José Carlos há pouco, esses estudos a gente precisa aprofundar, mas, na nossa avaliação preliminar, ficaria menos oneroso para o Tesouro Nacional subsidiar e ampliar esse subsídio para o seguro rural e para as opções do que ter que fazer as renegociações e dando muito mais tranquilidade a todos, aos produtores rurais, ao próprio Tesouro Nacional, às instituições financeiras, e eu digo que também ajudaria a superar problemas que acabam, como é natural, se tornando problemas políticos, essas renegociações geram um desgaste muito grande; essa própria audiência, ela é fruto desse processo.

Então, uma preocupação muito grande que nós temos no Banco do Brasil, já que estamos atuando no setor e somos os principais agentes financiadores e estamos presente em todo o território nacional, é esse tema, que nós temos levantado, inclusive, em várias oportunidades, em várias reuniões que nós temos par-

ticipado. Porque, inclusive, estamos e precisamos também fazer ajustes na política de crédito rural, eu diria que há um consenso hoje no Brasil, inclusive, não só entre os produtores rurais, o que tem sido manifestado pelas lideranças, sobretudo a Senadora Kátia Abreu, mas eu diria por parte, inclusive, de vários setores do governo, da necessidade da gente rever, o José Carlos deve ter comentado aqui antes, o sistema de financiamento da agricultura brasileira, ele vem da década de 60, quando a produção era muito inferior à atual, os mecanismos de financiamento eram outros. Naquele tempo, havia a famosa conta-movimento do Banco do Brasil, que os mais velhos conhecem, que foi extinta há mais de 20 anos, para vocês terem ideia, os recursos para atuar em política agrícola, eles eram ilimitados, ilimitados isso é inconcebível hoje. Por exemplo, a política de garantia de preços mínimos, não havia limites para o governo entrar comprando no mercado.

Houve anos em que o governo chegou a comprar 50% da safra de grãos, hoje esses recursos são orçamentários. Então, se a gente quiser, nós estamos com uma safra de 140 milhões de toneladas, aproximadamente, a do ano passado, a desse ano vai ser um pouco inferior, e os recursos são orçamentários. Então, os recursos que a CONAB tem para apoiar política de garantia de preços mínimos, não é? Essa é uma razão pela qual, inclusive, vários outros mecanismos os PEPRO, PROP, enfim, as opções, opções privadas, vários outros mecanismos foram criados para que, com menos recursos, a gente possa atuar no mercado.

Então, eu creio que esse é um grande desafio que nós temos pela frente, e eu acredito que devemos atuar nesse sentido, inclusive há um grupo de trabalho, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, com a participação do Ministério da Fazenda, a CNA e o Banco do Brasil, buscando a elaboração de propostas que permitam a atualização da política de crédito rural e, inclusive, a implementação desses mecanismos de proteção de renda.

Eu não sei se o José Carlos comentou e, para concluir apenas, Senador Valter Pereira, eu gostaria de dizer que, apesar da crise que nós estamos atravessando, das dificuldades financeiras, o Banco do Brasil, quando comparamos esta safra em curso, 2008/2009, com a safra 2007/2008, nós ampliamos em 30% o financiamento à agricultura. Nós sabemos que há falta de recursos, há muitas manifestações sobre isso, mas elas se devem sobretudo à retração que houve por parte de outros agentes que atuam no sistema financeiro. Já foi comentado aqui, sobretudo, os revendedores e as *tradings*, que se recolheram, isso principalmente no Centro-Oeste do Brasil, onde a presença das *tradings* é

muito maior, é muito efetiva ou, digamos, é muito mais ampla, é que foi sentida essa falta de recursos.

Apesar disso, é importante dizer que o Banco do Brasil ampliou em 30% os recursos, antecipou cinco bilhões de recursos, no ano passado, entre outubro e dezembro, não é? Com autorização do Ministério da Fazenda. Já fizemos desembolsos de dois milhões de reais para crédito agroindustrial, que não estavam previstos no Plano Safra e, com isso, nós já financiamos esse ano 25 bilhões de reais; estamos alocando mais um bilhão, aliás, alocamos um bilhão de reais da poupança rural para estocagem de álcool, e estamos agora começando a operar essa nova linha criada, que se chama Programa de Crédito Especial Rural, o PROCER. Essa que, inclusive, acaba de sair nesse fim de semana, uma Resolução, permitindo a transferência de até cinco bilhões de reais, diretamente para o Banco do Brasil.

E a nossa expectativa é, na próxima safra 2009/2010, Senador, crescer novamente em 30% os recursos que o Banco do Brasil destina ao financiamento do agronegócio no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos a intervenção do Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, com esclarecimentos importantes sobre o crédito rural, que é acompanhado com bastante atenção por todos os componentes desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nós vamos passar à segunda parte dos nossos trabalhos, estando como primeiro inscrito o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu preciso me deslocar para uma outra Comissão, rapidamente, num Projeto que eu sou Relator, eu gostaria, então, de ceder este espaço para o segundo colocado e retorno aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O segundo inscrito é o Senador Raimundo Colombo, que usa a palavra nesse instante.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Sr. Dr. Luís Carlos Guedes Pinto e José Carlos Vaz, o Governo anunciou, há cerca de um mês, a disponibilidade de dez bilhões de reais para a apoio ao setor. O que a gente sabe é que as agroindústrias, as empresas, os frigoríficos, eles estão com uma crise muito grande, isso decorre da realidade econômica presente.

E, em muitos casos, eles estão atrasando o pagamento de fornecedores, mas são, na maioria, empresas sólidas, com grande tradição, com capital, com capacidade de garantir o empréstimo, só que, pelo que eu sei, esses recursos não estão disponibilizados,

eles não estão acessando esses recursos, e a crise é grande. Nós estamos vendo aí o caso hoje anunciado, da fusão Sadia e da Perdigão, mas isso decorre em diversos setores.

A pergunta é a seguinte: Esse dinheiro está disponível? Foi emprestado? As empresas estão tendo acesso?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Esse dinheiro está disponível e está sendo emprestado, quer dizer, essas operações estão em curso, é claro que são operações em geral, vultosas, exigem uma análise, claro que os bancos têm que cumprir toda uma série de normativos, mas esses empréstimos estão sendo feitos, o José Carlos poderia até dar números mais concretos, número de empresas que tem aí e que estão sendo analisadas. Nós esperamos que, dentro de dois meses, eu sei que o prazo pode ser um pouco longo, o recurso acaba de ser liberado do Banco do Brasil, o recurso foi liberado inicialmente ao BNDES e depois nós solicitamos que uma parte viesse diretamente ao Banco do Brasil, e isso foi autorizado na sexta-feira, e eu acredito que nós fomos começar... O banco já começou antecipar recursos próprios da poupança rural para esse fim, nós já estamos fazendo contratos. Mas eu acredito esse montante, o José Carlos pode até dar alguns números aí--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Por favor.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: --das empresas que estão em análise. É claro que nós não vamos entrar em detalhes das empresas--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim, claro.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: --mas nós podemos falar em montantes.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Senador, é porque, na verdade, são dez bilhões dessas linha, depois tem três bilhões para a [ininteligível] de álcool, e depois tem mais um bilhão ou dois, me parece, para as cooperativas, o valor, me parece, que é maior do que isso, mas, além das dessas linhas, existem os recursos do próprio crédito rural, que podem ser, em algumas situações, direcionados para as empresas, as empresas integradoras principalmente, os frigoríficos, um valor não tão grande, mas é uma taxa razoável, e os recursos da própria poupança rural, que pode ser feita para isso.

Bom, então, respondendo especificamente sobre a questão dos dez bilhões. Nós, ontem, estivemos no Ministério da Agricultura, e eles nos deram a informação de que o BNDES já estaria com uma carteira de propostas aí, na ordem de cinco a seis bilhões para essa linha.

No Banco do Brasil, nós temos, aproximadamente, cinco bilhões em estudo. O que ocorre isso? O nosso Presidente Aldemir Bendine, os nossos Vice-Presidentes, determinaram absoluta prioridade à análise de crédito para esse segmento dos agronegócios, então, as nossas agências procuraram as empresas ou foram procuradas pela empresas, receberam seus pedidos, em alguns casos, as empresas tiveram que entregar os balanços que ainda não estavam publicados, entregaram os balanços, e a nossa área de crédito está analisando qual a assistência que a gente pode dar. Em algumas situações, se a empresa tiver condições de tomar mais crédito do que o limite de crédito do banco, o limite de exposição do banco naquele segmento daquela empresa estabelecido, nós iremos buscar outros agentes financeiros para complementar essa assistência.

Então, eu diria para o senhor o seguinte, que nós temos a expectativa de que esses cinco bilhões que estão em exame no banco, se transforme em desembolso ao longo desses dois meses que o Dr. Guedes falou isso.

Nós já desembolsamos esse semestre, com os recursos da poupança rural para a Agroindústria, cerca de dois bilhões de reais, que não estavam previstos no Plano de Safra, em função da crise, da orientação de Governo, da orientação da Diretoria do Banco, nós já fomos antecipando recursos da poupança, que depois, parte dele, será reclassificado para esses recursos do BNDES para a gente poder colocar esse recurso no próximo Plano de Safra.

As nossas áreas de crédito, as nossas agências também estão correndo atrás para rever os limites de crédito das cooperativas também, é uma orientação muito forte da Administração do banco para que, sempre que regulamentarmente possível, a gente dê o máximo possível de créditos para as cooperativas, a taxas controladas do crédito rural, porque parte das cooperativas, num passado recente, seja no Banco do Brasil ou em outros bancos, muitas vezes, talvez, por insuficiência de recursos, alguma coisa, acabam pegando algum recurso a taxas livres. Então, se houver enquadramento regulamentar, aí nós vamos tentar dar principalmente crédito rural.

Então, o cenário também mostra, esboça melhoras, tudo indica que a presença do Banco do Brasil e do sistema BNDES, no segmento, nos próximos dois meses, ela vai se mostrar bastante sólida. Junto com a melhora da situação do setor, a gente acha que isso deverá levar a um equacionamento dessa situação.

Ressalvado que tem situações específicas de empresas que, muitas vezes, já antes da crise internacional, ela já apresentava uma fragilidade financeira,

que não será com essas medidas que se resolverá. Possivelmente, elas vão ter que procurar uma reengenharia societária, uma utilização de patrimônio, alguma forma para equacionar problemas estruturais.

Mas, no que se refere ao quadro conjuntural, a maior parte das empresas, no conjunto do sistema, deverá se buscar um equacionamento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Eu acho que, com a necessidade, o Governo agiu rápido, eu acho que ele disponibilizou os recursos, mas a verdade é que é muito demorado. Eu conheço empresas sólidas que tem capacidade de garantir o empréstimo e que não conseguem. Você tinha um sistema que estava operando; a crise mundial derrubou o sistema, os recursos lá fora, os empréstimos internos, houve uma exigência muito maior, e elas não estão acessando esses recursos e elas estão atrasando fornecedores, elas estão perdendo credibilidade, elas estão vivendo uma fase muito difícil.

Então, o nosso entendimento é que deva haver um esforço para que se agilize, que seja mais rápido esse processo, porque a cada dia que se perde, a empresa perde credibilidade, é um desgaste delas. E também acabam se sujeitando a buscar recursos numa taxa que daqui a pouco acaba comprometendo a própria empresa, isso tem sido um problema. As cooperativas também vivem essa realidade, embora elas tenham segurado todo o seu investimento, mas elas estão diminuindo sua atividade. Há um problema em curso.

Então, me parece que há uma demora muito grande entre a vontade ou o anúncio da liberação dos recursos até, de fato, a sua efetivação, e isso, eu gostaria de deixar um pedido do esforço, da agilidade, porque lá na base, na prática, a gente vê essa discussão e o desgaste que isso está trazendo. Como eu disse, é claro que tem algumas empresas que não tem mais o que fazer, mas a grande maioria delas, com um pouco de apoio, elas vão se recuperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar para o próximo inscrito, eu gostaria de fazer algum comentário sobre o que o ouvi aqui do José Carlos e também do Dr. Luís Carlos Guedes.

O Banco do Brasil, indiscutivelmente, foi sempre, ao longo da sua história, o grande esteio de financiamento da produção agropecuária brasileira, e aqui o senhor lembrou aqui da época da conta-movimento, que indiscutivelmente ali residia o maior projeto de expansão agricultura brasileira. Era uma linha que realmente fazia com que a agricultura conseguisse atravessar todas as suas dificuldades, todos os seus

problemas, e caminhar na direção do desenvolvimento das atividades do campo.

No entanto, de uns tempos para cá, especialmente depois que houve a supressão dessa chamada conta-movimento, e o Banco do Brasil ganhou um contorno de uma instituição mais comercial do que de fomento, as coisas mudaram, e o Banco do Brasil, hoje, dá muito maior relevo à segurança do crédito do que à necessidade de fomento. Esta é uma realidade que nós constatamos, lá na ponta, constatamos, lá no município, onde o crédito é realizado etc.

Então, o Banco do Brasil conhece, lá na ponta, conhece as razões da inadimplência; só para os senhores terem uma ideia, o meu Estado é Mato Grosso do Sul e é um Estado em cujos Municípios eu estou frequentemente visitando, e ainda agora, neste final de semana, eu ainda estive em vários municípios brasileiros, e nós estamos saindo agora de uma estiagem que já dura 60 dias, dura mais de 60 dias em alguns lugares. E, em determinados municípios, houve perda, por exemplo, da safrinha de milho, da ordem de 50%; em alguns municípios, perda de 10%, outras de 15%, outras de 30%, mas há municípios onde a perda do milho safrinha foi da ordem de 50%, ou seja, com uma perda de 20%, já não se paga o custeio da produção, portanto, a inadimplência, em tais circunstâncias, decorre fundamentalmente de condições climáticas e não inidoneidade do produtor.

Só que, no momento de avaliação do seu crédito, das suas condições etc. etc., as normas que prevalecem são as mais duras possíveis; são aquelas normas: "pagou tem, crédito, não pagou, deu calote". É essa a regra fundamental.

Então, a indagação que eu faço é o seguinte: O que é amarra o Banco do Brasil? E principalmente no momento em que nós atravessamos uma crise financeira internacional, que, posteriormente, veio agravada com essa gripe tipo A, depois de ter passado já pela gripe aviária etc. etc., circunstâncias todas que teriam que induzir fatalmente o Brasil a adotar uma política de crédito ou, pelo menos, a enxergar a questão da segurança de crédito com uma maior flexibilidade. E, no entanto, o que nós sentimos é que, embora nos demais países que atravessam a crise internacional haja essa flexibilidade, no Brasil, continuam implacáveis as regras com relação à segurança do crédito. Onde é que está pegando a coisa? É na falta da legislação? É uma política do banco? É uma política do Governo, o que é que está pegando? Então, esse é o primeiro esclarecimento que eu gostaria de solicitar.

E o segundo esclarecimento foi o seguinte, nós fizemos uma audiência aqui para tratar especificamente da crise dos frigoríficos. Realmente, ela afetou

duramente algumas regiões, especialmente a Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul foi duramente castigado, Mato Grosso também foi, Goiás e outros Estados brasileiros. E houve fechamento de muitas unidades frigoríficas, muito desemprego e perdas de receitas nos Estados. E nós gostaríamos de ser informados de como que o Banco do Brasil atuou nestas circunstâncias? E acrescentando ainda um fato, o fato de que, nesta crise dos frigoríficos, há uma participação importante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES, que não compareceu a esta Reunião. E sobre isso nós vamos, posteriormente, discutir, porque ele é um agente que cumpriu e que deve estar cumprindo um importante papel diante desta crise.

Então, o que nós queremos saber? Nós queremos saber o seguinte: Até que ponto que, nesse socorro que a coube ao BNDES promover, até que ponto que prevaleceram as normas de segurança do crédito desta instituição e até que ponto que foram observadas as normas do Banco do Brasil, nesse particular? Então, eram as duas questões que eu gostaria de suscitar nesta Audiência.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Com relação ao primeiro ponto, Senador, quando nós falamos da necessidade de uma revisão ou de uma reengenharia, quando nós falamos da necessidade de uma revisão de uma reengenharia do crédito rural, um dos pontos centrais é separar o risco da operação financeira, o risco bancário, do risco da atividade agrícola. Porque todos nós sabemos, e a gente tem batido muito nesse ponto, que a atividade agropecuária, por ter uma atividade de caráter biológico e por depender fortemente da natureza, que são duas coisas diferentes; o fato de depender da natureza já impõe uma série de riscos à agricultura, como o senhor acaba de exemplificar. Mas, além disso, pelo fato de ela ser de caráter biológico, ela tem um ciclo, ela está sujeita a uma série de condicionantes, simplesmente, se o preço de um produto industrial sobe rapidamente, o senhor contrata hora extra à noite, suspende as férias, contrata mais gente, rapidamente o senhor se ajusta. Amanhã o seu boi vai estar pesando igual a hoje, vai ganhar algumas gramas, a vaca vai produzir a mesma quantidade de leite, o milho já foi plantado etc. No caso inverso, se os preços caem, o senhor dá férias coletivas etc. etc. Na agricultura, isso não é possível. A vaca vai continuar produzindo leite etc. etc., eu não vou me alongar nessa exposição aqui. Então, o fato de ser de caráter biológico, produto perecível etc. etc., dá ao produto agropecuário, além dos condicionantes de natureza climática, dá uma volatilidade de preços impressionante.

Se o senhor pegar as curvas de preços dos produtos agrícolas, eles variam muito, fazem assim, isto é histórico, e os custos não. Os custos tendem a ser estáveis ou ligeiramente subir, em termos reais, às vezes, até sobem rapidamente. Então, a atividade agrícola, pela sua natureza, e sobre isso a poderia se alongar muito mais, Senador, ela impõe uma série de condicionantes e aumentam muito os recursos. E que existe o risco de qualquer operação financeira, bancária; qualquer financiamento que o Sr. faça, para qualquer atividade, tem o risco próprio. E, no Brasil, isso está misturado, por isso que dá essas crises frequentemente; nós não separamos esses dois riscos, e a forma de proteção, são formas diferentes... A instituição bancária, ela está habilitada a fazer a proteção, ela tem experiência de fazer financiamentos de modo geral, financiamentos os mais variados e, no caso da agricultura, por causa das diversas especificidades, nós teríamos que ter um mecanismo diferenciado para poder cobrir esse riscos.

Por isso que os países mais ricos já desenvolvem há décadas, há muitas décadas, políticas específicas para a agricultura, uma política econômica para a agricultura. Eu me permitiria aqui comentar rapidamente, foi um tema ao qual eu já me dediquei algum tempo, a União Europeia, que nasce o Mercado Comum Europeu, nasce em torno, quer dizer, preliminarmente, lá, antes de ser Mercado Comum Europeu, antes de ser Mercado Comum Europeu, na década, comecinho de 50, foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Mas o Tratado de Roma, quando cria o Mercado Comum Europeu, dos seis, inicialmente, Alemanha, Itália, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, ele, quase todo, é construído em torno da política agrícola, visando ao abastecimento da Europa, e é tão bem sucedido, que a Europa virou até exportadora de produtos agropecuários. Esse foi o núcleo da União Europeia, foi a PAC, a Política Agrícola Comum. Fora o que tem nos Estados Unidos e outros países fazem. Porque a agricultura exige, e como ela é essencial... Como ela é essencial para a sobrevivência humana, o produto agrícola é fundamental para ao abastecimento é uma questão de segurança nacional, segurança alimentar, esses países deram prioridade absoluta para isso.

Então, a agricultura exige uma política diferenciada e nós temos que criar mecanismos, portanto, que assegure—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permita, uma pequena intervenção?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em cima do que o senhor está expondo, o senhor fala, obviamente, como alguém que tem uma

cultura relacionada ao crédito agrícola e conhece as peculiaridades dessa atividade econômica. Até aí, tudo bem. No entanto, tem uma questão que é fundamental: O Brasil é tido como um dos países que possuem, talvez, um dos maiores ou o maior arsenal legisferante do mundo; nós temos uma Constituição extremamente grande, temos uma legislação incomensurável, e, mesmo assim, sentimos o quê? Sentimos que há um emperramento nas ações.

Então, o que acontece? O Banco do Brasil, que é o banco da agricultura brasileira, sente amarras. Tudo o que nós sentimos e percebemos é que o Banco do Brasil tem amarras. Onde estão as amarras? É na legislação—

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: É aí que eu queria chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --é na política do Governo? Na falta de priorização por parte do Governo, onde é que o bicho está pegando?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Aí é o segundo ponto. Então, eu digo que nós temos que ter uma... Eu fiz essa... Eu acho que é importante destacar por que a agricultura exige essa política econômica diferenciada. Então, esse é o primeiro ponto, então, é preciso separar esses riscos, e aí eu voltava, é que a Legislação Brasileira, aí eu vou falar de legislação, ela não difere os riscos das operações comerciais correntes das operações de financiamento à agricultura. Então, o plano do sistema financeiro, e o Banco do Brasil é um agente financeiro, o Banco do Brasil é uma S/A; nós temos uma série de órgãos controladores, que acompanham, não só o Banco Central, a Controlaria Geral da União, através da Secretaria Federal de Controle, o Tribunal de Contas e os acionistas do banco, aos quais nós temos que prestar contas. Ainda que o acionista majoritário seja o Governo Federal, um quarto dos proprietários do Banco do Brasil são ações que estão na mão de acionistas minoritários e que acompanham o desempenho do banco. Então, o bastante tem que ter, obviamente, as preocupações naturais de uma agência financeira.

Então, a legislação brasileira, ela trata de forma igual operações comerciais correntes e operações rurais, então, isso fica incompatível, há um modelo que ele não se adequa a... digamos, ao financiamento da agricultura, o que nos obriga, por exemplo, quando o José Carlos comentou esse assunto, em várias oportunidades, eu tenho visto a Senadora Kátia Abreu levantar, essa questão do risco das operações, da classificação de riscos.

Acho que o José Carlos, não sei, estava no texto, se teve tempo de expor a legislação sobre risco, que

abre algum espaço, mas, na realidade, nos obriga a seguir determinadas normas. Então, quando um produtor faz prorrogações, nós temos que agravar o risco; quando agrava o risco, o senhor tem que aumentar a provisão do banco. Quando o José Carlos fala que as nossas provisões aumentaram dez vezes, nos último seis anos, o aprovisionamento é prejuízo direto para o banco. Então, nós temos que criar mecanismos que nos permitem dar esse tratamento diferenciado que a agricultura exige. Essa é a questão central.

E sobre o segundo ponto, a questão dos frigoríficos, eu vou pedir para o José Carlos fazer alguns comentários, que ele está acompanhando mais de perto essas operações, que, de fato, nós estamos presentes, o Banco do Brasil financia muito fortemente, viu Senador? Inclusive, Sadia e Perdigão, nós temos um volume significativo de recursos apoiando esses dois grandes grupos econômicos do Brasil, mas também os demais frigoríficos, o Banco do Brasil está muito presente no financiamento de todo eles.

O José Carlos pode apresentar um pouco mais de detalhes sobre isso.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Bom, Senadores, a questão dos frigoríficos está dentro da linha de crédito dos dez bi, da atuação forte do BNDES, porque muitas vezes vai envolver questão de... O BNDES participa do capital de algumas empresas. Eu diria o seguinte, as empresas que estão em situação financeira de razoável para boa, o sistema bancário vai dar um equacionamento para o seu passivo de curto prazo alongar. Agora, a aquelas empresas que já, antes da crise, apresentavam dificuldades, essas vão ter que fazer um ajustamento, mas tem uma orientação firme do banco de buscar como compatibilizar a segurança do crédito com a necessidade de apoiar as atividades econômicas.

Isso é um desafio para os técnicos, o funcionalismo, a direção do Banco do Brasil, que a gente acha, da nossa parte, não vamos resolver 100% dos problemas, mas, da nossa parte, a gente vai conseguir fazer. Até porque está bem claro que, quando acabar essa crise, o Brasil vai sair melhor do que entrou em relação ao mundo; também a crise está melhorando ou reduzindo, está reduzindo. A questão é como construir a ponte, nesse momento, até chegar à superação da crise internacional.

Então, se.... A questão é auxiliar a análise de crédito a essa visão de médio e longo prazo da recuperação de atividade econômica, e muitas vezes isso exigirá dos acionistas algum trabalho de revisão da sua estrutura societária, sua estrutura patrimonial, mas, no geral, eu diria que o setor vai conseguir superar essa

crise, e haverá um apoio forte do sistema financeiro com relação a isso.

Eu queria aproveitar o comentário do senhor sobre a estiagem, especialmente do Mato Grosso do Sul, porque realmente a região Sul e o Mato Grosso do Sul estão atravessando uma estiagem muito forte, para informar que, na sexta-feira, o Conselho Monetário Nacional, em uma Reunião Extraordinária, autorizou a renegociação de dívidas da agricultura familiar. Então, nós já estamos implementando, nesta semana, esta renegociação de dívida da agricultura familiar. Além disso, está em exame alguma coisa para os demais produtores de cooperativas nessas regiões; o governo deverá anunciar esse mês, e o próprio Banco do Brasil também está desenvolvendo, internamente, formas de agilizar as análises de pedidos de PROAGRO e seguro e, eventualmente, dessas renegociações.

Mas acho que o ponto forte que a gente podia tirar dessas estiagens é o seguinte: Nos últimos dois três anos, o Banco do Brasil tem contratado seu custeio conjugado com seguro agrícola, subsidiado pelo governo e, em alguns Estados, em alguns casos, a gente vem recebendo críticas, que se diz o seguinte: "Olha, aqui na minha região, nunca teve problema. Por que contratar esse seguro junto?" Ou, eventualmente diz assim: "O seguro podia ser melhor". E a gente sempre respondia: "Olha, a forma do seguro ser melhor é a gente criar a cultura do seguro e a base de dados da produtividade para poder melhorar esse seguro, mas há um compromisso do banco de ir melhorando o seguro, cada vez mais, e do Governo, de botar subsídios para reduzir o custo desse seguro".

O fato é o seguinte, nós chegamos a esta seca, na região Sul e no Mato Grosso do Sul, com quase 90% dos nossos custeios agrícolas, acima de 90% dos nossos custeios agrícolas, com proteção do seguro agrícola ou do PROAGRO. Então, nesta estiagem, nós quase não vamos ter que prorrogar operações de custeios agrícolas, tanto da agricultura familiar como dos demais produtores. Se não houvesse o seguro, nós prorrogaríamos, mas isso ia prejudicar muito a contratação do próximo custeio porque ele ia estar com a situação tomada.

Agora, com essa situação não: O produtor vai receber a indenização, vai liquidar o custeio, não vai prejudicar a sua análise de risco, e ele vai tomar a custeio da próxima safra.

Então, reconhecendo a gravidade da situação, mas eu queria que as pessoas comparassem esta estiagem de agora com a estiagem que nós tivemos no final de 2004, que foi tão intensa quanto à de agora, e vejam o volume de operações que nós tivemos que prorrogar em 2004 e vejam o que nós vamos

prorrogar agora. Nós vamos prorrogar as operações de investimento basicamente, sendo que o governo já está começando a estudar mecanismos para agregar um seguro agrícola no futuro para essas operações de investimento.

Então, com o tempo, e a gente investindo um pouco no desenvolvimento das questões estruturais, na mudança de postura, a gente consiga criar mecanismos. Só colocar isso para o senhor. Então, já está decidido no Conselho Monetário, medidas para agricultura familiar, sairão medidas para os demais produtores nas próximas semanas, mas fundamentalmente isso, que esse seguro agrícola, ainda que realmente precise ser melhorado, aumentar a produtividade coberta, não sei o quê, ele já ajudou em muito a preservar recursos que teriam que voltar para a próxima, eles vão voltar, e em preservar a situação cadastral e de risco dos produtores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo Senador inscrito é o Senador Gilberto Goellner, que é signatário do requerimento e que tinha permutado com o Senador Colombo e, em seguida, V.Exa., Senadora Kátia Abreu.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom-dia a todos. Dr. Luís Carlos Guedes, José Carlos Vaz, a minha pergunta se refere, eu quero transformá-la numa proposta. Nós vimos aqui, já pela terceira oportunidade, avaliando a reclassificação de risco, como algo importante aos produtores que renegociaram suas dívidas e que esperam agora participar da continuidade da produção, para fazer frente a todo o processo de dívidas, de renegociações, para ter capacidade da atividade futura e, nesse sentido, eu vejo que nós devemos agora partir para uma ação prática.

Eu já estive no Banco Central, falei com Diretores, avaliamos a atual situação, os dois decretos, o 2686, o 3499, e o que ficou evidenciado que o banco, claro, tem a sua livre interpretação, principalmente o 3499, que faculta a possibilidade de mitigar o risco nas operações renegociadas, não de forma clara, direta, mas permite ao banco. Claro que o banco por segurança, omite essa possibilidade, até para garantir toda a carteira.

Eu vejo que um grupo, que eu já ofereci essa proposta ao Banco Central, onde participassem o Banco do Brasil, com as duas carteiras, crédito e agronegócios, Ministério da Fazenda, Banco Central, setor de fiscalização, e... Do banco, e também o setor produtivo, participando a CNA, e o Banco Central, nós poderíamos estar desenvolvendo, sim, um novo mecanismo, se é o fundo garantidor ou é outra possibilidade, eu até conduzi uma pergunta ao Banco Central, nessa Audiência, e eles não me responderam. Mas eu ven-tilei a hipótese do seguinte, de que o Banco do Brasil

não estava avaliando corretamente o penhor, o penhor mercantil, o penhor da safra, na composição de garantias de um custeio, porque é algo que o banco, às vezes, considera não inatingível, pelo fato de não ter um sistema de recuperação desse... O acompanhamento dessas operações, da operação de plantio até a colheita e, conseqüentemente, até o posterior, até o armazenamento, já que os outros fornecedores de insumos possuem um aparato de acompanhamento mais preciso. Mas que esse mecanismo poderia ser terceirizado, como fazem bancos privados no país e tem um desempenho 100% satisfatório; praticamente não existem operações de risco para esses bancos. Então, eles consideram, sim, a operação de garantia do penhor da safra como componente importante.

A segunda... Eu vejo que esse grupo de trabalho também deverá reanalisar as garantias, a liberação de garantias, por exemplo, das operações, que não foi tratado aqui, as operações de securitização, de PESA, que hoje poderiam ser de vinculadas se avaliando as reais necessidade da garantia para aquela operação pendente e, além disso, os mecanismos de renda, sim, como o senhor colocou, Dr. Guedes, que é possibilitar o margeamento, financiamento do margeamento das operações de opção. Porque hoje nós temos uma oportunidade ímpar, o mercado está favorável, porém, o produtor se vê impossibilitado de acompanhar esse mercado futuro de opção, por falta de condições financeiras de estar operando, dia a dia, essas operações de mercado.

Então, também abre aí uma possibilidade de se fazer algo em conjunto: CONAB via preço mínimo, política de comercialização, às vezes ficando com 50% desse custo e financiando os outros 50% para o produtor que quisesse participar desse mercado, então, abrindo, então, o risco dessas operações, possibilitando garantir a renda, que é a peça fundamental desse processo de operação financeira.

Então, nesse sentido, eu proponho a criação, e eu esqueci, Valter, a participação dessa Comissão de Agricultura, que preliminarmente levantou a situação do recálculo dos riscos classificatórios do produtor. Então, juntamente com o essa Comissão, Banco do Brasil, CNA, Fazenda, Banco Central, Ministério da Agricultura, fizéssemos, então, uma avaliação segura do que poderia se avançar, já para essa safra, porque, caso contrário, a situação vai ficar cada vez pior. O banco está tentando renegociar as dívidas e não vai poder promover o crédito a esses produtores para eles continuarem plantando. Então, vai ter uma dissonância muito grande, que irá inviabilizar, inclusive, as operações futuras do banco, essas operações renegociadas. Então, é fundamental que obtenhamos

sucesso num novo modelo garantidor de risco dessas operações financeiras e também de renda, colocando isso aí tudo junto.

Então, essa Comissão poderia se reunir e praticar, partir para uma reavaliação desses riscos e a reintrodução desses produtores no sistema produtivo. Essa é a nossa proposta.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Senador, eu acho que o senhor foi muito claro e quero, desde já, colocar o Banco do Brasil à disposição para isso. Eu acho que o senhor está corretíssimo e pode contar com todo o nosso apoio para realização desses estudos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a manifestação do Vice-Presidente da Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes, nós consultamos o José Carlos se gostaria de tecer alguma consideração também a respeito. Concorda com as avaliações. Em seguida, nós chamamos a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ah, Sr. Presidente... Muito obrigada, Dr. Guedes e Dr. José Carlos Vaz pela vinda aqui mais uma vez. Eu fico... Eu estou muito preocupada, Presidente, acho que nós deveríamos pensar seriamente, com muita serenidade, em tomar algumas providências. Eu estou ficando cada dia mais preocupada, as coisas estão se tornando irreversíveis, e eu estou sentindo um cheiro de 1995, quando parou tudo. Parou tudo.

Nós tivemos uma redução de safra, nós tivemos uma redução de área, e aí o Governo teve que implementar, às pressas, a securitização e nós estamos vendendo o mesmo caminho; nós já estamos quase que no final do mês de maio e nós não temos uma luz no fim do túnel, a não ser a vinda de vocês aqui, conversas, conversas, Gilson, Fazenda, Banco do Brasil, Agricultura, e não tem uma decisão firme, uma decisão forte, uma proposta decente, uma coisa razoável, pragmatismo zero, todo mundo já sabe os problemas, então, anuncia logo o que vai acontecer, o que vai fazer, se vai ficar como está.

Porque, olha, Presidente, eu sinceramente, eu estou cansada de falar a mesma coisa que todo mundo já sabe, a minha obrigação é repetir. Agora, não temos condições de ficar nesse 'lengalenga'. O que aconteceu, que nós já colocamos aqui na Audiência Pública passada, é uma coisa tão clara tão transparente, que chega a ser, Presidente, chega a ser desonesto, por parte do Governo, não tomar uma atitude firme diante de uma situação dessas.

Quer dizer, nós estamos sendo empatados, nós estamos sendo empatados... O VBP, esse ano, poderá chegar a 280 bilhões de reais, se nós conseguirmos viabilizar 20. O que é isso, hein? Nós estamos falando

de 10% do VBP, nós estamos... Não chega a 10%. Eu estou falando de 8%. 8% de problemas, vinte e poucos bilhões de problemas, para viabilizar 270 bilhões de reais. Nós já tivemos, nesse mesmo período, de janeiro a abril deste ano, comparado a janeiro e abril do ano passado, nós tivemos uma queda de venda de comercialização de fertilizantes de 32%. 32% de fertilizantes a menos, e isso é desesperador, isso significa que a área poderá continuar até a mesma, mas a produtividade vai a zero porque o produtor vai aplicar menos defensivos e menos fertilizantes. Onde é que nós vamos chegar? O que é está pensando que vai acontecer? Agora, se nós temos 24 bilhões de reais de problemas, Sr. Presidente, eu mostrei aqui claramente aquele dia, o Banco do Brasil sabe muito mais do que nós. Nós perdemos, na safra de 2003 até 2006, nós perdemos dez bilhões com a seca, nós perdemos oito bilhões e meio com a ferrugem, porque não tem defesa nesse país; nós perdemos, gastamos a mais com a ferrugem 10.4 bilhões. Só até aí, deu 30 bilhões de reais, e ainda a variação cambial das últimas três safras nós perdemos mais 29 bilhões, que foi 10% do VBP daquele ano, que foi 290; esse ano o VBP vai ser 2730, somando isso tudo, nós perdemos, em três safras, 50 bilhões de reais, isso não é brincadeira, não.

Claro que, no PIB, isso não deu 50 bilhões e, sim, 26 bilhões, porque a variação cambial foi compensada com o preço, mas nós perdemos foi 50 bilhões de reais, e ainda estamos discutindo o quê? Não foi por ineficiência nossa, não. Não foi por incompetência do produtor, não. Eu não tenho culpa do clima, eu não tenho culpa que não tem seguro nesse país. Eu não tenho que a ferrugem asiática não é controlada por esse Governo. Eu não tenho culpa que um dólar flutuante, que pode ser bom para muita gente, para quem exporta, é um desastre, para quem exporta é o caos.

Então, não tem importância se a tomada de decisão é dólar flutuante, que isso é bom para a economia, eu não quero discutir esse mérito, agora, vamos acudir aqueles que são prejudicados com essa política. Agora, é um setorzinho muito pequenininho, eu reconheço, é um setorzinho pequenininho. É só um terço do PIB, é um só um terço do emprego, é só um terço de importação, é o único setorzinho que mantém a balança comercial superavitada, então, eu não sei o que está acontecendo, não.

Olha, Guedes, eu tenho o maior respeito por você, pelo José Carlos Vaz, tem sido um parceiro das discussões, o meu Ministro Reinhold Stephanes, que é o meu Ministro, tenho a maior admiração, mas está faltando mais pulso, está faltando mais decisão e mais braveza, está faltando mais poder junto ao Ministério da Fazenda e junto ao Planejamento. E essa Resolu-

ção, por que não modifica ela no Conselho Monetário? Essa tal Resolução, nós apresentamos, inclusive o texto, a Resolução 3.499. Alguma coisa tem que ser feita, está todo mundo num marasmo e ninguém faz nada? E depois nós é que somos truculentos, nós é que somos 'brigão', que a Bancada Ruralista é isso, que a Bancada Ruralista é aquilo. Ai dos produtores se não fosse essa Bancada Ruralista para berrar! Nós não temos de fazer gol, mas nós temos tempo só de berrar, só nos resta berrar.

Então, não tem condições de ficar do jeito que está, e esse fundo, fundo, fundo, e todo mundo fala no fundo, e faz fundo para a moradia, faz fundo para construção civil e faz fundo para a micro e pequena empresa, o que é isso? A nossa turma está mole demais, a nossa turma está muito mole. Quer dizer, a construção civil pode ser mais forte do que nós, em termos de representatividade econômica para esse país? O ABC Paulista pode ser mais importante do que o setor do agronegócio? Tenho o maior respeito, acho que está certo, tem que ajudar mesmo, mas só a eles não. Então, Guedes, está faltando pulos, está faltando pulso de todo mundo. Inclusive, acho que até meu. Está faltando pulso porque nós estamos chegando no fundo do poço.

Eu quero perguntar para você, José Carlos Vaz, o seguinte, no cálculo de risco das operações, vocês incluíram securitização e PESA ou não? Essa primeira resposta eu quero ouvir de você, porque os riscos das operações de securitização e PESA estão no Tesouro. Eu quero saber se eles estão contabilizados na conta do banco, no risco do produtor no Banco do Brasil, sim ou não?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Senadora, não, no cálculo de risco original das operações antes da [ininteligível], que foram contratadas originariamente, elas não foram consideradas a securitização e PESA, que foi transferido o risco para a União, que a gente ainda tem algumas que são de risco do banco. Mas, então, regra geral, não foram consideradas, elas são consideradas no cálculo da capacidade de pagamento daquelas operações de custeio e investimento, que a gente contratou antes de 2005. E elas acabam entrando no limite de crédito que se dá porque a gente considera a capacidade de geração de renda daquele produtor, vê os compromissos que ele tem, os no banco e os fora, que são identificáveis, é o dinheiro que sobra risco.

Então, na classificação de risco, o PESA e a securitização não entram. Teriam entrado se a gente tivesse as metodologias vigentes da década de dois mil para cá, teria entrado, lá em 96, 97, teria entrado. Mas, na verdade, a gente operou com muita gente a

partir de 95, a partir de principalmente 98, gente que tinha Pesa e securitização—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): José Carlos, com licença, vamos conversar sério—

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --vamos conversar sério. Você disse que não está incluída no risco do banco, mas, quando você admite que você considera essas operações que estão no risco lá do Tesouro, com o meu patrimônio todinho indo para a dívida ativa, você ainda compromete a minha rentabilidade na hora de avaliar o meu risco, você está considerando securitização e Pesa, você está considerando sim securitização e Pesa. E vocês não têm o mínimo de responsabilidade, com algumas exceções, raríssimas exceções, de alguma parte da dívida que foi para o Tesouro que vocês têm parte nela. Até concordo que essa parte possa ser incluída no risco, agora dívidas que vocês não vão pagar um centavo, que vocês não tem uma responsabilidade sobre ela, que o nosso patrimônio está lá em jogo e você comprometeu o meu faturamento para me incluir no risco A, B, C ou qualquer que seja, isso não é justo. Isso não é justo. Está respondido. Está respondido. Você já respondeu.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Sim, então o seguinte, uma coisa é risco e outra é a capacidade de pagamento. Então, no risco não entra—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim, mas se eu não tenho capacidade de pagamento, o que vira o meu risco? Ele é alterado o meu risco, óbvio, claro.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: O risco considera muito mais questões de comportamento de mercado do que a capacidade de pagamento. Na capacidade de pagamento, sim, que é quanto de dinheiro que aquele produtor vai receber, aí tem que ver todos os compromissos que ele tenha para pagar.

E uma dívida que ele tem junto à União, ela, primeiro, ele tem que pagar com a receita da própria safra, mas, segundo, no momento que ela se torna vencida, ela prepondera sobre todas as dívidas que aquele produtor contrata. Ela passa a ser uma dívida preferencial, por isso que ela tem que ser considerada, não no risco, mas, na capacidade de pagamento, ela é considerada. Como também outros compromissos que se levantar, normalmente o produtor declara o seu endividamento. Então, todo o seu conjunto de dívidas é considerado na sua capacidade de pagamento e está dentro do limite de crédito. No risco não. No risco, é mais questão comportamentais, e aí o PESA e securitização, como é coisa de 95 e 96, aí não entra nessa avaliação, nas operações de 98 e 99 para cá, ok?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir licença a V.Exa.—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --para que eu possa dar mais objetividade aqui a um assunto que me interessa bastante, que é a respeito do Fundo, para que nós possamos chegar a, pelo menos, alguma coisa palpável aqui, para ver se a gente consegue encontrar uma luz e para que rumo que nós vamos, então, eu precisava fazer alguns questionamentos ao Sr. José Carlos Vaz, eu gostaria que senhor permitisse, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. tem a palavra para fazê-lo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): José Carlos Vaz, Dr. José Carlos Vaz, quanto tem de provisionamento no banco às operações de crédito rural hoje, quanto está provisionado? Dois bi, três bi, quatro, dez, 15, quanto? Quanto está provisionado hoje? Pois não, não tenho pressa.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Desculpa, Senadora, 5,1 bilhões.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Cinco vírgula...

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Cinco bilhões e 100 milhões.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Cinco bilhões. Tá, eu quero saber, se na hora do risco, na ora do cálculo do risco, o senhor está calculando só provisionamento ou o senhor também está colocando a CPR, que é um crédito comercial e não é rural?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Senadora, eu vou colocar. Na hora, eu vou pedir se eu...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não tem importância.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: A metodologia--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pode pedir ajuda aos universitários.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Se eu precisar, o Ewerton vai me ajudar aqui. Mas, em princípio, preponderantemente, a classificação do risco, ela considera questões comportamentais, então, é o histórico de pagamento, identificável no banco e em cadastros diversos, cadastro do Banco Central, CADIN, SERASA, então, é predominantemente a classificação de risco, é a análise comportamental daquele produtor. E aí, em segundo nível de importância, bem menor do que a análise específica do produtor, vai a análise da... Vai a análise do histórico e da projeção daquela área econômica que ele atua e também o histórico comportamental do conjunto de clientes que tem o mesmo perfil que ele. Preponderantemente é isso, para classificar risco.

Então, qualquer compromisso que ele tenha deixado de cumprir no prazo, pode ser um crédito rural, pode ser uma CPR, pode uma PESA, securitização, pode ser um cheque especial, cartão de crédito, cheque devolvido, qualquer coisa que esteja nos cadastros que a gente acessa, que a área de risco do banco acessa, virou um evento comportamental que é considerado na análise de riscos. Eu acho que é isso, não é, Ewerton?

Aí, então, risco é uma coisa, depois se define quanto que aquele produtor pode pegar, disso, quanto que ele tem condições de pagar, quanto desse todo o banco está disposto a participar do seu endividamento, se é 100%, se é 10%, se é 20%, 30, 40% e quais são as garantias que são exigidas, esse é o conjunto da análise de crédito. Então, na classificação de risco, ela é precipuamente análise comportamental do próprio cliente. Ok?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tá. Então, você está me dizendo o seguinte, que é uma análise geral, mesmo crédito sendo comercial e não um crédito rural, como é a CPR, e de provisionamento mais cinco, então, incluindo a CPR, isso tudo deve envolver o quê? Uns nove a 15 bilhões, o volume de risco? .

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Ah não, quando a gente fala provisionamento da nossa carteira, já está incluída a CPR também.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Os cinco bi já está incluindo a CPR?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Já está. Eu é que não tinha entendido a sua pergunta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, se nós conseguíssemos um fundo para diminuir o risco dos produtores, por que deveria ser um volume de dez a 15, se o provisionamento é a cinco?

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Eu calculei dez. Res-salvado aquilo que eu falei no início para a senhora, que é uma visão feita agora, não tem nenhum estudo ainda a respeito disso, mas nós pensamos muito mais na visão do sistema financeiro como um todo, do que só o Banco do Brasil.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tem outros bancos privados e por isso pode chegar a dez.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Não. Porque, veja bem, o raciocínio que a gente desenvolveu é o seguinte, é que existe um financiador do setor, que se afastou, que são as *tradings* e os fornecedores; se ele cobrava muito ou pouco, se a taxa dele era maior do que o sistema bancário é [ininteligível], mas ele se afastou. E ele permitia ao produtor... Uma parte dos produtores rurais tomar crédito indireto no sistema bancário, porque esse dinheiro das *tradings*, vinha de bancos, vinha de investidores, então, o raciocínio do fundo é:

Como compensar, ainda que parcialmente, a ausência desses financiadores?

Por isso que eu trabalhei com essa ideia de dez a 15 bilhões, que seria uma forma de tentar compensar essa ausência, sem ser malicioso, mas essa indisposição que essas *tradings* e fornecedores tem em voltar a dar crédito para os produtores. Indisposição por várias razões que eles tem lá, mas eu não estou criticando a decisão deles, mas o fato é que eles se ausentaram. E o Banco do Brasil, por si só, não consegue compensar isso tudo porque existe uma série de condicionantes em uma política de crédito, é risco é capacidade de pagamento, é o limite de disposição daquele setor, o limite de disposição daquele cliente, as garantias...

Então, se a tiver mais financiadores, a gente consegue... Quando eu falo o país, não o Banco do Brasil, o país consegue dar mais crédito para os produtores, então, o fundo seria uma forma suprir isso, por isso que eu fizesse cálculo. Agora, Senadora, se é dez, se é 15, se é 30, se é cinco, eu não tenho condições, não só sou eu—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, eu fico torcendo para ser menos, para ficar mais fácil de arrumar. Eu não estou torcendo para ser mais, não.

SR. JOSÉ CARLOS VAZ: Tá.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mais uma coisa, Presidente Guedes, o senhor já tentou, o Banco do Brasil já tentou algum contato com o Banco Central, no sentido de mudar a Resolução 3499, que calcula o risco pelo valor mais elevado e arrasta as não vencidas junto? Em que pé está essa negociação, se já houve algum movimento nesse sentido.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Olha, no nível técnico, a gente tem se reunido, eu diria para a senhora que, no nível técnico, nós temos nos reunido, e a sensação que a gente tem é que esse nível técnico com quem nós reunimos não se sente em condições de, digamos, de propor essas alterações ou de, enfim, de concretizar de decidir sobre essas alterações.

Eu até aproveitaria, retomando parte do documento que a senhora fez antes, eu acho que é preciso uma negociação numa outra instância, junto ao Banco Central, nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu fazer uma pergunta em cima do que você está—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pois não. Eu já pedi Audiência para a Presidente do Banco Central hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até que ponto o Conselho Monetário Nacional leva em consideração as ponderações

do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, na elaboração de suas Resoluções?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Senador, francamente, eu não me sinto à vontade para responder essa pergunta, mesmo porque eu me lembro que eu trabalhei aqui em Brasília, na década de 70, apenas para recordar, o Ministério da Agricultura tinha assento no Conselho Monetário Nacional.

Hoje, o Conselho Monetário Nacional não tem a participação do Ministério da Agricultura, então, eu acredito que aí é um ponto que nós poderíamos refletir. Eu acho que uma presença mais efetiva do setor, nesse Conselho, que é fundamental, quer dizer, não há uma participação efetiva. A participação se dá através dos contatos que o Ministério da Agricultura tem com o Ministério da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que aqui, Senadora Kátia, aqui está um ponto importante, que fica claro para nós. Certo? O Conselho Monetário não tem assegurado àqueles que operam a agricultura brasileira aquela participação que se faz necessária.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta: Nós já estamos trabalhando, como disse o Vice-Presidente Guedes, um grupo bastante adiantado, Banco do Brasil, Fazenda, sob a coordenação do Reinhold Stephanes, o Ministro da Agricultura, a CNA, inclusive, quem nos representa na CNA é o professor Guilherme Dias, Economista da USP e também a Dra. Rosemeire nos representa neste grupo de trabalho, aonde nós estamos fazendo um estudo para implementar uma nova política de crédito rural, a médio e longo prazo.

Nessa proposta a médio e longo prazo, nós começamos a trabalhar ela em novembro, mesmo antes da minha posse na CNA após a eleição, o Guedes, inclusive, foi uma pessoa fundamental para criar esse grupo, partiu a ideia inclusive dele, e nós estamos trabalhando, só que nós declaramos, desde então, que nós teríamos duas safras intermediárias, que ainda tinha que ser feita qualquer coisa, até a gente chegar a esse modelo, a médio e longo prazo, um modelo de mercado, um modelo da transparência, um modelo da desoneração tributária, que pudesse ter um mix de subvenção, sim, mas também mecanismos de mercado, como o hedge, como opções, seguro de todo o recurso da safra. Enfim, isso tudo está caminhando bem, agora eu estou tratando agora é da safra intermediária, essa está pegando fogo, essa aqui está queimando o meu pé. Eu tenho os produtores do Brasil inteiro em cima de nós e com razão.

Então, eu queria fazer uma proposta objetiva para essa Comissão, sob a sua Presidência, nós temos al-

guns pontos que precisam de resposta, precisam de respostas nos próximos 15 dias, Sr. Presidente, nº. 1: a criação do fundo, se é um fundo da alavancagem junto com o fundo de risco. Esse fundo tem que sair do papel, ou vai fazer ou não vai, ou o risco de cinco bi ou de seis ou de zero, esse fundo, Sr. Presidente, se ele não for existir, eu já sei a fotografia da agricultura 2009, 2010. Se o governo disser: "Não faremos o fundo" eu já sair para a imprensa e dizer o que vai acontecer, porque não é o que quero não; eu sei o que vai acontecer. Vai acontecer o mesmo que aconteceu em 1995. Então, o primeiro ponto é o fundo. Eu tenho a impressão que o Governo fará porque está fazendo para os outros setores, por que não fará para nós? Não é nenhuma implicância, não é possível. Está faltando é interlocução forte e dura.

Segundo, Banco Central, Henrique Meirelles, mudar a Resolução 3499. Essa tem que ser imediata, Sr. Presidente. Não dá prejuízo, não é uma benesse alguma, é apenas para regulamentar a questão do arasto das operações. O que nós estamos querendo é apenas, venceu uma, venceu só uma, e não venceu uma e arrasta todas para o risco mais baixo, não tem produtor que resista.

Segundo ponto, importantíssimo. Subvenção... Esse é o segundo, agora, terceiro ponto. Subvenção ao frete, Sr. Presidente, o produtor rural que planta milho do Paraná recebe 21 reais a saca do milho. Quem está no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás recebe em torno de R\$ 11,50. Não é possível, Sr. Presidente, não é possível que essa desumanidade possa continuar com a única região que aumentou a produção neste Brasil, por um simples motivo, é região de fronteira; os demais já chegaram... Infraestrutura zero. Zero. Porque senão isso aqui poderia estar minimizado.

Então, eu não quero... Não é subsídio não. Eu quero é subvenção, eu quero é devolução do prejuízo que o Estado me dá porque não tem hidrovía, não tem ferrovia não tem porto, não tem nada. Então, subvenção ao frete.

Terceiro ponto. Sr. Presidente, o seguro não pode mais ser seguro do dinheiro do Banco do Brasil ou do Bradesco ou do Itaú, o seguro, ele mesmo disse, um terço da safra é deles, dos bancos; um terço são as *tradings* e um terço do produtor; e o seguro do dinheiro do produtor, ninguém segura não? Por que é que tem que segurar só o dinheiro do banco? O seguro tem que contemplar o dinheiro gasto na safra, porque, se o dinheiro do produtor não é resguardado e tiver um desastre, quem vai financiar o outro terço da safra do ano seguinte.

Será que não enxerga que isso vai ter alguém que substituir do mesmo jeito não? Para continuar com a mesma área plantada? Então, quarto ponto, Sr. Presidente, seguro para o recurso de todo mundo, não pode pegar o seguro e entregar ele todinho para a banco e apenas contemplar e resolver a vida do banco e deixar o produtor daquele jeito. o senhor sabe como é que é.

E, por último, o seguinte, o próprio José Carlos falou com muita propriedade, e ele sabe o que significa, por isso que ele falou isso, nós temos que aumentar os recursos com juros de 6,75. Primeiro que tem que ser juro de cinco, a Selic caiu, nada mais justo de que de 6,75 cair para cinco.

Agora, eu penso o seguinte, eu penso que esses recursos deveriam ser utilizados justamente para aqueles que mais precisam, porque o princípio da subvenção, o princípio da mão estendida do Governo é sempre para quem mais precisa, começando desde o Bolsa Família, gente rica não ganha Bolsa Família, pelo menos não deveria ganhar. Então, uma subvenção dessa natureza teria que ser de quem mais precisa. Agora o senhor quer saber quem mais precisa? Eu vou perguntar para ele. Qual a região que mais deve no banco? É a Centro-Oeste ou o Centro-Sul? Qual a região que mais deve no banco e por que é que ela mais deve no banco?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Na verdade, Excelência, Senadora, em termos de saldos--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A informação que eu tenho é de vocês.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Em saldo de carteira, em saldo de carteira, ou seja, saldo devedor, 34% é na região Sul; 34% na Sudeste, e 23 do Mato Grosso, agora, em termos de provisão, então, saldo com carteira, 63,5 bilhões é 100%.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro.

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Agora, em termos de provisão, que é total é 5,1 bilhões, então, é 27% no Sul, 16% no Sudeste e 45% na Região Centro-Oeste.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pronto, quem mais precisa?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Então, as provisões são maiorias no Centro-Oeste.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quem mais precisa é lá, mas é lógico, não é que os produtores só Centro-Oeste são desonestos não, é porque eles não têm logística, Presidente, quando eu falo Centro-Oeste, é o Centro-Oeste agrícola, é o seu Estado, é o Mato Grosso, é o meu Tocantins, é Goiás, é o Distrito Federal, é aquele pedaço de Roraima, lá em cima, e

até chegando ao Oeste da Bahia, que menos problema que está mais perto do porto.

Então, esses recursos de 6,75, eles deveriam ser ampliados justamente para minimizar a questão do risco de 45% da produção nacional, que é os que estão no Centro-Oeste brasileiro, eu acho que essa ampliação, em cima de poupança rural ou da exigibilidade, eu gostaria que o José Carlos pudesse dar uma sugestão mais plausível, e o Guedes, de onde poderia sair esse aumento. De onde é mais fácil e viável, da poupança rural ou da exigibilidade? Para aumentar, como você sugeriu, os recursos de 6,75 e, na minha opinião, para contemplar, não é para tirar dinheiro de lugar nenhum não, mantém os valores do ano passado para todas as regiões, e esse seria um plus para acudir esses que não tem logística e que o Governo não faz. Não é só esse Governo não, os outros também. De onde?

SR. LUÍS CARLOS GUEDES PINTO: Bom, Senadora, o Plano Safra, ele vem com um bônus de recurso da taxa controlada, que normalmente é depósito à vista, a poupança rural equalizada e, eventualmente outras fontes, fundo constitucional, FAT e etc.

Então, a senhora falou a taxa controlada, eu acho que o mecanismo é o seguinte, existem tetos, e eles variam por produto e por Estado ou região, então é isso, na definição do plano de safra, o Governo pode, se for esse a intenção, eu não estou... A forma de viabilizar a intenção, eu não estou discutindo a intenção, a forma de viabilizar para a região tal, para tal produto, o teto é maior e para a região tal porque isso já é prática usual, a todo Plano de Safra, ter diferenciações de tetos, em função da região ou da cultura, ok?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, então, eu gostaria de colocar essa proposta em aprovação e, sob a sua coordenação, nós marcamos audiências, se todos concordarem esses pontos que eu aqui coloquei, claro, e que nós pudéssemos ir à luta porque nós pudéssemos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós tínhamos que fazer uma Reunião administrativa—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --para nós tentarmos estabelecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Discutirmos essas questões aqui para que a gente possa ter um balizamento concreto--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu acho o que Guedes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que o diagnóstico nós já temos, nós já ouvimos, está faltando aqui apenas um depoimento, que eu acho que é importante, que é o Presidente do BNDES, e eu quero aqui, inclusive, submeter à apreciação do Plenário uma proposta para convidar o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, conforme precaução recomendada por V.Exa., a fim de que, com a responsabilidade que tem sobre a instituição, sobre o BNDES, já que esta instituição está vinculada ao Ministério, ele compareça aqui, ou o Ministro ou Presidente do BNDES, preste os esclarecimentos necessários. E aí, então, eu acho que nós temos todos os ingredientes necessários para elaborar esses trabalhos, partir da parte teórica, da parte informativa, para a parte legislativa.

Aqui houve hoje uma visão muito clara de que o Banco do Brasil, depende, sim, de normas mais firmes, a fim de que ele possa ter mobilidade para executar uma política agrícola que seja mais compatível com as demandas do setor.

Então, eu acho que, com a vinda do Presidente do BNDES ou do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, nós podemos fechar este ciclo, e já partir para propostas concretas. Antes de submeter à votação a proposta da Senadora Kátia Abreu e a minha proposta para o convite ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, eu concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço licença a V.Exa. para cumprimentar os dois convidados que aqui compareceram, em respeito à Comissão, fizeram suas exposições, os gargalos que tem, e cumprimentar V.Exa. pela condução e a Senadora Kátia Abreu, pelo equilíbrio, e sei que ela está em desespero com o nosso Senador, pela situação que atravessa; não há nenhuma mascaragem nesses depoimentos, Senadora Kátia Abreu. Eu acho que há sinceridade, e ela, compreendendo as dificuldades, entendeu que não haveria convocação e sim um convite para os dois.

Se não me engano, foi para os dois, que viriam para consolidar a... Eu sei que não se pode convocar o Coutinho, e o Miguel Jorge é uma pessoa de bem, correta, que, sem dúvida nenhuma, já houve o compromisso do secretário dele que viriam os dois, a pedido da Senadora, e acredito que V.Exa. colocará em votação, e a decisão que for tomada, eu concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o convite seria o convite ao Ministro e ratificação do convite formulado ao Presidente do BNDES, para que comparecessem na próxima Reunião. Luciano Coutinho.

Então, em votação. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado a requerimento. Em votação a proposta da Senadora Kátia Abreu, também não havendo também nenhuma manifestação em contrário, está aprovada por unanimidade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos marcar uma audiência, em conjunto com o Dr. Guedes, Vice-Presidente, e a Comissão de Agricultura do Senado, com o Presidente Henrique Meirelles, para conversarmos sobre essa Resolução, ela é da maior importância, seria um grande passo para combater a risco, eu, inclusive, já até pedi hoje para mim, como Presidente da CNA, mas, se o senhor ligasse, como Presidente da Comissão, seria interessante que nós pudéssemos ir lá, isso é questão de meia hora, explicamos o que está acontecendo. Seria importante o Banco do Brasil ir dar a sua palavra, o seu depoimento do quanto essa Resolução, a mudança dela seria importante--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia ser até na sede, Senadora?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, já vou providenciar--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --essa Audiência da Comissão com o Ministro Chefe do Banco Central.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mais uma coisa, Sr. Presidente, mais uma coisa que nós poderíamos andar e dar um passo, inclusive para melhor questionar o Presidente do BNDES, quando aqui estiver, é se o Dr. Guedes, Vice-Presidente do Banco, e o Dr. José Carlos Vaz, que também é da maior competência e tem colaborado muito, nós pudéssemos tentar, e a CNA está pronta para colaborar, num desenho e num formatado de um fundo, para nós sairmos do lugar, vamos ver e vamos sentar, quanto é, quanto não é, quanto vai ser preciso para que a gente faça a mobilização política.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que dessas reuniões administrativas--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esse dois pontos--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que seria o ideal, que era uma parte

operacional mesmo, eu acho que realmente está muito claro aqui, para todos nós, que o Banco do Brasil depende, efetivamente, de normas, que hoje estão na modalidade de Resoluções, e que não tem conseguido impor uma política agrícola que seja compatível com as demandas do setor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pelo ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que essa proposta da Senadora Kátia Abreu coincide com a minha, quer dizer, é uma situação unânime aqui dessa Comissão, o Sr. também concordou, o Dr. Luís Carlos Guedes, então, eu vejo que nós precisamos ser pragmáticos, partir para a prática, e a pergunta seria como e quem coordenará essa reunião administrativa de todos os órgãos envolvidos, que tem interesse, que são fundamentais para solução desses...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gargalos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gargalos, que é a criação do Fundo, a Lei Banco Central com a 2499, subvenção ao frete, seguro de renda, onde entra o Ministério da Agricultura, Fazenda, Banco do Brasil, Banco Central e essa Comissão... E a CNA, que a gente já colocou.

Então, eu vejo que está aí a proposta, não sei se é motivo da gente aprovar também essa participação, ou se ela já foi aprovada. Que seria a forma de nós participarmos também, junto com esses órgãos, e a primeira ida seria já convidando o Banco Central, o Presidente do Banco, Henrique Meirelles, a participar desse grupo de trabalho, juntamente com os Diretores da área.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez, nós poderíamos realizar a primeira Reunião na próxima terça-feira, suspenderíamos o trabalho ordinário da Comissão, e realizaríamos a primeira Reunião na próxima terça-feira, e, ali, nós designaríamos um Coordenador desse grupo de trabalho, a fim de que pudesse sistematizar todas as propostas, as que estão em curso, as que serão sugeridas, e estabelecer também um calendário, a fim de concluir os trabalhos num prazo determinado com--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente. Então, V.Exa. concorda, Senadora Kátia Abreu, a próxima terça-feira, então, converteríamos a nossa, aliás, na próxima terça-feira,

não... Nós temos a participação do Ministro e do Presidente do BNDES. Certo? O Ministro—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu já quero justificar a minha ausência, que eu estou indo para Copenhague, na Dinamarca, onde nós vamos discutir a questão ambiental do Planeta, algumas normas e regras, e que nós não poderemos estar ausentes desse debate e desta discussão, estão indo vários membros—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, nesta primeira terça-feira, vamos realizar apenas—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas toda a equipe da CNA estará aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Essa oitiva que está faltando com o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio e do BNDES, o Presidente do BNDES e, na outra terça-feira, então, ficaríamos já pré-agendada a Reunião administrativa, para tratar de todas, que é fundamental porque V.Exa. já está acompanhando único outro tipo de trabalho, que tem tudo a ver com o que nós vamos estudar na Reunião.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, quem sabe, na vinda do BNDES, nós já pudéssemos, até lá, formatar ou desenhar algum tipo de fundo, aonde pudesse ser apresentado aqui e, no caso, poderia vir o Banco do Brasil e, se ficar numa situação um pouco desconfortável, a CNA pode vir apresentar, para que a gente pudesse debater objetivamente a solução para esse fundo, porque poderá ser o BNDES, todos os fundos que foram criados pelo Governo até agora, não foi com o recurso do Tesouro, foi com o recurso do BNDES.

Então, se nós pudéssemos aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já trazer para a própria Reunião.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já trazer. Eu gostaria, eu posso até sugerir o professor Guilherme Dias, o Economista Guilherme Dias, trabalhando com a Dra. Rosemeire, junto com o banco, não ou coisa totalmente definitiva, mas pelo menos um desenho, um formato, aonde o BNDES já pudesse colocar suas dificuldades ou suas facilidades, e discutir praticamente, objetivamente o Fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos fazer o seguinte, V.Exa. e o Senador Gilberto Goellner ficam encarregados de--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Trabalhar o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Desenhar algum rascunho para a

próxima Reunião com o BNDES, termos algo concreto para submetê-lo a este Plenário. Certo?

Bom, nós temos ainda uma Pauta, que eu consulto ao Plenário se tocaríamos ou se sobrestaríamos. São poucos Projetos—

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que, pela reduzida participação hoje, por outras Comissões que estão em pleno andamento nessa ala do Senado, eu vejo que ficariam prejudicadas, por isso que eu proponho que seja transferida essa Pauta—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para a próxima Reunião ordinária.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Próxima Reunião Ordinária.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito. Então, nós agradecemos aqui a participação do Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, que é Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil, que deu uma contribuição substancial para esta Reunião, e também do outro participante, que é o José Carlos Vaz, especialista na área, que, indiscutivelmente, esclareceu pontos que precisavam ser esclarecidos e que... Para o juízo desta Comissão, são dois excelentes colaboradores do agronegócio brasileiro, da agricultura familiar, enfim, das atividades do campo, como o é a instituição que ambos representam, o Banco do Brasil, de histórica atuação nesta área.

Muito obrigado aos que expuseram e muito obrigado também aos Assessores, que aqui compareceram, dando a sua contribuição.

Não havendo mais—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. está terminando?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa.—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma palavrinha, eu mandei o relatório de... Desculpa interromper, só que eu mandei o relatório de Limeira, entreguei à Comissão, já está à disposição, se, depois... Porque eu acho que a gente tem que falar com o Ministro do Planejamento, que é o que deu a decisão inicial; ou eu falo, ou V.Exa. decide se a Comissão deverá falar... Mas depois—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o assunto trazido à colação pelo ilustre Senador Romeu Tuma diz respeito a um problema ambiental que ocorreu—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em Limeira, na cidade de Limeira, em São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em Limeira, no Estado de São Paulo, cuja diligência ele promoveu por designação desta Presidência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em razão de um abaixo assinado que veio de toda a coletividade social lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso. Ele esteve no local, conversou com autoridades municipais a respeito, a situação realmente exige uma intervenção desta Comissão, e eu gostaria de... Ao dar conhecimento deste relatório...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. pode... Eu acho que está na Pauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele está no Item 8, que é um ofício que trata da questão do Horto Florestal do Município de Limeira, que envolve um litígio possessório entre a Prefeitura e o INCRA, certo? E, talvez, fosse o caso de convidar o Ministro do Planejamento, a quem está afeto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ou faz uma visita a ele, que é uma coisa meio simples para ele resolver--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. acha que uma audiência com o Ministro pode resolver o problema?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --para evitar de convidá-lo e tal, por um assunto muito regionalizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, a Presidência vai cuidar de marcar uma Audiência desta Comissão e aí todos os integrantes que tiverem interesse de integrar essa Comissão, terão direito de fazê-lo, e o assunto é importante que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu já falei com ele; ele disse que ia rever, mas é bom a gente explicar direitinho o que está ocorrendo lá, o Ministro do Planejamento, Paulo...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A questão é ambiental, passa pelo INCRA, e está na decisão do Ministério do Planejamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O planejamento provisoriamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É uma operação meio exótica, que esta Comissão vai ter que enfrentar, mas são ossos do ofício.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É difícil de entender porque ela era da Rede Ferroviária Federal--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E ainda envolve a Rede Ferroviária Federal, então...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que vendeu o terreno para a Prefeitura; a prefeitura depositou o dinheiro, como a Rede perdeu a capacidade de gerenciar, passou para o Planejamento e o Planejamento cedeu para os sem terra, provisoriamente, então, está o dinheiro depositado, e a Prefeitura e toda a coletividade do Município não querem perder o Horto Florestal para criança, é uma porção de coisas, e está oferecendo terrenos para que haja a desocupação e ocupação--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa., por acaso, consultou a Comissão de Meio Ambiente, se recebeu o mesmo o ofício ou se adotou algumas providências?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é também uma questão importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso levar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque envolve também uma questão ambiental.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tranquilamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu nunca ouvi falar em assentamento fundiário dentro de um Horto Florestal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dentro do Horto Florestal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira vez, é uma questão inédita, mas, de qualquer forma, é uma atitude exótica e estranha, que veio parar na Comissão de Agricultura, dado que o INCRA tem sua intervenção, e eu acho que nós temos que tomar providência--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu achei importante foi a decisão de V.Exa., por ser inusitado, tomar a providência de verificar o que era--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que isso valeu a pena.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu parablenizo, inclusive, o Senador Romeu Tuma, por ser um especialista da área, então, essa Comissão está duplamente privilegiada por ter um especialista, por ser um especialista dessa área, e por pertencer a essa Comissão, então, fica já designado—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V.Exa. está insinuando que a questão envolve também uma nuance policial?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não. É que está na mão certa. É isso que eu vejo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Igual na Festa Junina, vai tudo para a cadeia [risos]. Item 06 da Pauta, por favor, um requerimento de minha autoria, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Item 6 da Pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Um requerimento de Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. deve ter se equivocado, é o Item 7, que requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de conhecer o estágio do desenvolvimento científico e tecnológico da produção do bioetanol celulósico, com a participação de representantes das seguintes instituições: Centro de Tecnologia Canavieira COOPERSUCAR – CTC; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Novozymes Latin América e EMBRAPA Agroenergia. Isso? V.Exa. gostaria de colocar em votação?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, a autora, para sustentar a proposta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, esse assunto é um assunto da maior importância para o Brasil, e nós precisamos acompanhar o desenvolvimento tecnológico para termos a segurança devida do encaminhamento dessas questões, e eu tenho certeza que aqui essas pessoas escolhidas poderão contribuir muito com esta Comissão e o Senado Federal, no sentido de nos orientar e informar a

quantas anda esse assunto da maior importância para a economia nacional. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu, eu acho que o requerimento de V.Exa. é plenamente defensável.

Eu gostaria de suscitar uma questão aqui, eu já abordei isso na Comissão de Agricultura, *en passant*, mas eu acho que mereceria uma dedicação especial de todos nós.

Existe um novo insumo, quer dizer, novo, em termos, porque, na verdade, é muito obrigado antigo, já há produção na Europa, na Ásia, com relação ao... Me fugiu aqui, ao pinhão manso, não sei se V. Exa. conhece? O pinhão manso é um componente que tem um elevado grau de produtividade e, pelas pesquisas que eu já fiz, pelos estudos rudimentares que... A que me dediquei, descobri que é aquele que possui o maior grau de produtividade, dentre todos os insumos que são utilizados para produção do biodiesel.

Então, eu acho que nós tínhamos que travar uma discussão sobre o pinhão manso. Eu não sei se seria o caso de incluir, nesta ou numa outra Sessão, e eu consulto exatamente nesse sentido, se V.Exa. entender que deveria ser uma Sessão apropriada, eu abro mão, se não, nós poderíamos embutir nessa discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu acho interessante, inclusive complementando, se nós fizéssemos uma outra, inclusive essa pode ser primeiro, a do pinhão manso, não tem tenho tanta urgência, mas nós incluirmos outros produtos para que a gente pudesse fazer uma análise da rentabilidade e da produtividade de alguns questionamentos, por exemplo, eu tenho muita dúvida do que é melhor e mais produtivo: é a soja, é o pinhão manso, é a mamona ou é o gergelim e o girassol? Então, se a gente pudesse ter uma Audiência específica, que—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só para...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só para nós avaliarmos e conhecer a melhor forma de orientar os nossos, da base, as pessoas, os técnicos pudessem vir nos ensinar sobre o melhor instrumento, a melhor produtividade, eu acharia da melhor importância que nós fizéssemos uma, trazendo técnicos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma especificamente para—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Específica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para o biodiesel.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sobre todos os ingredientes, todos os insumos—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Os ingredientes mais falados—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): As matérias primas do biodiesel.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): As matérias primas. Acho que... Da maior importância... A pequena propriedade tem muito interesse, e acho que a gente precisava de mais subsídio para orientar, para proposição dessas coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. fere bem essa questão porque, realmente, o pinhão manso entra, inclusive, em áreas de preservação, já que não existe a mínima chance de provocar qualquer tipo de dano à natureza.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O dendê também dizem que é maravilhoso. Eu penso que, talvez, pudéssemos deixar aprovado o Requerimento e nós estudarmos, a Comissão, o Secretário da Comissão, encontrar na EMBRAPA que, às vezes, uma pessoa só fala de muitos temas, fala de vários itens, que a gente pudesse depois estabelecer quem viria, se o senhor assim concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concordo com V.Exa. Então, vamos submeter à votação a proposta da Senadora Kátia Abreu, nos termos que ela se encontra. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Como não há nenhuma manifestação em contrário, está aprovada por unanimidade.

E, não havendo nenhum assunto mais a tratar, está encerrada esta Reunião. Muito obrigado pela participação de todos. V.Exa. queria usar da palavra?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Marcelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos, V.Exa., como chegou por último, houve descuido da minha parte, eu encareço...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu peço escusa a V.Exa. pelo descuido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] contrária a quem fosse contrário a Casa. É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12:16h.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos seguintes Senadores: Adelmir Santana, Aloízio Mercadante, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Expedito Júnior, Fátima Cleide, Fernando Collor, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Gilvam Borges, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jarbas Vasconcelos, Jayme Campos, Jefferson Praia, João Durval, João Pedro, João Ribeiro, João Tenório, José Agripino, José Nery, Kátia Abreu, Lobão Filho, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marina Silva, Marina Serrano, Neuto de Conto, Osmar Dias, Papaléo Paes, Patrícia Saboya, Raimundo Colombo, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini,

Serys Silhessarenko, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, e Wellington Salgado de Oliveira. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Álvaro Dias, Aloizio Mercadante, Arthur Vírgilio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argello, Heráclito Fortes, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi e Tião Viana. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09, **Requerimento nº 13, de 2009 – CRA**, de autoria dos Senadores Valter Pereira e Serys Silhessarenko, aprovado em 14.4.09, **Requerimento nº 22, de 2009 – CAS**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Rosalba Ciarlini, aprovado em 15.4.09, **Requerimentos nºs 20 e 22, de 2009 – CMA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e das Senadoras Marina Silva e Fátima Cleide, respectivamente, aprovados em 14.4.09, **Requerimentos nº 27 e 28 de 2009 – CAE**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14.4.09, e dos Senadores Marcelo Crivela e Eduardo Suplicy, **Requerimento nº 5, de 2009 – CCT**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 8.4.09, com aditamento do Senador Gilberto Goellner, **Requerimento nº 10, de 2009 – CCJ**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 08.04.09, **Requerimentos nº 04 e 05, de 2009 – CDR**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, aprovados em 22.04.09, **Requerimento nº 12, de 2009 – CDH**, de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, aprovado em 3.4.09, **Requerimento nº 09, de 2009 – CE**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14.04.09, com aditamento do Senador Paulo Paim, **Requerimento nº 20, de 2009 – CI**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 16.4.09, **Requerimento nº 11, de 2009 – CRE**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 16.4.09, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, a realizar-se no próximo dia 29 de abril, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, com a presença dos seguintes con-

dados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio; **Sr. Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Márcio Santilli** – Instituto Socioambiental/ISA; **Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Ricardo Arioli Silva** – Engenheiro Agrônomo e especialista em Meio Ambiente; **Sr. Tassio Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra, os seguintes Senadores(as): Valter Pereira, João Pedro, Jayme Campos, Kátia Abreu, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, João Pedro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Osmar Dias, Renato Casagrande e Neuto de Conto e Ideli Salvatti. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário da Comissão de Assuntos Econômicos, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
PRESIDENTE DA CCT

SENADOR VALTER PEREIRA
PRESIDENTE DA CRA
SENADOR DEMÓSTENES TORRES
PRESIDENTE DA CCJ
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO
PRESIDENTE DA CAE
SENADOR FLÁVIO ARNS
PRESIDENTE DA CE
SENADORA ROSALBA CIARLINI
PRESIDENTE DA CAS
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PRESIDENTE DA CDH
SENADOR FERNANDO COLLOR
PRESIDENTE DA CI
SENADOR RENATO CASAGRANDE
PRESIDENTE DA CMA
SENADOR EDUARDO AZEREDO
PRESIDENTE DA CRE
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
PRESIDENTE DA CDR

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE-
FESA NACIONAL – CRE**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE –
CMA**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

**COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVA-
ÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA – CCT**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CI-
DADANIA – CCJ**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TURISMO – CDR**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLA-
ÇÃO PARTICIPATIVA – CDH**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR-
TE – CE**

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTU-
RA – CI**

**10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMIS-
SÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA,
EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO**

**AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCA-
LIZAÇÃO E CONTROLE, DE RELAÇÕES EXTERIO-
RES E DEFESA NACIONAL, DE ASSUNTOS ECO-
NÔMICOS, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, DE CONSTI-
TUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DE ASSUNTOS
SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLA-
ÇÃO PARTICIPATIVA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE, E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA,
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA,**

Realizada Em 29 De Abril De 2009.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA
(PMDB-MS):** Declaro aberta a 10ª Reunião da Comis-
são de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais
comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª
Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões an-
teriores que com a anuência do Plenário, são dadas
como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública
conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de
2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu apro-
vado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados
nas demais Comissões Permanentes do Senado Fede-
ral, com a finalidade de analisar e discutir a definição
de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance
territorial da legislação ambiental e indigenista e as
implicações para o agronegócio, com a presença dos
seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda,
doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monito-
ramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor
em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA
Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior
do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazô-
nia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador
do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental,
ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman
Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara
Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio
ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional
do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada
socioambiental; e o Sr. Tassio Azevedo, assessor do
Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gus-
tavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricar-
do, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamim, Sra. Iara
Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar
assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *"Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente."*

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor

em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tássio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede

preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito

no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de

vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e

que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na

Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km²

de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que eu disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está

ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema

que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documen-

tação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendendo que a proposta possa colaborar na melhora do Códig

go Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senho

res, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP

mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa

a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Falta dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de

mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma

mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros

e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso

intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimativa, a gente au-

menta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área

que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhague, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra

janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhague, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campanha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campanha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura

se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizemos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevideu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tássio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tássio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tássio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tássio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recupe-

radas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição

que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos

de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo,

precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível

legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento

zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso

está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto,

e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que

causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Alguns proprietários rurais gostariam de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campanha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas típico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm

que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arquivadas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tássio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra

é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tássio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou

faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir ciniicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de toneladas de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra,

que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tássio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50,

hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, "Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi

agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d’água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarelecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO₂ por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Bra-

sília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicos [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13

anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem

fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsa-

bilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, *“Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.”*

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: *“Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”*

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza

que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

E estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo

da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva

e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou

aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, “*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*”.

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a ‘retração’ da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: “*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65,*

Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente."

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico

que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de

premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cui-

dado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades.*"

Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado”, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? “Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campainha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.”

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campainha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental.”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr.

Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoeletricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar,

outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campainha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.*" E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas

deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como

processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda

a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobranceiras, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tassio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que

não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que seja-

mos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campanha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso pro-

dutor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campanha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debucando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009.**

Às nove horas e dezenove minutos do dia seis de maio de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilvam Borges, Gilberto Gollner, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Zambiasi e Patrícia Saboya. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti nas reuniões do dia vinte de dois de abril e seis de maio de dois mil e nove. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna, que “Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.” O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer pela prejudicialidade da matéria é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que “Acrescenta o art. 375-a à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Inclui o e-mail como prova documental).” O relator designado é

o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável com a emenda nº 01-CCT é aprovado. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 137, de 1995**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Angra Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 227, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à S.P. Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Severínia, Estado de São Paulo” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 122, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 32, de 1994**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Graúna de Palotina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 89, de 1995**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sul Paraná radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 42, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Auri Verde de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 51, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Kaloré para executar serviço de radiodifusão co-

munitária na cidade de Kaloré, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 136, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 77, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaguari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 132, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Peperi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 75, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Navegantes de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 97, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade Tabira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabira, Estado do Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 292, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapiaçu, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 77, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associa-

ção Comunitária Beneficente de Cruzeiro da Fortaleza, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro da Fortaleza, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 161, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Zanon de Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espigão D’oeste, Estado de Rondônia.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 331, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 31, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 72, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Conquista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 2000**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Feira de Santana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item**

26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 326, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Emissora Radiovox Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muritiba, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 08, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaraciaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraciaba do norte, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 115, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão comunitária do Grageru para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 383, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Bairros Comunitários de Riolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 109, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Clube de Itaúna S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 93, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação São José do paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 108, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradadas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradadas, Estado de Minas Ge-

rais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 145, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 133, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 56, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso (MT).” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 84, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Cidade de Cuiabá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 353, de 2001**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Diamantino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantino, Estado do Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 377, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Sistema de Comunicações Keller Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 378, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 341, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Queimadas – ACCQ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Assina sem voto o senador Cícero Lucena. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 03, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Saudades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 55, de 1997**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio a Voz do Seridó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte (RN)” O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 27, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à RIR – Rede Integrada de Radiodifusão S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores João Ribeiro e Antonio Carlos Valadares requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 29, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de ra-

diodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 13, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer “Convidar o Exmo. Sr. Dr. Roberto Amaral, Presidente da Alcântara Cyclone Space para debater com esta comissão sobre a importância estratégica da empresa para a economia do Brasil.” O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 317, de 2005 e. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 736, de 2007**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

SENADOR **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 06 de maio de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Expedientes recebidos: Ofício 056/2009 GSRC, datado de 28 de abril de 2009, do Exmo. Sr. Senador Roberto Cavalcanti, justificando ausência na 8ª Reunião Extraordinária dessa CCT, realizada no último dia 22 de abril. Convite do Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO, destinado as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros da CCT para visitarem a unidade no dia 7 de maio, quinta-feira, às 8h30, em um café da manhã.

Então, estou reafirmando o convite do SERPRO para que amanhã os Srs. e Sras. Senadores membros da CCT possam visitar a instalação do SERPRO e participarem de um café da manhã, na ocasião suas Excelências serão recepcionadas pelo Sr. Diretor-Presidente do SERPRO, Sr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni. Informo a V.Exas. que já confirmaram as presenças os Exmos. Srs. Senadores: Lobão Filho, vice-Presidente da CCT, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro. Café da manhã amanhã no SERPRO. Então, se mais algum Senador ou Senadora tiver interesse de participar, não só do café, não é só pelo café, é que haverá uma visita às instalações do SERPRO. Convite do Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, ANPROTEC, Sr. Guilherme Ari Plonski, para participar de missão técnica de parques tecnológicos para os Estados Unidos, na semana de 30 de maio a 06 de junho de 2009. Solicito à Secretaria que faça chegar aos membros da Comissão, cópia de todos os convites que eu vou relatar aqui nas comunicações. Convite do diretor do Departamento de Temas Científicos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Senador Papaléo quer fazer um comentário sobre a Ata, ele está dizendo aqui, pediu para comentar sobre a Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se nós pudéssemos, a partir da próxima reunião, que essa... Senti que V.Exa. não estava preparado para isso, pudéssemos discutir um pouquinho a Ata antes de iniciarmos a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa., por indicação dos seus pares, será o leitor da Ata.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Leitor e revisor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do texto integral da Ata de hoje, que será lida na próxima sessão. Muito obrigado pela participação de V.Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito mais democrático, Sr. Presidente, eu aceito com muita honra.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Queria solicitar a V. Exa que fizesse uma inclusão extrapauta do PDS 29 de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim que terminarmos as comunicações faremos a inclusão.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como dizia, o convite para participar da Missão Técnica de Parques Tecnológicos para os Estados Unidos na semana de 30 de maio a 06 de junho de 2009. Convite do Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Hadil da Rocha Vianna, para participar da Reunião de coordenação sobre a participação brasileira no programa da América Latina e do Caribe Para a Sociedade da Informação, eLAC 2010, a realizar-se no dia 13 de Maio às 14 horas na Sala Santiago Dantas localizada no Palácio do Itamaraty, na ocasião serão apresentados os temas, deliberações e resultados expostos da 1ª Reunião de Segmento do Programa e discutir a participação brasileira nas atividades e grupos de trabalho do eLAC 2010, cuja revisão deverá ser realizada em Lima durante conferência ministerial prevista para o próximo ano.

Correspondência do Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores, Sr. Hadil da Rocha Vianna, transmitindo teor de comunicação recebida na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, por meio da carta da Senadora María Eugenia Estenssoro, Coalizão Cívica, integrante da Comissão de Sistemas, Meio de Comunicação e Liberdade de Expressão, em que solicita colaboração para participação de legisladores e especialistas brasileiros em seminário que será realizada naquela capital, nesse mês de maio, sobre a nova lei de serviço de comunicação audiovisual. O Sr. Hadil Viana consulta essa CCT sobre o interesse em indicar representante para participar do referido seminário. Então, se houver algum membro da CCT interessado na participação desse seminário, o convite também será entregue a todos, para que possam fazer a solicitação à Secretaria.

Convite do Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, para participar da solenidade de abertura do 25º Congresso Brasileiro de Radiodifusão, no dia 19 de maio próximo, às 20 horas, no Salão Brasil, do Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília.

Recebemos também, e quero passar a informação às Sras. Senadoras e Srs. Senadores, um e-mail

da Cisco do Brasil. A Cisco do Brasil vem, por meio desta, convidá-los para um café da manhã no dia 14 de maio de 2009 às 8h30, na Churrascaria Pampa, Câmara dos Deputados, anexo 4, 10º andar, Salão Nobre Executivo. O café da manhã será acompanhado de uma palestra do Sr. Enrique Rueda Sabater, Diretor de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios para Mercados Emergentes da Cisco, intitulada: "Transformando a Promessa da Banda Larga em Realidade: O que Precisa ser Feito". Então, a comunicação também está feita para este convite da Cisco para um café da manhã no dia 14 de maio às 8h30 da manhã.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Nós estamos tendo uma Reunião de duas Comissões do Parlatino e eu sou coordenador do Parlatino no Congresso, e daqui a pouco eu vou ter que me ausentar para ir para essa Reunião. Gostaria, como eu sou relator da matéria do item 5, não terminativo, a hora que V.Exa. puder me conceder para que eu possa relatar, eu gostaria muito e, portanto, solicito a inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Temos duas solicitações, a primeira do Senador Magno Malta para inclusão extrapauta do PDS nº 29 de 2009, que trata da outorga, permissão, que outorga permissão à empresa de radiodifusão Estrela Dalva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara do Oeste, Estado de São Paulo. Em discussão a inclusão extrapauta do PDL nº 29. Não havendo quem queira discutir, em votação. Então aprovada a inclusão, Senador Magno Malta, extrapauta.

Solicitação do Senador Renato Casagrande, inversão de pauta para que ele possa relatar o item nº 5. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, aprovado.

Vamos dar início, então, à nossa pauta da Reunião de hoje, iniciando pelo item nº 5, conforme solicitação do Senador Renato Casagrande. Projeto de Lei da Câmara nº 170 de 2008 não terminativo. Acrescenta o art. 375-A. A lei números 5.869, de 11 de janeiro de 1973, código do processo civil, inclui o e-mail como prova documental. Autoria Deputada Sandra Rosado, relatoria Senador Renato Casagrande. A matéria também será apreciada na CCJ. Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para relatar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Sr. Presidente, como V.Exa. disse, uma matéria originária na Câmara, da Deputada Sandra Rosado,

que acrescenta o art. 365-A ao Código de Processo Civil. Esta Comissão, Sr. Presidente, tem a função de fazer, dar o parecer e votar o parecer não terminativo, vai para outra Comissão, e a questão central da proposta da Deputada Sandra Rosado é de que nós possamos reconhecer o e-mail como documento para os processos judiciais. Já existe uma interpretação no Código de Processo Civil de que consta da justificativa no art. 375 do Código de Processo Civil como estabelecendo a presunção da autenticidade de telegramas. Então, os telegramas já são considerados documentos, e assim a proposta é alterar a redação para estender a mesma prerrogativa para o e-mail. Eu estou fazendo uma proposta de correção só de redação, ao invés de ser e-mail colocar mensagem eletrônica. Fazendo uma mudança de redação na proposta da Deputada Sandra Rosado. E de fato, os novos tempos, Sr. Presidente, que nós estamos vivenciando, a mensagem eletrônica que se tornou de fato uma forma de comunicação muito intensa entre as pessoas.

Na época da elaboração do Código de Processo Civil, a mensagem eletrônica não era usada. Hoje é usada a mensagem eletrônica, então, para que a gente possa considerar a mensagem como documento. Para isso, naturalmente, tem que ter a certificação da mensagem eletrônica. Não é qualquer mensagem eletrônica, que nós temos diversos spams e outras mensagens, que você não consegue identificar de onde partiu essa mensagem. Mas a mensagem identificada e certificada, essa mensagem ser considerada no processo como documento, para ser prova nos processos judiciais. Então, a matéria, ela, na verdade, ela adequa o Código de Processo Civil à realidade que nós estamos vivendo hoje no mundo, portanto, o meu parecer é o parecer pela aprovação, aprovando o mérito com essa alteração de redação, trocando e-mail por mensagem eletrônica certificada, autenticada e identificada, para que nós não corramos nenhuma, nenhuma, nenhuma tentativa de burlar qualquer formação de prova e ao mesmo tempo possamos adequar o Código de Processo Civil às novas práticas da sociedade moderna. É este o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de colaborar com o relator, e dizer que realmente a importância desse Projeto e desse documento em todos os processos judiciais que hoje se comunicam, as empresas, as pessoas se comunicam por e-mail e,

muitas vezes esse documento se constitui numa prova muito importante na determinação e no fechamento, no julgamento dos processos judiciais. Então, eu vejo que é muito oportuno e que vai facilitar muito os trâmites judiciais. Por isso eu concordo integralmente com o referido Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Goellner. Senador Lobão Filho, nosso vice-Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Casagrande, eu li o texto do seu Projeto, do Projeto de V.Exa., e tão entusiasmado fiquei com o seu projeto, que imaginei apresentar também um Projeto, estendendo de forma complementar ao seu, a legalidade de documentos com certificação digital. Outros documentos. E pude perceber e descobrir que o Senador Magno Malta já havia apresentado um Projeto semelhante. Então, eu queria fazer um registro nessa Comissão, são projetos complementares, o projeto de V.Exa. é extremamente oportuno, moderno, casa perfeitamente com a realidade brasileira de hoje e se faz necessário dentro da nossa Organização Social de hoje. Eu quero registrar ao nosso Presidente que vou analisar detidamente o projeto do Senador Magno Malta e trabalhar para que esse Projeto também possa acompanhar *pari passu* o projeto de V.Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho. Para discutir, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só um esclarecimento do Senador Casagrande, com relação a autenticidade do e-mail, porque a gente sabe que hoje essa questão é muito fraudada, pessoas passam e-mail em nome de outros, teria que ser com certificação digital, como que seria?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): A proposta da Deputada já diz que, desde que certificado digitalmente nos moldes da infraestrutura de chaves públicas brasileiras. Então, tem essa certificação reconhecida.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para garantir a origem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): No mundo e no Brasil e dessa forma que seria a certificação da mensagem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Garante-se a autenticidade da origem. Perfeito. Então, estou favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Eduardo Azeredo. Eu quero parabenizar o Senador Renato Casagrande pelo seu parecer, acho que o projeto, como disseram os Senadores que discutiram, é da maior relevância.

E quero parabenizá-lo também por V.Exa. ter trocado a expressão e-mail por mensagem eletrônica na sua emenda. Acho que está correto usarmos a expressão em português. Em português. Parabéns. Não havendo mais quem queira--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Não custa nada diminuirmos o estrangeirismo, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, é por isso que quero parabenizá-lo. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto com a emenda proposta pelo Senador Renato Casagrande. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à CCJ. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, posso requerer à V.Exa., que apreciemos agora, em função do quórum, em função das outras Comissões, os projetos de concessão, outorga de rádios e televisões, para que a gente aproveite a presença das Senadoras e dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns, V.Exa. como sempre atento e sempre pronto para cumprir com os compromissos de representar tão bem o Estado do Paraná. Então, V.Exa. tem toda a razão, vamos aproveitar o quórum que temos nesse instante, para que possamos votar os projetos terminativos. Então, coloco também em apreciação a proposta do Senador Flávio Arns para fazermos uma nova inversão de pauta, passarmos primeiro aos projetos terminativos e retornarmos aos não terminativos. Em discussão, em votação, aprovado. Vamos aos projetos terminativos...

O item 6, o relator é o Senador Marcelo, item 6 e 7, Senador Marcelo Crivella está a caminho, vamos aguardá-lo. Item 8. Senador Papaléo Paes como relator, projeto de Decreto Legislativo nº 122 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre para executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Santana, Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes, para relatar. Com licença, Senador Papaléo. Nós faremos a leitura dos pareceres de todos os projetos terminativos e a votação em conjunto ao final. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente. É com muita honra que faço esse relatório, dizendo que o Município de Santana, lá no meu Estado, é o segundo maior município que nós temos, de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Amapá e que o sistema de comunicação é nitidamente impor-

tante para o desenvolvimento daquela sociedade. Ali no Porto de Santana, nós temos a chegada diariamente de dezenas, centenas de pessoas, que estão procurando o Amapá para fazer dele a sua moradia, estado da sua predileção, então, por isso precisam ser bem informados. Então, tendo em vista que nós, o exame da documentação que acompanha o PDS 122 de 2009, não evidenciou violação da Legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicionado e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santana, Estado do Amapá, na forma de Projeto de Decreto Legislativo Ordinário na Câmara dos Deputados. Esse é o meu parecer, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Papaléo Paes. Vamos aos itens 9, 10, 11, 12 e 13, de relatoria do Senador Flávio Arns. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 32 de 1994, terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna de Palotina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 89 de 1995, terminativo. Aprova o ato que renova concessão outorgada à Sul Paraná radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 42 de 1997, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da rádio Auriverde de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 51 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Kaloré para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Kaloré, Estado do Paraná. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 136 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda, para executar serviço de radiodifusão de som e imagens na cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná. Com a palavra o Senador Flávio Arns para ler os seus pareceres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, os itens lidos por V.Exa., todos eles têm pareceres favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Próximo... Senador Sérgio Zambiasi ainda não chegou, Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Azeredo, os itens 18, 19 e

20. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 292 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Ivanov Comunicação e Participação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapiaçu, Estado de São Paulo. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 77 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Cruzeiro da Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro da Fortaleza, Estado de Minas Gerais. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 81 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis, considerando que a documentação já foi analisada pelo Ministério das Comunicações, os projetos aprovados pela Câmara dos Deputados. Portanto, não há nada aqui a obstar, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Vamos ao item 21. Relatoria do nobre Senador Valdir Raupp. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 161 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Zanon de Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Espigão do Oeste no Estado de Rondônia. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do ato que outorga a permissão a Sistemas Zanon de Telecomunicações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Valdir Raupp. Vamos aos itens 22 e 23, relatoria do Senador Renato Casagrande. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 331 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 31 de 2009. Aprova o ato que outorga a permissão à Rede Metropolitana de rádio e televisão Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo. Senador Renato Casagrande para relatar os projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Sr. Presidente, os projetos foram relatados favoravelmente, tanto a Rádio Jardim em São Paulo, como a Rede Metropolitana de rádio e televisão Ltda. Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Senador Renato Casagrande. Itens 24, 25, 26 e 27, relatoria Senador Antonio Carlos Júnior. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 72 de 1998, terminativo. Aprova o ato que renova concessão da Rádio Clube de Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão onda média na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 127 de 2000, terminativo. Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Feira de Santana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 326 de 2002, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Emissora Rádio Vox Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muritiba, Estado da Bahia. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 8 de 2008, terminativo. Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Guaraciaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará. Com a palavra Senador Antonio Carlos Júnior para relatar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Os pareceres de todos os quatro projetos, três no Estado da Bahia e um no Estado de Ceará, cidade de Conquista, Feira de Santana, Muritiba e Guaraciaba do Norte no Ceará, todos os quatro são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Antonio Carlos Júnior. Item 36. Os itens 36, 37, 38, 39 e 40, relatoria do Senador Gilberto Goellner. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 56 de 1997, terminativo. Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Item nº 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 84 de 1998, terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Cuiabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 353 de 2001, terminativo. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultu-

ral e Comunitária de Diamantino, executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantino, Estado do Mato Grosso. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 377 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão a Sistema de Comunicações Keller Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, independente do tempo já decorrido de todos esses projetos e que agora pela resolução 3 do Senador Antonio Carlos Júnior, passo a ser reconsiderado, temos aqui de Várzea Grande, Mato Grosso, está aqui na Câmara, no Senado, desde 1997. E outro de Cuiabá desde 1998, quer dizer, acima de 10 anos. O nosso voto é favorável a todas essas concessões. E a gente espera que de agora em diante, Sr. Presidente, a gente consiga ir atualizando todos esses projetos, porque o mais recente aqui realmente é de 2008. Então, já estamos chegando perto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, nobre Senador Gilberto Goellner. Existiam vários projetos que estavam sobrestados em função da regulamentação que não estava sendo feita. O nobre Senador Antonio Carlos Júnior, ainda na legislatura passada, ele foi relator, relator da nova regulamentação, o Projeto. Foi autor de um projeto que alterou a regulamentação e que propiciou que nós pudéssemos, então, colocar em votação projetos que como V.Exa. bem citou, tem projetos aqui que da década de 90 ainda, que estão sendo agora regularizados. Vamos aos itens 6 e 7 com a presença do nobre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 6, Senador Marcelo Crivella. Projeto de Decreto Legislativo nº 137 de 1995, terminativo. Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Angra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 227 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a S.P. Comunicações e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Severínia, Estado de São Paulo. Com a palavra, para relatar, o nobre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, ambos os relatórios são pela aprovação porque não há na documentação de ambas as rádios qualquer coisa que indique o contrário. Agora,

eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma homenagem a essa cidade de Angra dos Reis. Essa cidade quando Américo Vespúcio chegou naquela baía, que tem 365 ilhas, uma para cada dia do ano, ficou maravilhado. E ele chamou então de Angra, da baía, Angra dos Reis, cidade, um povo humilde, trabalhador, ordeiro e, que, Sr. Presidente, merece todo o aplauso e elogio dessa Casa. Não poderia deixar aqui de prestar essa singela homenagem, mas de coração, ao povo de Angra dos Reis, no momento em que peço aos colegas para renovarmos a concessão dessa rádio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Marcelo Crivella. Vamos ao item 28, cuja relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que eu pediria ao Senador Renato Casagrande que pudesse fazer uma leitura como relator *ad hoc*. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 115 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização a Associação de Radiodifusão Comunitária na cidade de Grageru para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A Radiodifusão Comunitária de Grageru, na cidade de Aracaju. Com a palavra o Senador Renato Casagrande como relator *ad hoc*.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Sr. Presidente, eu em homenagem ao Senador Antonio Carlos Valadares que é o relator, já fez o relatório. E o relatório é pela aprovação da rádio para aquela bela cidade de Aracaju, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Vamos aos itens 34 e 35, cuja relatoria do nobre Senador João Ribeiro. Número trinta--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já. Já, a sua presença já foi...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sentida no corredor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Observada desde que vinha no corredor, Senador João Ribeiro, por isso que coloquei em pauta os itens de relatoria de V.Exa. Número, itens de nº 34 e 35. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 127 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Estado de Tocantins. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 133 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sítio Novo

do Tocantins, Estado do Tocantins. Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O parecer é favorável ao ato de outorga, permissão a Rádio Som Alvorada para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, no Estado do Tocantins. Parecer favorável, Sr. Presidente. Posso ler o outro item? Ou já vamos colocar... Também, Sr. Presidente, parecer favorável para explorar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sítio Novo, no Estado do Tocantins, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Parecer favorável também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador João Ribeiro. Vamos ao item 41: Relatoria do Senador Cícero Lucena. Solicito ao Senador Papaléo Paes que possa fazer a leitura do parecer. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 341 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária e Cultural de Queimadas, ACCQ, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com muita honra, vou ler o relatório do Senador Lucena. E homenageando a Paraíba, sou pela aprovação do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Papaléo Paes. Item 42: Relatoria do nobre Senador Gerson Camata, que solicita ao nosso vice-Presidente Senador Lobão Filho para que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 3 de 2008, terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Saudades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, o relatório é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Vamos aos itens 43 e 44 de relatoria do Senador José Agripino, solicito ao Senador Efraim Moraes que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 55 de 1997, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio A Voz do Seridó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 27 de 2002, terminativo. Aprova o ato que outorga

a concessão a RIR, Rede Integrada de Radiodifusão Sociedade por Cotas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte. Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a relatoria do Senador José Agripino, que eu tenho a honra de ser relator *ad hoc*, que renova a concessão da Rádio A Voz do Seridó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte. Cidade de Caicó, uma das cidades mais importantes do Rio Grande do Norte, nos honramos em dar o parecer favorável ao item 43, que diz respeito a A Voz do Seridó Ltda. e da mesma forma aprovar o ato que outorga a concessão da RIR, Rede Integrada de Radiodifusão da cidade de Angicos, também no Estado do Rio Grande do Norte. Parecer favorável, Sr. Presidente. Ao meu Seridó.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Efraim Morais. Vamos aos itens 14, 15 e 16, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Solicito ao Senador Flávio Arns que possa, como relator *ad hoc*, ler os pareceres. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 77 de 1998, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaguari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 132 de 1998, terminativo. Aprova o ato que renova concessão da Sociedade Peperi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 75 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Navegantes de Difusão Comunitária para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Flávio Arns. Item 17, relatoria do Senador Marco Maciel. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc*, do parecer. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 97 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cidade Tabira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer do

Senador Marco Maciel é no sentido da aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Vamos ao item 29, relatoria do Senador Magno Malta. Solicito ao nobre Senador João Ribeiro que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 383 de 2008, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Amigos de Bairros Comunitários de Riolândia para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa. Itens 30, 31, 32 e 33, relatoria do nobre Senador Wellington Salgado. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo que possa, como relator *ad hoc*, fazer a leitura dos pareceres. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 109 de 1997, terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Itaúna S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 93 de 1999, terminativo. Aprova o ato que renova concessão da Fundação São José do Paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. Item 32: Projeto de decreto legislativo nº 108 de 1999, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 145 de 1999, terminativo. Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, na cidade de Itaúna que fica no oeste mineiro, trata-se de uma renovação, o parecer é favorável. Em relação à rádio da cidade de Pouso Alegre, Pouso Alegre que fica no Sul de Minas, também no caso é também uma renovação de onda média, também parecer favorável. Já a questão aqui do item 32, pelo Senador Wellington Salgado, a Rádio Andradas, para também renovar o serviço de onda, radiodifusão sonora em onda média. Andradas fica no Sul de Minas na divisa com São Paulo e do time do Rio Branco lá, que é o time que derrotou o meu time, do América Mineiro. Agora tem ainda o item 33 da cidade de Oliveira, a Sociedade Rádio Oliveira Ltda. para também

renovação de onda média, Oliveira que fica também já no caminho do Sul de Minas, já no início do sul mineiro. Os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa., Senador Eduardo Azevedo. Tínhamos mais um item que foi solicitado pelo Senador Magno Malta como extrapauta, que seria o PDS nº 29. Senador Magno Malta está--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Está no corredor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estava na Comissão... Não pode, como extrapauta não pode. Como extrapauta só o Senador que solicitou a extrapauta. A informação que eu tenho é que ele estava... vamos fazer.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu não posso solicitar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como extrapauta pode, se V.Exa. solicitar...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Solicito o Projeto que ele solicitou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por favor, dê o requerimento para o Senador João Ribeiro fazer a solicitação pelo Senador Magno Malta. O Projeto, para ele fazer a solicitação extrapauta, para poder relatar. Agradeço a V.Exa., Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Aproveitar e desenrolar, não é, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Basta que V.Exa. subscreva a solicitação do Senador Magno Malta que já foi aprovada. Pode fazer a leitura.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): “A Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 29 de 2009, nº 830 da Câmara dos Deputados que aprova o ato de outorga permissão à empresa de radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara do Oeste, Estado de São Paulo”. Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa., Senador João Ribeiro, tem que subscrever a inclusão extrapauta desse projeto.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Solicito a inclusão desse projeto na inclusão no extrapauta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, Senador João Ribeiro solicita, subscrevendo junto com o Senador Magno Malta a inclusão

do PDS 29 extrapauta. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao PDS, item 45, PDS 29, extrapauta. PDS nº 29 de 2009 que aprova o ato que outorga permissão à empresa de radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara do Oeste, Estado de São Paulo para... Como relator Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Senador Magno Malta, o Senador João Ribeiro subscreveu a solicitação de V.Exa. para inclusão extrapauta do PDS 29, que acabou de ser relatado. Vamos à votação em conjunto dos itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45. Como vota o Senador Renato Casagrande? Como vota o Senador Magno Malta? Senador Magno Malta, são vários projetos. Com os relatores. Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp? Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator... Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella? Aprovado os pareceres dos itens já lidos com 11 votos. Vamos a... Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V.Exa, Senador Marco Maciel. Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os relatores. V.Exa. deu todos os relatórios para o Senador Azeredo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem entregue.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, com 13 votos ao invés de 11, com os votos dos nobres Senadores Marco Maciel e Senador Wellington Salgado. Senador Papaléo Paes, como vota?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 14 votos favoráveis, aprovados os itens anteriormente lidos do 6 ao 45. Retornamos à pauta dos não terminativos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 1, relatoria do Senador Papaléo Paes. Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2006. Terminativo na CAS. Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da lei nº 6360 de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo, autoria Senador Ney Suassuna, relatoria Senador Papaléo Paes. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Está apresentado aqui meu relatório na sua totalidade, mas eu faço questão de fazer a leitura da parte conclusiva do relatório. É fato que a pesquisa e o desenvolvimento para elaboração de novos produtos farmacêuticos requerem vultosos investimentos... porém, cabe ressaltar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço, silêncio, por favor, o Senador Papaléo Paes está fazendo a leitura do seu parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Porém, cabe ressaltar que o país é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos, acordada durante a

rodada Uruguai do acordo geral de tarifas de comércio e adotada no Brasil há mais de uma década nos termos da lei de propriedade industrial nº 9279, de 14 de maio de 1986. Por esta relação ou por estas razões referidas agora por mim e o restante no meu relatório, reiteramos a nossa concordância em relação à posição da CAE expressa no relatório do Senador Sérgio Guerra, cujos argumentos acatamos neste relatório, vez que a proposição, se aprovada, promoverá evidente desvio de finalidade nas atividades precípuas da ANVISA, o que ao invés de beneficiar a indústria farmacêutica já é dotada de aceitável proteção legal, pode acarretar risco à saúde pública. Então, meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer do nobre Senador Papaléo Paes, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 29. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado parecer do Senador Papaléo Paes, que rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2006. Item 2 da pauta, relator Senador Marcelo Crivella. Projeto de Lei do Senado nº 521 de 2007, terminativo na CAS. Altera a lei 6360 de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos, por meio de sistema eletrônico, autoria do nobre Senador Valdir Raupp, relatoria Senador Marcelo Crivella. Com a palavra Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o projeto do Senador Valdir Raupp veio a essa Comissão em virtude do art. 104 do nosso regimento, porque aqui que se compete opinar sobre proposições pertinentes ao tema da informática. Inicialmente cabe apontar que a proposta é convergente com as ações de combate à falsificação, recomendadas pela Organização Mundial de Saúde na sua publicação de 2005, intitulada "*Pautas para la Formulación de Medidas para combatir Los Medicamentos falsificados*". Devido a gravidade dos efeitos da falta de rastreabilidade dos remédios, tais como a ocorrência de sérios problemas colaterais de saúde e até mortes, a perda de confiança no Sistema de Saúde Pública e nas marcas e ainda, evasão de receita fiscal, faz-se clara urgência de doação de medidas apontadas. A iniciativa Legislativa sobre a análise visa instituir um sistema de rastreamento, sem adentrar em detalhes técnicos. Por ser inerente ao caráter do projeto Legislativo, uma maior lentidão de elaboração e uma maior generalidade forçosamente a escolha do sistema e a especificação desses detalhes incumbem a agência,

a ANVISA, pela sua essência e dinâmica bem como pelo conhecimento técnico exigido. Esclareça-se que, após a apresentação do PLS 521 de 2007, esse que estamos falando, a ANVISA deu início à escolha do tema que deverá substituir aquele atualmente adotado pela identificação dos medicamentos. Por meio de consulta pública nº 8, 04 de março de 2008, ano passado, a agência submeteu à discussão da sociedade a proposta de resolução que dispõe sobre requisitos mínimos para definição de mecanismos de rastreabilidade e autenticidade de medicamentos. O mérito da proposição é inquestionável, mas é importante salientar que essa Casa já deliberou sobre a matéria, ao revisar a proposição com idêntico objetivo. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara 24 de 2007, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, cuja tramitação nessa Casa ocorreu separadamente do projeto em apreciação e que foi aprovado pelo plenário em 18 de dezembro de 2008. Os autógrafos do PLC 24 de 2007 é originário a lei, lei já em vigor, Sr. Presidente, 11913, 03 de 14 de janeiro de 2009 que dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamento, por meio de tecnologia de captura, armazenamento, transmissão eletrônica de dados. Deste modo, com todos os nossos elogios, a iniciativa do Senador Valdir Raupp, fica prejudicada a apreciação do PLS 521 de conformidade com o disposto no art. 334, item 2 do nosso Regimento Interno. Diante do exposto, votamos pela arrecadação de prejudicialidade nos termos desse artigo que acabo de citar. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o nobre Senador Marcelo Crivella, que relatou pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 521 de 2007. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o parecer do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, estou elaborando, mas eu gostaria se possível que V.Exa. colocasse à apreciação desta Comissão o nosso requerimento convocando, convidando o Dr. Roberto Amaral, Presidente da Alcântara Cyclone Space, que é uma empresa binacional e presidida por um ex-Ministro de Estado e que nós teríamos interesse em que ele fizesse um relato de suas atividades, já que se trata de uma empresa estratégica voltada para o avanço tecnológico das comunicações, inclusive via satélite, gostaria que... Com o lançamento de satélite, na base de Alcântara lá no

Maranhão, eu gostaria que V.Exa., mesmo antes de eu deixar por escrito, que vai ter uma reunião na Comissão de Justiça, da PEC dos Vereadores. Mas eu já deixarei por escrito o requerimento, que V.Exa. considerasse como já entregue à Mesa esse requerimento, e colocasse em votação, porque aí nós adiantaríamos, o procedimento da convocação, do convite ao Dr. Roberto Amaral que tem interesse, realmente, em prestar conta de suas atividades, que são realmente estratégicas para o Brasil, é um mercado de bilhões de dólares hoje, que está em jogo e o Brasil pode se situar nesse mercado. Gostaria, então, já aqui já está o requerimento, só falta assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. pode encaminhar à Mesa o seu requerimento de convite ao Dr. Roberto Amaral da--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Da Alcântara Cyclone Space.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Alcântara Cyclone Space, para que ele possa vir à CCT fazer uma exposição sobre...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): As atividades da empresa que ele preside.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atividades da empresa na base de Alcântara, no Estado do Maranhão. Nós temos também, Senador Valadares --

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A sede é aqui, mas uma parte da empresa vai funcionar dentro em breve lá no Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos aqui, não sei, eu pediria à V.Exa... Vamos colocar em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. Em discussão. Em votação. Aprovado o convite ao Dr. Roberto Amaral. Senador Antonio Carlos Valadares, a Secretaria me traz aqui a informação da existência de um requerimento de nº 8 de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns que tem como assunto: "Base de Alcântara". Eu pediria à V.Exa. que... Senador Flávio Arns foi presidir a Comissão de Educação, que entrasse em contato com o Senador Flávio Arns.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O requerimento dele trata de quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Base de Alcântara, para discutir a questão do...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Vamos aprovar então os dois requerimentos. Já foi aprovado o dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, esse requerimento está aprovado,

é antigo, é de 2007. Eu só pediria para que V.Exa. entrasse em contato com o Senador Flávio Arns para que nós pudéssemos juntar os dois--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E tratar da--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Da data da convocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tanto do Roberto Almeida quanto do requerimento do Senador Flávio Arns que quer discutir, eu acho que, o projeto da Base de Alcântara, que é um importante projeto que se desenvolve no Estado do Maranhão.

Os itens seguintes da pauta, o item 3 e o item 4, os relatores não estão presentes. Então, eu deixarei para a próxima Reunião. Não havendo mais nenhum item a ser apreciado e nenhuma solicitação dos Senadores e Senadoras para alguma intervenção, declaro encerrada esta nossa reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia. Obrigado a todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009

Às nove horas e sete minutos do dia treze de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e do Presidente Eventual, Senador Cícero Lucena, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes e Patrícia Saboya. Comparecem à reunião os Deputados Federais Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Antonio Carlos

Chamariz, Bilac Pinto e Rodrigo Rollemberg. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 2ª Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 003-CCT, de 2009 de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "... nos termos Regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatida a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil: Ministro da Educação, Prof. Drº. Fernando Haddad; Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Drº. Sérgio Machado Rezende; Presidente do Tribunal de Contas da União, Drº. Ubiratan Aguiar; Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, Prof. Drº. Amaro Lins (Reitor da UFPE); Reitor da UFMG, Prof. Ronaldo Pena; Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Drº. Jacob Palis; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Drº. Marco Antônio Raupp," ao Aditamento nº 01-CCT, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque, que requer "... nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja aditado ao requerimento de nº 03/2009 – CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado nesta Comissão no dia 25/03/2009, o nome do Drº. José Geraldo de Sousa Junior, Reitor da UnB", e ao Aditamento nº 02-CCT, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 03 de 2009, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnologia – CONFIES, Professor Paulo Bracarense, para expor a posição da entidade sobre a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil". Comparecem à reunião os Senhores Luiz Antonio Rodrigues Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Mauro Moreira Barbosa, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União – TCU; Edward Brasil, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás – UFG; Jacob Palis Júnior; Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e João Batista de Sousa, Vice-Reitor da Universidade de Brasília –

UnB. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Deputados. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Roberto Cavalcanti e o Senhor Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. O Senhor Presidente Eventual, Senador Cícero Lucena, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

SENADOR Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2009; hoje, com a honrosa participação dos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, do PSDB de Tocantins, para a realização da segunda Audiência Pública sobre a situação das fundações de apoio às universidades. Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Gostaria, antes de iniciar a nossa Audiência Pública, participar alguns Comunicados da Presidência.

Reitero o convite do Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (ABERT), o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, para participar do 25º Congresso Brasileiro da Radiodifusão, na próxima semana, no período de 19 a 21 de maio, no Salão Brasil, do Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília. Por sugestão do Exmo. Sr. Senador Cícero Lucena, a Secretaria desta Comissão está recebendo as indicações de funcionários, feitas à conveniência de V. Exas., para participar do referido Congresso. Por oportuno, lembro que, na indicação, devem constar o nome completo, a lotação, cargo e número do telefone para contato, tudo para as providências do credenciamento.

Também, convite aos integrantes da CCT para participar do 2º Fórum Nacional de TVS Públicas, que será realizado no período de 26 a 28 de maio próximo, nas dependências do Congresso Nacional. O grupo executivo responsável pela organização do evento solicita a indicação de membros desta Comissão, para debaterem os seguintes temas: Primeira Mesa: TV Digital 1 – Migração dos canais públicos a cabos para redes digitais abertas; Segunda Mesa: Pesquisa de TV pública – Novos parâmetros de medição e performance de emissoras e criação do Instituto de Estudo de Pesquisa de Comunicação Pública; Terceira Mesa: Regulamentação – A regulamentação dos arts. 220, 221 e 223 da Constituição – Alternativa para a legislação no campo público de televisão; Quarta Mesa: TV Digital 2 – Operador único de rede e multiprogramação; e, finalmente, Quinta Mesa: Programação de TV pública – Novos modelos de produção independente, de regionalização, conteúdos, multiplataforma, interatividade, multiprogramação. As Sras. e os Srs. Senadores, interessados em compor as Mesas de Debate, devem, por gentileza, comunicar a Secretaria desta Comissão, para que adote as providências necessárias à inscrição nesse evento. Nós já temos e queremos agradecer a adesão do Senador Renato Casagrande para participar, no dia 27 de maio, da Mesa D, que tratará da Regulamentação, a regulamentação da Constituição (arts. 220, 221 e 223). Alternativa para a legislação no campo público de televisão. Também dos Senadores Crivella e Cristovam Buarque para participarem da Mesa F, também no dia 27 de maio – Programação de TV pública; novos modelos de produção independente, regionalização, conteúdos, multiplataforma, interatividade e multiprogramação. E do Senador Wellington Salgado, para participar, no dia 28 de maio, quinta-feira, no Auditório Nereu Ramos, da Mesa que tratará do Panorama das TVS públicas no mundo – Novos formatos de aferição de audiência. Se houver, ainda, algum senador ou alguma senadora que queira par-

ticipar deste Fórum, o Segundo Fórum Nacional de TVS Públicas, por favor, encaminhe à Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Antes de convidar os nossos palestrantes de hoje, da segunda Audiência Pública, para debater a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil, quero fazer um registro. Quero fazer um registro, para mim, da maior importância e alegria, com a presença, no Plenário desta Comissão, do Desembargador Rômulo Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e do Desembargador Milton Nobre, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça. O Desembargador Milton Nobre, ele estará participando, daqui a pouco, da Comissão de Ciência e Tecnologia, em que S. Exa. será, então, sabatinado pelos membros da CCJ e, em seguida, terá o seu nome levado ao Plenário do Senado Federal, para que, se aprovado, como tenho certeza absoluta que o será, pela competência que ele, ao longo de sua vida toda, tem demonstrado, e, agora, como Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado, será, sem sobre dúvida, uma importante presença no Conselho Nacional de Justiça, o maior órgão, órgão mais elevado do Sistema Judiciário Brasileiro.

Eu solicito, dando início à segunda Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 03, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil, e aos Aditamentos nºs 1 e 2, também de minha autoria e dos Exmos. Srs. Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo. Solicito ao Senador Wellington Salgado e ao Deputado Antônio Carlos Chamariz que possam acompanhar os convidados para tomarem assento à Mesa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria apenas, antes de iniciar a nossa Sessão e a nossa Audiência Pública, tão importante hoje, com convidados tão ilustres, lembrar, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, que nós estamos hoje aniversariando. Hoje, segundo Machado de Assis, foi o único dia do delírio nacional, Dia da Abolição da Escravatura. Infelizmente, 42% da nossa população com origem africana ainda está abaixo da linha da pobreza, mas nós, aqui nesse Parlamento, não poderíamos deixar de celebrar que Nabuco, Patrocínio e Princesa Isabel nos redimiram da vergonha extrema

da escravidão. Eram só essas palavras, Sr. Presidente, saudando a presença do nosso Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Marcelo Crivella. V. Exa. é sempre perfeito nas suas observações, inclusive registrando essa data magna para a nossa Nação, 13 de maio, Abolição da Escravatura. Nós ainda temos que aperfeiçoar, como V. Exa. bem o colocou, mas, graças a Deus, o Brasil é um país que não tem mais esse problema e, também, não temos, pela formação do nosso povo, nenhum resquício de racismo. É lamentável que, no meu entendimento, se busque fazer uma divisão de castas, em função de tentar corrigir algo que não depende de formação de cotas, mas depende muito da vontade do Governo de melhorar, de melhorar o acesso a essas camadas da sociedade, que ainda estão em situação não tão beneficiada quanto outras, mas que terão que ter políticas públicas, para que elas possam alcançar a sua mobilidade social, melhorando, principalmente, a qualidade do ensino básico, para que elas tenham o acesso.

Eu quero agradecer a presença dos deputados que participam em conjunto com a Comissão do Senado Federal. Para nós, é uma honra muito grande tê-los aqui, para que possamos, juntos, não só nessa questão das fundações de apoio às universidades, mas várias outras questões que dizem respeito à ciência e à tecnologia, à comunicação, à inovação e à informática, que a discussão em conjunto das duas Casas do Congresso Nacional vai, com certeza absoluta, possibilitar a aceleração, uma economia processual, de tal forma que possamos oferecer à sociedade brasileira o que há de melhor a nível de qualidade e de custo para acesso à informação em todo o território brasileiro.

Dando início à nossa Audiência Pública, nós queremos agradecer aos nossos convidados, Dr. Antônio Ibañez Ruiz, Secretário Executivo, Substituto, do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Mauro Moreira Barbosa, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União, Dr. Paulo Roberto Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr. Edward Brasil, 1º Vice-Presidente da ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás, Dr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Dr. Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e Dr. João Batista de Sousa, Vice-Reitor da Universidade de Brasília.

Conforme entendimentos havidos, eu vou iniciar as exposições pelos representantes do Tribunal de Contas da União. Eles farão as suas exposições, e,

em seguida, o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e das Universidades, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, poderão fazer as suas exposições, e nós teremos, então, um contraponto, para chegarmos àquilo que nós pretendemos, Deputado Eduardo Gomes, com estas duas Audiências Públicas, que é fortalecer as fundações de apoio às universidades, que são instrumentos da maior importância, mas que necessitavam e estão, agora, tendo esta oportunidade de ajustes que foram sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, em fiscalizações lá feitas, e que, na Audiência primeira, surgiu alguma dúvida, eu diria até uma dificuldade de entendimento entre as Universidades e o Tribunal de Contas, mas que, em reuniões que ocorreram no intervalo entre as duas Audiências, uma reunião, primeiro, com os reitores das universidades brasileiras, e uma segunda reunião, com membros das duas Comissões, tanto do Senado quanto da Câmara de Ciência e Tecnologia, em que o Tribunal de Contas esclareceu o acórdão que foi aprovado, do Ministro Aroldo Cedraz, e me parece que, hoje, nós vamos ter esta oportunidade de trazer à sociedade brasileira, principalmente àquela ligada às universidades, a produção de conhecimento, que todos nós defendemos, evidentemente, o fortalecimento das fundações, que são importantes para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação nas universidades brasileiras.

Eu concedo a palavra ao primeiro expositor, Dr. Mauro Moreira Barbosa, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União. V. Sa. terá dez minutos para a sua exposição.

SR. MAURO MOREIRA BARBOSA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Dr. Mauro Barbosa. Então, invertendo a ordem dos palestrantes, convido o Dr. Paulo Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, para proferir a sua palestra no tempo de dez minutos.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia a todos os integrantes da Mesa, os quais eu saúdo na pessoa do Presidente, Senador Flexa Ribeiro, senhores parlamentares, senhores e senhores ligados ao meio acadêmico.

Essa Audiência Pública, ela é continuidade de uma outra que teve lugar nessa mesma Comissão, há cerca de duas ou três semanas atrás, e, naquela oportunidade, diversas questões foram levantadas, e algumas questões eu creio que, nesse momento preliminar, seria conveniente nós melhor pontuarmos, até para que não pairassem maiores dúvidas, inicial-

mente, sobre as questões mais afetas ao Tribunal de Contas da União.

De início, naquela oportunidade, foi suscitada, como questão preliminar, que o Tribunal de Contas da União, ao realizar essa fiscalização, ele poderia estar extrapolando a competência que lhe era incumbida. E, nesse ponto, apenas gostaria de trazer como esclarecimento que não houve qualquer extrapolação de competência. Na verdade, o art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, atribui ao Tribunal de Contas da União a competência de realizar fiscalizações por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer das Casas do Congresso Nacional em suas Comissões. Então, na verdade, não houve a extrapolação dessa competência. O Tribunal, na verdade, se limitou ao exercício de uma competência constitucionalmente atribuída.

Também, naquela oportunidade, muitas discussões geraram a impressão ou a sugestão de que o Tribunal de Contas da União estaria legislando, ou seja, trazendo inovação ao ordenamento jurídico. Essa questão também deve ser melhor pontuada, porque, na verdade, o Tribunal de Contas da União não legislou e nem poderia fazê-lo. Por evidente, é uma função exclusiva do Congresso Nacional, a qual não poderia ser usurpada sob qualquer pretexto. Ocorre que a Lei Orgânica do Tribunal diz que, no cumprimento de sua missão, quando o Tribunal verificar o descumprimento de Lei ou Regulamento, deve o Tribunal fazer determinações para que os órgãos ou entidades auditadas façam os ajustes necessários à obediência da Lei. Então, o Tribunal de Contas da União, como já mencionei, não legislou. O Tribunal de Contas da União apenas fez com que a legislação, emanada dessas Casas do Congresso Nacional, fosse observada, fez apenas determinações para que a Lei fosse surgida, e, nesse aspecto, eu gostaria de destacar a posição do Tribunal. É até desnecessário comentar no âmbito dessa Comissão, mas é sempre bom lembrarmos que o pilar essencial, sob o qual se sustenta qualquer Estado de Direito, reside exatamente no cumprimento das leis. Então, o interesse público primário reside em que as leis sejam cumpridas, e é esse o entendimento do Tribunal de Contas da União que nos levou, então, a zelar por esse cumprimento das leis, inclusive de forma a não nos distanciarmos do Congresso Nacional, a não usurparmos função do Congresso Nacional, mas a tentarmos trazer um pouco mais de efetividade à ação do Congresso Nacional, fazendo com que as leis que sejam aqui aprovadas, no âmbito dessa Casa, sejam cumpridas fora dessa Casa. Essa foi a intenção do Tribunal. Não legislamos, apenas pretendemos fazer com que a legislação fosse cumprida.

Uma outra questão que também veio, surgiu naquelas discussões e que, depois, vai ser melhor pontuada pelo meu colega, o Dr. Mauro Moreira, é esse tema. Essa temática surgiu e ganhou muita força nesse ano, como se fosse um assunto novo e que o Tribunal tivesse, de um momento para o outro, trazido essas questões. Isso também não corresponde ao acontecimento, a como as coisas vêm sucedendo. Na verdade, o Tribunal de Contas da União lida com questões afetas às universidades federais e seu relacionamento com as fundações de apoio desde o ano de 1982. Temos, portanto, mais de duas décadas em que o Tribunal analisa as questões afetas às fundações de apoio e vem, durante toda essa história construída, exarando uma série de determinações para ajustamentos necessários à lei. Essas questões não são e nunca foram de desconhecimento das universidades federais, elas estavam cientes disso ao longo de todo esse processo, e, igualmente, outros órgãos, integrantes da administração federal, incumbidos do desenho das políticas públicas, têm sido também, ao longo de todo esse tempo, comunicados desses achados de auditoria do Tribunal de Contas da União. Assim é que, por diversas vezes, mandamos comunicações acerca de toda a problemática que envolvia a fundação de apoio ao Ministério de Educação, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, também as Casas do Congresso Nacional já receberam, em mais de uma oportunidade, relatórios do Tribunal, onde eram informadas da necessidade de ajustes na legislação específica.

Então, as questões não são novas, são questões que vêm se repetindo ao longo do tempo e para as quais se precisava dar uma solução.

E já caminhando, Presidente, para o final da minha abordagem inicial, apenas gostaria de colocar que algumas questões têm que ser analisadas com muita cautela e no exato contexto em que se situam. Foi com muito espanto, por exemplo, que, lendo algumas notícias, veiculadas pela imprensa, nessa semana, que diziam respeito à realização desta Audiência Pública de hoje, que, na mesma matéria, era comentado que as universidades federais reclamavam, dizendo que não teriam como cumprir o prazo até 2010 para a substituição dos servidores terceirizados. A notícia dava a entender que isso se inseria no mesmo contexto da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, nesse relacionamento com as fundações de apoio, quando, na verdade, isso não ocorre. Os contextos são diferentes e, já antecipando, então, o fato, o que ocorreu em relação à substituição dos terceirizados é muito mais amplo do que a questão das universidades federais.

No ano de 2002, o Tribunal de Contas da União, após reiteradas verificações de que órgãos públicos diversos, inclusive no Ministério da Educação, se utilizavam da contratação de terceirização de mão-de-obra, por meio de fundações de apoio e outras tantas fórmulas, que não ocorre apenas nas instituições de ensino, mas no âmbito de toda a administração pública federal, o Tribunal de Contas exarou um acórdão, determinando ao MEC que procedesse à substituição desses terceirizados, no prazo de um ano. Próximo de vencer esse prazo, o então Ministro da Educação, que, hoje, honra essa Casa, Senador Cristovam Buarque, dirigiu-se ao Tribunal de Contas da União e pediu prorrogação daquele prazo de um ano, dizendo que já estava em curso os procedimentos necessários à substituição dos terceirizados. O Tribunal concedeu o prazo. Próximo a vencer o novo prazo, o então Ministro de Educação, atual Ministro Tarso Genro, também foi ao Tribunal, mais uma vez, solicitando a dilação daquele prazo por mais um ano. O Tribunal, novamente, concedeu o prazo. No ano de 2005, quando aquele prazo já se encontrava também às vésperas do vencimento, o Ministério do Planejamento nos procurou, dizendo da impossibilidade do cumprimento, também, daquele novo prazo já dilatado por tantas vezes.

Então, o Tribunal de Contas da União e o Ministério do Planejamento sentaram-se, discutiram muito o assunto, a substituição dos terceirizados, e o Ministério do Planejamento, ao final, encaminhou ao Tribunal de Contas da União, e aí também envolvido o Ministério Público Federal, porque o Ministério Público Federal havia feito uma série de determinações a órgãos diversos da administração pública, inclusive com Termo de Ajustamento de Conduta para a substituição dos empregados terceirizados, o Ministério do Planejamento, em consequência, levou ao Tribunal de Contas da União uma proposta de substituição dos terceirizados, no âmbito de toda a administração pública federal e não especificamente das fundações, das instituições de ensino. Era abrangente de toda a administração pública federal, e essa proposta contemplava a substituição dos empregados terceirizados, de forma gradual e lenta, no período de 2006 a 2010. O Tribunal de Contas da União, então, uma vez mais, aquiesceu à solicitação do Poder Executivo e suspendeu as determinações de substituição dos terceirizados, até que se exaurisse o novo prazo, que lhe fora trazido pelo Ministério do Orçamento e Planejamento. Essa é a forma com que essa questão, terceirização e substituição de pessoal, está no âmbito da administração pública.

Então, na verdade, a matéria que foi veiculada no jornal, tentando vincular essa questão à auditoria específica das fundações de ensino, ela não procede.

Essa questão é muito mais ampla, e o Tribunal tem estado atento para isso. E a forma pela qual o Tribunal de Contas da União – e eu pude expor aos senhores – veio prorrogando o prazo demonstra, na verdade, todo o critério, toda a boa vontade que o Tribunal de Contas da União tem demonstrado não apenas com as universidades, com as instituições de ensino, ligadas ao ensino e à pesquisa, mas com os órgãos públicos da administração federal, no enfrentamento dos problemas que lhe são peculiares.

Agora, o Tribunal de Contas da União se depara, é verdade, com situações que são, no mínimo, constrangedoras, porque o nosso paradigma de verificação é a lei, a lei que é elaborada nesta Casa, nesse Congresso Nacional. Quer dizer, o nosso parâmetro de verificação é o parâmetro legal. O Tribunal, se, por um lado, não pode legislar, também não é dada ao Tribunal a faculdade de isentar quem quer que seja [soa a campainha], pessoa física ou jurídica – já estou encerrando, Presidente -, pessoa física ou jurídica, do cumprimento da lei. Isso nós não podemos fazer. Nós temos tentado trazer à tona essas discussões, para que elas sejam resolvidas, então, nos fóruns competentes, que o Poder Executivo e o Poder Legislativo, com o apoio do Tribunal de Contas da União, possa debater essas questões e encontrar soluções. A universidade federal brasileira merece solução muito mais duradoura e que não se limite a paliativos. A universidade brasileira merece uma solução definitiva. Nós, no Tribunal, estamos e estaremos sempre abertos ao diálogo, à prestação de qualquer esclarecimento, como já tivemos a oportunidade de, em encontros recentes, como mencionou o senador, esclarecer alguns pontos que foram levantados.

Nos colocamos, mais uma vez, à disposição para qualquer debate, para qualquer esclarecimento, para qualquer questão pontual, seja com os senhores e senhoras parlamentares, seja com os técnicos, com os dirigentes das instituições de ensino. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Paulo Wiechers Martins, inclusive pela forma bastante rigorosa, com relação ao tempo, apesar de que os dez minutos poderiam ter sido prorrogáveis por mais dois, mas V. Exa. se ateve aos dez minutos regimentais. Convido o segundo palestrante, Dr. Mauro Moreira Barbosa, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União. V. Sa. terá também dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

SR. MAURO MOREIRA BARBOSA: Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para que não venha mais a interromper os palestrantes, eu queria comunicar que eu vou ter que me retirar às dez horas para a CCJ, sou vice-Presidente. Só queria comunicar isso, para não parecer descortês da minha parte com os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. V. Exa., como Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tem dado toda a sua inteligência e o seu empenho para o bom desenvolvimento dos trabalhos daquela Comissão, que tem como Presidente o Senador Demóstenes Torres, que busca limpar a pauta que estava acumulada há vários anos. Ele tem colocado processos e de forma até convocando sessões extraordinárias, suspendendo as sessões, retomando as sessões, para que ele possa, realmente, junto com V. Exa., limpar todos aqueles projetos que estavam necessitando de discussão e votação na Comissão. Parabéns à V. Exa. e ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permita, Presidente, pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A preocupação é que iniciou a Sessão Conjunta do Congresso, as duas Casas. Então, possivelmente, também eu vou pedir desculpas se, eventualmente, a gente tenha que se deslocar, já que tem o momento de fazer a votação e de presença... Pelo menos, votar. Então, possivelmente, tanto eu como outros senadores vamos ter que se deslocar, vamos ir e voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, V. Exa. também lembra um fato importante. Regimentalmente, as Comissões não podem funcionar quando houver sessão do Congresso ou das Casas; se a Comissão for do Senado, havendo sessão deliberativa do Senado, e, se for da Câmara, sessão deliberativa da Câmara, mas, em entendimentos, feitos ainda no dia de ontem, nós vamos aguardar o início da votação, da Ordem do Dia. Vão ocorrer várias discussões, porque a pauta de hoje, da Sessão do Congresso, diferentemente da pauta da sessão anterior, em que os vetos que estavam em discussão eram vetos consensuais, não haveria o debate. Nos de hoje, são os vetos não consensuais. Haverá destaque, haverá debate. Então, quando ini-

ciar a Ordem do Dia, nós, então, suspenderemos as Comissões, mas, até lá, eu espero que nós possamos concluir a Audiência Pública, como também concluir a Comissão de Constituição e Justiça, que tem, hoje, Senador Wellington, uma importante missão, que é a de sabatar os ilustres indicados para comporem o Conselho Nacional de Justiça, a partir das dez horas. Então, com a palavra o nosso segundo expositor, Dr. Mauro Moreira Barbosa.

SR. MAURO MOREIRA BARBOSA: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a presença de todos aqui, cumprimento a todas as autoridades da Mesa, senhores parlamentares, os aqui presentes. Eu vou tentar ser mais rigoroso ainda que o Dr. Paulo, em relação ao meu tempo, porque a mim interessa, mais especificamente, esclarecer a gênese do Acórdão 2.731, sobre o qual nós temos nos debruçado de algum tempo e que, de fato, ensejou toda essa discussão.

Esse acórdão teve como Relator o Ministro Aroldo Cedraz. Eu chefi o gabinete dessa autoridade, desse ministro, e, para iniciar, eu gostaria de historiar um pouco essa questão, para, de fato, mostrar que não houve nada de novo em relação a esse acórdão. Assim como o Dr. Paulo frisou muito bem, ele é apenas uma consolidação da jurisprudência do Tribunal.

Mas, para circunstanciar essa questão, eu começo repisando um pouco o que o Dr. Paulo já disse, que o relacionamento do Tribunal de Contas com as fundações de apoio não é recente. Como ele próprio frisou, há um divisor de águas, um acórdão de 1982, que, pela primeira vez, enfrentou essa questão, e, ali, já se demonstrava a dificuldade que havia da relação entre as fundações de apoio e as instituições federais de ensino superior.

O primeiro acórdão versou sobre uma fundação que foi criada no Espírito Santo, em 1977. Então, quer dizer, eu só quero demonstrar com isso que a posição do Tribunal, que, como frisei, não há nada de novo em relação a esse acórdão, não é recente, é bastante antiga e de conhecimento de toda a área acadêmica dos senhores reitores. Mas à parte isso, pelo fato do Ministro Aroldo Cedraz ter na sua lista praticamente todas as universidades brasileiras, houve a oportunidade de enfrentar essa questão. E por que é que nós enfrentamos essa questão? Porque, a partir de 2007, quando tivemos a oportunidade de travar esse debate mais de perto com as universidades, eu, particularmente, via, como Chefe de Gabinete do Ministro, que havia um problema sistêmico, era diuturno recebermos os reitores que, invariavelmente, seriam multados porque havia algum problema legal, como bem frisou o Dr. Paulo. E, no mais das vezes, era exatamente essa a questão: o relacionamento entre as universidades e as

fundações. Era, de fato, constrangedor de nossa parte. Muitas vezes, o reitor não tinha nem conhecimento daquilo que ele estava enfrentando, razão pela qual ele seria multado mais à frente. Isso tudo nos levou a ter essa conscientização de que havia um problema sistêmico nessa área. A partir daí, por proposta do Ministro Aroldo Cedraz, sensibilizado por essa questão, por essa circunstância, nós, inicialmente, até propusemos a realização de um fórum de debate. Esse fórum, que foi feito a quatro mãos, em que, por exemplo, a própria ANDIFES participou diretamente, indicando os temas que seriam debatidos, os consultores, os debatedores, os conhecedores dos assuntos também foram indicados pela própria ANDIFES, pelo CRUB e, também, em relação direta com o próprio Ministério, nós fizemos esse debate, onde elegemos cinco temas, entre os quais, por óbvio, a área de fundações de apoio, porque, já àquela época, percebíamos que seria um tema pulsante, que estava realmente merecendo um debate mais profundo. Fizemos esse debate, esse debate foi muito interessante. Grande parte, eu acho que quase 100% dos reitores acorreram a esse debate, houve até a publicação, fizemos uma publicação em relação a esse fórum. Então, esse tema está sendo há muito tempo tratado pelo Tribunal. Eu tento historiar com relação a esse aspecto para mostrar que é um assunto que está sendo debatido, discutido com os entes e órgãos que são mais diretamente relacionados a esse assunto. Passado o fórum, percebemos que os problemas ainda eram prementes, precisavam de uma solução. Aí, de fato, aconteceram alguns episódios isolados, que chamaram mais ainda a atenção para esse problema das fundações, mais especificamente o problema aqui na UNB, o problema também em Santa Maria e outros que tivemos conhecimento.

Com esse quadro e percebendo que, de fato, precisávamos fazer uma análise mais sistêmica desse assunto, o Ministro propôs ao Plenário a realização de uma FOC, que é uma Fiscalização de Orientação Centralizada. Esse trabalho é um trabalho abrangente, em nível nacional, assim como qualquer outra FOC. Ele tenta trazer uma radiografia de uma área específica, e foi exatamente isso que o ministro tentou fazer, quando propôs a realização desse trabalho. Foi feito esse trabalho, esse trabalho foi feito, salvo engano, em catorze unidades da Federação, com dezenas de fundações de apoio, mais especificamente eu acho que quarenta universidades, um número bastante grande, com uma amostragem que nos apareceu bastante adequada para uma conclusão em relação ao sistema, mais especificamente ao sistema de relação entre universidades e fundações de apoio, porque é importante deixar isso claro: o Tribunal não viu outra ques-

tão, ele só viu isso nesse acórdão... Esse é o objetivo do acórdão: relacionamento universidade e fundações de apoio. O que a PETROBRAS faz – avançando um pouquinho –, quando contrata uma fundação de apoio, isso não tem nada a ver com esse acórdão. Se alguém viu isso, interpretou equivocadamente, porque esse também não era o objetivo do trabalho; o trabalho era especificamente o relacionamento entre universidades e fundações de apoio. Pois bem. Foi um trabalho grande, envolveu mais de uma dezena de unidades do Tribunal, cerca de centenas de auditores, o trabalho demorou cinco meses, e, em novembro, o ministro trouxe a lume essa questão.

Agora, é importante, também, mais uma vez, frisar: antes desse acórdão, nós discutimos com todos os entes mais diretamente relacionados ao assunto. A título de exemplo, antes da publicação do acórdão, nós discutimos os achados de auditoria com o próprio MEC, o Secretário Executivo, com a Secretária de Ensino Superior, mostramos os achados, antes mesmo da publicação do acórdão, se eles tinham alguma crítica. Isso foi feito de forma ampla, com transparência, e, anteriormente, nós já tínhamos feito várias ações nesse sentido, na busca da melhoria do sistema. Como, por exemplo, o que é que era costumeiro e que, na verdade, trazia uma errônea para esse sistema? Havia, já num longo período – há anos atrás, já acontecia isso –, a transferência de recurso do orçamento da União para as universidades na undécima hora, no finalzinho do ano. O reitor recebia aquele recurso e ele não tinha outra alternativa, a não ser contratar diretamente a fundação de apoio. O que é que fazia, o que é que isso ensinava? Criador e criatura ficavam distorcidos, porque a fundação recebia um volume de recursos bastante alto, diretamente, sem licitação, e a universidade ficava dependente daquele recurso que, em verdade, seria dela. Pois bem. Para demonstrar a forma de interlocução que tínhamos, que era, na verdade, em prol da melhoria desse sistema, gestões nossas, junto ao Ministério do Planejamento, onde conversamos várias vezes... Houve uma mudança na LOA, em que aqueles recursos que não foram utilizados podiam ser reabertos no exercício seguinte pela própria universidade, para afastar esse tipo de errônea que havia. Isso foi feito, inclusive, antes do acórdão. Eu estou dando apenas esse exemplo, para mostrar o grau de interlocução que tínhamos e como o próprio Ministro Aroldo Cedraz tentou ajudar nesse sentido. Aliás, é o que ele sempre disse, ele queria passar esse biênio, porque as universidades estavam no biênio 2007/2008, deixando alguma coisa de proveitoso para o sistema, e foi isso que a gente pretendeu fazer [soa a campainha].

Então, finalizando, só para demonstrar isso aí, saiu o acórdão e, agora, recentemente, houve uma solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia, com relação à prorrogação de prazo do Item 94.1, que foi o que deu uma grande discussão em relação às fundações, porque elas não poderiam receber recursos diretamente de agências de fomento, como FINEP e BNDES. Conversamos de novo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, agendamos a data em que esse acórdão sairia, fizemos exatamente aquilo que o Ministério de Ciência e Tecnologia pediu, o prazo de 360 dias. Para nossa surpresa, após isso, houve um debate terrível, até pelos jornais, e nós fizemos exatamente aquilo que os nossos interlocutores pediam, interpretando e tendo a maior boa vontade. O próprio ministro sempre foi muito sensível a isso. Com a maior boa vontade, fizemos aquilo que foi solicitado. Então, a gente, muitas vezes [soa a campainha], fica perplexo por causa disso.

Eu só queria deixar essa ideia de que, em verdade, esse acórdão é fruto de muito debate, muita discussão que o Tribunal travou com os órgãos e entes que estavam diretamente relacionados a ele. Obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço a participação do Dr. Mauro Moreira Barbosa, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz, e passo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Presidente... Senador Cícero Lucena, palestrantes nessa Audiência Pública, que teve essa discussão, também repercutindo muito forte na primeira semana de funcionamento da nossa Comissão lá. Na verdade, a contar do tema, essa é a terceira audiência, houve uma audiência lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, também, com as fundações. É verdade que havia necessidade da participação do Tribunal de Contas da União mais efetiva, mas, também, durante esse período, ocorreram conversas de membros da Comissão de Ciência e Tecnologia com técnicos do Tribunal de Contas da União e com autoridades do Tribunal de Contas da União.

Eu, antes de convidar, Presidente, o próximo palestrante, eu queria só fazer uma observação, até porque nós temos pauta, também, na Comissão lá na Câmara, mas para deixar registrada a impressão dos avanços significativos nesse relacionamento das fundações do Tribunal de Contas da União e das Comissões da Câmara e do Senado, para que, como colaboração, eu acho que essa é a vontade, o desejo também dos

membros, dos deputados e deputadas da Comissão de Ciência e Tecnologia, que essa discussão se dê a partir do instrumento, que é o acórdão do Ministro Aroldo Cedraz, no intuito de que essa pauta tenha uma discussão propositiva, já que o que a gente entende desse relacionamento, amparado na lei, na rigidez da lei, mas que ele sofria e sempre sofreu a influência de outros fatores, como, por exemplo, o fator primordial da liberação do orçamento.

Então, o Tribunal de Contas, no meu entendimento, cumpria o seu papel, as fundações, desesperadas, cumpriam o seu papel de garantir recursos para a ciência e para a inovação, e essa etapa, na minha opinião, ela está vencida. Recorrer ao debate daquilo que foi transformado em avanço, na minha opinião, é perder tempo.

Então, eu acho que o Tribunal agiu bem nesse exercício de promover o acórdão, mas é preciso também que a Comissão ampare esse debate sob a luz da realidade: é possível cumprir, na sua totalidade, o acórdão? Dessa discussão e do avanço da utilização desses recursos por mais um ano, os problemas acabaram? Então, para que a gente não fique repercutindo um assunto, sem a efetiva solução, durante um ano, e, em 2010, nós tivermos novamente de reunir a Comissão da Câmara e do Senado para discutir um ponto ou outro que não foi possível avançar.

Então, eu entendo a perplexidade do Tribunal em determinados pontos, entendo a agonia das fundações, mas eu acredito que, nesse ano, especialmente, as duas comissões têm se transformado num ambiente de debate propositivo para a solução desse problema, que é o investimento em tecnologia e inovação, por parte das fundações, cumprindo a regra da lei, porque o que eu entendo também é que, cada vez, fica mais claro que a fundação que não tem as condições adequadas, ou que não cumpre rigorosamente a lei, vai cometer esse delito em qualquer circunstância de prazo que for estabelecido por um ou outro acórdão.

Então, já que o ambiente está ficando, a cada momento, mais conhecido, já há uma ciência de estudar as necessidades da fundação e a responsabilidade do Tribunal de Contas da União, eu queria propor que, a partir de agora, desde as exposições, as discussões – sei que também muitos senadores concordam com isso, que o Tribunal de Contas da União, que é o órgão efetivo de controle, o Congresso Nacional, o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Fundações –, tenham um debate a partir daquilo que já produziram, porque eu acho que é otimizar, é ganhar tempo, é ganhar qualidade no debate.

Então, essa é a nossa modesta sugestão, Senador Cícero Lucena, e eu quero passar a palavra ao próximo

expositor, o Dr. Antônio Ibañez Ruiz, Secretário Executivo, Substituto, do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem a palavra pelo prazo de dez minutos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Presidente, pela ordem. Por gentileza, tendo em vista que, eventualmente, algum de nós pode ser obrigado a se retirar para participar de outra comissão ou para participar do processo de votação do Congresso Nacional, eu sugeriria que nós pudéssemos, também, dar início a algumas perguntas referentes aos debatedores que já se pronunciaram, porque o que vai acontecer é o seguinte: nós não vamos ter a chance, porque vamos ter que ouvir todos, para, então, iniciar a fase de perguntas. Então, a sugestão seria de que a cada bloco, por exemplo, Tribunal de Contas ou determinadas entidades, nós tivéssemos a oportunidade de fazermos as nossas solicitações, os nossos questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): Senador Roberto, me permita. Acabo de ser informado que a sessão, por ser Audiência Pública, não precisa cair, então ela pode estar funcionando. A gente faria, então, um rodízio, para tentar agilizar o mais rápido possível, até porque, possivelmente, a votação começa, efetivamente, próximo às doze horas. Então, se a gente agilizar um pouco aqui, dá para a gente fazer, porque ficaria um pouco quebrado o sentido da participação de todos. Se me permite, seria essa a condução dos trabalhos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu acato a decisão, porém, discordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): V. Exa. é muito democrático.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Vamos fazer o rodízio. Na hora que fazemos o rodízio, quem ia fazer a pergunta vai estar ausente. Em que momento vai fazer essa pergunta? E o tema, o tema também pode se esvair, porque o tema também pode ser direcionado a um determinado assunto de um palestrante, quando, na verdade, nós vamos ter que acumular todos os assuntos em que foram feitas as explanações, para, a partir daí, termos a oportunidade de fazer. Então, na verdade, nós temos que estar todos aqui, no final... Obrigatoriamente, estarmos aqui no final para poder fazermos as nossas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): Nós vamos fazer o seguinte, então, Senador Roberto. Nós vamos ouvir quatro palestrantes, que são sete. Nós ouviremos um bloco de quatro, e aí fazemos, então, a rodada de perguntas a esses quatro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Nada como a democracia, o clamor foi atendido.

Eu agradeço ao colega, companheiro e conterrâneo Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Dr. Antônio Ibañez Ruiz.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ: Bom-dia, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Srs. Senadores, Deputados, demais participantes aqui da Sessão.

Inicialmente, eu queria dar umas palavras, dizendo o seguinte: que em nenhum momento, aqui, existem bandidos ou mocinhos. Eu acho que os órgãos de controle são extremamente necessários, têm um papel extremamente importante, na consolidação da democracia e na transparência de todos os assuntos que são da sua competência. Portanto, eu acho que é extremamente louvável que existam os órgãos de controle trabalhando da forma como estão trabalhando. Por outro lado, as universidades e os pesquisadores defendem maior liberdade para ter maior eficiência no seu trabalho e em tudo aquilo que eles fazem com muita dedicação. Portanto, eu acho que todo mundo está de acordo na necessidade de realmente melhorar o relacionamento e o trabalho tanto das fundações quanto das universidades.

Bom, eu trouxe por escrito para evitar interpretações e vou me restringir a ler o que eu trouxe por escrito, vou deixar aqui com o Presidente da Sessão.

O Ministério de Ciência e Tecnologia se empenhou, após o Acórdão 2.731, do Tribunal de Contas da União, para que este Tribunal adiasse por um ano a entrada em vigor desse acordo. Esse prazo seria suficiente para promover as alterações necessárias na universidade, de forma que esta possa atender demandas da sociedade, sem se afastar das suas obrigações de ensino, pesquisa e extensão. Conseguindo o prazo, o MCT está ouvindo os pesquisadores para garantir que as universidades se organizem e trabalhem dentro do marco regulatório existente, garantindo, assim, os benefícios para os pesquisadores dentro desse marco regulatório, o qual está definido pela Lei de Inovação, Lei do Bem, Lei das Fundações e seu Decreto de Regulamentação.

O MCT continua participando da Comissão Interministerial, coordenada pela SESU, do MEC, no sentido de colaborar com o Ministério da Educação na apresentação de propostas que facilitem o trabalho das universidades, permitindo a implementação do referido Acórdão 2.731. Nesse sentido, apresentou sugestões à minuta de Decreto de autonomia, proposta à Comissão, e espera analisar e discutir o plano de providências a ser apresentado pelo MEC, na reunião do dia 19 de maio. A sugestão que o Ministério da Ciência e Tecnologia fez ao Decreto apresentado

pelo Ministério da Educação é justamente incorporar ao Ministério as mesmas vantagens que o Ministério da Educação tem, para que as universidades possam utilizar as verbas não utilizadas no ano, que possam passar para o ano seguinte. É isso que o Ministério da Ciência e Tecnologia quer que aconteça com as verbas oriundas do Ministério e das Agências de Fomento, FINEP e FNPQ, para que elas possam ser utilizadas no ano seguinte, caso as universidades não possam utilizá-las naquele ano.

Essa é a sugestão que o MCT fez à proposta apresentada pelo Ministério da Educação. Nós não conhecemos ainda a versão final da minuta desse Decreto, não conhecemos qualquer outra proposta do Ministério da Educação e esperamos que, agora, nessa reunião do dia 19 de maio, que estava marcada para o dia 12 de maio e foi adiada para 19 de maio, portanto, perto do prazo dado pelo Tribunal de Contas para apresentar as medidas tomadas pelo Ministério da Educação, recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, para que se extinga esse prazo. Portanto, esperamos conhecer e discutir essas novas medidas.

Qual é o marco regulatório? Focaremos principalmente a Lei de Inovação, procurando levantar os pontos que julgamos mais complexos de atendimento por parte das universidades. Inicialmente, a lei incorpora, no sistema de inovação, as instituições de apoio, significando que essas não podem ser ignoradas dentro da estruturação do sistema de inovação. É claro que a gente sabe que quem elaborou a Lei de Inovação conhecia a existência das fundações e quis aproveitar, digamos assim, a flexibilização que existia, mas, de qualquer forma, ele incorporou já ao sistema as fundações ou instituições de apoio, ao sistema de inovação.

A lei cria, também, a figura do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), núcleo ou órgão constituído por uma ou mais instituição de ciência e tecnologia. Esses núcleos precisam ser institucionalizados pelas universidades, ou seja, tem que ter um responsável, tem que ter uma administração, não podem estar funcionando de forma precária e passageira. Então, isso é fundamental para que a Lei de Inovação também possa ser implementada.

O art. 8º, da lei, cita: “É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”. Veja que ela fala das ICTS dentro do ambiente produtivo, que isso aqui é novidade para as universidades. O § 2º, dessa mesma lei, fala que “O servidor, militar ou empregado público, envolvido na prestação de serviço – isto é para a prestação de serviço –, prevista no *caput* deste artigo, poderá receber retribui-

ção pecuniária diretamente da ICT ou da instituição de apoio – portanto, está citada a instituição de apoio -, com quem esta tenha firmado acordo, sempre em sua forma de adicional variável e desde que custeada exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada”. Portanto, existe uma atividade contratada para a prestação de serviço, existe o auferimento de recurso das ICT por parte dessa prestação de serviços. Isso aqui tem que ser compatibilizado, tem que ser pago ao pesquisador, dentro do que a ICT arrecadou por conta dessa prestação... Ou seja, tem todo um mecanismo de controle, que é necessário que exista controle, não pode simplesmente aplicar cada um o que acha que fala a lei e pronto.

Por sua vez, o art. 9º fala da realização de acordos de parceria – isto aqui já é diferente da prestação de serviços, é uma outra forma de participação – para a realização de atividade conjuntas de pesquisa científica e tecnológica, produto ou processo com instituições públicas e privadas. Para esta participação, está previsto o recebimento de bolsas de estímulo à inovação, diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento. Portanto, novamente, aqui, está a instituição de apoio.

Também o art. 13 fala da participação mínima de 5% e máxima, de 1/3, dos ganhos econômicos auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento. Essa participação será paga pela ICT até um ano após a realização da receita que lhe servir de base. Veja que tudo isto aqui é novidade, está num contexto diferente do que existia quando foram criadas as fundações, da Lei das Fundações.

Finalmente, e não menos importante, é o art. 10º, que permite que as ICTS paguem por despesas operacionais e administrativas, oriundas da execução desses contratos e acordos, observados os critérios do regulamento. Segundo algumas interpretações da legislação federal, eu tenho em mãos uma de um procurador municipal aposentado, isso não pode ser confundido... Despesa de operação e de administração não pode ser confundido com taxa de administração. Parece que o Tribunal de Contas tem vários acórdãos a respeito dessa taxa de administração. Isto é, não pode haver pagamento de taxa de administração às fundações de apoio.

O art. 21, da Lei 11.196, portanto, já não é mais a Lei da Inovação, acho que é a Lei do Bem, fala que a União, por intermédio das agências de fomento e ciência e tecnologia, poderá subvencionar o valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres e doutores, empregar-se na atividade de inovação tecnológica em empresas localizadas no território brasileiro,

na forma do Regulamento. A remuneração será de até 60% para pessoas jurídicas, nas áreas da SUDENE e da SUDAM [soa a campanha], e até 40% nas demais regiões. Eu estou acabando, Sr. Presidente.

Nova legislação. As universidades e as instituições de apoio precisam poder contabilizar os ganhos, os pagamentos, as bolsas de inovação. As agências de fomento precisam contabilizar as bolsas para os pesquisadores nas empresas. Enfim, é preciso poder atender essa legislação ou, então, fazer uma nova legislação que permita assumir os benefícios e as obrigações dos pesquisadores com as ICTS, instituições de apoio e agências.

Conclusão. Não podemos pensar simplesmente que existem instituições de apoio ou fundações com boas práticas e instituições de apoio com péssimas práticas, e, nesse caso, ficaria tudo como está, condenando as que cometeram ilegalidades e mantendo as outras [ininteligível] até agora. É uma alternativa e uma análise muito simplista de uma situação muito grave. Ou seja, não é simplesmente dizer: “Olha, quem cometeu irregularidades, que pague; quem não cometeu irregularidades, vamos continuar funcionando”. Por quê? Porque eu acho que o prejuízo que as universidades tiveram, diante da opinião pública, compromete todas as universidades. A péssima imagem, transmitida à opinião pública, pelas universidades, em função das ilegalidades cometidas por algumas fundações de apoio, não salva umas e condena as outras. Todas, sem exceção, sofrem com essas práticas, diante da opinião pública.

Portanto, considero que as fundações ou instituições de apoio são necessárias para cumprir a legislação existente. Estas terão que ser constituídas em bases diferentes das atuais, para impedir os abusos sobejamente conhecidos por todos. Então, eu acho que, se existe, na legislação, as fundações de apoio, elas têm que existir. Agora, não é simplesmente dizendo: “Olha, as que estão funcionando bem, vão continuar; as outras, vamos condená-las”. Eu acho que a base para a existência das fundações, já que a imagem foi prejudicada das universidades, a imagem, por algumas... Todas foram prejudicadas. Então, eu acho que as bases dessas fundações de apoio teriam que ser diferentes, e, nesse caso, eu acho que o Tribunal de Contas da União está certo, no sentido de promover novas bases, mudanças, para que essas fundações possam continuar funcionando, porque elas têm um papel importante no marco regulatório. E faço um alerta: dizer que mudar a Lei da Inovação, pode até ser mudada, mas eu levo em conta que a Lei de Inovação foi trabalhada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pelo Ministério da Ciência

e Tecnologia, pelo Ministério do Planejamento, pelo Congresso Nacional, pelos empresários. Ou seja, foi um acordo, um pacto praticamente social para a existência dessa Lei de Inovação.

Portanto, se existe a Lei de Inovação, se existem as fundações, as instituições de apoio, que elas prestem o papel que a legislação as atribui, mas em bases que possam ter maior fiscalização, maior controle, para que não sejam cometidos abusos, porque eu vou levantar um ponto, Sr. Presidente: aqui, não estamos falando de todos os abusos que foram cometidos, mas algum reitor, algum dirigente, que cometeu alguma ilegalidade numa dessas fundações, o que não será capaz de fazer numa eleição para reitor de uma universidade? Portanto, esse compromisso democrático, também, da universidade [soa a campainha] pode estar comprometido, quando a gente também trabalha com essas fundações da forma como estava trabalhando, enfim.

Por isso, eu queria deixar por escrito essa posição, no sentido de que tem que existir as fundações de apoio, mas eu acho que a base de construção dessas fundações teria que ser modificada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Antônio Ibañez Ruiz pela exposição e convido o Dr. Edward Brasil, 1º Vice-Presidente de Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Reitor da Universidade Federal de Goiás para proferir a sua palestra.

Conforme foi aqui comunicado pelo Senador Cícero Lucena, que estava na presidência da Comissão, nós vamos ouvir o quarto palestrante e, em seguida, abriremos aos senadores e deputados, para que possam fazer as suas arguições e retornaremos aos últimos quatro convidados. A lista de inscrição para os questionamentos já está aberta, pode ser subscrita pelos senadores e senadoras, deputados e deputadas. Eu solicito, Senador Cícero Lucena, que V. Exa. possa reassumir aqui a presidência dos trabalhos, porque eu vou ter que me deslocar até à Comissão de Constituição e Justiça, pois sou o Relator do processo de indicação do Desembargador Milton Nobre para o Conselho Nacional de Justiça. Irei até lá fazer a leitura do Parecer e retornarei à Comissão de Ciência e Tecnologia. Com a presidência o Senador Cícero Lucena.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Dr. Edward Brasil.

SR. EDWARD BRASIL: Bom-dia a todos. Provavelmente, não usarei os dez minutos. Eu queria, primeiramente, concordar aqui com o Deputado Eduardo Gomes, no sentido de que nós percebemos claramente

avanços nessa discussão. Eu, como vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e Reitor da Universidade Federal de Goiás, tive também a oportunidade de, recentemente, ter um diálogo bastante produtivo lá no TCU, junto com a Deputada Raquel Teixeira, da Comissão, junto com o Dr. Paulo Roberto, Dr. Mauro, Dr. Aroldo, o Presidente do TCU, Dr. Ubiratan, e eu entendo que a gente caminha para um entendimento e uma solução dessas questões.

Eu queria apenas chamar a atenção para alguns pontos que foram colocados aqui e outros que, talvez, não apareceram ainda.

A questão do papel do TCU... Tudo que foi dito aqui pelos membros do TCU, que estão presentes aqui, é sabidamente reconhecido que a maioria dos pontos que compõe esse último acórdão eram pontos que estavam presentes já em outros momentos. O que acontece é que, talvez, pela não articulação de todos os atores, MCT, MEC, TCU, Universidades e demais agentes envolvidos na ciência e tecnologia, nós não tínhamos ainda tomado iniciativas mais decisivas, no sentido de solucionar as questões apresentadas. Eu estive, ontem, numa reunião no Ministério da Educação, junto com a Secretaria de Educação Superior, estão sendo preparados alguns documentos que já apontam, no sentido de solucionar vários dos pontos levantados pelo TCU. Também existe a possibilidade de um Decreto Presidencial que acerta todas aquelas questões relativas ao orçamento, a passagem dos recursos de um ano para o outro, aproveitamento de créditos, remanejamento de rubricas, e, com isso, as universidades, naqueles achados do TCU... Eu tenho quase certeza que a grande maioria daqueles achados serão solucionados. Vão persistir, certamente, alguns pontos que, também, eu acredito que a gente vai avançar, a partir do momento que nós conversarmos um pouco mais.

A questão dos recursos que são repassados, pelo MCT, para as fundações, e, de forma exclusiva, para as fundações de apoio, que nós conseguimos um ano, eu acho que o Dr. Ibañez já apontou um caminho aqui para essa... Esse, talvez, foi o ponto que trouxe mais angústia na comunidade científica, porque já existe toda uma dinâmica implantada, com toda a fiscalização e que funciona desse jeito há muito tempo, com o repasse dos recursos da FINEP diretamente para as fundações de apoio, e isso transcorre de forma muito transparente e com todas as fiscalizações devidas. Então, a gente tem dúvida sobre esse prazo de 365 dias, se será suficiente para equacionar, mas, na medida em que houver a decisão política de resolver isso, eu acredito que a gente avance.

Uma outra questão é que várias políticas públicas do próprio Governo Federal são desenvolvidas pelo pessoal da universidade, que é quem, na maioria das vezes, tem competência para fazer isso, e, para isso, nós precisamos utilizar as fundações, principalmente no que diz respeito à contratação de pessoal em caráter temporário, que são pessoas que vão desenvolver tarefas específicas e que precisam atender, não só a essas questões de políticas públicas, mas também grandes projetos de pesquisa, que precisamos, algumas vezes, de pessoas com determinada competência, por um período de tempo curto, e que não se justificaria a contratação via concurso público para o quadro da universidade. Então, esses são problemas que nos incomodam, se nós não conseguirmos ter um entendimento.

Deixar claro que nós, reitores, queremos trabalhar absolutamente na legalidade, mas, de outro lado, e aí eu vou voltar só um pouquinho aqui na questão dos recursos que foram falados aqui, que são repassados, às vezes, no final do exercício, muitas vezes, o reitor se via numa situação extremamente complicada. Recebia lá seis, sete, oito milhões de reais para a execução de obras, que não haveria tempo hábil para fazer a licitação naquele tempo. Bom, o que... A prática que nós fazíamos, apesar de que, a partir do ano passado, não houve mais transferências dessa natureza, o que a gente fazia era contratar a fundação, mas, frequentemente, a licitação do serviço era feita pela própria universidade. Então, a gente sempre tomou esse cuidado de ter o zelo absoluto com a utilização do recurso, mas sabíamos da irregularidade de transferir aquele recurso para a fundação naquela hora.

Acho que um grande problema que ainda temos e que ainda não vejo uma solução e não é objeto desse acórdão, eu acho que o Dr. Paulo Roberto falou de forma muito precisa, que é a questão dos hospitais universitários. Nós temos, hoje, nos hospitais universitários, um quadro de pessoal terceirizado, via fundações de apoio... Eu sei que inclusive tem uma FOC agora, específica para os hospitais universitários. Nós temos, nos hospitais universitários, cerca de... talvez, mais de dez mil servidores nos hospitais universitários, das universidades federais, contratados por fundação, e isso mediante um Termo de Ajustamento de Conduta, que está prestes a vencer. Essa, talvez, seja um uma das ameaças maiores que nós temos aí, num futuro bem próximo.

E, por fim, eu queria dizer que, se nós regulamentarmos o art. 207 da Constituição, o papel das fundações ficará específico para ações, para as quais elas foram criadas. Então, nós precisaríamos, talvez, avançar um pouco mais na regulamentação da auto-

nomia. Esse Decreto, que está prestes a ser assinado, ele já nos resgata alguns desses pontos. O MEC tem trabalhado intensamente de transformar inclusive esse acórdão numa oportunidade para que nós avancemos na questão da autonomia, mas eu vejo que a solução para toda essa questão que foi levantada em torno das fundações de apoio às universidades é justamente esse diálogo. Quando o Senado, Câmara, TCU, MEC, MCT e Universidades se sentam à Mesa, com o objetivo de solucionar, eu acredito que a gente vai avançar bastante nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado ao Dr. Edward, inclusive pelo não uso do tempo total, que nos permite avançar um pouco, e, conforme decidido anteriormente, nós passamos, então, à parte de participação dos senadores, à lista de inscrição, começando pelos autores do requerimento. Entre eles, quem se encontra aqui presente é o Senador Cristovam Buarque, então, como primeiro a fazer as suas perguntas a esses quatro primeiros expositores. Em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cada um dos que aqui vieram colaborar com o Brasil nessa Audiência. Quando eu subscrevi essa convocação, eu tinha em vista perguntas pontos.

Primeiro, resgatar a imagem dessas entidades, que ficaram um tanto abaladas por conta de fatos ocorridos, especialmente aqui na minha universidade, a UNB, e outras universidades. Segundo, para chamar a atenção, Sr. Presidente, Senador Cícero, de que não há futuro para a ciência brasileira, se nós não fizermos algumas mudanças da maneira como o setor é administrado.

É preciso perceber duas coisas. Primeiro, não há futuro para um país sem conhecimento, ciência e tecnologia especialmente. Acabou o tempo em que a gente mandava buscar escravos na África com braços fortes, colocava uma inchada na mão, e ele, que nunca tinha visto a inchada, já começava a produzir; nunca tinha visto e começava a trabalhar. Bastava o escravo e a terra, e a gente transformou Olinda numa das cidades mais ricas do mundo naquela época. Hoje, a riqueza vem do conhecimento, até porque não se usa nem braço e nem mãos, se usam dedos. Hoje, nós não temos mais nem operários, estamos caminhando para um mundo de operadores, e a diferença é a quantidade de conhecimento. Mas mais que isso: o valor das coisas vem, hoje, da quantidade de inteligência ali dentro. Esse microfone aqui não é vendido por causa da quantidade de ferro; ele é vendido por causa da quantidade de inteligência que foi colocado

aqui dentro dele, sobre a forma de chips, de desenhos. Isso vale para tudo. A área de fármacos é um exemplo, vale para todas as áreas. Não há como, primeiro ponto, esse país ter futuro sem ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, ainda nesse ponto, quero lembrar que não há como ter ciência e tecnologia sem boas universidades. Mas nós, universitários, esquecemos que não há como ter boas universidades sem um bom ensino médio. Não tem como. E que não tem como ter um bom ensino médio, sem um bom ensino fundamental. Então, é toda uma cadeia de educação, toda cadeia geradora de conhecimento que esse país ou dá um salto ou não dá. Na primeira página, hoje, de todos os jornais do Brasil, os grandes, é o Presidente Lula batendo bola com o Ronaldo. Eu nunca vi uma primeira página do Presidente Lula visitando uma escola. Não é nem porque ele não vai, é porque, se for, a mídia não se interessa por isso. Nós não damos importância. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo é que, nesse momento, ciência e tecnologia não é mais um produto de um inventor isolado com a cabeça brilhante. Hoje, qualquer cientista exige uma quantidade de aparelhos que custam dinheiro. O primeiro ponto. Mas tem outro: é que muda muito depressa. O processo de avanço, ele muda de um dia para o outro. Amarrarmos o nosso futuro a um conhecimento limitado é suicídio. Amarrarmos a produção de conhecimento a uma educação de base, sem qualidade, é um suicídio. E amarrarmos o desenvolvimento científico aos Tribunais de Contas, as regras que servem para dizer como se compra uma cadeira igual a como se compra um novo equipamento para pesquisas na área de astronomia, isso é um suicídio para o país. Daí a importância dessas fundações. Não há futuro sem fundações e, vou ser radical, com liberdade total. Agora, a gente diz: "Como protegê-las?". Para mim, a palavra chave é transparência, Presidente. O que a gente estava discutindo aqui é como fazer a transparência, e punição. Todo mundo, antes de pecar, fecha a cortina; se a gente mantém as cortinas abertas, nenhum gasto secreto, e a tomada de decisões com a participação da comunidade acadêmica... Eu não vou dizer que será zero de roubo, mas será quase zero o tempo entre a descoberta do roubo, zero segundo.

Então, a grande discussão aqui – e eu creio que o Professor Ibañez, com quem eu convivi mais de todos aqui deve estar de acordo – é a radical transparência. Não podemos amarrar esse sistema às mesmas regras como nós controlamos outros gastos da República Brasileira. Ou damos autonomia ou ficamos para trás. E como nós sabemos que precisa de ética, vamos colocar a transparência. A transparência é muito mais eficiente do que a 866. A 866 não vai permitir

a velocidade que a gente precisa. Temos que dar um grau de confiança aos nossos produtores de ciência, de saber, exigindo deles que não façam nada escondido e punindo aquele que for pego cometendo, não só crime, até mesmo quando forem erros. Até os erros têm que ser punidos, não apenas os crimes. Essa é a minha visão já faz muito tempo. Fico até à vontade, porque fui reitor num tempo em que não foi preciso criar fundações. Então, eu não estou nem defendendo instrumentos que eu tenha criado. Também tive o privilégio de ser reitor de uma universidade que já era uma fundação, ela em si, e foi possível administrar, com uma certa velocidade, a UNB, graças à FUB, que é a grande mãe geral da universidade.

Então, eu não estou defendendo nada que eu preciso defender por algum ato ou gesto na minha função de reitor. Eu estou é, como brasileiro, preocupado com o país que está ficando para trás, do ponto de vista do salto da ciência e tecnologia, não porque não estejamos avançando, até que estamos, mas estamos avançando numa velocidade menor do que o que o mundo exige e numa velocidade menor do que os outros países. Eu fui visitar a FIOCRUZ, semana passada, eu vi ali coisas formidáveis sendo feitas, aliás, pelo Ministério da Saúde, não pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que, lá, é diferente. Está se fazendo coisas maravilhosas, mas a gente precisava de quinze FIOCRUZ no Brasil e não de uma FIOCRUZ.

Estamos ficando para trás nas pesquisas espaciais, já estivemos quase iguais à China e à Índia, esses caras já mandaram naves espaciais com tripulantes. A Índia mandou um sem tripulante, mandou à lua, não pousou, mas fez a volta, e a gente, hoje, não consegue mandar nem um pequeno satélite. Sem agilidade, não há mais como estar na frente na produção de ciência e tecnologia, e eu creio que isso não exige sacrificar a ética e nem a correção, desde que haja transparência e punição *a posteriori*. Todo conhecimento das coisas à comunidade, para não dizer todo o poder à comunidade, que aí ia parecer uma outra intenção. Não, todo conhecimento, tudo aberto, tudo transparente, de tal maneira que, aí, a gente não toma decisões tão equivocadas, e, quando tomar, a gente resolve.

Essa, Sr. Presidente, é a minha posição. Eu gostaria de ver o Senado dando um gesto de alforria a essas entidades, sob os olhos da sociedade. O importante aqui não são as mãos para controlar as entidades, são os olhos para ver o que elas estão fazendo e, depois, é claro, se for preciso, tomar medidas duras para punir os erros, que não serão muitos, se houver transparência absoluta. Mas, sem essas instituições, e essas instituições sob o controle dos órgãos tipo TCU, da mesma forma como se controla a compra de

uma cadeira, será um fracasso para o Brasil, será um suicídio, porque nós ficaremos para trás na produção do verdadeiro capital que a gente vai ter daqui para frente, que é o capital conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senador Cristovam. Já que o senhor não tem nenhuma pergunta aos palestrantes anteriores, inclusive fazendo uma palestra--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu deixaria uma única pergunta: como garantir essa transparência? Como abrir as cortinas? Que medidas tomar para que não haja possibilidade de uma decisão pelo reitor, pelo diretor da instituição, que a comunidade não tenha tomado conhecimento *a priori*, mas sem precisar de assembleias para decidir, porque, senão, aí vêm do TCU as assembleias que vão atrapalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dirigida a todos os quatro expositores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A todos os quatro. Então, como garantir transparência absoluta?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço ao Senador Cícero Lucena, que preside essa Comissão, ao Deputado Eduardo Gomes, que preside a Comissão na Câmara, a todos os palestrantes que já se pronunciaram ou que irão se pronunciar, a todos que compõem a Mesa, aos companheiros do Senado Federal e da Câmara.

O Senador Cristovam foi muito preciso e tem toda a condição de assim o ser porque, além de ser um senador que se dedica, e o Brasil todo é testemunha desse lado de universidade, de centros de ensino, de educação no Brasil, foi o autor do requerimento que proporcionou essa Audiência Pública. A Audiência Pública, para mim, tem sido um ensinamento. Eu acho que é um enriquecimento para todos nós a participação em Audiências Públicas porque nós temos a oportunidade de estarmos aqui, exercendo o contraditório e o enriquecimento, através das diversas opiniões.

Mas minha formulação, no tocante à minha participação hoje, aqui, ela se prende mais ao Tribunal de Contas da União. Ontem, na Comissão Mista de Orçamento, havia um clamor, no sentido de as regras, exercidas pelo Tribunal de Contas da União, serem flexibilizadas no tocante à paralisação de obras no Brasil. A Comissão Mista de Orçamento identificou que, como não existe um critério específico para caracterizar a gravidade da ocorrência pela qual uma obra é paralisada, se faz necessário que se estabeleça um critério ou uma escala de critérios, para que o dano não seja

maior, que, muitas vezes, há paralisação de uma obra e, posteriormente, o esclarecimento de que nada ocorreu ou de que o dano é de menor valia, o prejuízo da paralisação é maior do que a eventual continuidade da obra, sob um monitoramento mais efetivo.

Então, é um tema que eu gostaria que o Tribunal de Contas levasse... Os membros, aqui presentes, do Tribunal de Contas levasse para a discussão, porque esse assunto, na verdade, está em pauta. Aqui, nós estamos, hoje, discutindo as interligações entre as universidades, os centros de ensino e o Tribunal de Contas, mas, na verdade, há preocupação com o Tribunal de Contas, há boa preocupação com o Tribunal de Contas. Eu sou testemunha, sou absoluto defensor da atuação do Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União presta um serviço ao país fantástico, é uma entidade inteiramente confiável, e o Brasil... Por considerá-lo confiável, o Brasil, na verdade, tem nele um esteio para que a boa gestão no Brasil continuei.

Mas se existe um outro fator preocupante e que fez parte aqui dessa Comissão, no dia 15 de abril passado, que nós tivemos aqui a presença do Secretário de Fiscalização de Tecnologia e da Informação do Tribunal de Contas da União, foi o Sr. Cláudio Souza Castello Branco. Ele esteve aqui e deu um show, fez uma apresentação fantástica, mas nos deixou mais preocupados, porque ele foi tão eloquente, tão fantástico, mas ele gerou uma preocupação nossa... À época, nessa mesma reunião, o senador, que também é autor do requerimento dessa Audiência, que, lamentavelmente, teve que se ausentar, Eduardo Azeredo, fez uma ponderação, que, no final da apresentação dele, ele disse simplesmente o seguinte: "Eu estou trazendo aqui dez sugestões de temas que o Tribunal de Contas da União poderia investigar". Primeiro, a mim, cidadão, eu me preocupo muito com o furor investigatório desse país. Em segundo, eu acho que as atribuições do Tribunal de Contas da União são claras, são definidas, e, no meio das atribuições ou das sugestões que o Tribunal de Contas trouxe para essa Casa, tinha que fiscalizar sobre a correção, veracidade, confiabilidade da urna eletrônica. No momento, o Senador Azeredo perguntou: "Me diga alguma coisa: existe algum indicio, houve alguma denúncia, existe algum fato que se questione a urna eletrônica?". Aí o cidadão, o companheiro do Tribunal de Contas, o Cláudio de Souza Castello Branco, disse assim: "Não, eu estou trazendo aqui simplesmente para que vocês pensem em temas que o Tribunal de Contas da União pensa que poderá, lá no futuro, ser investigado".

Então, há uma preocupação nossa da amplitude da atuação do Tribunal de Contas da União. Vamos dizer, o Tribunal de Contas da União faz já um trabalho

fantástico, mas eu acho que não se faz necessário o Tribunal de Contas migrar para este campo investigatório. Já existe, no Brasil, Polícia Federal, já existe Ministério Público, já existe determinados órgãos que poderão subsidiar e solicitar ao Tribunal de Contas da União a complementação de determinadas investigações, mas eu, como cidadão e como senador, trago... Nessa Audiência, trago a sugestão para o Tribunal de Contas frear um pouco este setor, que é o setor de fiscalização de tecnologia da informação e ele se atenha a se aprimorar, dentro da competência tecnológica que ele tem, aprimorar as investigações que já são solicitadas pelo Congresso Nacional ou, por ventura, que são gerados frutos de solicitação do Ministério Público, ou da Justiça Federal, ou da má gestão do Brasil como um todo.

Era essa a minha abordagem construtiva, continuando os nossos elogios ao Tribunal de Contas da União. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não tendo mais nenhum inscrito, eu passo a palavra... Eu pediria aos palestrantes que, se puder, respondam aos dois senadores, àquele que couber a resposta. Então eu passo a palavra ao Dr. Paulo Roberto, que foi o primeiro palestrante, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Obrigado, Presidente. Primeiramente, reportando-me ao Senador Cristovam Buarque, a questão que o senhor traz, eu concordo integralmente com V. Exa. O Tribunal de Contas, de fato, ele, hoje, fiscaliza as entidades de ensino, de ciência e tecnologia, sob o prisma das Leis das Licitações, por falta, na verdade, de outro marco legal que nos sirva como paradigma para essa fiscalização. E esse marco, senador, ele tem que ser construído, sim. Na verdade, o representante da AN-DIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás, ele colocou, com muita propriedade, que seria o momento, ou já passamos do momento, de regulamentarmos o art. 207 da Constituição e trabalharmos, enfim, com a autonomia universitária. Questão muito semelhante e que, também, nos causa um desconforto muito grande, refere-se à fiscalização, por exemplo, das aquisições das empresas públicas da sociedade da economia mista. Hoje, o Tribunal de Contas da União tem, por força de parâmetros legais, que aplicar à PETROBRAS o cumprimento das mesmas normas que são afetas a um órgão que tenha sob sua gestão cem mil reais ou um milhão de reais. O nosso Presidente, o Ministro Ubiratan Aguiar, tem feito incansáveis gestões junto às duas Casas do Congresso Nacional, no sentido de que seja regulamentado o art. 173 da Constituição, que dispõe sobre o Estatuto das Empresas Públicas

e Sociedades de Economia Mista, que também não foi regulamentado.

Então, de fato, temos que ter um olhar diferenciado, sob entes que devem ser diferenciados pela importância que têm na estrutura sócio-econômica, na formação desse país. Então, temos que trazer esse olhar diferenciado, só que, hoje, por força do marco legal que nos é aplicável, não podemos fazê-lo. O senhor colocou uma questão que é muito difícil: como assegurar a transparência? Eu acho que a transparência, ela é assegurada, o senhor fez a pergunta e já trouxe parte das respostas. Na verdade, a transparência é assegurada a partir de uma gestão compartilhada, compartilhamento de informações, e a partir do uso intensivo da própria tecnologia da informação. Nós estamos vendo que o Governo Federal tem feito um trabalho expressivo na área da ampliação, da transparência, divulgação dos seus gastos. Hoje, não é mais concebível que a verificação de despesas públicas tenha que se fazer pelo manuseio de pastas que ficam guardadas dentro de armários. Esses dados têm que estar na internet. Os órgãos têm que disponibilizar ou deveriam ter a obrigação legal de disponibilizar todas as suas receitas e as aplicações decorrentes, não em nível de macro agregados, mas em nível de utilização efetiva de cada documento que é emitido, como nós já temos alguns exemplos, no SIAF. Esses exemplos poderão ser estendidos a outros entes. Eu acho que seria um início. Não é uma resposta fácil e nem definitiva para essa questão. A busca da transparência, acho que ela é um modelo continuado e vem de várias discussões, acho que talvez pudesse ser um início a utilização intensiva de tecnologia da informação.

A respeito da ponderação trazida pelo Senador Roberto Cavalcanti, também as considero absolutamente pertinentes, Senador. Em primeiro lugar, apenas um esclarecimento inicial sobre a questão que foi levantada na CMO, na Comissão Mista de Orçamento, sobre a questão das obras públicas, e apenas para prestar um esclarecimento adicional... Na verdade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela já define, sim, o que é uma irregularidade que deve, ou não, ensejar a paralisação de uma obra pública. Não é discricionário do Tribunal de Contas da União avaliar se determinada irregularidade deve, ou não, recomendar a paralisação da obra. Isso foi colocado pelo Congresso Nacional e vem sendo colocado anualmente nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Existe a definição, sim, do que seriam, e o termo que a lei usa são IGP's, que são Irregularidades Graves com Paralisação de Obras, ou IGC's, irregularidades graves que permitiriam a continuidade de uma obra. Então, isso não é discricionário do Tribunal. O Tribunal, ao trazer essas informações ao Congresso

Nacional, anualmente, ele aplica exatamente o critério estabelecido na lei, para sugerir, então, a paralisação de uma ou de outra obra. É claro que a avaliação final, e é uma avaliação que não é meramente técnica, que é uma avaliação política, que leva em conta diversas variáveis, a questão da relevância social da obra e tudo, isso é uma avaliação política que é feita pelo Congresso Nacional e não pelo Tribunal de Contas da União. Nós não podemos fazer essa avaliação. Vejam os senhores que o Congresso Nacional tem sido mais rigoroso do que o próprio Tribunal de Contas da União, na paralisação de obras [soa a campainha]. Já caminhando para o final. No ano passado, o Tribunal encaminhou, em relação à fiscalização de obras de 2008, ele sugeriu, por esse critério da LDO, a paralisação de quarenta e cinco obras. O Congresso Nacional, diferentemente do que sugeriu o Tribunal, enquadrando outras obras como passíveis de paralisação e determinou a paralisação de cinquenta e quatro, se eu não me engano. Houve um rigor maior do que do próprio Tribunal, mas, enfim, essa é uma questão que nós vamos apenas tangenciar, porque não é exatamente o foco dessa Comissão, Sr. Presidente. O senhor me desculpe, era apenas para não deixar a indagação do senador sem uma resposta.

Agora, no que se refere especificamente à fiscalização de tecnologia de informação, e aí é outra diferença que eu gostaria de pontuar, é uma questão terminológica, mas que eu considero de fundamental importância. Nós fazemos auditorias, nós não fazemos investigações. As investigações, elas são próprias de órgãos como a Polícia Federal, como o Ministério Público, como o COAF. Quer dizer, existe todo um aparelho do Estado que é voltado para a investigação. O Tribunal faz uma auditoria. Não se confunde a auditoria com a informação. E as auditorias de sistemas de informação, eles são, hoje, em todas as instituições de fiscalização superior, espalhadas pelo mundo, o que há de mais moderno, o que há de ponta e o que tem trazido o melhor resultado.

Então, por isso, o Tribunal vem migrando paralelamente, estruturou uma Secretaria para fazer esse tipo de avaliação. Hoje, como acabamos de mencionar com o Senador Cristovam Buarque, todo o Estado se desenvolve calcado, na verdade, amparado, em sistemas de informação. O que nos assegura que esses sistemas, sob o qual se sustentam o Estado, são sistemas confiáveis ou não? Esse é o papel da auditoria de tecnologia da informação, é dizer se aqueles sistemas que estruturam, que ajudam a estruturar o Estado, eles são sistemas confiáveis.

E aí eu conheço muito bem o Cláudio Castello Branco, que trabalha comigo, que é um excelente téc-

nico, mas que é uma pessoa motivada demais, entusiasta demais, como o senhor já definiu. Quando ele trouxe esse rol de exemplos, eu quero acreditar, senador, que, quando ele mencionou a questão da urna eletrônica, ele trouxe isso como um exemplo, ele não trouxe isso, de fato, como uma questão que estaria sendo colocada, submetida à verificação. Na verdade, nós temos a preocupação de fazer auditoria em sistemas de tecnologia de informação que amparem, principalmente, gestão de recursos públicos e que envolvam recursos públicos, que é essa a finalidade do Tribunal, na verdade: se reportar no que existe de recurso público. Então, por favor, não leve ao pé da letra e acolhamos com o maior prazer a sugestão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A observação foi feita com o maior respeito, a maior admiração ao Tribunal e ao cidadão, ao técnico Castello Branco. Acredito que a empolgação técnica tenha trazido isso, mas continuaria a nossa preocupação para que fosse freada essa explosão, esse vulcão de anseios, que, na verdade, esse vulcão de anseios, de sapiência, de domínio da área e da importância da auditoria, através da tecnologia da informática, ela não migrasse para temas que não fossem temas que sejam específicos. Há uma infelicidade na listagem das dez sugestões da urna eletrônica, mas entendemos como uma intenção e um desejo, um bom desejo do Tribunal de Contas e do setor de auditoria, de tecnologia e de fiscalização. Eu estou atendido nos meus anseios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. Paulo, me permita, eu pediria que o senhor concluísse, por conta de já lhe ter concedido seis minutos e a gente precisa continuar o debate.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Presidente, eu considero concluído, obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu agradeço. Eu queria estabelecer aos palestrantes que nós vamos conceder cinco minutos para aquele que for responder aos dois senadores e três minutos para o que for responder apenas a um. Com a palavra o Dr. Mauro Moreira Barbosa.

SR. MAURO MOREIRA BARBOSA: Sr. Presidente, eu vou ser extremamente rápido, até porque eu acho que o Dr. Paulo já enfrentou as questões.

Só me reportando mais à questão trazida pelo Senador Cristovam, pelo Professor Cristovam, que o próprio acórdão vai em linha, vai na busca dessa transparência. Há muitas determinações, muitas orientações às instituições federais de ensino para que publiquem, para que deem notícia de várias ações. Eu acredito que haja ali de cinco a seis itens nessa linha.

Sem esquecer também, só para pontuar rapidamente, que a fundação de apoio não é juridicionada ao Tribunal, o Tribunal não pode determinar nada à fundação de apoio, em princípio. Quem é juridicionado ao Tribunal é a universidade. Então, as determinações, as orientações que são emanadas pelo Tribunal, nesse sentido, são sempre direcionadas às universidades.

Há preocupação, de fato, senador, de tratarmos diferentemente situações diferentes. Como o próprio Dr. Paulo citou aqui, a gente enfrenta várias questões, isso nos angustia bastante. O exemplo clássico é a PETROBRAS, por exemplo, que tem que ser competitiva, tem que trazer resultados, mas ela tem uma 8666 nas costas e é complicado, realmente, para nós, técnicos, enfrentarmos essas questões.

Mas o problema todo, fazendo realmente tábua rasa da questão, é a lei, e, exatamente, nesse caso, existe uma lei que regula esse relacionamento entre as universidades e as fundações, que é a 8958, e essa lei nos impõe certos limites, até em certos momentos assim dificultosos para a gente, porque não podemos nos afastar da aplicação da lei, mas, infelizmente, não temos alternativa.

Então eu, sinceramente, acho que o caminho é a reformulação legislativa. Essa lei, na verdade, é de 1994, de quinze anos atrás, e ela foi em decorrência, inclusive, de atitudes do Tribunal à época. Eu acredito que essa lei precisa de uma reformulação hoje, à luz dos fatos de hoje, porque fundações de apoio, assim como o senhor falou quando era reitor, não tinha a realidade que têm hoje. Então, eu acredito que a solução caminha nesse sentido, mas a busca da transparência e tratar diferentemente situações que são diferentes – desculpa a redundância – é uma preocupação premente nossa lá e uma orientação do Ministro Aroldo Cedraz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado ao Dr. Mauro. Passo a palavra ao Dr. Antônio Ibañez.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ: Senador, professor e colega da Universidade, Cristovam Buarque. Em relação à transparência que o senhor pediu, já existe... Quer dizer, hoje, quando se coloca o sistema de convênios, o fato de você ter que colocar na internet o convênio que você faz, o repasse de recurso que você faz, a data que você faz para cumprir determinado objetivo, isso está em andamento. Ou seja, ainda o prazo está vencendo para começar a funcionar plenamente. As instituições estão se acomodando, adequando para que isso aconteça. Precisa de mais transparência? Precisa. Mas eu diria que eu acho que algumas das recomendações do Tribunal de Contas vão nesse sentido, da mesma forma que eu acho

que foi extremamente providencial a cutucada que o Tribunal de Contas da União deu para que se avançasse na autonomia, porque a Lei, a proposta de Lei das Universidades, de autonomia das universidades, ou de reforma universitária, está paralisada aqui no Congresso desde 2004, parece, e precisa realmente... Desde aquela época, as coisas estão patinando. Então, eu acho que a força que foi dada com esse acórdão, para que o Ministério da Educação e as universidades se mexessem, no sentido de avançar na autonomia, é extremamente importante.

Quando se fala em regulamentar o art. 207, eu concordo com o senhor, eu acho que, no momento em que você regulamenta um artigo constitucional, você já está limitando. Quando você vai regulamentar, você está estabelecendo limites que, às vezes, a Constituição não fala disso daí. Então, eu acho, e aqui eu queria... O fato do relatório do Ministro Cedraz [soa a campanha] me citar, num artigo que eu escrevi, em relação aos fatos que estavam acontecendo na universidade, citou a autonomia e as fundações, como que se relacionam, como que deveriam funcionar as fundações em função da autonomia. Quanto mais autonomia, menos fundações. Só que, na realidade, toda autonomia está limitada porque existe um marco legal. Então, o que precisa ser feito é que, dentro desse marco legal, as universidades, e todo mundo tem que avançar, tente dar os maiores passos possíveis para avançar na autonomia, dentro do marco legal existente, porque sempre vai existir um marco legal, sempre vão existir os órgãos de controle, sempre vai existir o Ministério de Planejamento, sempre vai faltar recursos para atender as universidades. Então, como que vão ser liberados esses recursos, como que vão ser gastos? Então, sempre vai haver uma limitação, mas eu acho que tem que ser questionada. E se a universidade não ficar satisfeita [soa a campanha], questiona no Supremo Tribunal Federal.

Eu só vou citar um caso. Em 1992, o Presidente Collor exigiu que todos os apartamentos funcionais de toda a União fossem vendidos. Eu tive que entrar com mandado de segurança para garantir que os apartamentos da universidade de Brasília não fossem vendidos por conta da autonomia. Ele queria que todos os carros das universidades tivessem uma cor escrita. Hoje, não tem importância, hoje estão todos aí, mas, naquela ocasião, eu tive que entrar na justiça para garantir que os carros da universidade poderiam ter a cor que quisessem, por conta da autonomia, porque precisava consolidar a autonomia. Ou seja, se, hoje, você escreve, regulamenta o que é o art. 207, com certeza, você vai deixar muita coisa de fora, que é extremamente importante. Portanto, eu acho que a questão

da autonomia é uma luta contínua que só se conclui no STF. Essa é a minha opinião. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Dr. Antônio. Como o tema é importante, Senador Cristovam, alguns palestrantes que ainda não fizeram, gostariam de tratar também do tema e, com a concordância dos senhores, eu vou assim conceder. Com a palavra o Dr. Marco Antônio.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ: Eu só pediria um segundo, porque, com certeza, a Fundação Oswaldo Cruz tem recursos dos fundos setoriais que são do Ministério da Ciência e Tecnologia. As parcerias que nós fazemos com o Ministério da Saúde são muito grandes, até o Marco Antônio Raupp, da SBPC, sabe, pode confirmar, são muito grandes e, com certeza, tem recursos do MCT, dos fundos setoriais, nas pesquisas da Fundação Oswaldo Cruz.

SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP: Bom, Sr. Presidente, Senador Cristovam, eu não queria perder a oportunidade de dar uma opinião sobre a questão que o senhor colocou, antes de eu fazer aqui a minha apresentação, que é como garantir a transparência. A resposta, senador, a meu ver, é a resposta democrática: participação, o mais possível, da sociedade civil. É a sociedade civil... O SISCONVEN, que é um sistema... Têm sistemas tecnológicos de informação, o SISCONVEN vai começar a funcionar, está ainda defasado em seu funcionamento, em relação ao SIAFI, por exemplo. Nós esperamos que vá trazer transparência também, mas não é isso que nós estamos falando aqui. Quando a gente está falando em instituições organizadas pela sociedade civil, como são essas fundações de apoio, está certo, pelas universidades... Tem que ter mais participação... Como as OSs e OSCIPS, etc., essas instituições, elas têm que ter também, nos seus órgãos dirigentes, nos seus órgãos fiscalizadores, participação da sociedade civil. É isso que garante a transparência a nosso ver, ao ver da comunidade. Nós queremos trazer para essas instituições, e a SBPC tem propostas aqui de trazer para os Conselhos Administrativos dessas instituições, o máximo possível de representação da sociedade civil, interna na universidade, mas, também, externa, e isso será altamente eficaz para o Tribunal de Contas analisar dentro de um panorama maior, porque é inegável – isso eu quero, depois, defender aqui – que o sistema legal vigente não é adequado. O senhor colocou muito bem: não se usa o mesmo procedimento para comprar uma cadeira do que para comprar equipamentos sofisticados, que são feitos sob encomendas. Não se contrata um datilógrafo, um digitador, melhor dito, para ser tecnologicamente correto, da mesma forma que se contrata um professor visitante, por exemplo, que é importante para o desenvolvimento

dos trabalhos de pesquisa científica num determinada instituição científica. São coisas completamente diferentes [soa a campainha]. Então a insuficiência da Lei é clara, a Lei 8.666.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Dr. Mauro. Eu pergunto ao Dr. João Batista se pretende se pronunciar sobre a pergunta do Senador Cristovam.

SR. JOÃO BATISTA DE SOUSA: Sr. Presidente, eu gostaria de pronunciar, sim, sobre esse assunto, sobre essa pergunta do Senador Cristovam Buarque, ex-reitor da minha universidade e professor da minha universidade.

Eu acredito que, quando ele coloca essa questão, ele coloca essa questão que nós precisamos ter transparência, realmente, nesta relação das universidades com as fundações. E essa transparência, ela só será possível, não para atender a questão que os órgãos de controle externo externos colocam, ela é uma transparência que precisa ser construída realmente com a participação da sociedade civil. A minha universidade criou uma Comissão de Transparência, Comissão de Transparência que é presidida por mim, por delegação do reitor, e nós colocamos já transparente na universidade tudo aquilo que a Portaria 146 exige, mas nós não queremos só essa transparência, nós queremos transparência de todas as ações da universidade. Então, nós precisamos aperfeiçoar realmente esse sistema de transparência. Os sistemas de tecnologia que nós temos ainda não nos atende porque, como foi colocado, os convênios estão lá colocados, está lá a data do convênio, o executar do convênio, mas não permite acompanhar a execução desse convênio. Então, nós precisamos realmente aperfeiçoar, e muito, essa questão da transparência. Eu acho que a transparência é com a participação realmente democrática, com a participação dos órgãos de controle e da sociedade civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra ao Dr. Edward.

SR. EDWARD BRASIL: Bom, é bem rápida a minha colocação. Eu acho que os mecanismos de transparência, senador, eu vou fazer coro aqui aos que me antecederam, mas, principalmente, que as fundações tenham seus órgãos colegiados em pleno funcionamento, com participação da sociedade civil, a publicidade ao máximo pela rede de todos os seus contratos, de todas as ações, e aí vai até um desconhecimento meu sobre um ponto em particular, que eu vivo na minha universidade, que eu não sei se é comum às demais fundações.

A gente tem, nas fundações de apoio à UFG, uma vedação que o dirigente da fundação seja remunera-

do. Enquanto nós temos na universidade os cargos de pró-reitores, que são cargos fundamentais, com a gratificação, a vedação de utilização de gratificação para o dirigente da fundação é uma problema, pois é muito difícil você conseguir pessoa que vai deixar de fazer as suas atividades para assumir uma responsabilidade enorme, que gere alguns milhões de reais ou vários milhões de reais durante o ano, sem poder ser remunerado para isso. Então, essa é uma questão que auxiliaria. Se é difícil conseguir uma pessoa da universidade para presidir um fundação, imagine se fosse trazer uma pessoa externa à universidade, que teria que deixar seus afazeres para assumir um cargo de tamanha importância. Nós temos fundações no Brasil que geram mais de cem milhões de reais por ano. Então, eu acho que existe uma incoerência, se houver realmente na Lei. Eu sei que, no meu estado, tem isso.

Um outro problema que a gente enfrenta é que existe um confronto aí na legislação. Como os colegas do TCU bem decidiram [soa a campainha], nós temos o Ministério Público Estadual fiscalizando cada fundação, e isso, muitas vezes, choca com a própria lei que regula a relação entre as fundações e as universidades. Então, muitas vezes, o reitor se vê na impossibilidade de tomar determinada decisão, sem saber se atende ao Ministério Público Estadual, ao TCU ou a outro órgão de controle. Então, nós temos esse conflito, por serem as fundações, fundações de direito privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Dr. Edward. Agora, vamos retornar à segunda rodada de exposições. Convidamos o Sr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, por dez minutos.

SR. JACOB PALIS JÚNIOR: Sr. Presidente, é uma honra para a Academia de Ciências participar dessa Audiência Pública, estar mais uma vez presente a essa Casa importantíssima, um dos pilares da nossa democracia. Estaremos sempre presentes quando convocados. Eu queria assinalar, também, que a Academia Brasileira de Ciência tem, hoje, um entrosamento, eu diria que histórico, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC. Temos atuado em conjunto em muitas dessas questões que foram abordadas aqui, mas, muito além também, em questões propositivas para o avanço da ciência e tecnologia no país.

Antes de mais nada, eu quero dizer que a ciência e tecnologia no país está avançando exponencialmente. O Senador Cristovam talvez tenha focalizado alguns pontos onde estamos mais frágeis, por exemplo, o espaço, mas, no total, o avanço é absolutamente notável. Hoje, nós estamos em 13º lugar em termos de produção

científica qualificada, isto é, aquela que é produzida, é publicada em revistas, indexadas por conceituação internacional. Então, não é uma invenção do Brasil. O 13º lugar é muito honroso, tendo em vista que a nossa população é muito menor do que, por exemplo, da China e da Índia. Mas, dentre os países chamados emergentes, o Brasil, hoje, desaponta, sim, como o mais qualificado em vários setores do conhecimento e perde em outros, naturalmente, para a China, Índia, mas o nosso papel, se levarmos em conta, como eu disse, a relação com as populações desses países, é absolutamente honrosa e de vanguarda.

Por outro lado, eu concordo que as regras atuais que norteiam as atividades de ciência e tecnologia, do ponto de vista legal, é um cipoal incompreensível para o cientista e leva, muitas vezes, o gestor a uma ação defensiva. Então, muitas vezes, não é necessário utilizar a Lei 8.666, mas aí a indicação é que use, porque não se sabe qual é a exata orientação jurídica. Então, joga muito sempre na defensiva. Eu vou citar um exemplo. Em todas as leis recentes, na LDOs, aparece lá: "É proibido o pagamento de passagem, diária e qualquer outra remuneração de consultoria a funcionários públicos". Então, é óbvio que essa interpretação não pode ser levada ao extremo de que, quando nós nos deslocamos para um evento científico, de Manaus para o Rio de Janeiro, ou convidamos um professor estrangeiro... Qual é a diferença se ele vem de Manaus ou vem do estrangeiro? Nós temos que pagar, às vezes, a passagem, nem sempre, mas, certamente, as diárias. Isso não está proibido. Eu entendo que a interpretação da lei correta é no sentido de evitar duplicação de pagamentos, de proventos, e a diária não é um pagamento, está compensando um gasto que foi feito. Então, esse tipo de furor que perpassa a área de ciência e tecnologia, em termos investigatórios, é que nos preocupa.

Então, eu acho que esse diálogo, que, agora, está se dando entre o Tribunal de Contas da União, outros órgãos, e a comunidade científica, ele é muito importante, porque, sem agilidade, como disse o Senador Cristovam, nós não vamos longe. Se nós temos tantas dificuldades de como compreender qual é o marco legal... Às vezes, também, o marco legal também é global demais, como este, na nossa opinião, da Academia Brasileira de Ciências, punir todas as fundações das universidades da mesma maneira... Aliás, os senhores chamaram a atenção disso de... Então, às vezes, uma legislação global demais pune a entidade que atua muito bem, que precisa de flexibilidade... Isso é claro: sem flexibilidade em ciência e tecnologia, nós vamos limitar o avanço. Nós estamos avançando muito apesar de tudo, porque é complicado, é complicado

conviver com tantas regras, às vezes, que nos parecem até inconsistentes, depende do gestor que joga na defensiva... Enfim, eu poderia citar muitos exemplos aqui. Aliás, o Presidente da República solicitou à SBPC e à ABC que preparasse um certo número de pontos difíceis quanto a tornar as atividades de ciência e tecnologia efetivas para levarmos a uma discussão com o Executivo e, certamente, vamos trazer também aqui a esta Casa importantíssima, e uma discussão com os próprios Tribunais que tenham obrigação de preservar a lisura. Agora, quanto menos complexas as leis, melhor, do ponto de vista do cientista.

Quanto à transparência, no meio científico acadêmico, não somos melhores do que os outros, mas a pessoa que age com dolo, ela é punida, o senador sabe disso e todos os membros aqui da Casa, ele é tornado uma pessoa nefasta, o próprio meio o pune. Se ele é desonesto, um cientista que é desonesto, ele rapidamente não é mais chamado de cientista. Assim é, nós somos assim, não somos melhores do que os outros, mas é uma tradição secular nesse sentido.

Portanto, esse diálogo que está sendo travado, ele vai se ampliar e nós vamos nos colocar, a SBPC e a ABC, no sentido do menor número de leis, de regras, que elas sejam simples e claras. E, também, a flexibilidade, já mencionada pelo Dr. Raupp, é fundamental. Foi por isso que nós apoiamos e continuamos apoiando as organizações sociais, porque a elas é dada mais liberdade mediante contratos. Mas eu estou informado que já se antevê a utilização da Lei 8.666 para licitações, quando não estava no modelo inicial. Então, começa... É típico aqui, aparentemente, não é a minha especialidade, no país, se criam [soa a campanha] entidades com mais liberdade e, depois, pouco a pouco, essa liberdade é cerceada, e voltamos a uma situação de verdadeira impossibilidade de agir com flexibilidade e de fazer avançar a ciência brasileira por contratações rápidas. Aparece uma pessoa ótima, nós não podemos contratar imediatamente, ele se perde ou vai para o estrangeiro e assim por diante, outros fatos semelhantes.

Mas eu queria finalizar. Recentemente, Senador Cristovam, o Presidente da República foi ao Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, que é uma escola de pós-graduação, também de pesquisa. Então, ele tem comparecido, sim, a escolas. Pelo menos, esse foi um exemplo muito difundido. Não só o Presidente da República, mas, para nossa alegria, eu sou membro desse instituto, estive lá também o Governador do Estado e o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado ao Dr. Jacob, mas o

Senador Cristovam fazia referência à imprensa, que não era notícia. Então, com a palavra o Dr. Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência.

SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP: Bom-dia a todos. Presidente, muito obrigado pela convocação da SBPC para trazer aqui a sua opinião nesse assunto que tanto afeta o trabalho da comunidade científica no país. Eu quero cumprimentar e parabenizar o Senador Cristovam Buarque pelo balizamento que ele já deu para a nossa instituição, que é exatamente a caracterização. Deu exemplos, argumentou, caracterizou o ambiente que é necessário para o desenvolvimento das atividades de criação científica para a educação. É completamente esse ambiente de um ambiente normal em que se envolve todos esses processos de compras, contratações e etc., conveniências entre entidades públicas em geral. É claro que têm outros setores também que têm características, nós não somos os únicos que têm características próprias. Se você olhar o setor de saúde, também tem características próprias que têm que ser respeitadas.

O Brasil, ele se desenvolveu grandemente, como já foi mencionado aqui por vários. Nos últimos cinquenta anos, nós montamos aqui um sistema de ciência e tecnologia. Nós, que eu estou falando, são essas, vamos dizer, os estímulos aos Governos agirem na montagem desse sistema de ciência e tecnologia, pós-graduação, educação superior e etc., ele se inicia sempre na comunidade científica. A comunidade científica teve um papel destacado na criação, no estimular os Governos a criar os entes que são sustentáculos hoje em dia para esse sistema, para a execução de políticas públicas e que representam esse sistema de ciência e tecnologia, como o Conselho Nacional de Pesquisas, a CAPES, FINEP, etc. Todos eles tiveram, foram iniciativas que partiram de discussões no seio da comunidade científica. A SBPC, em particular, tem grande participação nisso. Anísio Teixeira, quando promoveu, quando ele trouxe as ideias da reforma universitária no Brasil, era o Presidente da SBPC. Então nós temos tradição de sugerir e de acompanhar a execução por parte dos Governos que se responsabilizam por formalizar e encaminhar a execução essas ideias.

Nesse processo, foram criadas as universidades que capacitaram grandemente as instituições de pesquisas, os institutos de pesquisas, associados aos vários Ministérios, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, o Ministério de Ciência e Tecnologia, se capacitaram grandemente nesse processo. Mas eles foram, todos eles, eles são colocados dentro do ambiente público, o ambiente estatal: 95% da pesquisa gerada no Brasil é dentro desse ambiente estatal. Foi

uma contingência do nosso desenvolvimento, razões históricas têm certamente e assim se desenvolveram e ganharam qualidade, como bem destacou aqui na sua produção científica, nos resultados dessa situação, como destacou aqui o Presidente da Academia, o Jacob Palis.

A partir de um certo momento, esse sistema começou a ter outros desafios, que são os desafios que nós estamos vivendo, onde existe um paradigma hoje para o desenvolvimento econômico, que é a chamada economia do conhecimento, que também o Senador Cristovam aqui já disse. Por isso que eu digo que ele está balizando já as nossas colocações, que é a economia do conhecimento. A economia do conhecimento significa a passagem rápida, está entendendo, a transformação de conhecimento rapidamente em novos produtos, novos serviços, em riqueza, enfim. Essa é a característica dos tempos modernos. Se você olhar nos países da OCDE, por exemplo, os países mais evoluídos economicamente, a porcentagem da economia, chamada de economia do conhecimento, dentro do PIB, é quase 50% ou mais até. Você olha uma instituição como *Massachusetts Institute Of Technology*, se você olhar, tem um estudo aí do Bank Boston que mostra o seguinte: que, se você olhar todas as empresas geradas no seio dessa instituição e se você somar todos os altos pontos(F) dela, ela seria a 24ª potência mundial em termos econômicos. Então, isso é para revelar e insistir no que o senador levantou aqui, da importância que tem o conhecimento na vida da sociedade. Hoje em dia, não só no desenvolvimento econômico, mas em todas as implicações, no desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Nós temos grandes desafios aqui, por exemplo, a questão de usar as riquezas da Amazônia com sustentabilidade. Usar os recursos do mar, por exemplo, com sustentabilidade. Estamos, agora, entrando aí em busca de petróleo em águas profundas; nós temos que ter cuidado com esses ambientes, está entendendo? Isso tem que ser sustentável, senão, a gente não vai poder nem vender os nossos produtos.

Então essa participação do conhecimento na força econômica das Nações é fundamental, e a universidade e os institutos de pesquisa são cada vez mais chamados a contribuir. Então, nós temos um sistema que é basicamente estatal e que tem que se relacionar. Se ele quer contribuir economicamente, ele tem que se relacionar com empresas, que são entes privados. Então aí surge o problema. As nossas leis, a Lei 8.666, que regula o relacionamento dos entes estatais com as empresas, entidades privadas, é uma Lei genérica, ela não contempla peculiaridades de cada uma área, como é o caso aqui da área de ciência e tecnologia.

Nós estamos vivendo aqui um problema de insuficiência legislativa, a meu ver. A Lei 8.666 é adequada. É claro que têm coisas básicas que são adequadas, eu não estou invalidando completamente e nem quero fazer uma revolução legislativa, mas ela tem que ser adaptada a esses novos tempos; ela não contempla as peculiaridades desse sistema, como no contempla as peculiaridades, por exemplo, também da área de saúde, que é outra área que também tem peculiaridades que têm que ser respeitadas. A contratação de pessoal, regime jurídico único, que hoje é o que regula o sistema estatal, também é outra situação que não dá para ser estendida a essa nova realidade. As universidades hoje têm a capacidade de captar recursos, inclusive para o seu próprio desenvolvimento, do meio econômico, das empresas que querem se aproveitar do conhecimento acumulado lá para desenvolver produtos, etc., e competirem com capacidade no mercado global. É o caso da PETROBRAS nossa aqui, claro, quando ela sacou dessa competência existente nas universidades? E como é que isso tem sido feito hoje aqui? A legislação é altamente proibitiva para esse relacionamento. Nós fomos ilegais, muitas vezes. A COPTec, que é a fundação de apoio, a COP, no Rio de Janeiro, que tem uma grande participação no desenvolvimento das tecnologias aí para a prospecção de petróleo em águas profundas e tornou o Brasil líder nisso, ela funcionou antes dessa Lei de 1994 quase que informalmente, vamos dizer assim, nas suas relações com a entidade estatal que era a COP. E funcionou muito bem. Ela era fiscalizada por padrões estabelecidos pela comunidade que operava essa fundação e isso é que pode ser aproveitado, esse tipo de experiência, no desdobramento e na necessidade de desenvolver, de aperfeiçoar essas leis aí que regulam o setor.

Então, o que eu estou colocando aqui é o seguinte: nós não podemos fechar os olhos e voltar atrás, achar que tem que ficar a universidade aqui e as empresas aqui. Nós temos é que aprofundar, desenvolver um marco legal, um ambiente institucional [soa a campainha] legal que permita isso. Nós temos o exemplo da COP e muito importantes, o tempo não permite me alongar, mas nós criamos aqui vários instrumentos ao longo dos anos, os primeiros foram essas fundações de apoio, foram regulamentadas em 1994, depois vieram já no final dos anos 90 a questão das organizações sociais, enfim, várias regulamentações dizendo como que entidades privadas, porém, sem fins lucrativos, que estão todas essas associações aí, como essas associações podem se relacionar com o Poder Público. Evidentemente que essa legislação ainda não é suficiente, as leis existentes. Quando se cria uma Lei de Inovação para estimular, por exemplo, na tentativa de se adaptar

no Brasil esses novos tempos, a estrutura de ciência e tecnologia no país, esses novos tempos, criou-se a Lei de Inovação, a Lei do Bem, etc., que estimulam as universidades a saírem do seu habitat para ir trabalhar com empresas. Essas leis, as novas leis, como elas não abordam questões da estrutura legal, completa, do país, genericamente, elas tratam de coisas muito específicas. Muitas vezes, elas entram em confronto com a estrutura legal existente. A meu ver, é isso que está ocorrendo aqui, está certo? Por quê? Não só ao nível, muitas vezes, de confronto mesmo de incompatibilidade na formulação, mas, muitas vezes, na interpretação, interpretação. Os operadores dessas leis muitas vezes promovem uma interpretação conservadora e que vai de encontro ao objetivo da nova Lei. Então o sistema tradicional reage e impede a nova lei de se desenvolver. Isso é que nós temos que superar.

Eu vejo aqui, com grande satisfação, o pronunciamento dos doutores aqui do Tribunal de Contas, dizendo que as universidades merecem soluções duradouras. Merecem mesmo, é isso que a gente tem que trabalhar, mas nós temos que trabalhar no âmbito do Legislativo, no âmbito do Senado e Câmara, nós temos que ter um aperfeiçoamento dessas leis. Eu digo isso porque vocês, que estão aqui no Tribunal de Contas, têm uma visão global do problema e obviamente sentem a necessidade dessas mudanças. Mas eu presenciei esses dias, na qualidade de Presidente da SBPC, uma Audiência Pública. A SBPC tomou a posição de estimular discussões entre os operadores dos órgãos controladores e os dirigentes dessas fundações. Ocorreu uma reunião então, uma Audiência Pública lá na UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo, a antiga Escola Paulista de Medicina, uma das mais tradicionais e de maior qualidade do país.

Hoje em dia, nas avaliações aí existentes, ela é a primeira universidade em termos da eficiência de resultados. Nessa Audiência, dois líderes da universidade, dois professores, apresentaram lá toda a história da formação da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e outra, que é uma associação sem fins lucrativos, que auxilia, uma espécie de fundação de apoio, e uma outra fundação de apoio propriamente dita. É um negócio de um valor extraordinário, eles começando assim há quarenta anos atrás, começando quase do zero, desenvolveram um sistema universitário e hospitalar de altíssima qualidade [soa a campainha]. E depois, na hora do pessoal dos órgãos fiscalizadores, controladores e fiscalizadores e até o Ministério Público, em todos os níveis de controles e fiscalização que participaram lá, esses são operadores, eu acho, demonstraram que não são pessoas que têm uma visão global do problema, mas eles sacavam resultados

do bolso e liam para a plateia, todo mundo interessado em superar o problema, o ambiente universitário, sacavam do bolso as irregularidades que eles encontraram lá nessas operações, como se colocando assim como tendo o monopólio da ética e da honestidade. Lembra aqueles tempos de "Brasil: Ame-o ou deixe-o", que só pode ser patriota [soa a campainha] quem concordar com determinadas ideias, nós estamos vivendo aqui um sistema que só é ético, só é honesto quem concordar com essa legislação totalmente inadequada. É isso que eu acho que nós temos que mudar e a SBPC é favorável.

O nosso Presidente, o Eduardo Gomes, que eu cumprimento grandemente, já tive a oportunidade de conhecê-lo lá na Câmara também, na nossa Audiência Pública lá, ele propõe que a gente comece a discutir a partir do acórdão. Eu acho que a gente tem que ir mais longe, tem que ir atrás, Deputado, nós temos é que discutir a Lei, porque são eles escravos da Lei, é difícil para eles também terem uma atitude diferente. Mas esses dois representantes aqui têm uma compreensão completamente diferente desses operadores da Lei que eu estou falando, esse é o problema. O ambiente universitário está conflagrado por causa de atitudes como esses operadores e que se consideram os donos da ética e dos bons costumes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Dr. Marcos. Passo a palavra ao Dr. João Batista de Sousa, Vice-Reitor da Universidade de Brasília (UNB), que é o último orador.

SR. JOÃO BATISTA DE SOUSA: Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite formulado à Universidade de Brasília para participar desse debate, tema do qual nós consideramos que depende o futuro do país, que é o problema da ciência e tecnologia. Nós precisamos promover esse debate para resgatar realmente a imagem das universidades, no caso talvez a universidade que mais tenha sofrido é a nossa universidade, que teve a sua imagem maculada em grande parte em consequência da relação da universidade com as fundações de apoio. Eu cumprimento a todos os oradores que me antecederam pelas brilhantes exposições, sendo que o último orador tem mais facilidade porque ele pode apreender as falsas dos antecessores, que colocaram pontos importantes, principalmente o TCU que coloca que não legislou, que está cumprindo o seu papel, que é o papel de fazer cumprir a Lei, cumprir o marco regulatório que está aí colocado e, talvez, o ponto que nós temos que discutir mesmo é esse marco regulatório, nós precisamos estabelecer que marco regulatório é este, sob o qual as universidades poderão trabalhar. É com as fundações? Se nós vamos trabalhar com esse ente que está aí colocado, que são as fundações de

apoio, então nós precisamos ter clareza de como serão as nossas relações com as fundações de apoio.

Se houve alguma dificuldade dos gestores das universidades federais e houve algum desvio em relação à conduta das universidades, nesta relação com as fundações, eu acredito que o acórdão do TCU é bem rígido, é bem duro, mas faltou, no meu modo de entender, um período de transição. Esse período de transição é importante porque nós temos algumas questões que estão ali colocadas, como a questão de obras, que os recursos estavam nas fundações, os recursos estavam empenhados para as fundações. Como é que nós vamos resolver essa questão transitória? Eu acho que ela pode ser mais grave em alguma universidade, mas ela é uma situação real.

Há uma preocupação grande, pelo menos nossa, que, mesmo estabelecendo um marco regulatório, se não houver transparência, se não houver um mecanismo de controle claro, uma vez que as universidades às vezes não participam no controle das fundações, mas têm uma relação forte estabelecida com elas, que o gestor tornar-se refém e sem a sua vontade, ele cairá numa armadilha. Então a Universidade de Brasília entende que no momento, no marco regulatório que nós temos atualmente, não é possível gerir a pesquisa, a ciência e a tecnologia sem a relação com as fundações. A universidade solicitou às fundações de apoio, às suas fundações de apoio, que o Conselho máximo da universidade, que no nosso caso é o CONSUNI, tivesse assento, tivesse a indicação dos seus Conselheiros, e nós queremos mais de 50% nos Conselhos, porque não é possível a gente estabelecer uma relação com as fundações de apoio sem saber o que está acontecendo. Entendemos que quando o Conselho da universidade passa a fazer indicações nos Conselhos das fundações, nós estamos assumindo também uma grande responsabilidade: a responsabilidade de fiscalização, de transparência.

Isso é o que nós colocamos hoje, a posição da nossa universidade é: nós queremos continuar trabalhando com as fundações? Nós somos obrigados a continuar trabalhando com as fundações, nós não temos flexibilidade, a universidade federal não tem flexibilidade para trabalhar hoje no marco regulatório que está aí sem as fundações de apoio. Agora nós precisamos realmente de transparência nessa relação e entendemos que o marco regulatório que está colocado precisa ser cumprido, mas o ponto fundamental é que o que está regulando hoje essa regulamentação não atende, não atende à exigência da pesquisa, da ciência e tecnologia.

É mais ou menos o nosso posicionamento sobre essa questão, nós queremos realmente uma relação

saudável com as fundações de apoio, queremos transparência nessa relação, esse é o aspecto fundamental que nós precisamos ter, transparência, mas é preciso que o TCU leve em consideração que existe um período que precisa ser de transição, senão as universidades vão ser inviabilizadas em alguns pontos desse acórdão em relação ao que já estava sendo realizado.

Existem situações muito diferentes nas universidades com relação a outros aspectos, por exemplo, como obras, contratação de pessoal. Foi colocada aqui a questão da contratação de pessoal por um período temporário. Não adianta eu trabalhar com a fundação se eu for impedido de fazer uma contratação de pessoal para a execução de projetos, contratação temporária. Foi colocada a questão que a nossa Lei 8.666, se aplicada às fundações na íntegra, inviabiliza também a execução dos nossos projetos de pesquisa.

Eu cumprimento o Deputado Eduardo Gomes, que faz a proposta: vamos discutir a partir do acórdão do TCU. Mas concordo também com o nosso Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que nós precisamos discutir a Lei, precisamos discutir o marco jurídico, o marco regulatório que está colocado para nós, porque o TCU vai trabalhar com esse marco regulatório e precisamos fazer um marco regulatório que seja viável. Ele não pode engessar a ciência e a pesquisa de modo que nós ficamos engessados e procuramos artifícios para fugir do marco regulatório. Então tem que ser um marco regulatório com flexibilidade.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite à Universidade para participar desse debate e encerro aqui a minha fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado ao Dr. João Batista de Sousa, Vice-Reitor da Universidade de Brasília, a UNB. Eu consulto ao Senador Cristovam Buarque, um dos requerentes dessa Audiência Pública, se teria algo a acrescentar. Pois não, Senador, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, eu fico satisfeito de ver a sintonia que há nessa Mesa em relação à necessidade das fundações e outras instituições que permitam dar apoio e que funcionem num caráter diferente das amarras. Segundo, a sintonia também de que o caminho é a autonomia universitária com transparência.

Mas, sem querer provocar, eu queria falar para uma figura que eu tenho grande admiração, o Professor Jacob. Quando ele coloca que nós estamos em 13º lugar, primeiro eu acho que, se a gente for olhar pelo PIB e pela população, dava para estar um pouquinho melhor, sem deixar de reconhecer que é uma boa coisa. Agora, eu deixo aqui a pergunta, porque a

comunidade científica, universalmente, eu acho que não descobriu ainda a necessidade da educação de base de qualidade igual para todos.

Eu faria a pergunta, mas não precisa responder, é uma provocação. Em que lugar com o senhor acha que nós estaríamos se os catorze milhões de analfabetos adultos tivessem aprendido matemática e português aos quatro anos de idade? Quantos deles seriam alguns gênios? Onde nós estaríamos, em que posição, se todos tivessem terminado o segundo grau na idade certa, ao invés de apenas 33%? Onde é que nós estaríamos se todos esses que terminassem o segundo grau entrassem nas universidades numa proporção de 30% deles? Não precisa mais do que isso também, precisa acabar a ideia de que todos têm que ir para a universidade. Aonde é que nós estaríamos se esses 30% entrassem na universidade já com a base necessária para fazer um curso superior, ao invés de hoje, que não tem essa base? Eu não sei se aqui na Universidade de Brasília, a nossa Universidade, que a Escola de Engenharia está dando um curso de pré-cálculo. Quando eu entrei na escola de engenharia, e o Ibañez provavelmente, eu já tinha noções de cálculo diferencial integral. Hoje, está sendo obrigado a ter pré-cálculo. Os seminários de padre tinham fechado os seminários menores, [ininteligível] se espalhou e estão sendo obrigados a reabrir porque não estão conseguindo. E mais um dado: onde que estaríamos se, desses 30% da universidade, todos terminassem e, digamos, uns 20% deles fossem seguir a carreira acadêmica e científica? E, finalmente, onde estaríamos se todos os nossos mestres e doutores tivessem um emprego garantido, quando terminassem os seus cursos e os equipamentos necessários?

Essa revolução é que eu acho que a gente precisa começar a lutar, sem esquecer que já estamos em 13º e sem esquecer que estamos em 13º graças ao heroísmo dos professores, Deputado Eduardo Gomes, que carregam essa universidade. E aí vamos reconhecer: o Governo Lula melhorou no ponto de vista de apoio à universidade e aos centros de ciência e tecnologia, não há dúvida nenhuma que houve uma mudança. Nesse sentido o Presidente melhorou sim, é um Governo que está fazendo mais do que os anteriores fizeram sobre isso e sobre escolas técnicas também. No mais, é uma melhora muito pequena em relação aos anteriores. É melhora também, não é retrocesso, mas é uma melhora pequena.

Eu quero insistir: a revolução científica e tecnológica começa nos primeiros quatro anos de idade da criança, entrando na escola, e tem sido esquecido isso. Não há como melhorar o sistema científico sem melhorar a universidade; não há como melhorar a uni-

versidade sem melhorar o ensino médio; não há como melhorar o ensino médio sem melhorar o ensino fundamental. Então pelo menos a gente já está discutindo a parte científica, aí ao lado estão discutindo a parte cultural, querendo mudar a Lei Rouanet, eu lamento não estar lá na Comissão de Educação, mas eu achei mais importante ficar aqui, sem dúvida alguma, e dizer que saio otimista. Parabenizo ao Deputado, o Senador Cícero que está presidindo, que a gente tenha trazido esse assunto para cá. Eu gostaria de sugerir do que mais rápido que as outras Audiências, eu sugiro à Secretária Egle, a gente faça um texto com a publicação das falas deles para que a gente possa distribuir pelo Brasil, trazendo a atenção dos que fiscalizam, que é muito importante, mas criando instrumentos de fiscalização adaptados à necessidade da velocidade no conhecimento e não amarrando o conhecimento. Aliás, falando em Oswaldo Cruz, o centro que eu fui visitar, levado por meu amigo Carlos Marel, ficou um ano e meio parado, sem poder ser construído, por causa de pequenos problemas legais no Tribunal de Contas; ficou um ano e meio parado. Eu não vou dizer que a culpa seja do Tribunal; pode ser deles. Agora, estão tentando recuperar o tempo para que o Presidente Lula inaugure e eu acho mais que justo que seja inaugurado ainda no mandato do Presidente Lula, não deixar para o próximo, mas ficou um ano e meio parada a obra, sendo que uma obra de um vulto que vai orgulhar, esse nosso 13º lugar vai dar um saltzinho para melhorar, vamos diminuir do 13º lugar quando estiver pronto esse novo centro que a Oswaldo Cruz está construindo, que eu tive o privilégio de visitar junto com o Morel.

Então, parabéns a todos nós que fizemos essa Audiência e vamos publicar isso, Deputado Eduardo Gomes, e mostrar que o Senado está agindo, está preocupado, está criando solução e que conta com o apoio do TCU, que tem que cumprir leis, e aí eu fiquei pensando que leis a gente pode mudar para melhorar isso, porque... Para que vocês possam cumprir o papel de vocês, e eles cumprirem o papel deles, porque, hoje, às vezes, há um impedimento, por culpa nossa, de legisladores, que não estamos atentos à velocidade como novas leis boas devam surgir. Para mim, foi um privilégio ter estado aqui com personalidades como o Presidente da SBPC, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, além dos outros reitores, ex-reitor, mas, sobretudo, essas duas grandes figuras do cenário científico brasileiro, que é o Raupp e o Jacob.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senador Cristovam. O senhor fez uma boa provocação quanto à posição do Brasil em 13º lugar e me fez lembrar uma experiência vivida por mim na Prefeitura de João Pessoa. Nós saímos de vinte

e sete mil alunos para setenta e quatro mil alunos. E um ex-colega seu, professor Neroaldo, em determinado instante chegou com toda a equipe da educação para comemorar comigo, Prefeito, de nós termos atingido 98% das nossas crianças em sala de aula. Eu fiquei muito feliz, como o 13º lugar aqui, e cumprimentei toda a equipe, parabeneizei, comemoramos, mas eu fiz uma pequena pergunta a ele: E os outros 2%, onde estão? Então com certeza nós poderemos reduzir e melhorar a posição. Pois não, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não quero complicar o senhor, mas poderia ter feito outra pergunta: “Esses 98% estão fazendo o que na escola?”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): Já estavam na sala de aula, num processo não são de quantidade, mas depois nós avançamos na qualidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Porque alguns estão indo pela merenda no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA

(PSDB-PB): Mas graças a Deus lá nós tivemos outros programas complementares num segundo turno.

Agora eu passo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes e, depois, passarei aos conferencistas para as considerações finais.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO):

Presidente Senador Cícero Lucena, Ministro Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento desta Audiência também, Deputado, membros da Mesa que fizeram a sua exposição, representantes do Tribunal de Contas da União.

Eu só quero, além de agradecer, entender que essa Audiência, quero mais uma vez deixar registrada a minha postura com relação à sugestão de iniciarmos o nosso debate a partir do acórdão por uma questão muito simples: o acórdão, na sua totalidade, tem vigência, se eu não me engano, no seu ponto principal, até março do ano de 2010, não é isso? É um item específico, fora os 180 dias dados à adaptação de determinadas situações. Analisando o trâmite legislação e o momento que o Congresso Nacional vive, Câmara e Senado, é praticamente impossível pensar que nesse momento o Congresso Nacional vai discutir a revisão da Lei 8.666. O Congresso precisa votar, está tentando conversar acerca da votação da reforma política. Ontem mesmo numa reunião da nossa bancada lá para definir posição sobre a reforma política, confesso, Senador Cícero, que vi muito mais parlamentares preocupados não em perder a Lei no ano que vem, mas ganhar a eleição no ano que vem do jeito que está esse sistema político no país.

Então, em termos de legislação, de trâmite Legislativo, eu acho praticamente impossível uma revisão da lei nesse ambiente e com o calendário que nós temos de eleição no próximo ano. E discutir a partir do acórdão significa compreender que o Poder Executivo, o Ministério do Planejamento, trabalha de forma mais célere e mais interessante à destinação dos recursos para as universidades e para as fundações. É possível entender que a execução do orçamento terá uma data melhor, mas que as fundações ainda permanecem, as fundações de apoio, permanecem com problema de terceirização de pessoal, contratação de mão-de-obra especializada ocasional, e o Tribunal de Contas, aí eu quero ressaltar o papel do Tribunal de Contas da União, porque tenho visto por parte do Tribunal de Contas não uma interferência indevida, pelo contrário, eu acho que o Tribunal de Contas da União tem feito uma série de pesquisas e de iniciativas em determinados setores fundamentais para a administração pública brasileira. Eu vejo de uma outra forma o que alguns parlamentares viram na vinda do técnico Castello Branco, eu acho que a regularização e a análise do processo de licitação de produtos de TI na administração pública é um verdadeiro escândalo.

Eu acho que, dificilmente, nós vamos achar um outro caminho que tenha tanto desvio de recursos públicos e tão obscuro como é esse processo de contratação de serviços nessa área na administração pública brasileira. Isso é notório. Então, eu acredito que discutir a partir do acórdão é aproveitar esse desejo do Tribunal de Contas da União de discutir processo, diferenciar o processo bom do processo ruim e entender que nós só temos uma solução, daqui para março só há uma condição dessa Comissão dar uma contribuição e do Congresso Nacional, que é entender como é que nós vamos resolver a interpretação do acórdão no dia-a-dia e aí sim, como deseja o Raupp, eu acho que todos os parlamentares, quem sabe até como proposta de discussão política num ano de eleição presidencial, num ano de renovação de 2/3 do Senado e na renovação da Câmara, inserir a comunidade científica do Brasil, inserir esse debate na próxima legislatura para a discussão e modificação da Lei, já que eu acho, do ponto de vista prático, difícil essa análise nesse um ano e meio que restam praticamente de mandato dessa 53ª legislatura.

Então, eu queria propor realmente que a próxima Audiência, porque, se essa proposta não for acatada, a própria necessidade dos atos vão provocar uma nova Audiência, nós realmente vamos estar discutindo o acórdão e o que é inexequível no acórdão é que as fundações vão ter que avançar. Então, é por isso que eu acho que essa necessidade, que é compreendida

por todos do investimento de pesquisa e inovação, começa também de forma positiva, na minha opinião, eu quero enxergar um outro lado da questão, começa a contaminar positivamente o Tribunal de Contas da União. Entendo que o Ministro Cedraz, no rigor da Lei, mas entendendo as consequências, os termos de acordo, o que ele quis com isso foi criar um ambiente melhor para que o recurso seja melhor aproveitado em pesquisa e inovação e o Brasil tenha o seu lugar de destaque.

Então eu quero agradecer a todos por essa oportunidade e colocar a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados à disposição. A professora Raquel Teixeira tem feito um bom trabalho nessa área, junto com o Deputado Bilac, com outros Deputados, nós estamos à disposição para as novas iniciativas, a discussão da reformulação da Lei, mas, principalmente, porque nós, por sermos assim... Nós não somos especialistas, mas a gente sabe que tem ciência exata, então com ciência exata é que nós vamos ter problema no acórdão. Então até o final do ano nós temos que ver uma forma de preservar o investimento das fundações e entender o trabalho que o Tribunal de Contas da União está fazendo por obrigação constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado ao Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.

Agora eu passo a palavra aos convidados para que possam fazer as suas considerações finais, combinando antecipadamente que será concedido dois minutos, porque são sete e nós temos que ir votar no Congresso Nacional, na Sessão do Congresso. Eu peço a compreensão, sem antes deixar de agradecer. Eu passo a palavra ao Dr. Antônio Ibañez.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ: Eu gostaria que o Senador Cristovam Buarque acrescentasse à pergunta que ele fez nessa provocação qual seria a colocação do Brasil se todas as crianças das escolas públicas tivessem todos os professores necessários de física, química, matemática e biologia, porque essa é uma realidade concreta que está acontecendo hoje e não é em algum Estado não, é em todos os Estados.

Bom, no mais eu queria agradecer o convite ao Ministério de Ciência e Tecnologia para participar desta Audiência Pública e dizer que acho que essa Comissão, esse diálogo que está se iniciando entre as instituições federais, a sociedade civil, representada aqui pela Academia e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, os órgãos de controle, mais o Congresso Nacional e o Executivo, eu acho que tem tudo para dar certo [soa a campainha]. Então eu quero agradecer, desejar muitas felicidades e dizer que o

Ministério da Ciência e Tecnologia continuará se colocando na discussão para trazer benefício às instituições e ao desenvolvimento do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Mauro Moreira, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União.

SR. MAURO MOREIRA BARBOSA: Obrigado, Sr. Presidente. A mim cabe aqui apenas agradecer a oportunidade que tivemos para debater, de fato eu acho que houve num primeiro momento uma má compreensão daquilo que foi definido pelo acórdão. Eu acho que o Deputado Eduardo Gomes foi muito feliz, eu até agradeço às suas palavras em nome do Ministro Aroldo Cedraz, porque a preocupação dele foi exatamente nesse sentido, deixar uma contribuição, deixar um legado daquilo que ele pode fazer no biênio, que teve na sua lista de unidades jurisdicionadas as universidades brasileiras, sabendo que havia um problema sistêmico, de fato discutir conforme pretendemos discutir e acho que discutimos de fato e deixar esse marco para que pelo menos houvesse uma reflexão quanto a esse tema, porque acredito que há de fato a necessidade de dois pontos fundamentais: a reflexão – e aí me permita ser mais objetivo [soa a campainha] – e uma reformulação legislativa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Dr. Mauro. Com a palavra o Dr. Paulo Roberto, Secretário-Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS: Obrigado, Sr. Presidente. Eu faço minhas as palavras do Dr. Mauro e na oportunidade em que agradeço a presença de estar participando desse debate ao lado de tantos expoentes, não só dos que compõem a Mesa, mas que estão sentados também na bancada, a exemplo do professor Cristovam, de dizer, reafirmar o compromisso do Tribunal de Contas da União, o compromisso do diálogo. Na verdade não vai se conseguir avançar se não houver esse diálogo. A questão do marco regulatório, da revisão, foi muito bem colocado por todos os participantes, mas o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Eduardo Gomes, da Câmara dos Deputados, colocou com muita clareza que nós temos um assunto que é eminente, que é o acórdão. Em algum momento, se continuarmos apenas insistindo na modificação do marco legal, vamos nos deparar com os mesmos problemas que nos deparamos até agora, com uma questão legal colocada sem que um novo marco tenha sido editado, promulgado, enfim.

Então, nós nos colocamos abertos [soa a campainha], acho que exemplificamos a disponibilidade que o

Tribunal tem tido, a disposição em atender aos anseios e verificar o que é factível e o que não é factível. O que nós não podemos pretender apenas é que tudo seja considerado não factível ou não executável de pronto. Esse diálogo vai nos permitir, então, depois, discernir com clareza o que pode ou não ser executado e o que precisa, eventualmente, numa uma fase de transição, sem implementado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu é que agradeço. Com a palavra o Dr. Edward Brasil, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Reitor da Universidade Federal de Goiás.

SR. EDWARD BRASIL: Eu quero, mais uma vez, apenas agradecer a oportunidade da ANDIFES participar desse momento aqui e gostaria de dizer que, como dirigente dessa associação que congrega os reitores das universidades federais, a nossa posição é no sentido de nesse diálogo aqui construir as soluções que permitam o avanço da ciência e tecnologia no país. Eu concordo plenamente com o Senador Cristovam quando ele diz que a educação tem que ser vista como um sistema desde a creche até o pós-doutorado, pois só assim a gente pode realmente mudar a realidade do nosso país. Eu acho que os problemas momentâneos que encontramos agora, nós vamos resolver no diálogo, e as questões maiores, nós temos que passar realmente por uma revisão legislativa.

Então eu agradeço a oportunidade e tenho convicção, saio daqui com a convicção de que o Congresso Nacional, TCU, as representações da Academia de Ciências, Sociedade Brasileira, a ANDIFES, juntamente [soa a campainha] com os demais atores, poderão construir a solução e tirar as amarras para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Dr. Edward. Com a palavra o Dr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

SR. JACOB PALIS JÚNIOR: Eu reafirmo que a Academia Brasileira de Ciências, e certamente a SBPC, estaremos juntos aqui o tempo todo que for necessário para fazer progredir, simplificar o marco legal, sua interpretação e colaborar vigorosamente para esse avanço de ICT no país, que é notável. Nós estávamos em 17º na produção científica qualificada há três anos atrás, pulamos para 15º, estamos em 13º.

Quanto à provocação do senador, eu quero dizer, vou ter o prazer de deixar com ele um folder da Academia Brasileira de Ciências em que a aprendizagem infantil é assunto de um grupo de estudos que comprova que [soa a campainha] a criança de dois a

quatro anos tem condições neurológicas de aprender os fundamentos de matemática e de linguagem, sendo que do ponto de vista sócio-econômico é muito melhor investir nessa idade do que aos seis, sete, oito anos. De fato se não houver um ambiente familiar adequado, se a criança não aprende de dois a quatro anos... Vocês podem estar espantados: dá para aprender matemática de dois a quatro anos? Dá sim, esse é o ponto. Então, se o ambiente familiar não for adequado, ele não vai aprender nunca mais depois. Então, isto mostra que a Academia Brasileira de Ciências está absolutamente afinada com a ideia de que a boa educação deve começar muito cedo e deve ser universal.

Muito obrigado pela presença de todos aqui e por esse convite que aceitamos com entusiasmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O prazer é nosso. Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP: Eu queria, mais uma vez, reiterar que a SBPC se sente honrada de participar aqui e agradece ao convite.

Com relação, Senador Cristovam, à educação básica, nós todos concordamos, é uma calamidade o que está acontecendo no país, estamos todos preocupados e agindo. A SBPC tem um grupo de trabalho que é capitaneado pelo professor Isaac Roitman, e nós estamos tratando de fazer parcerias com todas as entidades interessadas, inclusive com a área empresarial, com o movimento Todos pela Educação, para ver se avançamos isso e fazemos propostas aí que possam ser aproveitadas pelos governantes com relação a essa situação.

Deputado Eduardo Gomes, eu lamento talvez tenha sido mal entendido. Eu não sou, eu sou totalmente favorável que a gente discuta a questão do marco regulatório, que esse é o nosso dia-a-dia. O que acontece é o seguinte: o desenvolvimento científico do país foi tão grande que, nos últimos anos do Governo Lula, nós fomos colocados como protagonistas [soa a campainha] do processo de desenvolvimento econômico e geral. Nós temos um papel a desempenhar. Foi criado o PAC da Ciência e Tecnologia, onde tem compromissos. E na visita o que Presidente Lula fez à SBPC, o professor Jacob está estava presente, nós assumimos o compromisso de mostrar aonde é que estão os gargalos que poderão impedir de a gente cumprir às nossas metas nesses prazos estabelecidos aí para o Plano de Aceleração do Crescimento. É por isso a pressa, é por isso a urgência que a gente tem com relação a essa questão do marco legal. Mas nós estamos, vamos dizer assim, cumprindo a promessa ao Presidente, nós estamos entregando à Academia

e à SBPC, ao Presidente, propostas, e a gente vislumbra, eu não sei se estarei aqui atropelando, estaremos sempre dialogando, mas nós vamos propor ao Presidente uma Medida Provisória em relação a todo esse aparato legal. Eu não sei se isso talvez não seja bem-vindo aqui *[soa a campainha]* da parte do Legislativo, mas como ele pediu uma proposta nossa, uma visão, nós vamos colocar nas mãos do Executivo isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço ao Dr. Marcos. Com a palavra o Dr. João Batista de Sousa.

SR. JOÃO BATISTA DE SOUSA: Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar com essas mentes iluminadas sobre tema tão importante e que foi muito bem colocado aqui, muito bem debatido. Fico satisfeito de ver um órgão de controle, o TCU, dialogando com os outros setores da sociedade, com as universidades, com a sociedade civil, com o Senado e a Câmara. Cumprimento o Presidente da Mesa e o Deputado Eduardo Gomes por estarem tratando esse assunto com a delicadeza e com a necessidade que se faz.

A Universidade de Brasília sente-se muito honrada de participar desse debate, de ser convidada para participar desse debate. Acredito que tivemos um bom debate e, ao que tudo indica, chegaremos a um bom termo.

Eu não sei se eu me fiz entender *[soa a campainha]* que nós não somos contra o acórdão do TCU, nós precisamos trabalhar a partir do acórdão do TCU realmente, mas a longo prazo, médio e longo prazo, nós precisamos estudar outras alternativas, outros marcos regulatórios que não venham constituir amarras para o progresso da ciência e da tecnologia. Mais uma vez eu agradeço e cumprimento a todos os meus colegas de debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu é que agradeço. Eu queria, antes de encerrar, só fazer dois rápidos comentários. O primeiro é em função da palavra do Dr. Marco quando ele nos dá a alegria de dizer que estão debatendo propostas para que seja adotada como Lei e que possivelmente seja encaminhada ao Executivo para uma Medida Provisória. Eu sugiro e solicito ao Dr. Marcos que na verdade isso seja proposto à Casa devida, que é o Legislativo, obviamente ao Executivo também, mas a Lei é aqui no Legislativo, é prerrogativa nossa e essa Audiência aqui é exatamente a disposição dessa Casa para que nós possamos aprimorar esse debate e daqui nós extrairmos a legislação. Então, ao ser encaminhada a essa Casa matéria como essa, que deve ser tratada como Projeto de Lei, nós o faremos exatamente nessa

forma democrática, bem discutida, bem participativa, para que, então, possa ser promulgada, e aí, o documento, já estando no Executivo, ele não vete a proposta que deve vir exatamente de vocês que vivem, que convivem com o problema, passando por essa Casa. Era só uma colocação, eu sei que o senhor vai querer falar. Eu lhe concedo a palavra.

SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP: O senhor me permita só uma consideração, que lá também na Comissão da Câmara nos já nos comprometemos de enviar para a Comissão da Câmara e também enviaremos para cá, sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E aí nós colocaremos em conjunto, tanto no Senado como na Câmara, um compromisso das duas Comissões nesse sentido.

Mais uma vez, parabenizar aos autores desse requerimento, dessa Audiência, em particular ao Senador Cristovam que se encontra aqui. Sei que não foi a intenção, mas coincidentemente, está certo, no dia 13 de maio nós tiramos a conclusão dessa Audiência, sem querer resumir tanto, mas possivelmente nós estamos atrás de uma Lei da Libertação no caso da ciência e tecnologia. Muito obrigado. Está encerrada a presente Audiência.

[palmas]

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte de maio de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Sérgio Guerra e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da

Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “Dá nova redação à alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea “e” do respectivo art. 38, denominado Voz do Brasil”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa “A Voz do Brasil”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos PLS nº 53/03, 294/04, 219/05, 353/07 e 368/08, que tramitam em conjunto, bem como das emendas apresentadas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 02: Aviso nº 13, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda, que “Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda.” O relator designa-

do, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 736, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência.” O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recurso.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Aditamento nº. 2 ao Requerimento nº. 12 de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer “..., nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento 12 de 2009 – CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em reunião realizada no dia 22 de abril deste ano, que requer a realização de audiência pública para discutir o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira, que sejam incluídos no rol dos convidados: Dr. José Roberto Da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e Dr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF”. O aditamento ao requerimento é aprovado. **Item 07: Requerimento nº. 14 de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer “..., nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do requerimento de Audiência Pública nº 36 de 2007, de minha autoria, para instruir o PRS 50/2007, tendo em vista a revogação da Resolução nº 39/1992.”. O requerimento é aprovado. **Item 08: Requerimento nº. 15 de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria

dos Senadores Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti, que requer "..., nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o tema propriedade intelectual e inovação. Para a audiência, serão convidados: Carlos Henrique de Brito Cruz – Reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Carlos Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Carlos Medici Morel – Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da FIOCRUZ; Maristela Basso – advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo.". O requerimento é aprovado.

Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 48, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 382, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Apoio a Campinorte – ABCCACAMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinorte, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 401, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás – GO – ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 76, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 109, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Não Me Toque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Não Me Toque, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o

projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 111, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 161, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Núcleo Habitacional Auta Aguirre de Campos Salles Borebi – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 162, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Santíssimo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 179, de 1995, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Educadora de Chapada de Diamantina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Seabra, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1997, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da fundação cultural e educacional Santana de Caetité, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caetité, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 17, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 1998, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Entre Rios Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 73, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Astorga Broadcasting Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Astorga, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 129, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Guarapuava Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 82, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre Folhas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 87, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural Henriqueta Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felício dos Santos, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 120, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Santo Antônio do Aventureiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 98, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 118, de 2009**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimada Nova, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 157, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 119, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Ativa – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracurica, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 391, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 17, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupurah, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 18, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiquira, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 92, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Motuca, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos

favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 104, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 137, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Martins & Cecchini Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sales Oliveira, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 474, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.” A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 215, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará.” A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 355, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização ao ICEQUI – Instituto Cultural e Econômico de Quixelô para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.” A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 389, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão a Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natividade, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 390, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade

de Arraias, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 8, de 1996**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a ECC – Empresa Coromandelense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 260, de 2000**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 78, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Popular FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urucânia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 149, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Primo Fernandes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Sales, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 191, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 308, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma – PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 95, de 2009**, de caráter terminativo, de au-

toria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tupã FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuparetama, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 32, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga Concessão à Sistema Lajeado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº. 1 ao Requerimento nº. 19, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos regimentais, que a audiência pública constante no requerimento nº 19 de 2008 de autoria dos senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, seja feita em conjunto com a subcomissão permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, acrescido do nome do Sr. Cláudio José Reis de carvalho, chefe – geral da Embrapa Amazônia oriental.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

SENADOR **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2009.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Solicito à V. Exa. a inversão de pauta dos itens 9, 10 e 11 e peço que V. Exa. também inclua, extrapauta, concessão da... A outorga de concessão ao Sistema Lajeado de Comunicação Ltda., da cidade de Uruaçu, de Goiás, que eu também sou relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Demóstenes Torres solicita inversão de pauta, para que possamos primeiramente apreciar os itens 9, 10 e 11, que são terminativos, e que o Senador Demóstenes é relator, como também a inserção extrapauta do projeto que outorga a concessão a Sistema Lajeado de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Os Senadores que concordam com a inversão de pauta, solicitada pelo Senador Demóstenes Torres, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos às comunicações, Senador Demóstenes, e já lhe passo a palavra, para que V. Exa. possa fazer a leitura do parecer.

São breves comunicações da Presidência. Só para informar que o Ofício 136/2009, da Presidência, Chefia do Gabinete do Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que solicita a indicação de representante desta CCT para participar da comissão organizadora da I Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM, coordenada pelo Ministério das Comunicações, com o tema “Comunicação, Meios para Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”, a realizar-se no período de 01 a 03 de dezembro deste ano.

Comunico que, por meio do Ofício nº 043/2009, CCT, indiquei os Excelentíssimos Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Wellington Salgado, na qualidade de titulares, e Senadores Lobão Filho e Antonio Carlos Júnior, na qualidade de suplentes, para comporem a referida comissão organizadora.

Esta Comissão – é importante que V. Exas tomem conhecimento – é preparatória para esta Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM, que, como eu disse, será realizada de 01 a 03 de dezembro des-

te ano. Haverá reuniões técnicas em todos os estados brasileiros. Nós vamos ter também a colaboração de dois técnicos, dois consultores do Senado Federal, acompanhando os senadores nessas reuniões preparatórias.

Quero lembrar, também, aos membros da Comissão que, nos dias 26, 27 e 28 de maio, ou seja, na próxima semana, nós teremos o II Fórum Nacional de TVs Públicas, que vai ocorrer aqui na dependência do INTERLEGIS. Então, várias Mesas serão... Em várias Mesas serão discutidos temas da maior importância, e os senadores já foram indicados para comporem, representando a CCT, em cada uma dessas, das Mesas desse II Fórum Nacional de TVs Públicas.

Não havendo mais nenhuma comunicação a ser feita, eu, atendendo a inversão de pauta, passo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, para que ele possa relatar os itens 9, 10 e 11 e o item que foi incluído extrapauta.

Lembrando a V. Exas. que nós faremos a leitura dos pareceres e faremos a votação em bloco, ao final da leitura de todos, para que possamos, então, ter o *quórum* qualificado para aprovação desses projetos que são terminativos e precisam de *quórum* qualificado.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, para a leitura dos pareceres do item 09, Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1999, terminativo. *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à emissora Sul Goiânia, de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.”*

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 382 de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural Comunitária de apoio à Campinorte – ABCCACAMP – para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Campinorte, Estado de Goiás.”*

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás, ADECOM, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás.”*

E o item extrapauta, que é o projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2009, que *“Aprova o ato que outorga a concessão a Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.”* Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pareceres favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a forma expedita que V. Exa. fez

a leitura dos pareceres, todos favoráveis. E vamos deixar para a votação, como eu disse, quando tivermos lido todos os pareceres dos projetos terminativos, com o *quórum* qualificado. Voltemos à pauta, o item 01, que é de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, ele está chegando, vamos aguardá-lo para que...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Sr. Presidente... Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Foi instituída nessa Casa uma comissão para fazer, propor a reforma do Código de Processo Penal. Nos termos do Regimento Interno, toda a matéria correlata a essa... Quando tem uma Comissão Especial criada para elaborar um Código, a matéria fica sobrestada ou é remetida para a comissão, para apreciação em conjunto.

Para se ter uma idéia, o próprio Presidente José Sarney, no dia 15 de maio, fez uma comunicação à Casa, dizendo que, nos termos do inciso II, do art. 374, Regimento Interno, serão anexadas ao projeto as proposições em curso ou sobrestadas em tramitação nessa Casa que envolvam matéria com ele relacionada.

Como essa matéria altera o Código de Processo Penal, eu peço à V. Exa., então, que a retire de pauta e remeta à Mesa para encaminhamento a essa comissão que deve ser criada ainda hoje, no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Demóstenes Torres, V. Exa. tem toda a razão. Esse é o item 4 da nossa pauta de hoje, que é o Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2007, terminativo na CCJ, na Comissão que V. Exa. preside com muita competência. “Altera dispositivo no Decreto-lei 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência.” V. Exa. é o relator aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas, como V. Exa. bem colocou, há um Grupo de Trabalho, formado pela Presidência do Senado, para que possa fazer, de uma forma globalizada, análise de todos os projetos que tramitam no Senado Federal, que propõe alterações no Código Penal.

Então, nós vamos retirar de pauta, vamos encaminhar o projeto a este Grupo de Trabalho, para que o Grupo de Trabalho, então, possa, em conjunto, fazer um parecer que, voltando às comissões, possa ser discutido e aprovado pelos Senadores.

Então, retirado de pauta e será encaminhado conforme solicitação do Presidente do Senado, Senador José Sarney.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Agradeço à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu que agradeço, Senador Demóstenes Torres.

Retornemos ao item 01 da pauta. Com a nobre presença do Senador Antonio Carlos Júnior, vamos ao item 01. Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, não terminativo. Tramita em conjunto com os PLSs nºs 53/03, 294/04, 219/05, 353/07 e 368/08. Todos... Projetos esses que dispõe sobre a mesma matéria. Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Os autores desses projetos, o Projeto nº 109, de 2006, é de autoria da Deputada Perpétua Almeida; o Projeto nº 53, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi; o Projeto nº 294, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral; o Projeto nº 219, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias; o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena; o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, todos eles tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior, a quem passo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104 C, inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se, no caso de decisão terminativa, também sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa dessas proposições.

Fica evidente, da análise das propostas supracomentadas, que há grande convergência de propósitos entre elas. Algumas variações de pouca monta se apresentam como diversidade de meios para o atingimento de um mesmo objetivo, qual seja a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República ‘A Voz do Brasil’.

Torna-se patente, também, que a proposta do PLC nº 109, de 2006, mais detalhada na condução operacional da medida, acaba por incorporar confortavelmente todas as demais.

A única exceção a essa afirmação reside na sugestão de inclusão do TCU na partilha do tempo destinado ao programa, apresentada por meio de mencionadas emendas. A esse respeito, há que se considerar

prejudicadas as duas emendas, uma vez que o TCU já dispõe de seu espaço na distribuição do tempo ‘A Voz do Brasil’.

Considere-se, finalmente, a crescente ocorrência de decisões judiciais, dando provimento a pedidos de flexibilização do horário de transmissão do programa em tela, ao tempo em que fixam o entendimento de que as concessionárias de radiodifusão não se podem eximir do dever de transmiti-lo, sobretudo em razão do disposto no art. 21, inciso XII, alínea a, da Constituição Federal.

Voto. Tendo em vista que o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, não requer reparos quanto ao seu mérito, opinamos por sua aprovação, com a rejeição do PLS nº 53, de 2003; 219, de 2005; 294, de 2004; 353, de 2007 e 368, de 2008, bem como das emendas apresentadas na forma do seguinte substitutivo.” Que passo a ler, é rápido, mas é importante para que se fixe e tenha idéia exatamente do projeto.

“Art. 1º. A alínea “e” do art. 3, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, durante uma hora, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos, assim distribuídos: vinte e cinco minutos para o Poder Executivo, cinco minutos para o Poder Judiciário, dez minutos para o Senado Federal e vinte minutos para a Câmara dos Deputados;

Art. 2º. O atual parágrafo único do art. 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, é reordenado como parágrafo primeiro e é acrescido dos seguintes parágrafos:

§2º. O programa previsto na alínea “e” deverá ser transmitido sem cortes, após a sua geração, pelos órgãos competentes, podendo ter início até a 00h30 do dia seguinte.”

Essa é a grande flexibilização que se faz. Ou seja, ele pode começar às sete, a partir das 07 horas, pode até começar até a 00h30 do dia seguinte, inclusive para permitir a transmissão de jogos de futebol, alguns jogos mais importantes que começam às 09h50, acabando perto da meia-noite, portanto com comentários, etc. Esse horário atende a essa situação das rádios que transmitem futebol.

“§ 3º. Em casos excepcionais, como nos de calamidade pública, os Poderes da União, mediante requerimento específico da emissora ou subscrito por associação representativa de âmbito nacional, poderão dispensar, por tempo determinado, a retransmissão prevista na alínea “e”, desde que o horário seja

utilizado, neste caso, para prestação de serviço de utilidade pública.

§ 4º. As emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a veicular, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa que trata a alínea "e".

Portanto, o meu voto é favorável, com substitutivo que apresento em relação à flexibilização da *Voz do Brasil*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior, cujo parecer foi favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos PLSs nº 53/03, 219/05, 294/04, 353/07 e 368/08, que tramitam em conjunto, bem como das emendas apresentadas.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o relator. Na verdade, se percebe... Além de ser uma pessoa do segmento de comunicação, se deteve a todos os pontos do projeto.

Esse projeto é um projeto que foi originário da Câmara e, como foi especificado pelo relator, visa a flexibilização e novas normas e regras a respeito da transmissão do programa nacionalmente conhecido como *A Voz do Brasil*.

Na própria Câmara dos Deputados, foram apresentados vários substantivos. No Senado, como já foi relatado, foram apresentados cinco projetos. Porém, existe uma nota técnica do Governo que encaminha voto contrário. Porém, essa nota técnica do Governo não tem nenhuma análise da matéria referente ao projeto que está tramitando, neste momento, no Senado.

Há uma sugestão de que aquela emenda, na verdade, o Projeto nº 53, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, talvez, fosse uma, um projeto que se adequasse de forma mais justa.

Então, em razão da nota técnica do Governo não estar na Casa e não nos ter sido entregue referente à análise do fato, eu pediria vista por uma sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti solicita vistas do projeto relatado pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

Esse projeto, Senador Roberto Cavalcanti, muito bem relatado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, ele realmente é polêmico, porque ele flexibiliza o horário da transmissão da *Voz do Brasil*.

As emissoras estão solicitando há bastante tempo que haja essa flexibilização em função de hoje *A Voz do Brasil* ser transmitida dentro de um horário

nobre e que isso prejudica a grade de programação das emissoras.

O Senador Antonio Carlos Júnior propõe a flexibilização, de forma contínua por uma hora, mas deixando que o horário seja a critério das emissoras. E a não ser que haja solicitação por parte do Governo. V. Exa....

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Esse nosso pedido de vista visa tão somente aguardar essa nota técnica atualizada por parte do Governo. Tão logo tenhamos essa nota técnica--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem sombra de dúvida, é regimental. Perguntaria só se algum outro Senador gostaria também de solicitar vista para que o pedido de vista fosse coletivo. E com isso nós teríamos o projeto já pautado para a próxima reunião, com as observações, os adendos que o Senador Roberto Cavalcanti, com certeza, fará.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu me associo ao pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva, concedida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria, Sr. Presidente, fazer só uma observação em relação...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A flexibilização. Inclusive, havia alguns, até propostas mais radicais no sentido de que pudesse ser transmitido o programa até 24 horas depois. Mas eu achei que, se for também deixar esse problema ser transmitido na madrugada, isso realmente depreciaria o programa, sem dúvida.

A questão de não colocar... Por que não colocou até 11 horas da noite, até 10 horas, 11 horas? A questão da transmissão do futebol. Quando há jogos de futebol, as emissoras que transmitem futebol acabam tentando pedir dispensa. Às vezes, conseguem; às vezes, não conseguem.

Então, para permitir essa situação é que nós... Inclusive, nós... Na emissora, tem o mesmo horário todo dia, ela pode flexibilizar. Quando ela tiver, digamos, jogos de futebol, fazer às 00h30 só quando tiver futebol.

Então, na verdade, foi uma tentativa de conciliar todos os interesses, entendendo a importância do programa *A Voz do Brasil*, porque, inclusive, os parlamen-

tares, isso é uma forma de comunicação dos parlamentares com os pontos mais longínquos do país. A gente entende, a gente não quer beneficiar as emissoras e prejudicar os parlamentares ou o Governo. A intenção não é essa. A intenção é conciliar os interesses.

Eu procurei ser... Fui o máximo, tentei fazer o máximo de conciliação possível dentro de todas as propostas e toda as sugestões que se apresentaram. Então, a intenção foi de conciliar. Essa é, na verdade, o interesse, foi onde eu foquei exatamente o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador [ininteligível], V. Exa. tem toda a razão. O programa 'Voz do Brasil' é da maior importância, porque ele leva informação dos trabalhos tanto do Executivo, do Legislativo, do Judiciário ao conhecimento da população brasileira.

Então, há, evidentemente, uma discussão a respeito da flexibilização, porque a rigidez, como é hoje, de sete às oito, faz com que as emissoras todas sejam obrigadas a transmitir nesse momento.

Por um lado... Por um lado... Isso é interessante porque quem tem interesse em ouvir as informações sabe que naquele momento você vai estar ligado na transmissão da *Voz do Brasil*.

Por outro lado, aqueles que não puderem assistir das sete às oito vão ficar sem ouvir o programa, porque perderão a transmissão. E assim, havendo a flexibilização, eles poderão ter várias oportunidades de horário, de acordo com a grade da emissora.

Então, haverá um acesso maior para a informação de toda a população. Mas isso nós vamos deixar para discutir na sessão próxima, em que o Senador Roberto Cavalcanti retornará com o projeto e nós vamos abrir a discussão para a apreciação de todos os membros da CCT.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, só mais um ponto final agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, essa inflexibilidade levou a várias emissoras a irem para a Justiça e conseguirem liminares no sentido de até nem transmitirem.

Então, justamente a ideia da conciliação, porque senão outras emissoras procurarão a justiça e vão acabar conseguindo também flexibilizar judicialmente, o que não é, o que não é o que nós queremos. Nós queremos é conciliar os interesses.

Portanto, eu, aqui, chamo atenção dos Srs. Senadores, membros da Comissão, da importância de nós termos, realmente, uma Legislação que atenda a todos os interesses, para poder justamente não ter-

mos demandas judiciais, nem pedidos de liberação da transmissão, quando tiver um evento importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. E foi concedida vistas ao Projeto de Lei 109, de 2006.

Os itens da... O item 02 da pauta, de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, é um Aviso, com parecer favorável, eu vou solicitar ao Senador Flávio Arns, que, como relator *ad hoc*, possa fazer a leitura do parecer do Senador Sérgio Zambiasi. Item 02, Aviso nº 13, de 2009, não terminativo. "*Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrido na empresa jornalística Caldas Júnior Ltda.*"

Com a palavra o Senador Flávio Arns, como relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Sr. Presidente.

"*A Lei nº 10.610, de 2002, instituiu as normas gerais que regem a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, em obediência ao §4º, art. 222 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002.*

Interessa em particular o seu art. 3º, que reza: 'Art. 3º. As alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens serão comunicadas ao Congresso Nacional. Parágrafo único. A comunicação ao Congresso Nacional de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade dessas empresas.'

Verifica-se do dispositivo citado que, diferentemente do que ocorre com as entidades ligadas à radiodifusão, recai sobre as próprias empresas jornalísticas a responsabilidade pela comunicação de alterações de controle acionário ao Congresso Nacional.

Quanto ao documento em análise, verifica-se que descreve as alterações de controle que resultaram na atual estrutura societária da entidade, empresa jornalística Caldas Júnior Ltda.

Verifica-se, por fim, que a documentação remetida a esta Casa atesta a observância dos limites ao capital estrangeiro estabelecidos no §1º do art. 222 da Constituição, informando-se corretamente a estrutura societária das pessoas jurídicas que controlam a citada empresa jornalística.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, letra d, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pelo conhecimento do Aviso nº 13, de 2009, da

empresa jornalística Caldas Júnior Ltda., seguindo-se seu arquivamento, vez que a interessada informa ter enviado à Câmara dos Deputados, documentação de idêntico teor."

Esta é a análise, Sr. Presidente. O voto exarado pelo amigo e colega, Senador Sérgio Zambiasi e que tenho a honra de relatar como relator *ad hoc*. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Flávio Arns. O parecer... O parecer do Senador Sérgio Zambiasi lido pelo Senador Flávio Arns é pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, gostaria de pedir inversão para nós... E entrar no item 06 da pauta, aonde eu sou o relator, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner solicita inversão de pauta para que possamos apreciar o item 06, que é um Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 02, de 2009, da CCT. Os senadores que... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, para relatar o item 06, Aditamento nº 2 ao Requerimento nº 02 de 2009, da CCT, não terminativo. *"Requeiro, nos termos regimentais em Aditamento ao Requerimento 12 de 2009, CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em reunião realizada no dia 22 de abril deste ano, que requer a realização de audiência pública para discutir o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira, que sejam incluídos no rol dos convidados, Dr. José Roberto da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, SINDAG, e Dr. José Otávio Machado Mentem, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, ANDEF."*

Para defender o requerimento, o autor Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A importância da discussão da aplicação de defensivos e principalmente do residual de defensivos nos alimentos brasileiros é de suma importância, que depende daí a saúde do povo. Porque o excesso, a falta de controle dos produtores quanto ao período de carência, pré-consumo, pré-venda comercial, principalmente de hortifrutigranjeiros, é essencial para qualidade de

vida do brasileiro. Porque as intoxicações decorrentes dessa não observância de cada produto agroquímico é muito severa para o organismo humano.

Em função disso, nós requeremos, então, a participação de dois importantes setores dessa cadeia, que é o SINDAG e a ANDEF. Daí a importância da colocação desses dois, dessas duas entidades, com seus melhores representantes, para, aqui, também poderem se pronunciar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Gilberto Goellner, que faz convite aditando ao requerimento do Senador Marcelo Crivella, para que mais dois órgãos, o SINDAG e o ANDEF, através dos seus representantes, possam participar da audiência pública para discutir o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao item 8 da pauta. Requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, subscrito pelo Senador Roberto Cavalcanti. O requerimento não terminativo, *"Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, alíneas II e V da Constituição Federal, e do art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema 'Propriedade Intelectual e Inovação'. Para a audiência serão convidados Carlos Henrique de Brito Cruz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP; Carlos Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ; Carlos Medici Morel, diretor de pesquisa e desenvolvimento da FIOCRUZ; Maristela Basso, advogada e livre docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo."*

Para defender o requerimento, o subscritor, junto com o Senador Cícero Lucena, Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, como o nobre Presidente, Senador Flexa Ribeiro já relatou ou já expôs, exatamente trata-se de uma solicitação de Audiência Pública sobre o tema *Propriedade Intelectual e Inovação*.

A lista dos convidados já foi lida, e eu gostaria só de, na verdade, enfatizar de que a proteção da propriedade intelectual é um instrumento novo, tem que ser realmente muito bem cuidada por nós todos, na modernidade empresarial isso visa valorizar os intangíveis de uma empresa e nós somos inteiramente favoráveis à convocação dessa Audiência Pública que nos irá enriquecer e proteger a propriedade intelectual das empresas brasileiras.

Então, me acosto à solicitação do Senador Cícero Lucena, na qualidade de relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti que propõe Audiência Pública para debater o tema *Propriedade Intelectual e Inovação*. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 7. Requerimento não terminativo. “*Requerimento, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento de Audiência Pública nº 36, de 2007, de minha autoria, para instruir o PRS 50/2007, tendo em vista a revogação da Resolução nº 39, de 1992.*” “Autoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Para defender o requerimento Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu tinha apresentado um requerimento, no dia 22 de novembro de 2007, para discutir a questão de um projeto de resolução do Senador Marcelo Crivella, que colocava como regra para renovação das concessões de rádio e televisão estar quites com o ECAD.

Eu achei até um exagero essa colocação e então, eu pedi uma audiência pública para que isso fosse discutido. Só que nesse intervalo de tempo nós... Surgiu aqui na Comissão, vários membros da Comissão estavam preocupados, inclusive, a própria Secretaria da Comissão e em relação a tramitação dos projetos de renovação de rádio e televisão.

Ora, então, nós começamos a costurar um projeto que aqui recentemente foi aprovado e que passou a regular essa... O PRS 3, ele passou a regular a tramitação de renovação de rádio e televisão dentro do Senado.

Portanto, como ele... E não abrangendo essa questão do ECAD, então, esse requerimento, dessa Audiência Pública ficou prejudicado.

Então, portanto, eu estou pedindo retirada por prejudicialidade do, digamos, do objeto do fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, solicita a retirada do seu requerimento para a Audiência Pública por estar prejudicado o requerimento em função da revogação da Resolução 39/1992. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer, com o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos retornar à pauta dos projetos terminativos. Vamos fazer a leitura dos pareceres dos Senadores que já se encontram na Comissão.

Nós estamos aguardando a vinda da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Renato Casagrande, do Senador Demóstenes Torres, que estão aqui ao lado terminando uma participação no Grupo de Trabalho que está discutindo a questão da revisão do Código Penal. Eles já estão vindo. É o tempo que os senhores Senadores que aqui se encontram podem fazer a relatoria dos seus projetos. Vamos ao...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela ordem, se V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa., e os colegas permitirem, só a inversão dos itens 20, 21 e 22, dos quais eu sou relator, isso me permitiria só ir à Comissão de Educação aqui do lado e retornar para atender os convidados que estão chegando para Audiência Pública. Mas retornarei para a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão a solicitação de inversão de pauta do Senador Flávio Arns para que possamos discutir inicialmente os itens 20, 21 e 22, de sua relatoria, como justifica o Senador Flávio Arns, Presidente com muita competência e brilho da Comissão de Educação, ele irá fazer a abertura desta Comissão e retornará para que possamos, ao final, termos quórum qualificado para votarmos em conjunto os pareceres todos.

Em discussão a inversão de pauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada.

Então, iniciemos pelos itens 20, 21 e 22. Senador... Flávio Arns. Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1998, terminativo. “*Aprova o Ato que renova a concessão deferida à Rádio Entre Rios Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio do Sul do Oeste, Estado do Paraná.*”

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1998, terminativo. “*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Astorga Broadcasting Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Astorga, Estado do Paraná.*”

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1998, terminativo. “*Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Guarapuava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.*”

Com a palavra o Senador Flávio Arns para leitura dos seus pareceres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eles são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. a leitura expedita dos seus pareceres. E, como disse, vamos votar todos os pareceres em globo ao final.

Dando sequência aos projetos terminativos, vamos aos itens 17, 18 e 19, relatoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 1995, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Educadora de Chapada Diamantina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.”*

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1997, terminativo. *“Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Educacional Santana de Caetité, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caetité, Estado da Bahia.”*

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.”* Com a palavra Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O... Tanto... Os atos que aprovam a renovação da outorga, da Rádio Educadora de Chapada Diamantina e da Fundação Cultural e Educacional de Santana de Caetité, cidade de Caetité, no Estado da Bahia, como também a rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de São José do Ribamar, Estado do Maranhão, todos têm o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior. E vamos fazer a votação em conjunto, ao final, de todos os pareceres.

Vamos aos itens 26 e 27. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti.

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a permissão à rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.”*

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova, Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimada Nova, Estado do Piauí.”*

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, tanto as Rádios FM Serrote Ltda., da cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, como a Rádio Comunitária de Queimada Nova, Piauí, na cidade de Queimada Nova, Estado do Piauí, estão juridicamente, tecnicamente, conforme. Então, nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. a leitura favorável dos pareceres dos itens 26 e 27. E faremos a votação em conjunto ao final da leitura de todos os pareceres.

Vamos aos itens 30, 31 e 32, relatoria do Senador Gilberto Goellner.

Item nº 30. Projeto de Decreto Legislativo 391, de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a concessão à rádio educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média da cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.”* Item 31. Parecer favorável.

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tuparah, Estado de Mato Grosso.”*

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada da cidade de Itiquira, cidade de Mato Grosso.”*

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner para a leitura dos seus pareceres.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Tanto o item 30 da cidade de Novo São Joaquim da concessão da Rádio Educadora Nova Geração Ltda., no item 31, Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda., em homenagem a Santa Catarina, cidade de Chapecó, mas que vai ser instalada na cidade de Tapurah, quanto a permissão do item 32 à Sampaio Martins Ltda., na cidade de Itiquira, tem o nosso parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é o próximo? Agradeço ao nobre Senador Gilberto Goellner.

Vamos agora... Solicitando ao Senador Gilberto Goellner, que possa fazer a leitura dos pareceres dos itens 23, 24 e 25 de relatoria do nobre Senador Eduardo Azeredo, como relator *ad hoc*.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Entre Folhas, Estado de Minas Gerais.”*

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural Henriqueta Veloso, para executar serviço de Radiodifusão na cidade de Felício dos Santos, Estado de Minas Gerais.*”

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à fundação Santo Antônio do Aventureiro para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais.*”

Com a palavra como relator *ad hoc*, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, da mesma forma o item 23, 24 e 25, tem o nosso parecer favorável dos... Do Senador Eduardo Azeredo, da qual eu estou relatando *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Gilberto Goellner. Vamos também votar em conjunto, ao final da leitura de todos os pareceres.

Vamos aos itens 12, 13 e 14, de relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga a permissão à Plus, Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul.*”

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à associação de Radiodifusão Comunitária Não-Me-Toque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.*”

Interessante, Senador Zambiasi, a denominação...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que o Senador Zambiasi vai relatar um item muito importante dessa rádio, porque essa é a minha cidade Natal. O Senador Zambiasi conhece.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não-Me-Toque?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, eu quero fazer uma homenagem toda especial. É um nome engraçado, mas é uma cidade exemplar hoje do Rio Grande do Sul, que é a capital da lavoura mecanizada, capital da lavoura de precisão e é um município muito próspero e é um exemplo de agricultura de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico... Não disse, Senador Zambiasi, porque...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O nome Não-Me-Toque, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Não-Me-Toque deve ser uma planta local que temia-se ser tóxica, alguma coisa assim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É, exatamente, pela toxicidade da planta... Aliás, houve, inclusive, uma mobilização local muitas foram, inclusive, arrancadas. Agora está se trabalhando uma alternativa para que ela seja preservada como planta nativa, exatamente pela relação histórica com a cidade.

Mas esta é a razão, quer dizer, ficou tão marcado o nome desta planta nativa local, que a cidade ganhou, acabou ganhando o nome popular dado à planta. Esta é a razão do nome Não-Me-Toque.

Não-Me-Toque é uma cidade que gosta, é acolhedora, como disse o Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Produziu para o Brasil esse grande Senador, aqui que está presente, querido companheiro gaúcho, Senador Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza, Senador Zambiasi, eu quero aqui homenagear também a cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, berço do nosso grande Senador Gilberto Goellner.

Como termino a leitura, “*Para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.*”

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 111 de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Francisco de Assis, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*”

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi para leitura dos seus pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro. Os três itens, o PDL 76 que autoriza a Plus Radiodifusão a explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxilha, Rio Grande do Sul, PDL 109, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Não-Me-Toque, a executar o serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Não-Me-Toque, e o item 14, PDL 111 de 2009, que aprova, outorga autorização à Associação Cultural São Francisco de Assis a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Pelotas, todos os pareceres são favoráveis, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, pela leitura favorável dos pareceres que serão votados em conjunto ao final.

Vamos aos itens 36, 37, 38 em homenagem a nobre Senadora Patrícia Saboya, que estará indo ao Plenário para presidir uma Sessão em homenagem aos 20 anos do CONJOVE, do Ceará.

Itens... Item 36. Item 36, Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2007, terminativo. *“Aprova o ato que renova concessão outorgada à rádio Rio das Garças Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tarema, Estado do Ceará.”*

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará.”*

Item 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2008, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização ao ICEQUI, Instituto Cultural e Econômico de Quixelô, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.”*

Com a palavra Senadora Patrícia Saboya, para a leitura dos seus pareceres.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado Senador Presidente Flexa, eu agradeço a inversão da pauta em função de ter que participar agora, como V. Exa. diz, de uma comemoração de 20 anos da existência da Associação dos Jovens Empresários do Ceará, que hoje é uma associação que conseguiu se espalhar pelo Brasil inteiro.

Portanto, hoje, nós estaremos, e eu espero contar com a presença de V. Exa. nessa reunião.

Bom... *“Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 474 de 2007, não evidenciou violação da Legislação que disciplina a matéria. Portanto, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Graças Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.”*

Esse é o parecer.

O segundo projeto, Sr. Presidente. *“Tendo em vista o exame da documentação também acompanha o PDS nº 215, não se evidenciou violação da Legislação que*

disciplina a matéria. Não havendo reparos, portanto, opinamos pela aprovação do ato da outorga, permissão à rádio Maguari de Baturité, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, no Estado do Ceará.”

E o terceiro voto é o exame do PDS 355, de 2008, que também não evidenciou nenhum tipo de violação, não havendo reparos. Portanto, opinamos pela aprovação do ato que outorga ao Instituto Cultural e Econômico de Quixelô para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, no meu Estado do Ceará.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senadora Patrícia Saboya, com pareceres favoráveis. Votaremos também em conjunto, ao final da leitura dos relatórios.

Vamos aos itens 15 e 16, de relatoria do nobre Senador Renato Casagrande.

Item 15. Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Núcleo Habitacional Auta Aguirre de Campos Salles Borebi, São Paulo, São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, Estado de São Paulo.”*

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à rádio comunitária Santíssimo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.”*

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senadoras.

O voto, Sr. Presidente, do item 15, que outorga autorização à Associação Comunitária dos moradores do bairro núcleo habitacional Auta Aguirre, de Campos Salles Borebi, São Paulo, é um voto que a documentação atendeu a todas as exigências; portanto, favorável, Sr. Presidente.

E no item 16, que outorga a autorização à Rádio Comunitária Santíssimo FM, com esse nome não tem chance de ser contra, para executar serviço de radiodifusão, também a documentação atendeu a todas as exigências, o voto também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Renato Casagrande. Com os pareceres favoráveis, votaremos também ao final da leitura de todos os pareceres.

Vamos ao item 29, de relatoria do Senador Efraim Morais. Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2009, terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à*

Associação de Rádio Comunitária Ativa FM, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí.” Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, examinamos, fizemos a análise da matéria. E somos pela aprovação da outorga, do ato que outorga autorização da Rádio Comunitária Ativa FM, da cidade de Piracuruca, no Estado do Piauí. .

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Efraim Moraes. Parecer favorável, também votaremos em conjunto ao final.

Itens 33, 34, 35. Relatoria do nobre Senador Marcelo Crivella, que peço ao nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, para que possa fazer a leitura como relator *ad hoc* dos pareceres.

Item 33. Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga a permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Motuca, Estado de São Paulo.*”

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 104 de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à UNAS, União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Climaco para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*”

Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga permissão a Sistema de Comunicação Martins & Cecchini Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salles Oliveira, Estado de São Paulo.*”

Com a palavra, o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, ambos os projetos, os três projetos, são relatados pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa.. Faremos a votação em conjunto, ao final da leitura dos pareceres.

Item nº 28. Relatoria do nobre Senador Gerson Camata, solicito ao Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*, que possa fazer a leitura do parecer.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Planalto, Estado de São Paulo.*”

Como relator *ad hoc* Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, parecer do Senador Gerson Camata é pela aprovação e nós ratificamos o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., também com parecer favorável, item 28, votaremos em conjunto, ao final da leitura dos pareceres.

Itens 44 e 45, Senador...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou aqui, me incumbiram também de relatar o 41, 42 e 43, do nobre Senador Wellington Salgado, que não está presente. Estou sendo chamado para uma reunião com o líder Romero Jucá, com a equipe de Ministério, sobre a tarifa social, porque eu sou relator--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvidas, nobre Senador Valdir Raupp. Eu iria passar à relatoria do Senador José Agripino, mas pedido de inversão, eu vou... Aprovado pelos nossos Senadores, eu vou fazer a inversão. Mas solicitaria à V. Exa...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a compreensão do Senador José Agripino, é claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, que... Não, não... Só que... Agradecendo ao Senador Agripino, só que, V. Exa., estamos terminando a leitura dos pareceres, para que possamos fazer a votação, e a presença de V. Exa. é importante para o *quórum* qualificado.

Então, atendendo a solicitação do Senador Valdir Raupp, vamos aos itens 41, 42 e 43, relatoria do Senador Wellington Salgado, que peço ao Senador Valdir Raupp que faça a leitura como relator *ad hoc*.

Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1996, terminativo. “*Aprova o ato que outorga a permissão a ECC, Empresa Coromandelense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.*”

Item 41... 42. Projeto de Decreto Legislativo, nº 260, de 2000, terminativo. “*Aprova o ato que renova concessão da Liberdade, Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*”

Item 43. Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização a Rádio Comunitária Popular FM para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Urucânia, Estado de Minas Gerais.*”

Com a palavra como senador... Como relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os pareceres do nobre Senador Wellington Salgado são pela aprovação.

Portanto, nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa.. Com a leitura favorável dos pareceres. E a votação em conjunto ao final.

Itens 44 e 45. Relatoria do nobre Senador José Agripino.

Item 44. Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Primo Fernandes para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Major Salles, Estado do Rio Grande do Norte.*”

Item 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte.*”

Com a palavra o Senador Agripino, para a leitura dos seus pareceres.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação. E não há nenhum reparo com relação ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sendo assim, nós somos favoravelmente à aprovação da Associação Comunitária Primo Bento Fernandes, bem como a Rádio Comunitária do Meio Ambiente de Cerro Corá.

O parecer é favorável a ambas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Agripino. E solicito à V. Exa. que possa relatar *ad hoc* os itens 39 e 40, de relatoria da nobre Senadora Kátia Abreu.

Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2008, terminativo. “*Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natividade, Estado do Tocantins.*”

Item 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2008, terminativo. “*Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.*”

Com a palavra, como relator *ad hoc* Senador José Agripino.

Só falta qual?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): [interupção no áudio] Não se evidencia nenhuma violação às regras e às normas e o parecer da relatora, que tenho o prazer de ler é favorável a ambos os projetos.

O voto é sim a ambos os projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa.. Vamos aos últimos dois projetos terminativos.

Solicito ao nobre Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura como relator *ad hoc* do parecer dos itens 46 e 47, que tem como relator o Senador Sérgio Guerra.

Item 46. Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2008, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Central de Itapissuma, Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, Estado de Pernambuco.*”

Item 47. Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2009, terminativo. “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tupã FM para executar serviço de Radiodifusão Comunitária [soa a campanha] na cidade de Tuparetama, Estado de Pernambuco.*”

Com a palavra, como relator *ad hoc*, nobre Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com relação ao Projeto, relativo ao item 36, eu gostaria de dizer à V. Exa., ao Plenário, que a Associação Comunitária, de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma, Pernambuco, uma cidade da região metropolitana, tem o seu dossiê, após análise, tendo atendido todas as suas exigências.

E o mesmo se aplica igualmente ao item 47, que é justamente relativo à Associação Rádio Comunitária Tupã Pernambuco, para exercer, em Tuparetama, serviço de radiodifusão comunitária.

Então, pareceres nos dois processos, tanto o 46, quanto o 47, são pelo acolhimento da referida... Das proposições ora em discussão.

Muito obrigado à V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel. E concluímos a leitura dos pareceres dos projetos terminativos. Vamos colocar em discussão e, depois, em votação, em conjunto os itens, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47, e o item extrapauta que foi solicitado pelo Senador Demóstenes Torres, todos eles com pareceres favoráveis.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação nominal.

Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Sr. Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com os eminentes relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados com 11 votos a favor.

Vamos retornar à pauta dos projetos não terminativos. Projeto... Tem um terminativo ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, terminativo, na Comissão de Infraestrutura. “*Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.*” Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos e será apreciada também pela Comissão de Infraestrutura, em decisão terminativa.

A matéria constou na pauta da reunião do dia 6 de maio de 2008. Parecer favorável à matéria. Com a palavra, para relatar Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Flexa Ribeiro.

Eu acho que eu entendo esse projeto como democrático e meritório, de autoria do Senador Romero Jucá. Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.

O Senador Jucá propõe, “*A proposição tem por objetivo determinar que nos Municípios em que não haja provedor local de acesso discado à Internet as chamadas telefônicas de longa distância destinadas a provedor situado em outra localidade, sejam tarifadas como se fossem chamadas locais.*”

Especifica o projeto que a tarifa local a ser aplicada será a mais baixa praticada pela prestadora selecionada, considerando todos os seus planos de serviço e ainda os eventuais descontos oferecidos.”

Acho que esse parágrafo ele é elucidativo e qualifica, realmente, a apresentação e justifica a apresentação deste projeto.

“*O acesso às redes digitais de informação, apresenta-se como fator essencial para promoção do desenvolvimento social. No entanto, a disseminação de serviços de acesso à Internet no Brasil, ainda se encontra distante do desejável, o que constitui motivação bastante para exortar o Poder Legislativo à colaborar na formação de políticas que possam efetivamente influenciar de modo positivo à universalização do acesso e a democratização também do acesso e a intensificação do uso de tecnologia de informação e comunicação.*”

Então, nesse sentido, a medida mostra-se focada, em um objetivo específico, meritório, e entendemos que vai contribuir de forma significativa para a inclusão digital das comunidades beneficiadas, motivo pelo qual entendemos que deva ser aprovado por essa Comissão. Portanto, e diante do exposto, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 317, de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. E parabeno o parecer de V. Exa. e o Projeto do Senador Romero Jucá.

É da maior importância que se dê acesso, principalmente aquelas cidades menos desenvolvidas, que ainda não tem um provedor de Internet, que possam ao fazer o acesso à Internet de forma discada, que tenham, como ele propõe, a tarifa, seja a tarifa local, e a mais baixa que seja utilizada.

É um projeto meritório e que coloco em discussão aos Srs. Senadores que queiram discutir.

Senador Marco Maciel para discutir.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pensei que já era, porque a Secretaria me falou...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será o relator do próximo item.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Porque, inclusive, estão me chamando, eu sou relator da Comissão de Justiça, item 1...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o parecer do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008, terminativo na Comissão de Constituição e Justiça. *"Altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui norma para licitações e contrato da administração pública e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade de publicação pela administração pública no sítio eletrônico oficial das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos na administração sujeitos a recurso."* Autoria do Senador Demóstenes Torres; relatoria: Senador Marco Maciel. Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parecer favorável.

Com a palavra, para ler o seu parecer, nobre Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente, Senador Flexa Ribeiro. É com prazer que eu relato a proposição que V. Exa. acaba de anunciar para conhecimento do Plenário desta Comissão. O que eu desejo, Sr. Presidente, em rápida análise, dizer que o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008, é inquestionavelmente meritório, na medida em que promove uma significativa ampliação dos meios de comunicação e de divulgação aplicados à publicidade das licitações e contratações de bens e serviços para a administração pública.

"Não é lícito defender com os recursos disponíveis nos dias de hoje que o cumprimento do princípio da publicidade nas atividades de administração pública, esculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal seja decorrência da mera reprodução do conteúdo dos atos administrativos na Imprensa Oficial."

O emprego das modernas tecnologias de informação, estendendo a participação popular na licitação e contratação de bens e serviços, torna-se, assim, imperativo para se concretizar o princípio Constitucional da publicidade."

O Projeto de Lei, em análise, elaborado de acordo com boa técnica legislativa, cumpre apropriadamente esse propósito. A facilidade de obtenção dos instrumentos convocatórios das licitações públicas que devem resultar nas discussões do projeto, certamente contribuirá para ampliar o leque de interessados em participar desses certames, incrementando com isso a sua competitividade."

Além disso, a partir da aplicação das medidas definidas no projeto, qualquer cidadão com acesso a Internet poderá se tornar um fiscal da gestão pública, com condições efetivas de avaliar a regularidade do emprego dos recursos públicos a partir do conteúdo integral dos contratos firmados entre o Estado e seus fornecedores de bens e prestadores de serviços."

A parte do mérito de tornar mais efetiva a observância do princípio da publicidade, aplicado em termos especialmente sensíveis da gestão pública, a proposição também é avaliada favoravelmente de uma perspectiva estritamente econômica, tendo em vista que os custos de sua implantação mostram-se reduzidos em comparação com os benefícios esperados."

Em face do exposto, Sr. Presidente, quero despendar a minha posição, encarecendo, sendo favorável à sua aprovação e encarecendo o apoio dos demais colegas para que a proposição venha, ao final, se converter em lei. O projeto que, aliás, é de iniciativa de um ilustre colega de partido, o nobre Senador Demóstenes Torres.

Muito obrigado à V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Marco Maciel, eu parabeno pelo seu relatório e também pelo projeto do Senador Demóstenes Torres, que permite maior transparência nos atos públicos com a divulgação pela Internet.

Isso vai poder dar, propiciar, melhor dizendo, à sociedade, o acompanhamento de todas as compras e contratos feitos pelo ente público.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Extrapauta, submeto à apreciação dos senhores membros, um requerimento de minha autoria que propõe que a Audiência Pública constante no Requerimento 19 de 2008, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, que essa Audiência Pública que trata da questão da discussão para... Do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, que ela seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e também que sejam convidados, além dos que já foram indicados pelos nobres autores do Requerimento nº 19, de 2008, o Sr. Cláudio José Reis de carvalho, Chefe Geral da EMBRAPA da Amazônia oriental.

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado.

O requerimento já foi lido. Apenas para fazer um aditamento, com dois objetivos. O primeiro para que esta audiência pública, proposta pelos senhores Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, que vai discutir o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, que ela seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, e que seja acrescido aos convidados de Estados, pelos autores do requerimento inicial, o nome do senhor Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe Geral da EMBRAPA na Amazônia Oriental.

Evidente que se algum Senador ou Senadora tiver interesse, principalmente aqueles da Região Amazônica, que representa os Estados da nossa região Amazônica, queiram convidar outros... Outras personalidades para virem aqui colaborar na discussão desse tema da maior importância, que é a Ciência e Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento daquela região, estará aberto para que possamos acrescentar em sessões posteriores, até, evidentemente, a definição da data desta Audiência Pública.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da pauta, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de instalação, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de março de 2009, às 17 horas, no plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia dezessete de março do ano de dois mil e nove, no

Plenário nº 03 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, de acordo com o disposto no Artigo 10, § 2º, do Regimento Comum, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares **Marco Maciel, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Jefferson Praia, Gilberto Goellner, Almeida Lima, Antônio Palocci, José Guimarães, Rodrigo Rolemberg, Sarney Filho, Iriny Lopes, Rômulo Gouveia e Fernando Gabeira**. A Presidência registra e comunica ao plenário a justificativa de ausência aos trabalhos dos Senhores Parlamentares **Arnaldo Jardim e Mendes Thame**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à instalação dos trabalhos, eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator da Comissão, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4, de 2008 – CN. A Presidência concede a palavra ao Senador Jefferson Praia, que indica o nome da Senadora Ideli Salvatti para a Presidência da Comissão, por haver acordo de lideranças. Usaram da palavra os Senhores Parlamentares Jefferson Praia, Gilberto Goellner, João Tenório, Valdir Raupp, Wellington Salgado e Fernando Gabeira. O Senhor Presidente abre o processo de votação, em escrutínio secreto, iniciando a chamada nominal pelo Senado Federal e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados. Encerrada a votação, o Presidente convida o Senador Gilberto Goellner e o Deputado Rômulo Gouveia para servirem como escrutinadores e proclama o seguinte resultado: **13** votos “sim”, **nenhum** voto “não” e **01** voto “em branco”, totalizando **14** votos, igual número de votantes, sendo eleita Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas a Senadora Ideli Salvatti. O Senhor Presidente convida a presidente eleita a tomar posse, que expressa seus agradecimentos pelos votos recebidos e pela confiança dos membros da Comissão. Em seguida, comunica a realização de nova reunião na próxima semana, em data a ser definida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Marco Maciel

Presidente Eventual

(Art. 10, § 2º – Regimento Comum)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.**

Realizada No Dia 17 de Março de 2009, Às 17 Horas e 44 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008 – Congresso Nacional, do Presidente do Congresso Nacional, que “cria, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas”. A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator da Comissão.

Eu desejo, antes de iniciarmos o processo de votação, destacar a importância da Comissão que ora se instala. Nós sabemos que o mundo vive um grande debate sobre a questão ambiental, e me parece que uma das comunicações(F) desse Século XXI, deste novo milênio que estamos iniciando, uma das comunicações(F) é a questão ambiental, e, dentro dessa questão, não podemos deixar de mencionar a questão relativa às mudanças climáticas que interferem, e muito, no desenvolvimento de políticas ambientais. Portanto, o Congresso Nacional não poderia estar indiferente à questão tão relevante.

Eu desejo, portanto, felicitar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pela iniciativa que adotam conjuntamente e, também, mencionar que espero que a referida Comissão, certamente pela alta qualificação dos seus integrantes, muito concorrerá para que o Brasil dê também a sua contribuição em tão momentoso tema e que tem tão significativas reverberações em nosso país.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, gostaria de—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, a importância desta Comissão é reconhecida por todos nós e é uma satisfação tê-lo conduzindo esse processo nesta primeira reunião, em que temos a incumbência de eleger o Presidente desta Comissão. Como há um acordo entre Câmara e Senado... No ano passado, tivemos a presidência sendo conduzida por um representante da Câmara dos Deputados; neste

ano, cabe, portanto, a indicação de um senador ou de uma senadora.

Eu quero, neste momento, indicar o nome da nossa querida Ideli Salvatti, para presidir esta Comissão. A Senadora Ideli é uma senadora que tem demonstrado, ao longo do que ela participa, nesta Casa, neste Congresso, o quanto ela representa para o Senado e para a população como um todo. Portanto, é a indicação que eu faço do nome da Senadora Ideli Salvatti, para presidir essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Jefferson Praia acaba de fazer a sua manifestação e dizer que indica, para presidir a referida Comissão, a Senadora Ideli Salvatti.

A propósito, devo dizer que, neste instante, nós só vamos fazer a eleição do Presidente, visto que cabe à Câmara dos Deputados indicar o Vice-Presidente, e daí porque nós vamos circunscrever a presente reunião à eleição da Presidente da referida Comissão. E, posteriormente, em data que a Comissão deliberará, vai se escolher o candidato, ou melhor, vai se escolher o representante da Câmara, que exercerá as funções de Vice-Presidente da Comissão.

Devo dizer que, sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Parlamentares as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela presidência, e que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Observo, por oportuno, que será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias, isto é, o critério de proporcionalidade dos partidos políticos nas duas Casas do Congresso Nacional, para que exerça o seu direito de voto, iniciando pelo Senado Federal e, após, pela Câmara dos Deputados. Informo, também, por considerar relevante, que, na cabine de votação, encontra-se uma caneta de tinta azul à disposição dos senhores, para marcar as cédulas.

Então, eu vou começar, agora, a convidar os membros da Comissão. Senador José Agripino, Senador Marco Maciel, Senador João Tenório, Senador Gilberto Goellner – aliás, um estudioso no assunto. Agora, a Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senador Wellington Salgado, Senador Valdir Raupp, Senador Jefferson Praia, Senador Almeida Lima, Senador José Nery.

Vou começar a colher, agora, os votos da Câmara dos Deputados. Deputado Antônio Palocci, Deputado Colbert Martins – que acho que não se encontra presente -, Deputado Homero Pereira, Deputado José Guimarães, Deputado Paulo Piau, Deputada Rebeca Garcia, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que também não está, Deputado Arnaldo Jardim – que também não se encontra -, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Sarney Filho,

Deputado Fernando Gabeira, Deputado Irini Lopes. Eu gostaria de chamar o Deputado Rômulo Gouveia.

Eu indago se há senador ou deputado que ainda não votou? Senador Wellington Salgado de Oliveira.

A presidência julga oportuno consignar que o Deputado Arnaldo Jardim, por se encontrar em missão oficial no exterior, não pode comparecer, não poderá comparecer à referida reunião. Então, para constar em Ata, friso que o Deputado Arnaldo Jardim comunicou à Casa que se encontra em missão oficial, no período de 12 a 22 de março do corrente ano.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB):

Sr. Presidente, o Deputado Mendes Thame também está em missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas eu vou ler a seguir a comunicação do Deputado Mendes Thame, que informa da sua impossibilidade de comparecer à Primeira Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, por se encontrar em missão oficial, no período de 15 a 22. Ele está em missão em Istambul, Turquia, participando do Quinto Fórum Mundial da Água, conforme ofício que anexou.

Eu indagaria se há Deputado Federal ou senador que deseja usar da palavra, enquanto nós concluímos o processo de votação, tão logo obtenhamos o quórum mínimo necessário. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria, aqui, de manifestar, como membro, mesmo que suplente, dessa Comissão, a importância da mesma, em prol do país atingir ainda resultados melhores no controle de efeito estufa, na emissão de gases, do dióxido de carbono. Um país que já é um exemplo de energia renovável para o mundo, ele precisa do esforço de todos, e, dentro desse esforço, de todos os setores.

A agricultura brasileira também tem uma responsabilidade muito grande em desempenhar correções ainda possíveis de serem evitadas, como já existem alguns programas, por exemplo, na colheita da cana, que hoje ainda são queimadas, que a cana é queimada, mas já existe uma mecanização em andamento que poderá, dentro de metas, em até dez anos, reduzir para zero a emissão de gases por queimada da cana-de-açúcar, a degradação das pastagens e, principalmente, o desmatamento, a queimada de desmatamentos que ainda acontecem na Amazônia, na floresta, melhor dito, e que deverão ser zeradas, que essa é a meta do país, dar um exemplo para o mundo.

Eu diria que o principal, também, que nós podemos fazer com que o mundo mude é a emissão de CO₂, motivados, e outros metais pesados, motivados

pelo uso de combustíveis fósseis, onde, aqui no Brasil, nós já temos o consumo de combustíveis renováveis. O exemplo é o exitoso programa do álcool, sendo que metade mais um de toda a frota do país já é constituída de carros a álcool, e o que nós precisamos avançar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é no concernente ao uso do diesel, a substituição do mesmo por óleo vegetal, porque não adianta só o programa de biodiesel para o país, porque ele reduz muito pouco, porque é um contexto de 3%, 4%, para chegar em 5%, quando nós já temos exemplos de uso de veículos a diesel, tanto leves como pesados, automóveis, caminhões, tratores, ônibus, principalmente ônibus nas grandes cidades, que são as grandes emissoras de CO₂, movidos a óleo vegetal puro.

Dentro dessa linha, está em percurso de análise, pelas Comissões do Senado, um projeto de minha autoria, que permite a utilização plena do óleo vegetal puro, do óleo vegetal 100%, que é um biodiesel também, do óleo vegetal 100%, e a aprovação do mesmo, para que seja utilizado na frota brasileira rodoviária, principalmente de uso agrícola, e, depois, numa segunda etapa, passando para transporte coletivo nas grandes cidades e, futuramente, também, em todo o transporte rodoviário do país, no sentido de que tenhamos, então, uma emissão cada vez menor de dióxido de carbono e outros metais pesados, contribuindo, dessa forma, para a redução do efeito estufa. Uma constatação óbvia: há cada 100 anos, aumenta-se em dois pontos de graduação em graus centígrados, no mundo, a temperatura, e isso virá a prejudicar demasiadamente o cenário brasileiro e mundial, fazendo com que, inclusive, estudos apontem que, em pouco tempo, teríamos a Amazônia convertida no cerrado, no cerrado, isso causa devido à rápida evapotranspiração pelo aquecimento global.

Então, eu acho que nós estamos corretos em dar uma importância sobremaneira a essa Comissão e tirar dela os resultados que poderão contribuir para a diminuição do efeito estufa e do aquecimento global. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a manifestação do Senador Gilberto Goellner, que, aliás, é um especialista no assunto, e concedo, agora, a palavra, para externar também o seu ponto de vista, ao... Queria conceder a palavra ao Senador João Tenório e, a seguir, concederei a palavra ao Senador Valdir Raupp. Concedo a palavra para o Senador João Tenório e, a seguir, ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, durante esses dois últimos anos, nós tivemos a oportunidade de partici-

par de uma Comissão que tratava exclusivamente das questões de biocombustíveis. E, dessa forma, tivemos a oportunidade de fazer muitos contatos, não apenas no Brasil, como no mundo, de um modo geral, e fiquei muito impressionado com o interesse dos países do mundo, sobretudo os países mais pobres, porque entendem, na oportunidade, na possibilidade de produção de biocombustíveis, não apenas uma contribuição efetiva, a melhoria das condições climáticas do mundo, mas, sobretudo e principalmente, oportunidade de uma geração de oportunidade econômica e de geração de renda nos seus países.

Tive a oportunidade de andar na África, em alguns países da África, região absolutamente desabitada no que diz respeito à produção agrícola, e vi o anseio, a ansiedade, o desejo que aqueles povos apresentavam de utilizar os seus potenciais na produção desses biocombustíveis e, conseqüentemente, gerar não só uma contribuição efetiva à questão ambiental como também na geração de oportunidade econômica.

Eu gostaria de me comprometer(F) com essa criação dessa Comissão, porque ela é mais abrangente ainda, ela não só cuidará da questão de meio ambiente, de produção de biocombustíveis exclusivamente, mas numa visão mais abrangente das questões que influenciam na mudança climática do mundo.

Eu gostaria de colocar à disposição dessa Comissão alguns trabalhos que foram feitos durante esses dois anos e que, de certa maneira, poderá trazer alguma ajuda no trabalho que será aqui desenvolvido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A presidência agradece a colaboração do Senador João Tenório, que é membro ativo e atuante desta Comissão. Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, eu gostaria de anunciar que, a seguir, ouviremos a palavra do Deputado Fernando Gabeira, mas, por economia processual, eu já vou convidar dois escrutinadores, para que nós possamos, enquanto os parlamentares se manifestam, nós possamos avançar, fazendo a apuração do resultado para a presidência da Comissão. Então, eu concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, a seguir, ao Deputado Federal Fernando Gabeira. Vou eleger para escrutinadores o Senador Gilberto Goellner e o Deputado Rômulo Gouveia.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, estou com a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que essa

Comissão sobre mudanças climáticas, de acompanhamento sobre as mudanças climáticas, vem em boa hora, num momento em que o mundo todo se movimenta nesse sentido, e o Brasil, que tem sido exemplo também para o resto do mundo, em fontes de energia limpa, como na geração de energia elétrica, que a nossa matriz é baseada na hidroeletricidade, como os combustíveis também que já começam... Mais de 50% do nosso combustível gasto no Brasil já é biocombustível, é o álcool, é o biodiesel. A nossa matriz, aos poucos, está mudando, tanto na geração de energia elétrica como também no consumo de veículos.

Eu queria, já antecipadamente, não sei ainda o resultado, mas parabenizar a Senadora Ideli, que eu tenho quase que certeza que vai ser por unanimidade a votação para que ela ocupe a presidência dessa tão importante Comissão, e eu acho que é justo que a Senadora Ideli, que vem do Estado de Santa Catarina, que tem sido um dos estados mais afetados com essas mudanças climáticas nos últimos tempos... Eu tenho certeza que a Senadora Ideli vai fazer um trabalho extraordinário nesta Comissão, vai contar com o apoio de todos os colegas, tanto do Senado quanto da Câmara, e, mais uma vez, nós vamos mostrar ao mundo que o Brasil quer a preservação ambiental. Até o momento, a contribuição que o Brasil estava dando com o aquecimento global era na emissão de gases, com as queimadas na Amazônia, e isso, aos poucos, está diminuindo. Eu diria que, com mais cinco anos, nós não vamos ter quase nada, muito próximo de zero as queimadas na Amazônia. Eu mesmo tenho um projeto aqui nesta Casa, que já está na CCJ, nesta Comissão, sobre o desmatamento zero na Amazônia. Se nós chegarmos ao desmatamento zero, nós vamos parar de poluir também com queimadas, e esta Comissão tem muito a contribuir com todos esses projetos e esse processo.

Então, eu parabenizo mais uma vez a Senadora Ideli, que pode contar com o apoio da bancada do PMDB para fazer essa Comissão andar, essa Comissão trabalhar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu desejo, antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Federal Fernando Gabeira, de comunicar que os dois escrutinadores, o Senador Gilberto Goellner e o Deputado Federal Rômulo Gouveia, observaram que o número de sobrecartas coincidiu com o número de votantes, 14, e o resultado é o seguinte: 13 votos, sim, para a Senadora Ideli Salvatti, um voto em branco; total, 14. Então, eu vou convidar a Senadora Ideli Salvatti para assumir a presidência da Comissão e concedo já a palavra ao Deputado Federal Fernando

Gabeira, para tecer suas considerações, e possamos, assim, ouvir a palavra da Senadora Ideli Salvatti.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a palavra, então, o Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Obrigado. Eu queria, inicialmente, cumprimentar a Presidente eleita e dizer que essa Comissão, na verdade, é uma continuação de um trabalho já realizado aqui no Senado e na Câmara. Alguns temas do passado talvez possam ser colocados aqui como uma herança positiva. Nós trabalhávamos por dois projetos importantíssimos no momento. Um projeto era um projeto que determinava um inventário nacional das nossas emissões. Vai ser muito difícil nós avançarmos, ou não, se não soubermos qual é o inventário das nossas emissões, o quanto estamos emitindo, e o último inventário que nós temos é de 1994. Existe um outro projeto, também, que há muito tempo está na Câmara dos Deputados e no Senado e que precisa ser votado, também, aí, no campo urbano, que é um projeto que determina a inspeção veicular; todos os anos, os carros serem inspecionados e terem uma tarja, autorizando a presença dele.

A primeira fase da Comissão foi muito voltada para a familiaridade com o tema e, também, com a preocupação de redução das emissões. Mas nós temos um outro aspecto que também precisa ser visto agora, que é de adaptação às mudanças climáticas.

Então, nós tivemos, em Santa Catarina, no noroeste do Rio de Janeiro, grandes tempestades, eu tive a oportunidade de visitar esses lugares e de anotar alguns problemas. Estou propondo num requerimento, que não entreguei ainda porque a Comissão não funciona – vai funcionar agora – uma grande Audiência Pública, talvez uma Comissão Geral, para que a gente defina o que aprendemos com as enchentes em Santa Catarina e no noroeste do Rio de Janeiro e possamos rearticular um pouco, a partir da experiência catarinense, que é a melhor hoje, no Brasil, a nossa Defesa Civil, porque a Defesa Civil no Brasil está muito desestruturada.

Então, são esses temas que eu acho que devem ser colocados. O senador, que é de Pernambuco, também estamos desenvolvendo lá um trabalho com os holandeses, no sentido de estudar a defesa contra a elevação do nível dos mares; é outro aspecto da adaptação que nós temos que fazer, percorremos lá a praia de Boa Viagem, Paulista, outras praias e vimos que Pernambuco está sendo muito já prejudicado pela elevação do nível os mares. E como existe uma previsão, a mais alarmista é de que talvez tenhamos

mais um metro no nível dos mares daqui há 50 anos, é necessário preparar desde agora.

Portanto, é apenas uma sugestão para que a gente comece a trabalhar nessa linha. Eu apresentarei o requerimento assim que a Comissão estiver reunida regularmente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Eu agradeço ao Deputado Fernando Gabeira e queria, antes de ceder a palavra, se caso mais algum parlamentar desejar usá-la, em primeiro lugar, agradecer, de forma muito sincera e carinhosa, os votos que recebi e a confiança, obviamente porque esta é uma Comissão, como já foi dita por vários parlamentares, é uma Comissão que é continuidade de um trabalho de uma Comissão que já produziu, que já debateu, que já, inclusive, se colocou em termos de iniciativas, que nós precisamos aproveitar muito bem para dar continuidade e ampliar.

O tema é um tema que eu acho que suscita muita expectativa da sociedade, é um assunto que está pautado no Planeta Terra como um todo, com as consequências extremamente preocupantes de todos aqueles que têm responsabilidades e têm a tarefa de propor alternativas e de buscar monitorar, acompanhar, prever e evitar ao máximo as consequências, aí, das catástrofes oriundas das mudanças climáticas. Portanto, eu acho que a Comissão tem um trabalho agora, permanente, das duas Casas, que vai estar sendo muito solicitada e acompanhada muito, eu acho que passo a passo, por toda a sociedade.

Eu queria, também, agradecer, de forma muito especial, a indicação do meu nome, feita através do Senador Jefferson Praia, que foi um pouco do acúmulo da discussão dos líderes aqui da Casa, com o compromisso de que nós tenhamos o mais rapidamente possível... Se possível, nós vamos tentar fazer uma consulta a todos os gabinetes, para tentar encontrar um horário mais adequado da reunião da Comissão, já que é uma Comissão Mista, envolve... Digamos, a dinâmica da Câmara e do Senado não é a mesma dinâmica, a gente sabe a dificuldade, muitas vezes, da Comissão Mista de Orçamento, que tem reuniões também permanentes e frequentes, de ter o quórum. Então, nós temos que encontrar um horário adequado para fazermos as reuniões e podermos dar continuidade aos trabalhos que, como já foi explicitado aqui, advêm de uma Comissão Extraordinária que funcionou até bem pouco tempo. E foi tão bem sucedida que, como resultado, inclusive, do trabalho desta Comissão, se viu a importância, se enxergou a necessidade e a importância de termos uma Comissão Permanente do Congresso Nacional.

Então, eu queria agradecer muito, não preciso aqui explicitar o quanto este assunto para Santa Catarina é um assunto candente. Portanto, a responsabilidade que os parlamentares me dão, ao sufragar o meu nome com 13 votos, é uma responsabilidade imensa, que eu espero corresponder com a contribuição de todas as bancadas, tanto da Câmara quanto do Senado.

Eu queria já passar a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli, primeiramente, eu queria parabenizá-la duas vezes: primeiro por ser eleita Presidente e a segunda, por ter 13 votos, que é o número do PT.

Então, quer dizer... O voto em branco, com certeza, alguém já sabia que tinha que votar em branco para poder ter 13, que é o número do PT. Eu queria saber quem é esse senador que consegue ver o futuro, não é, Raupp? Ou, então, foi ela mesma que votou para poder ter 13.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não, eu não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sei. Como o voto é secreto, eu não posso especular.

Mas eu queria dizer que V. Exa., eu tenho certeza, vai fazer um grande trabalho, porque eu, que acompanho... Os quatro anos que eu estou no Senado, eu sempre estive ao lado de V. Exa. e sempre vi V. Exa. trabalhando com carinho, com afinco, com responsabilidade, tenho certeza. O destino, muitas vezes, acaba nos levando por caminhos que nós não conhecemos, mas, no final, sempre dá tudo certo.

V. Exa., hoje, é a Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, né, e que Santa Catarina foi o estado que mais sofreu. Então, veja como as coisas acontecem e, se tivesse combinado, não seria tão perfeito assim.

Vejo V. Exa. crescendo, acredito até que poderá vir a ser líder do Governo no Congresso, acredito, porque precisa que V. Exa. esteja lá. Durante o período que V. Exa. foi líder, conduziu muito bem a relação entre diferentes partidos, e isso é importante nessa Casa. Muitas vezes, nós podemos ter posições contrárias, mas, com a conversa e com acordo, acabamos estando juntos. Eu me sinto muito feliz, nesse momento, de estar ao lado de V. Exa. Eu, talvez, em algum momento, eu tenha sido... Eu sou um político que, muitas vezes, acabo sentindo algumas posições, eu acho que você tem que ter posição, mas, ao mesmo tempo, não pode deixar... Como dizia lá o cubano, o boliviano, o Che, V. Exa. sabe bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): *Hay que endurecerse--*

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sem perder a ternura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): *Perder la ternura jamás!*

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu acho que a política é isso. Já fomos duros. Nesse momento, é o momento da ternura. Eu estou muito feliz de ter votado em V. Exa. e eu tenho certeza que vai fazer um grande trabalho. Boa sorte para a senhora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Wellington. Eu consulto se mais algum parlamentar deseja... Pois não, senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quero lhe cumprimentar, eu tenho o maior prazer em estar participando dessa Comissão e quero lhe desejar todo o sucesso, a colaboração minha, particular, e de toda a nossa bancada, para a condução desse importante tema de repercussão, de necessidade de controle para todos os países do mundo e que o Brasil vai ter um desempenho fundamental, porque já é um exemplo nesse sentido, em relação às nações mais desenvolvidas, principalmente as nações industrializadas. Então, os meus parabéns e conte com a nossa colaboração. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Senador Gilberto. Eu queria também, por último, agradecer ao Senador Marco Maciel, que, com a sua experiência conduziu, abriu, instalou a Comissão, realizou a eleição, e deixar aqui registrado que, conforme o acordo feito, a bancada da Câmara, os deputados, vão fazer a escolha, e espero que, na próxima semana, então, nós possamos fazer daí a eleição da presidência e da relatoria da Comissão, conforme o acordo que a Câmara vai conduzir, para que nós possamos aqui confirmar através do voto.

Não havendo mais inscritos, eu declaro encerrada, então, esta presente sessão. Na semana que vem, chamaremos, conforme a consulta que faremos a cada um dos gabinetes, em um horário mais adequado, para termos um quórum satisfatório, para iniciarmos os trabalhos efetivos da Comissão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 18h21.

Ata da 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2009, às 18 horas, no plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às dezoito horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande e Jefferson Praia, e dos Senhores Deputados Colbert Martins, José Guimarães, Paulo Piau, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Jardim, Jorge Khoury, Vanessa Grazziotin, Sarney Filho, Luiz Carreira, Rômulo Gouveia e Fernando Gabeira. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Vice-Presidente e do Relator da Comissão, em atendimento ao disposto no Artigo 6º da Resolução nº 4, de 2008 – CN. A Presidência comunica a indicação do Deputado Colbert Martins e da Deputada Vanessa Grazziotin, para os cargos de Vice-Presidente e Relator, respectivamente, por indicação das lideranças partidárias, sendo os mesmos eleitos por aclamação. A Presidente convida os parlamentares eleitos a tomarem posse junto à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas considerações iniciais. Usaram da palavra os Senhores Parlamentares Fernando Gabeira e José Guimarães. Com a concordância de todos ficou decidido que as reuniões ordinárias da comissão serão realizadas todas terças-feiras, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidente

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 25 de Março de 2009, Às 18 Horas e 29 Minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo quórum legal, eu declaro aberta a Reunião, 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para que nós possamos, neste entardecer do dia 25 de março, completarmos a direção da Comissão, elegendo a Vice-Presidência

e a relatoria, o parlamentar que vai desempenhar as tarefas de relator dos trabalhos da Comissão.

Conforme fui informada, houve acordo, como nós havíamos definido na instalação da Comissão, de que a relatoria e a Vice-Presidência caberia para a indicação da Câmara dos Deputados e que foi solicitado que se construísse, de preferência, um acordo, para que nós pudéssemos ter o complemento da Mesa Diretora da Comissão, sem haver necessidade de disputa.

Segundo a informação que eu recebi dos parlamentares, dos deputados, é de que o acordo foi construído com o nome da Deputada Vanessa Grazziotin, para ocupar o cargo de Vice-Presidente da Comissão, e, para a relatoria, o Deputado Colbert Martins. É assim que fala? Colbert Martins, para ocupar a tarefa de relator da Comissão.

Então, eu consulto aos membros da Comissão, aqui presentes, se este acordo efetivamente está consolidado, de tal forma que nós não necessitaríamos fazer a votação em cédula, nem nominal. Nós faríamos a aclamação do acordo consagrado entre Câmara e Senado.

Então, não havendo nada que se estabeleça como óbice a esta deliberação, então eu declaro eleitos a Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Vanessa Grazziotin, que eu já solicito que venha aqui à Mesa, e também o Deputado Colbert Martins como relator, assumindo a relatoria, que também possa já se dirigir à Mesa aqui dos trabalhos.

Nós temos requerimento, nós temos comunicações a serem apreciadas pela Comissão, mas, na reunião passada, na reunião de abertura dos trabalhos, eu havia dito que nós faríamos uma consulta, no sentido de escolher o melhor horário para a reunião semanal da Comissão. Não pode ser de manhã, porque tanto Câmara quanto Senado realizam as reuniões das suas comissões pela manhã. Não pode ser também no meio da tarde nem no fim da tarde, porque tanto Câmara quanto Senado têm ordem do dia. Então, a partir das 4 horas, nós já temos a dificuldade de... possibilidade de votações nominais.

Portanto, nós teríamos que trabalhar numa perspectiva de ter a reunião da Comissão no início da tarde. Quinta-feira, início da tarde, não é um bom dia, sobra terça ou quarta; quarta-feira, fui informada que a dificuldade é maior. Então, se todos concordarem, a nossa proposta é estabelecer a reunião ordinária da Comissão às terças-feiras, às 14h30, e eu acho que é possível, José Roberto, que nós possamos estabelecer esta sala como a sala da Comissão? Terça-feira, às 14h30. Tentar?

Bom, a princípio, terça-feira da semana que vem, neste local. Se, depois, nós tivermos algum tipo de

impedimento, tivermos que encontrar uma outra, um outro alojamento para a Comissão, nós o faremos e comunicaremos. Passo de imediato a palavra ao Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Presidente, é o seguinte: como nós só teremos a reunião às 14h30, de terça, eu queria convidar todos, inclusive a Presidente, a Vice-Presidência, para uma comissão geral que nós teremos sobre o que aconteceu em Santa Catarina e outras cidades do Brasil, as enchentes e como a Defesa Civil se comportou. Como nós podemos estruturar melhor a Defesa Civil no Brasil. Então, vai ser... Eu tenho a impressão de que a comissão geral será pela manhã. Então, será antes da nossa reunião.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na terça-feira?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Na terça-feira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na terça-feira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Está bem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): E já ficam convidados todos, porque o relator pode ter alguma inspiração também nesse debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ótimo. Inclusive, em nome da Comissão, eu vou oficializar o convite a todos os membros da Comissão da importância de participarem do evento que o Deputado Gabeira está nos convidando.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Deputado Colbert Martins, depois à Deputada Vanessa Grazziotin e aos demais parlamentares que desejarem usar a palavra, porque, no meu entendimento, a tarefa de hoje estaria cumprida, para nós podermos, efetivamente, iniciar os trabalhos, mesmo, da Comissão que está com grande expectativa, aí, de toda a sociedade, na terça-feira que vem. Deputado Colbert.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

Senadora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputadas, senadores, senadoras, eu quero agradecer a confiança de todos nessa indicação, espero poder estar à altura desse trabalho nessa Comissão, tanto quanto estivemos à altura na criação dessa Comissão permanente. Lutamos muito e trabalhamos, no final do ano, para que essa Comissão fosse criada de forma permanente, ela agora está.

Nos cabe a todos, aqui, agora, e eu, como relator, quero dizer que vou precisar da participação de cada um, até porque, mais do que precisar, eu vou

criar relatorias adjuntas e quero convidar, desde já, o Deputado Mendes Thame para que possa participar comigo, vai crescer muito nessas nossas [palmas], nesses nossos trabalhos e sei que, com a sua experiência, Thame, e eu lhe agradeço muito essa confiança em podermos participar juntos, nós vamos ter um trabalho absolutamente paritário, um trabalho dividido, mas um trabalho que seja, que se possa construir muito numa linha, num trabalho, que eu acho que nos cabe aqui a todos.

Quero agradecer, dizer que a relatoria se encontra aberta, para que, na próxima semana, possamos fazer um roteiro de trabalhos para essa Comissão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Deputado Colbert, eu estava aqui, perguntando à Deputada Vanessa, de qual estado o senhor era, ela me disse que o senhor é da Bahia. Então, tem o Sul, tem o Nordeste, tem o Norte, e, com convite que o senhor, V. Exa., terminou de fazer ao Deputado Thame, que é de São Paulo... Então, ficam todas as regiões integradas neste nosso, neste nosso trabalho.

E acho muito importante, na terça-feira, nós podermos ter uma dedicação especial em apreciar um plano de trabalho para a Comissão. Então, na condição de Presidente, eu vou trazer o entendimento e as propostas que quero apresentar à apreciação de todos. Tenho a convicção de que o relator também o fará, e temos já, como eu já disse, temos requerimento para serem apreciados, como também a Deputada Vanessa, para quem eu já passo a palavra, como todos os demais parlamentares vão ter interesse de apresentar as propostas.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

(PCdoB-AM): Bom, eu quero, também, Senadora Ideli, cumprimentar os senadores, Senador Jefferson Praia, que aqui está, cumprimentar todos os deputados, cumprimentar Deputado Colbert Martins, que vai ter que se retirar rapidamente, tem reunião da bancada da Bahia. Ele coordena a bancada da Bahia, está aí, o Deputado Jorge Khoury vai ter que ir também.

Mas agradecer a confiança, da mesma forma como fez o Colbert. Certamente, Senadora Ideli, na semana passada, não pudemos estar presentes, porque estávamos em Istambul, no Fórum da Água, agradecer a confiança que todos os senhores depositam na gente, para conduzir uma comissão que eu considero uma das mais importantes.

A Casa, o Congresso Nacional tem uma única, tinha uma única Comissão Mista Permanente, que era a Comissão Mista de Orçamento, e, agora, tem a segunda, de Mudanças Climáticas. Esse, sem dúvida nenhuma, é o tema que mais mobiliza os povos do

mundo inteiro; os povos, os governos, todos os atores sociais.

Mas eu queria fazer um agradecimento especial ao Deputado Mendes Thame. Deputado Mendes Thame, que, talvez, entre nós, seja a pessoa que tem o maior tempo, Senadora Ideli, de estudo dedicado às questões ambientais. Ele tem ajudado e tem feito com que o Estado de São Paulo esteja bem na frente, em relação a uma série de leis que já vigoram hoje. Então, Deputado Mendes Thame, contar com o apoio dele, Deputado, é algo, para mim, assim, muito importante. V. Exa tenha certeza de que a sua presença – Deputado Colbert já o convidou para fazer parte da relatoria – será fundamental e indispensável para que a nossa comissão dê certo.

Essas nossas posições... Nós estaremos aqui durante esse ano, apenas. Ano que vem, teremos outros companheiros que compõem a comissão na função que hoje estamos ocupando. Eu espero que a gente possa desenvolver um bom trabalho, mesmo porque nós temos um grande desafio esse ano, o ano que vem, mas esse ano, sobretudo, em decorrência da COP 15, da Convenção das Partes, que vai acontecer em dezembro, em Copenhague.

Então, o parlamento brasileiro, acho que meio rápido, Senadora, nós temos que chegar aqui a um relatório e levarmos ao Itamaraty, levarmos ao Governo Federal, para que possa, também, o parlamento brasileiro se posicionar numa questão importante como essa, não é?

Então, eu agradeço o apoio e, certamente, quando a Senadora Ideli não puder aqui estar, eu vou procurar corresponder à altura o trabalho que aqui ela desenvolve. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço. Deputado Guimarães.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Senadora, eu costume, no português, chamá-la Presidenta. O correto mesmo não é Presidente, é Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas nós gostamos de Presidenta, não é, Vanessa? Tanto faz.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Está bom. E, aqui, as mulheres estão nos comandando. Presidenta, eu queria só sugerir que, na próxima reunião, esta presidência elaborasse uma agenda de trabalho desta Comissão, para que nós todos participássemos ativamente, até pela importância desta Comissão Permanente, nos termos colocados pela Deputada Vanessa.

Segundo, sugerir que, na discussão, entendendo que esta Comissão, ela tem, o caráter fundamental dela é fiscalizatório, não pode analisar a tramitação de

projetos de lei, etc., é mais fiscalizatório, eu já coloco como sugestão que, na agenda da Comissão, nós fizéssemos, de imediato, uma Audiência Pública, já coloco oralmente aqui o requerimento, para discutirmos o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o PL, que está circunscrito no PL 3535/2008, do Governo, que está em tramitação nessa casa, e é muito importante iniciarmos com uma audiência pública para debatermos esse tema, que é o Projeto de Lei 3535.

No mais, dizer à Deputada Vanessa e ao Deputado Colbert Martins que esse acordo é bom para a Comissão, o Deputado Mendes Thame me ligou hoje, e eu levantava a necessidade de nós fazermos um acordo e eu acho que é o melhor caminho nós não termos votado.

Esse gesto, no caso do Deputado Mendes Thame, que tinha me ligado, é importante, eu queria fazer esse devido registro aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, não havendo mais nenhuma proposição, já está incorporado o requerimento verbal, feito pelo Deputado Guimarães, no sentido de nós termos a audiência pública para tratar, exatamente, do PL...

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): PL 3535.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 3535, que trata, exatamente, do Plano Nacional, e tem requerimentos que já foram apresentados, e o fundamental, na reunião da semana que vem, é que nós possamos traçar o plano de trabalho da Comissão, que tem uma expectativa grande, efetivamente, de como é que agora, sendo Comissão Permanente do Congresso Nacional, a segunda que se instala no Congresso Nacional, de nós podermos ter uma efetividade de trabalho, à altura da expectativa que a sociedade tem para um tema tão candente.

Então, não havendo mais nada a declarar, encerrada a sessão. Na semana que vem, o Zé Roberto, inclusive, confirmou, a sala está à disposição. 14h30, neste mesmo local, terça-feira. Reunião ordinária.

Sessão encerrada às 18h43.

Ata da 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de março de 2009, às 14 horas e 30 minutos, no plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às quinze horas e dezesseis minutos, do dia trinta e um de março do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças

Climáticas, com a presença das senhoras e senhores parlamentares: **Senadores Renato Casagrande, Romeu Tuma e Jefferson Peres; Deputada Vanessa Grazziotin e Deputados Colbert Martins, José Guimarães, Antonio Carlos Mendes Thame, Jorge Khoury, Fernando Gabeira, Luiz Carreira e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais parlamentares.**

A Presidenta procede a leitura do Ofício nº 131/2009, da **Senhora Senadora Marina Silva**, justificando sua ausência na reunião da comissão, por encontrar-se afastada dos trabalhos da Casa no período de 10 a 31 de março de 2009. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Colbert Martins, que comunica ter sido informado pela Assessoria Internacional da Câmara dos Deputados, da vinda de uma comitiva, dia 09 de abril de 2009, composta por onze deputados do Congresso Norte Americano, e que gostariam de ter uma reunião com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para debater assuntos relacionados com as Mudanças Climáticas. A Presidenta comunica ter apresentado um Voto de Aplauso à empresa Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, de Florianópolis, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, tendo sido agraciada por ter apresentado soluções mais inovadoras, no sentido das mudanças climáticas, dentre as doze melhores do mundo, num rol de trezentas empresas participantes. O Relator, Deputado Colbert Martins, propôs a indicação do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para exercer, por sua competência, o cargo de Relator Adjunto da Comissão, tendo sido aprovada pela Presidente da Comissão, os quais elaborarão o Plano de Trabalho que será apresentado na próxima reunião. A Presidenta apresentou algumas sugestões para a elaboração do Plano de Trabalho, a saber: **Finalidade** – Acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às Mudanças Climáticas no Brasil. **Ações Prioritárias: 1)** Promover e acompanhar a Política Nacional sobre as Mudanças Climáticas (acompanhar tramitação PL 3.535/2008 e outras proposições legislativas similares; monitorar implementação da política Nacional sobre Mudanças Climáticas; produzir e divulgar um Relatório Anual de Avaliação (com desafios e progressos alcançados); promover audiências públicas para debater Planos sobre as Mudanças Climáticas (plano e programas nacionais e planos e programas estaduais); produzir um material específico da política Nacional para Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores, visando leis específicas e o que cada Estado e Município podem fazer. **2)** Promover a Educação e Conscientização Nacional em relação das Mudanças Climáticas (articular ações específicas com o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia e Ministério do

Meio Ambiente; fazer mapeamento da formação e qualificação profissional; fazer levantamento das condições de pesquisa com relação à Mudança Climática. **3)** Ações Legislativas (mapear as proposições legislativas e estabelecer critérios de prioridades; acompanhar e viabilizar a tramitação de proposições legislativas prioritárias; mapear experiências de outros parlamentos (a União Européia é um bom caso). **4)** Promover o diálogo visando a Conferência de CoP-15 /dez 2009 (observação: conferência internacional definirá os compromissos dos países pós-Quito (pós-2012) – renovação ou não do acordo de Quito; promover audiências públicas; acompanhar e articular a posição do Brasil junto ao Ministério das Relações Exteriores; acompanhar e articular com Comissão Interministerial sobre as Mudanças Climáticas (MCT, MMA – Decreto 6.263/2007) posição do governo brasileiro). **Ações Imediatas: 1)** audiências públicas – **a)** Órgãos de pesquisa – INPE / IPEA / FIPE / EMBRAPA; **b)** Sociedade – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; ONG's; Febraban; Outros **c)** Órgãos governamentais – Comissão interministerial – federal; Comissões estaduais. **2)** Grupo de estudo – Análise relatório trabalho anterior; Análise proposições legislativas. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência determinou à Secretaria da Comissão que preparasse ofício ao Interlegis, convidando um representante do órgão, com o intuito de apresentar aos membros os instrumentos e potenciais, que estariam à disposição desta Comissão, auxiliando os trabalhos. Usaram da palavra os Senhores Parlamentares: Deputados Colbert Martins, Fernando Gabeira, Vanessa Grazziotin, Sarney Filho e os Senadores Renato Casagrande, Romeu Tuma e Senador Jefferson Praia. Passou-se para o item 2 da pauta – Apreciação de Requerimentos. **Requerimento nº 01, de 2009-MMC**, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo a realização de audiência pública, com a presença do Diretor Estadual de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, Major PM Márcio Luiz Alves, do Secretário Nacional de Defesa Civil, Senhor Roberto Costa Guimarães, do Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Geddel Quadros Vieira Lima e do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Senhor Carlos Minc Baumfeld, para prestarem esclarecimentos a respeito do trabalho realizado para contornar os problemas ocasionados pelo excesso de chuva em Santa Catarina, e em cidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com a finalidade de promover uma discussão sobre ações preventivas, monitoramente e fiscalização, com o objetivo de amenizar os impactos do

aquecimento global. **Retirado a pedido do autor. Requerimento nº 02, de 2009-CMMC**, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, requerendo a realização de audiência pública, com a participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Senhor Carlos Minc Baumfeld, do Ministro da Ciência e Tecnologia, Senhor Sérgio Machado Rezende e do Coordenador-Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Senhor Luiz Pingueli Rosa, para prestarem esclarecimentos da posição oficial do Brasil face às mudanças climáticas e as políticas e medidas de governo para a mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global. **Aprovado.** A Comissão aprova **extrapauta. Requerimento nº 03, de 2009-CMMC**, de autoria dos Deputados José Guimarães de Vanessa Grazziotin, requerendo seja realizada audiência pública para debater o inventário de emissões de gases de efeito estufa, GEE's, do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e do Ministro de Estado do Meio Ambiente. **Requerimento nº 04, de 2009-CMMC**, de autoria dos Deputados José Guimarães de Vanessa Grazziotin, requerendo seja realizada audiência pública para debater o PL 3535 de 2008 "que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado do Meio Ambiente e Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. **Requerimento nº 07, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e do Senador Jefferson Praia, requerendo a realização de audiência pública em Manaus, para discussão acerca do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM e da Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas, que terá caráter regional, com a participação de membros desta Comissão, do Governo do Estado do Amazonas e de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, bem como representantes de todos os Estados da Amazônia, da área governamental, não governamental e acadêmica. **Requerimento nº 08, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e do Senador Jefferson Praia, requerendo a realização de audiência pública, para tratar de questões atinentes às mudanças climáticas, com a presença de representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, de representante da Universidade Federal do Amazonas, de representante da Universidade Federal do Pará, de representante do Museu Emílio Goeldi, de representante da Universidade Federal de Roraima, de representante da Universidade Federal de Rondônia e de representante da Universidade Federal do Acre. **Re-**

querimento nº 09, de 2009-CMMC, de autoria do Senador Renato Casagrande, com adendo do Requerimento nº 02, de 2009-CMMC, requerendo seja promovido um Ciclo de Audiências Públicas, com periodicidade mínima de seis meses, com a finalidade de acompanhar a efetividade da implementação do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, com a participação, na primeira reunião, dos seguintes convidados: Ministro de Estado do Meio Ambiente, Senhor Carlos Minc Baumfeld e do Coordenador-Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Senhor Luiz Pingueli Rosa. Os **Requerimentos nºs 05 e 06, de 2009 – CMMC** de autoria do Deputado José Guimarães e da Deputada Vanessa Grazziotin foram lidos e ficaram para posterior apreciação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 31 de Março de 2009, Às 15 Horas e 16 Minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Nós ainda não temos o quórum suficiente para deliberações, mas nós vamos iniciar os trabalhos, para adiantar, dando os informes do que já recebemos, o que nós temos para deliberações e, se alcançarmos rapidamente o quorum, podemos também já deliberar e dar os encaminhamentos necessários.

A primeira comunicação aos membros da Comissão é o expediente da chefia de gabinete da Senadora Marina Silva, comunicando que permanecerá afastada dos trabalhos do Senado, no período de 10 a 31 de março, para tratamento de saúde.

A outra informação, eu passo a palavra ao nosso Relator, o Deputado Colbert Martins, que é a respeito da vinda de uma comitiva de parlamentares dos Estados Unidos, que eu gostaria que ele pudesse informar à Comissão e que nós pudéssemos, depois, ter algum encaminhamento.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Senadora Presidente. Sras. e Srs.

Deputados, Deputadas, senadores e senadoras, fui comunicado hoje, pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Câmara dos Deputados, que, no dia 9 de abril, quinta-feira da Semana Santa, estarão entre nós 11 deputados do Congresso Norte-Americano, que vão tratar especificamente de assuntos, aqui no Brasil, com referências à mudança climática. O Presidente Michel Temer, com quem há pouco estive, está solicitando a participação de nós, deputados, na Câmara, apesar do dia ser um dia onde a Câmara e o Senado não têm funcionamento parlamentar, mas o Poder Executivo tem. Esses deputados serão recebidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no período da manhã, e eles gostariam de ter uma reunião conosco, deputados e senadores, principalmente na área de mudanças climáticas. Como eu sei das expectativas de um fim de semana e de uma semana, nas quais as comemorações religiosas, católicas, no Brasil, são intensas, eu estou transmitindo à Presidente Ideli Salvatti e a todos os componentes desta Comissão, na expectativa daqueles que puderem estar aqui para receber essas pessoas que vêm dos Estados Unidos, discutir sobre pontos específicos desse novo Governo, que, neste momento, se coloca muito, amplamente favorável, a que se possa ter uma posição diferenciada do que os Estados Unidos tinha com relação ao aquecimento climático do planeta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado Colbert, eu não tenho nenhuma dúvida de que é uma atividade importante, uma comitiva cuja vinda ao Brasil, principalmente neste momento, que há fortes indícios, indicativos, de mudança de posição do Governo americano, com relação às questões das mudanças climáticas, que a Comissão não poderia obviamente perder a oportunidade de participar do evento, tanto junto ao Executivo, se nos for permitido compartilhar o momento, no qual o Presidente da República estará recebendo a comitiva, como também termos um momento de debate entre os parlamentares brasileiros e os parlamentares americanos sobre este assunto. Portanto, eu estou aceitando, vou abrir a lista dos voluntários para este evento.

Deputado Gabeira, que terminou de chegar, é uma atividade, é uma comitiva de parlamentares dos Estados Unidos que estará vindo, e é nada mais nada menos do que na quinta-feira que antecede os feriados de Páscoa. Portanto, um dia que, para muitos parlamentares, é bastante difícil, porque, normalmente, já têm as agendas. Mas, de qualquer forma, nós vamos colher, junto à Assessoria Internacional da Câmara de Deputados, toda a agenda e vamos formalizar a todos os membros da Comissão, para que nós possamos ter,

efetivamente, um momento de encontro da Comissão com os parlamentares.

Eu gostaria também de informar aos parlamentares que seria muito interessante nós termos um detalhamento do resultado da Hora do Planeta, este evento que mobilizou inúmeras instituições, milhares de pessoas aqui no Brasil e em todo o mundo. Foram 88 países que participaram e, aqui, no nosso país, também, quase uma centena de cidades também tiveram a participação. Então, eu acho que valeria a pena, na próxima reunião, nós termos um detalhamento a respeito do resultado e da adesão aqui no nosso país, principalmente, do evento que foi chamado Hora do Planeta e que tem a ver com os trabalhos aqui, ou, pelo menos, com os objetivos da nossa Comissão.

Eu gostaria, ainda, de informar que, se houver quorum para deliberação, eu vou submeter à deliberação da Comissão. Se não tivermos o quorum, já tomei a iniciativa de apresentar individualmente um voto de aplauso para a Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, que é uma empresa de Florianópolis, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que concorreu num certame, num concurso, patrocinado pelo *Financial Times*, e, entre trezentas proposições, é a única brasileira que foi agraciada entre as 12 primeiras soluções mais relevantes, mais inovadoras, no sentido das mudanças climáticas. Então, se nós tivermos quorum para deliberar, aprovaremos o voto de aplauso aqui na Comissão; senão, já estou comunicando que estou fazendo o voto para o Plenário.

A pauta da nossa reunião, hoje, era apresentar as sugestões para o plano de trabalho. Eu fiz uma apresentação, não sei se foram reproduzidas para todos os parlamentares, eu acho que seria fundamental se pudesse fazer. Em nome da presidência, eu fiz uma série de sugestões para o plano de trabalho e tenho certeza que outros parlamentares também o fizeram. A sugestão do Deputado Colbert Martins é no sentido de que nós pudemos, hoje, coletar todas as sugestões, e ele, como Relator, apresentaria um condensado, uma proposta única, para que, na terça-feira que vem, nós pudessemos aprová-la.

Então, eu gostaria de franquear, já de imediato, a palavra para os parlamentares que tenham sugestões, se desejarem usar da palavra, no sentido do nosso plano de trabalho.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sra. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma proposta, antes de discutir esses assuntos, e queria submeter à Comissão.

Eu convidei – e gostaria do apoio dos nobres pares – o nobre Deputado Mendes Thame, para que pudesse fazer parte de uma relatoria adjunta comigo.

O Deputado Mendes Thame é uma pessoa extremamente qualificada, especialmente nessa área, e eu gostaria que nós pudéssemos aprovar, uma questão absolutamente formal, de que ele pudesse conosco estar numa relatoria adjunta. E nós poderíamos, a depender da Comissão, Sra. Presidente, também criar áreas temáticas específicas para várias ações de vários deputados. Aqui não se trata de uma disputa de governo e de oposição, mas trata-se de uma participação majoritária. Vemos a dificuldade para conseguirmos quorum no dia de hoje, mas a ideia que essa relatoria propõe é que eu estivesse com o Deputado Mendes Thame como Relator Adjunto, e nós pudéssemos fazer várias áreas específicas e temáticas de atuação. Então, eu me sentiria muito bem se pudesse ter a presença do Deputado Mendes Thame como Relator Adjunto, e nós, conjuntamente, definiríamos as próximas áreas de atuação, que aqui tivéssemos, com relação às áreas temáticas. Eu pediria que nós fizéssemos isso informalmente, assim me comuniquei com o Deputado Mendes Thame, para que ele pudesse ser o Relator Adjunto dessa Comissão, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Deputado Colbert Martins, na condição de Presidente, eu tenho a prerrogativa de fazer a indicação, nós não precisamos nem de quorum para deliberação. Então, já quero deixar, então, consignado, na Ata da reunião, de que o Deputado Mendes Thame está oficialmente designado Relator Adjunto para, juntamente com o Deputado Colbert Martins, preparar o plano de trabalho da Comissão e, também, sugestões nesta linha de sub-relatorias, comissões temáticas, que a gente possa desenvolver dentro do nosso plano de trabalho, que será aprovado daí na próxima terça-feira.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Acho que ainda nós não conseguimos alcançar o quorum. De qualquer forma, eu quero dar ciência a todos os membros da Comissão que nós temos para deliberação alguns requerimentos, que eu faço questão aqui já de dar ciência a todos.

O primeiro é do Deputado Fernando Gabeira, que "Solicita Audiência Pública para discutir o trabalho realizado pela Defesa Civil de Santa Catarina e as políticas para melhorar a capacidade de ações preventivas em tragédias, ocasionadas pelo excesso de chuvas, devido às alterações do clima". A proposta é o convite ao Diretor Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina, o Major da Polícia Militar, Márcio Luiz Alves; o Secretário Nacional da Defesa Civil, Roberto Costa Guimarães; o Ministro da Integração Nacional, Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, e o Ministro do Meio

Ambiente, Sr. Carlos Minc Baumfeld, para poderem prestarem os esclarecimentos devidos não só a respeito da situação, o excesso de chuva em Santa Catarina, mas também em cidades como o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Então, este é um dos requerimentos que nós temos apresentado. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) É que, hoje, nós fizemos aquela Comissão geral sobre o tema, e, da Comissão geral, saíram inúmeras tarefas para a nossa Comissão. Então, talvez, o ideal seria deixar esse requerimento e tentar formular uma reunião de trabalho com o Relator e com o Relator Adjunto sobre os temas que a gente vai ter que abordar. Um deles é o Fundo de Defesa Civil. Quando há um desastre, tem que socorrer com Medida Provisória, e é muito lento. Essa é uma questão. Então, tem várias questões que foram pedidas hoje. O que talvez a gente possa fazer é uma Audiência Pública mais técnica sobre a Defesa Civil mesmo, o estado da Defesa Civil, no Brasil, hoje, e o que é que a Comissão pode fazer por ela. Eu mudaria, eu deixaria cair esse requerimento, vou refazer em função do resultado de hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, Deputado Gabeira, por favor, então V. Exa... A gente já retiraria da pauta--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --aguardaríamos. Eu acho que seria importante--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Aí, na semana que vem, eu apresento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --poder ter já para o Relator e o Relator Adjunto o resultado da Audiência, que eu estive lá muito rapidamente, mas eu vi que o debate estava bastante produtivo.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mas foi importante a sua presença porque a Comissão vai acabar desaguando aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sinaliza a importância, claro, vai ficar sob a nossa responsabilidade.

O segundo requerimento é exatamente do nosso Relator Adjunto, o Deputado Mendes Thame, que "Requer a realização de Audiência Pública com as autoridades a seguir nomeadas, para esclarecimento da posição oficial do Brasil face às mudanças climáticas e as políticas e medidas de governo para mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global". Então, a proposta é o convite ao Embaixador Celso Amorim e ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc. Eu acho que este requerimento está dentro da... Inclusive, se

for aprovado, nós, já no plano de trabalho que nós apresentamos as sugestões, está dentro daquilo que nos compete, no sentido de fazer um monitoramento da... E contribuindo, inclusive, com a posição oficial do Brasil, face a estas providências.

O terceiro requerimento que foi apresentado é do Deputado José Guimarães, que não se encontra presente, mas que “Requer que seja realizada uma Audiência Pública para debater o inventário de emissões de gases de efeito estufa, GEEs, no Brasil”. Nós estamos com esse levantamento, com esse mapeamento bastante defasado, desde 1994. Portanto, já estamos, há 18 anos, aguardando, com muitas mudanças... Portanto, eu acho que termos uma Audiência para debater como é que vamos retomar e agilizar este inventário tão importante, eu acho que está plenamente dentro do que nós, com certeza, iremos aprovar.

O outro requerimento também é do Deputado José Guimarães, que “Seja realizada reunião de Audiência Pública, para debater o PL 3535, de 2008, que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas e dá outras providências”.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Integra ao primeiro, remete ao primeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

Já está aqui na proposta, na proposta de trabalho já se encontra. Eu queria propor também, Senadora, que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

--aqueles senadores e deputados que apresentem propostas, que são todas boas propostas, mas que elas tramitem com a presença dos seus respectivos autores. Eu acho necessário que nós tenhamos aqui a presença, como tem a do Deputado Gabeira, como tem a do Deputado Mendes Thame, mas nós temos que ter a presença desses deputados, porque, enquanto o projeto não tiver a presença do seu autor, nós aguardaríamos, para que, na próxima Sessão, eles possam ser defendidos diretamente pelos autores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais dois requerimentos, também apresentados pelo Deputado José Guimarães.

“A realização de Audiência Pública para debater o processo de validação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo Comitê Executivo do MDL”. Então, também é um tema bastante específico que está, também, contemplado.

E o último é a “Audiência Pública para debater a regulamentação do mercado de carbono no Brasil, através da geração de redução certificada de emissão”.

Inclusive tem projeto tramitando no Congresso Nacional sobre este tema, e é algo bastante polêmico, pelos derivativos todos que a comercialização desse tipo de papel, no mercado imobiliário, também provoca.

Tem mais dois.

A Deputada Vanessa Grazziotin. “Requer a Audiência em Manaus, para discussão acerca do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) e da Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas, com a participação de membros dessa Comissão, do Governo do Estado do Amazonas e de representante do Bando Interamericano de Desenvolvimento”.

Também da Deputada Vanessa Grazziotin, a nossa Vice-Presidente: “Audiência Pública para tratar de questões atinentes às mudanças climáticas, com a presença de representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de representantes da Universidade Federal do Amazonas, de representante da Universidade Federal do Pará, de representante do Museu Emílio Goeldi, de representante da Universidade Federal de Roraima, de representante da Universidade Federal de Rondônia e de representante da Universidade Federal do Acre”, ou seja, esta já é uma audiência com um caráter bastante amazônico, né, da Deputada Vanessa Grazziotin.

Bom, eu não sei se obtivemos o quorum e--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu queria só--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu cheguei alguns minutos atrasado. Eu estou com um requerimento em mãos e eu queria verificar como é que a gente enquadra esse requerimento nos requerimentos já aprovados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós não aprovamos ainda nenhum requerimento, Senador Casagrande, porque ainda estamos necessitando da presença de mais um parlamentar para ter o quorum. Então, assim que nós--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, eu posso, com a sua permissão, expor--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --o meu requerimento, que está muito na direção daquilo que eu ouvi aqui, nesses últimos minutos.

Primeiro parabenizar V. Exa. por ter assumido a presidência da Comissão de Mudanças Climáticas. Eu sei que a pretensão de V. Exa., inicialmente, era uma outra Comissão, mas dizem que Deus escreve certo por linhas tortas. Então, esta Comissão aqui é uma Co-

missão muito boa, eu tenho certeza que V. Exa. será uma excelente Presidente, e nós temos muito trabalho a fazermos nesta Comissão. A Comissão era uma Comissão Temporária, funcionou por dois anos como uma Comissão Temporária, se transformou numa Comissão Permanente. É uma inovação, na verdade, no Congresso Nacional, porque nós temos lá a Comissão Mista do Orçamento e, agora, temos uma Comissão Temática Mista, né, e o Congresso declarando a importância do tema e a importância do tema ser discutido conjuntamente, a importância de tema ser debatido por senadores e deputados ao mesmo tempo, e que nós possamos avançar nas medidas que são necessárias no nosso país. Então, parabeno V. Exa., Colbert Martins, que é o Relator, a nossa Vice-Presidente Vanessa. Então, eu acho que nós, aqui, desta Comissão, estamos, de certa forma, acostumados a este --

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O nosso Relator Adjunto, o Deputado Mendes Thame, que, antes de V. Exa. chegar, já foi devidamente--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): -- Está muito chique essa Comissão. Nós temos Relator Adjunto? Parabéns ao Deputado Mendes Thame.

Então, eu quero parabenizar e acho que nós teremos aqui, pelas pessoas que estão compondo essa Comissão, podemos fazer um belo trabalho nessa Comissão. Sei que V. Exa. cumprirá um papel importante pela liderança que tem, pela relação que tem dentro do Governo, poderá ser uma porta de entrada importante para os nossos debates, internamente, nas áreas do Governo relacionadas à questão das mudanças climáticas.

Eu tinha feito Presidente, um requerimento... Tinha feito não, fiz um requerimento pedindo o convite ao Ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, e o Coordenador-Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Luiz Pinguelli Rosa, para que a gente pudesse fazer uma primeira audiência para discutir o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, anunciado no ano passado, que já tem ali, eu vi. Por isso que eu estou falando que eu vou incorporar ao requerimento.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só que o meu tem uma inovação que eu queria que o senhor incorporasse.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Não é meu o requerimento, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É do Thame.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É do Thame? Então, eu queria pedir um adendo ao

requerimento do Thame, que ele aceite o adendo também. Que essa Audiência Pública, com as autoridades do Governo e da sociedade, de acompanhamento do Plano, seja feita de seis em seis meses. Seja feita uma Audiência para que a gente possa verificar a implementação do Plano. Como está o Plano? O Plano tem metas. O Plano tem metas de energia, de saneamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se estão sendo atendidas, ou não, e por quê.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estão avançando, estamos no caminho?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Precisamos saber primeiro o caminho, não sabemos o caminho ainda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por isso que eu estou falando dessa primeira Audiência. O caminho pode até não saber, mas tem um Plano. Pode até não era um caminho, mas tem um Plano que pode nos dar aí uma base para que a gente possa cobrar dos governos; seria um processo de cobrança. Então eu acho que a gente deveria no plano de trabalho que está aqui, que eu acho que está excelente, que já está mais ou menos previsto, mas eu quero reforçar esta necessidade de que a gente faça um acompanhamento periódico da implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputada Vanessa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Aqui é rápido, a gente mal se inscreve e já tem direito à palavra. Que bom se em todo canto fosse assim.

Eu quero Senadora Ideli, Deputado Colbert, dizer que eu estou lendo aqui, com atenção, a proposta de roteiro. Eu acho que seria interessante que, a partir desse roteiro, pudéssemos produzir um calendário; se não anual, pelo menos semestral, de nossas atividades, que, quando eu vejo aqui nas ações prioritárias, item d: "Promover Audiências Públicas para debater os planos sobre mudanças climáticas, programas nacionais e os planos e leis estaduais". Então, conversávamos que seria interessante, além das Audiências Públicas, que pudéssemos realizar aqui, certamente serão muitas, que fôssemos também, pelo menos, a cada uma das regiões do país. Por exemplo, no Sul do país, poderíamos ir a Florianópolis, que é um estado que fica exatamente entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, debater. Cada região tem as suas peculiaridades. Agora, eu acho que alguns tópicos, além da política global de mudanças climáticas, nós precisaríamos discutir desde já alguns tópicos, como, por exemplo, a gestão dos recursos hídricos, a política de

saneamento, a política de resíduos, porque o problema de lixo é um problema grave, é um problema gravíssimo que nós temos no mundo e no nosso país, nos países em desenvolvimento, sobretudo. Então, a idéia seria que, na próxima reunião, pudessem, o Relator e a Presidente, já trazer a sugestão de um calendário, porque, se ninguém for contra, fazemos...

Eu achei muito interessante, Senadora Ideli, a ideia de produzirmos algum material para as Assembléias e para as Câmaras de Vereadores. Eu acho que isso é fundamental. Alguns estados estão muito adiantados. Outros estados sequer iniciaram um debate acerca de como enfrentar, do ponto de vista local, esses problemas. Mesmo o Plano Nacional é um Plano muito recente, lançado ao final do ano passado. Então, eu acho que essa ideia é fundamental, seria um grande instrumento na mão dos representantes políticos do povo brasileiro e da maioria deles, que são os vereadores e os deputados estaduais. Era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Eu agradeço. Como nós já alcançamos--
SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que a Deputada Vanessa tem razão, mas, se a gente usasse a Interlegis, a interligação com os municípios, tem mais de dois mil municípios--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Poderíamos fazer conferências.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando eu estava na Primeira Secretaria, nós aumentamos muito, e acredito eu que houve continuidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E fazer palestras da Comissão com a Interlegis, para ela poder levar ao conhecimento de dois ou três mil municípios que estão interligados. Provavelmente, isso tenha um efeito. Desculpa dar o palpite, mas é em cima do que ela está falando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Deputada Vanessa, eu acho que a sugestão do Senador Romeu Tuma, ela é extremamente pertinente, porque nós poderíamos, no calendário, Deputado Colbert, imaginar, no calendário, algumas atividades que nós pudéssemos efetuar-las, inclusive, mais tarde; não durante o dia, mas, assim, à noite, porque eu acredito que inúmeras instituições de ensino, universidades que têm, inclusive, ensino à distância, poderiam, através também do Interlegis, entende, poder se conectar, e determinados debates,

que, hoje, fazem parte do interesse da nossa juventude, poderiam ser disponibilizados, através do trabalho da própria Comissão, encarando aí uma perspectiva que nós colocamos inclusive no plano de trabalho de um caráter que esta Comissão obrigatoriamente tem que ter, do caráter educativo, ou seja, de chamar a atenção para o tema, para o que vem sendo debatido, o que vem sendo implementado em todo o Brasil.

Eu escuto o Deputado Sarney Filho, para, depois, a gente poder deliberar, aprovando, que nós alcançamos o quorum.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, só para colaborar um pouco com essa ideia, que eu acho muito boa, talvez fosse interessante, nobre Relator, que a gente pedisse para o pessoal da Interlegis uma pessoa para vir a essa Comissão e talvez fizesse uma exposição do potencial da Interlegis em relação ao nosso trabalho. Eu acho que assim seria um passo inicial, a gente assistiria uma pequena apresentação da Interlegis, onde eles nos diriam quais os pontos onde a gente poderia, de uma forma assim de ganho maior, se aproveitar desse instrumento moderno e muito importante, que é a Interlegis.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe, Deputado, teve um fato importante, que a videoconferência, a primeira experiência jurídica de videoconferência foi feita pela Interlegis, em presídios, e tem internacional também a interligação.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É exatamente isso, Senador, eles poderiam nos fazer uma apresentação, e aí a Comissão ficava ciente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Então eu já estou solicitando à assessoria da Comissão, que possa já oficializar à Interlegis que, na próxima reunião, terça-feira, eles pudessem nos apresentar já uma apresentação de quais os instrumentos que estariam à nossa disposição, à disposição da Comissão, para a gente poder irradiar o máximo o trabalho, até porque, como a nossa Comissão não é uma Comissão de caráter deliberativo, ela não tem esse caráter, nós não vamos debater e nem aprovar projetos aqui, eu acho que o aspecto de elaboração, de debates e esse caráter informativo e educativo, ele tem que ser bastante levado em consideração.

Bom, então, como nós já tivemos a obtenção do quorum, a primeira coisa, eu solicito a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Se não houver nenhum parlamentar em contrário, considero aprovadas as Atas anteriores.

A outra questão. Eu apresentei, como Presidente da Comissão, sugestões para o plano de trabalho. Então eu queria que pudesse ser considerado como lido para integrar a Ata, tendo um entendimento, como nós

já tínhamos dado o encaminhamento, de que o Deputado Colbert Martins e o Deputado Mendes Thame, na semana que vem, colhendo sugestões que outros parlamentares possam apresentar, vão nos trazer, para, daí, sim, nós aprovarmos o plano de trabalho, já com um calendário, pelo menos aí dos próximos meses, do trabalho da Comissão.

A outra questão, eu apresentei a sugestão de um voto de aplauso para a Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, juntamente com a Universidade Federal, que foi uma das escolhidas pelo certame, patrocinado pelo jornal *Financial Times*, que escolheu 12 soluções inovadoras para a questão das mudanças climáticas. E a Carbono Brasil, em parecia com a UFSC(F), foi a única brasileira escolhida entre mais de 300. Então, acho que vale a pena nós termos um voto de--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É lá em Florianópolis. Então, eu peço escusas de ser da minha cidade, mas é a única brasileira, eu acho que vale a pena e é merecedora.

E os requerimentos que nós fizemos a leitura, eu vou rapidamente submeter à votação, com exceção dos parlamentares que não compareceram, certo?

O primeiro requerimento, que era do Deputado Gabeira, ele vai substituir, apresentando o resultado da Audiência Pública... Aliás, da Audiência do Plenário da Câmara, hoje, sobre a questão da Defesa Civil.

O primeiro requerimento, então, que nós submeteríamos à aprovação é o que convida para uma Audiência Pública o Ministro de Relações Exteriores, o Ministro Embaixador Celso Amorim, e o Ministro do Meio Ambiente, o Carlos Minc, para tratar da posição oficial do Brasil, face às mudanças climáticas e as políticas e medidas de Governo para a mitigação e contenção de efeitos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpe, eu cheguei atrasado, e, como todo sujeito que chega atrasado, às vezes, comete algumas bobagens, porque chega no meio da reunião. Mas eu acho que, se vamos ouvir o Ministro de Meio Ambiente, vamos ouvir o Ministro de Relações Exteriores, o Ministro da Ciência e Tecnologia, cujo INPE e a possibilidade de fazermos o levantamento das emissões também faz parte, então eu acho que aí incluiríamos os três ministros, ficaria mais completo, já que vamos ouvir membros do Executivo.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

E há uma proposta do Deputado... Desculpe, Senadora. Há uma proposta do Senador Renato Casagrande da inclusão do Sr. Luiz Pinguelli Rosa, que coordena o programa de--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Como V. Exa. propôs, eu acredito que complementar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que nós poderíamos ficar com as quatro autoridades: o Ministro Celso Amorim, o Ministro Carlos Minc, o Ministro de Ciência e Tecnologia e, também, o Coordenador Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

Desculpe, Senadora, mas com a abrangência que o Senador Casagrande propõe, que essa avaliação também fosse feita a cada seis meses para poder se verificar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu estou propondo uma Audiência Pública, mas que de seis em seis meses, é lógico, de tempo em tempo a gente faça uma avaliação da implementação das metas do Plano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É porque, Senador Casagrande, esse Plano, eu acho que ele merece uma discussão apurada por parte da gente. O Plano, ele veio muito tímido, é um Plano que veio já com metas cumpridas anteriormente. Então de certa forma eu acho que a gente deveria discutir o plano, o conteúdo do Plano.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Vamos discutir o Plano, eu acho que em cada momento a gente discute o Plano. E avalia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tem que avaliar.

Então, o Requerimento nº 2, do Deputado Mendes Thame, com os acréscimos sugeridos pelo Senador Casagrande, que é o Requerimento nº 9, que é a Audiência Pública para tratar exatamente do Plano, com a presença dos três ministros e o Prof. Pinguelli, se todos concordam, nós considerariamos aprovado, já para que possa ser estabelecido aí no calendário que os nossos dois Relatores vão apresentar.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sra. Presidente, permita-me.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Quero dar uma contribuição apenas para refletirmos.

Trazermos três Ministros, num único dia, geralmente a gente percebe que os resultados às vezes acabam não sendo produtivos. Então, eu não sei se trataríamos do mesmo tema, mas por que os três, todos juntos? Esgotaríamos com o Ministro A, depois o Ministro B, depois com o C. Eu acredito que assim teremos melhores resultados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Isto fica como sugestão para os nossos dois Relatores, para podermos ter a aprovação.

Bom, como o Deputado José Guimarães não compareceu, não veio, eu deixaria os três requerimentos, a não ser que houvesse--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não, subscrevemos, subscrevemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, o primeiro é Audiência para debater o inventário de emissões de gases de efeito estufa. Alguém contrário? Eu acho que este é um tema absolutamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive ainda não foi feito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O outro é Audiência para debater o PL 3535, que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

O terceiro do Deputado Guimarães é Audiência para debater o processo de validação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo Comitê Executivo do MDL, que nós pudéssemos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem é que ele está convocando? É o Migueis(F)?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Convidar os Ministro de Estado do Meio Ambiente, bem como representantes dos setores de geração de energia limpa, agricultura e florestamento. Ele não especifica as autoridades.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que deveríamos deixar em aberto, porque o responsável por isso é o Dr. Migueis(F), do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do Ministério de Ciência e Tecnologia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que foi inclusive um dos autores--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu solicitaria que fosse retirado esse requerimento até que fosse definido exatamente quem seriam as pessoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, este aqui nós ficaríamos pendente para uma próxima.

E a outra é Audiência para debater a regulamentação do mercado de carbono no Brasil, através da geração de Redução do Certificado de Emissão (RCE), em projetos de mecanismo. Ele propõe... O Ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, o Secretário da Receita Federal e o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A senhora falou de um voto de louvor a uma empresa, em razão do carbono. Não poderia vir o técnico ou o Presidente também participar, como eles conseguiram avançar nisso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, mas eu acho que as coisas são coisas diferentes. Isto aqui é a discussão econômica de como é que vão ser processados os certificados--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não há um problema nem resolvido no âmbito ambiental, quanto mais trazer a parte da economia para cá. Eu acho meio precipitado isso.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Vamos retirar, então, esse requerimento.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho que também retira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esses dois requerimentos, até porque o autor não está presente. Então, nós... E nós temos os... Inclusive, Deputada Vanessa, eu acho que são, talvez não para este momento, são assuntos que nós não vamos poder nos furtar de apreciar, até porque tem projeto tramitando no Congresso, tratando exatamente dessa questão dos certificados, a redução do certificado de emissão.

A Deputada Vanessa apresentou um requerimento de Audiência Pública em Manaus, para a discussão exatamente de uma legislação específica do Estado de Manaus, que, dentro do nosso programa de trabalho, nós estamos, inclusive, propondo que nós possamos realizar eventos estaduais ou de caráter regionais. Então, este é acerca do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o PROSAMIM, e da Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Depois de ler a sugestão da proclamação, Senadora, se me permitisse, eu gostaria de fazer um adendo: que fosse envolvida toda a região Norte Amazônica nesse debate, que pudéssemos convidar os Secretários dos demais Estados, também, da região, porque ganharíamos tempo e faríamos um debate--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Faríamos uma regional.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente, faríamos uma primeira regional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Faríamos uma reunião amazônica.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho muito significativo isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Chamar os Secretários do Meio Ambiente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente, de cada Estado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então com este diferencial--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só quero sugerir, como é a primeira reunião nossa, mudanças climáticas não é um problema ambiental. Então, assim, sempre que a gente for discutir esse tema, tem que envolver a parte de desenvolvimento também dos estados, entendeu, porque não é uma questão ambiental que está em mudanças climáticas, somente ambiental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É por isso que o tema econômico dos certificados já veio e tem que vir para cá, porque tem toda esta consequência.

O segundo requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin é Audiência Pública para tratar de questões atinentes às mudanças climáticas, com a presença de representante do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – e de diversas Universidades: do Amazonas, do Pará, de Roraima, de Rondônia e do Acre. Então, também é uma--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Seria dentro dessa mesma proposta de fazer uma reunião regional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É possível?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É, pode juntar.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Talvez pudéssemos fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Junta as duas propostas.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): --dentro de um mesmo momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então estes são os requerimentos que foram apresentados e que foram aprovados.

DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado Mendes.

DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP): Algumas rápidas observações. Primeiro é a respeito dessa questão da regulamentação dos créditos de carbono. Esse é um assunto urgentíssimo. Nós estamos tendo grandes dificuldades porque nós não ainda conseguimos, de fato, tipificar, na legislação brasileira, qual é o tributo que vai pagar um projeto aprovado dentro do MDL. O que ele vai pagar? É ISS, o que é que é? O que nós estamos entendendo? Isso daí é uma coisa que está atrapalhando muito, e, na ausência dessa definição, o que é que está acontecendo? As empresas estão deixando de recolher, e, deixando de recolher, é péssimo para o Governo e é péssimo para as empresas, porque, a qualquer momento, pode vir uma cobrança dos últimos 60 meses. No caso até de débito contra o estado, leva mais tempo para prescrever e se cria um passivo tributário imenso.

Portanto, essa definição é importantíssima. Nós já temos diversos projetos que vêm sendo relatados lá nas diversas Comissões. Na Comissão de Finanças e Tributação, há dois ou três projetos importantíssimos, e eu acredito que nós fugirmos a essa questão seria deixar de lado o cerne da questão. Hoje, nós temos que tomar essa definição, definir de uma forma que estimule. Há também um outro projeto que diz respeito a que os créditos de carbono pertençam ao proponente, no caso do PROINFA. Isso, hoje, não pertence a quem propõe. Então, como não pertence a quem propõe, ninguém faz o crédito de carbono, nem o Governo e nem ninguém. Se esses créditos couberem na Lei, claramente ao proponente, nós teremos um estímulo que vai ajudar até a diminuir o preço dos leilões, porque, evidentemente, a empresa computa no seu cálculo aquele ganho que ele tem no MDL e aceita concorrer nos leilões por um preço menor.

A segunda questão diz respeito a esse convite para os ministros virem aqui falar. Eu acho que, pelo menos, dois ministros deveriam estar no mesmo dia, para que nós pudéssemos confrontar as diferenças. O que é que vem acontecendo? Desde a reunião de Nairóbi – e isso se aprofundou na de Bali e foi repetida agora em Posna -, o Brasil chega a essas reuniões com duas posições: o Ministro Celso Amorim faz uma exposição magnífica, colocando a importância de todos os países no mundo assumirem responsabilidades diferenciadas, porém, todas compartilhadas. E, na prática, os seus técnicos votam contra a assunção de metas por países em desenvolvimento. A discussão, às vezes, nos deixa numa situação muito delicada, porque eu acho que nenhum deputado, independente de ser situação ou oposição, quando está fora do país, deve fazer qualquer posição contra o seu Governo. Lá

não é uma questão partidária. O processo dialético de Hegel tem que deixar de lado.

Aqui, nós fazemos o processo de situação e oposição. Mas há questões que nós não podemos. E chega lá, nós não sabemos o que defender, se nós estamos defendendo a posição do Minc, que conflita com a posição do Amorim. O nosso Itamaraty é um caso *sui generis* no mundo. Ele tem posição própria, tem departamentos próprios, ele não escuta os demais departamentos. Nos outros países, ele é um ministério meio. Não é nem ministério, é uma Secretaria meio. Ele leva as posições de Governo, ouvindo os ministérios da produção. Aqui, nós tivemos problemas com o Ministério da Agricultura, lá em Cancun, estamos tendo agora, porque o Ministério, pela alta competência desses integrantes, o Ministério das Relações Exteriores, ele se julga que não precisa ouvir os demais ministérios, às vezes atropela e impede o conceito da transversalidade, que, nas questões ambientais, é um pressuposto que nós devemos defender sempre. A transversalidade é um fundamento básico para que nós possamos entender que, no polinômio da produção, no polinômio do consumo, no polinômio da nossa vida, tem que colocar mais uma variável, que é a questão ambiental. Por isso eu acho que, pelo menos, esses dois ministros deveriam estar aqui no mesmo dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado Mendes, eu acho que as observações que V. Exa. faz são absolutamente pertinentes e não tenho a menor dúvida de que serão levadas em consideração, na hora de fazer o calendário, tanto pelo senhor quanto pelo Deputado Colbert Martins, até porque, para tratar deste tema, nós aprovamos a vinda do Ministro Celso Amorim, do Ministro Minc, do Ministro de Ciência e Tecnologia e do Prof. Pinguelli Rosa, certo? Portanto, é possível fazermos dois a dois ou quatro, dependendo aí da avaliação.

Se nós não tivermos nada mais a tratar, eu vou considerar encerrada--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu somente queria agradecer V. Exa., dizendo que estaremos, na próxima semana, apresentando um documento que possa ser aprovado por todos. E entender que eu vou fazer uma proposta, Senadora: ficamos todos aqui convocando os ministros para virem aqui depor. Se nós não tivermos uma ação forte nos municípios e nos estados, dificilmente nós vamos conseguir a verticalidade e a transversalidade necessárias para enfrentar um problema desse porte. E é verdade, não se trata de um problema ambiental; mudança climática é além dos problemas ambientais. Eu espero que nós possamos estar à altura desse trabalho que começamos agora. Obrigado a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço e volto a insistir: está aberta a lista de voluntários para a atividade com a comitiva dos parlamentares dos Estados Unidos, na Quinta-Feira Santa. Então, estaremos todos lá.

Sessão encerrada às 16h01.

Ata da 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 07 de abril de 2009, às 14 horas e 30 minutos, no plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às quinze horas e quatro minutos do dia sete de abril do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidenta da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Parlamentares: **Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Inácio Arruda, Deputado José Guimarães, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Fernando Ferro e Deputado Luiz Carneira**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Presente, também, o Deputado Luciano Pizzatto. Havendo número regimental, a Senhora Vice-Presidenta, no exercício da Presidência, Deputada Vanessa Grazziotin, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência faz a leitura do seguinte expediente: e-mail enviado pela Senhora Hebe Guimarães-Dalgaard, Assessora de Relações Institucionais do Gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que a Comissão de Congressistas Norteamericanos que visitarão o Brasil no próximo dia oito de abril do ano de dois mil e nove, véspera da Semana Santa, composta de onze Deputados, com visita agendada no Congresso Nacional, com interesse em discutir com os colegas brasileiros temas relacionados ao meio ambiente, tais como mudanças climáticas. O Embaixador dos Estados Unidos, Senhor Clifford Sobel, já informou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, da importância do encontro entre os Deputados brasileiros e Norteamericanos. A proposta sugerida, segundo o Presidente Michel Temer, é de se agendar um almoço de trabalho no dia nove de abril do ano de dois mil e nove, por volta das doze horas e trinta minutos. Assim, a Presidência da Câmara dos Deputados solicita a compreensão, no sentido de se garantir uma

agenda para os visitantes. A Presidência determinou à Secretaria da Comissão que encaminhasse cópia da Comunicação aos demais Parlamentares membros. A Presidência suspende a reunião às quinze horas e nove minutos, reabrindo os trabalhos às quinze horas e trinta minutos. Ato contínuo, assume a Presidência a Senadora Ideli Salvatti, que passa a deliberação das seguintes matérias: **Item único** – Apresentação do **Senhor José Dantas Filho**, Diretor de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do Interlegis, conforme solicitação desta Presidência, contida no Ofício nº 0004/2009-CMMC. A Senhora Presidenta convida o Senhor José Dantas Filho, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua apresentação. Usaram da palavra os Senhores Parlamentares Senador Romeu Tuma, Deputado Fernando Ferro e a Senadora Ideli Salvatti. A Presidenta, Senadora Ideli Salvatti, delegou ao Senador Romeu Tuma a tarefa de apresentar, na próxima reunião, estudos de como a Comissão poderá viabilizar as comunidades virtuais, dentre os temas específicos como: criação de subrelatorias, da possibilidade da realização de Audiência Pública, utilizando a rede de Videoconferência, bem como a possibilidade da Comissão apresentar termos de informações legislativas, a produção na área do meio ambiente e mudanças climáticas, do Congresso, das Assembléias Legislativas e das principais Câmaras de Vereadores; e de verificar junto ao Prodasen a possibilidade de ser disponibilizado um “site” para a Comissão, com vistas a interação com o usuário externo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 26 de Março de 2009, Às 15 Horas.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo quem se manifeste contrário,

quem aprova a Ata, permaneça como se encontra. Aprovada.

Expediente sobre a Mesa. Eu vou passar a ler agora um expediente assinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pela assessora, encaminhado pela Presidência da Câmara de Deputados, assinado pela assessora da Assessoria de Relações Internacionais do Gabinete da Presidência da Câmara: “*Senhoras e senhores e Srs. Deputados, a Câmara receberá a visita de importante delegação da Casa dos representantes dos Estados Unidos, chefiada pelo líder da maioria Deputado Steny Hoyer, democrata de Maryland. Seu cargo já foi ocupado pela hoje Presidente Nancy Pelosi. A delegação compõem-se de mais de onze deputados, cuja lista está em anexo. Os congressistas estão interessados em discutir com os colegas brasileiros temas relacionados ao meio ambiente, tais como mudanças climáticas.*”

O Embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, já informou ao Presidente Michel Temer da importância de garantirmos o encontro entre os deputados brasileiros e norte-americanos.

Ocorre que a delegação dos Estados Unidos chegará à Brasília na quarta-feira, véspera da Semana Santa. Nossa proposta é de organizar, a pedido do Presidente Temer, um almoço de trabalho no Restaurante Porcão, numa sala reservada, na próxima quinta-feira, dia 19 de abril, por volta das 12h30.

Como sabemos que quinta-feira é feriado no Congresso Nacional, embora não seja no Executivo, gostaríamos da compreensão dos Srs. Deputados, para que possamos garantir uma boa agenda para os visitantes.

O canal de comunicação formal institucional da Câmara com a Casa dos representantes tem sido muito proveitoso e faremos um esforço para que esse intercâmbio continue a enriquecer-se.

Contando com a ajuda dos senhores, estamos à disposição para maiores detalhes. Os deputados norte-americanos serão também recebidos pelo Presidente Lula. Cordialmente, Hebe Guimarães”, que é assessora parlamentar da Assessoria Internacional.

Aqui, apesar de se tratar só de deputados, penso que, semana passada, o relator de nossa Comissão já falou do assunto e fez o convite a todos os deputados e senadores, para que comparecessem. Entretanto, pelo baixo número de presentes, eu acho que seria importante que a assessoria dessa Comissão encaminhasse a cada senador, a cada deputado, não apenas um expediente formal, mas que procurasse um contato, mesmo que ao telefone, fazendo esse convite, para que aqueles parlamentares que pudessem ficar aqui na quinta-feira, assim o façam, que, de fato, é

uma reunião importante, eu acho que não só de interesse dos Estados Unidos, mas também de interesse do Parlamento Brasileiro.

Antes de passar à leitura e convidar a Mesa, estamos aqui, poucos parlamentares... Eu gostaria, Deputado Mendes Thame, a Senadora Ideli Salvatti, nossa Presidente, ela está aqui ao lado, recebendo uma comitiva importante de representantes da sessão infanto-juvenil, que debateu e que realizou recentemente um congresso sobre o meio ambiente, cujo tema central foi mudanças climáticas.

Eu acho... Ela nos solicita, a Senadora Ideli, Deputado Mendes Thame, que pudéssemos participar daquela audiência. A minha sugestão é que, como estamos só nós dois, que assim o façamos, ficaremos brevemente lá e depois retornaremos para cá, para ouvir a apresentação do Sr. José Dantas Filho, que é Diretor de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do INTERLEGIS, que é uma função importante. Quem sabe nem ficaremos até o final lá, Deputado Mendes, mas darmos uma passadinha lá para prestigiarmos aquele evento.

Como V. Exa. concorda, então vamos suspender nossa reunião para participar da outra, depois daremos sequência, certo? Obrigada.

[Sessão suspensa às 15h09].

[Sessão reaberta às 15h31].

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI

(PT-SC): Bom, dando continuidade à nossa reunião, que já havia sido aberta pela nossa vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que eu já convido para sentar à Mesa, eu convido o Sr. José Dantas Filho, que é Diretor de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do INTERLEGIS, para poder nos apresentar o potencial que nós temos à nossa disposição no INTERLEGIS para os trabalhos da Comissão.

Então, eu já passo, imediatamente, a palavra ao Sr. José Dantas Filho, para poder fazer a apresentação.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Boa tarde, senhoras e senhores. Eu queria iniciar apresentando um vídeo institucional do INTERLEGIS, de 11 minutos, apresentando o básico da nossa atividade. E, a partir do vídeo, eu vou fazer uma pequena exposição, organizando melhor as informações que os senhores vão ter, senhoras e senhores vão ter, e, posteriormente, eu acho que a dinâmica melhor seria responder alguma dúvida que vocês eventualmente tenham. Pode soltar o vídeo, por favor.

>> Muito mais agitada.

>> Era muito raro, né, o acesso à Internet.

>> De 1997 para cá, muita coisa mudou na vida da gente e no mundo. O Tratado da Comunidade Eu-

ropéia foi assinado, a ovelha Dolly veio a público, os cientistas desvendaram o genoma humano e descobrimos indícios de água no planeta Marte.

>> De lá para cá, nossa vida é quase que virtual, né?

>> Inovamos em tecnologia como nunca, em pouquíssimo tempo. E passamos a enxergar o mundo sob uma outra ótica. E a ouvi-lo, também.

Criamos várias maneiras de tornar o nosso dia a dia mais agradável.

As distâncias diminuíram, ganhamos mais tempo, qualidade no trabalho e de vida, com o auxílio da tecnologia.

Conquistas que também são realidade desde 97, com o INTERLEGIS, a comunidade virtual do Poder Legislativo.

Criado pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o INTERLEGIS, com investimentos em tecnologia, educação, informação e comunicação, integra e moderniza o Poder Legislativo.

Hoje, os parlamentares podem fazer reuniões eletrônicas, pesquisas pela Internet, trocam experiências, falam em tempo real com qualquer lugar do Brasil e do mundo, pela rede nacional INTERLEGIS.

Para isso, foram instalados equipamentos de videoconferência no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas dos Estados, no Tribunal de Contas da União e na sede do INTERLEGIS em Brasília.

Eu converso agora com o Luis, que está em Minas Gerais. Oi, Luis, muita coisa mudou de 97 para cá, não é?

>> Sem dúvida. Eu destacaria três pontos, Aline, que mudou muito aqui na nossa sala de videoconferência, com a instalação desse equipamento aqui em Minas Gerais.

Primeiro foi criar uma rede de interatividade com as outras assembleias do Brasil e com o Congresso Nacional. A segunda foi a participação das ONGs, o chamado Terceiro Setor, nos eventos que o INTERLEGIS promovia em Brasília e mesmo na Câmara e no Senado da República. E, por fim, o terceiro ponto, são as reuniões de trabalho que fizemos com educação à distância, um programa importante que INTERLEGIS também desenvolve que a Assembleia Legislativa de Minas ajudou a consolidar.

>> E aí, no Rio Grande do Sul, mudou muita coisa por aí também?

>> Na área de videoconferências, principalmente, o INTERLEGIS permitiu que a Assembleia do Rio Grande do Sul se integrasse a essa grande rede que

envolve todas as assembléias do país, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União.

>> E na Bahia, Armando, o que mudou depois que a Assembléia aderiu ao programa INTERLEGIS?

>> Pois é, Alessandro, aqui na Bahia, como vocês mesmos afirmaram, ganhamos muito com interatividade, conectividade, integração.

>> Com apenas um clique, o INTERLEGIS aproxima os parlamentares, e os parlamentares da sociedade, que pode acompanhar as decisões, o orçamento público e projetos de lei.

Por dia, o portal tem em média 10 mil acessos.

>> O site da INTERLEGIS é um site muito interativo, literalmente. Haja vista que o público alvo, que somos nós, ou seja, as pessoas que estão fora do Senado, tem a transparência, e isso faz parte do processo democrático.

>> Ao longo desses anos, vários produtos foram criados seguindo o modelo do 'software' livre, para facilitar o trabalho dos parlamentares. O portal modelo é um deles, e tem feito o maior sucesso.

>> O portal modelo na minha cidade, Vassouras, representa a transparência do processo político como cidadania. Ele oferece as sessões plenárias ao vivo, e o 'chat', que é a interatividade entre o eleitor e o parlamentar.

>> Para auxiliar na realização de tarefas e disponibilizar informações básicas e importantes na Internet, foram desenvolvidos os sistemas de apoio ao processo legislativo e à atividade Parlamentar.

>> Os principais benefícios do SAPL é o acompanhamento 'on-line' de todas as matérias que sãoostas no Plenário.

Isso permite com que as pessoas possam ficar antenadas com todo o trabalho que ocorre dentro de uma Câmara Municipal.

>> Assim como o SAPL, o SAAP acelerou o processo de produção legislativa. Ele vem auxiliar o parlamentar em todo o processo de administração do seu gabinete. Traz ferramentas que o parlamentar possa trabalhar localmente e remotamente, com todos os processos que envolvem o seu trabalho diário.

>> Viram só as facilidades? E tem muito mais. Quando surge alguma dúvida de como utilizar os produtos, ainda dá para contar com o GITEC, o Grupo INTERLEGIS de Tecnologia. Uma comunidade virtual criada para as Casas Legislativas se auto instruírem. Aqui, parlamentares, funcionários, usuários de produtos INTERLEGIS e qualquer pessoa trocam informações, discutem tecnologia e boas práticas.

>> GITEC é o grupo INTERLEGIS de tecnologia. É um grupo de pessoas do Brasil todo, de técnicos, de profissionais de tecnologia da informação, que trocam

conhecimento através da Internet. Usando algumas ferramentas que o INTERLEGIS disponibiliza para as Casas, para essas pessoas trocarem conhecimento.

>> Essa interação entre municípios de vários tamanhos. Você está conseguindo conversar com uma pessoa que tem uma experiência em Recife, uma pessoa que tem uma experiência em Carneirinho, por exemplo, que está perto da gente, que é uma cidade pequena. Então você verifica que essa informação vai chegar da mesma forma para todo mundo.

>> O INTERLEGIS não apenas investe em tecnologia, mas em capacitação. Desde a implantação do programa já foram realizados vários cursos presenciais e à distância, e treinado milhares de Parlamentares e servidores das Câmaras Municipais nos cursos do INTERLEGIS, como este que está acontecendo agora.

>> Eu comecei a fazer os cursos para poder entender o funcionamento dos cursos à distância. Eu nunca havia feito nenhum. Eu vi a importância de você se reciclar, de você fazer cursos de capacitação, e como eu não podia sair do ambiente do trabalho com facilidade, a alternativa foi os cursos à distância.

Eu aprimoro a minha capacidade, eu aprendo coisas novas, ganha o serviço público, ganha o meu setor, ganham os Deputados, que têm um serviço aprimorado, um serviço de Excelência. Então, eu acho que ganham todos.

>> De 97 para cá, o projeto acumula muitas conquistas, uma delas foi um prêmio concedido pelos países de Língua Portuguesa, por ter o portal de legislação com o maior número de informações sobre cidadania. O projeto deu tão certo que está sendo levado para o exterior.

Mas isso ainda não é o bastante. Em 2005, foi realizado o primeiro censo legislativo nos 5.564 municípios do país. Uma espécie de radiografia das câmaras municipais e assembléias legislativas. Os dados levantados têm ajudado no planejamento de várias ações, como o projeto de modernização, que a gente vai ver agora.

>> Desde que a INTERLEGIS foi implantada, o Governo foi firmado com a Câmara Municipal de Sete Lagoas, a Câmara está crescendo assustadoramente através desse convênio. Ela está se informatizando, está se estruturando melhor, ela está capacitando os seus funcionários melhor.

>> A diferença da Câmara de Carneirinho com as outras Câmara é o nosso interesse e busca pela tecnologia... Com as parcerias e com o INTERLEGIS, nós podemos trazer para a nossa Câmara uma série de implementações tecnológicas, o que permitiu sairmos do papel para o meio eletrônico.

>> A Câmara Municipal de Ribeirão Preto hoje é uma Câmara de médio e grande porte e pode ser considerada uma das maiores do país, hoje. Recebendo os equipamentos do PPM, a gente conseguiu instalar os servidores do que foi recebido, com alguns programas que a gente não tinha na Câmara antes, que facilitaram e ajudaram a melhorar a qualidade dos serviços.

>> Pela mesma transformação que passaram Carneirinho e Ribeirão Preto, também vão passar centenas de casas legislativas brasileiras, para que nos próximos anos a gente tenha mais boas histórias para contar.

A sua Casa Legislativa também pode fazer parte dessas conquistas. Venha para a INTERLEGIS.

>> Um dos objetivos maiores do INTERLEGIS foi procurar diminuir as diferenças das diversas regiões do país. Nós não escolhemos os grandes, nem médios, e nem pequenos municípios. Nós escolhemos a todos.

>> O INTERLEGIS está presente em Paranaíba, está proporcionando à cidade uma mudança, tanto nos termos dos funcionários, do funcionamento da Casa, quanto para o atendimento à comunidade.

>> O INTERLEGIS hoje, dentro da Casa Legislativa, eu acho que foi a melhor criação que o Senado Federal poderia fazer.

>> Você fazer com que as câmaras menores também tenham na Câmara da capital uma referência, uma linha de trabalho, de modernização. Toda ela galgada na programação do INTERLEGIS.

>> A população ter conhecimento do que é feito dentro das Casas Legislativas é muito importante.

>> Muito orgulho para o Senado Federal, muito orgulho para as Casas Legislativas desse país todo, seja as assembleias, sejam as câmaras de vereadores de todo o nosso país. Porque ele procura, acima de tudo, valorizar o Poder Legislativo, fortalecer o Poder Legislativo, mas nunca esquecendo que acima de tudo está a cidadania, esse é o maior investimento que nós estamos fazendo, que a partir daí, com cidadania, fortalecemos a democracia.

>> INTERLEGIS. O Legislativo moderno e integrado".

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Bom, vocês tiveram aí uma pequena amostra de uma parte das atividades do INTERLEGIS. Na realidade, à medida que vocês vão conhecendo o INTERLEGIS, vocês decubrem uma série de outras atividades que a gente desenvolve em paralelo a essa.

Eu vou condensar um pouquinho, de uma maneira um pouco mais lógica, o que vocês viram nesse vídeo. Então, originalmente, o INTERLEGIS é a parte que cabe ao Legislativo da Reforma do Estado. Naquele movimento do final da década de 90, da Reforma do

Estado Brasileiro, você teve uma série de projetos de modernização voltado para atividades do Executivo, modernização do sistema de impostos, modernização do controle.

E a parte que cabe ao Legislativo foi configurada nessa forma do INTERLEGIS. Basicamente, o INTERLEGIS desenvolve atividades com duas linhas estratégicas principais.

A primeira delas, a linha da integração. Nós acreditamos que para você ter um Legislativo mais eficiente, funcionando melhor, você deve permitir que a comunicação flua livremente entre os três níveis desse poder, o nível federal, o nível estadual e o nível municipal, flua com mais facilidade. Nós sabemos que o edifício legal brasileiro é uma coisa bastante complicada, as leis têm que conversar entre si, tem que ser permanentemente compatibilizadas, e abrir canais de comunicação que juntem o nível nacional com os níveis sub-nacionais, é uma estratégia inteligente, importante, para gente conseguir essa melhora da qualidade do funcionamento do Legislativo.

A segunda estratégia que nós utilizamos é a estratégia da modernização, no sentido de incorporar tecnologia, incorporar boas práticas administrativas e legislativas, transformar o funcionamento desses poderes legislativos, especialmente nível estadual e nível municipal, que é o mais desaparelhado do Brasil, para garantir uma melhora da qualidade do trabalho do Vereador. Leis melhores, leis mais claras, leis mais duráveis, realmente necessárias para a organização da vida do cidadão.

O INTERLEGIS trabalha essas duas estratégias em cima de quatro especialidades, quatro disciplinas que nós somos especialistas.

A primeira delas é a tecnologia. Tecnologia para nós tem um significado aberto. Tanto estamos falando de tecnologia de informação, sistema de computador, sistemas de banco de dados, utilização intensa de Internet e de novas tecnologias de comunicação e de informação, quanto nós estamos falando também de tecnologia de gestão. Dentro do Legislativo brasileiro, é necessário melhorar a qualidade da gestão, a qualidade administrativa das Casas.

E, da mesma maneira, a própria tecnologia legislativa, propriamente dita, saber escrever cada vez melhor as leis, saber o problema de invasão de competência, que é o maior problema que nós temos dentro do Legislativo brasileiro. Frequentemente se perde anos de trabalho porque as leis são consideradas inconstitucionais por vícios de iniciativas. Então, a tecnologia legislativa, organização do trabalho legislativo, é também uma das nossas especialidades.

Dentro dessas... Desses marcos de tecnologia, nós fizemos um trabalho grande no sentido de estabelecer o que é a legislação mínima necessária ao funcionamento do município. Um trabalho realizado na época que o Senador Romeu Tuma ainda era o diretor nacional do programa, dos marcos referenciais, e esses marcos referenciais incluem uma parte de meio ambiente, uma parte de segurança pública, de lei orgânica do município, o próprio regimento das Casas.

Então, existe um trabalho nosso em orientar essas câmaras de vereadores, especialmente as menores, no sentido de produzir a legislação básica que a gente sabe que todo município precisa. Orientação, porque todas as câmaras são livres, não devem obedecer ao Senado, a verdadeira autoridade é o vereador, e o nosso trabalho é mais de orientação, dar informações para quem precisa.

Em segundo lugar, a segunda especialidade nossa além de tecnologia, é a atividade de capacitação, e nós somos especialistas, especialmente, em capacitação, educação à distância, utilizando Internet, utilizando sistemas automatizados, de apoio à educação.

Ao lado disso, nós também fazemos educação presencial, tendo uma certa quantidade de alunos que justifique o deslocamento de um especialista, nós podemos dar cursos, os mais variados possíveis, já trabalhamos com... Desde a questão da organização da Casa até cursos temáticos sobre nepotismo, sobre criação de regimentos internos, sobre temas ligados à segurança pública. Nós podemos deslocar especialistas pelo Brasil inteiro para dar cursos em qualquer ponto onde seja necessário.

A outra atividade nossa é a atividade de informação, a outra especialidade nossa. E por informação, a gente entende duas coisas. Primeiro, o INTERLEGIS pretende ser um grande canal de informação legislativa. Então, no nosso site, que foi mostrado rapidamente no filme, vocês vão encontrar uma grande quantidade de informações sobre cidadania em geral, quer dizer, educação, segurança pública, organização municipal, administração, tecnologia, ciência e tecnologia, meio ambiente, todos os temas legislativos têm, vão encontrar algum nível de informação dentro do portal do INTERLEGIS.

E também informação para nós, o trabalho que a gente faz para desenvolver uma gestão melhor da informação dentro de Casas Legislativas. Ou seja, organização de bibliotecas, organização de arquivos, para preparar a fase em que você introduz computadores para auxiliar nessa gestão da informação, organização de consultorias legislativas, que é uma coisa bastante necessária.

Nós temos uma realidade que foi constatada no primeiro censo do legislativo brasileiro, realizado em 2005 pelo INTERLEGIS, que dentro do nível municipal, você tem disponível aproximadamente 110 mil funcionários, entre comissionados e funcionários das casas. Desses 110 mil, menos de 10 mil tem algum tipo de formação que o permite apoiar o trabalho legislativo.

Ou seja, nós temos mais ou menos 100 mil batedores de carimbo, gente que está ali sem maiores funções, realizando tarefas simples, e temos 10 mil especialistas em alguma coisa, de educação, de saúde, de segurança. Acontece que desses 10 mil, a grande concentração vai estar em Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e o Rio de Janeiro. Com esses cinco estados, você já mata mais de 70% dos especialistas disponíveis dentro da atividade legislativa.

A obrigação de legislar bem tanto cabe, por exemplo, na questão de meio ambiente, tanto cabe à São Paulo, onde você vai encontrar uma imensa quantidade de especialistas disponíveis para serem usados pelos legisladores, como quanto cabe numa cidade isolada do Amazonas, onde às vezes você tem um cara que tem que cuidar de todas as atividades, um advogado que tenta apoiar todas as atividades possíveis dentro do trabalho da câmara de vereadores.

Então, a nossa idéia é tentar incentivar intercâmbio intenso de informações. Nós já temos ferramentas hoje que permitem trabalhar à distância, permitem que um Consultor que eventualmente esteja sendo pouco empregado no Sul do país, ou num desses estados onde eles estão concentrados, possa apoiar o desenvolvimento de legislação no outro ponto do país, via Internet, com distribuição virtual de trabalho, controle, e tudo o mais. Então, são coisas que a gente trabalha. A informação legislativa, o apoio à atividade legislativa vinda da informação.

E por último, nós também desenvolvemos a atividade de comunicação, também com duplo sentido. Tanto comunicação do projeto em si, quer dizer, a notícia para o mundo de que o projeto existe, o que a gente faz, como também ajudar as Casas Legislativas a desenvolverem sistemas de comunicação, que não precisam ter a complexidade de um sistema de Câmara e Senado. Tem casas muito pequenas que você tendo um jornal, você tendo um espaço de uma hora ou de quinze minutos na rádio da cidade ou na televisão, conseguem fazer uma boa comunicação legislativa, não no sentido de propaganda, mas no sentido ter um canal aberto de transmissão de informações para a população.

Bom, na atividade... Na grande estratégia de integração, uma das atividades que a gente desenvolve é a criação de comunidades virtuais. Nós já temos

algumas comunidades virtuais temáticas trabalhando pessoas, que estão espalhadas pelo Brasil inteiro que trabalham com o mesmo tema.

Então, por exemplo, existe o grupo de tecnologia, INTERLEGIS de tecnologia, chamado GITEC. Ele envolve, mais ou menos, 400 técnicos de várias Casas Legislativas espalhadas no Brasil inteiro. Então tem gente no Alto Amazonas, tem gente no Rio Grande do Sul, tem gente no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, trabalhando em assembleias, trabalhando em câmaras municipais de vários portes, desde a Câmara de São Paulo até câmaras pequeninhas, como uma que foi mostrada aqui, de Carneirinho, que é uma cidade bem pequena em Minas Gerais, e essas comunidades virtuais, elas sustentam uma parte da atividade do INTERLEGIS, quer dizer, é um canal de intenso intercâmbio de informações dentro da sua especialidade. No caso do GITEC, tecnologia de informação.

Nós já estamos desenvolvendo uma comunidade para a área de comunicação legislativa, também está bastante interessante, nós temos uma comunidade dedicada à atividade de gestão, que inclusive houve um pedido da USP, a USP tem um curso de Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, e pediu para que todos os alunos pudessem participar dessas comunidades para ajudar o desenvolvimento do trabalho dos vereadores nessa área de gestão. Quer dizer, especialistas que estão nas universidades estão apoiando também esse trabalho.

Então, essa... A tecnologia da comunidade virtual é uma tecnologia muito útil quando você quer uma difusão mais rápida de conhecimento, trocando experiências que podem estar fisicamente muito distantes uma das outras.

Nós temos uma rede de videoconferência montada hoje que abrange todas as assembleias e mais a Câmara do Distrito Federal, Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União. E a tecnologia permite, a rigor, você se comunicar com qualquer outra rede de videoconferência. Então, frequentemente a gente recebe transmissões ou participa, ou transmite, por exemplo, para a rede do Banco Mundial, eles têm uma rede dedicada à educação, então, frequentemente a gente tem informações. Alguns Parlamentares já utilizaram a nossa rede para receber também conferências, videoconferências de especialistas de estrangeiros. Foi utilizada inclusive, o primeiro julgamento feito por via da Internet, foi também usando como base essa videoconferência, que é uma tecnologia que está à disposição de todas as Casas que participam do INTERLEGIS.

E todos os Parlamentares, pouca gente aqui não conhece, conhece o INTERLEGIS principalmente pela existência dessa rede de videoconferência, que, com

certeza, é de interesse dessa comissão como um canal também de difusão. Chega dentro das assembleias.

Hoje nós temos algumas assembleias que estão com pequenos problemas técnicos, que momentaneamente estão fora da rede, mas em pouco tempo esse negócio vai ser recuperado e existe, inclusive, um projeto de ampliação dessa videoconferência para incluir, além das 26, as 27 Unidades da Federação, assembleias estaduais, incluir também algumas câmaras de vereadores de cidades estrategicamente distribuídas, de forma que você não precise se deslocar até a capital do seu estado para ter contato com a videoconferência.

E também, hoje em dia, as transmissões de videoconferência podem ser feitas pela Internet normal. Então, quem tem banda larga, pode assistir no seu computador qualquer videoconferência que a gente esteja transmitindo, tecnologia que a gente chama de *video streaming*, também é bastante utilizada pelo INTERLEGIS.

Dentro do que nos parece que possa interessar à Comissão, eu acredito que as duas chaves principais deverão ser a videoconferência, essa possibilidade cidade de utilização intensa de recurso de videoconferência, um pouco essa tecnologia de comunidades virtuais, porque pode ser uma solução para que a mensagem de vocês chegue mais rápido em estados e municípios, a criação de comunidades virtuais das pessoas que estão envolvidas com a temática da mudança climática.

E uma atividade, também nós já desenvolvemos, como parte da nossa atividade de educação. Nós tivemos a oportunidade quando saiu aquela legislação obrigando as cidades acima de 40 mil habitantes a ter um Plano Diretor, nós fizemos um convênio com o CONFEA, na época com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, e o CONFEA cedeu especialistas nessa área de Desenho, de planos diretores, para que criasse um curso à distância para orientar os vereadores de como receber esse material, a iniciativa era das prefeituras, e como levar adiante a discussão técnica desse material, um tema que realmente pouca gente no Brasil conhecia.

E esse curso foi oferecido três vezes na época que estavam estourando os prazos para a execução e deu um bom resultado. As cidades que tiveram oportunidade de participar desses cursos conseguiram, depois, ter uma... Chegar ao final nessa criação das suas legislações de, seus planos diretores.

Então, dependendo de qual é o caminho que essa Comissão Mista vá tomar, eu acredito que vá chegar um momento em que seja necessário acionar essa coisa, a capacidade municipal de fazer leis. Têm vários dos

temas que não são esgotáveis no nível estadual ou no nível municipal, tem que chegar ao município.

Então, uma das possibilidades é os senhores conseguirem especialistas nessas áreas que desenhem material, desenhem conteúdo técnico de alto nível, que a gente tem como capacidade no INTERLEGIS, traduzir isso para a realidade do vereador brasileiro, a formação, a linguagem que ele utiliza, e dessa maneira, incentivar, por exemplo, que a temática seja discutida no nível municipal e que, eventualmente, saia uma legislação onde for necessário.

Então, acho que, basicamente, a capacidade do INTERLEGIS de ajudar a comissão está nessas três frentes: uma frente de videoconferência, uma frente de comunidades virtuais e uma frente de utilização da nossa capacidade de educação.

Fora isso, nós fazemos eventos nacionais, temos obrigação contratual com o BID de realizar pelo menos um evento nacional com vereadores, cinco eventos regionais por ano, e, evidentemente, os espaços estão abertos para que se utilizem para levar mensagens a esses Vereadores, a esses funcionários das câmaras que, são o nosso público-alvo principal. Certo?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, pode me inscrever?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Eu agradeço o Sr. José Dantas Filho e já vamos imediatamente abrir. O Senador Romeu Tuma já pode usar a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Senadora Presidente. Quando eu citei a possibilidade de convidar o Dr. José Dantas, eu sabia o que eu estava falando. Até porque Deus me deu oportunidade de, como 1º Secretário, conhecer a alta tecnologia, a disposição e a vontade dos membros do INTERLEGIS em produzir algo que beneficiasse toda a sociedade brasileira.

O INTERLEGIS não trabalha para dentro. É claro que o cliente principal é o Senador. Todos os órgãos da Casa trabalham para que o Senador tenha um desenvolvimento correto dentro da sua atividade em benefício do seu estado, da sociedade.

Mas, eu comecei a sentir de perto a importância da INTERLEGIS, porque quando era Diretor da Polícia Federal, e tinha um Decreto-lei que apurava a atividade dos Prefeitos, 80% dos Prefeitos eram condenados por uso de verba de forma diferenciada com o que era regulamentado e o controle de despesa. E eu cheguei à conclusão, na análise dos processos, que era uma condenação injusta, porque o prefeito de cidades pequenas, do interior, não tinha nenhuma estrutura de atendimento, nem de advogados, nem de

ninguém, para poder saber como é que pegava, ficava na mão de lobista.

Então, eu pedi ao pessoal da INTERLEGIS que fizesse um programa para difundir como é que se pedia verba dos Ministérios, e toda a assistência que pudesse se dar através da INTERLEGIS. E foi comigo, foi até mais, mais de duas mil prefeituras durante meu período, o anterior também, e foi crescendo.

O BID passou a ver o INTERLEGIS como exemplo internacional da boa aplicação dos financiamentos que o BID fazia.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E eu, por mais de uma vez, conversei com os dirigentes do BID, através de videoconferência, para que a gente pudesse comunicar o que estava fazendo, para merecer a continuidade do programa.

Então, a primeira videoconferência sobre o procedimento judicial, que estava um processo correndo aqui, nós fizemos com sucesso absoluto. Foram quatro lugares, quatro presídios... Três presídios, o Fórum, onde a juíza, com o advogado, ficaram presentes, e conseguiram, ela elogiou muito, deve estar registrado na INTERLEGIS, o elogio que ela fez à videoconferência, apesar do advogado pedir a nulidade, que tinha que ter olho no olho, aquela bobagem que infelizmente o bandido chora, o bandido fraudar a presença dele perante o juiz, e engana com muita facilidade.

Mas eu acho que a INTERLEGIS para nós, nesta Comissão, tem um valor inestimável. Eu tive a oportunidade de presidir a primeira entrega de diplomas a analfabetos que foram alfabetizados pela INTERLEGIS. Foi o primeiro curso que foi feito, presencial inclusive, de funcionários da Casa, terceirizados ou não, que foi... Hoje têm vários cursos lá, se não me engano.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: É, nós temos uma lista de cursos presenciais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem fila.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: É, muito grande, e nós, inclusive, para desenvolver nós temos parcerias tanto com o ILB quanto com a UNILEGIS.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor falou muito da possibilidade daqui da INTERLEGIS mandar que essa comissão... Difundir o trabalho de diminuição do aquecimento global. Eu diria que também pode ter o inverso.

Bons projetos dos municípios, que podem chegar a esta comissão para que eles possam ser espalhados pelo Brasil inteiro, porque essa interligação ela é forte.

Lá em São Paulo, na Assembléia Legislativa, tem INTERLEGIS, também. Que trabalha bem. Eu fui

na inauguração, ainda era 1º Secretário, e hoje ela se envolve bem, inclusive em contato praticamente com todos os municípios de São Paulo.

Queria cumprimentar o senhor, homenagear a INTERLEGIS, e digo que o corpo de funcionários dessa Casa, incluindo é claro, o destaque à INTERLEGIS, é de primeira grandeza. Não se discute toda essa onda que se faz por aí, qualquer mácula em cima de qualquer funcionário concursado desta Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Passo a palavra já de imediato ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Senadora Ideli, demais participantes dessa audiência, parabenizar a apresentação.

Eu queria ver se... Há uma possibilidade, que me parece que ficou demonstrado primeiro a possibilidade de nós termos aqui nesta comissão, interligarmos com as assembleias legislativas para, em determinadas situações de audiências com presenças de especialistas, que por certo virão aqui tratar de certos assuntos nessa área do interesse da Comissão de Mudanças Climáticas, se possa, de uma maneira, distribuir essa informação com as assembleias legislativas, com as Comissões de Meio Ambiente, ou a própria possibilidade de se criar também nas assembleias legislativas comissões de mudanças climáticas estaduais.

E a outra questão é a possibilidade de se ter videoconferência. Por exemplo, o IPCC apresenta, de vez em quando, um relatório da situação mundial das suas investigações científicas. A possibilidade de através da INTERLEGIS, se fazer, se ouvir autoridades, especialistas nessas áreas, que poderiam até evitar de trazer fisicamente uma pessoa aqui, mas você poder combinar com essas instituições e fazer conferências aqui para a comissão, seriam audiências com especialistas que poderiam contribuir para o debate aqui nesta comissão.

Então, me parece que é uma possibilidade que nós estendemos, ou seja, ampliamos a capacidade de se fazer audiências, e, inclusive, audiências de especialistas internacionais e pessoas que poderão contribuir para a comissão poder apresentar as suas... Suas... Seus resultados e propor os debates em diversas áreas que lhe dizem respeito.

Nós estamos aí vivendo uma crise global, e isso tem diretamente vinculação com a questão ambiental, e nós devemos explorar nessa comissão essas possibilidades, ouvindo especialistas de outros países, de outras regiões que estão tratando desse assunto que não são mais assuntos nacionais, são assuntos, de fato, globais, e como tal, requerem uma interação

como está previsto e possível na proposta que foi aqui apresentada pela INTERLEGIS.

Eu acho que pode ser um instrumento importante para essa Comissão. Era isso, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço o Deputado Fernando Ferro. Eu queria ver se nós conseguíamos dar o seguinte encaminhamento: dos instrumentos aqui apresentados, me parece que nós temos a informação legislativa, que é algo que o INTERLEGIS já faz, faz um levantamento... Vocês têm já um levantamento do que está sendo produzido no Brasil, de legislação sobre--

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Em alguns temas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em alguns temas?

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Em alguns temas. Não sei especificamente se está atualizado, por exemplo, a área nossa de meio ambiente, que tem o cruzamento com vocês aqui da mudança climática.

Mas é um caso apenas de explorar o meio, porque se existem especialistas que podem escrever material novo para a gente, materiais que podem ser divulgados de imediato, nosso *site* é referência para esse tipo de informação legislativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, me parece que este é um nicho que nós poderíamos trabalhar, ou seja, termos um... Um...

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Uma área dentro do portal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Uma área dentro do portal específica para essa questão de meio ambiente, mudanças climáticas.

A outra questão é as comunidades virtuais. Hoje, o nosso relator, o Deputado Colbert Martins não compareceu à reunião, nós teríamos que ter a aprovação do plano de trabalho. Essa semana é uma semana meio atípica, por causa do feriado da Páscoa, então eu tenho certeza que na semana que vem nós faremos a aprovação.

Na questão do plano de trabalho, nós queremos sugerir algumas sub-relatorias, alguns temas para nós termos parlamentares dedicados a fazer o trabalho.

Eu queria já propor que se nós aprovarmos as sub-relatorias para determinados temas, que nós pudéssemos constituir comunidades virtuais, com especialistas, com pessoas em todo o Brasil que pudessem nos ajudar a contribuir com o debate destas questões.

A outra situação é a rede de videoconferência. Nós aprovamos aqui já alguns requerimentos envolvendo Audiências Públicas, e eu acredito que nós poderíamos fazer a experiência numa primeira, para gente ver

o resultado e como é que funcionaria uma Audiência Pública desta Comissão em videoconferência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Nós temos capacidade de transmitir da Sede ou aqui do Senado. Eu tenho certeza que do... Do... Plenário, com certeza. Comissão, existia antes um problema técnico para a ligação nas comissões, mas alguém me disse que já estava equacionado isso há um ano, um ano e pouco atrás. Então, eventualmente, a gente pode até transmitir daqui da sala mesmo.

Agora, na outra ponta, necessariamente são as salas de videoconferência das assembléias, que aí você tem várias montagens diferentes. Em algumas assembléias elas estão montadas em ambientes grandes. Espírito Santo que eu conheço bem, por exemplo, é uma sala de 300 lugares, Rio Grande do Sul também são salas grandes, e outras optaram por... Salas de trabalho na faixa de 20 a 30 pessoas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sala de Comissões.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Salas de Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, de qualquer forma, acho que nós poderíamos já, dentro do nosso plano de trabalho, uma das, se não a primeira, mas pelo menos uma das nossas primeiras Audiências Públicas, nós fazermos na experiência de videoconferência. Porque esse é um tema que suscita interesse em todos os cantos do Brasil, portanto, eu acho que nós podemos realizá-lo dessa forma, eu acho que vai ser inovador e também para a interação, para que as pessoas nos diversos Estados possam também participar.

E a outra coisa que eu queria perguntar ao Dr. José, é o seguinte: é possível nós termos um *site* especial desta comissão?

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Bom, eu acho que o próprio Senado pode providenciar isso, porque nos faltaria, dentro do...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: É, o PRODASEN, porque dentro do INTERLEGIS, o foco nosso como é Legislativo, a parte de informação é fácil, a parte da atividade propriamente dita da comissão, o—

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O PRODASEN poderia nos providenciar.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então tá. Eu queria propor então como encaminhamento, eu acho que o parlamentar que tem mais experiência de relação com a INTERLEGIS é o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria até propor à senhora, se fosse possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fala no microfone, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu queria propor que nós não nos esquecêssemos de contato permanente com a representação brasileira na ONU, porque lá tem surgido muitos projetos internacionais e tem comissão especializada em que participa diplomata brasileiro.

Então, quando eu vou para ONU, eu vou atrás dessas coisas ali, porque dá o interesse geral. E eles, com a gente, manter um contato com a representação, que tenho certeza eles vão ficar bastante satisfeitos com isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então tá. Então, Senador Romeu Tuma, eu queria já delegar a V. Exa. a tarefa de, para a reunião da terça-feira que vem, apresentar, já da relação e da experiência que o senhor tem acumulada com o INTERLEGIS, como é que nós viabilizaríamos as comunicações virtuais em cima dos temas que nós vamos ter, sub-relatorias, a rede de videoconferência para que nós possamos já organizar uma das... Se não a primeira, pelo menos uma das primeiras Audiências Públicas nesta modalidade, e a possibilidade de nós termos, acumulado, em termos de informação legislativa, toda a produção nesta área, meio ambiente, mudanças climáticas, não só aqui do Congresso, mas das assembléias legislativas e das principais câmaras de vereadores.

E se o senhor me permitisse, a questão também do PRODASEN, para verificar a possibilidade de nós podermos ter um *site* da comissão, aonde também teríamos uma outra forma de interação com os internautas da... Do país. Então, se nós pudéssemos, então, ter este encaminhamento.

Nós temos aqui alguns requerimentos, hoje nós estamos com um quórum baixíssimo. Eu vou deixar os requerimentos que foram apresentados hoje para nós deliberarmos na semana que vem. E da semana que vem não passa a aprovação do plano de trabalho da Comissão. Certo?

Então, está encerrada e eu agradeço muito ao Sr. José Dantas Filho, por ter tão gentilmente comparecido para nos prestar todas estas preciosas informações.

SR. JOSÉ DANTAS FILHO: Obrigado pela oportunidade.

Sessão encerrada às 16h14.

Ata da 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa 09 horas e 30 minutos, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às dez horas e nove minutos do dia dezesseis de abril do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 15 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares: Senador Marco Maciel, Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Wellington Salgado, Senador Jefferson Praia, Senadora Kátia Abreu, Senador Delcídio Amaral, Senador Inácio Arruda, Deputado Colbert Martins, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Fernando Gabeira e Deputado Rômulo Gouveia. A Presidência procede a leitura do Ofício nº 121/09-GSRT, da lavra do Senador Romeu Tuma, justificando sua ausência à reunião e, solicita, também, que a Presidência designe um Parlamentar para fazer a leitura das conclusões dos subsídios oferecidos à Comissão, relativa ao Interlegis e ao Prodasen, objeto resultante da reunião realizada em seu gabinete, com integrantes dos órgãos para tratar sobre o assunto, no dia oito de abril do ano de dois mil e nove. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item I – Apresentação do **Senador Romeu Tuma** quanto às conclusões dos subsídios a serem oferecidos à Comissão, relativo ao Interlegis e ao PRODASEN. Item II – Votação de Requerimentos. A Presidência, atendendo a solicitação do **Senador Romeu Tuma**, indica o **Deputado Antonio Carlos Mendes Thame** que procede a leitura das conclusões dos subsídios oferecidos à Comissão. A Presidência agradece o trabalho realizado pelo Senador Romeu Tuma e informa que a Comissão utilizará os mecanismos disponibilizados, conforme relatório lido. Em seguida a Senhora Presidenta procede a leitura dos seguintes requerimentos, que, após serem submetidos ao Plenário, são todos aprovados: a) Requerimento nº 10, de 2009-CMMC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, que seja articulada por esta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de Santa Catarina, no sentido

de se buscar uma mediação no conflito referente à Legislação Federal em vigor e alguns dispositivos do Código Ambiental do estado de Santa Catarina, recém sancionado. b) Requerimento nº 11, de 2009-CMMC, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, subscrito pelo Senador Jefferson Praia, que requerem, nos termos regimentais, a realização de Diligências, destinada ao acompanhamento “*in loco*” das enchentes no Norte do País, sobretudo no Estado do Amazonas, que será coordenada pelos Senadores Jefferson Praia e Marina Silva, os quais irão organizar as reuniões com autoridades locais e membros da sociedade civil, bem como as ações de acompanhamento das cheias, que vem afetando àquela região. c) Requerimento nº 12, de 2009-CMMC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer: “*Diretrizes para o calendário de trabalho da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para o ano de 2009*” e, d) Requerimento nº 13, de 2009-CMMC, de autoria da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Empresa Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, de Florianópolis, que, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, participou de um Concurso patrocinado pelo Financial Time, sendo a única empresa brasileira, dentre 300 (trezentos) participante do mundo. Foi também agraciada por ter apresentado soluções mais inovadoras, no sentido das mudanças climáticas, entre as doze melhores propostas. A Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão, seguindo o calendário de trabalho, propõe a realização de Audiência Pública, para o próximo dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e nove, com a presença dos Senhores **Carlos Afonso Nobre** e **Telma Kruger**, Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, para debaterem o seguinte tema: Mudanças Climáticas: Cenários, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009-CMMC. A Presidência convida o Relator e os membros da Comissão para um encontro no Estado de Santa Catarina, entre os dias vinte e dois e vinte e três de abril de dois mil e nove, com o Governador do Estado, juntamente com os representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no sentido de buscarem uma mediação no conflito referente à Legislação Federal em vigor e alguns dispositivos do Código Ambiental do Estado de Santa Catarina, recém sancionado, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2009-CMMC. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares: Senador Jefferson Praia, Deputado Fernando Gabeira, Senadora Marina Silva, Deputado Rômulo Gouveia, Senador Renato

Casagrande e Deputado Colbert Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, EXTRA-ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 16 de Abril de 2009, Às 10 Horas e 09 Minutos.

[soa a campanha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Declaro aberta a reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Nós ainda temos a necessidade para quórum deliberativo da chegada de mais dois Parlamentares, mas como nós estamos com um número significativo de Parlamentares que compõem esta Comissão na Comissão de Infraestrutura, eu tenho certeza absoluta que rapidamente atingiremos o quórum e, portanto, tão logo nós tenhamos, eu gostaria de propor a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, mas a aprovação nós faríamos apenas no momento do quórum atingido. Já temos quórum? Bom, então eu já vou fazer a proposição de dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata das reuniões anteriores. Não havendo nenhum parlamentar que se oponha, considero aprovada a Ata das reuniões anteriores.

Passo a ler expediente que há sobre a Mesa. O Senador Romeu Tuma me encaminhou o seguinte ofício: *“Cumprimentando cordialmente V.Exa., lamento informar a impossibilidade de comparecimento na reunião do dia 16 de abril na Comissão Mista Sobre Mudanças Climáticas, tendo em vista a necessidade de atender pedido médico agendado anteriormente. Nesse sentido, permita-me sugerir à nobre Presidente que designe um Parlamentar para leitura das conclusões dos subsídios oferecidos à Comissão, relativa ao Interlegis e ao PRODASEN, objeto resultante da reunião realizada no gabinete com integrantes dos órgãos para tratar do assunto. Agradeço a atenção e solicito ainda justificar a minha ausência e transmitir*

aos membros da Comissão os motivos da involuntária ausência”.

Aí eu gostaria de designar a Senadora Marina, pode ser? A senhora está sem voz. Deputado Mendes Thame? Pode fazer a leitura, então, do resultado da reunião? É importante registrar: na reunião anterior, nós ouvimos o Sr. José Dantas com todas as explicações a respeito da estrutura que o Interlegis poderia disponibilizar para a Comissão, e ficou o Senador Romeu Tuma encarregado de dar ainda as tratativas finais juntamente também com o PRODASEN para apresentar à Comissão tudo aquilo que nós poderíamos utilizar. Então, é isso que eu solicitaria que o Deputado Mendes Thame pudesse fazer a leitura em nome do Senador Romeu Tuma, já da sua impossibilidade de comparecer à reunião no dia de hoje.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Pois não, Senadora. *“Reunião realizada no dia 08 de abril de 2009, quarta-feira, no gabinete do Senador Romeu Tuma, com a presença dos senhores Senador Romeu Tuma, José Dantas Filho, do Interlegis, Márcio Sampaio Leão Marques, Interlegis, Andréa Soares Rodrigues, do PRODASEN, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão de Mudanças Climáticas. O Senador Romeu Tuma analisa com os diretores do Interlegis quanto às ferramentas e subsídios a serem utilizados na realização de reunião de audiência pública transmitida por vídeo conferência ‘on line’ para Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, estudantes e o público externo em geral. O Sr. José Dantas explicou que o Interlegis trabalha com uma agenda de eventos com datas pré determinadas, ao tempo em que se compromete enviar à Comissão as datas que estão vagas, o detalhamento da infraestrutura de que dispõe para realização das assembleias públicas, como: auditório, salas, respectivas capacidades, cabines de som para a gravação de evento, forma de gravação em vídeo, etc. Sugerem, portanto, que as assembleias públicas da Comissão, de grande repercussão, poderão ser realizadas no espaço físico da Interlegis por oferecer estrutura apropriada para transmissão ‘on line’. Lembrou também da necessidade de se agendar com antecedência a audiência pública, com bastante antecedência a audiência pública, viabilizando uma ampla divulgação do evento e possibilitando maior visibilidade, despertando interesse pela participação de um maior número de interessados. Os diretores do Interlegis explicam que quando a Comissão escolher qual audiência pública que será realizada com transmissão por vídeo conferência, deverá inicialmente identificar quais os estados ou municípios que irão participar, possibilitando ao Interlegis convidar previamente os participantes. O Sr. Senador Romeu*

Tuma solicitou aos membros do Interlegis que, junto à consultoria Legislativa do Senado Federal, identificasse quais os tópicos mais propostos e que suscitam maior interesse pelo seu aspecto relevante no que diz respeito às mudanças climáticas, podendo também colher subsídios das experiências com audiências públicas já realizadas por aquela Secretaria sobre o mesmo tema. Quanto ao site da Comissão, o Senador Romeu Tuma solicita à representante do PRODASEN, Andréa Rodrigues Soares que verificasse a possibilidade de se elaborar um site que contenha informações padrões de uma Comissão Parlamentar, no que diz respeito aos seus trabalhos legislativos, tivesse também cunho educativo, interagindo com a Sociedade Civil quanto às informações que viessem a esclarecer e orientar a população. No tocante às sub-relatorias, o Senador Romeu Tuma irá decidir na próxima reunião da Comissão juntamente com a Presidente, Senadora Ideli Salvatti, para juntos definirem os temas e designar os Parlamentares que irão funcionar como sub-relatores". É esse o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em primeiro lugar eu queria deixar aqui registrado o trabalho do Senador Romeu Tuma, que é um trabalho já acumulado, ele já tem experiência aqui no Parlamento, no Senado, de fazer trabalhos parcerizados com o Interlegis e com o PRODASEN, portanto, ele era indiscutivelmente o Senador que poderia melhor desempenhar esse trabalho que a Presidência designou, e o resultado aí do relatório, eu acho que sinaliza para nós um potencial significativo, principalmente da questão das Audiências Públicas, de nós podermos utilizar nas audiências da Comissão este instrumento aí que o Interlegis disponibiliza. Então, eu queria agradecer, de forma pública, o trabalho e nós vamos utilizar, sim, estes mecanismos o mais rapidamente possível, que estarão disponibilizados.

Na sequência nós gostaríamos, em primeiro lugar, por uma questão apenas de formalidade, nós apresentamos um voto de aplauso para um trabalho de uma empresa juntamente com a Universidade Federal, a empresa Carbone Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, que participou de um concurso patrocinado pelo Financial Times e é a única empresa brasileira dentre 300 participantes em todo mundo, é a única brasileira que foi agraciada. Ela ficou entre as 12 melhores propostas, e então nós apresentamos um voto de aplauso e infelizmente acho que por uma falha técnica não aprovamos o voto de aplauso, não votamos. Então, estou submetendo à votação da Comissão e se não houver nenhum membro contrário, considero aprovada a proposição do voto de aplauso.

Nós temos o plano de trabalho a ser apresentado e votado no dia de hoje e também uma proposta de calendário de trabalho. Além disso, o Deputado Mendes Thame também apresentou um requerimento para a realização de Audiência Pública. Mas antes de nós entrarmos no que era o trabalho de hoje, o objetivo central da reunião de hoje, que era a apresentação do plano de trabalho, aprovação do plano de trabalho do calendário e de requerimentos, eu queria submeter à Comissão uma seguinte proposta: Nós estamos... Lá em Santa Catarina já está apelidado de guerra do contestado, por quê? A Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Código Ambiental, de mudança na Legislação ambiental do Estado de Santa Catarina, com várias questões extremamente positivas e inovadoras, mas com aproximadamente 20 artigos que vão ensejar ações diretas de inconstitucionalidade, porque mexem na questão da preservação de mata ciliar, mexem em vários dispositivos da Legislação Federal e aí fica conflitado, não é, porque o que é que efetivamente vai estar em vigor? É a Lei Federal ou é a Lei Estadual? Isto gerou uma instabilidade jurídica e ainda uma verdadeira guerra aberta com as declarações do Governador, do documento do Governador encaminhado ao Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Carlos Minc, declarações muito fortes também do Ministro Carlos Minc na imprensa. Então, o que nós estamos propondo é de que esta Comissão, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas pudesse estabelecer a busca de um ponto de equilíbrio, que nós pudéssemos ter uma conciliação, principalmente no sentido de não colocar agricultores no foco desta batalha jurídica e nesta batalha de debate pela imprensa, que vem sendo realizada pelo Governador e o Ministro Carlos Minc. Então, a nossa proposta é de que a Comissão pudesse atuar no sentido de estabelecer um canal de negociação, de conciliação entre as partes. Nós estamos, inclusive, nos guiando por eventos e episódios que já aconteceram de fortes embates na questão do desmatamento e uma polêmica que foi criada entre o Carlos Minc e o Blairo Maggi, o Governador do Mato Grosso, o Governador do Mato Grosso que é também grande produtor de soja. E por coincidência as coisas não acontecem por um acaso, no dia de hoje me entregaram, Senadora Marina, esta revista aqui, lá na Comissão de Infraestrutura e eu começo a folhear a revista e encontro aqui as declarações do Blairo Maggi e do Minc. Vou até fazer a leitura, porque eu acho que ela tem tudo a ver com esse debate que nós estamos fazendo. *"Não estamos em confronto com a área ambiental, declarações de Blairo Maggi, Governador do Mato Grosso e sojicultor, revelando a trégua feita com o Ministro Carlos Minc do meio ambiente, após uma*

desconfiança inicial e a declaração do Ministro Carlos Minc no sentido: O Mato Grosso desmatava 11 mil Km² por ano e está desmatando 2500 Km² por ano. Houve uma mudança aí. Vou continuar guerreando e fazendo as pazes. Declaração do Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, comentando armistício temporário, mas ainda assim armistício". Então, algo... se for possível algo nesta linha, ou seja, de nós podermos, é claro, atendendo às questões específicas, relevantes e das quais nós não podemos abrir mão da preservação ambiental que a Lei Federal estabelece, mas poder ter alguma situação aonde possamos evoluir para diferenciações que as regiões, as pequenas e as grandes propriedades precisam ter na questão da Legislação ambiental, eu acho que seria um bom caminho.

Então eu gostaria, Deputado Colbert, que antes de nós podermos apreciar o plano de trabalho que V. Exa. apresentou, a proposta de calendário, que nós estamos também submetendo à Comissão e o requerimento do Deputado Mendes Thame que nós pudéssemos abrir esta discussão de como a Comissão Mista de Mudanças Climáticas poderia contribuir nesta busca de uma conciliação neste episódio que está gerando tanta controvérsia, tanta polêmica e acirramento de ânimos. Como Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, a minha proposta é no sentido de conciliação, que nós pudéssemos contribuir com a conciliação. Então, estaria aberta esta proposta para os Parlamentares, para que nós possamos avaliar. Deputado, aliás, Senador Jefferson Praia, perdão, com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não tem problema em confundir, pode ser que eu seja Deputado na próxima.

Mas olha, Senadora Ideli, eu apenas pedi a palavra de forma antecipada, porque terei um compromisso agora 11 horas, marcado há muito tempo e não poderei faltar, mas queria dar rapidamente a minha posição sobre o que foi colocado. Acredito que esta Comissão tem um trabalho fundamental a ser feito, já havia aqui a proposta de calendário muito bem feita, e deve atuar dentro desse contexto de procurarmos ver como é que podemos contribuir nas diferentes visões que temos aí dentro do Governo. Então, você percebe até dentro do Governo Federal, Ministros têm posições divergentes. Governadores com Ministros têm posições divergentes. Então, nós teremos, é claro, um grande papel dentro desse contexto buscando sempre viabilizar o entendimento, e é claro, acima de tudo, buscando e tendo como prioridade o objetivo maior desta Comissão, que é resguardarmos todas as questões relacionadas ao nosso interesse, que é termos o mínimo possível de problemas climáticos em nosso país. Então, por mais

que nós busquemos o entendimento, na minha avaliação, por exemplo, eu sempre estarei ao lado daquele que vai defender a proposta que é a proposta que respeita o meio ambiente, e é claro busca a boa qualidade de vida, percebendo também os interesses dos seres humanos.

Agora, eu gostaria de fazer aqui uma rápida contribuição na proposta de calendário, Sra. Presidente, porque queria pedir desculpas de ter que me ausentar daqui a pouco, mas eu dei uma olhada rápida, eu não sei se tem alguma coisa aqui sobre a nossa participação no Projeto Antártida, que é fundamental termos aquele grupo de pesquisadores brasileiros que estão lá estudando esta área importante do nosso planeta e os impactos que estão acontecendo lá, que serão, é claro, que terão repercussão aí e um efeito muito grande em todo o planeta, seria bom nós ouvirmos e a minha sugestão que eu faço se não tiver contemplado aqui, eu olhei rapidamente e parece que não está.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ao está. Não está.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Que pudéssemos ter um dia só para discutirmos essa questão do Projeto, da participação do Brasil e de todas as informações que eles têm com relação a como é que se encontra aquela região, que já começa a ter resultados diferentes quanto ao comportamento climático. Eram essas as sugestões e também para finalizar aqui com audiências públicas regionais, na região Norte nós temos aqui a Senadora Marina, do Acre, com certeza vai querer uma reunião lá no seu estado também, que seria fundamental, mas eu gostaria de ter uma reunião em Manaus. Então, se pudéssemos ter esta Comissão indo a Manaus, capital do Estado do Amazonas, um dos estados que tem um dos menores índices de desmatamento, mas que... E quem sabe aí se pudéssemos ter tempo, pudéssemos visitar diversas capitais, porque esta Comissão acima de tudo, ela vai ter uma... O fórum que vamos decidir aqui eu vejo como grande importância o processo de levarmos as informações às pessoas como um todo, porque essa questão climática ela parece que para muitos ela está em segundo plano, em terceiro plano e quinto plano, porque as pessoas só percebem o problema quando o problema está afetando diretamente. E para mim, o nosso planeta hoje se encontra numa posição muito difícil, se já não está na UTI, está na porta da UTI, e nós temos que chamar atenção para isso e a participação dessa Comissão nos mais diversos locais do nosso país, nas capitais das mais diversas regiões, será fundamental. Então, muito obrigado pela oportunidade de externar essas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Senador Jefferson Praia, então já estou incorporando um dos temas a questão do Projeto Antártica, a participação do Brasil no projeto Antártica, e como nós estamos propondo audiências públicas regionais para o 2º semestre, a não ser que haja uma... Inclusive nós já tínhamos conversado, eu e o Deputado Colbert, que isto aqui é uma proposta que obviamente vai ter que... flexível, porque há emergências, nós estamos com uma situação extremamente preocupante no norte do país com aquela enchente que, de repente, talvez tenhamos que, que no...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, só mostrando a carta...

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pensei que me coubia(F) algo...

[risos]

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, nós vamos ter que ter toda a flexibilidade, mas acho que a proposta da questão do Projeto Antártica é importante, é relevante, então, nós já estamos absorvendo e, inclusive, a possibilidade das audiências regionais não acontecerem numa única localidade, poderem ter flexibilidade. Então, estou absorvendo aqui para a gente poder depois avaliar. Nós estamos com a Senadora Marina e na sequência o Deputado Gabeira, e voltando à proposta que nós estamos debatendo, que é da Comissão poder atuar na busca do encaminhamento conciliatório na guerra do contestado estabelecida lá em Santa Catarina. Então passo imediatamente a palavra à Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu cedi, porque ele vai ter que sair.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado Gabeira, até porque V. Exa. esteve lá no estado, tem, inclusive, aquela proposta, que como nós estamos aqui com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e tal, nós temos a questão da proposta de V. Exa., da instalação de um centro de climatologia lá em Santa Catarina para atender o Brasil inteiro. Então, com a palavra.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Olha, é... Santa Catarina é um Estado que nós temos o maior interesse em que as questões sejam resolvidas. Mas quando nós discutimos a questão da Mata Atlântica, foi o estado também que mais resistiu à essa lei que levou 11 anos para ser aprovada, mas no final chegamos a um entendimento, a lei acabou sendo aprovada. Eu acho que realmente não é bom que a discussão seja feita na forma como está sendo feita pela imprensa entre o Ministro e o Governador do

Estado. Eu acho que nós temos alguma coisa a contribuir, mas o limite da contribuição é a Constituição. Nós jamais poderemos prever, jamais poderá deixar de entrar com uma ADIN toda vez que esta questão for colocada. Até a aprovação da emenda de ontem, a emenda que suspende a licença prévia das estradas, nós nos sentimos na obrigação também de entrar com uma ADIN por acharmos que alguns elementos Constitucionais foram atingidos. Mas eu acho fundamental que se busque uma conciliação, preservando a Constituição e buscando a flexibilidade possível, analisando a situação, buscando a flexibilidade possível. Portanto, eu acho que é uma proposta importante, porque pode trazer o debate um pouco mais, tirar um pouco mais do campo emocional e trazer para o campo técnico, para o campo Constitucional, que é muito melhor. Então, eu para completar, eu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Deputado Gabeira, é importante registrar que o partido de V. Exa. já deu entrada com um ADIN com relação às mudanças lá em Santa Catarina.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Exatamente. Então, o ponto que eu queria mencionar é a questão do Amazonas, que foi mencionado aqui rapidamente. Olha, o Estado já está em estado de emergência, as cheias no Amazonas são as maiores previstas na história. Então, muito possivelmente a gente vai ter que constituir, como constituímos lá na seca, não sei se você lembra daquela grande seca há 3 anos, nós constituímos uma Comissão Externa para ir lá verificar a situação. Então, a base da Comissão Externa poderia ser um núcleo da Comissão de Mudanças Climáticas, porque aí a gente teria, como nós tivemos naquela seca, houve uma interação entre aquela grande seca da Amazônia e as mudanças climáticas, houve um aquecimento no Atlântico Norte, e esse aquecimento no Atlântico Norte possivelmente contribuiu para aquela grande seca. Então, se nós estamos esperando muitas chuvas, o próprio Governador hoje já declarou a emergência, nós temos que estar preparados para essa Comissão. Pelo menos, o núcleo da Comissão, não precisa ir todo mundo, tem que incorporar Deputados da Amazônia, outros que queiram ir, nós temos que estar preparados para isso.

Quanto ao Projeto aqui, eu acho que é isso, nós não precisamos hoje finalizar o Projeto, é um trabalho em movimento, é um trabalho em progresso. Mas existem algumas coisas que a gente já pode colocar, por exemplo, não há aqui uma previsão de uma discussão sobre mudanças climáticas e a saúde humana. E no caso de países tropicais, a gente vai ter que examinar essa questão, porque nós estamos obser-

vando um crescimento muito grande do dengue em lugares onde você não tinha tanto dengue. Por exemplo, nós tivemos Argentina, um país frio comparado com o Brasil, e Argentina está vivendo hoje um drama com a dengue. Então, a gente vai ter que ver isso. Da mesma maneira a Malária, nós temos já agora no Rio de Janeiro nós constatamos, no Estado do Rio de Janeiro alguns casos de malária. Sinal de que com a elevação da temperatura esses insetos tenham uma sobrevivência maior. A gente vai ter que ver o que fazer, como examinar isso.

Da mesma maneira eu acho que a gente vai ter que estudar a repercussão nas espécies. Ontem ainda saiu uma notícia dizendo que muitos pássaros que vêm da África para o Norte vão ter problemas porque a capacidade de reprodução deles vai ser muito ampliada, e nós temos aqui no Brasil uma interação muito grande com essas migrações e precisamos estudar o que é isso, se vai ter repercussão, que espécies podem ser atingidas, que políticas de preservação a gente pode aconselhar nesses casos.

E finalmente, para não ser muito longo, eu acho o seguinte, que é importante colocar a questão da segurança alimentar. Mas eu acho mais ainda a questão da segurança hídrica, eu acho que vai ser mais afetada ainda a segurança hídrica, o que vai acontecer realmente com a questão da água potável, como nós vamos trabalhar isso no futuro, e nós temos uma série de tendências no Brasil que a Comissão pode ajudar a desatar. Como nós temos aquela pendência do licenciamento anual dos automóveis, que até hoje o projeto não foi aprovado e a Comissão pode empurrar, nós temos também algumas pendências no campo da água, por exemplo, o projeto 1616 que determina o pagamento pelo uso da água e a volta 100% dos recursos para o Comitê de Bacia. E nós vamos ter que trabalhar isso, porque é uma das maneiras de nós nos defendermos também das mudanças climáticas, tentar proteger os nossos mananciais e os nossos rios, que estão bastante ameaçados no momento. Nós temos uma trilogia, nós temos uma lei que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, nós criamos a ANA e tem esse projeto 1616 que eu fui relator e que precisa ter um desenvolvimento, porque ele garante o pagamento da água. E, por exemplo, nós exportamos soja. Para cada quantidade de soja que nós exportamos, nós colocamos muita água. Então, nós exportamos água gratuitamente. A cada quilo de carne também envolve uma quantidade de água. Então, na carne nós exportamos água. Então, isso tem que ser pago ao Brasil, porque senão nós estaremos exportando água gratuitamente através desses produtos. Então, é uma questão que eu queria colocar. E eu vou continu-

ar estudando, eu tenho um encontro agora às 10h45, eu vou continuar estudando e faço outras sugestões por escrito. Tá bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado Gabeira, então, eu acho que a gente já pode absorver várias das sugestões que V. Exa. colocou, porque nós fizemos esta proposta de calendário dentro de uma lógica, alguns temas que são relevantes, como é a questão dos cenários, o Plano Nacional de mudanças climáticas, o Programa Nacional de Mudanças Climáticas, que já vem sendo implementado pelo Ministério e aí depois abordamos mudanças climáticas em algumas áreas. A questão de energia, áreas urbanas, a questão da economia, emprego, educação, agricultura e segurança alimentar, e V. Exa. levantou questões absolutamente pertinentes. Mudanças climáticas e a segurança hídrica também, mudanças climáticas e a saúde, que estava omisso, mudanças climáticas e a preservação das espécies. Então, estes três tópicos eu já quero considerar que nós podemos absorver como... Depois nós precisaríamos ver quem convidar para cada um desses debates. Agora, a questão da... eu acho que eu queria considerar aqui que V. Exa. apresentou também um requerimento importante, que é Diligências em Nome da Comissão para o Acompanhamento da Enchente no norte do país. Certo?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Exatamente, sobretudo no Estado do Amazonas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sobre tudo no Estado do Amazonas. Está ok? Então isso nós já... Já deixo aqui como requerimento em nome de V. Exa. para a gente poder apresentar. Já passo na sequência a palavra para a Senadora Marina que está me pedindo, só um minutinho aí.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro cumprimentando nossa Presidente, Senadora Ideli Salvatti, nosso Deputado Colbert, o amigo Gabeira, o Deputado Mendes Thame, o Senador Jefferson Praia, dizer que essa Comissão tem um papel importante e acho que a Senadora Ideli Salvatti, juntamente com a sua equipe, fizeram um esforço para apresentar uma proposta de calendário de trabalho que nós aqui podemos agora, com essa proposta, dar uma contribuição dos Senadores para que a gente feche numa proposta estruturada a partir desse olhar que também o Deputado Gabeira acaba de agregar.

O que eu gostaria de contribuir, Senadora Ideli Salvatti, é com a seguinte questão: Acho que nós temos que trabalhar com a ideia de cenários. Cenários em relação ao semiárido, à biodiversidade, saúde e meio ambiente, mas dentro de três estruturas fundamentais.

As ações de mitigação, como é que nós vamos encaixar essas questões que nós estamos colocando aqui pontualmente na estrutura de mitigação? Como é que nós vamos encaixar outra nos aspectos de adaptação? E aí já entra o problema que estamos vivenciando de enchentes e de problemas graves. E uma outra estrutura, que é do enfrentamento das vulnerabilidades. Então, como eu não quero me estender aqui, digamos assim, como seria isso e até porque favorece agora a nossa contribuição, porque V. Exa. fez um esforço de colocar aqui uma proposta, então a gente em cima da proposta de V. Exa. tenta estruturar uma proposta com essa grade, essa estrutura que eu acabei de mencionar, por quê? Os fóruns Estaduais de mudança climática, é importante que eles se pronunciem. É fundamental que os estudos que já foram realizados, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente, nós trabalhamos com implicações sobre as zonas costeiras, sobre biodiversidade, sobre vários aspectos já, sobre o semiárido, por exemplo. Eu sei que a Agência Nacional de Águas está fazendo também um esforço em relação à questão hídrica. Então, a gente em cima da proposta que V. Exa. apresentou, nós criaríamos uma estrutura e nisso compatibilizaríamos ações de diligência *in loco* e ações que podem acontecer aqui dentro. Por exemplo, acho fundamental que o pesquisador Antônio Nobre faça uma exposição sobre a questão da influência da Amazônia no regime de chuvas do nosso país, que é uma apresentação fantástica de como a destruição da Amazônia pode significar transformar o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste em um deserto, de sorte que a minha proposta é de que tomemos isso aqui com uma base--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os famosos rio voadores.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Voadores do Antônio... do Carlos... do Antônio Nobre. E que em cima disso, na próxima reunião, a gente faça um esforço de já ter uma grade, uma estrutura, até para que a gente não fique perdido, porque um dos pontos fundamentais é contribuímos com a posição brasileira, que vai para Copenhagen, e aí tem todo um trabalho que é feito pelo Itamaraty, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que, inclusive, faz o auscultamento de membros da sociedade e nós temos que estar incluídos no grupo da posição brasileira, porque nós podemos chegar aqui a conclusões excelentes e ficarmos fora, porque o que vai prevalecer é a posição brasileira que é levada oficialmente, ainda que seja importante o nosso esforço na relação com a sociedade.

Era isso que tinha a colocar e já dizendo que, da minha parte, inclusive as nossas assessorias já tinham

conversado, nós tínhamos dito que era importante que os senhores Senadores e Deputados apresentassem aqui suas contribuições e V. Exa. fez um trabalho inicial que nos dá o suporte para agora apresentarmos as nossas contribuições. Ainda não conclui, mas sei que o Senador Gabeira tem que sair, então, já estou profetizando, eu estou profetizando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria só pedir, ainda só um minutinho ao Senador Jefferson Praia por conta do seguinte: Eu queria inicialmente aprovar o requerimento de diligência do Deputado Gabeira para que, como na semana que vem, a Reunião Ordinária, terça-feira é feriado, então, nós não realizaríamos reunião da Comissão na semana que vem, eu queria já aprovar o requerimento de diligência para que os amazônicos aqui presentes, o Senador Jefferson Praia--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Gostaria de subscrever esse requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a Senadora Marina pudessem coordenar esta equipe da diligência do acompanhamento da enchente.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): E definir o momento também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É. E aí eu queria designar o Senador Jefferson Praia e a Senadora Marina para que pudessem coordenar, inclusive organizando a visita, a reunião e as ações de acompanhamento da cheia lá no norte do país. Então, se não há qualquer Senador nem Deputado contrário, nós estaríamos aprovando o requerimento de diligência sob a coordenação do Senador Jefferson Praia e a Senadora Marina. E aí os parlamentares que quiserem se integrar à equipe de diligência, então, se reportariam ao Senador Jefferson Praia e à Senadora Marina. Pode ser este o encaminhamento?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pode ser, só acrescentando Senadores de outra região, que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aí todos os parlamentares que desejarem, vão se reportar a V. Exas., da mesma forma eu queria aprovar o requerimento que eu apresentei para que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas pudesse intermediar a conciliação deste impasse entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministro Carlos Minc, e o Governo do Estado de Santa Catarina, inclusive eu queria propor que nós pudéssemos, da mesma forma, na semana que vem nos deslocarmos ao estado, porque acho que está corretíssima a posição do Deputado Gabeira, o limite é a Constituição, o que está na Constituição tem que ser respeitado. Agora, nós precisamos ter formas de atuação e de relação

neste momento junto ao Governo do Estado, ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Assembléia Legislativa do Estado. Então, era isto que eu proporia, inclusive se houver possibilidade de realizar uma reunião entre quarta ou quinta-feira lá em Santa Catarina, nós tínhamos já conversado eu e o Deputado Colbert Martins, enquanto relator, se nós pudéssemos estar em Santa Catarina para tentar buscar essa intermediação entre quarta ou quinta-feira, nós iríamos, então, organizar a partir de hoje a tarde. Ouço o Deputado Gabeira e logo em seguida a Ministra...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu não havia concluído, ainda, mas--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu vou ter que sair.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso, pode...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Só para dizer que na quarta e na quinta infelizmente eu não posso, porque eu estou na Comissão que vai examinar lá a retirada no Raposa Serra do Sol, então eu vou estar na Raposa Serra do Sol quarta, quinta e sexta. Mas se houver possibilidade de fazermos na outra semana, eu estaria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque como envolve vários atores, nós vamos fazer as consultas ao Governador, ao Ministro, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e à Assembléia Legislativa, para ver qual é a melhor data.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A Comissão informa e a gente ajusta a agenda.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só concluindo, em relação à proposta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): A proposta de Santa Catarina, Senadora Ideli, eu entendo a preocupação e o esforço que V. Exa. está fazendo para que cheguemos a uma mediação em relação a esse conflito, mas eu concordo inteiramente com o Deputado Gabeira que o limite é a Constituição. O Governador, juntamente com a sua equipe, eu não posso crer que ele não soubesse o tempo todo que estava encaminhando um projeto inconstitucional e que a Assembléia Legislativa aprovou um projeto inconstitucional. Santa Catarina é o Estado que mais destruiu Mata Atlântica nos últimos 10 anos. Santa Catarina viveu uma catástrofe na década de 80 e agora a última com a solidariedade e o acompanhamento de todo um país. Lamentavelmente o Governo do Estado, lamentavelmente a Assembléia Legislativa surpreende o país propondo que

uma Lei Federal seja subtraída por uma Lei Estadual diminuindo reserva legal de 30 metros para 5 metros, isso não tem cabimento. Então, no meu entendimento, qualquer ação para mediar essa questão deve partir do pressuposto de que a lei é inconstitucional e de que temos que fazer um outro esforço. Eu, inclusive, fiz um apelo ao Governador antes de sancionar a lei, que ele não sancionasse a lei, porque abriria um espaço para um novo entendimento, mas no momento de crise como esse que nós estamos vivendo e já fiquei sabendo que iriam trazer aqui o projeto para o Congresso Nacional, para entregar aos Presidentes das Casas como um exemplo a ser seguido pelo país, sinceramente, eu acho que o país tem que desconstruir o que foi feito, porque é inconstitucional, é uma afronta à Legislação Ambiental Brasileira e eles sabiam disso, que estavam aprovando uma lei que subtrai a Legislação ambiental, que joga no senso comum, que pega os agricultores e faz os agricultores irem para dentro da Assembléia para fazer pressão, para aprovar uma lei inconstitucional. Agora, nós como Deputados, como Senadores que conhecemos a lei e o que está em jogo, temos que trabalhar com muito cuidado, porque daqui a pouco o responsável que não resolveu o problema para os agricultores foram os Deputados, foram os Senadores, foi a senhora que não conseguiu liderar um processo para fazer a mudança. Fizeram um verdadeiro angu-de-carço com a Legislação ambiental brasileira e agora, com certeza, o Ministério Público já entrou com ação, o PV entrou com ação, e a justiça não pode dizer que a lei está de acordo com a Constituição Brasileira. Então eu acho que nós temos que pensar bem como vai ser esse movimento, essa contribuição, porque no momento tiram apenas uma pequena lasca da porta, daqui a pouco vão arrebenatar a mesma porta da Legislação Ambiental Brasileira. Como é que pode ontem, na Câmara dos Deputados, com todo o respeito à autonomia que tem os Srs. Deputados numa medida provisória que tratava de Fundo Soberano, colocar uma emenda geneticamente modificada, tirada do bolso do paletó do Deputado Guimarães e dizer que não é preciso mais que se tenha licença prévia para vários procedimentos, duplicação de estradas e estradas que tem apenas um pequeno caminho, agora se coloca asfalto na Amazônia, se faz uma grande carreteira, como dizem meus colegas bolivianos, e não precisa de licenciamento prévio. É um absurdo, estão passando por cima da Legislação Ambiental Brasileira e se nós não tomarmos todo o cuidado, daqui a pouco é política de terra arrasada em relação a todas as conquistas da Constituição de 88, porque não é preciso fazer isso para viabilizar as obras do PAC, não é preciso fazer nada disso para viabilizar

a agricultura brasileira, aliás, se hoje é possível o Governador Blairo Maggi e o nosso Ministro Carlos Minc, estarem numa foto juntos, sabe por que foi possível? Foi possível porque tivemos a coragem de enfrentar o problema, quando nos pediram para revogar que não tivesse crédito para quem desmata ilegalmente, para que não tivesse a moratória para os 36 Municípios que mais desmatam e a maior parte era no Mato Grosso, para que criminalizássemos a cadeia produtiva ilegal, o Governador à época queria que revogasse as medidas. Eu saí para que não revogasse as medidas e porque as medidas não foram revogadas é que o desmatamento está caindo e hoje o nosso Governador e o nosso Ministro e nós podemos celebrar os resultados. Que bom que é possível fazer as coisas sem ser no açodamento do momento e hoje estão colhendo os frutos. Então, eu quero aqui, estou indignada mesmo, a palavra é indignada, porque não pode em pleno século 21, em plena crise ambiental global no que o país e o planeta está atravessando, fazermos o discurso do senso comum para passar leis como essas, emendas como essas que desconstituem, que desconstruem a Legislação ambiental brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Senadora Marina, mas não estou entendendo a sua indignação, Senadora, como um óbice a que a gente busque a conciliação naquele parâmetro que foi muito bem estabelecido pelo Deputado Gabeira. Ou seja, há uma Constituição a ser cumprida, uma Legislação Federal a ser cumprida, inclusive porque a aprovação da Legislação já ensejou ações judiciais, os recursos, o código ambiental de Santa Catarina tem inúmeros artigos, são 20 artigos ou 22, no máximo, que estão sendo contestados e não a totalidade do código ambiental. É claro que as mudanças lá provocadas, aprovadas, elas são mudanças que efetivamente geraram todo este debate, inclusive ações decorrentes, inclusive aqui no Senado, nós estamos aí acompanhando propostas que estão em tramitação exatamente nesta linha como V. Exa. está colocando, de escancarar a porteira, mexer na Legislação Ambiental, Área de Preservação Permanente, Legislação Indigenista, ou seja, está se abrindo uma porteira aí imensa no debate aqui dentro do Senado, fruto da aprovação do Código Ambiental lá de Santa Catarina. Mas o que nós temos neste momento é de buscar, dentro da base Constitucional e da base legal em vigor no país, a conciliação porque nesta briga se o acirramento da briga entre Governo do Estado e Ministério do Meio Ambiente não for equacionada para o respeito legal e para uma boa tratativa, quem vai sofrer, eu não tenho a menor dúvida, é o pequeno agricultor que não vai saber o que ele pode fazer. E da forma como está lá

colocada, inclusive com conseqüências para o estado como um todo. Nós temos acompanhado lá o próprio desenvolvimento econômico, crédito, exportação, cada vez mais a sustentabilidade ambiental é levada em consideração, é pré-requisito, inclusive, para obtenção de crédito e para ampliação de exportações. Portanto, a flexibilização pode ser um grande tiro no pé, porque o estado, como é o meu, é um estado exportador, poderá estar tendo embargos, entende, de produtos, de crédito, exatamente por causa da flexibilização da Legislação Ambiental. Então, tudo isso é algo que para nós exige uma grande calma neste momento, muita calma nesta hora, para a gente poder fazer o que é certo, o que é o melhor para o meio ambiente, o que é melhor também para os nossos agricultores. E eu ouço... Ah, pois não.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB):

Presidente, eu queria só me associar ao Senador Jefferson Praia com relação à questão da Antártica, tive a possibilidade de, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, visitar a Base Comandante Ferraz do Brasil e há mais de dois anos o que está acontecendo hoje o quadro, essa mudança climática, a Base já realizava esse trabalho. Então, extremamente importante, Presidente, senhor relator, que essa Comissão possa interagir com a Marinha, com os membros da Base Comandante Ferraz e fortalecer o trabalho e também receber subsídios, então nessa proposta elaborada pelo nosso relator, que parabenizo, é extremamente importante que o trabalho da Base Comandante Ferraz e o trabalho lá na Antártica possa realmente subsidiar. E gostaria de dizer também que no meu estado, na Paraíba, também não é diferente o que está acontecendo no resto do país. Nós estamos também enfrentando, agora principalmente, tanto no sertão como no brejo paraibano, com o ciclo do período de chuva, também enchentes na cidade de Patos, que é no sertão da Paraíba, está praticamente inundada e eu peço também a atenção dessa Comissão para também o Nordeste, para setores do Nordeste, nós enfrentamos ciclos de seca e de enchentes agora. Então, não é diferente, foi o ano passado e esse ano e é o que está acontecendo. E o Nordeste, está aí o nosso relator que é nordestino sabe, que nas regiões, eu que sou de uma região do agreste, uma região aonde realmente encravada no Polígono da Seca, mas que temos períodos também de enchentes como agora estamos vivenciando lá no sertão da Paraíba, na cidade de Patos, e eu gostaria de fazer esse registro e dentro dessa programação de encontros regionais, se houver a possibilidade de incluir a Paraíba e principalmente as regiões do Polígono das Secas, nós temos, já, inclusive o instituto do semiárido que é sediado na cidade de Campina Grande, minha

cidade, então, é esse o registro que faço e parabenizando aí o trabalho do relator e de V. Exa. à frente da Presidência, e me colocando à disposição como membro desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço Deputado Rômulo, inclusive o Senador Inácio Arruda, que não pôde permanecer na reunião, ele já deixou o registro de que deverá estar acontecendo novo encontro mundial da questão do semiárido, que é algo que a Comissão deveria estar atenta, inclusive para contribuir e participar. Certo?

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Gostaria de pedir à V. Exa. a prioridade da minha participação nessa discussão, em função de estar encravado na região, inclusive, a participação do Instituto do Semiárido, que é instalado na cidade de Campina Grande seria muito importante, e posteriormente numa programação dessa Comissão teremos a oportunidade até se V. Exa., o relator e os demais membros puder visitar, a Senadora Marina, que sempre foi... quando estive no Ministério sempre foi presente no Estado da Paraíba, conhece a realidade do nosso estado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Presidente, primeiro eu cheguei atrasado, estou hoje atrapalhado na minha agenda, terei que sair rapidamente, mas quero fazer um comentário sobre a fala da Ministra Marina, que eu tive oportunidade de observar em parte, mas não sei se vai apreciar hoje, vai votar hoje o plano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Nós apresentamos o plano e a proposta de calendário, depois eu e o Deputado Colbert, nós queremos fazer um encaminhamento de aprovarmos parcialmente, porque foram tantas as sugestões e o aprimoramento da proposta, que eu acho que valeria a pena nós aprovarmos um calendário pequeno aqui, de apenas umas duas ou três audiências, para depois nós podermos fazer todas as adequações--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Não sei se foi sugerido, deve ter sido já, a questão do debate sobre recursos hídricos, mudança climática. Já, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Sim, sim. Já foi apresentado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Então, é a observação que eu queria fazer, sobre o plano, está ótimo, e acho que o encaminhamento por etapas é um bom encaminhamento.

A outra questão é sobre esse debate do Código Florestal, APPs e licenciamento ambiental. Esse debate é um debate que, queiramos ou não, queiramos

discutir esses temas ou não, esses temas estão sendo discutidos e sendo provocados sempre, por quem quer um nível de flexibilização grande destes instrumentos regulatórios que nós temos hoje no país. Então, nós temos uma oportunidade hoje no Senado e no Congresso, da Comissão no Congresso da Comissão de Mudanças Climáticas, no Senado na Comissão de Meio Ambiente, que eu sou Presidente, que a Senadora Marina faz parte, e outros parlamentares também, envolvidos com a questão ambiental. Nós temos realidades no Brasil, realidades totalmente diferentes uma da outra, é importante que a gente considere isso no debate. Nós não podemos tratar a questão do Acre igual à questão de Santa Catarina, não é possível dar esse tratamento. E nós precisamos de... A minha assessoria da Comissão, está discutindo uma forma da gente fazer um seminário de acordo com o debate que fizemos na última reunião da Comissão de Mudanças do Meio Ambiente, um seminário sobre a questão de licenciamento ambiental e sobre a questão do Código Florestal, porque vai ter aqui uma grande Audiência Pública, mas uma grande Audiência Pública acaba sendo mais um "auê", tem sua importância, naturalmente, mas acaba sendo mais um fato político do que encaminhamentos concretos de propostas. Então, temas importantes, que nós devemos discuti-los, agora a Câmara aprovou essa Medida Provisória, acho que nós temos que fazer o debate aqui, de forma profunda com relação aos efeitos e as repercussões da Medida Provisória, aprovado na Câmara, para que o Senado, se tiver que corrigir alguma coisa, corrija nesse momento, o alerta foi dado pela ex-Ministra, acho que é a minha obrigação como Presidente da Comissão colocar um grupo para poder fazer a análise da Medida Provisória. E farei isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Aliás, Senador Casagrande, eu acho que é de fundamental importância nós termos esta serenidade, porque num país com a dimensão do Brasil, com a diversidade do Brasil, é claro que nós precisamos estar atentos para as peculiaridades regionais. Agora, também temos que estar muito atentos para que através das peculiaridades pertinentes, legítimas de cada região, isto não seja instrumentalizado para o escancarar da porteira. Porque o que muitas vezes está sendo pleiteado, apresentado como o atender uma peculiaridade regional, específica, de uma região, depois querer que isto sirva de parâmetro, ou seja, do mesmo jeito que o parâmetro geral não pode ser aplicado na peculiaridade, que não queiram usar a peculiaridade para servir de parâmetro geral. Eu acho que é esta a nossa grande preocupação e eu imagino que a Senadora Marina comunga desta mesma preocupação pela

veemência e pela indignação que ela demonstrou de forma muito legítima inúmeras vezes. Mas eu passo de imediato a palavra à Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É só para colocar uma questão que eu acho que nós... fico super feliz com a idéia do Senador Casagrande de que posamos fazer esses seminários para tratar as questões no mérito e fora do aqodamento, enfim, da decisão ali, do bate pronto. Eu acho que louvável a iniciativa de V. Exa. Agora, a nossa serenidade não pode ser confundida com passividade. Não pode ser confundida com passividade. Porque eu fico imaginando se um grupo de ambientalista, o Deputado Gabeira, Deputado Sarney Filho, eu vou pegar aqui um espectro bem amplo, o Sarney, e os dois são do PV, mas vamos pegar aqui o Deputado Luiz lá da Bahia, que é do Democrata, que é uma pessoa que sempre me ajudou nas questões ambientais, porque ele é envolvido com o meio ambiente, e outros senhores Deputados, numa Medida Provisória que trata de Fundo Soberano, apresentasse uma emenda silenciosamente dizendo que a partir de agora, para se fazer qualquer coisa precisaria de licenciamento ambiental, suponhamos assim. Enrijecendo cada vez mais a Legislação ambiental. Esse país viria abaixo, viria abaixo. Mas as pessoas se permitem fazer isso, como fizeram, sem nenhum debate, sem nenhuma discussão, eu não sei se com as informações e o alcance das conseqüências do ato praticado, imagine o que é duplicar uma rodovia na Serra do Mar sem licença prévia, sem Estudo de Impacto Ambiental, será que as pessoas têm a noção do que foi proposto? Porque é isso que foi proposto, para duplicar uma rodovia não vai precisar mais de nada disso. É uma área tombada, é uma área preservada que não pode mais, inclusive, ter edificações, precisa de todo um processo para que se possa fazer qualquer alteração. Então, a indignação, eu acho que ela deve ser à altura, para que a nossa serenidade não seja confundida com passividade e o bom, Senadora Ideli Salvatti, e a senhora que tanto me ajudou a aprovar a lei de gestões de florestas públicas, junto com o Senador Casagrande e outros senhores Senadores, é que é possível fazer tudo isso com serenidade, tranquilidade, mediando os dois interesses. Por acaso não foi difícil aprovar uma lei de gestões de floresta pública para fazer concessão florestal, tendo pessoas como meu mestre, professor, Aziz Ab'Saber se colocando contra, publicamente? Foi muito difícil. Mas eu sabia que era aquilo que era necessário, estratégico, nunca me rendi juntamente com a minha equipe ao discurso do senso comum, para ganhar simpatia nem de A nem de B mas fazendo as coisas estruturantes que dão os resultados positivos aqui entre o Governador

Blairo Maggi e o nosso Ministro Carlos Minc agora, que nos dão resultado positivo para podermos ir a Copenhagen agora com medidas concretas, o Brasil tendo assumido posição de metas. Por que o Brasil pôde assumir posição de metas? Porque o Brasil fez um plano de combate ao desmatamento por reduzir mais de um bilhão de toneladas de CO₂, por ter o fundo da Amazônia, um sistema de monitoramento por satélite em tempo real. Tudo isso deu muito trabalho. Foi muito difícil internamente dentro do Governo, foi muito difícil. Por que hoje temos 3 milhões de hectares de madeira certificada, versus 300 mil hectares? Porque ninguém abriu mão de fiscalizar, de combater. Essa jornada é difícil. Agora às vezes as pessoas confundem a nossa serenidade, a sua, a minha, a do Senador Casagrande, a do nosso Deputado, com passividade e na passividade as pessoas vão arrebitando a porteira, porque o que foi feito é inadmissível e, inclusive, o Deputado Guimarães, disse que foi com aval da Casa Civil. Com o aval do Ministro Carlos Minc não foi, porque ele está criticando ferrenhamente a atitude tomada. Então, a nossa Comissão de Mudanças Climáticas, ela é uma Comissão que lida com meio ambiente, desenvolvimento sustentável. Não temos como arrendar a perda disso. Só haverá mudança em relação à mudança climática se tiver uma mudança de paradigma em termos de modelos de desenvolvimento, e isso não é para ontem, aliás, não é para amanhã nem para depois, é para ontem. E, infelizmente o Brasil, que é uma potência ambiental, não aproveita a oportunidade de fazer jus à potência ambiental que é, em que pese já termos conquistado alguns avanços. Mas eu sinto que nós estamos vivendo um momento de retrocesso. A palavra é retrocesso, em relação a essas conquistas, que no meu entendimento nós e a sociedade brasileira não pode permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço a Senadora Marina. Deputado Colbert Martins para depois a gente poder deliberar, certo? Porque nós já estamos diminuindo aqui a nossa presença.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Como relator, eu sei que nós temos uma linha muito estreita entre o que é meio ambiente e mudanças climáticas, e sei que essa é uma área, efetivamente, é uma área no qual comporta debates e discussões como essa que nós estamos ouvindo aqui agora, como o que está acontecendo lá em Santa Catarina, como está acontecendo em vários estados brasileiros. O que eu entendo, Senadora Ideli, é que nós temos que ver a linha, eu acho que essa proposta que aqui é colocada nos coloca muito numa linha específica, para nós

vermos com clareza as questões que podem refletir nas decisões que esta Comissão, e dentro do âmbito do Poder Legislativo, nós temos que ter construídas para que nós possamos avançar em propostas que eu sei que, com essa Comissão Permanente, elas serão cada vez mais adequadamente colocadas. Como Deputado, ontem nós votamos uma proposta do Governo, relatado por um Deputado do PT com apoio do Governo, de que estradas que tenham tido previamente a licença ambiental, inclusive na faixa de domínio e se a duplicação for na faixa de domínio já há uma licença ambiental prévia para poder recompor, não para fazer estradas novas, que se pudesse haver uma dispensa de licença ambiental. Qualquer hoje tapa-buraco em qualquer estrada precisa de uma nova licença ambiental, embora ela já tendo anteriormente já feita. Então, onde já houver prévia não se exigiria uma segunda. Foi uma colocação... se isso for algo que não seja adequado e o Senado mude, nós teremos a qualidade aqui e a capacidade, como já fizemos antes, de fazer modificações. No entanto, eu entendo que essa foi uma posição de Governo. A matéria que veio com Fundo Soberano veio também com essa matéria das estradas que foram cedidas no Governo Fernando Henrique e aproveitou-se, sim, evidentemente houve com concordância do Governo do qual eu e a senhora fazemos parte, que essa coisa fosse colocada. De qualquer forma, eu entendo que não traríamos para aqui essa discussão, vamos respeitar a decisão do Senado na avaliação da Medida Provisória 451 e a Câmara efetivamente se posicionará.

Com relação ao que acontece nesse momento em Santa Catarina, o que eu entendo é que houve uma aprovação, não do Governo de Santa Catarina, houve uma aprovação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina de uma lei. Se há inconstitucionalidade ou ilegalidade esse fórum, tanto a Deputada Marina foi clara, esse fórum, o fórum do STJ ou do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que nós vamos entrar por esse caminho. Antes de chegar lá, nos cabe, eu acho, Senadora Ideli, tentar evitar consequências que eu sei que só serão mais próximo daquelas pessoas mais fracas. E isso eu acho que nossa ação parlamentar precisa e deva ser colocada, para evitarmos que esse choque possa ser maior. Então, eu acho que do ponto de vista das ações nossas aqui, eu gostaria que nós pudéssemos aprovar um roteiro de trabalho, acho que é importante que nós venhamos a andar de forma rápida e de forma objetiva, para que nós tenhamos o bom andamento da Comissão. E fazer um reparo aqui que nessa reunião realizada no gabinete do Senador Romeu Tuma, ao final da reunião, juntamente com a Senadora, no tocante a sub-relatorias, essa ques-

tão das sub-relatorias afeta apenas a relatoria. E nós vamos decidir juntamente com todos nós aqui, esse tema. Esse tema não é um tema de discussão, com todo o respeito ao Senador Romeu Tuma, mas cabe a mim, como relator, e ao meu relator adjunto decidimos, e vamos decidir aqui coletivamente da melhor forma possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço o Deputado Colbert—

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só concordando com a Senadora Ideli Salvatti, talvez fazer uma aprovação parcial--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, isso que nós vamos --

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Para que a gente possa pensar a estrutura, aprimorar a estrutura, partindo, sim, dessa base que nós temos aqui.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Sra. Presidente, só, acho que colocação do relator acho que essa sub-relatoria, com certeza, o objetivo do relator vai ser de que todos possam participar, acho que é interessante e acho muito feliz essa preocupação do relator, Deputado Colbert Martins, que conheço da sua visão, e tenho certeza que o interessante é que todos nós que integramos essa Comissão podemos dar nossa contribuição, cada um especificamente na sua área e de acordo com o seu conhecimento também. Então, eu tenho certeza que a visão do relator é do máximo de participação de todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Deputado Rômulo.

Só o seguinte: tudo isto foi fruto do requerimento que eu apresentei para que nós pudéssemos, enquanto Comissão Mista de Mudanças Climáticas, buscar uma conciliação dentro do parâmetro legal, isso tem que ficar bem claro, da Constituição da Lei Ambiental Federal em vigor, mas para que nós possamos ter um encaminhamento mais adequado e não termos esta conturbação, que atualmente está sendo feita mais por um debate acirrado pela imprensa do que efetivamente nas questões concretas lá no Estado de Santa Catarina. Então, o nosso requerimento é para que a Comissão busque uma mediação no conflito referente à Legislação Federal em vigor e alguns dispositivos do Código Ambiental do Estado de Santa Catarina. Então, este é o requerimento, se não houver nenhum Parlamentar contrário, considero aprovado. E o encaminhamento deste requerimento, eu e o Deputado Colbert vamos fazer os contatos com o Governador, com o Ministro Carlos Minc, com o Ministério Público Federal e Estadual, porque eles estão atuando no sentido das ações e aí precisa ter uma sinalização clara para os agricultores, os agentes afetados pela aprovação

e também junto ao Presidente da Assembleia Legislativa. Então, nós vamos consultar estes cinco agentes públicos: o Governador, o Ministro, o responsável pelo Ministério Público Federal e Estadual em Santa Catarina e o Presidente da Assembleia Legislativa da conveniência ou não de realizarmos na quarta ou na quinta-feira da semana que vem uma reunião em Santa Catarina para tentarmos esta conciliação com a participação da Comissão. Então, não havendo, é esse o encaminhamento que nós daremos. Relembramos que a Senadora Marina e o Senador Jefferson Praia estarão no comando das diligências do acompanhamento da enchente no Norte do Estado, portanto, todo os parlamentares que assim o desejarem. E com relação à proposta de calendário o Deputado Colbert Martins dará o encaminhamento como relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

Eu queria fazer uma proposta que nós pudéssemos aprovar, Senadora Marina, como diretriz, a proposta da aprovação não significa que nós já tínhamos colocado a flexibilização. De qualquer forma, como nós temos, e V. Exa. deve ter lido a proposta do Senador Romeu Tuma com relação à Interlegis e como nós pretendemos que essas audiências possam ser transmitidas para todos os estados, para que o Interlegis se programe nós precisaríamos ter uma proposta maior. Então, se nós considerarmos isso como diretriz, nós já temos como colocar e podemos fazer as modificações, inclusive sem citação de datas, porque podemos fazer modificações, para que nós pudéssemos ter, saiba Senadora Marina, toda a flexibilidade necessária para poder colocarmos o que for importante para poder melhorar nossa condição de trabalho. Então, eu proporia que aprovávamos a proposta de trabalho como diretriz e nós faríamos e faremos as modificações ao tempo e à hora que forem necessários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria ainda propor que nós pudéssemos, porque na semana que vem nós não teremos reunião da Comissão, teremos trabalho da Comissão, quem vai cuidar de Santa Catarina, do incêndio catarinense, e quem vai cuidar da enchente amazônica. E para que nós possamos ter pelo menos já uma perspectiva do dia 28 de maio—

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): De abril.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, de abril, 5 de maio e 12 de maio, que nós pudéssemos pelo menos aprovar as três primeiras audiências. Poderíamos fazer assim?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Aprovamos todas como diretrizes e essas três.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E essas três para a gente poder organizar, porque aí tem que fazer os convites e organizar a estrutura da Comissão.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): A preocupação do relator, acho que aprovar o conjunto todo e aí vai adequando, até porque ninguém tem igual desejo de obstacular, então de acordo com o cronograma, a disponibilidade, a própria rede de Interlegis e seria muito bom também o contato com as Assembleias Legislativas. Eu já fui presidente de Assembleia e todas têm já vídeo conferência, ver alguém que tem, qual Deputado, e eu posso até ajudar nesse sentido, que tem um trabalho específico sobre esse tema para que ele pudesse mobilizar a cada estado para que realmente houvesse não só as vídeo conferência, mas que também pudesse chegar a cada estado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria sugerir... insistir um pouco na ideia de que fosse diretriz e não calendário todo. Por exemplo, eu acho que para nós o tema já é difícil, porque é um tema de especialistas. É muito difícil navegar no tema das mudanças climáticas. Como nós vamos tentar fazer algo que ultrapasse as fronteiras dessa Casa e possa dialogar, inclusive com a sociedade, a minha sugestão é de que nós pudéssemos conversar, porque isso aqui é um importante canal de diálogo com a sociedade. Não já pelas políticas oficiais, pelo olhar institucional que trabalha com posições, com propostas, mas, por exemplo, situando o tema, nós temos pessoas do Brasil que é motivo de orgulho, porque eles são todos prêmios Nobel da paz, como a Dra. Telma Krueger do Ministério de Ciência e Tecnologia, que foi uma das pessoas que ajudou a coordenar o inventário brasileiro, nós temos pessoas como o Prof. Antônio Nobre, o Prof. Carlos Nobre, nós temos pessoas como o Dr. Gilvan do Ministério de Ciência e Tecnologia, que nós pudéssemos começar as primeiras audiências fazendo, digamos assim, a moldura das mudanças climáticas. Aí depois nós vamos decantando com as propostas institucionais que aí entram os Ministérios, entram, enfim, porque eu... A minha experiência me diz, quando a gente vem a gente já vem falando de posições, daquilo que a gente está fazendo. Se a gente começa com esse canal, no meu entendimento o mérito dessa Comissão ter se tornado uma Comissão Permanente, é porque nós vamos estar fomentando esse debate para além dos nossos muros. Então, a minha sugestão é de que nós pudéssemos começar contextualizando as mudanças climáticas, chamando alguém IPCC que tem uma grande quantidade de pesquisadores--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marina, vamos ser bem con-

creto, bem para o concreto. Nós temos que sair daqui com a atividade do dia 28 de abril marcada. Quem a senhora sugere para a gente poder começar, porque aí nós faríamos, só aprovaríamos o dia 28, uma única pessoa para a gente poder ter tempo, inclusive, de avaliar as diligências lá no norte, se acontecer a reunião em Santa Catarina e aprovarmos, daí... uma pessoa, quem V. Exa. —

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não pode ser duas pessoas? Eu sugeriria a Dra. Telma Krueger.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Telma Krueger.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. E Carlos Nobre.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Na hipótese de não vir, qual é o Plano B logo? Vamos para o plano B logo em seguida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Um dos dois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Os dois são do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas eles são pessoas que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E Carlos Nobre.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou os dois ou um dos dois para o dia 28, exatamente para desenhar esse cenário das mudanças climáticas. Pode ser?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. Pode.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então ficaríamos com as diretrizes aprovadas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ninguém contrário às diretrizes que o plano aqui, a proposta de calendário apresentou, inclusive incorporando já as sugestões que foram apresentadas por vários Parlamentares e no dia 28, para a gente poder ter condição de organizar, o convite a Dra. Telma Krueger e ao Dr. Carlos Nobre para que nós possamos ter os cenários das mudanças climáticas que estão sendo avaliadas pelo Brasil. É isto?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está bom. Então, nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h23.

Ata da 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em

28 de abril de 2009, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Wellington Salgado, Senador Valter Pereira, Senador Valdir Raupp, Senadora Fátima Cleide, Senador Gilberto Goellner, Deputado Colbert Martins, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Sarney Filho e Deputado Rômulo Gouveia**. A Presidenta apresenta justificativas de ausência – para ciência à Comissão – encaminhadas pelas **Deputadas Vanessa Grazziotin e Iriny Lopes**. A presente reunião destina-se à Audiência Pública sobre o tema “Mudanças Climáticas: Cenários”, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009-CMMC, “Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas para o ano de 2009”. A Presidenta esclarece aos presentes que o Dr. Carlos Afonso Nobre, Pesquisador do INPE e convidado para participar da presente Reunião, encaminhou e-mail à Comissão justificando a sua impossibilidade de comparecimento. A Senhora Presidenta convida a Dra. Thelma Krug, Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua apresentação. A Presidenta ressalva, inicialmente, que a presente reunião está sendo transmitida “on line” e ao vivo pela “internet” – por meio de videoconferência – às demais Casas Legislativas nas esferas Estadual e Municipal; e que, em reuniões futuras, as audiências públicas serão transmitidas via videoconferência com a interatividade dos participantes. Usaram da palavra para questionar a expositora os Senhores Parlamentares Deputado Sarney Filho, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Arnaldo Guimarães, Senador Renato Casagrande, Deputado Fernando Gabeira e Senadora Marina Silva. A Presidência solicita à Senhora Thelma Krug que o INPE disponibilize dados sobre o tema da palestra, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão relativos à Conferência Sobre Mudanças Climáticas – organizada pela ONU – a realizar-se em dezembro deste ano na cidade de Copenhague. Em seguida, a Presidenta agradece a palestrante pela sua apresentação e passa a palavra ao Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão, para suas considerações. A Presidenta apresenta aos Membros da Comissão Relatório da Reunião promovida pela Pre-

siência da CMMC, referente ao Código Ambiental de Santa Catarina/SC, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2009—CMMC, de sua autoria, aprovado em Reunião da Comissão realizada no dia 16 de abril de 2009. O encontro realizou-se na Mitra Diocesana de Santa Catarina, no dia 22 de abril do ano em curso, com a presença de autoridades representativas do Executivo e Legislativo Estaduais, Ministério do Meio Ambiente e Ministérios Públicos Federal e Estadual, para discutir a recente alteração no Código Ambiental daquele Estado. Após, a Senadora Ideli Salvatti passa à leitura do Requerimento nº 14, de 2009, de sua autoria, para que a Comissão promova e articule o Projeto “Copa Limpa”, a fim de que a Copa do Mundo de 2014 – a ser realizada no Brasil – dentro dos paradigmas de desenvolvimento sustentável. O Requerimento foi aprovado. A Presidência coloca à deliberação da Comissão a Ata da Reunião anterior, que foi aprovada com dispensa de leitura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada No Dia 28 de Abril de 2009, Às 14 Horas e 50 Minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que está destinada à Audiência Pública do tema Mudanças Climáticas – Cenários, com a participação, o convite da Dra. Telma Kruger e do Dr. Carlos Afonso Nobre, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. E este tema foi aprovado em atendimento ao Requerimento de nº 12, que estabeleceu as diretrizes do calendário de trabalho da Comissão, e nós convidamos, aprovamos, no requerimento, o convite para duas autoridades no assunto, que são pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, que é o Dr. Carlos Afonso Nobre e a Dra. Telma Kruger. O Dr. Carlos Afonso Nobre encaminhou ofício, justificando a sua impossibilidade de comparecer na data de hoje e, portanto, eu convido de imediato a Dra.

Telma Kruger para tomar assento aqui à Mesa, e nós poderemos ter o início dos nossos trabalhos.

Havendo *quorum* para deliberação, ao final do debate, sobre o tema Mudanças Climáticas – Cenários, nós estaremos deliberando uma série de requerimentos, que já foram apresentados a esta Comissão. Então, eu passo, de imediato, a palavra à Dra. Telma Kruger, pesquisadora do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do nosso país.

SRA. TELMA KRUGER: Obrigada. Eu gostaria de, inicialmente, agradecer à Senadora Ideli Salvatti pelo convite da Comissão Mista, para esta discussão sobre este tema de mudanças climáticas e, particularmente, cenários. Eu lamento que o meu colega Carlos Afonso Nobre não possa estar presente hoje a esta Audiência Pública, e, particularmente, pelo fato do Nobre ter uma formação que permite com que ele, talvez, em alguns temas relacionados à parte de cenários, pudesse ser até mais eloquente do que eu. Então, a minha experiência na parte de cenários, ela se baseia, quase que fundamentalmente, nos trabalhos que são feitos dentro do painel intergovernamental sobre mudanças do clima, o IPCC, do qual sou Membro do Conselho desde 2002.

Então, isto... A minha capacidade de discutir esse tema, senadora, se a senhora me permite, se limita muito a essa experiência junto ao IPCC. Eu confesso também à senhora que, quando eu recebi esta convocatória para esta Audiência Pública, eu fiquei me questionando sobre, essencialmente, que ponto, em cima de cenários, eles estariam sendo discutidos; se são cenários de previsões futuras das nossas emissões e da situação climática no país, ou situação global, ou também poderiam ser cenários de negociações futuras da questão de mudança do clima, do qual eu tenho tido a oportunidade também de trabalhar. E tomei a decisão de entender que, possivelmente, o tema que esta Audiência Pública deveria estar se concentrando seria mais na questão de cenários de emissões futuras e na situação da mudança do clima e, particularmente, afeita ao nosso país. Então, eu só gostaria de confirmar com a senhora se é esta, realmente, a expectativa com relação a esta Audiência Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dra. Telma, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer o registro de que nós já estamos trabalhando interligados. Nós fizemos toda uma tratativa com a INTERLEGIS para que os trabalhos desta Comissão pudessem ser transmitidos ao vivo, *on line*, com as Câmaras, com as Assembléias Legislativas. Nós vamos ter, em alguns momentos, inclusive, a oportunidade de ser interativo. Hoje, nós estamos apenas transmitindo. Mas, em alguns momentos, nós vamos ter a oportuni-

dade de realizarmos verdadeiras conferências, com a interação de todos os cantos do país.

Então, a primeira questão que eu queria deixar aqui, registrado, é que, neste momento, nós estamos interligados às Câmaras, às Assembléias Legislativas, transmitindo ao vivo o que nós estamos debatendo aqui. Até porque este assunto, a questão das mudanças climáticas, é um assunto que tem tido muita atenção, muita preocupação, e é algo que tem movido muitas lideranças, muitas entidades, no sentido de aprofundar, debater, e nós termos encaminhamentos adequados para a mitigação, o enfrentamento e o avanço na questão de tudo o que decorre das mudanças climáticas que se abatem sobre o nosso planeta. E, Dra. Telma, nós, quando definimos essa questão dos cenários, é claro que aquilo que a senhora colocou que pode falar a respeito do diagnóstico, como é que está a avaliação, a emissão, tudo o que significa, que está acontecendo no Brasil interessa sobremaneira à Comissão.

E também o futuro, o diagnóstico. Até porque uma das principais tarefas da nossa Comissão é contribuir e preparar a posição que o Brasil vai levar à Copenhague no final do ano, ou seja, construir toda a proposição e contribuir, não é, com a construção da proposição da posição que o Brasil deverá levar a este evento internacional tão importante, que deverá revisar toda a questão do mecanismo de Quioto e tantas outras questões importantes, que têm a ver com o tema mudanças climáticas. Portanto, quando a senhora diz que pode falar sobre um aspecto ou sobre o outro, para nós, é fundamental que seja sobre os dois.

SRA. TELMA KRUGER: Está perfeito, senadora, eu vou tentar. Então, eu acho que eu começaria esta audiência discutindo um pouquinho sobre, na verdade, o que são cenários. Acho que eu vou começar, um pouco, pelo entendimento que a gente tem do que são cenários, não é? E cenários nada mais são do que imagens alternativas de como é que o futuro pode evoluir em termos de... Como é que ele pode se desdobrar e acaba sendo também uma ferramenta bastante adequada para a gente poder fazer uma análise das forças motoras. Vou explicar já que forças motoras são essas, que podem influenciar as emissões futuras, e a gente avaliar as incertezas também.

Os cenários auxiliam na análise da mudança do clima, incluindo a parte de avaliação de impactos, adaptação, mitigação. Mas é uma questão interessante... Depois eu vou elaborar um pouquinho mais sobre isso. É altamente incerta a possibilidade de qualquer um desses cenários, ou caminhos alternativos, ou imagens alternativas, acontecerem. Então, vamos elaborar um pouquinho, então, sobre isto, não é? Uma das maiores incertezas que se tem hoje, com relação à questão da

mudança climática, é o efeito de políticas, medidas de mitigação. Não só um esforço de um país ou de outro, mas é um esforço global de mitigação. Uma das coisas que o painel intergovernamental sobre mudança do clima apontou, no seu último relatório de avaliação, divulgado em 2007, era o fato de que existia ainda, Senadora Ideli, a possibilidade de se mitigar a mudança do clima, ou seja, fazer com que a mudança do clima não fosse, ou não chegasse ao nível que poderia, enfim, afetar o sistema climático como um todo.

Esta discussão tem sido feita dentro do âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, e estamos bem numa fase, já que a senhora está me permitindo que elabore em cima dos dois temas. Acho que nós estamos, atualmente, numa fase de, essencialmente, discutir que contribuição é esta de cada país, não só os países desenvolvidos, mas os países em desenvolvimento também, de auxiliar na mitigação da mudança do clima. Que esforço é este? Bom, e que mudança do clima é esta que se espera? Então, hoje, quando se discute, é claro que alguns países, particularmente as nações insulares, já acham que o limite já chegou. Ou seja, já não podem suportar mais qualquer tipo de mudança climática adicional àquela que já se observou desde o início da era industrial. Se sentem fortemente ameaçados, particularmente, pela sua situação insular. Alguns desses países já estão vislumbrando medidas de adaptação que incluem, inclusive, a mobilização delas para outro país.

Vocês vejam que você perde totalmente a identidade, não é, a soberania como país, porque se veem fortemente afetados por uma mudança do clima, pelo fato da elevação do nível médio do mar, enfim, se sentem fortemente ameaçados. Então, para essas nações, o limite já chegou há muito tempo. Outros como, por exemplo, a União Européia, discutem em níveis um pouco mais pragmáticos, eu diria, vislumbrando uma mudança do clima, que não leve a um aumento de mais de 2 graus centígrados de temperatura média de superfície global, desde a era industrial, até a estabilização dos gases de efeito estufa, que permitiria que a gente, então, mitigasse a mudança do clima neste nível.

E, atualmente, o que o pessoal tem feito é, justamente, uma arquitetura reversa para se chegar a esses dois graus centígrados, como proposta de Comunidade Européia. O que seria requerido? E, exatamente, que tecnologias estão à disposição? Que inovações tecnológicas estariam disponíveis? Que cenários de densidade demográfica poderia se esperar? Aliás, eu digo para a senhora que, particularmente, eu fiquei, assim, impressionadíssima com os resultados do IBGE que apontam que o nível médio de filhos por família brasileira, hoje, é da ordem de 1.8. Baixíssimo. Se a

senhora considerar um país em desenvolvimento, como o Brasil, que está em níveis de número médio de filhos de países desenvolvidos. Então, se nós olhássemos e trabalhássemos dentro dessa questão de densidade demográfica há alguns anos atrás, possivelmente, seria impensável que o Brasil apontasse esse nível tão baixo ou essa expectativa de uma estabilização de população num nível tão baixo, como está se formulando. São cenários.

Então, eu estou colocando a questão. É um cenário. Se projeta em função dos desenvolvimentos que se veem hoje. Então, o cenário é um cenário de estabilização da densidade demográfica no Brasil, por volta aí, agora me esqueço dos números exatos, mas de uma maneira bem baixa. Então, quando os modeladores que fazem todas essas projeções das emissões futuras, fazem todas essas projeções da mudança climática futura, em que se apoiam? Se apoiam em algumas forças motrizes, ou motoras, que são particularmente a densidade demográfica, que é uma especulação. Então, é um exercício de bola de cristal. Então, vamos construir várias hipóteses sobre o crescimento demográfico mundial. Vamos construir algumas ideias sobre o desenvolvimento socioeconômico, não é, ou seja, qual que é o desenvolvimento que se espera no futuro em termos de produção. Qual é a expectativa que se tem da utilização de tecnologias mais limpas, particularmente, as relacionadas à parte de energia, não é, que é um dos maiores vetores da mudança do clima, não é, são as emissões relacionadas à queima de combustível fóssil.

E também, Senadora, eu coloco um ponto bastante interessante e frágil em todo esse exercício de construção de cenários, que é justamente o futuro mais relacionado à parte ambiental. E particularmente a questão das florestas. Ou seja, é toda essa parte de como é que vai ser o desenvolvimento ambiental, a questão da redução dos desmatamentos, a questão do melhor uso da terra. A primeira mais eficiente de fazer as práticas agrícolas. Tudo isso são especulações de futuro que acabam sendo, como eu costumo dizer, várias bolas de cristal.

Então, parte-se na construção desses cenários, de especulações de futuro, identificando algumas forças motoras. E muitas incertezas associadas à compreensão dessas forças motoras. Então, como eu falei. O desenvolvimento socioeconômico, ambiental, a questão demográfica, a questão de ser um futuro mais baseado no uso fóssil, ou mais baseado no uso de tecnologias mais limpas, de geração de energia, a parte do uso e exploração de energias renováveis. Então, acaba se tendo aí uma construção que o pessoal costuma chamar de... São narrativas que é, justamente, uma parte

mais qualitativa dos cenários. Ou seja, é parte de um conjunto de suposições organizadas, claro, ou seja, se a gente tem narrativas distintas de como o mundo poderá se desenvolver. Vai ser um mundo mais integrado globalmente, ou vai ser um mundo mais fragmentado, mais regionalizado? Até isto.

As questões de mercado, as questões de oportunidade, as questões de tecnologia. Eu abro um parênteses, Senadora, até essa questão da tecnologia tem sido muito discutida na Convenção, porque a Convenção que foi escrita em 1992, e implementada em 1994, fala muito, muito, da parte de transferência de tecnologia. Hoje, essa linguagem já começa a ser trabalhada de uma forma um pouco mais... Menos forte. Não vou fazer a transferência de tecnologia. Eu vou facilitar a transferência de tecnologia. Então, os países desenvolvidos normalmente usam essa questão. Eu não vou transferir. Eu vou facilitar. O que é facilitar? É uma questão a ser compreendida. Os países poderiam criar um fundo de tecnologia. Promover o desenvolvimento tecnológico e serem os autores daquilo, proprietários daquela tecnologia e depois distribuiriam, não é?

Mas muito tem se discutido sobre essa questão da tecnologia, porque não é simplesmente a questão do desenvolvimento tecnológico, da inovação tecnológica em si. A questão é um pouco mais profunda. É como é que essas tecnologias se tornam disponíveis, em preços competitivos, para os países particularmente os *em desenvolvimento* que têm condição de mudar o seu desenvolvimento. Ou seja, não precisa repetir aquele modelo de desenvolvimento, que foi feito no passado, pelos países hoje desenvolvidos. E buscando aí uma trilha mais sustentável, se a gente quiser usar essa palavra para descrever a visão de como a gente entende que os países em desenvolvimento poderiam caminhar.

Então, é claro que toda essa ideia da complexidade da tecnologia não vai só estar afeita ao desenvolvimento, a inovação em si, mas à possibilidade de ser amplamente utilizada e, particularmente, pelos países em desenvolvimento. Quando eu estava falando daquela engenharia reversa que os países estão tentando fazer, para ver se conseguem fazer uma estabilização da concentração de gases estufa, de forma que o aumento médio de superfície não ultrapassasse um valor, dito baixo, porque esse exercício é um exercício hercúleo, de redução de emissões, muitas dessas tecnologias já existem, mas são controversas. Tome-se, como exemplo, a questão de captura e armazenamento de dióxido de carbono, que é uma das tecnologias vistas com maior uso, assim, mesmo pelos países, como forma de chegar a uma estabilização, vamos chamar de adequada, ou seja, uma estabilização da concen-

tração de gases de efeito estufa, que impedisse uma interferência trópica perigosa com o sistema climático que é, justamente, o objetivo da Convenção, o objetivo maior da Convenção.

Se nós olharmos, a tecnologia até existe. A tecnologia é cara ainda. Mas você tem alguns pontos e alguns aspectos importantes, e que são de difícil resolução. Como, por exemplo, o fato de se injetar. Primeiro, que se entende que a tecnologia, em si, não resolve o problema. Ela é um paliativo para o problema. Porque, na verdade, o que está se fazendo? Continua-se emitindo CO₂, mas está se capturando, se dá um jeito de se colocar isso nas profundezas dos postos de petróleo, os aquíferos, salinos, ou pior, nas profundezas dos oceanos, que não vem sido tão discutida, por conta de um possível impacto da biodiversidade marinha, caso haja um problema de escape, de fuga, como a gente diz.

Mas não se tratasse tão somente da questão técnica ou da questão de se tratar esta tecnologia de uma forma paliativa, de se tratar a mudança do clima, há assuntos um pouco mais profundos, como, por exemplo, como é que ficam as tratativas dos países em si, quando um vazamento puder não ocorrer no país que está fazendo aquela captura e armazenamento, mas a fuga, ou o escape, aconteça em um país transfronteiras? Ou seja, como é que se resolvem essas disputas de natureza mais de Direito Internacional, transfronteiriço? Então, essas discussões ainda são incipientes dentro de uma Convenção. Mas, enfim, então, digo à senhora que há também dentro dessa conversa que nós estamos tendo, onde eu estou trazendo alguns elementos mais técnicos e alguns elementos dentro das negociações atuais, mostram o que são cenários, ou seja, como é que eu posso estabilizar ou mitigar mudança do clima? São cenários. Eu vou poder usar tanto de captura e armazenamento, eu vou poder me apoiar tanto em biocombustíveis que, na verdade, não tem sido tão arrojado quanto nós brasileiros gostaríamos de ver refletido numa pauta de mitigação da mudança do clima.

Outras ideias de uma eficiência energética, que é onde a maior parte dos países desenvolvidos vêm a maior oportunidade de contribuir para a mitigação em si, ou seja, apostar na eficiência energética como sua grande contribuição para a mudança do clima, ou seja, e os países desenvolvidos de uma forma, eu diria, um pouco diferenciada, se não muito diferenciada, já que a Convenção reconhece, de fato, uma estrutura que envolve os países desenvolvidos de um lado, e os países em desenvolvimento de outro.

É óbvio que esta separação que foi muito clara em 1992, ela é, hoje, um pouco mais amena à medida

que, em Bali, em 2007, se propôs um plano de ação de Bali, onde se contempla a inserção dos países desenvolvidos não signatários do protocolo de Quioto com metas quantitativas de redução de emissões, ou seja, acomodando-se no Plano de Ação de Bali, o tratamento para esses países num futuro regime internacional de mudança do clima. E, por outro lado, a forma como os países em desenvolvimento poderiam ampliar suas ações nacionais de mitigação, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e aí pautado pelo que se chama de um exercício de redução mensurável, reportável, verificável, tanto sob o ponto de vista da ação em si, como também, da contribuição dos países desenvolvidos para que essas ações sejam efetivamente implementadas. Ou seja, financiamento, capacitação, facilitação de transferência de tecnologia.

Enfim, não se olha os países em desenvolvimento aumentando a sua contribuição, ou de mitigação, sem que exista aí um amparo também dos países desenvolvidos dentro desses três pilares de capacitação, financiamento e tecnologia. Então, voltando para a questão dos cenários, Senadora, a grande problemática que nós temos hoje, coloco também muito do meu ponto de vista pessoal, é o fato de que, dadas as narrativas que eu falei, que são especulações, são imagens de como o futuro pode se desmembrar, cada uma dessas narrativas qualitativas são submetidas, então, a modelos que possam traduzir aquela narrativa numa coisa mais palpável, num resultado mais quantitativo, de emissões futuras, normalmente se traduzem em termos de emissões futuras. E o que se vê, Senadora, é que diferentes modelos que são utilizados, os modelos climáticos, cada modelo dá uma resposta.

Por que cada modelo dá uma resposta? Porque depende da força motora que ele está incluindo, das interações que ele está vendo. Pode ser dentro de uma mesma narrativa. Mas, dependendo do modelo que se usa, os resultados vão ser diferentes. Então, ainda há, hoje, grandes incertezas com relação ao que o futuro nos reserva. Se nós tomarmos como base, por exemplo, algumas das modelagens mais específicas sendo feitas no Brasil, algumas delas através do Hadley Centre, na Inglaterra, com estrita cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Há uma especulação de que o futuro, caso a mudança do clima exceda um determinado patamar que, normalmente, é traduzido na forma de temperatura, como um critério de avaliação da mudança do clima, é só um critério. Poderia ser outro. Poderia ser elevação do nível do mar. Mas, normalmente, as pessoas tomam a temperatura como um indicador de mudança do clima.

Então, se nós olharmos... Agora eu perdi a minha linha de raciocínio aqui. A senhora me desculpe. Eu

fico divagando de vez em quando... Então, de vez em quando, perco a minha linha de raciocínio. Mas, se nós olharmos, então, as questões sobre o Brasil particularmente, a gente vai ver que alguns modelos fazem projeções, particularmente na Amazônia, e muitos de nós já ouvimos isso, de parte da Amazônia ser substituída por um clima árido, que é o que o pessoal tem, comumente chamado de savanização, que muitos não gostam do uso dessa palavra, que, na verdade, a tradução dessa savanização seria a reprodução de um clima mais típico do semiárido. E isso seria uma forma de afetar parte da nossa Floresta Amazônica.

Eu tomo também a liberdade, Senadora, de inclusive entrar um pouco com esta temática, porque muito se fala dessa questão de emissões por desmatamento. E é óbvio que esta redução tem uma contribuição importante para a mitigação da mudança do clima, particularmente, as florestas tropicais. Por outro lado, se não se veem ações efetivas de uma redução de emissões, que são o foco da questão, que são as emissões fósseis, se não se vê um tratamento diferenciado disso, as nossas florestas não vão sobreviver. Esse é que tem sido o grande ponto da questão. As florestas não são a solução da mudança do clima. Mas elas são parte da solução, desde que essa solução não venha individualizada. Mas venha como parte de um pacote arrojado, audacioso, bem planejado, onde os esforços de redução fóssil são associados também a uma questão da redução das emissões pelas florestas tropicais.

Muito se fala da questão dos reflorestamentos, tudo isso ajuda. Mas mesmo a questão do reflorestamento em larga escala. O que ele faz é retirar uma emissão já, já realizada. Ou seja, você não está resolvendo, se você continuar, emitindo, emitindo, emitindo... E achar que as florestas vão aguentar o tranco, que nem a gente diz, de tentar segurar esse CO₂ por conta da fotossíntese, a gente tem grandes... Grandes incertezas ainda de como é que isso vai se refletir. Normalmente, os modelos que fazem possível com que a gente tenha as projeções de precipitação global, de aumento de temperatura e outros indicadores, geralmente, esses modelos têm uma dificuldade enorme de entrar com a parte mais relacionada à mudança de uso da terra e florestas. Enorme.

O maior ponto de interrogação que existe hoje está relacionado à questão de agricultura, que é a questão das florestas, que papel essas florestas têm. Ou seja, muitas vezes o pessoal pergunta. "Telma, e as florestas da Amazônia? Elas são sumidouro ou são uma fonte?". E, para isso, foi interessante, Senadora Ideli, que nós tivemos, há alguns anos atrás, a senhora deve se lembrar, aquele grande experimento de larga

escala, da LBA, o experimento de grande escala da interação atmosfera/biosfera terrestre, onde nós tivemos uma parceria muito grande com pesquisadores dos Estados Unidos, pesquisadores europeus, e que permitiram a gente se aprofundar mais no conhecimento das nossas questões amazônicas. Particularmente na questão dos fluxos. Ou seja, o que é que um desmatamento na Região Amazônica poderia provocar para o clima local, para o clima regional e, quiçá, para o clima global.

Algumas dessas questões eram colocadas como questões intrigantes para a gente. E se chegou à conclusão... Antes, as respostas dos cientistas eram: "As florestas têm uma capacidade de remoção, de absorção de CO₂ enorme". E davam aí uma tonelagem que ia até 11 toneladas de carbono por hectare/ano, o que era uma quantidade enorme, se a gente olhasse as florestas e não visse, na floresta, a representação de toda essa capacidade de remoção. Porque, se este fosse o caso, elas deveriam estar crescendo, aumentando a sua capacidade, porque esse CO₂ se traduz em massa, em biomassa. E não era isso que a gente estava vendo acontecer lá. Hoje, o pessoal é um pouquinho mais simplório, eu diria, mais conservador. E alguns experimentos têm mostrado que algumas partes da floresta ainda atuam como sumidouro, bem mais conservador, bem mais simplório, da ordem de, em média, meia tonelada de carbono por hectare/ano, em algumas áreas. Em outras, a gente já tem emissões, e aí dá aquele entendimento complexo da dinâmica dos sistemas terrestres. Muito complexo se analisar tudo isso.

E aí se tem solo, a gente tem as raízes, a gente tem um sistema que não é só aquilo que a gente vê, enfim. Então, essa parte tem sido a parte, mesmo, de mudança de uso da terra, a parte das florestas, tem sido inserida dentro dos modelos de uma maneira ainda muito simples, com muita reserva, até pela falta de conhecimento mais aprofundado, global, global... Eu diria que se tem... Que se tem do comportamento futuro dentro dessas florestas. Então, eu diria, Senadora, que um dos problemas que nós temos é, justamente, um problema de modelagem, que não é particular do país, mas é um problema global, de falta de compreensão de alguns funcionamentos básicos, particularmente, os referentes à biosfera terrestre, que impedem com que essa... O sistema de retroalimentação da biosfera terrestre com a atmosfera seja ainda mal compreendido.

Diria também à senhora que um segundo particular é o fato de que alguns dos dados que a gente tem e, aí também são dados globais e, particularmente, dados em países em desenvolvimento, são ainda bastante

limitados. E, nesse particular, a gente pode dizer que o Brasil ainda tem um sistema, até um pouco melhor, de quantidade de dados, mas, mesmo assim, necessitaria ter uma rede muito mais, muito mais completa de observação, que permitisse a gente intensificar as nossas observações, particularmente dos nossos biomas mais ameaçados, que eu caracterizaria, sem nenhum prejuízo aos outros biomas, como sendo a Amazônia e o Cerrado e a Caatinga. Ou seja, a gente está com os nossos seis biomas, fica difícil a gente até priorizar. Mas a gente tem tido aquela vocação de dizer que os nossos mais ameaçados são a Amazônia, até porque ela ainda tem grande parte dela ainda inteira. E o Cerrado que a gente tem uma biodiversidade fantástica e que não pode se esquecer dela. A Caatinga, que é um dos nossos biomas pouco estudados e que merece, certamente, ter uma intensidade... Mata Atlântica, estamos agora em voltar a ter uma... Vamos assim dizer, uma intensificação de reflorestamento em áreas degradadas, não é, Senadora?

Então, diria à senhora que, se olharmos algumas das projeções futuras que o IPCC faz, com base em narrativas que foram desenvolvidas em 1996, com modelos que foram rodados por diversos institutos de pesquisa, particularmente, os cenários com que o IPCC trabalha hoje. São dois modelos do Japão, dois modelos dos Estados Unidos, um modelo da Suécia e um modelo holandês e, agora, o Brasil indo para uma modelagem mais regional, não global, mas mais regional, ainda carecem de uma maior acurácia, que permita com que a gente entenda, de uma maneira, eu não diria inequívoca, mas um pouco mais apropriada, de onde estão os nossos impactos, de onde estão as nossas vulnerabilidades e que permitissem poder vislumbrar medidas de adaptação bem fundamentadas e concretas.

Sempre digo que trabalhar em mitigação é mais fácil do que adaptação. Porque mitigação é a identificação de onde a gente pode reduzir. E a gente pega setores, é mais fácil. Se fala: "Bom, a gente pode fazer uma agricultura melhor, pode ter prática melhor. Nas florestas a gente pode reduzir o desmatamento. Na energia a gente pode... no transporte a gente pode usar os renováveis. Na energia a gente pode estar aí também com eólica, com solar." É muito mais fácil a gente identificar as potencialidades, particularmente, as setoriais para um país.

Quando se fala em adaptação, a questão já é um pouquinho mais complicada. Porque você pode falar de uma adaptação que é autônoma, é aquela que, por exemplo, as florestas, digamos, se adaptariam naturalmente a uma mudança do clima. Altamente improvável. Altamente improvável. Depende da velocidade

com que essa mudança do clima vem. E, atualmente, a maior coisa... O que mais impressiona os cientistas, Senadora, é a velocidade com que essas mudanças estão acontecendo. Então, devido a essa velocidade, muitos sistemas não vão ter a habilidade de se adaptar. A floresta podia... Se fosse uma coisa mais lenta, um aquecimentozinho que fosse bem lentinho, ela talvez conseguisse. Mas vai chegar a um ponto que não vai conseguir. Essa capacidade autônoma não existe mais. E aí que entra aquela ideia da adaptação aonde a mão do homem é importante. É a identificação da criação de corredores, no caso de florestas que permitissem você manter o mínimo de integridade e menos fragmentação da floresta.

A questão da exploração de espécies agrícolas, não é, ou seja, a identificação de quais serão mais afetadas. Tudo isso ainda está acontecendo, Senadora Ideli, com um grau de incerteza muito grande. E não é só no Brasil. É geral. É geral. Então, nós temos duas opções, não é, ou seja, eu sempre acho que olhando-se os cenários, dentro dos cenários aonde se imagina um futuro mais limpo, um futuro mais integrado, um futuro onde a densidade demográfica não é tão intensa. Um futuro aonde todos tenham condições sócio econômicas equilibradas. Se a gente olhar um futuro desses, certamente, a mudança do clima vai estar menos... Vai ser de menor impacto do que aquela que se a gente tiver um modelo de desenvolvimento desequilibrado, ainda com grandes distorções de renda entre as nações, grandes distorções de oportunidade de inovação tecnológica, visto que os países desenvolvidos têm mais dinheiro e mais capacidade instalada para esses desenvolvimentos.

Eu vejo, Senadora, que falar em cenários é importante. É importante porque eles têm que nos dar uma ideia, não só de onde estão, minimamente, as nossas vulnerabilidades, quais serão os impactos potenciais da mudança do clima. A gente pode trabalhar com cenários menos agressivos e cenários mais agressivos em mudança do clima. E trabalhar dentro de uma ótica de que as políticas e medidas que forem, mesmo que forem de curto prazo, terão grande impacto nas questões de emissões futuras de longo prazo.

Então, eu diria para a senhora que, se há dificuldade do Brasil ter um pouco mais de visão concreta de onde as nossas dificuldades estão, certamente não é particular do país. O IPCC, esse painel intergovernamental sobre mudança do clima, já está trabalhando agora, para um próximo relatório de levantamento que vai acontecer, que vai ser entregue em 2012, 13, 14. Já vê esses novos relatórios sendo trabalhados com base em novos cenários.

Ou seja, os cenários que nós estamos trabalhando são ainda cenários desenvolvidos em 1996, pelo painel. Então, a ideia é que novos cenários sejam desenvolvidos e que vão, então, caracterizar toda a parte de modelagem, de impactos. Isto vai... Senador, esses cenários, eles vão alimentar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TELMA KRUGER: Isto. Isso é global. São os cenários do IPCC que, na verdade, nós usamos também para ter um pouco da ideia das nossas vulnerabilidades e impactos. Não é? Por exemplo, é certo que se identificou, dentro desses cenários do IPCC, impactos no semiárido brasileiro, ou seja, uma redução de precipitação mais acentuada, a questão da desertificação mais acentuada na região do semiárido, enfim, essas coisas estão pontualmente, eu diria, localizadas dentro dos cenários que foram utilizados.

A ideia é refinar os cenários de forma a reduzir a incerteza. Porque, hoje, o senhor tem uma variedade enorme de possibilidades do futuro. E tem que trabalhar com essa incerteza. A ideia é... Será possível que a gente consiga reduzir essas incertezas e permitir, em particular, ações de adaptação que permitam com que o dinheiro público, ou a canalização de recursos seja mais eficiente, ou mais eficientemente canalizada para aquelas ações de adaptação, que realmente são fundamentais? E dentro da ótica do desenvolvimento sustentável? Então, esses relatórios, eles estão projetados só para 2012, 2013. O que não impede que nós continuemos os nossos esforços de tentar uma regionalização dos nossos modelos e permitir com que a gente avance, não só em nível do conhecimento do Brasil em si, mas da região, Senador. Ou seja, não se isolar enquanto país, mas, entender a região como um todo, particularmente porque compartilhamos boa parte da nossa Bacia Amazônica que, na verdade, tem uma contribuição bastante significativa em termos de... Em termos da mudança climática da forma como a gente, enfim, vai ver essa evolução no futuro. Eu não sei, senadora, se a senhora acha que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. TELMA KRUGER: Acho que seria interessante, senador, porque, senão, fico só eu falando do lado de cá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós agradecemos... Quero agradecer a abertura com a exposição da Dra. Telma Kruger. Para os parlamentares que não estavam aqui no início, nós apresentamos a justificativa. O Dr. Carlos Afonso Nobre que também era nosso convidado não tinha condição de comparecer no dia de hoje. Então,

nós iniciamos o trabalho com a brilhante exposição da Dra. Telma e vamos agora já disponibilizar para os questionamentos. Então, eu só... Começaremos pelo Deputado Sarney Zequinha.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, Zequinha. Dá uma impressão de--

SRA. TELMA KRUGER: Companheiro de longa data, não é, deputado?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Dra. Telma, é um prazer tê-la aqui. Nós todos temos uma admiração muito grande pelo INPE. Eu considero um dos centros de excelência do nosso país, uma referência nessa área. Sempre através dos seus dados, dos seus levantamentos, tem sido um ponto inquestionável a lisura e a competência dos seus técnicos na elaboração desses relatórios, que jamais foram questionados, a não ser por alguns segmentos que, emocionalmente, querem desqualificar um relatório. Eu me refiro aqui a uma parte muito pequena do segmento ruralista que sempre questiona os dados do desmatamento, principalmente, quando eles estão aumentando.

Então, eu acredito que um centro de estudos tão importante, como o INPE, já deva estar se preparando, ou já deva estar apontando possíveis cenários, mesmo que seja compilando aquilo que os institutos nossos, de pesquisa da Amazônia, aquilo que os institutos, que o IPCC, mesmo, já diz agora, não é, sempre... A qualquer momento sempre vem uma notícia a respeito dos possíveis cenários. Uma coisa já é certa, Dra. Telma, eu acho que todos nós concordamos. É que o aquecimento global já é uma realidade. Já é uma realidade e as consequências dessa realidade nós já estamos sofrendo.

O Brasil mesmo, nós já estamos vendo agora, Santa Catarina, a terra da nossa senadora foi, há pouco tempo, alvo de uma catástrofe. Agora, é o Maranhão, a minha terra, que também está debaixo d'água, correndo o sério risco de rompimento de uma barragem. E eu qualifico ambas catástrofes como catástrofes ambientais, que têm, ao mesmo tempo, o aquecimento global como um dos pontos fundamentais, que mudou o clima, hoje a precipitação é muito maior, numa quantidade de tempo muito menor, como também, a péssima ocupação e planejamento da ocupação do nosso solo, a maneira como foram tratados os nossos rios, desmatando as matas ciliares, as cabeceiras, fazendo com que um evento dessa natureza pudesse abranger, causar esse tipo de catástrofe.

Mas a gente sabe que o último inventário que teve... Nosso último e único inventário sobre emissões dos gases do efeito estufa, ele se baseia em dados de 1996. A partir daí, agora, comenta-se que já está em

fase de conclusão esse novo inventário. O que se sabe, e isso é que é a minha pergunta, é que houve uma certa mudança. A gente era considerada o quarto maior emissor, como país. Terceiro, se tirarmos a União Europeia, por causa das nossas... Do nosso desmatamento, do uso do solo, das queimadas, principalmente, na Amazônia. Houve uma diminuição evidente do desmatamento, por vários motivos, que não cabe aqui, agora, elencar. Mas, essa diminuição do desmatamento, e o fato de que nós tivemos uma mudança, de certa forma, no nosso modelo de produção e geração de energia, dando uma prioridade emergencial às termoelétricas, tanto isso nos últimos anos, depois desse inventário, é bem possível que tenha havido uma maior, uma diminuição das nossas emissões de gases, pelo ritmo do desmatamento ter diminuído e, ao mesmo tempo, ter aumentado as nossas emissões de gases. Aí sim, pelo que é o padrão dos países desenvolvidos. Pela queima de combustível fóssil.

A minha primeira pergunta é se a senhora tem conhecimento desse assunto, se podia nos relatar alguma coisa. Segunda coisa que foi falada aí *en passant*, diz respeito aos cenários. A gente já sabe que, por exemplo, o nível do lago daqui de Brasília é o maior nível desde que começou a se medir o lago. Nunca houve... O lago nesse nível. A gente viu, há pouco tempo, aquela seca na Amazônia e, agora, uma enchente de outras proporções. Há cenários que dizem que é possível que a Amazônia, na Amazônia, seja mais frequente pequenas secas, veranicos e que o regime de chuva no Sul e no Sudeste vai modificar seguramente a agricultura. Então, o INPE tem entrado em contato com a EMBRAPA, por exemplo, já para fazerem estudos sobre novas tecnologias de engenharia genética para que pudesse se adaptar a isso. Se nós estamos... Só essas duas perguntas eu acho que já são bastante amplas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Deputado Zequinha Sarney, e eu vou aproveitar para engatilhar numa questão, para a Dra. Telma, que é o seguinte. Esta aqui é a capa do jornal da Câmara, de hoje. Ambientalistas querem impedir mudanças no Código Florestal. Em audiência na Câmara, parlamentares e entidades ligadas ao meio ambiente debateram formas para impedir mudanças no Código Florestal e a aprovação da MP 458. E a capa do jornal do Senado de hoje, diz lá, a legislação ambiental e o aquecimento em debate. E se reporta que amanhã onze Comissões... É inédito. Nunca antes nesse país. Nunca antes nesse Senado. Onze Comissões devem discutir no Plenário do Senado as áreas de proteção permanente, o alcance territorial

da legislação ambiental indigenista e suas implicações no agronegócio.

E um dos principais assuntos que vai ser tratado nesta audiência de amanhã é, exatamente, um estudo de um pesquisador da EMBRAPA, da EMBRAPA... Famoso estudo que coloca que nós temos apenas 29% da terra, do solo brasileiro para a ocupação agrícola, que o restante é reserva ambiental, é reserva indígena, é reserva de quilombola, é reserva disso, reserva daquilo e, portanto, a agricultura não tem como se expandir, se desenvolver no nosso país. Então, eu já gostaria de aproveitar, não é, para saber se o INPE tem algum tipo de avaliação a respeito da utilização do solo no Brasil, as suas implicações e como é que nesses cenários de tanta improbabilidade, como a senhora deu a entender porque nós estamos ainda tateando, porque as coisas não conseguem se afunilar, no sentido da gente ter mais clareza. Vai acontecer, não vai, em qual medida. O que é que significaria mexer no Código Florestal Brasileiro nesta conjuntura.

E como a senhora mesma disse que floresta não é a solução, como durante muito tempo se propagou, mas que ela faz parte da solução. A gente sabe que tem o fenômeno La Niña, tem várias questões das mudanças climáticas influenciando. Mas, ao mesmo tempo, a mudança no padrão de precipitação pluviométrica em vários Estados, em várias regiões... Lá em Santa Catarina, muitas pessoas colocam que os famosos rios voadores, a evaporação na Amazônia e tal, que faz a chegada da umidade para outras regiões e contribuem com a... Que isto daí está num padrão de mudança também significativa. Então, se em termos do INPE há algum tipo, porque eu sei que a USP, por exemplo, tem estudiosos, tem técnicos que estão tratando dessa questão dos rios voadores, que também é uma... É uma questão que tem influência na mudança deste padrão pluviométrico em todo o nosso país. E lá no Sul isso tem sido visível. Você tem metade do Estado embaixo d'água e a outra metade com terra rachando, parecido, quase, com o semiárido Nordeste. Isso no mesmo Estado, uma situação extremamente grave.

Então, era isso, Dra. Telma. Vamos recolher todos? Pode ser, pode ser. Então, o Deputado Arnaldo... Está bom.

DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP): Pois não. Agradeço também essa oportunidade, saudar a Dra. Telma, que vem aqui abrilhantar o trabalho da nossa Comissão, da nossa Presidente, todos mais. Minha pergunta é muito singela, porque é muito importante esse testemunho da senhora que se dedica a essa questão, tem essa prática de lidar com este levantamento, tem contribuído muito no IPCC. Então, eu queria fazer uma pergunta bem objetiva, Dra. Tel-

ma. É o seguinte: do ponto de vista da legislação que nós temos aqui no país, isso, cotejado com o trabalho que a senhora desenvolve e o INPE, como um todo, que tipo de vácuo da legislação causa problemas ao trabalho? Que tipo de definição seria útil, para que o trabalho do INPE, de uma forma geral, nessa questão de mudança climática, pudesse ser melhor tratado? Que tipo de sugestão, a partir da sua vivência concreta, cotidiana, a senhora teria a nos fazer?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Casagrande, que, carinhosamente, eu chamo de Casinha.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Casão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Casão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ideli, Deputado Colbert Martins--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, mas evoluiu, hein, porque, na Câmara, está dizendo, o Deputado Colbert Martins, que era Big House.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Big House.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Big House.

[risos]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dra. Telma, é um prazer tê-la aqui conosco novamente, já participou conosco da Comissão Temporária de Mudanças Climáticas e, agora, participa da Comissão Permanente de Mudanças Climáticas, e, depois da Comissão de Orçamento, esta é a outra Comissão do Congresso, organizada de forma permanente. Eu quero só... Primeiro repetir a pergunta do Deputado... Todo mundo no apelido hoje, Deputado Zequinha. Porque se nós temos uma previsão do IPCC para o mundo, o que nós estamos aprofundando, detalhando, com relação aos cenários para o Brasil? O que nós, brasileiros, estamos fazendo em termos dos cenários para o Brasil nos nossos principais biomas, com relação à elevação do nível do mar aqui, com relação ao semiárido, com relação à Floresta Amazônica, com relação a culturas econômicas que nós temos hoje no Brasil?

Então, no que nós estamos avançando de forma organizada no Brasil, em termos de cenários? Porque o Brasil é um continente. O Brasil é uma Europa. Então, o que... Sempre se discute a situação da Europa, temos de discutir a situação do Brasil, porque em termos de tamanho, de dimensões nós temos muitas semelhanças em termos de tamanho. A segunda questão. V. Exa. que já foi Secretário Nacional do Ministério, acha que o nosso Plano Nacional é uma boa referência para a

gente segui-lo? Esta Comissão pode pegar o Plano Nacional e ficar tutorando o plano para não... É aquilo ali que a gente tem que fazer? É uma boa referência? Ou ele é só uma carta de intenção, de repetição políticas que já têm em diversos ministérios, juntou tudo, compilou tudo? Qual é a impressão de V. Exa. com relação a este tema?

A outra é... O tema ganhou uma perspectiva maior, com a eleição do Barack Obama nos Estados Unidos. Tem uma visão diferente, é mais progressista, é do diálogo, compreende a necessidade dos investimentos em energias renováveis e da integração global. Saímos daquele ranço passado e passamos para uma perspectiva nova, de uma visão nova. Então, isso cria uma expectativa para um bom acordo, no final do ano, lá em Copenhague? Cria uma boa perspectiva? A senhora está animada com Copenhague? Vamos fechar um bom acordo? Nós vamos terminar o período de protocolo de Quioto, da primeira fase do protocolo, sem cumprirmos o protocolo, não é isso? Nós não vamos cumprir os 5,2%?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas se recuperar ano que vem, a gente repõe tudo. Nós não vamos cumprir, talvez cheguemos lá, mas é... É de 5,2% para 20%... Vamos imaginar que seja o mesmo período. De 5,2% para 20%... Nós estamos perdendo o jogo? Você acha que é um jogo perdido? Acha que isso é um jogo... Acha que esse é um jogo que a gente está jogando só para cumprir tabela, porque nós não temos condição de vencer esse jogo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dra. Telma, com a palavra. Acho que a senhora tem que...

SRA. TELMA KRUGER: Distintos parlamentares pelas perguntas, não é? Eu vou tentar responder o melhor possível. Deputado Sarney, o senhor, bem apropriadamente, falou da nossa questão do inventário nacional. Por que o inventário nacional, não é? Ou seja, na verdade, o inventário nacional começou a ser feito como parte do nosso compromisso junto à Convenção... Vamos simplificar... A Convenção do Clima. E com uma distinção muito grande entre países desenvolvidos, que também têm compromissos de reportar as suas emissões de maneira sistemática, no caso deles, é a cada ano. No caso dos países em desenvolvimento não há um período fixo, mas, certamente, é realizado também com contribuição de dinheiro externo, altamente complementado por recursos internos próprios, porque são muito insuficientes, depois, talvez, dê para explicar um pouquinho o porquê. Mas esses inventários devem ser feitos com metodologias

comparáveis, que são acordadas pelos países signatários da Convenção.

Bom, existe hoje uma distinção bem grande entre o que é exigido dos países em desenvolvimento e o que é exigido dos países desenvolvidos, com relação aos seus inventários nacionais. Duas dessas distinções são: uma eu já mencionei, a questão da temporalidade, sendo os países desenvolvidos obrigados, vamos assim dizer, a reportar anualmente as suas emissões, em todos os setores: Energia, incluindo transporte, a parte de agricultura, a parte de mudanças da terra, a parte de tratamento de resíduos, processos industriais. Estamos falando de um mundo de emissões. E eles seguem uma metodologia um pouco mais arrojada, também desenvolvida pelo IPCC para fins de inventários nacionais. Essas metodologias arrojadas só são feitas para os países desenvolvidos e, sugerindo-se que os países em desenvolvimento façam também.

Nosso primeiro inventário foi feito de 1990 a 1994, como todo mundo sabe, com grandes emissões do nosso setor de mudança de uso da terra e florestas, particularmente, o desmatamento na Amazônia. Então, isso não é segredo para mais ninguém. Estamos agora fazendo inventário, Deputado Sarney, que pega o período de 1995 a 2002. Ainda alguém daquilo que se precisaria ter para se ter um retrato mais próximo da nossa realidade, mas, por outro lado, atendendo ainda à exigência da Convenção, em termos do nosso compromisso multilateral. O Brasil deu um passo à frente, Deputado, que foi o de, visto que as nossas emissões mais significativas são decorrentes do setor de mudança de uso da terra, adotar as metodologias, só exigidas dos países desenvolvidos, e fazer o nosso inventário na mesma base.

Para dar uma ideia um pouco melhor da seriedade com que o Brasil leva esse tema à frente. Ou seja, o inventário nacional, o primeiro já foi um inventário de referência, e o segundo não pode ficar atrás. Então, qual é a vantagem desse segundo, que eu vejo? A vantagem, Deputado, é que, diferentemente do primeiro, esse segundo é totalmente espacializado em nível de país inteiro. E a gente vai tratar com matrizes de transição. Ou seja, se eu desmatei, desmatei por quê? Ou seja, se eu tenho um retrato em 1994 e tenho um retrato em 2002, que retrato é esse? Quanto que foi convertido, por exemplo, de floresta para a agricultura? Quanto que foi para pastagem? Quanto que saiu de agricultura e foi para pasto? Quanto saiu de pasto e foi abandonado? É esse retrato, muito mais sólido, que nós vamos ter no nosso segundo inventário nacional. As... Ele é um... Ele fica pronto este ano. Isto é, certamente. Agora, ele é um desafio. Um desafio por quê? Porque ele utilizou todas as recomendações mais

agressivas do IPCC, que são... Ter todas... Todo o território espacializado, espacializado, georeferenciado. Vai ser difícil a gente ver isso de outro país.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TELMA KRUGER: Ele é bom para a gente ter uma figura, para a gente ter, realmente, uma ideia. Porque falta disso, essa dinâmica. Essa dinâmica, a gente não tem muito conhecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TELMA KRUGER: Então, nós vamos ter uma lacuna, deputado, que é... Só está vendo um retrato em 1994 e vendo um retrato em 2002. E é certo que uma dinâmica particular aconteceu entre esse período, que nós não vamos saber identificar. Infelizmente, não vai dar para identificar se, por exemplo, parte da área que foi desmatada e convertida para uma agricultura foi abandonada. Se foi abandonada, se foi convertida para uma pastagem, se está em pousio. Isso é muito difícil de responder dentro de um inventário que tem esse período de duração. Mas certamente, desculpe... Acabei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Pois não, aqui nós estamos num debate que pode ser dinâmico.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): O que nos impede de fazer mais frequentemente... Qual é a frequência... Porque eu tenho um projeto exigindo que o governo faça, mas, até o momento, esse projeto está aberto para o tempo e, quanto tempo, depende da nossa capacidade. Qual é o máximo que nós podemos fazer em termos de frequência?

SRA. TELMA KRUGER: Eu acredito que, com a criação desse banco de dados agora, totalmente georeferenciado, a questão vai ficar mais simples. Poderia ser anualizada. Eu não sei se a contribuição vai ser muito grande. Eu diria que um espaço de tempo é adequado, seria a cada dois, três anos para um inventário. Eu não faria isso com uma periodicidade anual, até porque nem os países desenvolvidos assim o fazem. E não é porque eles não fazem, que nós não faríamos. É porque a contribuição, a mudança é muito pequena. Então, muitas vezes, não vale a pena se gastar recursos de uma ordem, até significativa, para um ganho muito pequeno de conhecimento, da dinâmica. Então, eu diria para o senhor que eu, particularmente, se tivesse que fazer, gostaria de fazer a cada dois, três anos, ou até fazer um rodízio entre os biomas e ir aperfeiçoando.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A senhora tem ideia de quanto custa [ininteligível].

SRA. TELMA KRUGER: Ele deve... Se o senhor estiver falando só dessa parte de espacialização, e de geração dessa matriz de transição, nós estamos falando da ordem de um milhão e meio a dois milhões de reais. Não é muito, se o senhor falar... Não é muito, mas... Nem sempre é fácil a gente conseguir essa canalização de recursos. Mas, enfim...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu queria só fazer uma sugestão...

SRA. TELMA KRUGER: Ministra... Senadora...
[risos]

SRA. TELMA KRUGER: Me desculpa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito feliz de tê-la aqui entre nós. Você foi a Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente da 1ª Secretaria a ter sido criada no nosso país, e deu uma grande contribuição, fazendo as bases do que seria o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, além de ter sido fundamental na negociação, tanto em Bali, quanto em Nairóbi, quando o Brasil mudou a posição de não ter metas, para metas. Então, quero fazer aqui esse registro. E eu queria sugerir o seguinte: que, talvez, a gente pudesse ter uma exposição sua e, depois, a gente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ela já fez, Senadora Marina, porque nós iniciamos no horário.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Desculpe. É que teve a Comissão do Casagrande lá, da Medida Provisória, de Meio Ambiente e Agricultura, e eu fiquei... Fui a última a sair. Fiquei até o último minuto. Eu e o Senador...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Orando e vigiando, Senadora...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Éramos nós dois. Então, eu vim, praticamente, direto para cá. Mas, então, já estamos na fase das perguntas. Eu peço desculpas aos colegas e peço desculpas, também, por não ter acompanhado a sua exposição.

SRA. TELMA KRUGER: Senadora, então, vamos voltar e vamos ser mais objetivos. Então, nós estamos numa nova linha de um inventário nacional bastante completo que... Temos a ansiedade que ele continue sendo um modelo de inventário. Certamente, vai ser o primeiro de país em desenvolvimento. E vamos mudar de patamar para uma coisa bem mais audaciosa. O senhor também, Deputado, falou um pouco sobre a questão do... Sobre a questão dos cenários, se nós já estamos preparando cenários. Certamente, sim. E há uma coisa, uma condição que o Brasil tem, que eu acho que se deve a esta Casa, se deve aos parlamentares, que sempre apoiaram a que nós tivéssemos avanços grandes, e temos um super computador, que

não é de hoje, e que nos permite sermos únicos na América Latina, com a capacidade de fazer a rodagem de modelagens, com uma resolução espacial bastante adequada e que, na verdade, esses modelos levam, por vezes, semanas a meses para uma rodada.

Então, Deputado, eu queria só reforçar a importância de se manter mecanismos, como a gente tem no INPE, com um super computador, que permite com que o Brasil não fique aquém de poder gerar seus próprios modelos, não só para o país, como modelos para a região também. Então, nós estamos fazendo isso e temos também, Deputado, discutido isso com uma comunidade. Ou seja, esses modelos quando eles estão sendo rodados, eles estão, como eu já mencionei, ainda com resultados muito incertos. Muito incertos. Em pequenas e poucas partes do país existe uma coerência e consistência dos resultados dos modelos, dos diferentes modelos sendo utilizados.

Em outras partes do país o senhor vai desde seca à inundação para uma mesma região. Ou seja, há necessidade de que a gente aperfeiçoe a nossa capacidade de gerar projeções para essas áreas, que nós não temos tido essa capacidade ainda. Estamos formando, então, essa rede como eu disse para o senhor, com diversas instituições, incluindo a EMBRAPA, o INPA, a USP, Viçosa e vários outros institutos de excelência nesse país e que, certamente, vão contribuir para a gente refinar os resultados dos nossos modelos. Ah... O senhor...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dra. Telma, só um minutinho. A Comissão tirou, como diretriz do nosso trabalho, no 2º semestre, nós nos dedicamos mais à preparação de Copenhagen. Então, o que eu queria perguntar é o seguinte. A senhora disse que, provavelmente, estará concluído o mapeamento. E se nós podemos contar com o acesso a estes dados, porque eu acho que eles serão de fundamental importância para a Comissão, inclusive, preparar propostas, sugestões, no sentido de influenciar a posição do país para Copenhagen.

SRA. TELMA KRUGER: Isso sem dúvida nenhuma, Senadora. Sem dúvida nenhuma. Esses dados são sempre dados públicos, são dados abertos, são dados gerados com o dinheiro do contribuinte. Certamente, eles são públicos desde o ponto em que eles estão disponíveis de imediato. A senhora mencionou a questão do solo brasileiro, a questão da ocupação agrícola. A questão que eu faria um pouco, também, dessa questão, dessas projeções de áreas para a agricultura, elas também são um pouco limitadas pela incapacidade que nós temos, às vezes, no presente, de projetar todos os investimentos em produtividade. Muito se fala em se expandir área, expandir área, expandir área. É o que

a gente sempre vem falando da questão própria da cana-de-açúcar para a geração de etanol.

Então, a gente fala para o pessoal de fora. Eu não preciso expandir área. Eu estou investindo em produtividade. O Brasil é um dos exemplos de ter aumentado a sua produtividade agrícola para cana-de-açúcar, em particular, de maneira fantástica. Ou seja, não necessariamente a gente está simplesmente expandindo área agrícola para ter uma maior produção.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Dra. Telma, só para colaborar, ainda um pouquinho, com essa coisa. Até porque amanhã vai ter essa Audiência Pública importante aqui no Senado. Esse estudo do Dr. Evaristo, que não é um estudo, não tem a chancela da EMBRAPA, mas aí, depois, me disseram que a EMBRAPA... Qualquer técnico que faça um estudo é considerado estudo da EMBRAPA. Hoje mesmo, no jornal *O Valor*, se não me engano, há uma discussão entre os dois técnicos, um dizendo que não era da EMBRAPA, outro dizendo que era. Tem uma certa coisa. Mas bem, o importante é o seguinte: uma das coisas, a senhora acabou de falar uma das coisas importantes que esse estudo não leva em conta. É essa. Outra coisa, Senadora Ideli, é justamente, são as áreas que já foram degradadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): As degradadas, que não tem política de recuperação.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): A outra é o zoneamento ecológico econômico, que está previsto no Código Florestal. Basta que os Estados e a própria União cumpra o seu dever de casa, e faça o zoneamento, e através da aprovação do CONAMA, desse zoneamento, as áreas de reserva legal podem ser, sim, flexibilizadas. Cientificamente, de tal maneira que o bioma, o funcionamento do bioma seja mantido. Então, eu acho importante essa sua palavra porque, na verdade, é uma análise simplista do técnico Evaristo e, amanhã, provavelmente, esse estudo gerou um discurso, que é o discurso do momento daqueles que querem o desenvolvimento a qualquer custo. Então, qualquer fórum que você vá de meio ambiente, de agricultura, está lá o estudo do Evaristo dizendo: "Querem engessar o desenvolvimento do país". Quando, na realidade, já está provado que não é nada disso.

SRA. TELMA KRUGER: Bom, então, eu queria apontar um pouco essa parte também da produtividade e falar uma questão também, acho que foi a senhora que falou dessas grandes áreas de secas, grandes áreas de inundação. É interessante porque o IPCC, em alguns cenários que ele aponta... Ele aponta que, não necessariamente, a quantidade de precipitação, o volume será menor. O que poderá caracterizar a mu-

dança do clima é manter-se o mesmo volume, mas, em grandes... É, é... São em grandes eventos de precipitação. Então, você tem uma grande quantidade de água, depois seca, seca, seca, seca... Ou grandes secas, se estendendo por períodos longos de tempo. Se fosse contar o número de dias, talvez, seja o mesmo, ou seja com insolação, ou sem água... Mas é a questão desta... Desse aprofundamento, desses extremos, não é, que são, acho que, muito mais preocupantes, não é, em ser...

Bom, Deputado Arnaldo, eu já vou voltar às suas questões sobre a legislação. Senador Casagrande, feliz, não é, porque a gente saiu da Comissão temporária para uma Comissão permanente, isso nos traz uma enorme satisfação de ver, realmente, se transformando uma pauta mais permanente de discussão. O senhor me fez uma pergunta difícil de responder, sobre a questão do Plano Nacional. Eu vou lhe dar uma resposta honesta, como sempre. Nós desenvolvemos uma política nacional antes do plano. Essa política está tramitando no Congresso em adição a várias outras propostas na área, sejam propostas de projeto de lei para política nacional que, em algum ponto, devem ser, enfim, consolidadas para uma política única desse país.

Mas eu não acredito que a gente fuja muito dos vetores que foram apontados pelo Executivo e por muitos dos projetos do Legislativo. Quais sejam? O esforço desse país de contribuir para a mitigação da mudança do clima, um esforço de nós identificarmos as áreas mais meritórias de uma adaptação mais imediata e concreta, a questão de uma consolidação do conhecimento e divulgação, a questão da educação ambiental, que é fundamental dentro desse processo também, não é? Ou seja, os eixos foram consolidados dentro do que eu chamo um arcabouço que saiu do Executivo, que eu acho que se encaixa muito bem dentro das propostas que o Legislativo vinha fazendo também.

Bom, a partir daí... Pois não. Eu vejo que a política é um arcabouço. Ela é um grande arcabouço na visão do país, com relação à política, o que eu quero? O que esse país vai fazer, a sua visão? O plano é, a meu ver, um detalhamento para implementação daquela política. Ele é um plano que vem sendo dito ser dinâmico. Eu vejo o resultado da entrega do Plano Nacional como uma primeira, bem primeira mesmo, avaliação, não só daquilo que o país já vinha fazendo para contribuir, tanto para área de mitigação, como para área de capacitação, mas, é uma primeira rodada, eu diria. Certamente, terá que merecer ajustes periódicos. E o que eu vejo de mais importante, aproveitando que nós estamos nessa Casa, Senador. O mais importante que eu vejo é que a política nacional, ela vislumbrava

estar acima dos outros planos de ação ou de outras políticas. Ele está acima, porque ele dá a visão do país como ele quer contribuir.

Portanto, eu acho que a grande dificuldade que vai se ter agora é compatibilizar os outros instrumentos como, por exemplo, Plano Nacional de Energia, de forma que a gente tenha este Plano Nacional de Energia é... Consistente com a nossa ideia de que a gente vai estar contribuindo para mitigação da mudança do clima, portanto, fazendo com que a nossa matriz energética não fuja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. TELMA KRUGER: Sem dúvida nenhuma vai precisar. E eu acho que é, justamente, essa orquestração que vai ser necessária para que, realmente, essa acomodação seja feita. Então, eu acho que o Plano Nacional, Senador Casagrande, ele é meritório pelo fato de que ele traz, ele é um primeiro pontapé. Ele é um primeiro pontapé. Então, tem mérito por ser. O mérito por ser o primeiro. O mérito por dar uma visibilidade externa, de que o país está preocupado em contribuir efetivamente dentro do esforço global de mitigação da mudança do clima. Isso é uma... Externar a preocupação do país de uma maneira concreta.

Então, eu não estou tão preocupada com o conteúdo, como estou com a demonstração de um primeiro pontapé inicial e simbólico, eu até diria simbólico, mas, com a esperança de que essas revisões periódicas ocorram e que essa orquestração aqui, Senador Gabeira, se referiu, seja realmente uma coisa concreta. Bom, houve uma pergunta também, Barack Obama, Senador Casagrande, Barack Obama. O discurso no mês passado dos Estados Unidos foi muito claro, na reunião que nós tivemos, preparatória para Copenhague. E esse discurso era: Reconhecemos a nossa contribuição histórica para mudança do clima. Porque é histórico.

Nunca antes houve uma demonstração tão clara de que reconhecemos a nossa contribuição histórica. Mas, com uma coisa também tão incisiva, quanto dizer: "Não achamos que o protocolo de Quioto seja o instrumento através do qual vamos conseguir fazer uma mitigação do clima em um nível adequado." Ou seja, não seremos signatários do protocolo de Quioto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Dra. Telma, ele fez uma adaptação "Devo. Não nego. Pago como eu quiser".

SRA. TELMA KRUGER: Claro. Então, se o senhor me pergunta. Estamos muito... Assim... Otimistas para Copenhague? Hei de lhe confessar que já estive mais otimista. Hei de lhe confessar que saí da reunião, no mês passado, preparatória, desapontada com os

baixíssimos progressos que tivemos, por parte dos países desenvolvidos, identificar os seus esforços mais profundos de redução de emissões. Não existe. Simplesmente não existe. Não se coloca na mesa. Nenhum número, nenhum intervalo. E diria para os senhores, o senhor citou os 20%. O 20% é abaixo do limite mínimo que os países em desenvolvimento estão imaginando que deverá ser o esforço dos países desenvolvidos. Aí o senhor me pergunta. É factível? Ser factível é uma questão de revisão de todo um conjunto de princípios e normas. Inclusive, a forma como se vive. A forma como se desenvolve.

Há necessidade de se rever todos esses valores. Vai ser muito difícil. E essa conta não vai ficar barata para ninguém. Então, eu vejo uma enorme potencialidade de que os países desenvolvidos se apoiem nos países em desenvolvimento, oxalá, com recursos suficientes que permitam com que os países em desenvolvimento possam estar buscando uma trilha mais sustentável de desenvolvimento e contribuindo para a mudança do clima de uma maneira efetiva, em adição ao esforço doméstico que esses países necessariamente vão ter que fazer.

Só lhe digo que os esforços que terão que ser feitos para manter a mudança do clima em um patamar adequado serão hercúleos, para dizer o mínimo. Hercúleos, para dizer o mínimo. E, realmente, Copenhague será um grande ponto de interrogação, grande ponto de interrogação. Nós teremos, até Copenhague, mais três reuniões agendadas, preparatórias. Oxalá, vejamos nessas três preparatórias avanços que nós não conseguimos ver até agora na liderança dos países desenvolvidos, de tomar essa temática à frente. Senador, será um desafio muito grande para todos nós. Senador Arnaldo, acho que estou chegando, finalmente, à sua pergunta. Eu sempre digo que a legislação do Brasil é uma das melhores legislações ambientais particularmente. Ou seja, o que eu vejo, hoje, é a necessidade, como eu já coloquei, de se compatibilizar uma política nacional, uma visão da contribuição do país para a temática de mudança do clima, com outros planos de ação, que já haviam sido desenvolvidos no passado, para que a haja uma compatibilidade entre essas... Ou seja, ou através de uma regulamentação, ou através mesmo de uma revisão desses planos. De forma a se manter em pé esse esforço do país de, realmente, contribuir para a mitigação da mudança do clima.

Eu não vejo, eu não seria capaz de lhe dizer se há necessidade de legislações mais específicas. É claro que todos nós estamos buscando neste momento duas coisas que eu acho fundamentais se quisermos tratar da questão de mudança do clima. Uma é a questão da tramitação e aceleração da política nacional sobre

a mudança do clima. Essa é fundamental para, justamente, consolidar essa visão do país numa política. E a segunda, igualmente relevante, é a questão do Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima que é, na verdade, a questão de como é que se operacionaliza uma política, e como é que se operacionaliza um Plano Nacional. Não há como se fazer isso só no papel. Não há como.

E agradeço à Senadora Marina Silva, os grandes esforços que tivemos na identificação de potenciais caminhos que podem, porventura, ser somados a tantos outros que nos deem uma luz da forma como poderão ser financiados, tudo o que vai ser necessário, tanto para pesquisa, como para capacitação, como para inovações tecnológicas. Enfim, todo um pacote que será necessário o Brasil implementar se quiser realmente fazer com que a sua política seja eficiente e não fique, simplesmente, como mais um papel.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço à Dra. Telma. Ainda há a inscrição da Senadora Marina e do Deputado Gabeira para que a gente possa dar, em seguida, Senadora Marina, Dra. Telma, deliberar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Ao final da audiência eu tenho uma sugestão em relação à nossa próxima audiência. E dizer, mais uma vez, da importância de estarmos fazendo esse início com a presença da Dra. Telma, trazendo as contribuições que aporta a essa Comissão. Lamentar que o Dr. Carlos Nobre não tenha podido comparecer, mas, enfim, justificou as suas razões. E uma questão, que eu queria levantar, diz respeito ao esforço que vinha sendo feito pelos países, no sentido da ideia inicial, bem atrás, nós participamos juntos daquela reunião em que estava discutindo o mapa do caminho, que foi na Suécia. E ali o esforço era que fizéssemos o mapa do caminho.

A pergunta e a equação colocada era o mapa do caminho rumo à estrutura que possibilitasse a contribuição dos países desenvolvidos, em relação às suas metas assumidas, e a contribuição dos países em desenvolvimento. Fazendo uma avaliação daquela reunião da Suécia, até agora, em relação ao caminho e, às sinalizações do lugar ao porto aonde chegarmos, pós 2012, qual é, digamos assim, os avanços e os desafios que você identifica? Um outro aspecto, é em relação ao Brasil ter assumido metas de redução que, no meu entendimento, é fruto daquele esforço todo que fizemos e que, agora, podemos assumir nos antecipando, sendo proativos, como eu achava que deveríamos ser, em relação a uma agenda positiva dos países em desenvolvimento, dizendo que eles podem, sim, promover redução, mas que as suas reduções estão associadas

à mudança de modelo de desenvolvimento, e que não tem outra saída, a não ser dessa forma.

Mas a pergunta que faço. A posição do Brasil, em relação a metas, não só para si, mas dentro do G77 e, mais particularmente, junto à Índia, México e a China, qual é o papel que nós podemos desempenhar para que, considerando as realidades e especificidades de cada um desses países, a China tem uma grande quantidade de emissão, mas tem a menor *per capita* de emissões. Nós temos que considerar isso. Mas como é que faz para que eles também possam assumir posições. Senão, o Brasil vai ficar como Dom Quixote, enquanto que os demais continuarão fazendo como sempre fizeram. Eu acho que é o momento de transitar para posições que, de fato, sinalizem, no sentido de uma mudança de paradigma, quanto para rico quanto para pobres. Ricos, descarbonização de suas economias. Países em desenvolvimento, a não carbonização para o atendimento de suas reais necessidades, o atendimento de suas demandas legítimas de desenvolvimento, de energia, enfim, de todos os sentidos.

E uma terceira pergunta. Como você avalia a questão do pagamento por serviços ambientais, associado à redução de desmatamento, inclusive, redução de emissão em função da diminuição de desmatamento, que é sempre uma questão polêmica, aí, os famosos heads(F) que está sendo feita uma discussão. Eu sei que eu vi uma apresentação do Tasso Rezende, achei que tem uma construção, um encaminhamento muito importante, muito significativo que precisa ser aprofundado. E por último, como é que o Legislativo pode contribuir para que o Brasil mobilize, se mobilize, em favor do enfrentamento das mudanças climáticas, associado, no Parlamento, ao acúmulo que já existe? Existe um papel específico nosso, aqui, no sentido de fazer andar a lei, a política de mudanças climáticas que nós ajudamos, elaboramos juntas, fazer andar a política de mudanças climáticas, tem iniciativa dos senhores deputados, de outros parlamentares.

Como podemos fazer para que esse processo possa avançar? Porque o que eu vejo aqui dentro é um imenso retrocesso. O retrocesso porque são 18 decretos legislativos no sentido de revogar artigos, medidas, portarias do Governo Federal, no que concerne à agenda ambiental e à questão indígena, uma profusão de medidas provisórias, altamente na contramão desse esforço que está sendo feito pelo próprio país, pelo próprio governo, por isso é paradoxal, é incompreensível. É incompreensível. Se fez uma medida provisória com uma nova modalidade de PCH, que diz que até 50 megawatts não tem limite para espelho d'água. E você sabe que também tem problemas de emissão

com relação a... Mesmo que não pareça, com relação a hidroelétricas, a represas.

Então, eram essas as questões que eu gostaria de abordar, reconhecendo que a comunidade científica da qual você faz parte tem dado uma grande contribuição, que pode avançar mais ainda com os inventários e que, talvez, uma das contribuições que nós possamos dar também é viabilizando os recursos, porque um milhão de reais não é nada, face ao prejuízo que esse país pode viver, com perda de biodiversidade, com aumento de temperatura, elevando a escassez de água, sobretudo, no semiárido. Não tem comparação os estudos e as simulações que estão sendo feitas em relação a essas questões no semiárido, são altamente preocupantes. V. Exa., você conhece, então, eram essas as minhas observações e agradecendo pela contribuição que traz à nossa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senadora Marina. Deputado Gabeira, para nós podermos encaminhar a parte final da nossa audiência.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu queria, na verdade. Eu queria dizer algumas palavras. A Marina já colocou muitas coisas e eu tenho um tempo também limitado, imagino que a Telma tenha. A primeira delas é a seguinte. Talvez, valha a pena, é claro, é importante falar de aquecimento global e tudo isso, mas a gente descer um pouco à terra, já, no sentido de trabalhar, por exemplo, adaptação de cidades. Eu tentei já em Petrópolis conversar com eles sobre a forma de adaptar uma cidade a mudanças climáticas. Eles sofrem muito com chuvas, Santa Catarina também. Poderia ser um centro de debate sobre isso.

Como se adapta uma cidade para as mudanças climáticas? E a gente fazer projetos concretos, às vezes, não precisa nem falar de mudanças climáticas. Olha, é chuva, ou é seca. Então, esse tipo de presença que as mudanças climáticas têm que ter no planejamento do país. A presença transversal que era a sua política anterior. Agora eu vou passar para uma questão mais técnica onde, evidentemente, eu sou um ignorante, mas um ignorante que se interroga. Um dos problemas, que eu acho, para o IPCC formular, tanto os cientistas, é exatamente quando ele vai fazer os cenários, é que eu queria saber, sempre, qual é a aproximação que nós temos das mudanças climáticas perigosas? Quando é que as mudanças climáticas se transformam em perigosas. E qual é o nível de estudo está sendo já feito sobre as correntes marinhas, como essas correntes estão sendo examinadas, se o Brasil participa disso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dra. Telma.

SRA. TELMA KRUGER: Obrigada, Senadora Ideli. Senadora Marina, obrigada pelas suas perguntas. Então, da Suécia até aqui, quando estivemos juntas, numa grande discussão de Ministros de meio ambiente, tentando encontrar o mapa do caminho, que nos levou a Bali. Eu acredito que em Bali foi dado, assim, um passo muito grande, porque, pela primeira vez, se conseguiu introduzir, de uma maneira mais clara e objetiva, a participação dos países em desenvolvimento dentro do esforço de mitigação global. Então, pela primeira vez, foi dada esta clareza. É claro que esse... Essa inserção da contribuição dos países em desenvolvimento não se deu de forma gratuita, ou seja, ela diz que espera-se que haja uma melhoria, ou um fortalecimento das ações de mitigação, por parte dos países em desenvolvimento, viabilizadas, viabilizadas. A palavra é *viabilizadas*, em inglês, por financiamentos, por tecnologia, por capacitação. E que isso seja feito de forma mensurável, reportável e verificável.

Quando se colocou isto, esse parágrafo específico, do que a gente chama do plano de ação de Bali, assim como, o engajamento dos países desenvolvidos não signatários do protocolo de Quioto, esses dois parágrafos foram meritórios de uma discussão ampla, o mês passado em Bohn, como uma preparatória para Copenhague, onde as pessoas ainda estão tentando entender o que esses dois parágrafos significam. Ou seja, há possibilidade dos países desenvolvidos, como exemplo, migrarem dos seus compromissos quantitativos, de redução de emissões, para um esquema mais solto, que é o que o plano de Bali aponta para os países desenvolvidos não signatários? Há possibilidade desta migração? E é claro que a posição do Brasil do qual sou simples representante aqui, já que essa posição é feita pelo Presidente da República, pela chancelaria, sou simplesmente uma vocalizante aqui da proposta brasileira, não é Ministra?

É claro que o Brasil acha que deve ser exatamente o contrário, ou seja, o plano de Bali deve se espelhar no protocolo de Quioto, e não vice-versa. Quando se parte para a questão do engajamento dos países em desenvolvimento, existem também versões, ou interpretações, que não são necessariamente convergentes. Uns veem de uma forma, outros veem de outra. O Brasil, por exemplo, vê que essa questão de uma intensificação das suas ações de mitigação financiadas e etc e etc é em adição a um esforço doméstico do qual ele não vai se dirimir da responsabilidade de fazer. Mas essas versões elas ainda estão sendo amadurecidas. A senhora vê, não é, dois parágrafos e que dão... Que dão origem a um workshop que dura o dia inteiro, cada país apresentando uma interpretação distinta.

Por isso que eu digo para a senhora que saí bastante desmotivada de grandes avanços em Copenhagen. A questão do Brasil ter assumido meta, isso foi feito de uma maneira clara, ele não enxerga a questão de ter aceito esse parágrafo do plano de ação de Bali como uma meta. É um compromisso. Ele, talvez, ele não diga, de forma quantitativa, que se engaja nesse esforço. Isso ele verbaliza, de uma maneira melhor, no Plano Nacional, aonde se colocam alguns objetivos, alguns, principalmente, para a questão da redução do desmatamento, aonde se colocam especificações de reduções de emissões que vão até, se eu não me engano, até o ano de 2017. E que não vai levar a zero. Para quem fez as contas, Ministra, aquilo vai levar a uma estabilização de aproximadamente 6 mil Km² anuais. Não leva a zero. Ou seja, as contas ainda devem manter, simplesmente, coibir o desmatamento ilegal, que já vai ser uma grande coisa. Mas não é zero. A proposta não é zero. É legal zero, mas que ainda mantém um patamar de desmatamento aí interessante.

É claro que isso foi visto de uma maneira muito positiva para os países. Ou seja, é um compromisso interno, é um compromisso nacional, mas, com uma visibilidade internacional grande, porque demonstrou a intenção do país de atacar a sua fonte mais primária de emissões, que é a questão das nossas florestas. A senhora me faz uma pergunta muito difícil, que é a questão do pagamento de serviços ambientais. E eu acho, Senadora, que quando a gente fala da redução de desmatamento e a senhora sabe disso melhor do que eu, a senhora é minha mestra nisto. Mas eu sempre vejo isso como um pacote. Vejo isso como um pacote, um portfólio, como eu costumo falar, de um conjunto de atividades que incluem, a meu ver, algum tipo de pagamento, cuja forma eu não tenho certeza de como seria configurado. Eu não tenho noção. Quem recebe? Por que recebe? Quanto recebe? Por quanto tempo recebe?

E o que a gente ouve é que muita gente acha que não se deveria ficar refém de mais um pagamento *ad infinitum* para se manter a floresta em pé, mas, sim, tentar dar as condições para aquela floresta ficar em pé, mas sendo explorada de uma maneira sustentável. Através de um modelo de uso que não seja predatório, que não seja um que não leve a alguma contribuição para o desenvolvimento. Que é o que a gente vê. Então, eu digo para a senhora que, obviamente, faz parte de um portfólio que tem que ser melhor pensado, mas eu via, aí é uma posição muito pessoal minha, Senadora, via isso, não como um pacote *ad infinitum* que se estende para o resto da vida, mas como uma coisa intermediária, dando tempo para se repensar--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

Tem essa proposta. É essa a proposta. É essa a proposta. 10 anos é o tempo.

SRA. TELMA KRUGER: Eu acho bastante razoável. Eu acredito, Deputado Gabeira, que o Brasil, hoje, tem um compromisso além daquilo que talvez ele esteja entendendo que ele tem. Que foi a partir da criação do Fundo da Amazônia, um compromisso com contribuições de dinheiro voluntário de países de fora, empresas e etc, a demonstrar a sua capacidade de lidar com um assunto tão sério, como é a contenção do desmatamento. Ele tem essa obrigação. Ele tem essa obrigação. Não é mais uma escolha. Ele tem que demonstrar que, realmente, aquilo que foi dito que... Não é... Preciso fazer mais, preciso fazer melhor, se reflita numa sustentada redução do desmatamento, pelo menos, até chegarmos num limite que o país julgue oportuno. Isso é uma questão de julgamento.

Eu diria para o senhor, concordo com o senhor. Agora respondendo... Ministra, eu acho que a questão do Legislativo, como pode contribuir. Acho que a senhora já falou bem. Acho que a nossa ansiedade hoje é de, realmente, uma política nacional saindo com clareza, quanto mais simples, melhor. Algumas pessoas dizem: "Mas Telma, a política não é ambiciosa?" Ela tem que dar a visão para o país. Ela tem que ser uma tramitação rápida. Ela não pode demorar cinco, dez anos para a gente ter uma política nacional. Ela pode ser aperfeiçoada através do seu plano de ação, revisado, dinâmico. Mas acho que as grandes diretrizes podem estar num plano simples, como muitos dos que estão tramitando nesta Casa, e com contribuições também do Executivo.

Senadora, a questão do Deputado Gabeira, o senhor tem razão, eu acho que a gente já pode fazer muito em termos de adaptação. Não precisa nem modelos muito precisos para dizer que a gente já pode se preparar. Então, eu acho que há necessidade, podem haver legislações específicas para que as cidades cresçam, para que as cidades se desenvolvam de uma maneira que impeça. Para que a vulnerabilidade, potencial que elas venham a ter à mudança do clima, não as afete. Há possibilidade de se fazer isso. Até de uma maneira simples e barata. Basta se ter uma regulação ou fazer cumprir.

Eu acho que é mais o fazer cumprir, porque a gente já tem muita legislação nesse sentido. Não ter as cidades se deslocando muito próximas do nível do mar, e assim por diante. Eu acrescentaria à sua lista a questão do tratamento de resíduos, que ainda se constituem numa fonte de emissões significativas, particularmente, se nós imaginarmos que nós estamos ainda, não com emissões de CO₂, mas de metano. E algumas de óxi-

do nitroso, que são de um poder de aquecimento bem maior do que o dióxido de carbono, eu tenho a certeza de que esse país poderia ter legislações muito mais profundas para a questão do tratamento de resíduos, e melhor reutilização, até para cogeração de energia. Por que não? O país já está--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. TELMA KRUGER: Sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma. Então, eu concordo plenamente com o senhor. Deputado Gabeira, o IPCC não tem formulado os cenários. Mas ele se apoia nas comunidades de modelagem e articula. Ele é o catalisador dessa discussão, de tal forma que essas comunidades de modelagem, as comunidades científicas entreguem aqueles... Entreguem os produtos que sirvam para as avaliações que o IPCC faz e para a modelagem que o IPCC faz, a partir desses cenários.

Se já existe uma ideia de quando que a mudança do clima se torna perigosa, para alguns, ela já passou. Como eu falei, os países insulares, para eles, já passou. Eles estão, hoje, fazendo uma formulação, se hoje nós estamos com 380 partes por milhão em volume de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, eles estão querendo colocar 350. Não é nem os 450 audaciosos que a Europa e outros países estão propondo que elevaria, potencialmente, aqueles dois graus centígrados de aumento de temperatura média de superfície. Para isso só estaria os 450, o que nos dá aí uma margem de manobra pequeníssima entre os 380 atuais para os 450 projetados para manter nos dois graus centígrados. Se na visão da Comunidade Européia é a identidade do que não é perigoso, claro que, na ótica deles... O Brasil não sustenta esses dois, ele sustenta que se faça o melhor que se possa, e o mais rápido que se possa.

Mas, então, eu lhe digo que, hoje, a discussão é muito difícil, porque o senhor está com 380 partes por milhão, para 450, que é a estabilização, e esse espaço de carbono, como é que ele vai ser distribuído entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, que estão ocupando a grande parte desse espaço, ela não é discutida ainda. Ela não é discutida. Então, há uma grande necessidade de que se entenda a privação de que os países em desenvolvimento, não é, que não querem ser submetidos a uma privação. Eles dizem: Nós temos o direito de manter a mesma qualidade de vida que os países que chegaram antes têm hoje, de uma maneira mais limpa, de uma maneira melhor. Não precisa ser o mesmo caminho. Mas nós também queremos ter uma qualidade de vida digna, sem diferenciação. Então isso vai ser muito difícil.

Essa discussão é uma discussão de ocupação de espaço de carbono restante, apertada e que ninguém conversa. E que ninguém conversa. Então, é dizer para os senhores, é uma questão altamente subjetiva. O que é perigoso para alguns não é perigoso para outros. Para nós, certamente, os dois graus já é além daquilo que nós gostaríamos de ver.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, agradeço sobremaneira a Dra. Telma Kruger, que nos honrou hoje com a sua participação aqui na nossa audiência. Eu passo, de imediato, ao Deputado Colbert Martins, nosso relator, para as suas considerações e nós vamos, depois, ter algumas deliberações para os próximos trabalhos da Comissão.

SR. RELATOR DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu quero, Senadora Ideli Salvatti, cumprimentar a todos: Deputados, senadores, senadoras, senhores que nos assistem. Agradecer à Dra. Telma a sua apresentação hoje. Nós conversamos antes, numa proposta da Câmara, no novo Portal, que permitirá também que essas discussões aconteçam. E o tema das discussões deverá ser, exatamente, as áreas de aquecimento global. E nessa sua apresentação eu, na condição de relator, eu aqui fiz as anotações adequadas. Eu entendo que nós estamos ainda na mitigação. Mitigação é muito próximo de mendicância. Estamos começando bem pouco, para o tamanho do problema que é. Mas mitigar significa apenas, efetivamente, tentar reduzir, da melhor forma, as contribuições dos países e as questões dos limites, até onde nós podemos chegar, as forças motoras que V. S^a coloca muito bem.

Essas questões, todas elas, algumas delas aí, avançando como a questão demográfica. As outras áreas todas, de energias limpas. Me lembro que hoje pela manhã V. S^a fez uma colocação importante, que é um descompasso entre as nossas leis que dizem respeito à energia e, ao que nós estamos planejando com relação ao aquecimento global. Eu acho que é importante que nós vejamos quais são essas linhas que podem nos separar e, dentro das condições desta Comissão, ajustarmos na medida do possível. Essa questão da eficiência na área energética, na redução mensurável das emissões. Eu acho que V. S^a faz uma colocação extremamente importante. Não é apenas construir, colocar florestas, plantar as árvores, elas não são o problema, são uma parte do problema.

O problema são as emissões. Quem lê hoje os jornais vê que as emissões continuam muito fortes, por todas as áreas de indústria, inclusive, do Brasil. Até porque, não há uma sensibilização direta com relação às ações de redução de emissão atmosférica. Essa questão da savanização da Floresta Amazônica. Quem conhece, como eu tive a oportunidade de

conhecer o que é Roraima, uma grande savana, não há florestas em Roraima, de nenhum tipo, e já não é de agora. Você acabou de chegar, eu estive na Raposa Serra do Sol também, na época, cinco anos atrás, na época da demarcação inicial, Deputado Gabeira foi, mas, neste momento, é uma grande savana que existe. Aquilo lá não tem nada de floresta, deve ter tido no passado, mas, evidentemente que é possível que aquilo avance, a não ser que nós tenhamos medidas e tecnologia para poder enfrentarmos essa questão. De qualquer forma eu ouço e entendo as colocações que aqui são feitas, com um grande recado.

Essa discussão é uma discussão de fundo político e de fundo econômico. Se nós não tivermos a capacidade para, como políticos que somos, tentar uma alternativa na qual haja uma sensibilização política, uma decisão política de cumprimento, não vai adiantar o Presidente Barack Obama, as melhores intenções e idéias. Não vai adiantar se nós não tivermos uma ação econômica dirigida, para que haja uma sustentabilidade dessas propostas, que aqui se propõe, se discute, se nós não pudermos avançar numa linha, na qual nós compatibilizemos isso tudo. O grande desafio, Senadora Ideli, aqui eu concluo, é que nós é que estamos com a perspectiva de, numa discussão política, na qual se... V. S^a falou da crise, quem sabe se a crise, eu não sei de que forma essa crise pode prejudicar, mas... Ou atrapalhar menos, mas, vejo que se nós não tivermos a capacidade política de conduzirmos numa forma de equilíbrio, dificilmente nós vamos modificar a linha das coisas que já acontecem.

Não apenas o que vai acontecer na reunião do dezembro. Mas muito mais do que pode acontecer até lá, e o que acontece após. Eu acredito que os marcos que aqui estão sendo colocados, as propostas que aqui vêm são um desafio, para nós políticos, na tentativa de identificarmos ações políticas e econômicas para que possamos ter uma saída mais adequada. Mas agradecer a presença da senhora que nos traz contribuições inestimáveis pelo seu conhecimento. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Deputado Colbert Martins, mais uma vez a Dra. Telma Kruger. Se a senhora quiser nos brindar. Nós vamos, rapidamente, deliberar algumas questões aqui. O apito aí é a Ordem do Dia, aqui no Senado. Em primeiro lugar, agradeço, Dra. Telma. Em primeiro lugar, nós fizemos uma deliberação há 15 dias atrás, para que nós pudéssemos intermediar algum tipo de reconciliação, ou conciliação possível, lá em Santa Catarina, tendo em vista a polêmica criada no Código Ambiental.

Nós realizamos a reunião quarta-feira passada, com a presença da representação de todas as instituições: Do Governo do Estado, do Ministério do Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa, do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal. Participaram todos, entraram vivos, saíram vivos. Mas, infelizmente, além disto, Senadora Marina, nós não conseguimos avançar de forma efetiva. A polêmica já está no Supremo. O Supremo deverá decidir. Nós já tivemos duas decisões judiciais em Santa Catarina, reafirmando a Legislação Federal, no dia de amanhã vão ser entregues cópias para a Presidência da Câmara, a Presidência do Senado, do Código Ambiental Catarinense.

E, portanto, nós vamos dar continuidade, mas, ficou bastante claro, que antes que o Supremo se manifeste, não há muita disposição das pessoas se desarmarem para o andamento. De qualquer forma, nós estamos... Não vou fazer a leitura. Tem o relatório da reunião com a lista de presença, também com a clipagem das matérias em decorrência da reunião que a Comissão promoveu. Nós fizemos até a reunião na Mitra Diocesana, para ver se acalmava, para ter a água... Água benta, não é, do Bispo e tal. Mas, de qualquer forma, acho que foi uma experiência extremamente...,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Descoberta do Brasil, na igreja...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na igreja... Nem assim deu muito bem. Mas eu ainda sou otimista que nós vamos avançar lá para a questão. Além disso, nós aprovamos também uma diligência. O Senador Jefferson Praia está apresentando uma proposta de calendário. Ele não está presente. Nós não vamos deliberar sem a presença dele. A Ministra... A Senadora e Ex-Ministra Marina Silva, aqui também, está responsável pelo acompanhamento da questão das cheias lá na Região Norte. Provavelmente, nós deveremos deliberar a respeito da diligência na semana que vem.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Na semana que vem, se a gente puder [ininteligível] Nós temos que ter uma ideia do que está acontecendo com um grupo de militares da FAB, que esteve lá agora. Parece que é o lugar mais atingido no momento. Então, a gente tem que ficar atento, porque, talvez tenha que começar por lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por lá, não é? Bom, nós tivemos aqui a justificativa de duas ausências, da Deputada Vanessa

Grazziotin e da Deputada Irene Lopes, que eu quero dar ciência à Comissão. E gostaria de que a gente pudesse, mais ou menos, trabalhar com uma certa flexibilidade, para a atividade da terça-feira que vem. Nós aprovamos apenas diretrizes daqui para frente. Temos a proposta, a sugestão. No dia cinco de maio a presença do Ministro Carlos Minc, do Dr. Luiz Pinguelli Rosa. Dr. Luiz Pinguelli Rosa já comunicou que no dia 5, ele não poderá participar. Ele tem compromissos já agendados anteriormente. Para o dia... Sugestão para o dia 12 de maio, da presença do Ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia. Ele já sinalizou que no dia 12 ele não poderá estar, somente no dia 13.

Então, eu quero deixar aqui a seguinte flexibilidade. Se o Ministro Sérgio Rezende puder estar no dia 5, traríamos o Ministro Sérgio Rezende no dia 5 para a nossa atividade de discutir o Programa Nacional de Mudanças Climáticas. É 14h30, nossa reunião normal. Se o Ministro Carlos Minc puder estar no dia 5, então, nós traremos o Ministro Carlos Minc. E se não pudermos, nem contar com o Ministro Carlos Minc, nem com o Ministro Machado Rezende, nós poderíamos já, como já está aprovado, o Dr. Carlos Nobre, que não pôde estar hoje, faríamos na terça-feira que vem. Então, se nós pudéssemos, a não ser que a Senadora Marina...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria agregar à sugestão de V. Exa., uma sugestão. Eu acho, assim, que esse formato, de ter alguém, de governo e da sociedade é o melhor formato. Então, a minha sugestão era de que a gente aqui, com o Ministro Carlos Minc ou... e o Pinguelli, que já disse que não pode estar, mas, enfim, eu sugeriria um nome de um membro da comunidade científica, que seria a Rachel Biderman da Fundação Getúlio Vargas, do Observatório do Clima. Eles têm um trabalho muito interessante nessa área e, acho que, agregaria muito a essa nossa audiência. E o outro seria um membro de entidades ambientalistas do movimento social, que seria o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, um representante. E ainda um membro do setor empresarial, que seria a Confederação da Indústria e Confederação Nacional da Agricultura.

Por que eu digo isso? Porque quando você põe à Mesa, tanto aqueles que estão pensando na academia, quantos os que estão nos movimentos sociais, aqueles que estão ligados ao setor da área econômica e as políticas públicas, a gente tem uma dinâmica maior no debate. E eu acho que ficaria bem mais dinâmico o debate aqui na nossa Comissão. Então, era muito mais para agregar aos dois nomes já propostos, tanto do Pinguelli quanto do nosso Ministro Carlos Minc, e

concordando com V. Exa. de que possa haver substituições na ausência deles.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só apenas a observação, do nosso Relator Deputado Colbert Martins, feita aqui, eu acho que ela cabe. Audiência Pública nós temos uma Comissão espremida entre os trabalhos da manhã e início de Ordem do Dia. Se nós colocarmos mais do que duas pessoas aqui, como uma hoje já... Nós... Ficou ainda faltando... Então, no máximo, duas pessoas, para a gente poder ter um bom aproveitamento. E no caso do Ministro Sérgio Machado, do Ministério de Ciência e Tecnologia, eu proponho que nós efetivamente tenhamos apenas ele, porque é a questão do Programa Nacional de Mudanças Climáticas que o Ministério vem desenvolvendo. Então, para gente poder detalhar, poder fazer todos os...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Exatamente. Então, acho que poderíamos trabalhar desta forma. No máximo, duas pessoas. Vamos adequar à próxima terça-feira, com os que já estão aprovados, a sua possibilidade de vinda.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): A gente traria as duas pessoas [ininteligível], mas sempre convidando um representante da sociedade e um de governo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Alternância. E, por último, eu queria submeter aos membros da Comissão o seguinte requerimento. Eu fui procurada, já por várias entidades, institutos, setores empresariais, que estão com o interesse de aproveitar a questão da realização da Copa aqui no Brasil, em 2014, para nós carimbarmos, nós colocarmos uma marca na Copa, até porque, ela tem muita cobertura de mídia, desperta um grande interesse na população do Brasil, de a gente poder transformar a realização da Copa num marco do desenvolvimento sustentável, que tenha esta característica, ou seja, agregarmos à realização da Copa, em 2014, a esta questão de Copa limpa, Copa de desenvolvimento sustentável. Tem, por exemplo, projetos de que nos estádios de futebol, obrigatoriamente, tenhamos as placas solares. Tem projeto de...

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Sra. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E poder zerar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Se V. Exa. me permite, o Estado do Acre apresentou a sua proposta de 100% verde. Totalmente. Do estádio, as emissões, os materiais, todo o processo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Sra. Presidente, só parabenizar V. Exa. por essa preocupação, e me colocar à disposição. Fui escolhido pela Câmara, como Presidente da Comissão de Acompanhamento e Controle dos Recursos da Aplicação da Copa. Então, já, de antemão, já me coloco à disposição de V. Exa. e desta Comissão, como também, dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, agradeço. Então, a proposta era de que a Comissão pudesse encabeçar esta elaboração de um projeto. Aqui no meu requerimento eu denominei Projeto Copa Limpa. Não sei se esse é o melhor nome. Mas é um projeto aonde a Copa 2014 possa ser utilizada como um grande... Que possa viabilizar projetos de desenvolvimento sustentável e, também, divulgador dessa nova mentalidade que tem que ser a preocupação, não é, com as mudanças climáticas e com o meio ambiente. Então, se...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em 2006 a FIFA lançou a campanha do Green Gol, eles já têm a ideia do gol verde. Nada melhor do que, no Brasil, a gente poder balançar a história do Green Gol.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, está ok. Então, aprovado, se não há ninguém em contrário. Declaro encerrado. E, mais uma vez, quero comunicar a todos que esta reunião já foi com a assessoria da INTERLEGIS transmitida *on line*, na internet, tudo o que nós debatemos aqui, já foi colocado em todo mundo, através do trabalho da nossa INTERLEGIS. Então, agradeço... Então, está aprovado o requerimento. E, também, se ninguém tem nada em contrário, eu quero aprovar a Ata da reunião anterior. Então, está aprovada. Dispensada a leitura.

Sessão encerrada às 16h52.

Ata da 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de maio de 2009, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senadora Fátima Cleide, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputada Rebeca Garcia, Deputado Colbert Martins, Deputado**

José Guimarães, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Luiz Carreira e Deputado Miro Teixeira. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida, a Presidência lê os seguintes expedientes: Comunicações do Ministro Sérgio Rezende – Ministério de Estado da Ciência e Tecnologia e da Sra. Suzana Kahn Ribeiro – Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em resposta ao convite para Audiência Pública nesta Comissão. A Presidenta propõe a data de dezenove de maio do ano em curso, para a realização da Audiência Pública destinada a debater o Tema: “Mudanças Climáticas e seu impacto em áreas urbanas”, com a participação dos seguintes convidados: Paulo Roberto Ziulkosli – Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Dra. Ivone Valente – Secretária-Geral da Secretaria Nacional de Defesa Civil ou o seu Representante, Coronel José Luiz D’Ávila Fernandes – Diretor do Departamento de Reconstrução e Reabilitação e, um Representante do Ministério das Cidades. Após consulta aos membros, a proposta foi aprovada. A Presidência concede a palavra ao Senador Jefferson Praia para apresentar propostas de roteiro da diligência no Estado do Amazonas, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2009-CMMC. Após, a Presidenta convida a Senhora Christiane Torloni para tomar assento à Mesa, concedendo-lhe a palavra. A convidada apresenta aos membros da Comissão o trabalho desenvolvido pelo movimento “Amazônia para Sempre”. Encerrada essa apresentação, a Senhora Presidenta concede a palavra ao Deputado Colbert Martins – Relator da Comissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares: Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Valdir Raupp, Senadora Marina Silva, Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury e o Deputado Fernando Gabeira. Em seguida, a Senadora Ideli Salvatti convida os Membros da Comissão e a Sra. Christiane Torloni, para se dirigirem à Presidência do Senado Federal, quando serão recebidos pelo Senador José Sarney e, na ocasião, irão solicitar a cessão do Plenário desta Casa para uma Audiência Pública destinada à defesa da Amazônia. Os membros da Comissão acatam a sugestão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS– CMMC**7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.**

Realizada No Dia 05 de Maio de 2009, Às 14 Horas e 46 Minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Havendo número regimental, eu declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre mudanças climáticas. E, antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Se não houver nenhum parlamentar contrário, eu declaro aprovada a Ata da reunião anterior.

Nós recebemos expedientes e eu queria dar ciência à Comissão. O primeiro deles, da Sra. Alexandre Navarro, que é Chefe do Gabinete do Ministro Sérgio Rezende. O Ministro Sérgio Rezende havia sido convidado por esta Comissão para comparecer a uma Audiência Pública para tratar do Programa Nacional de Mudanças Climáticas. Ele havia, inicialmente, proposto a data, ao invés do dia 12, o dia 13, mas... Agora, de maio, mas também houve uma dificuldade, porque no dia 13, o Ministro se encontra com a agenda já interposta. E aí ele não teria a menor condição de comparecer. Então, ele está propondo que seja feito no dia 19 de maio, às 14h30. Se não for possível no dia 19, então, teríamos que buscar uma outra data.

E a Sra. Suzana Kahn Ribeiro, que é Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, também sinalizou a possibilidade de vir no dia 19 de maio. Então, a nossa proposta é de que, no dia 19 de maio, nós façamos a Audiência Pública para ouvir o Ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia, para que nós possamos debater o Programa Nacional de Mudanças Climáticas e, também, a Sra. Suzana Kahn Ribeiro, que é Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, para debater sobre política e Plano Nacional Sobre Mudanças Climáticas. E, desta forma, nós teríamos estes dois temas, podendo ser debatidos numa única audiência.

Então, se houver consenso nesta proposição, nós estaríamos então confirmando as datas, a data do dia 19 para a realização dessa Audiência Pública com o Ministro Sérgio Rezende e a Dra. Suzana Kahn Ribeiro. Não havendo nenhum parlamentar que se manifeste no sentido contrário, então nós consideramos aprovada a Audiência Pública do dia 19, com esta composição e objetivo. Na semana passada, nós tivemos uma polê-

mica televisiva a respeito do Movimento Amazônia Para Sempre. Este movimento que vem sendo encabeçado pela atriz Christiane Torloni e o Victor Fasano, fruto até de toda a gravação da novela, que se desenrolou lá na Amazônia, não é Senador Jefferson Peres? Este movimento acabou coletando mais de um milhão de assinaturas, um milhão, cento e poucas mil assinaturas em todo Brasil para defesa da Amazônia.

E em contatos telefônicos, a atriz Christiane Torloni se dispôs a comparecer a esta Comissão, poder apresentar o objetivo, em que termos está o andamento deste movimento, e nós poderemos debater e deliberar a possibilidade de executarmos, como atividade da Comissão, uma vigília em defesa da Amazônia. O movimento tem esta perspectiva, tem esta proposição, e se a Comissão entender que é possível e é viável nós darmos este tipo de encaminhamento, as 15h30 da tarde o Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney estará recebendo a Christiane Torloni, juntamente com a Comissão, para gente poder ter esta tratativa e a viabilidade desta vigília.

Nós estamos aguardando, a Sra. Christiane Torloni já se encontra no Senado, ela deverá estar chegando à Comissão nos próximos minutos. E, se houver entendimento e acordo, nós poderíamos já, quando ela chegar, fazer o debate. E eu queria aproveitar que, antes da chegada da Sra. Christiane Torloni, que o Senador Jefferson Praia pudesse esmiuçar, detalhar um pouco mais a proposta, que já foi aprovada pela Comissão, de uma comitiva que possa se deslocar em nome da Comissão para a área atingida na Região Norte do país, e agora já se estendendo para Maranhão, Piauí, onde nós temos um volume significativo de enchentes com graves prejuízos e graves consequências para a população.

Então, eu passo, de imediato, a palavra ao Senador Jefferson Praia, que ficou designado, juntamente, com a Senadora Marina Silva de aprovar, de apresentar uma proposta desta diligência para acompanhar os efeitos desta enchente lá na Região Norte do nosso país.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):

Obrigado, Sra. Presidente. É importante destacarmos essa preocupação nossa de irmos até a Amazônia, ao Estado do Amazonas, ao Acre e, quem sabe até, a outros Estados, que estão aí nesse momento difícil de enchentes. Eu apresentei duas sugestões, que deveremos analisá-las, mas é importante que possamos fazer isso, Sra. Presidente, tirando cópia dessas duas sugestões, para que todos os membros, deputados e senadores desta Comissão possam ver sobre a questão de data e, também, quanto aos dias que poderíamos visitar.

A ideia é conversarmos com autoridades que entendam dessa questão relacionada à questão climática lá no Estado do Amazonas. Aí estamos vendo representantes do INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do CPRM, do SIPAM, SIVAM, e também de visitarmos alguns Municípios afetados. A sugestão que fazemos é Tabatinga, Benjamin Constant, e Atalaia do Norte, lá no Alto Solimões. Portanto, teremos também a possibilidade de percebermos essa questão da enchente em Manaus, que já começa a preocupar. A cidade de Manaus, será certamente afetada. E eu sugiro que nós possamos, para não ficar aqui lendo a sugestão, não é? Que nós possamos reproduzir esses dois documentos, e como vai ser mais uma decisão burocrática, Sra. Presidente, poderíamos definir isso *a posteriori*. Eu quero só acrescentar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jefferson...?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu conversei aqui com o nosso relator, o Deputado Colbert Martins, e é o seguinte. Na semana que vem nós não temos audiência, não temos nenhuma autoridade confirmando presença para nós darmos sequência ao calendário que nós aprovamos. Só um minutinho... Lucília? Você pode, por favor, providenciar cópia para todos os membros, das propostas lá da diligência?

E então, o que nós queríamos propor era de que aproveitássemos a semana que vem para que todos os membros da Comissão que tiverem disponibilidade de integrar a diligência, que pudessem, então, a partir da deliberação, conforme o que nós temos a possibilidade de executar, a proposta que o Senador Jefferson Praia está apresentando. Então, que nós poderíamos dedicar a semana que vem a esta atividade em nome da Comissão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É que temos, na verdade, várias propostas, como por exemplo... No mínimo, nós vamos ter que passar dois dias, não dá para ir ao Estado do Amazonas e voltar no mesmo dia. E aí tem a proposta de passarmos dois dias. E a outra, de você passar dois dias e voltar no terceiro dia à Brasília. Aí teríamos que ver a data adequada, porque, se formos aos Municípios mais distantes, nós precisaremos ter um pouco mais de tempo no Estado. Mas, acho que temos que analisar, Sra. Presidente, sobre essa questão. E eu gostaria apenas de me reportar um pouco, enquanto reproduzimos o documento e vamos analisar para que possamos definir possibilidades de irmos ao Estado do Amazonas e ao Acre, também, teria que ser no final de semana,

acredito, pegando aí a sexta, o sábado, e o retorno no domingo, porque senão, nós perderíamos aqui a semana, é um outro ponto.

Mas eu quero me reportar a este movimento da atriz que está aí, fazendo um trabalho brilhante, junto com outras pessoas sobre a Amazônia. Eu acho que nós temos que nos engajar nesse movimento. A sugestão que V. Ex^a faz de fazermos aqui uma vigília para discutirmos, termos um dia para falarmos só sobre a Amazônia, passarmos a noite conversando e cada um externando as suas posições e as suas preocupações, isso é muito importante. Percebam, desde quando cheguei a esta Casa, que a questão da Amazônia tem sido sempre muito preocupante, por parte dos parlamentares, de um modo geral, tanto da Câmara dos Deputados quanto dos senadores, e é dessa forma que nós vamos começar a digerir muitas questões relacionadas àquela fantástica região.

Então, eu quero me colocar já à disposição de V. Ex^a para participar desse dia que vai ser fundamental importância. E também fazermos, quem sabe, levando essa mensagem, fazermos momentos também na própria Amazônia. Eu acho que, nada melhor, do que você estar *in loco*. Porque esse momento de aderir ao movimento, já podemos até somar com essa visita ao Estado do Amazonas e aos Municípios, e externarmos a nossa preocupação com relação àquela fantástica região.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senador Jefferson Praia.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho, Deputado Colbert. Eu queria propor que nós já pudéssemos trazer a nossa convidada, a atriz Christiane Torloni, inclusive, para que ela possa já ir acompanhando o debate e os encaminhamentos da diligência que será feita na Região Norte. Então, eu solicito ao nosso Deputado Colbert Martins, nosso relator, que possa acompanhar nossa convidada para tomar assento aqui à Mesa dos trabalhos. E já passo ao Deputado Jorge Khoury a palavra pela solicitação.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Presidente, colegas. Na verdade, Presidente, eu gostaria, eu queria aproveitar a oportunidade do tema, e dizer que, a despeito dos argumentos, das posições de cada um de nós, com relação a este assunto, nada mais forte do que a realidade que estamos vivendo. Nada mais pode mostrar o que é a questão da mudança climática do que o que vem ocorrendo no país. Demonstrando lá a seca lá na Região Sul, mostrando a chuva na Região Norte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Seca de um lado, enchente do outro, no mesmo Estado.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Pois é, totalmente fora, totalmente diferente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): À vontade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Quer dizer, então, mais forte de qualquer posição nossa é tudo o que estamos vivendo na natureza nesse momento. Então, eu entendo que a ação da Comissão, com relação a essas proposições, como o Senador acabou de fazer, eu entendo que isso é que pode, cada vez mais, mostrar a firmeza desse trabalho, a necessidade dele e, quem sabe, a sociedade começar a entender, de maneira diferente, esse esforço que o Congresso vem fazendo com relação à definição de marcos legais, de legislação, voltada para a questão da mudança climática no planeta todo e em nosso país, em especial. Eram essas as colocações, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Deputado Jorge. O nosso relator, Deputado Colbert Martins.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Só como complementação, já que a nossa convidada está presente, é importante que ela possa usar da palavra o mais breve possível. Dizer, Senador Jefferson Praia, que nós deveremos ir à Amazônia e, basicamente, eu acho que o importante, eu acho que o Deputado Jorge Khoury fez uma colocação adequada, nós queremos estar na Amazônia para saber causas de uma enchente consequente a uma seca que, há dois anos atrás, levou aquele Estado ao que nós vimos. Então, é importante que nós vamos lá à Amazônia, é importante que nós façamos algumas visitas, mas é muito necessário que a gente possa conversar com técnicos, com pessoas, com trabalhadores, com pessoas que vivem a Amazônia, para nós irmos às causas. Ou pelo menos, buscarmos as causas.

Eu acho que o importante, na visita, vai ser a discussão com pessoas que possam contribuir para nós entendermos esse momento agora, em contraposição com há dois anos, quando a Amazônia estava basicamente seca. Então, eu entendo que nós devemos ir. A programação, eu acho que, sugiro Presidente, que nós a aprovemos. Agora, é preciso que nós estejamos certos de que esses contatos que serão lá feitos, vão nos apontar para sugestões das razões das enchentes, como também da seca que lá correu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, eu tenho o entendimento de que nós já havíamos aprovado a diligência. Há uma proposta de dois a três dias. A semana que vem, nós não teremos reunião, nem deliberativa, nem audiência. Não há nenhuma autoridade confirmada para as audiências, o calendário de audiências. Portanto, eu acho que a semana que vem é uma semana adequada para que nós possamos, em nome da Comissão, e aí o Senador Jefferson Praia, que está coordenando, juntamente, com a Senadora Marina Silva, se tivermos algum parlamentar da Câmara, eu acho que seria importante que pudesse estar, não sei se o Deputado Gabeira se prontifica, até porque já esteve lá, já acompanha este assunto.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu abriria mão para outro, porque eu acabo, eu estou voltando de Roraima, eu passei esse fim de semana, esses feriados todos em Roraima. Então, eu abriria mão para outro que não conhece ainda essa região.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, o Deputado Colbert Martins, o nosso relator, vai contribuir na organização em termos, em nome da Câmara e os nossos dois senadores já designados. E nós organizaríamos. O ideal é que nós pudéssemos ter a organização e a definição de quando sai, como é que sai e tal, até ainda hoje, no máximo, amanhã, para podermos convidar todos os membros da Comissão para que pudessem integrar à comitiva da diligência, poder estar realizando o trabalho na semana que vem. Então, na semana que vem, não realizaremos reunião da Comissão, e faremos a diligência.

Então, eu passaria, de imediato, a palavra a Sra. Christiane Torloni, que muito nos honra ao comparecer a esta Comissão. E, em nome do movimento, que ela coordena juntamente com o, também ator, Victor Fasano, um movimento que estabelece exatamente a obrigatoriedade que nós temos para com as futuras gerações de brasileiros e brasileiras de todos os habitantes deste planeta, de preservarmos a Amazônia. Então, esse movimento Amazônia Para Sempre, que mobilizou, que vem angariando apoio em todo o país. Então, que nós pudéssemos ouvi-la, que nós pudéssemos tomar conhecimento de tudo o que já foi realizado até o presente momento pelo movimento.

E, como nós tivemos oportunidade, inclusive, de conversar pelo telefone, está marcado com o Presidente do Senado e também do Congresso, o Senador José Sarney, às 15h30. E a nossa ideia é a Comissão, juntamente com a Coordenação do Movimento Amazônia Para Sempre, solicitarmos ao Presidente do Congresso Nacional, a possibilidade da realização da vigília, da vigília em prol da preservação da Amazônia. Então,

isto seria o objetivo da nossa conversa hoje aqui, da nossa proposição e, mais uma vez, agradecemos a presença da senhora aqui conosco, para nos manter informados. E que nós possamos ter um trabalho conjunto neste momento em que todos nós estamos muito preocupados com muitas discussões e debates, inclusive, com perspectivas de flexibilização da legislação ambiental no nosso país, o que muito nos preocupa, dada a gravidade.

Nós estávamos, exatamente, comentando a situação do norte do Estado, a situação do meu Estado, que teve enchente numa parte, agora está com estiagem em quase 100 Municípios no outro extremo. Então, situações extremamente graves. Mas eu passo, de imediato, a palavra a Sra. Christiane Torloni que muito nos honra com a presença.

SRA. CHRISTIANE TORLONI: Antes de mais nada, eu queria agradecer o convite da Comissão para eu poder participar desta reunião, e, enfim, para quem não sabe exatamente o que é o Movimento Amazônia Para Sempre, eu vou explicar rapidissimamente. Nós não somos uma ONG, nós não temos nenhuma ligação político partidária, nós não temos patrocínio de entidade alguma. E, na verdade, nós somos simplesmente isso. É uma folha de papel, com um manifesto escrito por três atores, que tiveram a oportunidade de visitar o Amazonas, e o Estado do Acre há dois anos e, infelizmente, constatamos aquilo que, se vocês realmente fizerem essa diligência que vocês vão fazer, vão ter oportunidade de constatar também, o que é a degradação de algumas regiões do Brasil.

Esse manifesto, ele começou exatamente com três assinaturas, do Victor Fasano, minha, e do Juca de Oliveira que, na verdade, foi quem redigiu a carta, e hoje, ele tem mais de um milhão 100 mil assinaturas. O que significa esse movimento? O que ele diz? Ele faz um relatório, que hoje em dia, infelizmente, já está defasado, porque a situação se agravou profundamente de dois anos para cá, ele faz o relato da degradação de 700 mil quilômetros de terra brasileira, e como hoje em dia seria possível que nós criássemos um novo paradigma de desenvolvimento sustentável sem derrubarmos uma única árvore. Então, se propõe o desmatamento zero, sim, e no final da carta, se chama à Constituição. Porque no Art. 4º, está lá, claramente dito, que cabe ao Estado Brasileiro preservar a Amazônia. Não é proteger a Amazônia brasileira, é preservar, que são conceitos diferentes.

Muito bem. Há um ano, exatamente há um ano, depois de uma linda campanha, estivemos aqui, vários senadores assinaram, vários chefes de Estado assinaram, ex-presidentes assinaram, nós fizemos um milhão de assinaturas e passamos a pedir uma audiência com

o Presidente da República, para que pudéssemos entregar, porque no site, no nosso site, da nossa carta, ficava claro que o endereço desta carta seria o Presidente da República, porque nós entendemos que está nas mãos do Chefe da Nação a observação de uma mudança de mentalidade no Brasil.

Por incrível que pareça, há oito meses, nós insistimos que essa audiência seja marcada, e essa audiência não é marcada. Primeiro veio um *não* formal, dizendo que não era a hora. Então, que não havia disponibilidade. Nós reiteramos a necessidade de uma audiência, mandamos uma outra carta e, a partir disso, a gente vem sendo marcado com o Ministro Mangabeira Unger, o Ministro Minc nunca nos recebeu, estivemos com o Ministro Gilberto Carvalho. Todos são gentilíssimos, muito cafezinho, muita água, todos muito a favor da Amazônia, mas o Presidente não nos recebe.

Então, semana passada, eu tive a oportunidade de ir ao programa da Ana Maria Braga, e disse "Olha, eu tenho que dar uma satisfação pública para essas um milhão e 100 mil pessoas que assinaram esse documento. E eu venho a público dizer que, infelizmente, eu não entreguei, não é porque eu estou de férias, eu não entreguei porque a audiência não foi marcada. E o Senador Cristovam Buarque, porque como eu tenho vindo a Brasília, inclusive, também por questões da meia entrada, o Senador Romeu Tuma também esteve comigo lá, e o Senador Cristovam Buarque foi o Presidente da Comissão lá, sobre a meia entrada, eu fiz um apelo. Porque, na verdade, nós estamos lá embaixo, da base da pirâmide, não é? Então, para chegar aqui, você tem que ir pedindo, pedindo.

E conversei com o senador e o senador ele sugeriu, ele falou "Cristiane, por que vocês não fazem uma Vigília Amazônica?" E eu, no programa da Ana, falei. Então, já que o Presidente não nos recebe e eu tenho que dar uma satisfação pública. E, infelizmente, e aí, aceitando inclusive, o convite da senadora, também nós estamos preocupados, porque nós estamos vendo um retrocesso enorme nas MPs que estão sendo, enfim, votadas. A questão das rodovias, a questão da flexibilização do Código Florestal, esse absurdo que aconteceu em Santa Catarina, agora, há uma semana, quer dizer, isso é uma brecha inconstitucional, quer dizer, para nós, que estamos lá embaixo, isso grita, imagina para os senhores, que têm acesso à Constituição e ao mecanismo. Então, resolvemos fazer essa vigília.

Então, na verdade, o que eu vim fazer aqui, e o Presidente do Senado, José Sarney, ele me ligou também, com telefonemas concomitantes, praticamente, eu vim pedir ajuda para que nós possamos fazer esta vigília e que se possa, a sociedade civil, tenha lugar de fala. Porque, aparentemente, não é possível que

no Plenário, pessoas que não têm, não sejam parlamentares, possam falar. E eu entendo, eu entendo que esta Casa, ela existe para que, também, os cidadãos possam falar. Não só através da voz dos parlamentares que foram eleitos, mas através da própria voz. Porque, infelizmente, a gente está, nós estamos sendo expectadores de uma grave crise institucional, tanto no Congresso, quanto no Supremo, e a sociedade civil está clamando para poder falar, também.

Então, eu entendo que existem regimentos, entendo que existem, talvez, questões que devam ser talvez superadas, para que não aconteça o que aconteceu há 25 anos, exatamente nesta Casa, quando foi... Nós perdemos a questão das Diretas Já. Agora, essa semana que passou, fez exatamente 25 anos, aonde nós vimos uma minoria, na época, de senadores biônicos ainda, votarem contra o Brasil. Então, não é possível que 25 anos depois, esta Casa, que precisa se reabilitar, por todos os sentidos, para que a gente volte a acreditar que nós temos aqui representantes do povo, esta Casa tem que demonstrar que existem políticos do bem nesta Casa, e dar uma resposta a quem não é. E que a gente possa fazer essa vigília. E estarmos prontos para ouvir e defender a Amazônia daquilo que está acontecendo agora.

É importante que a vigília... Não haja uma unanimidade na vigília. É importante que todos os aspectos... Que a bancada ruralista fale, que a Sra. Cláudia Abreu fale, que todos falem, mas que possa vir defesa, porque o que nós estamos vendo, é que nós estamos perdendo terreno, literalmente, perdendo terreno, perdendo flora, perdendo fauna, perdendo o Brasil. Evitar, de novo... Escorregando por entre os nossos dedos. E não é possível que isso aconteça, 25 anos depois, de novo. Então, na verdade, eu vim à Comissão pedir que vocês nos ajudem, que nós possamos fazer essa vigília aonde nós entregaremos um milhão 100 mil pedidos de ajuda, e, se o Presidente, depois, quiser nos receber, será um prazer enorme levar para ele também. Mas nesse momento, essa insensibilidade, ela nos leva a uma atitude um pouco mais eloquente. Enfim, era isso que eu tinha a dizer, obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já vou coletar as inscrições. Apenas Sra. Cristiane, quando eu estava na minha casa, ouvindo o programa da Ana Maria Braga, na quinta-feira passada, quando a Ana Maria fez, inclusive, a leitura da justificativa que o gabinete pessoal do Presidente a respeito dos pedidos e das possibilidades, de entrega do documento. E o que me fez lhe telefonar e nós encaminharmos este momento de hoje foi, exatamente, uma preocupação porque nós estávamos vindo, nós estávamos ainda na ressaca, eu diria, daquela mega

audiência realizada aqui no Plenário do Senado, aonde a questão do debate, da flexibilização e de podermos ter ainda avanços maiores na questão do desmatamento, está se articulando.

Eu vou dizer, infelizmente, a partir do meu Estado, porque a aprovação do Código Ambiental lá em Santa Catarina, quando teve a sanção, inclusive, do governador, foi acompanhado de perto, exatamente, pela Senadora Kátia Abreu, que representa a Confederação Nacional da Agricultura. Então, há um debate em andamento, e a Casa, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, é que são o palco, efetivamente, deste debate, e é aonde nós estamos, eu acredito, correndo muito risco, entende? De fazermos modificações, sem ter a atenção devida, sem ter o cuidado devido.

Por isso que quando eu estava, eu estava até me arrumando para sair, ainda estava muito incomodada com o que tinha acontecido aqui no Plenário do Senado, e eu disse assim "Não, nós vamos levar este assunto para a Comissão." Por isso que eu lhe telefonei, quero agradecer a maneira muito pronta, entende, porque eu tive o retorno, nós pudemos, inclusive, organizar essa vinda tão rápida, em menos de uma semana, aqui para a Comissão. E a gentileza também com que o Presidente Sarney vai estar, logo em seguida, nos recebendo. E eu não tenho dúvida de que nós temos condição, sim. Até porque, a questão regimental, de poder usar o Plenário do Senado, ou o Plenário da... Esta aqui é uma Comissão Mista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não, não, não. Senador Romeu Tuma, este é um debate que tem que ser feito, eu não tenho a menor dúvida, no Plenário. E, como Comissão, nós podemos solicitar ao Presidente Sarney, sim. Que seja após a Ordem do Dia, num determinado dia, a partir dum determinado horário, o Plenário seja disponibilizado para que a Comissão realize a sua atividade. E nesta atividade, vamos organizar, permitindo a palavra, para os parlamentares, para as entidades, para as personalidades que queiram vir debater e colocar as suas posições a respeito do futuro e do destino da Amazônia. Eu acho que isso, regimentalmente, é possível. Eu acho que nós temos condição de propor isto ao Presidente do Senado. E acredito que teremos o apoio, não tenho a menor dúvida, Senador Valdir Raupp, que o Senador Sarney tem sensibilidade e estará acolhendo. Então, eu passaria, já de imediato--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, deputado.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):

Como relator, Senadora Ideli Salvatti, e Sra. Christiane Torloni, eu fico muito satisfeito em poder ouvi-la neste momento aqui na nossa Comissão de Assuntos Climáticos. E saiba, V. Sa., que nesta Casa e no Brasil, entre esses um milhão e 100 mil assinaturas, muitos de nós fazemos parte desse esforço, e fazemos parte desse esforço há muito mais de seis anos, quando aqui viemos, desde o princípio e lutamos muito pelas várias ações que nós tivemos aqui em nível de preservação não só da Amazônia, mas todos os níveis de preservação do nosso ambiente. Saiba V. Sa. que sua vinda aqui é muito bem recebida.

E nesta Casa, tanto aqui, quanto na Câmara, a voz das pessoas é, absolutamente, uma voz que é ouvida. E dos muitos defeitos que nós temos, e temos vários, porque isso aqui é o reflexo da sociedade brasileira, nós temos uma virtude. Aqui a democracia impera, e aqui, eu acho que a palavra é, absolutamente, aberta, tanto quanto, a senhora hoje, aqui... Mas, com certeza, em qualquer outro movimento. Nós vamos ter aqui a nossa obrigação: Receber as pessoas, identificar cada uma delas, os seus interesses, as defesas de interesses tão legítimos que V. Sa. faz aqui.

Conte conosco nesse trabalho, e saiba que aqui, numa Casa como esta, uma Casa de debates como esta, que teve problemas como as Diretas Já, mas tem tantos outros problemas que nós podemos dizer que foram aqui solucionados, este será mais um. Se houver dificuldades para que o acesso possa ser maior ao Presidente da República, que é uma figura que tem dado acesso a todas as formas de pressões populares, e pressões de outros níveis também, essa é própria da democracia, saiba que nós aqui somos, absolutamente, permeáveis a pressões tão positivas, quanto essas que a V. Sa. traz.

Saiba do nosso interesse, do apoio da nossa Comissão, e saiba que esta Casa é uma Casa que tem esta grande virtude. É uma Casa absolutamente democrática. E com isso, vamos receber tanto V. Sa., como todas as outras, um milhão de assinaturas, aqui representadas num grande movimento, que eu sei, que nós vamos participar dele aqui nesta Casa também. Obrigada a V. Sa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Deputado Colbert. Nós temos vários inscritos, eu queria propor um encaminhamento. Que pudéssemos ser bastante objetivos na fala, num bloco para, logo em seguida, nós podermos nos encaminhar à Presidência do Senado. Então, o primeiro inscrito é o Senador Romeu Tuma. Eu já vou fazer até a leitura. É o Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Valdir Raupp, Senadora

Marina Silva, o Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury e Deputado Fernando Gabeira. Certo? Podemos, então, senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ser bem rápido, saudar a nossa querida Christiane Torloni, com quem tenho conversado várias vezes sobre o problema da sua luta em defesa da Amazônia, da proteção da Amazônia, não é proteção, mas a defesa. E, certo dia, eu disse à senhora que, talvez, uma Audiência Pública aqui teria um efeito forte para que o Presidente se sensibilizasse da importância de receber. Então, é uma luta que, eu diria até, desigual. Outro dia, Sra. Cristiane, saiu a notícia de Santa Catarina sobre a mata ciliar.

Eu estava com o meu neto, que está no primeiro grau. Eu falei “Querido, você sabe o que é ciliar?” “Vô, é isso aqui, olha. Ele protege a vista e faz com que a lágrima lubrifique a vista.” Então, a senhora vê a certeza da... Mata ciliar é para proteger o rio de poluição. Então, a margem tem que ser preservada em uma distância que, aqueles que entendem devem ter o cálculo correto. Então, é por isso que a poluição dos rios tem prejudicado muito todo o ambiente, porque ele não tem o cílio protetor da lubrificação natural da natureza. Então, eu queria aqui, Senadora Ideli Salvatti, cumprimentá-la por ter conseguido esta audiência em pessoas ilustres e aqui estão, pessoas que lutam pela ecologia, e que tenhamos a oportunidade de visitas ao Presidente Sarney, que é sensível a isso, que ele marque a audiência para esta Comissão, com a presença da Sra. Christiane Torloni aqui, na visita ao Presidente da República.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou ser breve também, é um prazer tê-la conosco aqui, estou muito feliz em estar aqui neste momento. Sou do Estado do Amazonas, quero agradecer, de antemão, a todo o trabalho que vocês têm feito, nesse movimento Amazônia Para Sempre, em nome de todos os nossos irmãos da Amazônia. Eu não vou falar dos problemas ambientais, V. Sa. já conhece também esses problemas. Eu vou destacar apenas o papel dos seres humanos que estão na Amazônia, que são os nossos aliados, são aqueles que vão garantir aquela floresta em pé. Então, nós temos que ver como trabalhamos. Essa é uma das missões minhas aqui, e percebo o interesse de muitos também aqui, deputados e senadores. Como nós fazemos para incluir aquelas pessoas dentro de um contexto de desenvolvimento que significa qualidade de vida?

Então, a partir desse momento, que tivermos os nossos irmãos e as nossas irmãs da Amazônia inclusos

numa política, que eles possam ter educação, saúde, ter o mínimo necessário para ter uma boa qualidade de vida, eles perceberão a importância de ter aquela natureza da forma como ela é e poderemos aproveitá-la da melhor maneira possível. Na verdade, nós, na minha avaliação, nós não estamos muito próximos disso, não. Eu acho que temos um longo caminho pela frente. Eu vejo que muitas coisas estão andando, mas temos um longo caminho pela frente. Só para a senhora ter uma ideia, quando se fala em aproveitar a biodiversidade, nós não sabemos ainda nem o que aproveitar. Quando se fala em aproveitar biodiversidade da Amazônia, e quando você pensa no cidadão, que está lá no meio da floresta, como é que ele vai ser beneficiado, dificilmente, você vai encontrar uma fórmula de fazer com que essa pessoa tenha uma boa remuneração, e possamos aproveitar os recursos naturais da Amazônia de forma sustentável.

Ou seja, não sejam apenas exportadores de matéria-prima como nós temos sido até hoje, mas de aproveitarmos e agregarmos valor e fazer com que aquela gente possa ter uma boa qualidade de vida. Eu não quero me alongar, mas estou muito feliz, conte conosco nesse movimento Amazônia Para Sempre. Tenho certeza que as pessoas da Amazônia estão lá vibrando, quando assistirem esse momento, que estamos aqui, e vão vibrar muito mais, porque sabem que têm uma grande aliada e que somos todos admiradores do seu trabalho. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senador Jefferson Praia. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sr. Relator Deputado Colbert, Sra. Christiane Torloni, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados. Eu assinei o manifesto no Campo de Marte na visita do Papa, há dois anos atrás. Nesse um milhão e 100 está a minha assinatura. E, não só assinei, como entrei com um projeto de lei no Senado, no ano passado instituindo o desmatamento zero na Amazônia. Eu não coloquei em todo o Brasil, porque não tem mais o que desmatar fora da Amazônia, não creio que alguém vá querer desmatar alguma coisa fora da Amazônia. E esse projeto, eu ainda falei no dia que eu apresentei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tem um pouquinho ainda, Senador.

[risos]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É inacreditável. Eu falei no dia que eu apresentei esse projeto, que eu não fazia questão de que esse projeto fosse aprovado, porque ele vai demorar, no mínimo, cinco anos percorrendo as Comissões do Senado, da

Câmara e o Plenário da Câmara e do Senado. Mas se o Presidente da República mandasse um projeto de lei para o Congresso, para a Câmara e para o Senado, eu tenho certeza absoluta que será aprovado, Senadora Ideli Salvatti. Essa consciência já está, mais ou menos, formada. Talvez não 100% ainda. Mas, no meu Estado, que já derrubou 30%, e é um dos Estados junto com Mato Grosso, Tocantins, e o Pará e o Maranhão, na Amazônia Legal, nos nove Estados da Amazônia Legal, o que mais derrubou, lá a consciência está formada. Ninguém quer derrubar mais. Até porque, se não fosse assim, eu talvez não tivesse coragem, como político, de entrar com um projeto de lei desmatamento zero. Porque há 10, 15, 20 anos atrás ninguém teria coragem de entrar, porque não se elegeria nem a vereador mais, que dirá a senador da República.

[risos]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não sei não, Senadora. Então, se esse projeto vier do Executivo, eu tenho certeza absoluta que ele será aprovado no Congresso Nacional, desmatamento zero para o Brasil, não precisa colocar só na Amazônia, para o Brasil. E, sinceramente, eu não vejo que as licenças ambientais, para alguns empreendimentos sejam mais prejudiciais para o meio ambiente do país, e sim, o corte raso, o desmatamento que ainda ocorre na Amazônia, não sei todo o ano dão notícia de que 50 mil, 100 mil, 200 mil Maracanãs foram derrubados sem licença ambiental.

Então se aprovassem um projeto desse e o governo tratasse essa questão das derrubadas na Amazônia, derrubadas legais, como uma questão de guerra, colocando o Exército, a Polícia Federal, todas as forças para impedir as queimadas e as derrubadas na Amazônia, eu tenho certeza que isso acabaria rapidamente. Era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Senador Valdir Raupp. Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senadora Ideli Salvatti, Cristiane, em primeiro lugar, eu quero, mais uma vez, a gente já teve a oportunidade de conversar várias vezes sobre essa iniciativa corajosa que você, juntamente, com o Juca, o Victor e outros tomaram, mas você acabou liderando esse processo. Eu estava viajando e fiquei sabendo, eu acho que foi antes de ontem, a minha filha que tem 27 anos, eu cheguei tarde em casa e ela disse "Mãe, hoje eu vi na televisão uma coisa comovente." Aí eu digo: "O que foi?" "No programa da Maria Braga o depoimento da atriz Christiane Torloni, dizendo que ela está já há algum tempo tentando entregar essas assinaturas para o Presidente e não consegue." E eu falei que conhecia

o seu esforço, porque de fato conheço, e agradeço e parablenizo.

Eu sei da história de como começou isso, começou primeiro no seu compromisso político e social com a Democracia, com a defesa do meio ambiente, e quando da Série Amazônia, que vocês foram gravar no Amazonas, no Estado do Acre, e resolveram que não bastava mostrar, tinha que fazer alguma coisa. E, de fato, colher esse mais de um milhão de assinaturas é louvável. E essa sua presença aqui, graças também ao acolhimento, e eu ia ligar para você, mas hoje a primeira coisa que o Senador Cristovam Buarque fez de manhã cedo foi me ligar dizendo que se havia a possibilidade da gente fazer essa vigília. Fiquei sabendo já que a Senadora Ideli Salvatti, a Senadora Ideli Salvatti ligou para mim também, dizendo que a gente ia entregar o documento para o Presidente Sarney, que ela tinha tomado a iniciativa de lhe convidar para estar aqui.

E eu acho que a vigília é muito oportuna. É oportuna para entregar as assinaturas desses 20 milhões de brasileiros, e é oportuna pelo momento que a gente está vivendo, que a Senadora Ideli Salvatti falou. É um momento de um grave retrocesso. E que eu acho que esta Casa tem que fazer uma separação do joio e do trigo, para gente não cair no consenso oco, porque a gentes, às vezes, tira com uma mão aquilo que a gente está dando com a outra. E eu vou citar. Aqui existem 18 projetos de decretos legislativos para revogar ações do Executivo, decretos, portarias, que protegem o meio ambiente ou que asseguram os direitos indígenas, são 18 iniciativas tramitando nesta Casa.

Existe um projeto tramitando nesta Casa que, no meu entendimento, é inconstitucional, que tenta atribuir ao Senado a palavra final para a criação de terras indígenas. E essa é uma prerrogativa constitucional do Executivo. Pelo que eu posso verificar, a correlação de forças aqui também não é muito favorável aos índios, e olha que eu estou sendo generosa de dizer apenas dizer “também” não é muito, porque eu diria que é totalmente desfavorável. E ainda temos, pelo menos, quatro ou cinco medidas provisórias. Uma, que vai regulamentar terras na Amazônia, 67 milhões de hectares de terra na Amazônia. Existem algumas cláusulas que dizem o seguinte, que tem que respeitar terra indígena, unidade de conservação, quilombola, reserva legal, área de preservação permanente, o que é muito louvável.

O problema é que, em seguida, tem um artigo dizendo que é autodeclaratório e que dispensa vistoria. Se é autodeclaratório e dispensa vistoria, será que nós estamos fazendo regularização fundiária no Brasil ou é no céu? Porque eu duvido muito que alguém possa chegar e dizer “Olha, a minha terra não é... A minha

posse não é mansa e pacífica, eu pratiquei grilagem e eu não sou merecedor dessa terra e, portanto, eu estou aqui entregando para o Governo Federal a terra de todos os brasileiros.” Numa Audiência Pública, recentemente, um pesquisador do IPHAN disse o seguinte: “Essas terras, elas são patrimônio da sociedade brasileira.” Agora, as pessoas falam que isso pode ser repassado de qualquer forma, de qualquer jeito? Ainda que não seja essa a intenção do MDA, que eu sei que não é, eu conheço o Guilherme, não é essa intenção, mas é isso que acontece, inclusive, com emendas que foram feitas que tornaram mais permissiva ainda a medida provisória, não é?

Então, eu não quero terra, eu quero ações do Banco do Brasil. Será que os outros brasileiros e brasileiras podem dizer isso? Mas existe um grupo que vai lá, grila a terra. Aí as pessoas dizem “Não, são aqueles coitados do tempo do Pólo Noroeste, não sei, do Probo 1(F), do Probo 2(F). Não, esses não estão em questão. Os que foram lá induzidos por políticas públicas, os que têm posse mansa e pacífica, esses não estão em questão. O que está em questão são os laranjas, os que está em questão aqui são os grileiros. O que está em questão aqui é a falta de darmos consequência a esse consenso que é maravilhoso. 95% está contra o desmatamento, não é? E o Senador Valdir Raupp apresentou aqui o projeto de desmatamento zero, eu já disse para ele que nós temos a convergência em relação ao desmatamento zero.

Nós ainda divergimos, em relação a perdoar tudo o que foi desmatamento ilegalmente até agora, porque nos 30% do Estado de Rondônia que foi desmatado, com certeza, uma boa parte foi ilegal, uma boa parte pode ter sido grilagem, e esse joio do trigo nós temos que separar. Então, quando a gente separar esse joio do trigo, aí nós dois vamos convergir 100%, porque existe um *paratrasmente*, como diz lá na minha terra. Então concluindo, minha Presidente Senadora Ideli Salvatti--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, é um trás um monte, não é um trás mente.

[risos]

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É, é. Eu parablenizo o trabalho e acho que essa vigília, ela tem que acontecer numa convocação, para que possamos ser consequentes, não sermos contraditórios entre aquilo que dizemos e aquilo que fazemos. Essa é a medida da regularização fundiária. Uma outra que veio também uma medida provisória sobre PCH, que são as pequenas hidrelétricas. A lei, até agora, diz que até 30 megawatts e com espelho d'água de, no máximo, três quilômetros quadrados. Uma medida provisória

dizendo que até 50. Até aí tudo bem. Mas sem limite de espelho d'água! E com licenciamento expedido! Isso pode levar à criação de várias Balbinas no Brasil. Alguém aqui quer repetir Balbina?

Eu acho, inclusive, que o Presidente quando assinou, não foi devidamente alertado, porque eu já vi o Presidente Lula, para fazer justiça a ele, criticando várias vezes Balbina, se existe uma coisa que ele tem horror é de Balbina, não é? Mas veio uma medida provisória, uma emenda aqui, com a chancela da Casa Civil, abrindo a possibilidade de várias Balbinas novamente. Tudo nessa sanha de que vamos liberar, vamos passar por cima da legislação ambiental brasileira, que é uma conquista. Então, eu acho que essa vigília, somando-se aos mais de um milhão de assinaturas que você tem, há aqueles 45 milhões que entraram no site da Globo para protestar contra o desmatamento, e mais os 20 mil que, de ontem para cá, já assinaram o manifesto do Greenpeace contra a medida provisória que estabelece o licenciamento expedido na Amazônia. Basta ter uma trilha e... Hoje tivemos um debate ali, bastante acalorado, com o representante do DNIT e do Ministério do Meio Ambiente.

Eu acho que a posição do IBAMA naquela oportunidade não foi devidamente enfática, parecia que era um consenso também. Eu não entendi direito a posição do IBAMA, mas, pelo menos, o Ministro Carlos Minc, hoje, está dizendo que ele tem uma posição muito crítica em relação a essa medida provisória. Eu acho que é uma boa oportunidade da sociedade brasileira, porque 95% diz que é a favor de meio ambiente, começar a dar o termo de referência. Não se está dizendo que não pode desenvolver, que não pode fazer estrada, que não pode ter hidrelétrica. É ter critérios, e a gente parar de satanizar a legislação ambiental brasileira, porque ela é muito boa, precisa ser cumprida.

Eu estou inteiramente solidária, e você sabe que pode contar com uma boa parte dos senadores e deputados. Isso é muito bom. Uma boa parte. E uma outra parte eu sei que pode ser convencida, se as coisas forem melhor esclarecidas, de sorte, que nós estamos aqui fazendo também, você principalmente, um trabalho pedagógico, com um distanciamento maior, não é? Eu digo isso com muita tristeza, porque eu não consigo entender como é que, em pleno século XXI, em plenas mudanças globais, a gente começa a estabelecer retrocessos daquilo que nós mesmos fizemos. Foi o Governo Brasileiro que tomou uma série de medidas nos últimos cinco anos. Contraditoriamente, essas medidas estão sendo desconstruídas, do ponto de vista prático, quando se estabelece processo de licenciamento expedido, quando se diz que licença pode acontecer por decurso de prazo.

Em 60 dias tem a licença. Se não tiver, vai para o decurso de prazo. Que história é essa? Quem é que faz um projeto de hidrelétrica por decurso de prazo antes de estar resolvido o problema? Então, eu queria aqui, fazer esse registro, lhe agradecendo, e esperando que a gente possa estabelecer um convencimento. Eu quero convencer o Senador Valdir Raupp da segunda parte do projeto dele, de que desmatamento zero sem o perdão das ilegalidades do passado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Senadora Marina Silva, nós precisamos... Eu queria assim, os três próximos inscritos, que é o Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury, Deputado Fernando Gabeira, que a gente pudesse acelerar, porque nós temos horário. José Guimarães, Deputado.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Sra. Presidente, apenas como membro da Comissão aqui presidida por V. Ex^a, é apenas para fazer dois registros. Primeiro, que a campanha desenvolvida pela Sra. Cristiane é importante, o que não significa dizer que todas as opiniões circunscritas nos organizadores da campanha possam ser consensual aqui na Casa. Eu acho que é importante fazer esse registro, porque num regime democrático, as opiniões, eu nem as conheço na sua integralidade. Não pode passar como uma coisa sem respeitar o contraditório. Eu queria fazer esse registro, como deputado que sou da Câmara, inclusive, como membro que fui da Comissão e relatei a medida provisória a tal medida provisória, a minha companheira Marina sabe, da questão das rodovias.

Eu não vou tratar deste tema, surgiram até a nobre Presidenta que em outra oportunidade nós pudéssemos discutir. Porque quando eu relatei a medida provisória e incluí a questão das faixas de domínio... E topo fazer esse debate, não está em mim nenhum vínculo com bancada ruralista e, muito menos, na não defesa da Amazônia. Até por conta disso, eu fiz uma viagem, silenciosamente, Sra. Presidenta, à Amazônia, Marina, recentemente. Fui lá, aproveitei um convite da Petrobras para visitar a província de Urucu, e passei dois dias lá visitando. E eu vi dramaticamente, até para se inteirar melhor dos problemas da Amazônia, porque eu penso que é uma causa nacional, não é uma questão que diga respeito apenas aos parlamentares que residem, que têm atuação parlamentar lá.

É um problema nacional, e como tal têm que ser tratado por todos nós que somos deputados do Brasil inteiro. E eu vi dramaticamente, não só a questão da preservação, que é fundamental, mas me chocou muito a degradação social às margens daqueles rios. Eu vi, por exemplo, famílias que andam naqueles barquinhos para poder levar suas filhas para as escolas, seus filhos

para as escolas. Gente morando em palafitas. Então, eu acho que é um problema, eu me dei conta, Senadora Marina Silva, de que essa questão tem que ser vista numa dimensão muito maior. Não só a preservação da Amazônia, como a questão estratégica para nós, mas, sobretudo, também, a degradação social que os povos da floresta, as pessoas que habitam aquela região vivenciam naquele momento.

Não está, quero aproveitar esta oportunidade, Senadora Marina, não vim para a audiência hoje de manhã porque a Presidência da Comissão não me convidou, quando eu relatei aquela medida provisória na Câmara, até que a senhora fez referência aí à questão da flexibilização da legislação ambiental no que diz respeito às rodovias. Não é o meu entendimento e não quis, e até estou aberto para me convencer do contrário, não tem problema. Agora, o que nós não podemos permitir é o patrulhamento. E em um regime democrático, nós que lutamos tanto pelas diretas, e eu era meninote e bradava nas ruas de Fortaleza pelas Diretas Já, conquistamos às duras penas e esses princípios que nortearam a luta pela democracia precisam ser também sempre lembrados.

Eu sou totalmente favorável ao movimento, à causa, vivenciei isso recentemente lá, não tenho evidentemente a mesma dimensão e, muito menos, a elaboração e a compreensão da Senadora Marina Silva, companheira do PT, mas isso não me exime da responsabilidade de analisar e dar as minhas opiniões também sobre uma questão que é, sobretudo, nacional. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço, Deputado José Guimarães. O Deputado Jorge Khoury abdicou?

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Presidenta, eu ia até abrir mão, mas o nosso Senador Romeu Tuma fez que não, que quem se inscreveu... Então, na verdade, eu queria apenas reiterar aquela posição que eu tinha colocado para a Presidente, para o nosso relator, de que eu entendo, e aí, Sra. Cristiane, como diz aquele ditado popular, que tudo tem o seu tempo. Quem sabe o tempo é esse, agora, em função de todas as calamidades que estão acontecendo no país, por força desse desequilíbrio do sistema ambiental no mundo inteiro, e com reflexos aqui no nosso país. Quem sabe nesse momento, ao chegarem essas proposições, como a vigília e outras, junto ao Presidente do Congresso, junto ao Presidente do país, cheguem num momento em que todos estão sensíveis, em função de tudo aquilo que está ocorrendo e, possa com isso, realmente, receber toda essa demanda justa, que é pela preservação do nosso planeta, pela preservação do nosso país e, em especial, da Amazônia.

Portanto, eu entendo que grandes são as dificuldades, no entanto, não é motivo para que nós entendamos que perdemos a guerra, não. Perdemos algumas batalhas, mas a guerra continua e podemos chegar lá, era isso, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Eu agradeço, Deputado Jorge Khoury, passo então para o último inscrito, Deputado Fernando Gabeira. Em seguida, nós vamos nos dirigir ao Presidente do Senado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Inicialmente, eu queria saudar a presença da Cristiane. Dizer que esse movimento é muito importante para todos nós, aliás, todo movimento nessa direção é muito importante, uma vez que esse tema não se resolve no Parlamento, que ele se resolve na sociedade, sobretudo. E quero que a gente vá, o mais rapidamente possível, ao Presidente Sarney, porque daqui a pouco, nós teremos uma luta difícil no Plenário, a luta dessa emenda provisória que legaliza as terras na Amazônia. Nós estivemos lá numa negociação muito difícil no final da semana, no fim da semana passada, é uma negociação difícil, há a possibilidade de nós perdermos a negociação. Então, eu não vejo outro caminho, a não ser a gente trabalhar muito, melhorar a qualidade do nosso trabalho. É preciso também melhorar a qualidade do nosso trabalho.

Quando eu fui a Roraima acompanhar a desocupação das terras de Raposa Serra do Sol, eu observei uma série de problemas que nós precisamos corrigir nas próximas reservas indígenas. E acho que a gente não precisa e, não deve, romper com os chamados ruralistas. Nós temos que melhorar a qualidade do nosso trabalho e convencer, trabalhar pacientemente, para que a gente possa realmente avançar. Eu acho que o caminho é um caminho pacífico, é um caminho de paciência, e se nós perdermos, pelo menos, perderemos lutando. E o planeta? Desaparecerá com gente lutando, já é alguma coisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço ao Deputado Fernando, passo a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Queriria uma réplica de 30 segundos, senão o meu projeto vai ficar prejudicado com a fala da Senadora Marina Silva.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Então vamos, Senador Valdir Raupp, para depois a gente poder--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Esse projeto está na CCJ, ele ainda aceita emendas, aliás, ainda não esgotou o prazo para emendas, e eu aceito,

inclusive, excluí do projeto o perdão das multas. Ele flexibiliza um pouco as pequenas propriedades, onde já desmataram, porque a Amazônia tem 21 milhões de brasileiros, tem 83% ainda em floresta, apenas 17% foi desmatado, e eu acho que esses 17% que foi desmatado, ressaltando as matas ciliares, as encostas aonde pode sofrer erosão, as nascentes, eu acho que pode flexibilizar um pouco para produzir para aqueles 21 milhões de brasileiros que lá estão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Agradeço. Sra. Cristiane tem ainda algo?

SRA. CHRISTIANE TORLONI: Vou falar rapidissimamente. É assim, só um minutinho. É assim. Se o resultado do desmatamento na Amazônia hoje significasse melhora social, educacional, para 22 milhões de habitantes, a discussão não seria essa hoje. Quer dizer, a gente sabe, muito bem, que o desmatamento da Amazônia não enriqueceu os Estados amazônicos propriamente ditos. Enriqueceu a alguns, e ajudou a empobrecer a milhões. Então, é aquela questão. Então, vamos ver ao que serve o capitalismo? Está servindo a quem? Ou todo mundo ganha, ou então, o jogo está ruim.

Então, eu só queria dizer o seguinte. Hoje, estudos, e aí científicos comprovados, demonstram que se, neste momento, o planeta investir a 1% ou 2% do PIB mundial em medidas contra a mudança climática, as mudanças climáticas, nós estaremos criando, assim, uma massa de empregos neste momento de crise, muito maior, se daqui a 10 anos nós tivermos que pagar 20% do PIB mundial, para segurar e refazer o país e os planetas das mudanças climáticas. Hoje o Brasil é responsável, o grande vilão do planeta chama-se Brasil. Ele é responsável por 11 toneladas *per capita*/ano! Por causa do desmatamento da Amazônia, de emissão de gases. O proposto é que seja de duas toneladas. Se o desmatamento da Amazônia cair, parar, nós já estaremos o dobro, já estaremos sendo 5%, cinco toneladas *per capita*/ano.

Quando você imagina que uma pessoa vai cair de 12 toneladas para duas toneladas se o desmatamento for controlado, aí a gente está falando de uma coisa que ela, assim, ela é muito maior, ela é muito maior do que só uma MP. São todas as MPs juntas. O problema da Amazônia é que ela não pertence só à Amazônia. A Amazônia pertence ao Brasil, mas ela pertence a um planeta. E nós, hoje, nós estamos num fluxo completamente contrário ao do planeta. Então, assim, os países desenvolvidos, que eles paguem os 80% realmente desse PIB que tem que ser pago, porque eles desmataram, eles queimaram e eles ganharam. Mas não chegou a vez do Brasil de queimar

e desmatar. Chegou a vez do Brasil dizer que ele é um país do século XXI.

E se nós nos unirmos todos, que estamos aqui, e os que assinaram e sensibilizarmos ao Executivo, ao Legislativo. Se nós fizermos isso, os nossos netos, os nossos bisnetos nos agradecerão. Se não, nós vamos ser realmente sentenciados, porque no aqui e agora, nós falhamos. Eu concordo com você, Fernando, desculpe chamar de você, é que são tantos anos já de luta e de rua, que enfim... Eu acho assim que não é mais o momento da paciência. Eu acredito que nesse momento a gente tem que ter uma ação cirúrgica, porque senão, vai morrer. Porque aquilo que está se perdendo é vida, é vida mesmo. É planta, é gente, é fauna, é o que está vivo. Então, assim, não dá, não dá para ter paciência. Eu acho que nesse momento, nós devemos ficar muito impacientes, porque nós não perdemos, não podemos perder seis anos, sete anos.

A gente está, nós estamos sendo cúmplices do assassinato do Planeta Terra. E isso é muito triste para um país tão bonito que já produziu coisas tão maravilhosas e produz. Se nós protegemos o Brasil, nós vamos estar protegendo o planeta e esta Casa vai merecer, assim, todos os méritos que ela, realmente, deve ter. Eu acredito na política, acho a política, por isso que eu fiz Sociologia, antes de querer ser atriz. Eu acredito na política, e acredito nos políticos, e peço a vocês que vocês nos ajudem.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Bom, eu declaro. Então. encerrada a nossa reunião da Comissão, e convido a todos os parlamentares para, juntamente, com a Christiane Torloni, nós fazermos a conversa e a solicitação ao Presidente do Senado para disponibilidade do Plenário para a realização de uma Sessão da Comissão que será transformada numa vigília, em defesa da Amazônia. Então era isto.

Sessão encerrada às 15h50.



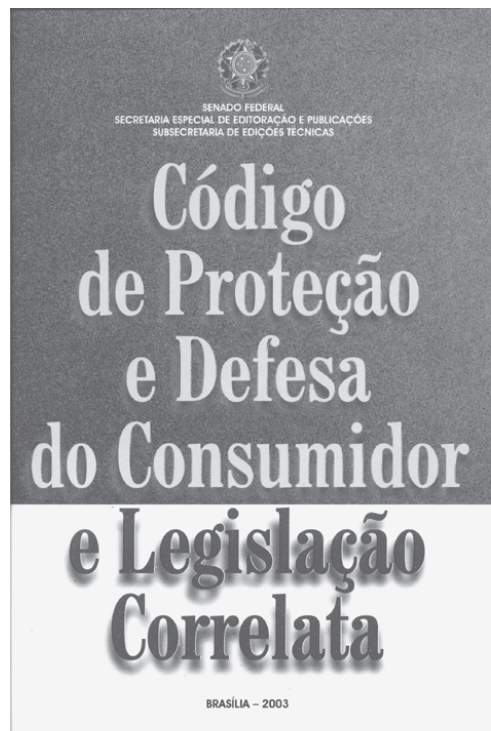
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 506 PÁGINAS

(OS: 13266/2009)